

MINUTA DO PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA BMRV PARTICIPAÇÕES S.A.



[LOGO
LISTING B3]

BMRV PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia de Capital Autorizado

CNPJ/ME nº 07.063.714/0001-98 | NIRE 3.130.010.576-8
Avenida do Contorno, 5.351, 11º andar, conjunto 1106, Bairro Cruzeiro
CEP 30.110-923 – Belo Horizonte, MG

[*] Ações

Valor da Oferta: R\$[*]

Código ISIN das Ações nº [*]

Código de Negociação das Ações na B3: [*]

No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$[*] e R\$[*] ("Faixa Indicativa"), podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

A BMRV PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia") [*] e os ACIONISTAS VENDEDORES PESSOAS FÍSICAS, conforme identificados neste Prospecto Preliminar ("Acionistas Vendedores Pessoa Física"), em conjunto com o BANCO ITAÚ BBA S.A. ("Coordenador Líder"), o BANCO BTG PACTUAL S.A. ("BTG Pactual" ou "Agente Estabilizador") e o UBS BRASIL CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. ("UBS BB") e, em conjunto com o Coordenador Líder e o BTG Pactual, "Coordenadores da Oferta"), estão realizando uma oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), compreendendo a distribuição: (i) primária def. inicialmente [*] novas Ações ("Oferta Primária"), e (ii) secundária def. inicialmente [*] Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores ("Oferta Secundária") e, em conjunto com a Oferta Primária, "Oferta"), a ser realizada na República Federativa do Brasil ("Brasil"), em mercado de balcão não organizado, com esforços de colocação das Ações no exterior.

A Oferta consistirá na distribuição pública primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), com o Ofício-Circular 1/2021/CVM/SRE, de 1º de março de 2021 ("Ofício-Circular CVM/SRE"), com o "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários", expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, atualmente em vigor ("Código ANBIMA"), bem como com as demais disposições aplicáveis, incluindo sobre esforços de dispersão acionária, conforme previsto no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – B3, Bolsa, Balcão ("B3"), sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta e com a participação de determinadas instituições financeiras consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta exclusivamente para efetuar esforços de colocação das Ações junto a Investidores Não Institucionais (conforme definido neste Prospecto Preliminar).

Simultaneamente, no âmbito da Oferta, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelo Itau BBA USA Securities, Inc., pelo BTG Pactual US Capital, LLC e pelo UBS Securities LLC. (em conjunto, "Agentes de Colocação Internacional"), em conformidade com o Contrato de Colocação Internacional (conforme definido neste Prospecto Preliminar): (i) nos Estados Unidos da América ("Estados Unidos"), exclusivamente para instituições-qualificadas ("qualified institutional buyers"), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na Rule 144A do U.S. Securities Act of 1933, conforme alterado ("Securities Act"), editada pela U.S. Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos ("SEC"); e (ii) nos demais países, que não são Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituidos de acordo com as leis desse país (non-U.S. persons), nos termos do Regulation S, editado pela SEC, no âmbito do Securities Act, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor, em ambos os casos (i) e (ii) em operações isentas de registro nos Estados Unidos, em conformidade com o Securities Act e aos regulamentos editados ao amparo do Securities Act, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários (Investidores descritos nas alíneas (i) e (ii) acima, em conjunto, "Investidores Estrangeiros"), desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN"), pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM, nos termos da Resolução do CMN nº 4.373, de 29 de setembro de 2014, conforme alterada, da Resolução CVM nº 13, de 18 de novembro de 2020 ou da Lei nº 4.131, de 03 de setembro de 1962, conforme alterada, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro da distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC.

Exceto pelos registros da Oferta a serem concedidos pela CVM para a realização da Oferta no Brasil, em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400, a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não realizarão e nem realizarão nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país. As Ações não poderão ser ofertadas ou subscritas/adquiridas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas U.S. persons, conforme definido no Regulation S, exceto se registradas na SEC ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do Securities Act.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da disponibilização do "Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da BMRV Participações S.A." ("Anúncio de Início"), a quantidade total de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares, conforme abaixo definido) poderá, a critério [da Companhia e dos Acionistas Vendedores], em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% (vinte por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares), ou seja, em até [*] novas Ações (OU) [Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores], nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, as quais serão destinadas a atender eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no momento em que for fixado o Preço por Ação ("Ações Adicionais").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a [até 15%] ([quinze por cento]) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até [*] novas Ações(OU) [Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores], nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Suplementares"), conforme opção a ser outorgada pela Companhia ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação (conforme definido neste Prospecto Preliminar), as quais serão destinadas, exclusivamente, caso necessário, para prestação de serviços de estabilização do preço das Ações ("Opção de Ações Suplementares"). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, mas não a obrigação, por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrevaloração das Ações seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação (conforme abaixo definido). Conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação (conforme definido neste Prospecto Preliminar) por parte dos Coordenadores da Oferta. Estima-se que o preço de subscrição/aquisição por Ação estará situado na Faixa Indicativa, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa ("Preço por Ação"). Na hipótese do Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva (conforme definido neste Prospecto Preliminar) serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia indicadas neste Prospecto Preliminar, exceto no caso de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa (conforme definido neste Prospecto Preliminar), nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do item 2.2.1 do Ofício-Circular CVM/SRE, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, conforme descrito neste Prospecto Preliminar.

O Preço por Ação será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a Investidores Institucionais (conforme definido neste Prospecto Preliminar), a ser realizado no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de Bookbuilding") e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de Bookbuilding.

A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de Bookbuilding, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. Os Investidores Não Institucionais que aderirem à Oferta Não Institucional não participarão do Procedimento de Bookbuilding e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.

| | Preço (R\$) ⁽¹⁾ | Comissões (R\$) ⁽²⁾⁽⁴⁾ | Recursos Líquidos (R\$) ⁽²⁾⁽³⁾⁽⁴⁾⁽⁵⁾ |
|-------------------|----------------------------|-----------------------------------|---|
| Preço por Ação | [*] | [*] | [*] |
| Oferta Primária | [*] | [*] | [*] ⁽⁵⁾ |
| Oferta Secundária | [*] | [*] | [*] ⁽⁶⁾ |
| Total | [*] | [*] | [*] |

(1) Com base no Preço por Ação de R\$[*], que é o preço médio da Faixa Indicativa. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de Bookbuilding.

(2) Abrange as comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.

(3) Sem dedução das despesas e tributos da Oferta.

(4) Para informações sobre as remunerações recebidas pelos Coordenadores da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 48 deste Prospecto Preliminar.

(5) Para informações sobre a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e os recursos líquidos a serem recebidos, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Quantidade, Montante e Recursos Líquidos", na página 47 deste Prospecto.

(6) Para informações sobre a quantidade de Ações a ser alienada pelos Acionistas Vendedores.

A aprovação do protocolo de pedido de registro da Oferta perante a CVM e a efetiva realização da Oferta pela Companhia, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social ("Estatuto Social"), com a exclusão do direito de preferência dos atuais titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), bem como seus termos e condições, e a submissão do pedido de adesão da Companhia ao Novo Mercado, segmento especial de listagem da B3 ("Novo Mercado"), foram deliberadas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 6 de agosto de 2021, cuja ata foi devidamente registrada na Junta Comercial do Estado Minas Gerais ("JUCEMG") em 26 de agosto de 2021 e publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais ("DOEMG") e no jornal "Diário do Comércio", ambas em 27 de agosto de 2021.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, serão aprovados em reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada após a conclusão do Procedimento de Bookbuilding e antes da disponibilização do Anúncio de Início, cuja ata será publicada no jornal "Diário do Comércio" na data de disponibilização do Anúncio de Início e no DOEMG no dia útil subsequente, bem como registrada na JUCEMG oportunamente.

[Não será necessária qualquer aprovação societária em relação aos Acionistas Vendedores para a participação na Oferta Secundária e a fixação do Preço por Ação.]

Será admitido o recebimento de reservas para subscrição/aquisição das Ações a partir da data da disponibilização do Aviso ao Mercado (com os logotipos das Instituições Consorciadas), as quais somente serão confirmadas pelo subscritor por meio do pagamento do valor informado pela Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva e serão formalizadas, nos termos do parágrafo 2º do artigo 85 da Lei das Sociedades por Ações, por meio do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensado a apresentação do boleto de subscrição, após o início do Prazo de Distribuição, nos termos da Resolução CVM 27.

Exceto pelos registros da Oferta a serem concedidos pela CVM para a realização da Oferta no Brasil, em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400, a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não realizarão e nem realizarão nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país. As Ações não poderão ser ofertadas ou subscritas/adquiridas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas U.S. persons, conforme definido no Regulation S, exceto se registradas na SEC ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do Securities Act.

A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM, sendo que o registro da Oferta foi requerido junto à CVM em 1º de setembro de 2021.

"O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS."

ESTE PROSPECTO PRELIMINAR NÃO DEVE, EM NENHUMA CIRCUNSTÂNCIA, SER CONSIDERADO UMA RECOMENDAÇÃO DE SUBSCRIÇÃO/AQUISIÇÃO DAS AÇÕES. AO DECIDIR SUBSCREVER/ADQUIRIR E INTEGRALIZAR/LIQUIDAR AS AÇÕES, OS POTENCIAIS INVESTIDORES DEVERÃO REALIZAR SUA PRÓPRIA ANÁLISE E AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, DAS ATIVIDADES E DOS RISCOS DECORRENTES DO INVESTIMENTO NAS AÇÕES.

OS INVESTIDORES DEVERÃO LER ESTE PROSPECTO PRELIMINAR E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES". A PARTIR DAS PÁGINAS 20 e 84, RESPECTIVAMENTE, DESTE PROSPECTO PRELIMINAR E TAMBÉM A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO PRELIMINAR A PARTIR DA PÁGINA 327 DESTE PROSPECTO PRELIMINAR, PARA UMA DESCRIÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO RELACIONADOS ÀS SUBSCRIÇÃO/AQUISIÇÃO DE AÇÕES QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.



Coordenadores da Oferta



Coordenador Líder



Agente Estabilizador



Investment Bank

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

| | |
|--|-----------|
| DEFINIÇÕES..... | 1 |
| INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA | 4 |
| CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO | 5 |
| Estimativas de Mercado e Outras Informações | 7 |
| SUMÁRIO DA COMPANHIA | 8 |
| Visão Geral..... | 8 |
| Principais Indicadores Financeiros e Modelo de Negócio | 10 |
| Missão, Visão, Valores e Cultura | 12 |
| Nossos Pontos Fortes..... | 13 |
| Nossos Pontos Fracos, Obstáculos e Ameaças..... | 17 |
| Nossas Estratégias | 17 |
| Organograma Societário | 20 |
| Eventos Recentes | 20 |
| Principais Fatores de Riscos Relacionados à Companhia | 20 |
| IDENTIFICAÇÃO DA COMPANHIA, DOS COORDENADORES DA OFERTA, DOS CONSULTORES E DOS AUDITORES..... | 23 |
| Declaração de Veracidade das Informações | 24 |
| SUMÁRIO DA OFERTA | 25 |
| INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA | 42 |
| Composição do Capital Social | 42 |
| Reserva de Capital..... | 43 |
| Principais Acionistas e Administradores | 43 |
| Características Gerais da Oferta..... | 44 |
| Aprovações Societárias | 45 |
| Preço por Ação..... | 46 |
| Ações em Circulação (<i>Free Float</i>) após a Oferta | 47 |
| Quantidade, Montante e Recursos Líquidos..... | 47 |
| Custos de Distribuição | 48 |
| Cronograma Estimado da Oferta | 50 |
| Instituições Participantes da Oferta | 51 |
| Regime de Distribuição | 51 |
| Plano de Distribuição da Oferta | 52 |
| Procedimento de Distribuição da Oferta | 53 |
| Procedimento da Oferta Não Institucional | 53 |
| Procedimento da Oferta Não Institucional – Private | 55 |
| Procedimento da Oferta Não Institucional – Varejo..... | 58 |
| Procedimento da Oferta Institucional..... | 61 |
| Prazos da Oferta | 63 |
| Contrato de Colocação | 63 |
| Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta | 64 |
| Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação..... | 66 |
| Estabilização de Preços das Ações | 67 |
| Formador de Mercado..... | 67 |
| Violações das Normas de Conduta..... | 67 |
| Direitos, Vantagens e Restrições das Ações | 68 |
| Negociação das Ações na B3 | 69 |
| Acordos de Restrição à Venda de Ações (<i>Lock-up</i>) | 69 |
| Instituição Financeira Responsável pela Escrituração das Ações | 70 |
| Inadequação da Oferta | 70 |
| Condições a que a Oferta esteja submetida | 70 |

| | |
|--|------------|
| Informações Adicionais | 70 |
| Links para Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta | 71 |
| Instituições Consorciadas | 72 |
| APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA..... | 74 |
| Coordenador Líder | 74 |
| Atividade de Investment Banking do Itaú BBA | 74 |
| BTG Pactual | 75 |
| UBS BB | 77 |
| RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA..... | 79 |
| Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder | 79 |
| Relacionamento entre a Companhia e o BTG Pactual | 80 |
| Relacionamento entre a Companhia e o UBS BB | 81 |
| RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA | 83 |
| Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder | 83 |
| Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o BTG | 83 |
| Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o UBS BB | 83 |
| FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES..... | 84 |
| DESTINAÇÃO DOS RECURSOS | 92 |
| [Fusões e aquisições de empresas (M&A) | 92 |
| CAPITALIZAÇÃO | 94 |
| DILUIÇÃO | 95 |
| Planos de Remuneração Baseada em Ações | 96 |
| Histórico do Preço de Emissão de Ações | 96 |
| ANEXOS | 97 |
| ANEXO A – ESTATUTO SOCIAL VIGENTE DA COMPANHIA | 99 |
| ANEXO B – CÓPIA DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA REALIZADA EM 6 DE AGOSTO DE 2021, QUE APROVOU, DENTRE OUTRAS MATÉRIAS, A REALIZAÇÃO DA OFERTA..... | 121 |
| ANEXO C – MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO DA OFERTA..... | 133 |
| ANEXO D – DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 | 139 |
| ANEXO E – DECLARAÇÃO DO ACIONISTA VENDEDOR, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 | 143 |
| ANEXO F – DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 | 147 |
| ANEXO G – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA BMRV PARTICIPAÇÕES PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021 | 153 |
| ANEXO H – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS AUDITADAS DA BMRV PARTICIPAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018 | 233 |
| ANEXO I – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480 | 327 |

DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto, “Companhia”, “BMRV Participações” ou “nós” se referem, a menos que o contexto determine de forma diversa, à “BMRV Participações S.A.”, suas subsidiárias e filiais na data deste Prospecto. Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos neste Prospecto e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 327 deste Prospecto, conforme aplicável.

Os termos relacionados especificamente com a Oferta e respectivos significados constam da seção “Sumário da Oferta”, a partir da página 25 deste Prospecto.

| | |
|--|--|
| Afiliadas | Significa com relação a uma pessoa: (i) seus acionistas controladores diretos ou indiretos, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, (ii) suas sociedades controladas, direta ou indiretamente, nos termos do artigo 243, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, (iii) as sociedades sob mesmo controle que tal pessoa, (iv) sociedades coligadas, nos termos do artigo 243, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações. |
| Agente Estabilizador ou BTG Pactual | Banco BTG Pactual S.A. |
| ANBIMA | Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. |
| Assembleia Geral | A assembleia geral de acionistas da Companhia. |
| Auditores Independentes | Ernst & Young Auditores Independentes S.S. |
| Banco Central ou BACEN | Banco Central do Brasil. |
| B3 | B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. |
| Brasil ou País | República Federativa do Brasil. |
| CADE | Conselho Administrativo de Defesa Econômica. |
| Câmara de Arbitragem do Mercado | A câmara de arbitragem prevista no Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela B3, destinada a atuar na composição de conflitos que possam surgir nos segmentos especiais de listagem da B3. |
| CCB | Cédula de Crédito Bancário. |
| BMRV Participações | BMRV Participações S.A. |
| COVID-19 | Doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. |
| CMN | Conselho Monetário Nacional. |
| CNPJ/ME | Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia. |
| Código ANBIMA | “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários”, atualmente em vigor. |

| | |
|--|---|
| Companhia ou BMRV Participações | BMRV Participações S.A. |
| Conselho de Administração | O conselho de administração da Companhia. |
| Conselho Fiscal | O conselho fiscal da Companhia, que até a data deste Prospecto não está instalado. |
| Controladas | RV Tecnologia e Sistemas S.A., BM Logística S.A. e Aplic S.A., em conjunto. |
| Coordenador Líder ou Itaú BBA | Banco Itaú BBA S.A. |
| Corretora | BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. |
| CVM | Comissão de Valores Mobiliários. |
| Deliberação CVM 476 | Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005. |
| DOEMG | Diário Oficial do Estado de Minas Gerais. |
| Dólar, dólar, dólares ou US\$ | Moeda oficial dos Estados Unidos. |
| ESG | <i>Environmental, Social and Governance.</i> |
| Estados Unidos | Estados Unidos da América. |
| Estatuto Social | Estatuto Social da Companhia. |
| FGV | Fundação Getúlio Vargas. |
| Formulário de Referência | Formulário de Referência elaborado pela Companhia, nos termos da Instrução CVM 480, anexo a este Prospecto Preliminar, a partir da página 327 deste Prospecto Preliminar. |
| IASB | <i>International Accounting Standards Board</i> (Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade). |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. |
| Instituição Escrituradora | Itaú Corretora de Valores S.A. |
| Instrução CVM 400 | Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada. |
| Instrução CVM 480 | Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada. |
| Instrução CVM 527 | Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conforme alterada. |
| IOF/Câmbio | Imposto Sobre Operações Financeiras cobradas nas operações de câmbio. |
| JUCEMG | Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. |
| Lei das Sociedades por Ações | Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada. |

| | |
|--|--|
| Lei 4.131 | Lei nº 4.131, de 03 de setembro de 1962, conforme alterada. |
| Novo Mercado | Segmento especial de negociação de valores mobiliários da B3, que estabelece práticas diferenciadas de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado a serem observadas pela Companhia, mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações. |
| Ofício-Circular CVM/SRE | Ofício-Circular 1/2021/CVM/SRE, divulgado em 1º de março de 2021. |
| OMS | Organização Mundial de Saúde. |
| Real, real, reais ou R\$ | Moeda oficial corrente no Brasil. |
| Regulamento da Câmara de Arbitragem | Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela B3, inclusive suas posteriores modificações, que disciplina o procedimento de arbitragem ao qual serão submetidos todos os conflitos estabelecidos na cláusula compromissória inserida no Estatuto Social da Companhia e constante dos termos de anuência dos Administradores, membros do Conselho Fiscal e do Acionista Controlador. |
| Regulamento do Novo Mercado | Regulamento do Novo Mercado da B3, que disciplina os requisitos para a negociação de valores mobiliários de companhias abertas no Novo Mercado, estabelecendo regras de listagem diferenciadas para essas companhias, seus administradores e seus acionistas controladores. |
| Resolução CVM 13 | Resolução CVM nº 13, de 18 de novembro de 2020. |
| Resolução CVM 27 | Resolução CVM nº 27, de 8 de abril de 2021. |
| Resolução CVM 30 | Resolução CVM nº 30, de 11 de maio de 2021. |
| Resolução CVM 35 | Resolução CVM nº 35, de 26 maio de 2021. |
| Resolução 4.373 | Resolução do CMN nº 4.373, de 29 de setembro de 2014, conforme alterada. |
| Securities Act | <i>U.S. Securities Act of 1933</i> , conforme alterado. |
| SEC | <i>U.S. Securities and Exchange Commission</i> dos Estados Unidos. |
| UBS BB | UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. |

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

| | |
|---|---|
| Identificação | BMRV Participações S.A., sociedade anônima, devidamente inscrita no CNPJ/ME sob o nº 07.063.714/0001-98 e com seus atos constitutivos devidamente registrados na JUCEMG sob o NIRE 3.130.010.576-8. |
| Registro na CVM | A Companhia se encontra em fase de obtenção de registro como emissora de valores mobiliários categoria “A” perante a CVM, sendo que o registro de companhia aberta foi requerido junto à CVM em 1º de setembro de 2021. |
| Sede | Avenida do Contorno, 5.351, 11º andar, conjunto 1106, Bairro Cruzeiro, CEP 30.110-923, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. |
| Diretoria de Relações com Investidores | Localizada na sede da Companhia. O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Cássio Doval Ferreira. O telefone da Diretoria de Relações com Investidores da Companhia é +55 (21) 2128-9500 e o seu endereço eletrônico é cassio@rvdigitalbrasil.com.br. |
| Instituição Escrituradora | Itaú Corretora de Valores S.A. |
| Auditores Independentes | Ernst & Young Auditores Independentes S.S. |
| Títulos e Valores Mobiliários Emitidos | As Ações serão listadas no Novo Mercado sob o código “[•]”, a partir do primeiro dia útil imediatamente posterior à disponibilização do Anúncio de Início. |
| Jornais nos Quais Divulga Informações | As informações referentes à Companhia são divulgadas no DOEMG e no jornal “Diário do Comércio”. |
| Formulário de Referência | Informações detalhadas sobre a Companhia, seus negócios e operações poderão ser encontradas no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar a partir da página da 327 deste Prospecto Preliminar. |
| Website | http://www.rvdigital.com.br/ri . As informações constantes do nosso website não são parte integrante deste Prospecto Preliminar, e nem se encontram incorporadas por referência ou anexas a este. |
| Informações Adicionais | Informações adicionais sobre nós e a Oferta poderão ser obtidas em nosso Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar a partir da página 327 deste Prospecto Preliminar, e junto: (i) à nossa Diretoria de Relações com Investidores; (ii) aos Coordenadores da Oferta nos endereços e websites indicados na seção “ <i>Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais</i> ” na página 70 deste Prospecto Preliminar; (iii) à CVM, na Rua Sete de Setembro, 511, 5º andar, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ou na Rua Cincinato Braga, 340, 2º a 4º andares, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou, ainda, em seu website: www.cvm.gov.br ; e (iv) à B3, na Praça Antônio Prado, 48, 7º andar, CEP 01010-901, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em seu website: www.b3.com.br . |

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto Preliminar contém estimativas e perspectivas para o futuro e declarações da Companhia relativas aos planos, expectativas sobre eventos futuros, estratégias, tendências financeiras que afetem suas atividades, bem como declarações relativas a outras informações, principalmente nas seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações” deste Prospecto Preliminar, a partir das páginas 20 e 84, respectivamente, e nas seções “4. Fatores de Risco”, “7. Atividades do Emissor” e “10. Comentários dos Diretores” do nosso Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar, a partir da página 327 deste Prospecto Preliminar.

As estimativas e declarações futuras têm por embasamento, em grande parte, expectativas atuais da Companhia sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou que tenham o potencial de afetar os negócios da Companhia, o seu setor de atuação, sua participação de mercado, reputação, negócios, situação financeira, o resultado de suas operações, margens e/ou fluxo de caixa. As estimativas e perspectivas sobre o futuro estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e foram efetuadas somente com base nas informações disponíveis atualmente.

Muitos fatores importantes, além daqueles discutidos neste Prospecto Preliminar, tais como previstos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro, podem impactar adversamente os resultados da Companhia e/ou podem fazer com que as estimativas e perspectivas não se concretizem.

Dentre os diversos fatores discutidos em outras seções deste Prospecto Preliminar que podem influenciar as estimativas e declarações futuras da Companhia, podem ser citados, como exemplo, os seguintes:

- capacidade de a Companhia prever e reagir, de forma eficiente, a mudanças temporárias ou de longo prazo no comportamento dos consumidores da Companhia em razão da pandemia da COVID-19 e sua extensão, mesmo após a pandemia ter sido suficientemente controlada;
- a capacidade de a Companhia implementar, de forma tempestiva e eficiente, qualquer medida necessária em resposta à, ou para amenizar os impactos da pandemia da COVID-19 em seus negócios, operações, fluxo de caixa, perspectivas, liquidez e condição financeira;
- alteração substancial no comportamento dos usuários em razão da amenização, controle e/ou término da pandemia da COVID-19;
- eventos de surtos ou potenciais surtos de doenças e pandemias, tal como a pandemia da COVID-19 no Brasil e no mundo;
- rebaixamento na classificação de crédito do Brasil;
- intervenções governamentais, resultando em alteração na economia, tributos, tarifas, ambiente regulatório ou regulamentação no Brasil;
- alterações nas leis e nos regulamentos aplicáveis ao setor de atuação da Companhia, bem como alterações no entendimento dos tribunais ou autoridades brasileiras em relação a essas leis e regulamentos;
- alterações nas condições gerais econômicas, políticas, demográficas e comerciais no Brasil, particularmente nas regiões em que a Companhia opera, incluindo, por exemplo, inflação, desvalorização do Real, taxas de juros, taxas de câmbio, níveis de emprego, crescimento populacional, confiança do consumidor e liquidez nos mercados financeiro e de capitais;

- instabilidade política no País (inclusive referente a políticas desenvolvidas ou como resultado de intervenções do governo e/ou novos impostos e tarifas) e mudanças na situação política e macroeconômica do País;
- instabilidade política no País e a percepção dos riscos em relação à corrupção e a outras investigações em curso, o que incentiva relações turbulentas e lutas internas dentro da administração do Presidente Jair Bolsonaro, bem como políticas e possíveis mudanças para tratar dessas questões ou de outra forma, incluindo reformas econômicas e fiscais e respostas aos efeitos contínuos da pandemia COVID-19, qualquer um dos quais pode afetar negativamente as perspectivas de crescimento da economia brasileira como um todo;
- impossibilidade ou dificuldade de viabilização e implantação de novos projetos de desenvolvimento e presação dos serviços da Companhia;
- condições que afetam o setor de atuação da Companhia e a condição financeira de seus principais clientes;
- a mudança no cenário competitivo no setor de atuação da Companhia;
- o relacionamento com os atuais e futuros fornecedores, clientes e prestadores de serviços da Companhia;
- aumento de custos, incluindo, mas não se limitando aos custos (i) de operação e manutenção; (ii) encargos regulatórios e ambientais; e (iii) contribuições, taxas e impostos;
- fatores negativos ou tendências que podem afetar os negócios, participação no mercado, condição financeira, reputação, liquidez ou resultados de suas operações;
- impacto da recessão econômica e do eventual ajuste fiscal que poderá afetar negativamente o crescimento da demanda na economia brasileira como um todo;
- o nível de capitalização e endividamento da Companhia e sua capacidade de contratar novos financiamentos e executar o seu plano de expansão;
- efeitos de eventual reforma tributária;
- eventos de força maior; e

outros fatores de riscos apresentados na seção “*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações*” e “*Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia*”, nas páginas 84 e 20, respectivamente, deste Prospecto Preliminar e na seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência anexo a este Prospecto Preliminar.

Essa lista de fatores de risco não é exaustiva e outros riscos e incertezas podem causar resultados que podem vir a ser substancialmente diferentes daqueles contidos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro.

O INVESTIDOR DEVE ESTAR CIENTE DE QUE OS FATORES MENCIONADOS ACIMA, ALÉM DE OUTROS DISCUTIDOS NESTE PROSPECTO PRELIMINAR E NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANEXO A ESTE PROSPECTO PRELIMINAR, PODERÃO AFETAR OS RESULTADOS FUTUROS DA COMPANHIA E PODERÃO LEVAR A RESULTADOS DIFERENTES DAQUELES CONTIDOS, EXPRESSA OU IMPLICITAMENTE, NAS DECLARAÇÕES E ESTIMATIVAS CONTIDAS NESTE PROSPECTO PRELIMINAR. TAIS ESTIMATIVAS REFEREM-SE APENAS À DATA EM QUE FORAM EXPRESSAS, SENDO QUE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA NÃO ASSUMEM A RESPONSABILIDADE E A OBRIGAÇÃO DE ATUALIZAR PUBLICAMENTE OU REVISAR QUAISQUER DESSAS ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS, EM RAZÃO DA

OCORRÊNCIA DE NOVA INFORMAÇÃO, EVENTOS FUTUROS OU DE QUAISQUER OUTROS FATORES. MUITOS DOS FATORES QUE DETERMINARÃO ESSES RESULTADOS E VALORES ESTÃO ALÉM DA CAPACIDADE DE CONTROLE OU PREVISÃO DA COMPANHIA.

As palavras “acredita”, “pode”, “poderá”, “deverá”, “visa”, “estima”, “continua”, “antecipa”, “pretende”, “espera” e outras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro.

Em vista dos riscos e incertezas aqui descritos, as estimativas e declarações acerca do futuro constantes deste Prospecto Preliminar podem não vir a se concretizar.

Declarações prospectivas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. As condições futuras da situação financeira e dos resultados operacionais, da participação de mercado e posição competitiva no mercado poderão apresentar diferenças significativas se comparados àquela expressa ou sugerida nas referidas declarações prospectivas. Muitos dos fatores que determinarão esses resultados estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia. Tendo em vista estas limitações, os potenciais investidores não devem tomar suas decisões de investimento exclusivamente com base nas estimativas e declarações acerca do futuro contidas neste Prospecto Preliminar.

Estimativas de Mercado e Outras Informações

São feitas declarações neste Prospecto Preliminar sobre estimativas de mercado, a situação em relação aos concorrentes e a participação no mercado da Companhia, bem como sobre o tamanho dos mercados em que atua. Tais declarações são feitas com base em pesquisas internas e pesquisas de mercado e em informações obtidas de fontes que a Companhia considera confiáveis. A menos que indicado de outra forma, todas as informações macroeconômicas foram obtidas junto ao BACEN, IBGE e FGV. A Companhia não tem motivos para acreditar que tais informações não sejam corretas em seus aspectos relevantes, razão pela qual não as verificou de forma independente.

Todas as referências feitas neste Prospecto Preliminar a “Real”, “Reais” ou “R\$” dizem respeito à moeda oficial do Brasil e todas as referências a “Dólar”, “Dólares” ou “US\$” dizem respeito à moeda corrente dos Estados Unidos.

Adicionalmente, alguns números constantes deste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência, podem não representar totais exatos em razão de arredondamentos efetuados. Sendo assim, os resultados apresentados em algumas tabelas presentes neste Prospecto Preliminar podem não corresponder ao resultado exato da soma dos números que os precedem, ainda que a diferença seja mínima.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

Apresentamos a seguir um sumário dos nossos negócios, incluindo nossas informações operacionais e financeiras, nossas vantagens competitivas e estratégias de negócio. Este sumário é apenas um resumo das nossas informações, não contendo todas as informações que um potencial investidor deve considerar antes de tomar sua decisão de investimento em nossas Ações. Informações completas sobre nós estão no Formulário de Referência e nas nossas demonstrações financeiras incorporadas por referência a este Prospecto. Leia este Prospecto e o Formulário de Referência antes de aceitar a Oferta.

Os termos “nós”, “nossa”, “Companhia”, “RV Tecnologia”, “RV”, quando utilizados neste Sumário, referem-se ou significam, conforme o caso, à Companhia e suas controladas em conjunto, exceto se expressamente indicado de forma diferente.

ANTES DE TOMAR SUA DECISÃO EM INVESTIR EM NOSSAS AÇÕES, O INVESTIDOR DEVE LER, CUIDADOSAMENTE, TODO ESTE PROSPECTO, INCLUINDO AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NAS SEÇÕES “CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO”, “PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA” E “FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES”, CONSTANTES NAS PÁGINAS 5, 20 E 84 DESTE PROSPECTO, BEM COMO O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, A PARTIR DA PÁGINA 327, INCLUINDO AS SEÇÕES “3. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS”, “4. FATORES DE RISCO” E “10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES”, BEM COMO NOSSAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS E AS RESPECTIVAS NOTAS EXPLICATIVAS A PARTIR DA PÁGINA 153 E NOSSAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E AS RESPECTIVAS NOTAS EXPLICATIVAS A PARTIR DA PÁGINA 153, PARA UM ENTENDIMENTO MAIS DETALHADO DOS NOSSOS NEGÓCIOS E DA OFERTA PROPRIAMENTE DITA. RECOMENDA-SE AOS INVESTIDORES INTERESSADOS QUE CONTATEM SEUS CONSULTORES JURÍDICOS E FINANCEIROS ANTES DE INVESTIR NAS AÇÕES.

Visão Geral

A RV Tecnologia é uma das principais plataformas de soluções digitais e financeiras do Brasil. Em 2020 foi eleita como o maior canal de vendas de recarga de varejo do Google no mundo. Atuamos majoritariamente no mercado de pequenos e médios estabelecimentos voltados para o consumidor pessoa física e disponibilizamos nossos produtos de forma digital à fintechs e demais instituições financeiras.

Nascemos com o propósito de levar a melhor experiência de conectividade aos nossos clientes e parceiros e com isso democratizar o acesso à telefonia celular no país atendendo de forma agnóstica grandes e pequenas localidades.

Na época, após perceber que os cartões pré-pagos raspados (*scratch cards*), usados pelos clientes que adquiriam créditos para seus celulares, acumulavam desperdícios desnecessários Fabiano Chamone percebeu uma oportunidade para simplificar o uso dos mesmos através de um software, que viria receber PINs para serem revendidos eletronicamente nos estabelecimentos físicos. A partir deste momento, nasce em 2002 a RV Tecnologia a fim de fomentar um mercado ainda pouco explorado e com claras avenidas de crescimento no longo prazo.

Oferecemos aos nossos clientes e parceiros um ecossistema integrado com soluções digitais e financeiras, buscando aproximar-los de seus potenciais consumidores. Nossa tecnologia permite que os clientes e parceiros ofereçam mais produtos em seus portfólios e atraiam novos consumidores interessados. Ocupamos posições de destaque liderando o mercado de telecomunicação por meio de recargas de celulares e vendas de chips. A partir de 2012, a Companhia decidiu acelerar o desenvolvimento de diversas novas soluções por meio de seus canais digitais, além do segmento B2B2C, visando aumentar a presença online e melhorar o posicionamento da marca. Hoje, a RV Tecnologia está preparada para dar sequência no seu crescimento e acelerar novas frentes de negócios para fortalecer o seu portfólio de produtos e serviços, bem como aumentar sua capilaridade no território nacional buscando o domínio do mercado doméstico nos segmentos em que atua.

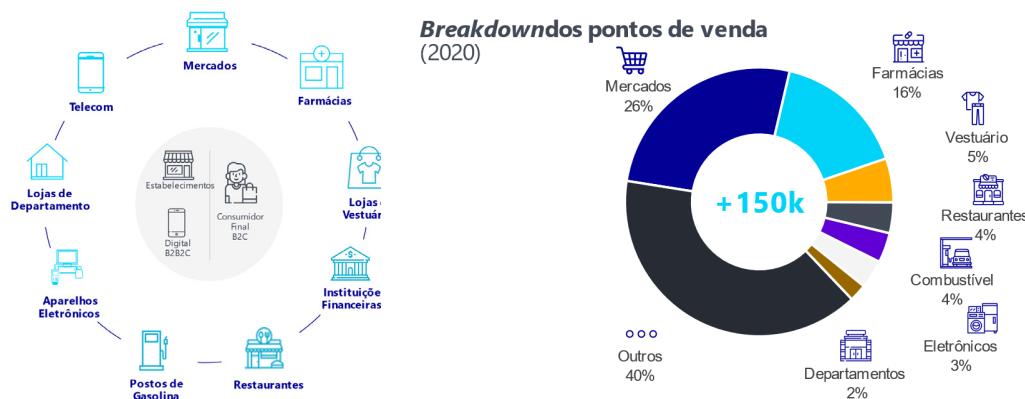
Destaques Financeiros e Operacionais da Companhia



Fonte: Companhia

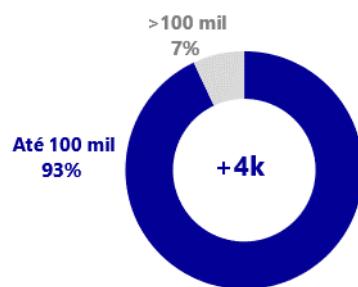
O ecossistema completo construído ao longo de toda trajetória da Companhia permite hoje a materialização do seu propósito e o apoio a seus clientes. A RV atende todos os tipos de estabelecimentos comerciais, tendo como a maior parte de sua carteira pequenos e médios estabelecimentos comerciais. São oferecidos a eles serviços pré-pagos (recarga celular, produtos pré-pagos não-telecom, cartões de transporte, entre outros), serviços financeiros (pagamento de contas, maquininhas de débito/crédito e correspondente bancário) e soluções de mídia digital (*Media Out of Home*). Dentre os estabelecimentos atendidos, verifica-se mercados, farmácias, lojas de vestuário, restaurantes, postos de gasolina, entre outros. Os pontos de venda que aparecem com maior destaque são os mercados e farmácias.

Visão Geral do Negócio e Breakdown por Estabelecimento



Fonte: Companhia

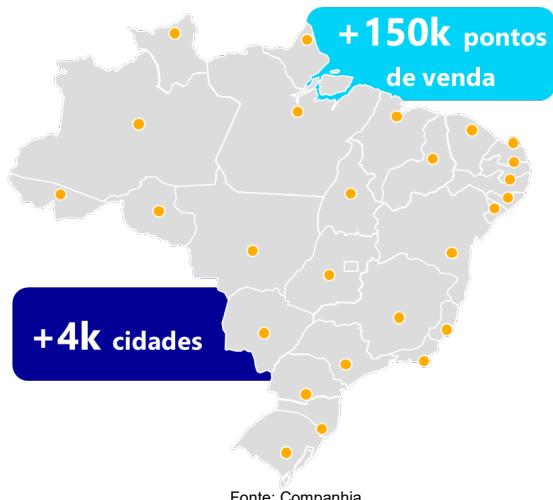
Com uma capilaridade diferenciada, a Companhia hoje está presente em todas as regiões do Brasil. A RV Tecnologia conta com uma rede de estabelecimentos que alcança mais de 150 mil de Pontos de Venda (PDVs) espalhados em mais de 4 mil cidades no Brasil. Está presente em 72% dos municípios com até 100 mil habitantes, regiões essas que contribuem para um cenário menos competitivo perante fortes concorrentes e permitem maior capacidade de fortalecer um relacionamento de longo prazo com sua base de clientes e parceiros. Além disso, cidades com até 100 mil habitantes representam 93% das



cidades que estamos presentes, conforme gráfico abaixo.

Com um modelo de negócios padronizado, escalável e bem estruturado, a Companhia teve sucesso em perseguir uma rápida expansão nos últimos anos com o aumento da quantidade de PDVs, migrando aproximadamente 91 mil pontos de venda em 2018 para 152 mil em 2020, resultando uma taxa composta de crescimento anual (CAGR) de 29% neste mesmo período.

Presença Geográfica



Fonte: Companhia

Principais Indicadores Financeiros e Modelo de Negócio

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, as vendas de nossos clientes em nosso ecossistema atingiram R\$6,0 bilhões, representando um crescimento de 15% quando comparado com o ano anterior. Acreditamos que o nosso foco em produtividade e eficiência continua necessário e, com o nosso histórico, mostramos capacidade de execução para atingir este objetivo. Nossos índices de satisfação de clientes estão no topo entre empresas de soluções financeiras, e muitos possuem o selo de qualidade no atendimento ao cliente, do Reclame Aqui, com níveis de reclamações entre os mais baixos do mercado. Nossa crescente se dá pela forma orgânica e por meio de aquisições, como as recentes aquisições da Absoluta, Digital Fone, Master Recarga e Exemplo na região Sul do país. Com a aquisição destas 4 empresas em 2019, expandimos nossa base de clientes em mais de 12%, onde tivemos um salto de 105 mil PDVs para 117 mil PDV e penetramos regiões estratégicas que permitirão crescer nossa operação ainda mais. Nossa estratégia de aquisições atual está focada em adquirir empresas que nos permitam (i) agregar novas tecnologias complementares ao nosso ecossistema de soluções digitais, (ii) expandir nossa capacidade operacional, e (iii) consolidar nossa posição pelo Brasil.

A tabela abaixo apresenta os principais indicadores financeiros da Companhia no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e 2020 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

| (em R\$ mil, exceto %) | Período de seis meses findo em 30 de junho de | | Exercício social encerrado em 31 de dezembro de | | |
|---------------------------------|--|---------|--|---------|---------|
| | 2021 | 2020 | 2020 | 2019 | 2018 |
| Receita operacional líquida.... | 193.878 | 159.036 | 444.096 | 302.467 | 260.927 |
| EBITDA | 40.887 | 25.804 | 81.389 | 43.025 | 42.591 |
| Margem EBITDA..... | 21,1% | 16,2% | 18,3% | 14,2% | 16,3% |

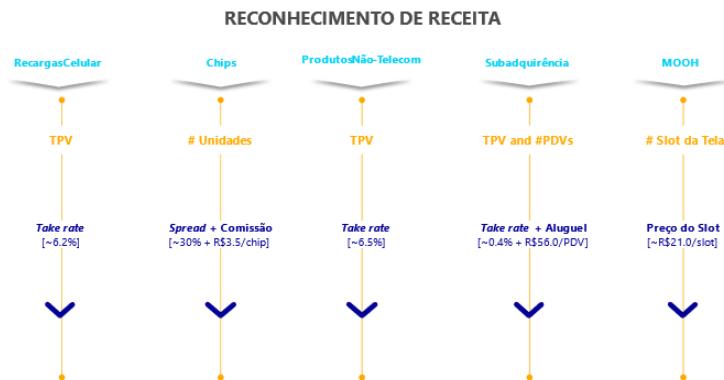
Apresentamos expressivo crescimento em receita operacional líquida nos últimos anos, com CAGR de 31% do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Nossa receita operacional líquida aumentou de R\$260.927 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$302.467 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma taxa de crescimento de 15,9%. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, nossa receita operacional líquida atingiu R\$444.096 milhões, um crescimento de 46,8% contra o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Não somente estamos continuamente crescendo, mas fazendo isso de forma sustentável e rentável. A tabela a seguir mostra a evolução dos nossos resultados financeiros para os períodos indicados:

Indicadores Financeiros da Companhia



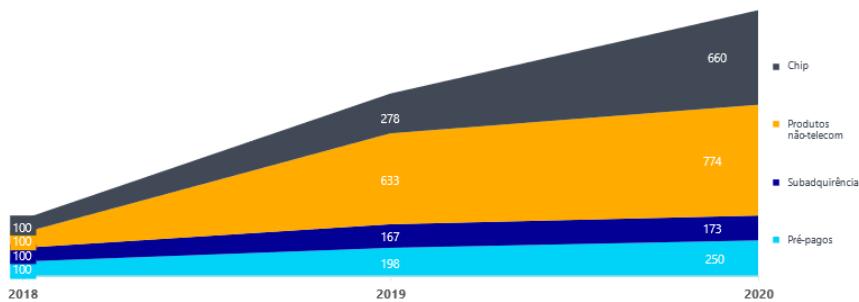
Fonte: Companhia

A RV Tecnologia possui em seu portfólio diferentes tipos de produtos responsáveis por gerar o faturamento anual do grupo, os quais estão divididos da seguinte forma:(i) Recarga *telecom*, (ii) Vendas de chips *telecom*, (iii). Serviços pré-pagos não-Telecom, (iv) Maquininha de Cartão, (v) Correspondente Bancário, (vi) Cartões de Transporte Público, (vii) Outros Serviços Financeiros, (viii) *Media out of Home* (MOOH). Enquanto a recarga *telecom* e os serviços pré-pagos não-Telecom se beneficiam do take-rate cobrado sobre o valor total transacionado das operações realizadas, a maquininha de cartão, além do take-rate sobre o TPV, é exigido um valor de aluguel anual por maquininha. Já para os chips, cobra-se para cada unidade vendida um spread sobre a diferença do valor de compra do fornecedor e o valor de venda para o cliente, somado a um valor fixo de comissão por chip. Por fim, o MOOH gera receita à Companhia por meio de um valor fixo cobrado de acordo com a quantidade de slots ocupados nas telas digitais destinados a cada anunciente dos estabelecimentos que elas estão presentes. Abaixo encontra-se um breve modelo descrevendo o reconhecimento de receita para cada serviço prestado:



Nota-se nos últimos anos uma mudança no comportamento dos produtos vendidos devido à diversificação no portfólio que a Companhia tem dedicado grandes esforços. Produtos que anteriormente tinham grande destaque, no caso das vendas de recarga *telecom*, hoje tem reduzido a representatividade devido à ampliação do portfólio, uma vez que não houve redução da demanda por esses produtos. A Companhia apresenta um aumento de receita constante advindo de novos clientes e também de clientes já existentes que aumentam o consumo dos demais produtos oferecidos pela plataforma da RV, conforme ilustra o gráfico de Cohorte abaixo.

Evolução da Receita de Novos Clientes, por Segmento – Base 100



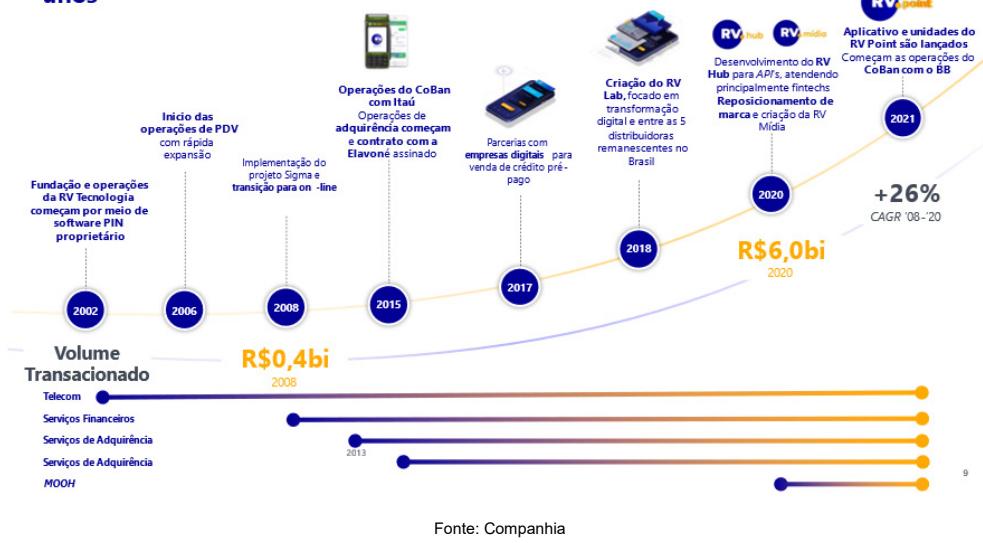
Missão, Visão, Valores e Cultura

Aproximar os nossos clientes e parceiros de seus potenciais consumidores, por meio de um ecossistema digital que possibilita uma ampla rede de estabelecimentos comerciais, é a principal missão da RV Tecnologia. Para isso, a Companhia estabelece uma cultura guiada por valores que prezam por um atendimento eficiente e humanizado. A Companhia se orgulha de ser uma empresa que está em constante busca da inovação e comprometida com o próximo, a fim de oferecer a melhor experiência para seus clientes e parceiros. Desde o início de nossa trajetória, focamos no relacionamento com clientes, parceiros e sociedade, estabelecendo uma atuação com processos estruturados. Ademais, temos como prática comunicar constantemente a missão, visão e valores para toda equipe, criando momentos reais onde possam vivenciar o seu jeito de ser. Como visão, busca ser a maior rede nacional de comercialização de produtos pré-pagos com presença em serviços financeiros e mídia digital, mantendo a liderança em telefonia pré-paga. Para que possamos crescer de forma sustentável, a Companhia acredita que é preciso andar junto com a equipe e, desta forma, pratica a gestão participativa. Como base para gestão atual, foram escolhidas oito competências que permeiam organização:

1. Busca, Aplicação e Disseminação do Conhecimento: É a capacidade de manter-se atualizado, em constante desenvolvimento e de adquirir conhecimentos de valor significativo para o negócio.
2. Busca pela Excelência: É a ação no sentido de buscar continuamente a superação dos resultados, através da melhoria de sistemas de trabalho, processos e procedimentos, bem como excedendo padrões de excelência estabelecidos.
3. Orientação para o Cliente: É a preocupação com a satisfação constante de seus usuários. Entende-se por usuário aquele que na cadeia de seu negócio recebe o produto final de sua atividade, podendo ser interno ou externo.
4. Sentimento de Pertencimento: É a disposição de moldar o próprio comportamento de acordo com as necessidades, prioridades e objetivos da Empresa, que determina um “senso de propriedade do negócio”, priorizando a missão organizacional em relação às suas preferências pessoais.
5. Autoconfiança: É a confiança na própria capacidade de executar um trabalho. Isto se revela por envolver-se em circunstâncias cada vez mais desafiadoras, acreditando fortemente nas próprias opiniões e decisões.
6. Flexibilidade e Trabalho em Equipe: É a capacidade de trabalhar em grupo, de negociar eficazmente, de se relacionar bem com as pessoas, buscando situações de ganha-ganha. Isto pressupõe entendimento e apreciação de perspectivas diferentes, e até mesmo opostas.
7. Desenvolvimento de Pessoas: É a capacidade em captar, treinar, desenvolver pessoas e formar equipes. Isto se revela pela postura no dia a dia com seus subordinados e no seu histórico de formação de pessoas para a Empresa.
8. Liderança de Mudanças: É a habilidade de alterar, e motivar, as pessoas quanto à necessidade de realizar mudanças específicas na Organização. Entende-se que a comunicação aberta, fluida e transparente em todos os níveis, é uma peça fundamental para sua estratégia. Para que a cultura seja vivenciada de forma tangível, a Companhia estrutura ritos para alinhar estratégia, integrar todo o time e criar espaços de reconhecimento e celebração das conquistas alcançadas.

Histórico das operações

Histórico inigualável de inovação e parcerias de valor agregado nos últimos anos



Nossos Pontos Fortes

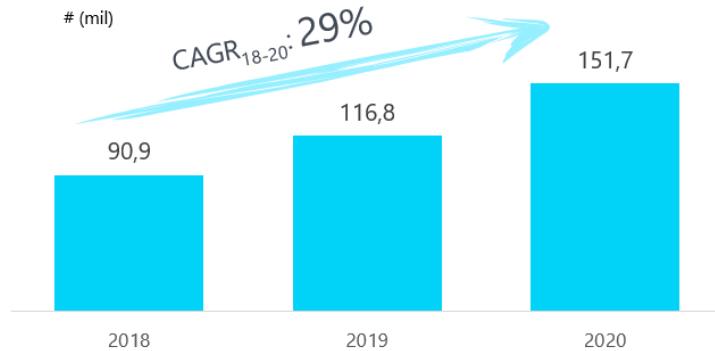
Histórico de Crescimento Independente da Competição

A Companhia vem se diferenciando cada vez mais dos concorrentes por meio da oferta de um serviço de alta qualidade, com uma estratégia focada em retornos atrativos.

O modelo de negócios da Companhia se comprova pela crescente participação de mercado em todo o território nacional e da satisfação de seus clientes. Entre o início de sua operação até maio de 2021, cresceu 26% ao ano, e ampliou significativamente seu portfólio, se posicionando como um *marketplace* de produtos digitais e financeiros.

O resultado desse crescimento consistente pode ser visto na evolução da base de clientes, hoje são 150 mil estabelecimentos conectados a sua plataforma, para atender milhões de consumidores em todo o Brasil. Hoje a companhia possui estabelecimentos clientes em mais de 4 mil municípios, que gerou mais de 400 milhões de transações de vendas em 2020.

Evolução da base de clientes



A Companhia proporciona a melhor tecnologia e um portfólio completo de serviços complementares aos seus clientes. O rápido crescimento da base de clientes vem acompanhado de uma escalada em lucratividade, impulsionada pelo aumento na quantidade de Pontos de Venda (PDVs). Como referência, em 2018 a Companhia tinha 90.9 mil PDVs, enquanto em 2020 a Companhia possuía 151.7 milhões de PDVs em todo o território nacional, o que representa um CAGR de 29% no período.

Estratégia Comercial

A Companhia utiliza uma estratégia comercial com foco em fornecer uma experiência diferenciada a cada um de seus clientes, com sua operação completamente centrada no consumidor. Com este engajamento e foco na experiência do usuário, a Companhia conseguiu garantir índices de satisfação e excelência no atendimento, medidos pelo website

Reclame Aqui em julho de 2021, nota superior a seus concorrentes, o que demonstra que a Companhia possui um alto nível de orientação e atendimento prestados aos seus clientes e parceiros. Set-up de 21 dias para os parceiros, uma plataforma com API *plug-and-play* e com um POS pronto para ser usado no momento da venda.

O time de vendas é formado por uma equipe própria, com profissionais capacitados e treinados para criar relacionamentos duradouros e sólidos com cada cliente. Além disso, o atendimento de vendas e pós-vendas pode ser realizado via WhatsApp, e-mail, telefone, chat e mídias sociais. A estratégia de vendas da Companhia usa diversos canais para atender o cliente da maneira mais conveniente. A Companhia consegue se conectar com o cliente de forma orgânica e eficiente, chegando a níveis mais baixos de Custo de Aquisição de Cliente (CAC).

Adicionalmente, o atendimento da Companhia às empresas parceiras e a qualidade da execução, recebeu o reconhecimento de seus parceiros, por meio de prêmios e certificações.

Entregamos uma experiência referência para nossos clientes e parceiros de negócios

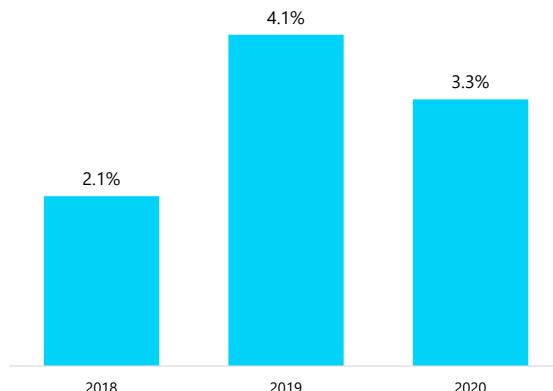
CX como prioridade A e indicador-chave de excelência operacional



Fonte: Empresa e ReclameAqui, em 07 de julho de 2021
Nota:
1. Considera os resultados dos últimos seis meses
2.



Todo esforço em garantir excelência de atendimento aos nossos clientes e parceiros tem reflexo nos baixos índices de *churn* da Cia, mesmo em meio a um cenário de pandemia com fechamento de estabelecimentos comerciais, conforme indicado pelo gráfico abaixo.



Evolução do Churn

Além disso, os produtos ofertados dentro do portfólio da Companhia possuem capacidade de gerar demanda, por meio da experiência proporcionada ao cliente no que tange ele a: (i) acessar o maior portfólio de recargas digitais do Brasil; (ii) usar maquininhas modernas para receber pagamentos de débito e crédito; (iii) efetuar pagamentos de contas e boletos; (iv) utilizar um aplicativo moderno e completo; (v) receber suporte de atendimento eficaz em todo o território nacional; e (vi) fazer parte de uma rede com presença em todo o território nacional.

Toda a estratégia comercial da Companhia é suportada por uma estratégia de marketing completa e integrada com as demais áreas da operação, utilizando múltiplos canais e garantindo eficiência máxima na captação de novos clientes.

Negócios recorrentes com crescimento em escala

Portfolio completo: a companhia atualmente fornece uma ampla oferta de produtos por meio de uma plataforma de vendas multicanal própria, em um modelo de negócio escalável com portfólio de 8 tipos de soluções e diversos produtos, proporcionando uma solução ganha-ganha para todas as partes – consumidores, lojistas e empresas e posicionando a RV à frente dos principais competidores do segmento.

Capilaridade Digital e Física: presente em todos os estados do país, seu alcance supera 4 mil municípios e 150 mil pontos de venda. Mais de 80% da sua representatividade está em cidades com menos de 1 milhão de habitantes, o que favorece a competitividade por não haver quantidade expressiva de players atuando nessas regiões.

Serviço de qualidade: por meio de um ecossistema que gera valor para seus stakeholders, a Companhia possui excelência reconhecida por seus parceiros carregando certificados requisitados no mercado em que atua, ocupando posições de destaque nas classificações de atendimento e suporte ao cliente.

Outros Fatores:

- Assertividade na Execução
- Sistema de vendas proprietário
- Modelo de negócio *telecom*
- Sistema de vendas inteligente

O maior diferencial competitivo está na capacidade de “blindagem” da Companhia, que se estabelece por meio da fidelização dos clientes e parceiros, os quais consomem mais produtos e serviços ao longo do tempo.

Tecnologia superior e infraestrutura integrada

A Companhia possui uma infraestrutura totalmente integrada, com 100% da infraestrutura de rede em SaaS, 6 áreas dedicadas ao desenvolvimento de novas ferramentas tecnológicas, times de *back-end* e *front-end* integrados e forte uso de análise de dados no desenvolvimento de novos produtos e resolução de problemas sistêmicos. No total, temos um time composto por 46 pessoas, divididos entre desenvolvimento, infraestrutura e suporte (T.I.). A internalização dos negócios digitais, a fim de apresentar uma infraestrutura integrada, sempre é uma tarefa desafiadora para as empresas, uma vez que se torna necessária a composição de uma equipe grande e complexa de expertise neste ramo. Atualmente é oferecido pela Companhia uma tecnologia avançada de alta escalabilidade voltada para a omnicanalidade, que enfrenta constantemente inovação e aprimoramento de suas funcionalidades para garantir aos seus clientes e parceiros um portfólio robusto e cada vez mais completo, de forma a manter sempre uma relação de ganha-ganha, estabelecida da seguinte forma:

- Estabelecimentos comerciais (nossos clientes): Mais produtos, mais consumidores e novas alternativas de receita
- Parceiros: Aumento da rede de distribuição, mais clientes e maior reconhecimento da marca
- Consumidores: Conveniência, melhores produtos e maior oferta de produtos em mais lugares



Vale também ressaltar que a tecnologia utilizada pela RV Tecnologia é altamente extensível por meio da estrutura API, permitindo que soluções já existentes e utilizadas pelos clientes e parceiros sejam integradas na plataforma da Companhia de forma rápida e segura. Diversas soluções já estão em operação na plataforma para que possam ser utilizadas através do mobile, enquanto outras novas soluções estão sendo estudadas e desenvolvidas para serem lançadas no curto prazo.

Plataforma Tecnológica



Referência em experiência de gestão e governança com agilidade de startup

A gestão da Companhia é conduzida por um time altamente qualificado, com o apoio de equipes específicas para garantir a alta qualidade na tomada de decisão em cada área do negócio.

Estabelecido com a preocupação de preservar a agilidade na tomada de decisão e garantir uma autonomia da gestão regular da Companhia, também usufrui de uma organização interna que promove a otimização do trabalho e a rápida interação entre os times para simplificar e agilizar a tomada de decisão, sempre com foco em promover a melhor experiência ao cliente.

A administração da Companhia é composta pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, o qual é auxiliado pelo Comitê Financeiro e de Auditoria. Para mais informações sobre a administração da Companhia, veja a seção 12 do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, a partir da página 327 deste Prospecto.

Além disso, a Companhia também conta com uma área especializada em TI, coordenada pelo Sr. Henrique Lima (CTO), a qual tem o objetivo de assessorar a administração, conferindo mais eficiência na tomada de decisão nos temas relacionados à inovação tecnológica, infraestrutura de rede e melhores práticas em T.I.

Alto padrão de governança e gestão



A administração da Companhia é formada por profissionais com experiência técnica, tendo sido selecionados em um rigoroso processo de recrutamento que avalia o alinhamento com a cultura da Companhia, focada em execução e inovação. Para maiores informações sobre a experiência da administração da Companhia, veja os itens 12.5/6 do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, a partir da página 327 deste Prospecto.

A Companhia conta com uma equipe diferenciada e com profunda experiência no setor brasileiro de varejo e tecnologia, a qual foi responsável por liderar a Companhia através de ampla inovação. Para maiores informações sobre a experiência da administração da Companhia, veja os itens 12.5/6 do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, a partir da página 327 deste Prospecto.

Time Experiente e Altamente Capacitado

Equipe experiente liderando o caminho a seguir

RV Digital é apoiado por uma equipe experiente e com profunda experiência no Varejo e Tecnologia do Brasil

Suporte de Acionistas-Chave

- José Paulo Guimarães
Sócio
ambev Nutricash
Distribuição
MAXI FROTA
- José Bastião
Sócio
Braskem Nutricash
MAXI FROTA
- Valmor Bosi
Sócio & CEO
ambev Nutricash
Distribuição
MAXI FROTA

Gestão Experiente

- Cássio Doval
CFO
SADA
TECHMATE
- Eduardo Sanches
COO
REDE
TV BAHIA
- Henrique Lima
CTO
rede
stefanini GROUP
- Luis Fernando Carvalho
CMO & CPO
LAUREATE
Universidade
ambev
Distribuição

Nossos Pontos Fracos, Obstáculos e Ameaças

Os pontos fracos, obstáculos e ameaças à Companhia, seus negócios e sua condição financeira estão relacionados à concretização de um ou mais cenários adversos contemplados nos fatores de risco. Para mais informações veja os itens “4.1 Fatores de Risco” e “4.2 Riscos de Mercado” do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, a partir da página 327 deste Prospecto.

Nossas Estratégias

Rápido crescimento orgânico e inorgânico

A Companhia pretende gerar crescimento alavancando o core business e complementando o portfólio principal, de modo a aproveitar um gigante mercado endereçável, por meio de expansão do *marketshare*, lançamento de novos projetos e serviços, atualização da infraestrutura para PDV Inteligente, expansão do uso de aplicativos e lançamento do Banking as a Service (BaaS), lançamento da operação de adquirência e execução de M&As.

Para o crescimento orgânico. A RV Tecnologia irá impulsionar o crescimento por meio de verticais que permitem expandir participação de mercado e base de clientes. Haverá o crescimento do número de telas na operação da RV Mídia, expansão de novos centros físicos de conveniência (RV Point), expansão do portfólio e exposição de marca, expansão do *marketplace* de APIs (RVHub), ampliação da operação com serviços financeiros, início da adquirência e tudo isso acompanhado pelo crescimento da capacidade de inovação (RV lab). O desenvolvimento de novas verticais por meio de oportunidades de mercado contribuirá ainda mais para a expansão orgânica

A Companhia mantém um padrão de tomada de decisão rápida, com o objetivo de sempre estar à frente de seus competidores e atuar sobre boas oportunidades. Desta forma, a Companhia se posiciona como um player de crescimento não só robusto e escalável, mas também rápido e eficiente.

A estratégia de crescimento inorgânico da Companhia também é pautada em uma análise detalhada, que permitiu, desde 2009, adquirir 19 operações regionais.

Metodologia de avaliação de potenciais aquisições



Fonte: Companhia

Além de um processo de aquisição muito bem desenhado, a Companhia estruturou também um processo de integração robusto e eficiente. As empresas adquiridas foram integradas à plataforma em até 120 dias e, em até 90 dias, já conseguiram agregar valor à operação.

A Companhia tem um forte histórico de crescimento inorgânico, tendo agregado, nas 19 aquisições citadas, 67 mil estabelecimentos, decisivo para garantir crescimento relevante de produtos pré-pagos.

Track-record de M&A



Fonte: Companhia

Adicionalmente Companhia pretende continuar expandindo seu canal de vendas composto por pontos comerciais físicos localizados em todo o território nacional, possibilitando a existência física de lojas de terceiros se tornarem um centro de conveniência para os principais clientes. Esses pontos comerciais serão denominados RV. Point, e serão comercializados (i) recargas de telefone; (ii) recargas de TV pré-pagas; (iii) chips de telefone; (iv) cartões de crédito e débito; (v) serviços financeiros, incluindo empréstimos; e (vi) micro seguros, incluindo seguro de vida e de telefone. A Companhia acredita que o mercado continuará dependendo das lojas físicas, principalmente nas cidades de até 100 mil habitantes que ainda possuem poucas alternativas para fornecerem os mesmos serviços.

Aumento na presença de dispositivos

Com uma estratégia diferenciada para mídias *out-of-home*, a RV Midia lançou, em 2020, uma operação de vendas de soluções digitais e segmentadas, que em menos de um ano de operação, a Companhia conta mais de 14 horas de conteúdos, 11 parceiros, incluindo clientes como o Google, a TIM, o Boticário, e a VIVO, entre outros para levar mídia em mais de 6 mil dispositivos instalados, localizados em mais de 300 cidades.

Está expandindo o portfólio através do RV Hub, *marketplace* de APIs (*Application Programming Interface*), que conecta bancos, fintechs e grandes varejistas para que possam disponibilizar seus produtos em suas carteiras digitais e aplicativos, se posicionando estrategicamente frente as transformações digitais.

As empresas atuais de mídia *out-of-home* apresentam algumas ineficiências como a instalação indiscriminada de telas e a não segmentação da mídia veiculada. Entretanto, para estas deficiências, a Companhia apresenta uma mídia diversificada, centrada em dados assertivos, direcionada para o público de cada estabelecimento onde as telas estão instaladas e focada em retorno sobre o investimento.

Expansão de portfólio, da marca e do marketplace de APIs (Application Programming Interface)

A Companhia também observa novas oportunidades de parcerias para o futuro agregando ainda mais valor na experiência de seus clientes, e permitindo a rentabilização da sua crescente base de clientes.

Através dessa plataforma multiserviços, oferece um serviço que aproxima seus parceiros de seus consumidores potenciais, proporcionando um modelo eficaz e amplo de distribuição, adequado em um país de dimensões continentais.

O RV Hub é um Marketplace (Portal) de APIs *Plug-And-Play* da RV, disponível quaisquer parceiros se conectarão rapidamente à plataforma, possibilitando a comercialização de produtos e serviços digitais com rapidez e segurança. Atualmente, a Companhia possui APIs para recargas de telefonia móvel e fixa, TVs por assinatura, pagamento de contas em geral, recargas de aplicativos, games e *delivery's*, recargas para plataformas de conteúdo, recargas de transportes, títulos premiáveis e *cashIn's* via boleto e pix.

A plataforma RV.Hub reúne compradores e vendedores de APIs em um único local, o qual inclui um portal provedor e um portal desenvolvedor. Essa plataforma permite que os provedores de API divulguem os seus produtos, ao mesmo tempo em que os potenciais compradores podem visualizar as APIs disponíveis para venda.

A plataforma possui também o conceito de Carteira Digital para gestão de saldos e é ideal para qualquer empresa que possui alguma solução tecnológica, e que deseja agregar valor e novas receitas para seus negócios e clientes, com a disponibilização de produtos e serviços de consumo massivo.

Aumento da capacidade de inovação

Por meio da RV. Lab, a Companhia desenvolve novos produtos com o objetivo de fomentar a cultura de inovação. Para assegurar agilidade, a Companhia se baseia em um modelo de startup, contando com uma equipe inovadora, para entregar de forma eficiente o melhor serviço a seus clientes, por meio de uma metodologia de integração com foco na experiência de seus clientes, permitindo interações duradouras e bem-sucedidas e, consequentemente, fomentar o crescimento da Companhia. Buscando também atender os players financeiros, RV passou a proporcionar uma oferta completa de serviços de primeira linha com potencial para estimular o cross-sell entre fintechs sem a exposição à produtos pré-pagos de telecomunicações.

Parcerias

Por meio da transformação digital promovida pela Companhia, novas oportunidades surgem não só para seus clientes, mas também para sua própria operação. Com uma conexão robusta e de ampla qualidade, a Companhia se coloca como potencial parceira em diversos setores, podendo alavancar significativamente sua base de clientes em diferentes segmentos como: máquina de processamento de cartões de crédito, débito e vouchers, média *out-of-home*, títulos de capitalização, meio de pagamento em transportes, serviços financeiros, recarga de celular pré-pago, e meio de pagamento para outros serviços como, por exemplo, Google Play, iFood, PlayStation, Uber, Netflix e Spotify.

Potenciais segmentos para parceria

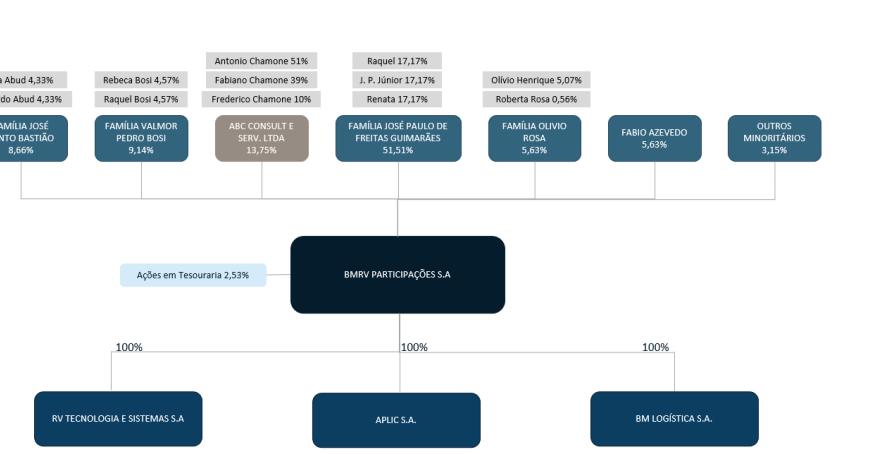
Fornecemos uma ampla oferta de produtos em um modelo de negócio escalável

Temos fortes parcerias estratégicas para nossas diversas soluções e ofertas aos comerciantes e clientes finais.



Fonte: Companhia

Organograma Societário



Eventos Recentes

Aprovação da venda das ações mantidas em tesouraria

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2021, os acionistas da Companhia autorizaram o Conselho de Administração a realizar a venda das 48.032 ações ordinárias, representativas de 2,53% de seu capital social, mantidas em tesouraria pela Companhia, nos termos do artigo 30, parágrafo 1º, alínea “c”, da Lei das Sociedades por Ações.

Aprovação da abertura de capital

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de agosto de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram (i) a abertura de capital e a submissão do pedido de registro de emissor de valores mobiliários na categoria “A” perante a CVM; (ii) a autorização para a administração da Companhia realizar o pedido de adesão da Companhia ao segmento de Novo Mercado; e (iii) a realização de oferta pública primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia, a ser registrada junto à CVM.

Eleição da Diretoria e constituição do Comitê Financeiro de Auditoria

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de agosto de 2021, foi aprovada a eleição dos membros da Diretoria, a constituição do Comitê Financeiro e de Auditoria e eleição de seus membros, bem como o regimento interno do Conselho de Administração, do Comitê Financeiro e de Auditoria e as novas Políticas Internas da Companhia.

Aprovação do novo Estatuto Social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de agosto de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram (i) a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; (ii) a remuneração anual dos administradores; e (iii) o novo Estatuto Social da Companhia, alterado para refletir: (a) a criação do capital autorizado da Companhia, (b) a criação do cargo de Diretor de Relações com Investidores, (c) os requisitos legais aplicáveis às Companhias abertas e às regras do Regulamento do Novo Mercado.

Principais Fatores de Riscos Relacionados à Companhia

Abaixo estão listados os cinco principais fatores de risco que afetam a Companhia, nos termos do artigo 40, § 3º, inciso IV da Instrução CVM 400. Para informações sobre os fatores de risco a que estamos expostos, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações”, na página 84 deste Prospecto, e os itens “4.1 Fatores de Risco” e “4.2 Riscos de Mercado” do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, a partir da página 327 deste Prospecto:

A Companhia pode não conseguir executar integralmente sua estratégia de negócios o que pode impactar adversamente seus resultados financeiros.

A Companhia não pode garantir que quaisquer de seus objetivos e estratégias serão integralmente realizados. Por exemplo, à medida que a Companhia busca expandir suas atividades para outras regiões do Brasil, a Companhia pode não ser capaz de replicar sua estrutura de negócios de forma a atender às demandas dos diferentes mercados. Nesse cenário, a efetiva produtividade, investimentos, custos operacionais e estratégia de negócios da Companhia poderão se revelar substancialmente menos favoráveis do que aqueles estimados. As dificuldades poderão advir, especialmente, de questões financeiras, demográficas, de concorrência e/ou de tecnologia entre outros, podendo causar efeitos adversos em sua condição financeira e resultados operacionais.

A Companhia poderá não ser bem-sucedida na execução de aquisições de empresas e/ou poderá estar exposta a responsabilidades sucessórias, não identificadas e/ou não identificáveis, em razão da conclusão de transações de aquisição de empresas, o que poderá afetar negativamente e de forma relevante sua reputação e seus negócios.

Fusões e aquisições são elementos importantes da estratégia de expansão da Companhia e a Companhia espera continuar a adquirir empresas, produtos, serviços e tecnologias. A Companhia pode incorrer em custos significativos nas transações para aquisição de empresas e, ainda assim, poderá não conseguir concluir tais aquisições ou, se conseguir concluir-las, estas podem não gerar os benefícios esperados. A capacidade da Companhia de continuar a ampliar os negócios por meio de aquisições depende de diversos fatores, dentre os quais (i) sua capacidade de identificar e avaliar as oportunidades e negociar condições favoráveis, (ii) sua capacidade de obter recursos para financiar tais transações em condições favoráveis, e (iii) sua capacidade de integrar com sucesso os negócios adquiridos. Além disso, outros players do setor podem também estar em busca de crescimento por meio de aquisições e parcerias estratégicas, o que poderá aumentar a competição por aquisições e reduzir a probabilidade de sucesso da Companhia na implementação de tal estratégia.

A Companhia não pode assegurar que será bem-sucedida em identificar, negociar ou concluir aquisições no momento e/ou em termos, preços e/ou condições desejados. Adicionalmente, a integração dos negócios e atividades da Companhia aos das empresas adquiridas poderá se mostrar mais custosa do que originalmente previsto, demorar mais do que o esperado em razão da dificuldade da Companhia para criar e implementar padrões, controles, procedimentos e políticas uniformes e para integrar esforços de venda e desenvolvimento de softwares para comunicar as possibilidades de venda combinada de produtos, vender produtos de modo cruzado e gerir a venda combinada de produtos, bem como para integrar as atividades de desenvolvimento realizada pelas empresas adquiridas, falhando em maximizar as sinergias esperadas. Assim, a Companhia não pode garantir que será capaz de integrar tais empresas ou bens adquiridos em seus negócios de forma bem-sucedida, tampouco de diligenciar devidamente as contingências das empresas adquiridas. Além disso, determinadas aquisições que a Companhia vier a considerar poderão estar sujeitas à obtenção de autorizações das autoridades brasileiras de defesa da concorrência e demais autoridades aplicáveis. A Companhia pode não ter sucesso na obtenção de tais autorizações necessárias ou na sua obtenção em tempo hábil para integrar as empresas adquiridas de modo eficaz e estratégico. O insucesso da sua estratégia de aquisições pode afetar, material e adversamente, sua situação financeira e os resultados da Companhia.

O crescimento por meio de aquisições também sujeita a Companhia ao risco de exposição às responsabilidades sucessórias relacionadas aos estabelecimentos, às sociedades adquiridas, a administração, suas atividades e/ou demandas judiciais incorridas anteriormente à aquisição. Eventuais ônus, gravames, vícos, contingências e/ou pendências de qualquer natureza não identificados ou não identificáveis na ocasião dos processos de auditoria legal realizados com base em documentos e informações então apresentados pelas empresas adquiridas no âmbito dos respectivos processos de aquisição, bem como a ocorrência de eventos ou apresentação de documentos posteriores a tais aquisições que resultem ou possam resultar em ônus, gravames, vícos, contingências e/ou pendências materiais de qualquer natureza com relação às empresas adquiridas poderão impactar a situação financeira e a reputação da Companhia de forma negativa e, por conseguinte, causar efeito adverso relevante em seus resultados operacionais.

Além disso, indenizações que a Companhia receba ou possa receber dos vendedores de empresas adquiridas, podem não ser suficientes à proteção ou compensação de demandas judiciais e responsabilidades ou podem não ser cumpridas. Ademais, as garantias outorgadas em favor da Companhia no âmbito de transações de aquisição de empresas podem perecer, desvalorizar-se, ou ser afetadas em caso de insolvência ou de existência de credores que tenham preferência sobre o direito de indenização da Companhia e podem inexistir obrigações de reforço ou substituição de tais garantias. Por fim, demandas judiciais e responsabilidades significativas associadas a aquisições também podem afetar a Companhia de maneira adversa, inclusive em relação à sua reputação, o que reduziria os benefícios relacionados à aquisição ou causaria prejuízos relevantes à situação financeira, à reputação e aos negócios futuros da Companhia.

O surto de doenças transmissíveis no Brasil e/ou no mundo, a exemplo da COVID-19, declarada como uma pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS), provocou e pode continuar provocando um efeito adverso nas operações da Companhia. A extensão da pandemia da COVID-19, as respostas e ações do governo, a percepção de seus efeitos e a forma pela qual tal pandemia impactará os negócios da Companhia depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em efeito adverso relevante nos negócios, na condição financeira, nos resultados operacionais e nos fluxos de caixa da Companhia.

Em 11 março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), como uma pandemia. Tal declaração desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto da doença, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e lockdown, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de maneira geral pela população. No Brasil, alguns estados e municípios, incluindo as localidades em que os principais clientes da Companhia atuam, seguiram essas providências, adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e isolamento social, que resultaram no fechamento de shoppings, áreas de grande circulação, parques e demais espaços públicos. O atraso na vacinação também impactou na continuidade da pandemia, sendo que a situação se mantém pela escassez de vacinas disponíveis. Além disso, essas medidas influenciaram o comportamento da população brasileira em geral, resultando na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de companhias de diversos setores, bem como na redução drástica de consumo.

Adicionalmente, uma recessão e/ou desaceleração econômica global, incluindo um aumento do desemprego, pode resultar em (i) menor atividade comercial e de consumo, tanto durante a pandemia da COVID-19 quanto depois que o surto da doença diminuir, (ii) aumento do inadimplemento dos clientes da Companhia, (iii) redução do número de clientes da Companhia em razão de falências, (iv) aumento do ajuizamento de demandas individuais ou coletivas em face da Companhia objetivando a suspensão do registro de protestos e da inclusão dos nomes de devedores nos órgãos de proteção ao crédito, (v) mudanças significativas nos processos internos dos clientes da Companhia, que podem levar à redução ou à descontinuação do uso dos produtos da Companhia e (vi) substituição, por clientes da Companhia, dos produtos por ela oferecidos, por alternativas de menor custo de concorrentes emergentes. Todos esses fatores podem

acarretar a diminuição da demanda pelos serviços e produtos oferecidos pela Companhia, bem como levar à necessidade de renegociação de contratos com clientes em termos desfavoráveis à Companhia, e consequentemente, afetar seus resultados operacionais e financeiros.

Em razão da pandemia da COVID-19, a Companhia poderá também enfrentar dificuldades para obtenção de novos financiamentos junto a instituições financeiras ou eventuais outras restrições de caixa, o que pode comprometer e/ou dificultar o cumprimento dos *covenants* financeiros aos quais a Companhia está sujeita no âmbito dos instrumentos que regem seu endividamento. Uma eventual restrição de caixa poderá também afetar as operações da Companhia e o cumprimento de suas obrigações com terceiros, inclusive comprometer seu plano de expansão.

Após a diminuição do surto da COVID-19, a Companhia poderá ter impactos adversos em seus negócios como resultado do impacto econômico nacional e global, incluindo qualquer recessão, desaceleração econômica ou aumento nos níveis de desemprego no Brasil, fusões e aquisições ou falência de clientes, que já ocorreram ou possam vir a ocorrer, resultando em uma diminuição do número de atuais e potenciais de clientes. Além disso, no futuro, podem ocorrer outros surtos regionais e/ou globais de doenças transmissíveis. Se ocorrer algum desses surtos, os efeitos que a Companhia sofrerá podem ser semelhantes ou até maiores que os efeitos que está sofrendo em decorrência da pandemia da COVID-19.

Haja vista que a pandemia da COVID-19 pode afetar negativamente as atividades e resultados financeiros da Companhia, tal pandemia também pode ter o efeito de aumentar muitos dos outros riscos descritos nesta seção “4.1. Fatores de Risco”. Para mais informações sobre os impactos da pandemia da COVID-19 sobre os negócios da Companhia, vide item 10.9 do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, a partir da página 327 deste Prospecto.

A Companhia pode não conseguir acompanhar o rápido desenvolvimento tecnológico de seu setor de atuação ou modernizar adequadamente sua infraestrutura tecnológica para desenvolver e integrar novos produtos e serviços e/ou aperfeiçoar seus atuais produtos e serviços, o que poderá afetar sua competitividade e causar um efeito adverso relevante em seus resultados financeiros e operacionais.

O mercado de sistemas de software, principal mercado em que a Companhia atua em termos de receita, caracteriza-se por constantes avanços tecnológicos, evolução dos padrões de equipamentos de computação e de infraestrutura de comunicação, crescente complexidade das necessidades dos clientes, surgimento de novos competidores/startups, frequentes melhorias na experiência do usuário e lançamentos constantes de novos produtos. Assim, os resultados da Companhia dependem de sua capacidade de prever e se adaptar em tempo hábil a tais transformações tecnológicas.

Caso a Companhia deixe de desenvolver melhorias tecnológicas, de aperfeiçoar e de incrementar seus produtos e serviços em tempo hábil, de identificar e traduzir adequadamente as necessidades dos seus clientes ou de posicionar ou precisar seus produtos e serviços de modo a atender a demanda do mercado, os clientes da Companhia poderão deixar de adquirir novas licenças de software e de contratar serviços oferecidos pela Companhia, ou a Companhia poderá perder sua competitividade no que diz respeito a atrair novos clientes.

A desatualização dos produtos e serviços oferecidos pela Companhia em relação aos de seus concorrentes, poderá reduzir sua receita e tornar necessário o investimento em novas tecnologias. A Companhia não pode assegurar que será capaz de manter um nível de investimento necessário para promover e/ou continuar a modernizar sua infraestrutura tecnológica de tratamento de dados ou que conseguirá incorporar as tecnologias necessárias em seus produtos e serviços de forma a conseguir manter seus clientes ou atrair novos clientes, o que poderá restringir a capacidade da Companhia de competir de maneira eficiente nos mercados em que atua e causar impacto material na estratégia de negócios da Companhia e, por conseguinte, em seus resultados financeiros e operacionais.

A perda de integrantes da administração e de áreas estratégicas da Companhia, e/ou sua incapacidade de atrair e reter pessoal qualificado poderá afetar de maneira adversa e relevante as atividades e resultados operacionais da Companhia.

O crescimento e desempenho financeiro e operacional da Companhia, sua capacidade de manter uma posição competitiva em seu setor de atuação, a implementação de seu plano de crescimento e a implementação de suas respectivas estratégias depende dos serviços prestados por sua administração e da cultura organizacional promovida pela Companhia. A Companhia não pode garantir que conseguirá manter ou atrair profissionais qualificados para integrar sua administração. A perda de integrantes essenciais de sua administração ou a incapacidade de atrair e reter profissionais qualificados poderá afetar a Companhia de maneira significativamente negativa.

O sucesso da Companhia também depende de sua habilidade de identificar, atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerir profissionais altamente qualificados nas áreas técnicas, de gestão, tecnologia, marketing e serviços aos clientes. Há carência no mercado de profissionais especializados no setor de atuação da Companhia e alta demanda por profissionais qualificados, de forma que o mercado para tais profissionais tem forte concorrência, o que pode levar à elevação exacerbadada dos custos com pessoal, ou mesmo indisponibilidade de profissionais na quantidade necessária. Além disso, profissionais especializados podem ser atraídos por concorrentes, o que pode acarretar fortalecimento de concorrentes ou a formação de novos concorrentes.

Haja vista que a competição por funcionários altamente qualificados é intensa, a Companhia pode não conseguir atrair, contratar, reter, motivar e gerir tais profissionais qualificados. Se a Companhia não conseguir atrair ou manter profissionais qualificados para administrar e expandir suas operações, poderá ter dificuldade para conduzir seus negócios, sofrer redução de seu desempenho operacional e enfraquecimento de sua marca e, por conseguinte, seus resultados operacional e financeiro poderão ser adversamente afetados.

IDENTIFICAÇÃO DA COMPANHIA, DOS COORDENADORES DA OFERTA, DOS CONSULTORES E DOS AUDITORES

Para fins do disposto no Item 2 do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre a Companhia e a Oferta, bem como este Prospecto, poderão ser obtidos nos seguintes endereços:

Companhia

BMRV Participações S.A.
Avenida do Contorno, 5.351, 11º andar, conjunto 1106, Bairro Cruzeiro
30.110-923 – Belo Horizonte, MG
At.: Sr. Cássio Doval Ferreira
Tel.: +55 (21) 2128-9500
<https://www.rvdigital.com.br/ri>

Coordenadores da Oferta

| | |
|--|--|
| Banco Itaú BBA S.A. Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 1º, 2º, 3º, 4º e 5º andares CEP 04538-132, São Paulo – SP At.: Sra. Renata Dominguez Tel.: +55 (11) 3701-8876 https://www.itau.com.br | Banco BTG Pactual S.A. Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3477, 14º andar CEP 04538-133, São Paulo – SP At.: Sr. Fábio Nazari Tel.: +55 (11) 3383-2000 https://www.btgpactual.com/ |
|--|--|

UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4.440, 7º andar (parte)
CEP 04538-132, São Paulo – SP
At.: Sr. Anderson Brito
Tel.: +55 (11) 2767-6583
<https://www.ubs.com.br/pt/ubsbb-investment-bank/public-offers.html>

Auditores Independentes

(Auditores Independentes da Companhia para as Informações Financeiras e Demonstrações Financeiras constantes deste Prospecto Preliminar)

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
Avenida Tancredo Neves, 1189, 17º andar - Pituba
CEP 41820-021, Salvador - B
At.: Sr. Daniel Peixoto
Tel.: +55 (71) 3501-9000
www.ey.com.br/pt/home

Consultor Legal

Local dos Coordenadores da Oferta

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr e Quiroga Advogados
Alameda Joaquim Eugênio de Lima, 447
CEP 01403-001, São Paulo – SP
At.: Sr. Caio Cossermelli
Tel.: +55 (11) 3147-7600
www.mattosfilho.com.br

Consultor Legal

Local da Companhia

Lefosse Advogados
Rua Tabapuã, 1277, 14º andar
CEP 04533-014, São Paulo – SP
At: Srs. Luiz Octavio Lopes e Jana Araujo
Tel.: +55 (11) 3024-6100
[https://www.lefosse.com](http://www.lefosse.com)

**Consultor Legal
Internacional dos Coordenadores da Oferta**

Skadden, Arps, Slate, Meagher & Flom LLP
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.311,
7º andar
CEP 04538-133, São Paulo, SP
At.: Sr. Mathias von Bernuth
Tel.: +55 (11) 3708-1848
<https://www.skadden.com/>

**Consultor Legal
Internacional da Companhia**

Hogan Lovells LLP
390 Madison Avenue
Nova York, NY, 10017, Estados Unidos
At.: Sra. Isabel Costa Carvalho / Sr. Sina
Hekmat
Tel.: +55 (11) 3074-3610
www.hoganlovells.com

Declaração de Veracidade das Informações

A Companhia e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade das informações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, as quais se encontram anexas a este Prospecto Preliminar a partir da página 139.

SUMÁRIO DA OFERTA

O presente sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir nas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto Preliminar, principalmente as informações contidas nas seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações”, nas partir das páginas 20 e 84, respectivamente, deste Prospecto Preliminar e na seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar, a partir da página 327 deste Prospecto Preliminar, e nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, anexas este Prospecto Preliminar a partir da página 153, para melhor compreensão das atividades da Companhia e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações.

| | |
|---|---|
| Ações | O montante de [•] ([•]) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia e [•] ([•]) ações de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravame. |
| Ações Adicionais | O montante de até [•] ([•]) [novas] Ações {OU} Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, correspondentes a até 20% (vinte por cento) do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Suplementares), que poderá ser acrescido à Oferta, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares), nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400. |
| Ações Suplementares | O montante de até [•] ([•]) [novas] Ações {OU} Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, correspondentes a [até 15%] ([quinze] por cento) do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), que poderá ser acrescido à Oferta, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais), nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400. |
| Opção de Ações Suplementares | Opção a ser outorgada pela Companhia ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação de serviços de estabilização do preço das Ações. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, mas não a obrigação, por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta. |
| Agente Estabilizador | Banco BTG Pactual S.A. |
| Agentes de Colocação Internacional | Itau BBA Securities LLC, BTG Pactual US Capital, LLC e UBS Securities LLC considerados em conjunto. |

Anúncio de Encerramento

“Anúncio de Encerramento da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da BMRV Participações S.A.”, a ser disponibilizado imediatamente após a distribuição das Ações, limitado ao prazo máximo de 6 (seis) meses, contado a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, com data máxima estimada para ocorrer em [•] de [•] de 2022, em conformidade com os artigos 18 e 29 da Instrução CVM 400, e disponibilizado nos endereços indicados na seção “*Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais*”, na página 70 deste Prospecto Preliminar, informando o resultado final da Oferta.

Anúncio de Início

“Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da BMRV Participações S.A.”, a ser disponibilizado na forma do artigo 52 e Anexo IV da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção “*Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais*”, na página 70 deste Prospecto Preliminar, informando acerca do início do Prazo de Distribuição.

Anúncio de Retificação

Anúncio a ser imediatamente disponibilizado, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção “*Informações sobre a Oferta – Informações Adicionais*”, na página 70 deste Prospecto Preliminar: (i) na hipótese de ser verificada divergência relevante entre as informações constantes neste Prospecto e no Prospecto Definitivo; (ii) que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores Não Institucionais quando da sua decisão de investimento; e/ou (iii) seja verificada a revogação, suspensão, cancelamento ou qualquer modificação na Oferta. Para mais informações veja a seção “*Informações Sobre à Oferta – Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta*”, na página 64 deste Prospecto Preliminar.

Aprovações Societárias

A aprovação do protocolo do pedido de registro da Oferta perante a CVM e a efetiva realização da Oferta pela Companhia, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições, e a submissão do pedido de adesão da Companhia ao Novo Mercado, foram deliberadas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 6 de agosto de 2021, cuja ata foi devidamente registrada na JUCEMG em 26 de agosto de 2021, e publicadas no DOEMG e no jornal “Diário do Comércio”, ambas em 27 de agosto de 2021.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, serão aprovados em reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e antes da disponibilização do Anúncio de Início, cuja ata será publicada no jornal “Diário do Comércio” na data de disponibilização do Anúncio de Início e no DOEMG no dia útil subsequente, bem

como registrada na JUCEMG oportunamente.

[Não foi necessária qualquer aprovação societária em relação aos Acionistas Vendedores para a participação na Oferta Secundária e a fixação do Preço por Ação.]

Atividade de Estabilização

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora poderá, a seu exclusivo critério, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, dentro de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da CVM e da B3, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476, antes da disponibilização do Anúncio de Início.

Não existe obrigação por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora de realizar operações bursáteis e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas e retomadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das Ações no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

O Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Agente Estabilizador e à CVM a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início nos endereços indicados na seção “*Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais*”, na página 70 deste Prospecto Preliminar.

Aviso ao Mercado

Aviso disponibilizado em [•] de [•] de 2021, e a ser novamente disponibilizado em [•] de [•] de 2021, informando acerca de determinados termos e condições da Oferta, incluindo os relacionados ao recebimento de Pedidos de Reserva, em conformidade com o artigo 53 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção “*Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais*”, a partir página 70 deste Prospecto Preliminar.

Capital Social

Na data deste Prospecto Preliminar, o capital social da Companhia é de R\$1.886.400,00 (um milhão, oitocentos e oitenta e seis mil e quatrocentos reais), totalmente subscrito e integralizado, representado por 1.886.400,00 (um milhão, oitocentos e oitenta e seis mil e quatrocentas) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames.

Carta-Convite

Carta disponibilizada pelo Coordenador Líder em [•] de [•] de 2021, para convidar a Instituições Consorciadas a participar da Oferta exclusivamente para efetuar esforços de colocação das Ações junto a Investidores Não Institucionais.

| | |
|---|---|
| Contrato de Colocação | <i>"Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da BMRV Participações S.A."</i> a ser celebrado pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores, pelos Coordenadores da Oferta e, ainda, pela B3, na qualidade de interveniente anuente. |
| Contrato de Colocação Internacional | <i>Placement Facilitation Agreement</i> , a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional, que dispõe sobre os termos e as condições aplicáveis aos esforços de colocação das Ações no exterior. |
| Contrato de Empréstimo | <i>"Instrumento Particular de Contrato de Empréstimo de Ações Ordinárias de Emissão da BMRV Participações S.A."</i> , celebrado entre o Doador, o Agente Estabilizador, na qualidade de tomador, a Corretora e a Companhia na qualidade de interveniente anuente. |
| Contrato de Estabilização | <i>"Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da BMRV Participações S.A."</i> , a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, o Agente Estabilizador, a Corretora e os demais Coordenadores da Oferta, estes últimos na qualidade de intervenientes anuentes, que rege os procedimentos para a realização de operações de estabilização de preços das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, o qual foi devidamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476. |
| Contrato de Participação no Novo Mercado | <i>"Contrato de Participação no Novo Mercado"</i> , a ser celebrado entre a Companhia e a B3, por meio do qual a Companhia irá aderir às práticas diferenciadas de governança corporativa do Novo Mercado, o qual entrará em vigor na mesma data de início de negociação das Ações na B3. |
| Contrato de Prestação de Serviços | <i>"Contrato de Prestação de Serviços da B3 – Oferta Pública de Ações – ICVM 400 (Primária e Secundária)"</i> a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e a B3. |
| Coordenadores da Oferta | O Coordenador Líder, o BTG Pactual e o UBS BB considerados em conjunto. |
| Cronograma Estimado da Oferta | Veja a seção <i>"Informações Sobre a Oferta – Cronograma Estimado da Oferta"</i> , na página 50 deste Prospecto Preliminar. |
| Data de Liquidação | Data da liquidação física e financeira da Oferta, que deverá ser realizada dentro do prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, com a entrega das Ações (considerando as Ações Adicionais) aos respectivos investidores. |
| Data de Liquidação das Ações Suplementares | Data da liquidação física e financeira das Ações objeto da Opção de Ações Suplementares, que ocorrerá no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da(s) respectiva(s) data(s) de exercício da Opção de Ações Suplementares. |

| | |
|--|--|
| Destinação dos Recursos | Os recursos líquidos provenientes da Oferta serão destinados para: [operações de fusão e aquisição (M&A) e crescimento orgânico e capital de giro], na página 92 deste Prospecto Preliminar. |
| Direitos, Vantagens e Restrições das Ações | As Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos em seu Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme descritos na seção <i>“Informações Sobre à Oferta – Direitos, Vantagens e Restrições das Ações”</i> , na página 68 deste Prospecto Preliminar e na seção <i>“18 Valores Mobiliários”</i> do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar, a partir da página 327 deste Prospecto Preliminar. |
| Distribuição Parcial | Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400. Assim, caso não haja demanda para a subscrição/aquisição da totalidade das Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) por parte dos Investidores Não Institucionais e dos Investidores Institucionais até a data da conclusão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento automaticamente cancelados. Neste caso, os valores eventualmente depositados pelos Investidores Não Institucionais serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da data da disponibilização do comunicado de cancelamento da Oferta. Para mais informações, veja a seção <i>“Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) no âmbito da Oferta”</i> , a partir da página 88 deste Prospecto Preliminar. |
| Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa | Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia indicadas neste Prospecto Preliminar, exceto no caso de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do item 2.2.1 do Ofício-Circular CVM/SRE, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, conforme descrito neste Prospecto Preliminar. |

Faixa Indicativa

A faixa indicativa do Preço por Ação apresentada na capa deste Prospecto Preliminar. Estima-se que o preço de subscrição ou aquisição, conforme o caso, por Ação estará situado entre R\$[•] ([•]) e R\$[•] ([•]), podendo, no entanto, o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

Fatores de Risco

Para uma descrição de certos fatores de risco relacionados à Oferta e às Ações que devem ser considerados na tomada da decisão de investimento, os investidores devem ler as seções “*Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia*” e “*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações*”, a partir das páginas 20 e 84 deste Prospecto Preliminar, respectivamente, bem como os Fatores de Risco descritos no item “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar, a partir da página 327 deste Prospecto Preliminar, para ciência dos riscos que devem ser considerados antes de investir nas Ações.

Garantia Firme de Liquidação

Obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, de subscrever/liquidar pelo Preço por Ação, financeiramente as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) que tenham sido subscritas/integralizadas, porém não subscritas/liquidadas, no Brasil, pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação. A Garantia Firme de Liquidação é vinculante a partir do momento em que for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, concedido o registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria “A” e o registro da Oferta pela CVM, assinado o Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional e cumpridas as condições neles previstas, e disponibilizado o Anúncio de Início e o Prospecto Definitivo.

Caso as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) objeto de Garantia Firme de Liquidação efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não sejam totalmente integralizadas/liquidadas por estes até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, subscreverá/adquirirá/integralizará/liquidará, na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação e multiplicado pelo Preço por Ação; e (ii) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) objeto da Garantia Firme de Liquidação efetivamente subscritas/adquiridas, no Brasil, por investidores e por esses integralizadas/liquidadas no mercado, multiplicado pelo Preço por Ação.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação, caso os Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Colocação, tenham interesse em revender tais Ações antes da disponibilização do Anúncio de Encerramento, o preço de revenda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que as operações realizadas em decorrência das atividades de estabilização previstas na seção “*Informações Sobre a Oferta – Estabilização de Preço das Ações*”, na página 67 deste Prospecto Preliminar, não estarão sujeitas a tais limites, devendo observar, entretanto, os termos e condições estabelecidos no Contrato de Estabilização.

Inadequação da Oferta

O investimento em ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir em ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar, a partir da página 327 deste Prospecto Preliminar, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais.

Instituições Consorciadas

Instituições financeiras consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas pelo Coordenador Líder, em nome da Companhia e dos Acionistas Vendedores, para efetuar esforços de colocação das Ações exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais.

Instituições Participantes da Oferta

Coordenadores da Oferta e as Instituições Consorciadas, considerados em conjunto.

Instrumentos de Lock-up

Acordos de restrição à venda de Ações a serem assinados pela Companhia e cada um de seus administradores, e os Acionistas Vendedores.

Investidores Estrangeiros

São (i) considerados investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na *Rule 144A* do *Securities Act*, editada pela SEC; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis deste país (*non-U.S. persons*), nos termos do *Regulation S*, editado pela SEC, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor, em ambos os casos (i) e (ii), em operações isentas de registro nos Estados Unidos, previstas no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários, desde que tais investidores

estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo BACEN e/ou pela CVM, nos termos da Resolução 4.373, da Resolução CVM 13, ou da Lei 4.131, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC.

Investidores Institucionais

Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, que sejam considerados investidores qualificados, nos termos da Resolução CVM 30, em qualquer caso, cujas intenções específicas ou globais de investimento excedam R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) e que não sejam considerados Investidores Não Institucionais, além de fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, que apresentem intenções específicas e globais de investimentos, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, carteiras administradas discricionárias, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de capitalização, inexistindo para estes valores mínimo ou máximo de investimento, assim como os Investidores Estrangeiros.

Investidores Não Institucionais

Investidores de Varejo e Investidores Private, considerados em conjunto.

Investidores Private

Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimentos registrados na B3 que sejam considerados investidores qualificados ou profissionais, nos termos da Resolução CVM 30, e que não sejam considerados Investidores Institucionais, em qualquer caso, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil, que realizarem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, junto a uma única Instituição Consorciada, observados, para esses investidores, em qualquer hipótese, os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva Private.

Investidores Private Lock-up

Investidores Private que optarem por se comprometer a não dispor das Ações que subscreverem/adquirirem pelo Período Lock-up Private.

Investidores Private Sem Lock-up

Investidores Private que não se comprometerem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, a não dispor das Ações que subscreverem/adquirirem durante o Período Lock-up Private.

Alocação Private Lock-up

O montante de, no mínimo [•]% ([•] por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) a ser destinado à colocação pública para Investidores Private Lock-up.

Investidores de Varejo

Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimentos registrados na B3 e que não sejam considerados investidores qualificados ou profissionais, nos termos da Resolução CVM 30 e/ou Investidores Institucionais, em

qualquer caso, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil, que realizarem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso aplicável, junto a uma única Instituição Consorciada, observados, para esses investidores, em qualquer hipótese, os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva de Varejo.

| | |
|---|---|
| Investidores de Varejo Lock-up | Investidores de Varejo que optarem por se comprometer a não dispor das Ações que subscreverem/adquirirem durante o Período do <i>Lock-up</i> Private. |
| Investidores de Varejo Sem Lock-up | Investidores de Varejo que não se comprometerem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, a não dispor das Ações que subscreverem/adquirirem durante o Período do <i>Lock-up</i> Varejo. |
| Alocação Varejo Lock-up | O montante de no <u>mínimo [•]%</u> ([•] por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) a ser destinado à colocação pública para Investidores de Varejo <i>Lock-up</i> . |
| Lock-up Private | Compromisso dos Investidores Private <i>Lock-up</i> de não disporem das Ações que subscreverem/adquirirem pelo Período de <i>Lock-up</i> Private. |
| Lock-up Varejo | Compromisso dos Investidores de Varejo <i>Lock-up</i> de não disporem das Ações que subscreverem/adquirirem pelo Período de <i>Lock-up</i> Varejo. |
| Negociação na B3 | As Ações passarão a ser negociadas na B3 a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à disponibilização do Anúncio de Início sob o código “[•]”. |
| Oferta | A Oferta Primária e a Oferta Secundária, consideradas em conjunto. |
| Oferta Primária | A oferta pública de distribuição primária de[, inicialmente,] [•] novas Ações de emissão da Companhia. |
| Oferta Secundária | A oferta pública de distribuição secundária de[, inicialmente,] [•] Ações de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores. |
| Oferta Institucional | Distribuição pública de Ações, no âmbito da Oferta, direcionada a Investidores Institucionais. Para mais informações veja a seção “ <i>Informações Sobre a Oferta – Oferta Institucional</i> ”, na página 53 deste Prospecto Preliminar. |
| Oferta Não Institucional | Distribuição pública de Ações, no âmbito da Oferta, direcionada prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que tenham realizado Pedido de Reserva dentro do Período de Reserva. Desde que haja demanda, a Oferta Não Institucional será destinada aos Investidores Não Institucionais observado o montante de, no mínimo, [•]% ([•] por cento) e, a exclusivo critério da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, o montante de, no máximo, [•]% ([•] por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), realizada pelas |

Instituições Participantes da Oferta. Para mais informações veja a seção “*Informações Sobre à Oferta – Oferta Não Institucional*”, a partir da página 53 deste Prospecto Preliminar.

Offering Memoranda

O *Preliminary Offering Memorandum* e o *Final Offering Memorandum*, conforme definidos no Contrato de Colocação Internacional, considerados em conjunto.

Oferta Private Lock-up

Alocação Private *Lock-up* sendo certo que, caso haja demanda: (i) de até [•]% ([•] por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), tais pedidos serão atendidos e terão alocação garantida; e (ii) superior a [•]% ([•] por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), a alocação, desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta Private Sem *Lock-up* tenha sido atendido, nos termos deste Prospecto Preliminar, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio.

Oferta Private Sem Lock-up

O montante de no mínimo [•]% ([•] por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), será destinado à colocação pública para os Investidores Private Sem *Lock-up*, sendo certo que, caso haja demanda: (i) de até [•]% ([•] por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), tais pedidos serão atendidos e terão alocação garantida; e (ii) superior a [•]% ([•] por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), a alocação, desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta Private *Lock-up* tenha sido atendido, nos termos deste Prospecto Preliminar, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio.

Oferta Private

Oferta Private *Lock-up* e Oferta Private Sem *Lock-up*, consideradas em conjunto.

Oferta de Varejo Lock-up

Alocação Varejo *Lock-up*, sendo certo que caso haja demanda: (i) de até [•]% ([•] por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), tais pedidos serão atendidos e terão alocação garantida; e (ii) superior a [•]% ([•] por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), a alocação, desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta Private Sem *Lock-up* tenha sido atendido, nos termos do item (b) abaixo, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio.

| | |
|---|--|
| Oferta de Varejo Sem Lock-up | O montante de no mínimo [•]% ([•] por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) será destinado à colocação pública para os Investidores de Varejo Sem <i>Lock-up</i> , sendo certo que caso haja demanda: (i) de até [•]% ([•] por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), tais pedidos serão atendidos e terão alocação garantida; e (ii) superior a [•]% ([•] por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), a alocação, desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta de Varejo <i>Lock-up</i> tenha sido atendido, nos termos deste Prospecto Preliminar, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio. |
| Oferta de Varejo | Oferta de Varejo <i>Lock-up</i> e Oferta de Varejo Sem <i>Lock-up</i> , consideradas em conjunto. |
| Pedido de Reserva ou Pedidos de Reserva | Formulário específico celebrado, em caráter irrevogável e irretratável, para subscrição/aquisição de Ações no âmbito da Oferta Não Institucional, por Investidores Não Institucionais, inclusive os que sejam Pessoas Vinculadas. |
| Período de Colocação | Prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, para que as Instituições Participantes da Oferta efetuem a colocação das Ações. |
| Período de Reserva | Período compreendido entre [•] de [•] de 2021, inclusive, e [•] de [•] de 2021, inclusive. |
| Período de Reserva para Pessoas Vinculadas | Período compreendido entre [•] de [•] de 2021, inclusive, e [•] de [•] de 2021, inclusive, terminando em data que antecederá em pelo menos 7 (sete) dias úteis a conclusão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> . |
| Período de Lock-up | Período de [•] ([•]) dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início. |
| Período de Lock-up Private | Período de [•] ([•]) dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início. |
| Período de Lock-up Varejo | Período de [•] ([•]) dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início. |
| Pessoas Vinculadas | Investidores que sejam, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 2º, inciso XII, da Resolução CVM 35, conforme alterada: (i) controladores e/ou administradores da Companhia, dos Acionistas Vendedores e/ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º (segundo) grau; (ii) controladores e/ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) empregados, funcionários, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (iv) |

agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta e/ou com os Agentes de Colocação Internacional, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta e/ou pelos Agentes de Colocação Internacional ou por pessoas a eles vinculadas, desde que diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (vii) cônjuge ou companheiro, ascendentes, filhos menores ou colaterais até 2º (segundo) grau das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v) acima; e (viii) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros que não sejam pessoas vinculadas.

A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica às instituições financeiras contratadas como formador de mercado, conforme previsto no parágrafo único do artigo 55 da Instrução CVM 400.

Plano de Distribuição

Plano de distribuição das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) elaborado pelos Coordenadores da Oferta, com a expressa anuência da Companhia, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual levará em conta a criação de uma base acionária diversificada de acionistas e relações da Companhia, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, que em nenhuma hipótese poderão ser consideradas no plano de distribuição para alocação de Investidores Não Institucionais, com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica da Companhia, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, observado que os Coordenadores da Oferta assegurarão: (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, em conformidade com a Resolução CVM 30; (ii) o tratamento justo e equitativo a todos os investidores, em conformidade com o artigo 21 da Instrução CVM 400; e (iii) o recebimento prévio, pelas Instituições Participantes da Oferta, dos exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória, de modo que suas eventuais dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder.

Prazo de Distribuição

Prazo para a distribuição das Ações que terá início na data de disponibilização do Anúncio de Início, com data estimada para ocorrer em [•] de [•] de 2021, nos termos do artigo 52 e 54-A da Instrução CVM 400, e será encerrado na data de disponibilização Anúncio de Encerramento, limitado ao prazo máximo de 6 (seis) meses, contado a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, com data máxima estimada para ocorrer em [•] de [•] de 2022, em conformidade com os artigos 18 e 29 da Instrução CVM 400.

Preço por Ação

Estima-se que o Preço por Ação estará situado na Faixa Indicativa, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

O Preço por Ação será fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação, coletadas junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada na medida que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação. Os Investidores Não Institucionais que aderirem à Oferta Não Institucional não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.

Procedimento de Bookbuilding

Procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado com Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de [20%] (vinte por cento) do total das Ações do total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), não será permitida a colocação de Ações no âmbito da Oferta Institucional e Oferta Private junto aos Investidores Institucionais e Investidores da Oferta Private que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as ordens ou intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações, veja a seção “*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding, poderá impactar*

adversamente a fixação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário”, a partir da página 87 deste Prospecto Preliminar.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400: (i) para proteção (hedge) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de total return swap), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; ou (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, II da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400.

Prospecto Definitivo

O “*Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da BMRV Participações S.A.*”, incluindo o Formulário de Referência a ele anexo, bem como seus demais anexos.

Prospecto ou Prospecto Preliminar

Este “*Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da BMRV Participações S.A.*”, incluindo o Formulário de Referência a ele anexo, bem como seus demais anexos.

Prospectos

Prospecto Definitivo e este Prospecto, considerados em conjunto.

Público Alvo da Oferta

Os Investidores Não Institucionais e os Investidores Institucionais, considerandos em conjunto.

Rateio Private Lock-up

Caso a demanda por Ações da Oferta Private *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private *Lock-up*: (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações destinadas à Oferta Private *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes da Oferta Private *Lock-up*, se houver, poderão ser destinadas aos Investidores Institucionais; ou (b) exceda o montante mínimo de Ações destinadas à Oferta Private *Lock-up*, poderá, a exclusivo critério da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, ser realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.

Rateio Private Sem Lock-up

Caso a demanda por Ações da Oferta Private Sem *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private Sem *Lock-up*: (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações destinadas à Oferta Private Sem *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private Sem *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes da Oferta Private Sem *Lock-up*, se houver, poderão ser destinadas aos Investidores Institucionais; ou (b) exceda o montante mínimo de Ações destinadas à Oferta Private *Lock-up*, poderá, a exclusivo critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, ser realizado rateio proporcional ao

| | |
|----------------------------------|--|
| | valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações. |
| Rateio Private | Rateio Private <i>Lock-up</i> e Rateio Private Sem <i>Lock-up</i> , considerados em conjunto. |
| Rateio Varejo Lock-up | Caso a demanda por Ações da Oferta de Varejo <i>Lock-up</i> objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo <i>Lock-up</i> : (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações destinadas à Oferta de Varejo <i>Lock-up</i> , não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo <i>Lock-up</i> , de modo que as Ações remanescentes da Oferta de Varejo <i>Lock-up</i> , se houver, poderão ser destinadas aos Investidores de Varejo Sem <i>Lock-up</i> ; ou (b) exceda o montante mínimo de Ações destinadas à Oferta de Varejo <i>Lock-up</i> , poderá, a exclusivo critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, ser realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações. |
| Rateio Varejo Sem Lock-up | Caso a demanda total por Ações da Oferta de Varejo Sem <i>Lock-up</i> objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Sem <i>Lock-up</i> : (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta de Varejo Sem <i>Lock-up</i> , não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Sem <i>Lock-up</i> , de modo que as Ações remanescentes da Oferta de Varejo Sem <i>Lock-up</i> , se houver, poderão destinadas aos Investidores Institucionais; ou (b) exceda o montante mínimo de Ações da Oferta de Varejo Sem <i>Lock-up</i> , poderá, a exclusivo critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, ser realizado rateio proporcional ao valor das respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações. |
| Registro da Oferta | O pedido de registro da Oferta foi protocolado pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e pelo Coordenador Líder perante a CVM em 1º de setembro de 2021, estando a presente Oferta sujeita a prévia aprovação e registro da CVM. |
| | Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas junto às Instituições Participantes da Oferta, nos endereços indicados na seção “ <i>Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais</i> ”, na página 70 deste Prospecto Preliminar. |
| Resolução de Conflitos | A Companhia, seus acionistas e Administradores, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma do Regulamento da Câmara de Arbitragem, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, Administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada, na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo CMN, BACEN e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de |

capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

**Restrição à Venda de Ações
(Lock-up)**

[A Companhia, cada um de seus Administradores e os Acionistas Vendedores, se comprometerão, perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, a celebrar Instrumentos de *Lock-up*, por meio dos quais, observadas as exceções previstas no Contrato de Colocação e no Contrato de Colocação Internacional, concordarão em não emitir, oferecer, vender, contratar a venda, empenhar, emprestar, dar em garantia, conceder qualquer opção de compra, realizar qualquer venda a descoberto ou de outra forma onerar ou dispor, direta ou indiretamente, pelo Período de *Lock-up*, quaisquer Ações de que sejam titulares imediatamente após a Oferta, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber Ações, ou que admitam pagamento mediante entrega de Ações, bem como derivativos nelas lastreados.

As vedações listadas acima não se aplicam nas hipóteses de transferências das Ações: (i) decorrentes da venda de Ações decorrentes do Contrato de Colocação e do Contrato de Colocação Internacional (incluindo Ações Suplementares); (ii) decorrentes de doações, desde que anteriormente a referida doação, o beneficiário da doação concorde por escrito a estar sujeito pelos termos dos Instrumentos de *Lock-up* e confirme estar de acordo com seus termos; (iii) para qualquer Afiliadas da Companhia, conforme definido no Prospecto Preliminar, desde que o beneficiário da transferência confirme estar de acordo com os termos aqui estabelecidos; (iv) ao empréstimo a qualquer dos Coordenadores da Oferta ou a entidade indicada por tais Coordenadores da Oferta para fins de estabilização das Ações; e (v) decorrentes de operações em mercado, desde que em tais operações não precisem ser reportadas, nos termos do Contrato de Colocação e/ou do Contrato de Colocação Internacional.

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das Ações poderá prejudicar o valor de negociação das Ações. Para mais informações, veja a seção “*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das Ações, após a conclusão da Oferta e o do Período de Lock-up, poderá afetar negativamente o preço de mercado das Ações no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia*”, na página 87 deste Prospecto Preliminar.]

Termo de Adesão

“*Termo de Adesão ao Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da BMRV Participações S.A.*”, a ser celebrado pelos Coordenadores da Oferta e pelas Instituições Consorciadas, representadas pela B3.

Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva de Varejo

O valor mínimo de pedido de investimento de R\$3.000,00 (três mil reais) e o valor máximo de pedido de investimento de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), aplicável aos Investidores de Varejo.

Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva Private

O valor mínimo de pedido de investimento, que deverá ser sempre superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) e o valor máximo de pedido de investimento de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), aplicável aos Investidores Private.

Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva

Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva de Varejo e Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva Private, considerados em conjunto.

Valores Mobiliários Sujeitos ao Lock-up

Quaisquer ações ordinárias de emissão da Companhia, quaisquer opções ou certificados (*warrants*) ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, exercíveis ou permutáveis por ações ordinárias de emissão da Companhia ou que representem o direito de receber quaisquer ações ordinárias de emissão da Companhia ou qualquer participação no capital social da Companhia, seja direta ou indiretamente (incluindo, mas não se limitando, quaisquer ações ordinárias relativas ao capital social da Companhia ou outros valores mobiliários que possam ser atribuídos, de titularidade direta ou indireta pela Companhia e os Administradores, nos termos e de acordo com as regras e regulamentação da SEC, da CVM ou qualquer lei ou regulamento aplicável), bem como valores mobiliários que possam ser emitidos mediante o exercício de uma opção ou certificado relativo às ações ordinárias de emissão da Companhia.

Valor Total da Oferta

R\$[•] ([•]), considerando o Preço por Ação (sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e as Ações Suplementares).

R\$[•] ([•]), considerando o Preço por Ação (considerando a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares).

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

Composição do Capital Social

Na data deste Prospecto Preliminar, o capital social da Companhia é de R\$1.886.400,00 (um milhão, oitocentos e oitenta e seis mil e quatrocentos reais), totalmente subscrito e integralizado, representado por 1.886.400,00 (um milhão, oitocentos e oitenta e seis mil e quatrocentas) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames.

Nos termos do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração e independente de reforma estatutária, até o limite de R\$2.829.600,00 (dois milhões, oitocentos e vinte e nove mil e seiscientos reais), excluídas as ações já emitidas, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço e a quantidade de Ações a serem emitidas, bem como demais condições de subscrição dentro do capital autorizado, assim como a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia.

O quadro abaixo indica a composição do capital social da Companhia, integralmente subscrito e integralizado, na data deste Prospecto Preliminar e a previsão para após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações inicialmente ofertadas, sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares:

| Espécie | Antes da Oferta | | Após à Oferta | |
|-------------------|---------------------------|---------------------------|---------------|------------------------------|
| | Quantidade ⁽¹⁾ | Valor(R\$) ⁽¹⁾ | Quantidade | Valor(R\$) ⁽²⁾⁽³⁾ |
| Ordinárias..... | 1.886.400 | 1.886.400,00 | [•] | [•] |
| Total..... | 1.886.400 | 1.886.400,00 | [•] | [•] |

(1) Considerando o Aumento de Capital.

(2) Com base no Preço por Ação de R\$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.

(3) Sem dedução de comissões, despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações inicialmente ofertadas, considerando a colocação integral das Ações Adicionais e sem considerar a colocação integral das Ações Suplementares:

| Espécie | Antes da Oferta | | Após à Oferta | |
|-------------------|---------------------------|---------------------------|---------------|------------------------------|
| | Quantidade ⁽¹⁾ | Valor(R\$) ⁽¹⁾ | Quantidade | Valor(R\$) ⁽²⁾⁽³⁾ |
| Ordinárias..... | 1.886.400 | 1.886.400,00 | [•] | [•] |
| Total..... | 1.886.400 | 1.886.400,00 | [•] | [•] |

(1) Considerando o Aumento de Capital.

(2) Com base no Preço por Ação de R\$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.

(3) Sem dedução de comissões, despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações inicialmente ofertadas, sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e considerando a colocação integral das Ações Suplementares:

| Espécie | Antes da Oferta | | Após à Oferta | |
|-------------------|---------------------------|---------------------------|---------------|------------------------------|
| | Quantidade ⁽¹⁾ | Valor(R\$) ⁽¹⁾ | Quantidade | Valor(R\$) ⁽²⁾⁽³⁾ |
| Ordinárias..... | 1.886.400 | 1.886.400,00 | [•] | [•] |
| Total..... | 1.886.400 | 1.886.400,00 | [•] | [•] |

(1) Considerando o Aumento de Capital.

(2) Com base no Preço por Ação de R\$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.

(3) Sem dedução de comissões, despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações inicialmente ofertadas, considerando a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares:

| Espécie | Antes da Oferta | | Após à Oferta | |
|-------------------|---------------------------|---------------------------|---------------|------------------------------|
| | Quantidade ⁽¹⁾ | Valor(R\$) ⁽¹⁾ | Quantidade | Valor(R\$) ⁽²⁾⁽³⁾ |
| Ordinárias..... | 1.886.400 | 1.886.400,00 | [•] | [•] |
| Total..... | 1.886.400 | 1.886.400,00 | [•] | [•] |

(1) Considerando o Aumento de Capital.

(2) Com base no Preço por Ação de R\$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.

(3) Sem dedução de comissões, despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Reserva de Capital

[O equivalente a [•%] ([•]) do Preço por Ação de R\$[•] ([•]) (que é o preço médio da Faixa Indicativa) será destinado à conta de capital social da Companhia, e os [•%] ([•]) remanescentes serão destinados à reserva de capital da Companhia.]

Principais Acionistas e Administradores

Os quadros abaixo indicam a quantidade de Ações detidas por acionistas titulares de 5% (cinco por cento) ou mais de Ações, pelos membros Administração, na data deste Prospecto Preliminar e a previsão para após a conclusão da Oferta, sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares:

| Acionistas | Composição Atual ⁽¹⁾ | | Composição Após à Oferta | |
|---|---------------------------------|---------------|--------------------------|---------------|
| | Ações Ordinárias | % | Ações Ordinárias | % |
| José Paulo de Freitas Guimarães..... | 323.956 | 17,17 | [•] | [•] |
| Raquel Macedo de Freitas Guimarães..... | 323.858 | 17,17 | [•] | [•] |
| Renata Macedo de Freitas Guimarães..... | 323.858 | 17,17 | [•] | [•] |
| ABC Consultoria e Serviços Ltda..... | 259.461 | 13,75 | [•] | [•] |
| Fábio Marques Azevedo | 106.164 | 5,63 | [•] | [•] |
| Olívio Henrique Álvares Rosa | 95.548 | 5,07 | [•] | [•] |
| Ações em Tesouraria | - | - | [•] | [•] |
| Outros | 405.523 | 21,51 | [•] | [•] |
| Total..... | 1.886.400 | 100,00 | [•] | 100,00 |

(1) Considerando o Aumento de Capital.

Na hipótese de colocação total das Ações inicialmente ofertadas, considerando a colocação integral das Ações Adicionais e sem considerar a colocação integral das Ações Suplementares:

| Acionistas | Composição Atual ⁽¹⁾ | | Composição Após à Oferta | |
|---|---------------------------------|---------------|--------------------------|---------------|
| | Ações Ordinárias | % | Ações Ordinárias | % |
| José Paulo de Freitas Guimarães..... | 323.956 | 17,17 | [•] | [•] |
| Raquel Macedo de Freitas Guimarães..... | 323.858 | 17,17 | [•] | [•] |
| Renata Macedo de Freitas Guimarães..... | 323.858 | 17,17 | [•] | [•] |
| ABC Consultoria e Serviços Ltda..... | 259.461 | 13,75 | [•] | [•] |
| Fábio Marques Azevedo | 106.164 | 5,63 | [•] | [•] |
| Olívio Henrique Álvares Rosa | 95.548 | 5,07 | [•] | [•] |
| Ações em Tesouraria | - | - | - | - |
| Outros | 405.523 | 21,51 | [•] | [•] |
| Total..... | 1.886.400 | 100,00 | [•] | 100,00 |

(1) Considerando o Aumento de Capital.

Na hipótese de colocação total das Ações inicialmente ofertadas, sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e considerando a colocação integral das Ações Suplementares:

| Acionistas | Composição Atual ⁽¹⁾ | | Composição Após à Oferta | |
|--|---------------------------------|---------------|--------------------------|---------------|
| | Ações Ordinárias | % | Ações Ordinárias | % |
| José Paulo de Freitas Guimarães..... | 323.956 | 17,17 | [•] | [•] |
| Raquel Macedo de Freitas Guimarães..... | 323.858 | 17,17 | [•] | [•] |
| Renata Macedo de Freitas Guimarães..... | 323.858 | 17,17 | [•] | [•] |
| ABC Consultoria e Serviços Ltda..... | 259.461 | 13,75 | [•] | [•] |
| Fábio Marques Azevedo | 106.164 | 5,63 | [•] | [•] |
| Olívio Henrique Álvares Rosa | 95.548 | 5,07 | [•] | [•] |
| Ações em Tesouraria | - | - | - | - |
| Outros | 405.523 | 21,51 | [•] | [•] |
| Total..... | 1.886.400 | 100,00 | [•] | 100,00 |

⁽¹⁾ Considerando o Aumento de Capital.

Na hipótese de colocação total das Ações inicialmente ofertadas, considerando a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares:

| Acionistas | Composição Atual ⁽¹⁾ | | Composição Após à Oferta | |
|--|---------------------------------|---------------|--------------------------|---------------|
| | Ações Ordinárias | % | Ações Ordinárias | % |
| José Paulo de Freitas Guimarães..... | 323.956 | 17,17 | [•] | [•] |
| Raquel Macedo de Freitas Guimarães..... | 323.858 | 17,17 | [•] | [•] |
| Renata Macedo de Freitas Guimarães..... | 323.858 | 17,17 | [•] | [•] |
| ABC Consultoria e Serviços Ltda..... | 259.461 | 13,75 | [•] | [•] |
| Fábio Marques Azevedo | 106.164 | 5,63 | [•] | [•] |
| Olívio Henrique Álvares Rosa | 95.548 | 5,07 | [•] | [•] |
| Ações em Tesouraria | - | - | - | - |
| Outros | 405.523 | 21,51 | [•] | [•] |
| Total..... | 1.886.400 | 100,00 | [•] | 100,00 |

⁽¹⁾ Considerando o Aumento de Capital.

Características Gerais da Oferta

Descrição da Oferta

A Oferta consistirá na distribuição pública primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, com o Ofício-Circular CVM/SRE, com o Código ANBIMA, expedido pela ANBIMA, bem como com as demais disposições aplicáveis, incluindo os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta e com a participação de determinadas Instituições Consorciadas.

Simultaneamente, no âmbito da Oferta, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, em conformidade com o Contrato de Colocação Internacional: (i) nos Estados Unidos, exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na Rule 144A do *Securities Act*, editada pela SEC; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis deste país (*non-U.S. persons*), nos termos do *Regulation S*, editado pela SEC, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor; em ambos os casos (i) e (ii) em operações isentas de registro nos Estados Unidos, em conformidade com o *Securities Act* e aos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários, desde que tais investidores estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento

regulamentados pelo CMN, pelo BACEN e/ou pela CVM, nos termos da Resolução 4.373, da Resolução CVM 13, ou da Lei 4.131, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC.

Exceto pelos registros da Oferta a serem concedidos pela CVM para a realização da Oferta no Brasil, em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400, a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não realizaram e nem realizarão nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país. As Ações não poderão ser ofertadas ou subscritas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no *Regulation S*, exceto se registradas na SEC ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do *Securities Act*.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da disponibilização do Anúncio de Início, a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares) poderá, a critério [da Companhia e dos Acionistas Vendedores], em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% (vinte por cento) do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Suplementares), ou seja, em até [•] ([•]) [novas] [Ações] {OU} [Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores], nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a [até 15%] ([quinze] por cento) do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até [•] ([•]) novas Ações {OU} [Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores], nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, conforme opção a ser outorgada pela Companhia ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação, as quais serão destinadas, exclusivamente, caso necessário, para prestação de serviços de estabilização do preço das Ações. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, mas não a obrigação, por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrelocação das Ações seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.

Aprovações Societárias

A aprovação do protocolo do pedido de registro da Oferta perante a CVM e a efetiva realização da Oferta pela Companhia, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições, e a submissão do pedido de adesão da Companhia ao Novo Mercado, foram deliberadas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 6 de agosto de 2021, cuja ata foi devidamente registrada na JUCEMG em 26 de agosto de 2021, e publicada no DOEMG e no jornal “Diário do Comércio”, ambas em 27 de agosto de 2021.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, serão aprovados em reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e antes da disponibilização do Anúncio de Início, cuja ata será publicada no jornal “Diário do Comércio” na data de disponibilização do Anúncio de Início e no DOEMG no dia útil subsequente, bem como registrada na JUCEMG oportunamente.

[Não será necessária qualquer aprovação societária em relação aos Acionistas Vendedores para a participação na Oferta Secundária e a fixação do Preço por Ação.]

Preço por Ação

No contexto da Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado na Faixa Indicativa, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa. **Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia indicadas neste Prospecto Preliminar, exceto na ocorrência de Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir de seu Pedido de Reserva, conforme descrito neste Prospecto Preliminar.**

O Preço por Ação será fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação coletadas junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores Não Institucionais que aderirem à Oferta Não Institucional não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.**

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de [20%] (vinte por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), não será permitida a colocação de Ações junto aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as ordens ou intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas. **A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, no Procedimento de *Bookbuilding*, poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas, no Procedimento de *Bookbuilding*, poderá impactar adversamente a fixação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário”, na página 87 deste Prospecto Preliminar.**

A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica às instituições financeiras contratadas como formador de mercado, conforme previsto no parágrafo único do artigo 55 da Instrução CVM 400.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400: (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as Ações como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; ou (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, II da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400.

Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta

Após a realização da Oferta (sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares), um montante de [•] ([•]) Ações, representativas de, aproximadamente, [•] % ([•] por cento) do capital social da Companhia, estarão em circulação no mercado.

Após a realização da Oferta (considerando a colocação integral das Ações Adicionais e sem considerar as Ações Suplementares), um montante de até [•] ([•]) Ações, representativas de, aproximadamente, [•] % ([•] por cento) do capital social da Companhia, estarão em circulação no mercado.

Após a realização da Oferta (sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e considerando as Ações Suplementares), um montante de até [•] ([•]) Ações, representativas de, aproximadamente, [•] % ([•]) do capital social da Companhia, estarão em circulação no mercado.

Após a realização da Oferta (considerando a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares), um montante de até [•] ([•]) Ações, representativas de, aproximadamente, [•] % ([•] por cento) do capital social da Companhia, estarão em circulação no mercado.

Para mais informações sobre a composição do capital social da Companhia, veja a seção “*Informações Sobre a Oferta – Composição do Capital Social*”, na página 42 deste Prospecto Preliminar.

Quantidade, Montante e Recursos Líquidos

Os quadros abaixo indicam a quantidade de Ações a serem emitidas pela Companhia e as Ações a serem alienadas pelos Acionistas Vendedores, o Preço por Ação, o valor total das comissões a serem pagas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores aos Coordenadores da Oferta, bem como dos recursos líquidos das comissões oriundos da Oferta (sem considerar as demais despesas e tributos relativos à Oferta).

Assumindo a colocação da totalidade das Ações, sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares:

| Ofertante | Quantidade | Preço por Ação ⁽¹⁾ (R\$) | Montante (R\$) | Comissões (R\$) | Recursos Líquidos ⁽²⁾ (R\$) |
|-------------------------|------------|--|-------------------|--------------------|---|
| Oferta Primária..... | [•] | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Oferta Secundária | [•] | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Total..... | [•] | [•] | [•] | [•] | [•] |

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.

⁽²⁾ Recursos líquidos de comissões, sem considerar a dedução das despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações, considerando a colocação integral das Ações Adicionais e sem considerar a colocação integral das Ações Suplementares:

| Ofertante | Quantidade | Preço por Ação ⁽¹⁾ (R\$) | Montante (R\$) | Comissões (R\$) | Recursos Líquidos ⁽²⁾ (R\$) |
|-------------------------|------------|--|-------------------|--------------------|---|
| Oferta Primária..... | [•] | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Oferta Secundária | [•] | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Total..... | [•] | [•] | [•] | [•] | [•] |

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.

⁽²⁾ Recursos líquidos de comissões e sem considerar a dedução das despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações, sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e considerando a colocação integral das Ações Suplementares:

| Ofertante | Quantidade | Preço por Ação ⁽¹⁾ (R\$) | Montante (R\$) | Comissões (R\$) | Recursos Líquidos ⁽²⁾ (R\$) |
|-------------------------|------------|--|-------------------|--------------------|---|
| Oferta Primária..... | [•] | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Oferta Secundária | [•] | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Total..... | [•] | [•] | [•] | [•] | [•] |

(1) Com base no Preço por Ação de R\$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.

(2) Recursos líquidos de comissões e sem considerar a dedução das despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações, considerando a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares:

| Ofertante | Quantidade | Preço por Ação ⁽¹⁾ (R\$) | Montante (R\$) | Comissões (R\$) | Recursos Líquidos ⁽²⁾ (R\$) |
|-------------------------|------------|--|-------------------|--------------------|---|
| Oferta Primária..... | [•] | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Oferta Secundária | [•] | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Total..... | [•] | [•] | [•] | [•] | [•] |

(1) Com base no Preço por Ação de R\$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.

(2) Recursos líquidos de comissões e sem considerar a dedução das despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Custos de Distribuição

As taxas de registro da CVM, B3 e ANBIMA relativas à Oferta, as despesas com auditores, advogados, consultores, bem como outras despesas descritas abaixo serão integralmente arcadas pela Companhia. As comissões, impostos, taxas e outras retenções sobre comissões também serão pagas aos Coordenadores da Oferta pela Companhia.

Abaixo segue a descrição dos custos relativos à Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações inicialmente ofertadas, sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares:

| Custos | Valor ⁽¹⁾ (R\$) | % em Relação ao Valor Total da Oferta ⁽⁶⁾ | Valor por Ação (R\$) | % em Relação ao Preço por Ação ⁽¹⁾ |
|---|-------------------------------|--|-------------------------|---|
| Comissão de Coordenação ⁽²⁾ | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Comissão de Colocação ⁽²⁾ | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Comissão de Garantia Firme ⁽²⁾ | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Remuneração de Incentivo ⁽³⁾ | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Total de Comissões | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Impostos, Taxas e Outras Retenções..... | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Taxa de Registro na CVM..... | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Despesas com Auditores | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Taxa de Registro na ANBIMA | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Taxa de Registro da B3 | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Despesas com Advogados ⁽⁴⁾ | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Outras despesas da Oferta ⁽⁵⁾⁽⁶⁾ | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Total de Despesas⁽⁷⁾ | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Total de Comissões e Despesas | [•] | [•] | [•] | [•] |

(1) Com base no Preço por Ação de R\$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.

(2) Comissões de Coordenação, Comissão de Colocação e Comissão de Garantia Firme de Liquidação (que constituem parte da remuneração base a ser paga aos Coordenadores da Oferta) correspondem, respectivamente, a [•]%, [•]% e [•]% da remuneração base, equivalente a [•]% sobre o produto entre (a) a quantidade total de Ações colocadas; e (b) o Preço por Ação.

(3) A Comissão de Incentivo constitui parte da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia. Os critérios utilizados na quantificação da Comissão de Incentivo são de ordem objetiva e subjetiva, de aferição discricionária pela Companhia, tais como, atuação do coordenador durante a preparação, execução e conclusão da oferta no desempenho de suas atividades, buscando o melhor resultado para os ofertantes. A Comissão de Incentivo é equivalente a 1,50% sobre o produto resultante da multiplicação entre: (i) a quantidade total de Ações colocadas; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e dos Coordenadores da Oferta.

(5) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*).

(6) Incluídos os custos estimados com Assessoria Financeira, traduções, *printer* e outros.

(7) Sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações inicialmente ofertada, considerando a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares:

| Custos | Valor ⁽¹⁾ (R\$) | % em Relação ao Valor Total da Oferta ⁽⁶⁾ | Valor por Ação (R\$) | % em Relação ao Preço por Ação ⁽¹⁾ |
|---|-------------------------------|--|----------------------------|---|
| Comissão de Coordenação ⁽²⁾ | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Comissão de Colocação ⁽²⁾ | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Comissão de Garantia Firme ⁽²⁾ | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Remuneração de Incentivo ⁽³⁾ | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Total de Comissões | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Impostos, Taxas e Outras Retenções..... | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Taxa de Registro na CVM..... | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Despesas com Auditores | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Taxa de Registro na ANBIMA | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Taxa de Registro da B3 | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Despesas com Advogados ⁽⁴⁾ | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Outras despesas da Oferta ⁽⁵⁾⁽⁶⁾ | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Total de Despesas⁽⁷⁾ | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Total de Comissões e Despesas | [•] | [•] | [•] | [•] |

(1) Com base no Preço por Ação de R\$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.

(2) Comissões de Coordenação, Comissão de Colocação e Comissão de Garantia Firme de Liquidação (que constituem parte da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta) correspondem, respectivamente, a [•]%, [•]% e [•]% da remuneração base, equivalente a [•]% sobre o produto entre (a) a quantidade total de Ações colocadas; e (b) o Preço por Ação.

(3) A Comissão de Incentivo constitui parte da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia. Os critérios utilizados na quantificação da Comissão de Incentivo são de ordem objetiva e subjetiva, de aferição discricionária pela Companhia, tais como, atuação do coordenador durante a preparação, execução e conclusão da oferta no desempenho de suas atividades, buscando o melhor resultado para os ofertantes. A Comissão de Incentivo é equivalente a 1,50% sobre o produto resultante da multiplicação entre: (i) a quantidade total de Ações colocadas; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e dos Coordenadores da Oferta.

(5) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*).

(6) Incluídos os custos estimados com Assessoria Financeira, traduções, *printer* e outros.

(7) Considerando a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.

Não há outra remuneração devida pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores às Instituições Participantes da Oferta (com exceção aos Coordenadores da Oferta, com relação a ganhos decorrentes da atividade de estabilização), ou aos Agentes de Colocação Internacional, exceto pela descrita acima, bem como não existe nenhum tipo de remuneração que dependa do Preço por Ação.

Cronograma Estimado da Oferta

Abaixo um cronograma indicativo e tentativo das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir do protocolo na CVM do pedido dos registros da Oferta:

| # | Eventos | Data ⁽¹⁾ |
|----|--|-----------------------|
| 1 | Protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM. Disponibilização do Aviso ao Mercado (sem logotipos das Instituições Consorciadas). | 1 de setembro de 2021 |
| 2 | Disponibilização deste Prospecto Preliminar. Início das apresentações para potenciais investidores (<i>roadshow</i>). Início do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> . | [•] de [•] de 2021 |
| 3 | Nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com logotipos das Instituições Consorciadas). Início do Período de Reserva. Início do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas. | [•] de [•] de 2021 |
| 4 | Encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas. | [•] de [•] de 2021 |
| 5 | Encerramento do Período de Reserva. | [•] de [•] de 2021 |
| 6 | Encerramento das apresentações para potenciais investidores (<i>roadshow</i>). Encerramento do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> . Fixação do Preço por Ação. Assinatura do Contrato de Colocação, do Contrato de Colocação Internacional e dos demais contratos relacionados à Oferta. | [•] de [•] de 2021 |
| 7 | Concessão dos registros da Oferta pela CVM. Disponibilização do Anúncio de Início. Disponibilização do Prospecto Definitivo. | [•] de [•] de 2021 |
| 8 | Início de negociação das Ações na B3. Início do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares. | [•] de [•] de 2021 |
| 9 | Data de Liquidação. | [•] de [•] de 2021 |
| 10 | Data limite do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares. | [•] de [•] de 2021 |
| 11 | Data limite para a liquidação de Ações Suplementares. | [•] de [•] de 2021 |
| 12 | Data de encerramento do <i>Lock-up</i> Varejo. | [•] de [•] de 2021 |
| 13 | Data de encerramento do <i>Lock-up</i> Private. | [•] de [•] de 2021 |
| 14 | Data limite para a disponibilização do Anúncio de Encerramento. | [•] de [•] de 2022 |

⁽¹⁾ Todas as datas futuras previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação da Oferta, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400. Ainda, caso ocorram alterações das circunstâncias, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado.

Será admitido o recebimento de reservas para subscrição/aquisição das Ações a partir da data da nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com os logotipos das Instituições Consorciadas), as quais somente serão confirmadas pelo subscritor/adquirente por meio do pagamento do valor informado pela Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva e serão formalizadas, nos termos do parágrafo 2º do artigo 85 da Lei das Sociedades por Ações, por meio do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensado a apresentação do boletim de subscrição e do contrato de compra e venda, conforme o caso, após o início do Prazo de Distribuição, nos termos da Resolução CVM 27.

Na hipótese de suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta, este cronograma será alterado nos termos da Instrução CVM 400. Quaisquer comunicados ao mercado relativos a tais eventos relacionados à Oferta serão informados por meio de disponibilização de Aviso ao Mercado nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, [dos Acionistas Vendedores], das Instituições Participantes da Oferta, da B3 e da CVM.

Para informações sobre os prazos, termos, condições e forma para devolução e reembolso dos valores dados em contrapartida às Ações, nos casos de suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta, consulte as seções “*Informações Sobre a Oferta – Procedimento da Oferta*”, “*Informações Sobre à Oferta – Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta*” e “*Informações Sobre à Oferta – Inadequação da Oferta*”, nas páginas 61, 64 e 70 deste Prospecto Preliminar, respectivamente.

Para informações sobre os prazos, condições e preço de revenda no caso de alienação das Ações liquidadas pelos Coordenadores da Oferta, em decorrência do exercício da Garantia Firme de Liquidação, nos termos descritos no Contrato de Colocação, veja a seção “*Informações Sobre à Oferta – Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação*”, na página 66 deste Prospecto Preliminar.

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta realizarão apresentações aos investidores (*roadshow*), no Brasil e no exterior, no período compreendido entre a data em que este Prospecto Preliminar for disponibilizado e a data em que for determinado o Preço por Ação.

Instituições Participantes da Oferta

As Instituições Consorciadas serão convidadas pelo Coordenador Líder, em nome da Companhia e dos Acionistas Vendedores, para efetuar esforços de colocação das Ações exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais.

Regime de Distribuição

A colocação das Ações (considerando as Ações Adicionais e Ações Suplementares) objeto da Oferta será realizada em conformidade com o Contrato de Colocação, e os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados nos termos do Contrato de Colocação Internacional.

Após: (i) a disponibilização do Aviso ao Mercado e de sua respectiva nova disponibilização (com os logotipos das Instituições Consorciadas); (ii) a disponibilização deste Prospecto Preliminar; (iii) o encerramento do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas; (iv) a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*; (v) a celebração do Contrato de Colocação e do Contrato de Colocação Internacional, e o cumprimento das condições suspensivas neles previstas; (vi) o deferimento do pedido de registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria “A” pela CVM; (vii) a concessão dos registros da Oferta pela CVM; (viii) a disponibilização do Anúncio de Início; e (ix) a disponibilização do Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a colocação das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares), em mercado de balcão não organizado, em regime de Garantia Firme de Liquidação, a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, na proporção e até os limites individuais previstos no Contrato de Colocação, em conformidade com o disposto na Instrução CVM 400 e observado o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado e as disposições deste Prospecto Preliminar. Ainda, conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.

O Contrato de Colocação estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta e à CVM, nos endereços indicados na seção “*Informações Sobre à Oferta – Informações Adicionais*”, na página 70 deste Prospecto Preliminar, a partir da disponibilização do Anúncio de Início.

Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400. Assim, caso não haja demanda para a subscrição/aquisição da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) por parte dos Investidores Não Institucionais e dos Investidores Institucionais até a data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento automaticamente cancelados. Neste caso, os valores eventualmente depositados pelos Investidores Não Institucionais serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da data da disponibilização do comunicado de cancelamento da Oferta.

Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) no âmbito da Oferta”, na página 88 deste Prospecto Preliminar.

Plano de Distribuição da Oferta

Os Coordenadores da Oferta, com a expressa anuência da Companhia e dos Acionistas Vendedores, elaborarão um plano de distribuição das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares), nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual levará em conta a criação de uma base acionária diversificada de acionistas e relações da Companhia, dos Acionistas Vendedores, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica da Companhia, dos Acionistas Vendedores, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, que em nenhuma hipótese poderão ser consideradas no plano de distribuição para alocação de Investidores Não Institucionais, observado que os Coordenadores da Oferta assegurarão: (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, em conformidade com a Resolução CVM 30; (ii) o tratamento justo e equitativo a todos os investidores, em conformidade com o artigo 21 da Instrução CVM 400; e (iii) o recebimento prévio, pelas Instituições Participantes da Oferta, dos exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória, de modo que suas eventuais dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder.

O público-alvo da Oferta consiste em Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais.

Para os fins da presente Oferta, e nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 2º, inciso XII, da Resolução CVM 35, serão consideradas pessoas vinculadas à Oferta os investidores que sejam: (i) controladores e/ou administradores da Companhia, dos Acionistas Vendedores e/ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º (segundo) grau; (ii) controladores e/ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) empregados, funcionários, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta e/ou com os Agentes de Colocação Internacional, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta e/ou pelos Agentes de Colocação Internacional ou por pessoas a eles vinculadas, desde que diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (vii) cônjuge ou companheiro, ascendentes, filhos menores ou colaterais até 2º (segundo) grau das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v) acima; e (viii) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros que não sejam pessoas vinculadas.

A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica às instituições financeiras contratadas como formador de mercado, conforme previsto no parágrafo único do artigo 55 da Instrução CVM 400.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400: (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as Ações como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; ou (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, II da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400.

Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das Ações”, na página 89 deste Prospecto Preliminar.

Procedimento de Distribuição da Oferta

Observadas as condições precedentes descritas na seção “Regime de Distribuição”, na página 51 deste Prospecto Preliminar, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição pública das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas não considerando as Ações Suplementares), por meio de 2 (duas) ofertas distintas, quais sejam: (i) Oferta Não Institucional; e (ii) Oferta Institucional, conforme descritas a seguir.

i. Oferta Não Institucional:

Desde que haja demanda, a Oferta Não Institucional será destinada aos Investidores Não Institucionais observado o montante de, no mínimo, [•]% ([•] por cento) e, a exclusivo critério da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, o montante de, no máximo, [•]% ([•] por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), realizada pelas Instituições Participantes da Oferta, compreendendo:

- (a) uma oferta aos Investidores Private, por meio da qual os investidores terão seus Pedidos de Reserva atendidos de maneira prioritária em relação aos Investidores Private Sem Lock-up, desde que optem por se comprometer com o Lock-up Private;
- (b) uma oferta aos Investidores Private que não se comprometerem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, a não dispor das Ações que subscreverem durante o período do Lock-up Private;
- (c) uma oferta aos Investidores de Varejo, por meio da qual os Investidores de Varejo terão seus Pedidos de Reserva atendidos de maneira prioritária em relação aos Investidores de Varejo Sem Lock-up, desde que optem por se comprometer com o Lock-up Varejo; e
- (d) uma oferta aos Investidores de Varejo que não se comprometerem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, a não dispor das Ações durante o período do Lock-up Varejo.

ii. Oferta Institucional:

A Oferta Institucional será destinada aos Investidores Institucionais, e será realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional.

Procedimento da Oferta Não Institucional

A Oferta Não Institucional será realizada exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais que realizarem Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, durante o Período de Reserva, sendo que, no caso de Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva a sua condição de Pessoa Vinculada e poderão realizar Pedido de Reserva, durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva, nas condições descritas abaixo.

Os Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderão realizar Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo que aqueles Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas que não realizarem seus Pedidos de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas terão seus Pedidos de Reserva cancelados em caso de excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) à quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400. Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas que realizarem seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas não terão seus Pedidos de Reserva cancelados mesmo no

caso de excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) à quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares).

No contexto da Oferta Não Institucional, o montante de, no mínimo, [•]% ([•] por cento) e, a exclusivo critério da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, o montante de, no máximo, [•]% ([•] por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) será destinado, prioritariamente, à colocação pública para Investidores Não Institucionais que venham a realizar Pedido de Reserva de acordo com as condições previstas neste Prospecto Preliminar, observado que:

- I. o montante de no mínimo [•]% ([•] por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), será destinado à colocação pública para **Investidores Private**, sendo certo que:
 - (a) o montante de no mínimo [•]% ([•] por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) será destinado à colocação pública para Investidores Private *Lock-up* sendo certo que, caso haja demanda: (i) de até [•]% ([•] por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), tais pedidos serão atendidos e terão alocação garantida; e (ii) superior a [•]% ([•] por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), a alocação, desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta Private Sem *Lock-up* tenha sido atendido, nos termos do item (b) abaixo, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio. Caso não haja demanda suficiente para suprir a alocação mínima reservada para a Oferta Private *Lock-up*, poderá haver a realocação das Ações remanescentes da Oferta Private *Lock-up* para a Oferta de Varejo *Lock-up*; e
 - (b) o montante de no mínimo [•]% ([•] por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), será destinado à colocação pública para os Investidores Private Sem *Lock-up*, sendo certo que, caso haja demanda: (i) de até [•]% ([•] por cento) da quantidade total da Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), tais pedidos serão atendidos e terão alocação garantida; e (ii) superior a [•]% ([•] por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), a alocação, desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta Private *Lock-up* tenha sido atendido, nos termos do item (a) acima, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio.
- II. o montante de no mínimo [•]% ([•] por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) será destinado à colocação pública para **Investidores de Varejo**, sendo certo que:
 - (a) o montante de, no mínimo [•]% ([•] por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) será destinado à colocação pública para Investidores de Varejo *Lock-up*, sendo certo que caso haja demanda: (i) de até [•]% ([•] por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), tais pedidos serão atendidos e terão alocação garantida; e (ii) superior a [•]% ([•] por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), a alocação, desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta Private Sem *Lock-up* tenha sido atendido, nos termos do item (b) abaixo, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio; e

- (b) o montante de, no mínimo [•]% ([•] por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) será destinado à colocação pública para os Investidores de Varejo *Sem Lock-up*, sendo certo que caso haja demanda: (i) de até [•]% ([•] por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), tais pedidos serão atendidos e terão alocação garantida; e (ii) superior a [•]% ([•] por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), a alocação, desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta de Varejo *Lock-up* tenha sido atendido, nos termos do item (a) acima, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio.

Recomenda-se aos Investidores Não Institucionais interessados na realização dos Pedidos de Reserva que: (i) leiam cuidadosamente os termos e as condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente os procedimentos relativos à prioridade na alocação, à liquidação da Oferta e as informações constantes deste Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência, especialmente as seções “*Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia*” e “*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações*”, nas páginas 20 e 84 deste Prospecto Preliminar, respectivamente, bem como o item “*4. Fatores de Risco*” do Formulário de Referência; (ii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar seu Pedido de Reserva, se esta exigirá a manutenção de recursos em conta aberta e/ou mantida junto a ela para fins de garantia do Pedido de Reserva; (iii) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada; e (iv) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de preencher e entregar o seu Pedido de Reserva, a possibilidade de débito antecipado da reserva por parte da Instituição Consorciada.

Procedimento da Oferta Não Institucional – Private

Observado o disposto neste item, será permitida aos Investidores Private a participação na Oferta Private mediante preenchimento de Pedido de Reserva com uma única Instituição Consorciada, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva Private por Investidor Private.

Os Investidores Private que aderirem à Oferta Não Institucional não participarão do Procedimento de *Bookbuilding*, e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.

Os Investidores Private deverão observar, além das condições previstas nos Pedidos de Reserva, o procedimento abaixo:

- (a) durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, cada um dos Investidores Private interessados em participar da Oferta Não Institucional deverá realizar Pedido de Reserva com uma única Instituição Consorciada, irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nas alíneas (c), (e), (f), (h), (j) e (k) abaixo, observadas as condições do Pedido de Reserva;
- (b) os Investidores Private que tenham interesse em participar diretamente da Oferta Private *Lock-up*, deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* Private, sob pena de serem considerados Investidores Private *Sem Lock-up* e não participarem da Alocação Private *Lock-up*;
- (c) os Investidores Private que tenham interesse em participar diretamente da Oferta Private, mas não possuem interesse em participar do *Lock-up* Private, deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que desejam ser considerados Investidores Private *Sem Lock-up*;

- (d) os Investidores Private poderão estipular, no Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, sem necessidade de posterior confirmação, sendo que, caso o Preço por Ação seja fixado em valor superior ao valor estabelecido pelo Investidor Private, o respectivo Pedido de Reserva será automaticamente cancelado;
- (e) as Instituições Consorciadas somente atenderão Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo investidor;
- (f) os Investidores Private deverão realizar seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva ou no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, sendo que os Investidores Private que sejam Pessoas Vinculadas deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva a sua condição de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva ser cancelado pela Instituição Consorciada;
- (g) caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade total de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), será vedada a colocação de Ações aos Investidores Private que sejam Pessoas Vinculadas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, com exceção àqueles Pedidos de Reserva que forem realizados durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas;
- (h) caso a demanda total por Ações da Oferta Private *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private *Lock-up*: (i) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações destinadas à Oferta Private *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes da Oferta Private *Lock-up*, se houver, poderão ser destinadas aos Investidores Institucionais; ou (ii) exceda o montante mínimo de Ações destinadas à Oferta Private *Lock-up*, poderá, a exclusivo critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, ser realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações. Caso haja Rateio Private *Lock-up*, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da Data de Liquidação;
- (i) caso a demanda total por Ações da Oferta Private Sem *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private Sem *Lock-up*: (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações destinadas à Oferta Private Sem *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private Sem *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes da Oferta Private Sem *Lock-up*, se houver, poderão ser destinadas aos Investidores Institucionais; ou (b) exceda o montante mínimo de Ações destinadas à Oferta Private Sem *Lock-up*, poderá, a exclusivo critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, ser realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações. Caso haja Rateio Private Sem *Lock-up*, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da Data de Liquidação;

- (j) até às 16h00 do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Início, serão informados a cada Investidor Private pela Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio do seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por telefone ou correspondência, a Data de Liquidação, a quantidade de Ações alocadas (ajustada, se for o caso, em decorrência do Rateio Private), o Preço por Ação e o valor do respectivo investimento, sendo que, em qualquer caso, o valor do investimento será limitado àquele indicado no respectivo Pedido de Reserva;
- (k) até às 10h00 da Data de Liquidação, cada Investidor Private que tenha realizado Pedido de Reserva deverá efetuar o pagamento, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, em moeda corrente nacional, do valor indicado na alínea (c) acima à Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva, sob pena de, em não o fazendo, ter seu Pedido de Reserva automaticamente cancelado; em caso de tal cancelamento automático, a Instituição Consorciada que tenha recebido o Pedido de Reserva deverá garantir a liquidação por parte do respectivo Investidor Private;
- (l) na Data de Liquidação, a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva entregará, por meio da B3, as Ações alocadas ao respectivo Investidor Private que tenha realizado Pedido de Reserva, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Colocação, desde que tenha efetuado o pagamento previsto na alínea (k) acima;
- (m) caso: (i) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes deste Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores Private ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400; (ii) a Oferta seja suspensa, nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 400; e/ou (iii) a Oferta seja modificada, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, o Investidor Private poderá desistir do respectivo Pedido de Reserva, devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva: (1) até às 12h00 do 5º (quinto) dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (2) até às 12h00 do 5º (quinto) dia útil subsequente à data da suspensão ou a modificação da Oferta, nos casos das alíneas (b) e (c) acima. Adicionalmente, os casos das alíneas (b) e (c) acima serão imediatamente divulgados por meio de Anúncio de Retificação, nos mesmos veículos utilizados para disponibilização do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400. No caso da alínea (c) acima, após a disponibilização do Anúncio de Retificação, a respectiva Instituição Consorciada deverá acautelar-se e certificar-se, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o respectivo Investidor Private está ciente de que os termos da Oferta foram alterados e de que tem conhecimento das novas condições. Caso o Investidor Private não informe sua decisão de desistência do Pedido de Reserva nos termos deste inciso, o Pedido de Reserva será considerado válido e o Investidor Private deverá efetuar o pagamento do valor do investimento. Caso o Investidor Private já tenha efetuado o pagamento nos termos da alínea (i) acima e venha a desistir do Pedido de Reserva nos termos deste inciso, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de 3 (três) dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva; e
- (n) caso não haja conclusão da Oferta ou em caso de cancelamento ou revogação da Oferta, todos os Pedidos de Reserva serão cancelados e a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva comunicará ao respectivo Investidor Private o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante disponibilização de comunicado ao mercado. Caso o Investidor Private já tenha efetuado o pagamento nos termos da alínea (i) acima, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da comunicação do cancelamento da Oferta.

Lock-up Private. Os Investidores Private que indicarem em seu Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* Private e subscreverem/adquirirem Ações no âmbito da Oferta Private *Lock-up* não poderão, pelo Período de *Lock-up* Private, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia, permutar, ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações, direta ou indiretamente. Dessa forma, como condição para a participação na Oferta Private *Lock-up*, cada Investidor Private, ao realizar seu Pedido de Reserva, autorizará seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do Período de *Lock-up* Private.

Não obstante o *Lock-up* Private, as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta Private *Lock-up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, apenas caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta Private *Lock-up* que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

Caso o preço de mercado das Ações venha a cair e/ou os Investidores Private por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o Período de *Lock-up* Private, e tendo em vista a impossibilidade das Ações serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia ou permutadas, de forma direta ou indireta, tais restrições poderão causar-lhes perdas. **Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Os Investidores Private e os Investidores de Varejo Lock-up que se comprometerem a observar o Lock-up Private e o Lock-up Varejo, respectivamente, diante da impossibilidade de oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia, permutar, ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações, de forma direta ou indireta, a quantidade total de Ações de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações”, na página 89 deste Prospecto Preliminar.**

Nos termos do artigo 85, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações e dos artigos 1º e 2º, da Resolução CVM 27, o Pedido de Reserva será o documento por meio do qual o Investidor Private aceitará participar da Oferta Private, bem como subscrever/adquirirem e integralizar/liquidar as Ações que vierem a ser a ele alocadas. Dessa forma, a subscrição/aquisição das Ações pelos Investidores Private será formalizada por meio do Pedido de Reserva e do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensada a apresentação de boletim de subscrição e contrato de compra e venda.

Procedimento da Oferta Não Institucional – Varejo

Observado o disposto neste item, será permitida aos Investidores de Varejo a participação na Oferta de Varejo mediante o preenchimento de Pedido de Reserva com uma única Instituição Consorciada, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva de Varejo por Investidor de Varejo.

Os Investidores de Varejo que aderirem à Oferta Não Institucional não participarão do Procedimento de Bookbuilding, e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.

Os Investidores de Varejo deverão observar, além das condições previstas nos Pedidos de Reserva, o procedimento abaixo:

- (a) durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, cada um dos Investidores de Varejo interessados em participar da Oferta Não Institucional deverá realizar Pedido de Reserva com uma única Instituição Consorciada, irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nas alíneas (c), (e), (f), (h), (j) e (k) abaixo, observadas as condições do Pedido de Reserva;

- (b) os Investidores de Varejo que tenham interesse em participar diretamente da Oferta de Varejo *Lock-up*, deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up Varejo*, sob pena de serem considerados Investidores de Varejo Sem *Lock-up* e não participarem da Alocação Varejo *Lock-up*;
- (c) os Investidores de Varejo que tenham interesse em participar diretamente da Oferta de Varejo, mas não possuem interesse em participar do *Lock-up Varejo*, deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que desejam ser considerados Investidores de Varejo Sem *Lock-up*;
- (d) os Investidores de Varejo poderão estipular, no Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, sem necessidade de posterior confirmação, sendo que, caso o Preço por Ação seja fixado em valor superior ao valor estabelecido pelo Investidor de Varejo, o respectivo Pedido de Reserva será automaticamente cancelado;
- (e) as Instituições Consorciadas somente atenderão Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo investidor;
- (f) os Investidores de Varejo deverão realizar seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva ou no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, sendo que os Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva a sua condição de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva ser cancelado pela Instituição Consorciada;
- (g) caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade total de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), será vedada a colocação de Ações aos Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, com exceção àqueles Pedidos de Reserva que forem realizados durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas;
- (h) caso a demanda por Ações da Oferta de Varejo *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo *Lock-up*: (i) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações destinadas à Oferta de Varejo *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes da Oferta de Varejo *Lock-up*, se houver, poderão ser destinadas aos Investidores de Varejo Sem *Lock-up*; ou (ii) exceda o montante mínimo de Ações destinadas à Oferta de Varejo *Lock-up*, poderá, a exclusivo critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, ser realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações. Caso haja Rateio Varejo *Lock-up*, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros, ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da Data de Liquidação;
- (i) caso a demanda por Ações da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Sem *Lock-up*: (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Sem *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, se houver, poderão ser destinadas aos Investidores Institucionais; ou (b) exceda o montante mínimo de Ações da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, poderá, a exclusivo critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, ser realizado rateio proporcional ao valor das respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações. Caso haja Rateio Varejo Sem *Lock-up*, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da Data de Liquidação;

- (j) até às 16h00 do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Início, serão informados a cada Investidor de Varejo pela Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva por meio do seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por telefone ou correspondência, a Data de Liquidação, a quantidade de Ações alocadas (ajustada, se for o caso, em decorrência do Rateio de Varejo), o Preço por Ação e o valor do respectivo investimento, sendo que, em qualquer caso, o valor do investimento será limitado àquele indicado no respectivo Pedido de Reserva;
- (k) até às 10h00 da Data de Liquidação, cada Investidor de Varejo que tenha realizado Pedido de Reserva deverá efetuar o pagamento, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, em moeda corrente nacional, do valor indicado na alínea (c) acima à Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva sob pena de, em não o fazendo, ter seu Pedido de Reserva automaticamente cancelado; em caso de tal cancelamento automático, a Instituição Consorciada que tenha recebido o Pedido de Reserva deverá garantir a liquidação por parte do respectivo Investidor de Varejo;
- (l) na Data de Liquidação, a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva entregará, por meio da B3, as Ações alocadas ao respectivo Investidor de Varejo que tenha realizado Pedido de Reserva de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Colocação, desde que tenha efetuado o pagamento previsto na alínea (k) acima;
- (m) caso: (i) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes deste Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores de Varejo ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400; (ii) a Oferta seja suspensa, nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 400; e/ou (iii) a Oferta seja modificada, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, o Investidor de Varejo poderá desistir do respectivo Pedido de Reserva devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva: (1) até às 12h00 do 5º (quinto) dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (2) até às 12h00 do 5º (quinto) dia útil subsequente à data da suspensão ou a modificação da Oferta, nos casos das alíneas (b) e (c) acima. Adicionalmente, os casos das alíneas (b) e (c) acima serão imediatamente divulgados por meio de Anúncio de Retificação, nos mesmos veículos utilizados para disponibilização do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400. No caso da alínea (c) acima, após a disponibilização do Anúncio de Retificação, a respectiva Instituição Consorciada deverá acautelar-se e certificar-se, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o respectivo Investidor de Varejo está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Caso o Investidor de Varejo não informe sua decisão de desistência do Pedido de Reserva, nos termos deste inciso, o Pedido de Reserva, será considerado válido e o Investidor de Varejo deverá efetuar o pagamento do valor do investimento. Caso o Investidor de Varejo já tenha efetuado o pagamento nos termos da alínea (i) acima e venha a desistir do Pedido de Reserva nos termos deste inciso, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de 3 (três) dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva; e
- (n) caso não haja conclusão da Oferta ou em caso de cancelamento ou revogação da Oferta, todos os Pedidos de Reserva serão cancelados e a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva comunicará ao respectivo Investidor de Varejo o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante disponibilização de comunicado ao mercado. Caso o Investidor de Varejo já tenha efetuado o pagamento nos termos da alínea (i) acima, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da comunicação do cancelamento da Oferta.

Lock-up Varejo. Os Investidores de Varejo que indicarem em seu Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* Varejo e subscreverem/adquirirem Ações no âmbito da Oferta de Varejo *Lock-up*, não poderão, pelo Período de *Lock-up* Varejo, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia, permutar ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações, direta ou indiretamente. Dessa forma, como condição para a sua participação na Oferta de Varejo, cada Investidor de Varejo, ao realizar seu Pedido de Reserva, autorizará seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do Período de *Lock-up* Varejo.

Não obstante o *Lock-up* Varejo, as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo *Lock-up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, apenas caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo *Lock-up* que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

Caso o preço de mercado das Ações venha a cair e/ou os Investidores de Varejo por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o Período de *Lock-up* Varejo, e tendo em vista a impossibilidade das Ações serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia ou permutadas, de forma direta ou indireta, tais restrições poderão causar-lhes perdas. **Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Os Investidores Private e os Investidores de Varejo Lock-up que se comprometerem a observar o Lock-up Private e o Lock-up Varejo, respectivamente, diante da impossibilidade de oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia, permutar, ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações, de forma direta ou indireta, a quantidade total de Ações de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações”, na página 89 deste Prospecto Preliminar.**

Nos termos do artigo 85, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações e dos artigos 1º e 2º da Resolução CVM 27, o Pedido de Reserva será o documento por meio do qual o Investidor de Varejo aceitará participar da Oferta, subscrever/adquirir e integralizar/liquidar as Ações que vierem a ser a ele alocadas. Dessa forma, a subscrição/aquisição das Ações pelos Investidores de Varejo será formalizada por meio do Pedido de Reserva e do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensada a apresentação de boletim de subscrição e contrato de compra e venda.

Procedimento da Oferta Institucional

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos acima descritos, as Ações remanescentes, inclusive as que não forem colocadas no âmbito da Oferta Não Institucional, serão destinadas à colocação junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas, inexistindo valores mínimo e máximo de investimento, e tendo assumido cada Investidor Institucional a obrigação de verificar se está cumprindo os requisitos acima para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*, de acordo com as seguintes condições:

- (a) caso o número de Ações objeto de intenções de investimento recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*, na forma do artigo 44 da Instrução CVM 400, exceda a quantidade total de Ações remanescentes após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos e condições descritos acima, terão prioridade no atendimento de suas respectivas intenções de investimento os Investidores Institucionais que, a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, levando em consideração o disposto no Plano de Distribuição, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do

Regulamento do Novo Mercado, melhor atendam ao objetivo da Oferta de criar uma base diversificada de acionistas, formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional;

- (b) até às 16h00 do 1º (primeiro) dia útil imediatamente subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Início, os Investidores Institucionais serão informados, por meio de seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por telefone ou correspondência, sobre a Data de Liquidação, a quantidade de Ações alocada e o valor do respectivo investimento. A entrega das Ações alocadas deverá ser realizada na Data de Liquidação, mediante pagamento, em moeda corrente nacional, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, do valor resultante do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações alocadas, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Colocação; e
- (c) caso não haja conclusão da Oferta ou em caso de cancelamento ou revogação da Oferta, todos as intenções de investimento serão canceladas e o Coordenador da Oferta que tenha recebido a respectiva intenção de investimento comunicará ao respectivo Investidor Institucional o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante disponibilização de comunicado ao mercado. Caso o Investidor Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos da alínea (b) acima, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da comunicação do cancelamento da Oferta.

A subscrição/aquisição das Ações por Investidores Institucionais será formalizada, nos termos do parágrafo 2º do artigo 85 da Lei das Sociedades por Ações, por meio do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensada a apresentação de boletim de subscrição, contrato de compra e venda e/ou documento de aceitação da Oferta, nos termos do artigo 2º, parágrafo primeiro, da Resolução CVM 27. No caso de Investidores Institucionais que não estejam contemplados pela dispensa da apresentação de documento de aceitação da Oferta, nos termos da Resolução CVM 27, a subscrição/aquisição das Ações deverá ser formalizada mediante ato de aceitação da Oferta pelo Investidor Institucional, o qual deverá ser realizado junto ao Coordenador da Oferta com o qual tiver efetuado sua ordem de investimento, devendo, no mínimo, (i) conter as condições de subscrição/aquisição e de integralização das Ações, (ii) esclarecer que não será admitida a distribuição parcial da Oferta, (iii) conter esclarecimento sobre a condição de Pessoa Vinculada (ou não) à Oferta, e (iv) conter declaração de que obteve cópia dos Prospectos, observado que tal formalização poderá ocorrer, inclusive, mediante o preenchimento e entrega, ao Coordenador da Oferta com o qual tiver efetuado sua ordem de investimento, de termo de aceitação.

As Ações que forem objeto de esforços de venda no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, nos termos da Resolução 4.373, da Resolução CVM 13 ou da Lei 4.131.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de [20%] (vinte por cento) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), não será permitida a colocação de Ações junto aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as ordens ou intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, no Procedimento de Bookbuilding poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações, veja a seção “*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas, no Procedimento de Bookbuilding, poderá impactar adversamente a fixação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário*”, na página 87 deste Prospecto Preliminar.

Prazos da Oferta

Nos termos do artigo 18 da Instrução CVM 400, o prazo para a distribuição das Ações terá início na data de disponibilização do Anúncio de Início, nos termos do artigo 52 e 54-A da Instrução CVM 400, e será encerrado na data de disponibilização do Anúncio de Encerramento, limitado ao prazo máximo de 6 (seis) meses, contado a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, em conformidade com os artigos 18 e 29 da Instrução CVM 400.

As Instituições Participantes da Oferta terão o prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, para efetuar a colocação das Ações. A liquidação física e financeira da Oferta deverá ser realizada até o último dia do Período de Colocação, exceto com relação à distribuição das Ações Suplementares, cuja liquidação física e financeira deverá ser realizada até o 2º (segundo) dia útil contado da(s) respectiva(s) data(s) de exercício da Opção de Ações Suplementares. As Ações serão entregues aos respectivos investidores até às 16h00 da Data de Liquidação ou da Data de Liquidação das Ações Suplementares, conforme o caso.

A data de início da Oferta será divulgada mediante a disponibilização do Anúncio de Início em conformidade com o artigo 52 da Instrução CVM 400. O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante a disponibilização do Anúncio de Encerramento, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

Contrato de Colocação

O Contrato de Colocação será celebrado pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e pelos Coordenadores da Oferta, tendo como interveniente anuente a B3. De acordo com os termos do Contrato de Colocação, os Coordenadores da Oferta concordaram em distribuir, em regime de garantia firme de liquidação individual e não solidária, da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares), diretamente ou por meio das Instituições Consorciadas, em conformidade com as disposições da Instrução CVM 400 e observados os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado.

Os Coordenadores da Oferta prestarão Garantia Firme de Liquidação, conforme disposto na seção “*Informações Sobre à Oferta – Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação*”, na página 66 deste Prospecto Preliminar.

Nos termos do Contrato de Colocação Internacional, a ser celebrado na mesma data de celebração do Contrato de Colocação, os Agentes de Colocação Internacional realizarão os esforços de colocação das Ações no exterior.

O Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional estabelecerão que a obrigação dos Coordenadores da Oferta de efetuar o pagamento pelas Ações estará sujeita a determinadas condições, como a ausência de eventos adversos relevantes na Companhia e em seus negócios, a execução de certos procedimentos pelos auditores independentes da Companhia, entrega de opiniões legais pelos assessores jurídicos da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, bem como a assinatura de termos de restrição à negociação das Ações pela Companhia e pelos administradores, dentre outras providências necessárias.

De acordo com o Contrato de Colocação e com o Contrato de Colocação Internacional, a Companhia assumirá a obrigação de indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

O Contrato de Colocação Internacional obrigará a Companhia, a indenizar os Agentes de Colocação Internacional caso eles venham a sofrer perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*. O Contrato de Colocação Internacional possui declarações específicas em relação à observância de isenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais. Em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia no exterior. Estes procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nestes processos. Se eventualmente a Companhia for condenada em um processo no exterior em relação a incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, se envolver valores elevados, tal condenação poderá ocasionar um impacto significativo e adverso na Companhia.

Para informações adicionais, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil”, a partir da página 88 deste Prospecto Preliminar.

O Contrato de Colocação estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta e à CVM, a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, nos endereços indicados na seção “Informações Sobre à Oferta – Informações Adicionais”, na página 70 deste Prospecto Preliminar.

Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta podem requerer autorização à CVM para a modificação ou revogação da Oferta, caso ocorram alterações posteriores, materiais, relevantes e inesperadas nas circunstâncias relativas à Oferta existentes na data do pedido de registro da distribuição, que resultem em um aumento relevante nos riscos assumidos pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e pelos Coordenadores da Oferta. Adicionalmente, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta poderão modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no parágrafo 3º, do artigo 25 da Instrução CVM 400. Caso o requerimento de modificação nas condições da Oferta seja aceito pela CVM, o encerramento da distribuição da Oferta poderá ser adiado em até 90 (noventa) dias.

Caso: (i) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes deste Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores Não Institucionais, ou as suas decisões de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400; (ii) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (iii) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400; e/ou (iv) o Preço por Ação seja fixado abaixo de 20% (vinte por cento) do preço inicialmente indicado, considerando um preço por Ação que seja o resultado da aplicação de 20% (vinte por cento) sobre o valor máximo da Faixa Indicativa, sendo que o valor resultante desta aplicação de 20% (vinte por cento) deverá ser descontado do valor mínimo da Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do item 2.2.1 do Ofício-Circular CVM/SRE, poderão os Investidores Não Institucionais desistir de seus respectivos Pedidos de Reserva sem quaisquer ônus, nos termos abaixo descritos.

A revogação, suspensão, cancelamento ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio de Anúncio de Retificação a ser disponibilizado nas páginas da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3 na rede mundial de computadores, constantes deste Prospecto Preliminar, mesmos meios utilizados para disponibilização do Aviso ao Mercado, bem como para sua nova divulgação (com os logotipos das Instituições Consorciadas) e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400.

Na hipótese de suspensão, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400, ou modificação da Oferta, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400, ou da ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, as Instituições Consorciadas deverão acautelar-se e certificar-se, no momento das aceitações da Oferta, de que o Investidor Não Institucional está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições estabelecidas. Caso o Investidor Não Institucional já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Consorciada deverá comunicar diretamente, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação ao Investidor Não Institucional que tenha efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Consorciada a respeito da modificação efetuada. Em tais casos, os Investidores Não Institucionais poderão desistir em comunicação por escrito de seus Pedidos de Reserva, nos termos acima descritos, até às 16h00 do 5º (quinto) dia útil subsequente à data de recebimento, pelo Investidor Não Institucional, da comunicação direta pela Instituição Consorciada acerca da suspensão ou modificação da Oferta.

Caso o Investidor Não Institucional não informe, por escrito, sua decisão de desistência do seu respectivo Pedido de Reserva, nos termos descritos acima, seu respectivo Pedido de Reserva será considerado válido e o Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento do valor total de seu investimento nos termos deste Prospecto Preliminar.

Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos deste Prospecto Preliminar e decida desistir do Pedido de Reserva nas condições previstas acima, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que, caso venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva.

Na hipótese de: (i) não haver a conclusão da Oferta; (ii) resilição do Contrato de Colocação; (iii) cancelamento da Oferta; (iv) revogação da Oferta que torne ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores; ou, ainda, (v) em qualquer outra hipótese de devolução dos Pedidos de Reserva em função de expressa disposição legal, todos os Pedidos de Reserva celebrados pelos Investidores Não Institucionais serão automaticamente cancelados, e cada uma das Instituições Consorciadas que tenha recebido Pedidos de Reserva comunicará ao respectivo Investidor Não Institucional sobre o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante disponibilização de comunicado ao mercado.

Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos deste Prospecto Preliminar, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio, e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados do recebimento pelo Investidor Não Institucional da comunicação acerca de quaisquer dos eventos acima referidos.

Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação

A Garantia Firme de Liquidação consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, de integralizar/liquidar pelo Preço por Ação, financeiramente as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) que tenham sido subscritas/adquiridas, porém não integralizadas/liquidadas, no Brasil, pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação. A Garantia Firme de Liquidação é vinculante a partir do momento em que for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, concedido o registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria “A” e os registros da Oferta pela CVM, assinado o Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional e cumpridas as condições suspensivas neles previstas, e disponibilizado o Anúncio de Início e o Prospecto Definitivo.

Caso as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) objeto de Garantia Firme de Liquidação efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não sejam totalmente integralizadas/liquidadas por estes até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, subscreverá/adquirirá e integralizará/liquidará, na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação e multiplicado pelo Preço por Ação; e (ii) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) objeto da Garantia Firme de Liquidação efetivamente subscritas/adquiridas, no Brasil, por investidores e por esses integralizadas/liquidadas no Brasil, multiplicado pelo Preço por Ação.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação, caso os Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Colocação, tenham interesse em revender tais Ações antes da disponibilização do Anúncio de Encerramento, o preço de revenda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que as operações realizadas em decorrência das Atividades de Estabilização não estarão sujeitas a tais limites.

| Coordenador da Oferta | Quantidade ⁽¹⁾ | Percentual (%) |
|-------------------------|---------------------------|----------------|
| Coordenador Líder | [•] | [•] |
| BTG Pactual | [•] | [•] |
| UBS BB | [•] | [•] |
| Total..... | [•] | [•] |

⁽¹⁾ Sem considerar as Ações Adicionais.

| Coordenador da Oferta | Quantidade ⁽¹⁾ | Percentual (%) |
|-------------------------|---------------------------|----------------|
| Coordenador Líder | [•] | [•] |
| BTG Pactual | [•] | [•] |
| UBS BB | [•] | [•] |
| Total..... | [•] | [•] |

⁽¹⁾ Considerando as Ações Adicionais.

As proporções previstas na tabela acima poderão ser realocadas de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.

Estabilização de Preços das Ações

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, dentro de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da CVM e da B3, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476, antes da disponibilização do Anúncio de Início.

Não existe obrigação por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora de realizar operações bursáteis e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas e retomadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das Ações no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

O Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Agente Estabilizador e à CVM a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, nos endereços indicados na seção “*Informações Sobre à Oferta – Informações Adicionais*”, na página 70 deste Prospecto Preliminar.

Formador de Mercado

[Em conformidade com o disposto no Código ANBIMA, os Coordenadores da Oferta recomendaram à Companhia e aos Acionistas Vendedores a contratação de instituição para desenvolver atividades de formador de mercado, nos termos da Instrução da CVM nº 384, de 17 de março de 2003, no entanto, não houve contratação de formador de mercado.]

Violações das Normas de Conduta

Na hipótese de haver descumprimento e/ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas nos respectivos termos de adesão ao Contrato de Colocação, na Carta-Convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as Ações (considerando as Ações Adicionais), emissão de relatórios de pesquisa e de *marketing* da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas por eles julgadas cabíveis: (i) deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações (considerando as Ações Adicionais) no âmbito da Oferta, sendo cancelados todos os Pedidos de Reserva que tenha recebido e a Instituição Consorciada deverá informar imediatamente aos respectivos investidores sobre referido cancelamento, devendo ser restituídos pela Instituição Consorciada integralmente aos respectivos investidores os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações (considerando as Ações Adicionais), no prazo máximo de até 3 (três) dias úteis contados da data de divulgação do descredenciamento da Instituição Consorciada, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária e, ainda, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF/Câmbio, e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada; (ii) arcará integralmente com quaisquer custos, perdas, incluindo lucros cessantes, danos e prejuízos relativos à sua exclusão como Instituição Participante da Oferta, incluindo custos com publicações, indenizações decorrentes de eventuais condenações judiciais em ações propostas por investidores por conta do cancelamento, honorários advocatícios e demais custos perante terceiros, inclusive custos decorrentes de demandas de potenciais investidores; (iii)

indenizará, manterá indene e isentará os Coordenadores da Oferta, suas afiliadas e respectivos administradores, acionistas, sócios, funcionários e empregados, bem como os sucessores e cessionários dessas pessoas por toda e qualquer perda que estes possam incorrer; e (iv) poderá ter suspenso, por um período de 6 (seis) meses contados da data da comunicação da violação, o direito de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de quaisquer dos Coordenadores da Oferta. Os Coordenadores da Oferta não serão, em hipótese alguma, responsáveis por quaisquer prejuízos causados aos investidores que tiverem seus Pedidos de Reserva cancelados por força do descredenciamento da Instituição Consorciada. A Instituição Consorciada deverá comunicar imediatamente o referido cancelamento aos investidores de quem tenha recebido Pedidos de Reserva no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de divulgação de seu descredenciamento.

Direitos, Vantagens e Restrições das Ações

As Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos em seu Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme vigentes nesta data, dentre os quais se destacam os seguintes:

- (i) direito de voto nas assembleias gerais da Companhia, sendo que a cada ação ordinária de emissão da Companhia corresponderá um voto;
- (ii) direito de alienação das ações ordinárias de emissão da Companhia nas mesmas condições asseguradas ao acionista controlador alienante, em caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso, do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação e regulamentação vigentes e no Regulamento do Novo Mercado, bem como no Estatuto Social, de forma a lhe assegurar tratamento igualitário àquele dado aos acionistas controladores (*tag along*);
- (iii) direito de alienação das ações ordinárias de emissão da Companhia em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pela Companhia ou pelos eventuais acionistas controladores da Companhia, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de saída do Novo Mercado, por, no mínimo, seu valor justo, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada com experiência comprovada;
- (iv) no caso de liquidação da Companhia, direito de participar do acervo da Companhia, na proporção da sua participação no capital social, nos termos do artigo 109, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações;
- (v) direito de preferência na subscrição/aquisição de novas ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição emitidos pela Companhia, conforme conferido pelo artigo 109, inciso IV, da Lei das Sociedades por Ações, exceto conforme previsto no artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações e do disposto no estatuto social da Companhia;
- (vi) direito ao dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e do disposto no estatuto social da Companhia;
- (vii) direito ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que a Companhia vier a declarar a partir da data de divulgação do Anúncio de Início; e
- (viii) todos os demais direitos assegurados às ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos no Regulamento do Novo Mercado, no Estatuto Social da Companhia e na Lei das Sociedades por Ações.

Para mais informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja a seção “18. Valores Mobiliários” do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar, a partir da página 327 deste Prospecto Preliminar.

Negociação das Ações na B3

A Companhia e a B3 celebrarão oportunamente o Contrato de Participação no Novo Mercado, por meio do qual a Companhia aderirá às práticas diferenciadas de governança corporativa do Novo Mercado da B3, disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado, que estabelece regras diferenciadas e adicionais de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado a serem observadas pela Companhia, mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, observado que o referido contrato entrará em vigor na data de disponibilização do Anúncio de Início.

As Ações passarão a ser negociadas na B3 a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à disponibilização do Anúncio de Início sob o código “[•]”. A adesão ao Novo Mercado está sujeita à conclusão da Oferta.

As principais regras relativas ao Regulamento do Novo Mercado encontram-se resumidas no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar, a partir da página 327 deste Prospecto Preliminar. Para informações adicionais sobre a negociação das Ações na B3, consulte uma instituição autorizada a operar na B3.

Recomenda-se a leitura, além deste Prospecto Preliminar, do Formulário de Referência, para informações adicionais sobre a Companhia, incluindo seu setor de atuação, suas atividades e situação econômica e financeira, dinâmica de governança e os fatores de risco que devem ser considerados antes da decisão de investimento nas Ações.

Acordos de Restrição à Venda de Ações (*Lock-up*)

[A Companhia e cada um de seus Administradores, bem como os Acionistas Vendedores, se comprometerão, perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, a Instrumentos de *Lock-up*, por meio dos quais, observadas as exceções previstas no Contrato de Colocação e no Contrato de Colocação Internacional, concordarão em não emitir, oferecer, vender, contratar a venda, empenhar, emprestar, dar em garantia, conceder qualquer opção de compra, realizar qualquer venda a descoberto ou de outra forma onerar ou dispor, direta ou indiretamente, pelo Período de *Lock-up*, quaisquer Ações de que sejam titulares imediatamente após a Oferta, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber Ações, ou que admitam pagamento mediante entrega de Ações, bem como derivativos nelas lastreados.]

[As vedações listadas acima não se aplicam nas hipóteses de transferências das Ações: (i) decorrentes da venda de Ações decorrentes do Contrato de Colocação e do Contrato de Colocação Internacional (incluindo Ações Suplementares); (ii) decorrentes de doações, desde que anteriormente a referida doação, o beneficiário da doação concorde por escrito a estar sujeito pelos termos dos Instrumentos de *Lock-up* e confirme estar de acordo com seus termos; (iii) para qualquer Afiliadas da Companhia, conforme definido no Prospecto Preliminar, desde que o beneficiário da transferência confirme estar de acordo com os termos aqui estabelecidos; (iv) ao empréstimo a qualquer dos Coordenadores da Oferta ou a entidade indicada por tais Coordenadores da Oferta para fins de estabilização das Ações; e (v) decorrentes de operações em mercado, desde que em tais operações não precisem ser reportadas, nos termos do Contrato de Colocação e/ou do Contrato de Colocação Internacional.]

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das Ações poderá prejudicar o valor de negociação das Ações. **Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das Ações, após a conclusão da Oferta e do Período de Lock-up, poderá afetar negativamente o preço de mercado das Ações no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia”, na página 87 deste Prospecto Preliminar.**

Instituição Financeira Responsável pela Escrituração das Ações

A instituição financeira contratada para a prestação de serviços de escrituração, custódia e transferência das Ações é a Itaú Corretora de Valores S.A.

Inadequação da Oferta

O investimento em ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir em ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar, a partir da página representando um investimento de risco deste Prospecto Preliminar, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais.

Condições a que a Oferta esteja submetida

A realização da Oferta não está submetida a nenhuma condição, exceto pelas condições de mercado.

Informações Adicionais

A subscrição/aquisição das Ações apresenta certos riscos e possibilidades de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. Recomenda-se aos potenciais investidores, incluindo-se os Investidores Institucionais, que leiam este Prospecto Preliminar, em especial as seções “*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações*” e “*Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia*”, nas páginas 84 e 20 deste Prospecto Preliminar, respectivamente, bem como a seção “*4. Fatores de Risco*” do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar, a partir da página 327 deste Prospecto Preliminar, antes de tomar qualquer decisão de investir nas Ações.

Os Coordenadores da Oferta recomendam fortemente que os Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta leiam, atenta e cuidadosamente, os termos e condições estipulados nos Pedidos de Reserva, especialmente os procedimentos relativos ao pagamento do Preço por Ação e à liquidação da Oferta, bem como as informações constantes deste Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, a partir da página 327 deste Prospecto Preliminar, especialmente as seções que tratam sobre os riscos aos quais a Companhia está exposta. **É recomendada a todos os investidores a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência antes da tomada de qualquer decisão de investimento.**

Os investidores que desejarem obter exemplar do Prospecto Preliminar ou informações adicionais sobre a Oferta deverão se dirigir, a partir da data de disponibilização do Aviso ao Mercado, aos seguintes endereços e páginas da rede mundial de computadores da Companhia, dos Coordenadores da Oferta e/ou das demais Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3, conforme abaixo indicados:

COMPANHIA

BMRV PARTICIPAÇÕES S.A.

Avenida do Contorno, 5.351, 11º andar, conjunto 1106, Bairro Cruzeiro
CEP 30.110-923 – Belo Horizonte, MG

At.: Sr. Cássio Doval Ferreira

Tel.: +55 (21) 2128-9500

<http://www.rvdigital.com.br/ri> (neste website, clicar em [•])

ACIONISTAS VENDEDORES

[•]

COORDENADORES DA OFERTA

BANCO ITAÚ BBA S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 1º, 2º, 3º, 4º e 5º andares
CEP 04538-132, São Paulo - SP

At.: Sra. Renata Dominguez
Tel.: +55 (11) 3701-8876

<http://www.itau.com.br/itaubba-pt/ofertas-publicas/> (neste website, clicar em “RV Tecnologia”, posteriormente clicar em “2021” e, em seguida, em “Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)”, e, por fim, clicar no link específico de cada aviso, anúncio ou comunicado da Oferta).

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3477, 14º andar
CEP 04538-133, São Paulo – SP

At.: Sr. Fabio Nazari
Tel.: +55 (11) 3383-2000

<https://www.btgpactual.com/investment-bank> (neste website acessar "Mercado de Capitais – Download", depois clicar em "2021" e, a seguir, logo abaixo de "Distribuição Pública Primária e Secundária e de Ações da BMRV Participações S.A.", clicar em "Prospecto Preliminar").

UBS BRASIL CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4.440, 7º andar (parte)
CEP 04538-132, São Paulo – SP

At.: Sr. Anderson Brito
Tel.: +55 (11) 2767-6583

<https://www.ubs.com.br/pt/ubsbb-investment-bank/public-offers.html> (neste website clicar em “BMRV Participações” e acessar o “Prospecto Preliminar”).

Este Prospecto também estará disponível nos seguintes endereços e websites: (i) **CVM**, situada na Rua Sete de Setembro, 111, 5º andar, CEP 20159-900, na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e na Rua Cincinato Braga, 340, 2º, 3º e 4º andares, CEP 01333-010, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo (www.cvm.gov.br – neste website acessar “Central de Sistemas” na página inicial, acessar “Ofertas Públicas”, em seguida, na tabela de “Primárias e Secundárias”, clicar no item “Ações”, depois, na página referente a “Ofertas Primárias e Secundárias em Análise”, na tabela “Oferta Inicial (IPO) – Volume em R\$”, acessar o link referente ao “BMRV Participações S.A.” e, posteriormente, clicar no link referente ao Prospecto Preliminar disponível); e (ii) **B3** (<http://www.b3.com.br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/ofertas-em-andamento/>, clicar em clicar em “BMRV Participações S.A.” e, posteriormente, acessar “Prospecto Preliminar”).

Links para Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta

O AVISO AO MERCADO, BEM COMO SUA NOVA DISPONIBILIZAÇÃO (COM OS LOGOTIPOS DAS INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS), O ANÚNCIO DE INÍCIO, O ANÚNCIO DE ENCERRAMENTO, EVENTUAIS ANÚNCIOS DE RETIFICAÇÃO, BEM COMO TODO E QUALQUER AVISO OU COMUNICADO RELATIVO À OFERTA SERÃO DISPONIBILIZADOS, ATÉ O ENCERRAMENTO DA OFERTA, EXCLUSIVAMENTE, NAS PÁGINAS NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES DA COMPANHIA, DOS COORDENADORES DA OFERTA E/OU DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA INDICADAS ABAIXO.

COMPANHIA

BMRV PARTICIPAÇÕES S.A.

[•] (neste website, [•]).

ACIONISTAS VENDEDORES

[•]

COORDENADORES DA OFERTA

BANCO ITAÚ BBA S.A.

<https://www.itau.com.br/itaubba-pt/ofertas-publicas> (neste website, clicar em "BMRV Participações S.A.", clicar em "2021", em "Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)" e acessar o "Aviso ao Mercado").

BANCO BTG PACTUAL S.A.

<https://www.btgpactual.com/investment-bank> (neste website clicar em "BMRV Participações S.A.", clicar em "2021", em "Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)" e acessar o documento correspondente).

UBS BRASIL CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

<https://www.ubs.com/br/pt/ubsbb-investment-bank/public-offers.html> (neste website clicar em "BMRV Participações S.A." e acessar o documento correspondente).

Instituições Consorciadas

Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas podem ser obtidas nas dependências das Instituições Consorciadas credenciadas junto à B3 para participar da Oferta, bem como na página da rede mundial de computadores da B3 (www.b3.com.br).

Este Prospecto Preliminar não constitui uma oferta de venda de Ações nos Estados Unidos ou em qualquer outra jurisdição em que a venda seja proibida, sendo que não será realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto o Brasil. As Ações não poderão ser ofertadas ou vendidas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas U.S. persons, conforme definido no Regulation S, sem que haja o registro sob o Securities Act, ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do Securities Act. Exceto pelo registro da Oferta na CVM, a Companhia, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não realizaram e não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Tendo em vista a possibilidade de veiculação de matérias na mídia sobre a Companhia, os Acionistas Vendedores e a Oferta, a Companhia, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional alertam os investidores que estes deverão basear suas decisões de investimento única e exclusivamente nas informações constantes dos Prospectos e do Formulário de Referência.

LEIA ESTE PROSPECTO PRELIMINAR E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES “SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA” E “FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES”, NAS PÁGINAS 20 E 84 DESTE PROSPECTO PRELIMINAR, BEM COMO A SEÇÃO “4. FATORES DE RISCO” DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO PRELIMINAR, A PARTIR DA PÁGINA 327 DESTE PROSPECTO PRELIMINAR PARA UMA DESCRIÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA, À OFERTA E SUBSCRIÇÃO/AQUISIÇÃO DE AÇÕES QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.

A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM, sendo que os registros da Oferta foram requeridos junto à CVM em 1º de setembro de 2021.

O REGISTRO DA PRESENTE OFERTA NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS.

A Oferta é inadequada aos investidores que não se enquadrem nas definições de Investidor Não Institucional ou de Investidor Institucional. Uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes aos negócios da Companhia, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.

O investimento em ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir em ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais.

APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA

Coordenador Líder

O Itaú BBA é o banco de atacado do conglomerado Itaú Unibanco. O Itaú BBA é resultado da fusão dos bancos BBA e das áreas corporate do Banco Itaú S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. Em 30 de setembro de 2019, o Itaú Unibanco apresentou os seguintes resultados: ativos na ordem de R\$1,6 trilhão e uma carteira de crédito de R\$689 bilhões. A história do Itaú BBA começa com o BBA Creditanstalt, fundado em 1988 em São Paulo por Fernão Bracher e Antonio Beltran, em parceria com o Bank Austria Creditanstalt. A atuação do banco estava voltada para operações financeiras bancárias, com características de atacado, e destaque para *underwriting, hedge, crédito e câmbio*.

Em 1991, foi a única instituição brasileira a coordenar o consórcio de bancos estrangeiros para investimentos no programa de privatização de empresas estatais no país. Ainda no mesmo ano, recebeu autorização do BACEN para operar subsidiária em Bahamas e atender a demanda de clientes na área internacional.

Em 1994, assinou acordo de cooperação com a administradora de recursos Paribas Capital. No ano seguinte, juntou-se ao Capital Group, de Los Angeles, para formar a administradora de fundos BBA Capital. Em 1996, adquiriu a Finaciadora Mappin e criou a Fináustria, especializada em financiamento de veículos. Nessa época, já contava com sucursais em Campinas, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Em 2001, o BBA tem novo parceiro de negócios, em razão da compra do Creditanstalt pelo grupo alemão HVB. No ano seguinte, a associação com o Grupo Icatu fez surgir duas empresas: a BBA Icatu Corretora e a BBA Icatu Investimentos.

No final de 2002, ocorreu a associação com o Banco Itaú S.A., surgindo assim uma nova instituição: o Itaú BBA. Com gestão autônoma para conduzir todos os negócios de clientes corporativos e banco de investimento do grupo, passa a contar com a base de capital e liquidez do Itaú e a especialização do BBA no segmento de atacado.

Em 2005, o Itaú BBA ampliou as atividades de banco de investimentos e, com isso, consolidou-se como um player de mercado em fusões e aquisições, equities e renda fixa local, conforme descrito abaixo. A partir de 2008, iniciou expansão de suas atividades em renda fixa internacional e produtos estruturados.

Em 2009, o BACEN aprovou a associação entre o Itaú e o Unibanco. O Itaú BBA uniu-se com a área corporate do Unibanco, e ainda concentrou as atividades de tesouraria institucional do grupo.

Atividade de Investment Banking do Itaú BBA

A área de investment banking do Itaú BBA oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda variável, renda fixa e fusões e aquisições.

O Itaú BBA tem sido reconhecido como um dos melhores bancos de investimento nas regiões em que atua: foi eleito cinco anos consecutivos, de 2011 a 2015, banco de investimento mais inovador da América Latina pela The Banker, para a mesma região, foi considerado o melhor banco de investimento em 2011, 2012, 2013, 2015, 2016 e 2017 pela Global Finance, mesma instituição que o apontou como o melhor investment bank do Brasil em 2009, 2012, 2013, 2014 e 2015 e como o banco mais criativo do mundo em 2016. Também em 2016, o Itaú BBA foi eleito pela Bloomberg como o melhor assessor em transações de M&A da América Latina e Caribe.

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de Deposit Receipts (DRs), ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora de Valores S.A., que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais, além de contar com o apoio da melhor casa de *research* do Brasil e da América Latina, segundo a Institucional Investor. Em 2019 o Itaú BBA foi líder em emissões no mercado brasileiro em número de transações que totalizaram US\$18,8 bilhões.

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. De acordo com o ranking de fusões e aquisições da Dealogic, o Itaú BBA prestou assessoria financeira a 45 transações em 2019 na América do Sul, obtendo a primeira colocação no ranking por quantidade de operações acumulando um total de US\$8,5 bilhões.

No segmento de renda fixa, o Itaú BBA conta com equipe dedicada para prover aos clientes produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, *commercial papers*, *fixed* e *floating rate notes*, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e certificados de recebíveis do agronegócio (CRA). Em 2014, segundo o ranking da ANBIMA, o Itaú BBA foi líder em distribuição de renda fixa local, coordenando 20% do volume total distribuído, que ultrapassou os R\$7 bilhões. Pelo mesmo ranking, o Itaú BBA ficou em segundo lugar em 2015 e 2016, tendo coordenado operações cujo volume total somou mais de US\$4 bilhões em 2015, US\$8 bilhões em 2016 e US\$6 bilhões em 2017, equivalente a 14%, 21% e 27% do total, respectivamente. Em 2018 o Itaú BBA foi líder obtendo 37% de participação sobre o volume total emitido, tendo coordenado operações cujo volume total somou aproximadamente US\$8 bilhões.

BTG Pactual

O Banco Pactual S.A. foi fundado em 1983 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Em 2006, o UBS A.G., instituição global de serviços financeiros, e o Banco Pactual S.A. associaram-se para criar o Banco UBS Pactual S.A. Em 2009, o Banco UBS Pactual S.A. foi adquirido pelo grupo BTG Investments, formando o BTG Pactual. O BTG Pactual tem como foco principal as áreas de pesquisa, finanças corporativas, mercado de capitais, fusões e aquisições, *wealth management*, *asset management* e *sales and trading* (vendas e negociações).

No Brasil, possui escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre e Recife. Possui, ainda, escritórios em Londres, Nova Iorque, Santiago, Cidade do México, Lima, Medellín Bogotá e Buenos Aires.

Na área de *asset management*, as estratégias de investimento são desenhadas para clientes institucionais, clientes *private*, empresas e parceiros de distribuição. Na área de *wealth management*, o BTG Pactual oferece uma ampla seleção de serviços personalizados, que variam desde *asset management* a planejamento sucessório e patrimonial. O BTG Pactual também oferece serviços de *sales and trading* (vendas e negociações) em renda fixa, ações e câmbio na América Latina, tanto em mercados locais quanto internacionais. Na área de *investment banking*, o BTG Pactual presta serviços para diversos clientes em todo o mundo, incluindo serviços de subscrição nos mercados de dívida e ações públicos e privados, assessoria em operações de fusões e aquisições e produtos estruturados personalizados.

O BTG Pactual é o líder no ranking de ofertas de ações do Brasil de 2004 a 2015 pelo número de operações, participando de um total de mais de 170 operações no período, segundo o ranking da base de dados internacional Dealogic. Além disso, ficou em 1º lugar em volume e em número de ofertas em 2012 (Dealogic) e sempre em posição de liderança com base em outros rankings desde 2004 (ANBIMA e Bloomberg). Ademais, vale destacar a forte presença do banco na América Latina, tendo conquistado o 1º lugar em volume e em número de ofertas nos anos de 2013 e 2012 (Dealogic, Bloomberg e Thomson Reuters).

Demonstrando a sua força no Brasil, o BTG Pactual foi eleito em 2010, 2011 e em 2013 como o “Brazil's Equity House of the Year”, segundo a Euromoney. O BTG Pactual foi também eleito por três vezes “World's Best Equity House” (Euromoney, em 2003, 2004 e 2007), além de “Equity House of the Year” (IFR, 2007). Sua atuação e grande conhecimento sobre a América Latina renderam sete vezes o título de “Best Equity House Latin America” (Euromoney de 2002 a 2005, 2007, 2008 e 2013; IFR em 2013) e o título de “Best Investment Bank” (Global Finance em 2011 e World Finance em 2012). Como principal suporte a seus investidores, o BTG Pactual sempre investiu fortemente na sua equipe de *equity research*, buscando os melhores profissionais do mercado para a atuação junto ao grupo de investidores. Seus investimentos na área renderam o título de “#1 Equity Research Team Latin America” em 2012, 2014 e 2015, bem como no período de 2003 a 2007 (Institutional Investor, Weighted Rankings).

Adicionalmente, sua expertise é demonstrada pela forte atuação no Brasil, onde o BTG Pactual foi reconhecido pela sua atuação nos últimos anos, como primeiro colocado no ranking da Institutional Investor de 2003 a 2009, e 2012 a 2015 e como segundo colocado em 2010 e 2011, segundo o ranking publicado pela revista Institutional Investor.

O BTG Pactual apresentou forte atuação em 2010 no mercado de ofertas públicas de renda variável, participando das ofertas de *follow-on* do Banco do Brasil, JBS, Even, PDG Realty, Petrobras, Lopes, Estácio Participações e Anhanguera Educacional, bem como da abertura de capital da Aliansce, Multiplus, OSX, Ecorodovias, Mills, Júlio Simões e Brasil Insurance. Esta posição foi alcançada em função do forte relacionamento do BTG Pactual com seus clientes, com sua atuação constante e de acordo com a percepção de valor agregado para suas operações, fato comprovado pela sua atuação em todas as operações de *follow-on* das empresas nas quais participou em sua abertura de capital. Em 2011, realizou as seguintes ofertas: *follow-on* de Tecnisa, Ternium, Direcional, Gerdau, BR Malls, e Kroton; e as ofertas públicas iniciais de QGEP, IMC, T4F, Magazine Luiza e Brazil Pharma. Deve-se destacar também que o BTG Pactual atuou como coordenador líder e lead settlement agent na oferta de Gerdau, a qual foi registrada no Brasil e SEC e coordenada apenas por bancos brasileiros. Em 2012, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Locamérica, Unicasa e de sua própria oferta pública inicial e do *follow-on* de Fibria, Brazil Pharma, Suzano, Taesa, Minerva, Equatorial e Aliansce. Em 2013, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Linx, Biosev, Alupar, BB Seguridade, CPFL Renováveis, Ser Educacional e CVC e do *follow-on* de Multiplan, BHG, Abril Educação, Iguatemi e Tupy. Em 2014, o BTG Pactual atuou como coordenador líder e agente estabilizador no *follow-on* da Oi S.A. Em 2015, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Par Corretora e do *follow-on* de telefônica Brasil e Metalúrgica Gerdau. Em 2016, o BTG Pactual participou das ofertas públicas de distribuição de ações da Energisa, da Linx e da Sanepar. Em 2017, o BTG Pactual participou das ofertas públicas iniciais de distribuição de ações da Movida, IRB-Brasil Resseguros, Ômega Geração e Biotoscana Investments, bem como dos *follow-ons* da CCR, das Lojas Americanas, e da Alupar e, da BR Malls e do Magazine Luiza e da Rumo, e do re-IPO da Eneva. Em 2018, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de distribuição de ações da Hapvida. Em 2019, o BTG Pactual participou do IPO da Centauro, da C&A e *follow-on* das seguintes companhias: Restoque, JHSF, BR Properties, Magazine Luiza, Unidas, LPS Brasil, CCP – Cyrela Commercial Properties, LOG Commercial Properties, Helbor, Omega Geração, EZ TEC, Banco Pan, Sinquia, Trisul, Localiza Rent A Car, Movida, Banco Inter, Hapvida, Light, Tecnisa, BTG Pactual, CPFL Energia, Totvs, Eneva e Burger King.

Em 2020, o BTG Pactual participou dos *follow-ons* da Minerva, Cogna Educação, Positivo Tecnologia, Centauro, Via Varejo, Lojas Americanas, BTG Pactual, JHSF Participações, Irani, IMC, Dimed, Banco PAN, JSL Logística, Rumo, Banco Inter, Santos Brasil assim como do *IPO* da Mitre Realty, Estapar, Ambipar, Lojas Quero, Lavvi, Plano & Plano, Cury Construtora, Hidrovias do Brasil, Petz, Melnick Even, Track & Field, Sequoia Logística, Meliuz, Enjoei, Aeris, Alphaville, Rede D'or e 3R Petroleum.

Em 2021, o BTG Pactual participou do follow-on do próprio BTG Pactual, Light, BrasilAgro, PetroRio, Locaweb, 3R Petroleum, Sequoia Logística, Hapvida, Ecorodovias, Banco Inter, Rede D'or, DASA, Infracommerce, Lojas Renner, Meliuz, Soma e Magalu, assim como dos IPOs da HBR Realty, Vamos, Intelbras, Bemobi, Jalles Machado, Cruzeiro do Sul, Westwing, Orizon, Mater Dei, Allied, GPS, G2D, Dotz, GetNinjas, BR Partners, Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), Desktop, 3 Tentos, Livetech, Blau Farmacêutica, Traders Club, Armac, Brisonet, Raízen, Clearsale, e Unifique.

UBS BB

UBS BB foi constituído em 2020 através da combinação das operações de banco de investimentos do UBS e do Banco do Brasil, incluindo, entre outras, atividades de mercado de capitais de renda fixa e variáveis, fusões e aquisições, além de corretagem de títulos e valores mobiliários no segmento institucional. Essa parceria abrange o Brasil, assim como outros países da América Latina, incluindo Argentina, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai.

Essa combinação de forças cria uma plataforma única de banco de investimentos, oferecendo para nossos clientes o melhor da plataforma do UBS, como presença e conhecimento global, *research* de primeira linha, plataforma de análise de dados exclusiva, rede de distribuição com alcance em todos os principais mercados mundiais e uma das maiores corretoras do Brasil, e o melhor da plataforma do Banco do Brasil, com seu forte relacionamento com clientes e conhecimento local sem paralelo dos clientes locais, principalmente em Corporate Banking. O Banco do Brasil também traz uma posição de liderança em mercados de capital de dívida e histórico comprovado de operações de ECM, project finance e M&A no país, além de uma incrível capacidade de distribuição de varejo.

O UBS, acionista detentor de 50,01% das ações do UBS BB, é um banco sediado em Zurich na Suíça e conta com escritórios espalhados nos maiores centros financeiros globais onde emprega mais de 68.000 funcionários. O sucesso do UBS baseia-se em seu modelo de negócio diversificado, composto pelas áreas de: Wealth Management, Investment Bank, Personal & Corporate Banking e Asset Management, e detém mais de US\$2,6 trilhões em ativos sob gestão e uma cadeia de relacionamento em mais de 50 países.

Esse modelo vem sendo consistentemente reconhecido em todos seus segmentos e por tal o UBS tendo recebido inúmeros prêmios de prestígio ao longo dos anos, tendo sido reconhecido em 2017, pelo terceiro ano consecutivo, como "Best Global Investment Bank" e, em 2019, pelo quarto ano consecutivo, "Best M&A Bank" pela Global Finance. O UBS também foi nomeado "Most innovative Investment Bank for IPOs and equity raisings" nos anos de 2019 e 2018 e, em 2016, "Most Innovative Bank for M&A" pela The Banker. Ainda, em 2019, o UBS foi nomeado como "Best Bank for Swiss Francs", "Best Equity Bank for Western Europe" e "Best Investment Bank in China, Hong Kong and Singapore". Além disso, o UBS recebeu o primeiro lugar na categoria "Bank of the Year" como parte dos Prêmios IFR em 2015, considerado um dos prêmios mais prestigiados da indústria global de mercados de capitais. Outras plataformas do UBS também têm se destacado, como a de Private Banking, que foi reconhecida como "Best Global Private Bank" pela Euromoney em 2019.

O Banco do Brasil, acionista detentor de 49,99% das ações do UBS BB, em seus mais de 210 anos de existência, acumulou experiências e pioneirismos, promovendo o desenvolvimento econômico do Brasil e tornando-se parte integrante da cultura e história brasileira. Sua marca é uma das mais conhecidas no país, ocupando pela 28ª vez consecutiva a primeira colocação na categoria "Bancos" do Prêmio Top of Mind 2018, do Instituto Data Folha, sendo reconhecido como Melhor Banco no Brasil em 2020 pela Euromoney, Banco do Ano na América Latina em 2019 pela The Banker e Banco mais Inovador da América Latina em 2019 e 2020 pela Global Finance.

Ao final do 2º trimestre de 2020, o Banco do Brasil apresentou aproximadamente R\$1,7 trilhão de ativos totais e presença em 99% dos municípios brasileiros, resultado do envolvimento de 92 mil funcionários, distribuídos entre 4.367 agências, 15 países e mais de 60.200 pontos de atendimento. No Brasil e América Latina, a parceria estratégica, por meio de seus acionistas, teve forte atuação em fusões e aquisições, tendo participado em importantes transações como: a aquisição do Éxito pelo Grupo Pão de Açúcar, a aquisição da Avon pela Natura &Co, a aquisição da The Body Shop pela Natura, aquisição da Vale Fertilizantes pela Mosaic, fusão entre a BM&Fbovespa e Cetip, aquisição de participação pela Salic na Minerva Foods e fechamento de capital da Souza Cruz.

Também desempenhou um papel importante em emissões de ações, tendo atuado em diversas ofertas públicas de ações na região, incluindo as ofertas da Telefônica, Terrafina, Senior Solution, Bioserv, Smiles, Tupy, CPFL Renováveis, BB Seguridade, Fibra Uno, Avianca Holdings, Volaris, Grupo Financiero Inbursa, Oi, Ourofino Saúde Animal, OHL México, Santander México, Volaris, Via Varejo, Unifin Financiera, Grupo Financiero Galicia, Gerdau, Rumo Logística, Azul Linhas Aéreas, CCR, Lojas Americanas, Magazine Luiza, BR Distribuidora, Grupo NotreDame Intermedica, Arco Platform, Banco BTG Pactual, Petrobras, IRB Brasil Resseguros, Centauro, Neoenergia, Banco Inter, Movida, Afya, XP Inc., Vasta Platform, Quero, D1000, Estapar, Moura Dubeux, Minerva Foods, Marfrig, Marisa, entre outros.

Além disso, no mercado doméstico de renda fixa coordenou, em 2019, 81 emissões que totalizaram o valor de R\$25,1 bilhões e 10,9% de market share, encerrando o período em 4º lugar no Ranking ANBIMA de Originação por Valor de Renda Fixa Consolidado Acumulado de 2019. No mesmo período, foram estruturadas 16 operações de securitização, sendo 3 CRIs, 12 CRAs e 1 FIDC, com volume total de R\$6,4 bilhões. No mercado externo, participou da emissão de US\$7,9 bilhões, lhe conferindo o 6º lugar no Ranking ANBIMA de Emissões Externas – Totais Público & Privado, em 2019.

A parceria estratégica também conta com a maior corretora do país em volume de transações na B3 em 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018, e a segunda maior em 2019.

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA

Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, além do relacionamento relativo à Oferta, a Companhia e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico possuem os seguintes relacionamentos comerciais relevantes com o Itaú BBA e demais sociedades do seu conglomerado financeiro:

- Duas operações de conta garantida, no valor total de R\$8,3 milhões, emitidas entre 27 de agosto de 2020 e 21 de junho de 2021, com vencimentos entre 03 de setembro de 2021 e 23 de maio de 2022 e com taxa efetiva de 0,25% ao mês sobre eventual valor sacado. Tais operações contam com garantia fidejussória dos Srs. José Paulo de Freitas Guimarães e José Santo Bastião e com alienação fiduciária de cotas de fundo de investimento detidas pela Maxifrota Serviços de Manutenção de Frota Ltda. Até a data deste Prospecto não houve utilização de qualquer valor disponível na conta garantida, de modo que não há saldo e/ou incidência de juros.
- Três fianças bancárias, no valor total de R\$265 mil, emitidas entre 15 de outubro de 2020 e 19 de novembro de 2020, com vencimentos entre 28 de outubro de 2021 e 03 de dezembro de 2021 e com taxas fixas de R\$3.900 cada uma. Tais operações contam com garantia fidejussória dos Srs. José Paulo de Freitas Guimarães e José Santo Bastião e com alienação fiduciária de cotas de fundo de investimento detidas pela Maxifrota Serviços de Manutenção de Frota Ltda.
- Fiança bancária, no valor total de R\$800 mil, emitida em 11 de janeiro de 2021, com vencimento em 21 de janeiro de 2022 e com taxa de 2,50% ao ano. Tal operação conta com garantia fidejussória dos Srs. José Paulo de Freitas Guimarães e José Santo Bastião e com alienação fiduciária de cotas de fundo de investimento detidas pela Maxifrota Serviços de Manutenção de Frota Ltda.

Na data deste Prospecto, exceto pelo disposto acima e pelo relacionamento decorrente da presente Oferta Global, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Itaú BBA e/ou sociedades do seu conglomerado financeiro.

Além disso, nos 12 (doze) meses que antecederam o pedido de registro da Oferta Global, o Itaú BBA e/ou as sociedades de seu conglomerado financeiro não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão vir a contratar, no futuro, o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia e/ou de suas controladas.

O Itaú BBA e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Itaú BBA no âmbito da Oferta Global decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

A Companhia e/ou sociedades integrantes de seu grupo econômico detém ou podem vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo Itaú BBA e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

O Itaú BBA, sociedades integrantes de seu conglomerado financeiro eventualmente realizaram ou poderão realizar negociações de valores mobiliários de emissão da Companhia e/ou realizaram ou poderão realizar negociações de valores mobiliários de emissão da, e/ou lastreados em créditos originados pela, Companhia, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, sendo que, (i) em nenhum caso tais negociações envolveram ações representativas de participações que atingiram nos últimos 12 meses, 5% do capital social da Companhia, e (ii) em todos os casos, consistiram em operações em bolsa de valores a preços e condições de mercado.

O Itaú BBA e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão celebrar, no exterior, antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, a pedido de terceiros, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operação com *total return swap*). O Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante Oferta Global. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das Ações.” na página 89 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta Global, conforme prevista na seção “Informações Sobre a Oferta Global – Custos de Distribuição”, na 48 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro no contexto da Oferta Global, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Itaú BBA como instituição intermediária da Oferta Global. A Companhia declara, ainda, que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Itaú BBA ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre a Companhia e o BTG Pactual

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro não possuem relacionamento comercial relevante com a Companhia e demais sociedades de seu conglomerado financeiro.

Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro não participou de: (i) qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia; ou (ii) operações relevantes de financiamento, ou reestruturações societárias envolvendo a Companhia ou suas controladas.

A Companhia e/ou demais sociedades de seu conglomerado financeiro poderão, no futuro, contratar o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro para celebrar acordos e para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

A Companhia poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro.

O BTG Pactual e/ou demais sociedades de seu conglomerado financeiro, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, eventualmente realizaram negociações de valores mobiliários de emissão da Companhia, sendo que, (i) em nenhum dos casos tais negociações envolveram ações representativas de participações que atingiram, nos últimos 12 meses, 5% do capital social da Companhia, e (ii) em todos os casos, consistiram em operações em bolsa de valores a preços e condições de mercado. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do BTG Pactual no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra e venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O BTG Pactual e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos (incluindo operações de total return swap), tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar seus clientes a taxa de retorno das Ações, contra o recebimento de taxas de juros fixas e flutuantes. O BTG Pactual e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão adquirir Ações como forma de proteção (hedge) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 48 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao BTG Pactual e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o BTG Pactual poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações.

A Companhia declara que, não há qualquer conflito de interesses referente à atuação do BTG Pactual como instituição intermediária na Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre a Companhia e o UBS BB

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, a UBS BB e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro não possuem relacionamento comercial relevante com a Companhia e demais sociedades de seu conglomerado financeiro.

Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, a UBS BB e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro não participou de: (i) qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia; ou (ii) operações relevantes de financiamento, ou reestruturações societárias envolvendo a Companhia ou suas controladas.

A Companhia e/ou demais sociedades de seu conglomerado financeiro poderão, no futuro, contratar a UBS BB e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro para celebrar acordos e para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

A Companhia poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pela UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro.

A UBS BB e/ou demais sociedades de seu conglomerado financeiro, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, eventualmente realizarão negociações de valores mobiliários de emissão da Companhia, sendo que, (i) em nenhum dos casos tais negociações envolveram ações representativas de participações que atingiram, nos últimos 12 meses, 5% do capital social da Companhia, e (ii) em todos os casos, consistiram em operações em bolsa de valores a preços e condições de mercado. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, a UBS BB e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação da UBS BB no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra e venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

A UBS BB e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos (incluindo operações de total return swap), tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar seus clientes a taxa de retorno das Ações, contra o recebimento de taxas de juros fixas e flutuantes. A UBS BB e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão adquirir Ações como forma de proteção (hedge) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 48 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia a UBS BB e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, a UBS BB poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações.

A Companhia declara que, não há qualquer conflito de interesses referente à atuação da UBS BB como instituição intermediária na Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e a UBS BB e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder

[•]

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o BTG

[•]

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o UBS BB

[•]

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES

O investimento nas Ações envolve alto grau de risco. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Ações, investidores em potencial devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto Preliminar, incluindo os riscos mencionados abaixo, os riscos constantes da seção “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia” a partir da página 20 deste Prospecto Preliminar e na seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência, anexo este Prospecto Preliminar a partir da página 327, e as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, anexas este Prospecto Preliminar a partir da página 153.

As atividades, reputação, situação financeira, resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia podem ser afetados de maneira adversa por quaisquer desses riscos, dos fatores de risco mencionados abaixo e por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado das Ações pode diminuir devido à ocorrência de quaisquer desses riscos e/ou de outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou todo o seu investimento nas Ações. Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, a Companhia acredita que poderão afetar de maneira adversa. Riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidas pela Companhia, ou que atualmente consideram irrelevantes, também podem prejudicar suas atividades de maneira significativa.

Para os fins desta seção, exceto se indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode causar ou ter ou causará ou terá “um efeito adverso para a Companhia” ou “afetará a Companhia adversamente” ou expressões similares significa que o risco, incerteza ou problema pode ou poderá resultar em um efeito material adverso em seus negócios, condições financeiras, resultados de operações, fluxo de caixa e/ou perspectivas e/ou o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.

Esta seção faz referência apenas aos fatores de risco relacionados à Oferta e às Ações. Para os demais fatores de risco, os investidores devem ler a seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência da Companhia, a partir de página 327 deste Prospecto Preliminar.

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como a atual pandemia da COVID-19 (causada pelo coronavírus), pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de emissão da Companhia.

Surtos ou potenciais surtos de doenças que afetem o comportamento das pessoas, como do COVID19, pelo zika vírus, pelo vírus ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), pela febre aftosa, pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), pela síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e pela síndrome respiratória aguda grave (SARS), podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira, nos resultados da Companhia e nas ações de sua emissão.

Em 11 de março de 2020, a OMS decretou a pandemia decorrente da COVID-19, cabendo aos países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Como consequência, o surto da COVID-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena e *lockdown* ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, o que pode resultar na volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, fatores que conjuntamente exercem um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundiais pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis.

Desenvolvimentos e mudanças na percepção dos investidores sobre risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos, países da Europa e outros países emergentes, podem afetar material e adversamente a economia brasileira e o valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros, incluindo as ações da Companhia.

O valor de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras pode ser influenciado, em diferentes medidas, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive dos Estados Unidos, China, de países membros da União Europeia, de países da América Latina e de economia emergente. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses e outros países pode, diante da perspectiva envolvendo os contornos do evento, causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros, em especial, aqueles negociados em bolsa de valores. Além disso, a crise financeira e a instabilidade política nos Estados Unidos, incluindo o recente conflito envolvendo Estados Unidos e Irã, a guerra comercial entre os Estados Unidos e a China, as tensões globais decorrentes da pandemia da COVID-19, bem como crises nos países da Europa e outros países, incluindo os conflitos envolvendo a ocorrência do Brexit, afetaram a economia global, produzindo diversos efeitos que, direta ou indiretamente, impactaram o mercado de capitais e a economia brasileira, como as flutuações no preço de títulos emitidos por empresas listadas, reduções na oferta de crédito, deterioração da economia global, flutuação das taxas de câmbio e inflação, entre outras, que podem, direta ou indiretamente, afetar adversamente a Companhia. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por determinadas flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Isso poderia prejudicar o preço das ações de emissão da Companhia, além de dificultar ou impedir totalmente seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis, ou sob quaisquer condições.

Desde dezembro de 2019, uma doença denominada COVID-19, causada por uma nova forma de coronavírus, se disseminou globalmente. Esse evento causou e deve continuar a causar disruptão da atividade econômica regional e global, o que afetou e deve continuar a afetar a Companhia adversamente. Adicionalmente, a COVID-19 representa risco aos funcionários, clientes e parceiros de negócio da Companhia, que podem ser impedidos de conduzir suas atividades por um período indefinido de tempo, incluindo em razão de fechamentos de lojas e fábricas que podem ser solicitados ou ordenados por autoridades governamentais, e que podem ter um efeito material adverso nos resultados operacionais da Companhia, sua situação financeira e sua liquidez. A extensão dos efeitos da pandemia causada pelo novo coronavírus e/ou outras doenças sobre as atividades da Companhia dependerá de acontecimentos futuros, que são altamente incertos e não podem ser previstos, incluindo novas informações que podem surgir a respeito da severidade do novo coronavírus e ações para conter ou remediar seus efeitos, entre outros.

Por fim, essas tensões podem gerar uma instabilidade política e econômica ao redor do mundo, impactando o mercado diretamente o mercado de ações.

A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as Ações pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa.

Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, podendo, inclusive, ser mais volátil do que alguns mercados internacionais, como os dos Estados Unidos. Como exemplo, em 31 de dezembro de 2019, a B3 apresentou uma capitalização bursátil de, aproximadamente, R\$4,8 trilhões, com um volume diário de negociação de aproximadamente R\$11,5 bilhões durante o ano de 2018. O mercado de capitais brasileiro é significativamente concentrado, de forma que as dez principais ações negociadas na B3 foram responsáveis por, aproximadamente, 47% (quarenta e sete por cento) do volume total de ações negociadas na B3 durante o ano de 2019, enquanto que a New York Stock Exchange teve uma capitalização de mercado de aproximadamente US\$20,7 trilhões em 31 de dezembro e um volume diário médio de negociação de US\$74,1 bilhões durante o ano de 2019.

Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as Ações, de que sejam titulares, pelo preço e na ocasião desejados, o que poderá ter efeito substancialmente adverso no preço das ações ordinárias de emissão da Companhia. Se um mercado ativo e líquido de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação das Ações pode ser negativamente impactado.

Riscos relacionados à situação da economia global e brasileiras poderão afetar a percepção do risco no Brasil e em outros países, especialmente nos mercados emergentes o que poderá afetar negativamente a economia brasileira inclusive por meio de oscilações nos mercados de valores mobiliários.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, países membros da União Europeia e de economias emergentes. Embora a conjuntura econômica desses países seja significativamente diferente da conjuntura econômica do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive das Ações. Crises nos Estados Unidos, nos países membros da União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia.

Adicionalmente, a economia brasileira é afetada pelas condições de mercado e pelas condições econômicas internacionais, especialmente, pelas condições econômicas dos Estados Unidos. Os preços das ações na B3, por exemplo, são altamente afetados pelas flutuações nas taxas de juros dos Estados Unidos e pelo comportamento das principais bolsas norte-americanas. Qualquer aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor em realizar investimentos no mercado de capitais brasileiro.

A Companhia não pode assegurar que o mercado de capitais brasileiro estará aberto às companhias brasileiras e que os custos de financiamento no mercado sejam favoráveis às companhias brasileiras. Crises econômicas em mercados emergentes podem reduzir o interesse do investidor por valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários emitidos pela Companhia. Isso poderá afetar a liquidez e o preço de mercado das Ações, bem como poderá afetar o futuro acesso da Companhia ao mercado de capitais brasileiros e a financiamentos em termos aceitáveis, o que poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das Ações, após a conclusão da Oferta e o Período de Lock-up, poderá afetar negativamente o preço de mercado das Ações no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia.

A Companhia, seus administradores e os Acionistas Vendedores celebrarão Instrumentos de *Lock-up*, por meio dos quais se comprometerão a, sujeitos tão somente às exceções previstas em referidos acordos, durante o Período do *Lock-up* a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das Ações de sua titularidade após a liquidação da Oferta.

Após tais restrições terem se extinguido, as Ações detidas pelos Acionistas Vendedores e pelos administradores da Companhia estarão disponíveis para venda no mercado. A ocorrência de vendas ou uma percepção de uma possível venda de um número substancial de Ações pode afetar adversamente o valor de mercado das Ações. Para informações adicionais, veja a seção “Informações Sobre a Oferta – Acordos de restrição à venda de Ações (Instrumentos de *Lock-up*)” na página 69 deste Prospecto Preliminar.

A Companhia pode captar capital adicional no futuro, por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá afetar o preço das Ações e resultar em uma diluição da participação do investidor.

A Companhia pode vir a ter que captar recursos adicionais no futuro por meio de operações de emissão pública ou privada de Ações ou valores mobiliários conversíveis em Ações ou permutáveis por elas. Qualquer captação de recursos por meio da distribuição de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por elas pode resultar em alteração no preço de mercado das Ações e na diluição da participação do investidor no capital social da Companhia.

A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá impactar adversamente a fixação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

O Preço por Ação será definido após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos da regulamentação em vigor, poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de [20%] (vinte por cento) do total das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) à quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas sendo taisas ordens ou intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das Ações no mercado secundário.

A fixação do Preço por Ação em valor inferior à Faixa Indicativa possibilitará a desistência dos Investidores Não Institucionais, o que poderá reduzir a capacidade da Companhia de alcançar dispersão acionária na Oferta.

A faixa de preço apresentada na capa deste Prospecto Preliminar é meramente indicativa e, conforme expressamente previsto neste Prospecto Preliminar, o Preço por Ação poderá ser fixado em valor inferior à Faixa Indicativa. Caso o Preço por Ação seja fixado abaixo do valor resultante

da subtração entre o valor mínimo da Faixa Indicativa e o valor equivalente a 20% (vinte por cento) do valor máximo da Faixa Indicativa, ocorrerá um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, que possibilitará a desistência dos Investidores Não Institucionais no âmbito da Oferta de Varejo. Na ocorrência de Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, a Companhia alcançará menor dispersão acionária do que a inicialmente esperada, caso uma quantidade significativa de Investidores Não Institucionais decida por desistir da Oferta na ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa.

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a quantidade total de Ações inicialmente oferta (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) no âmbito da Oferta.

A garantia firme de liquidação consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, de integralizar/liquidar pelo Preço por Ação, financeiramente as Ações (considerando as Ações Adicionais, sem considerar as Ações Suplementares) que tenham sido subscritas/adquiridas, porém não integralizadas/liquidadas, no Brasil, pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme de cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação. Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, caso as Ações não sejam integralmente subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta até a Data de Liquidação, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimentos automaticamente cancelados. Para informações adicionais sobre o cancelamento da Oferta, veja a seção “Informações sobre a Oferta – Suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta” na página 64 deste Prospecto Preliminar.

Investidores que subscreverem/adquirirem Ações poderão sofrer diluição imediata e substancial no valor contábil de seus investimentos.

O Preço por Ação poderá ser fixado em valor superior ao patrimônio líquido por ação das ações ordinárias emitidas e em circulação imediatamente após a Oferta. Como resultado desta diluição, em caso de liquidação da Companhia, os investidores que subscrevam/adquiriram Ações por meio da Oferta poderão receber um valor significativamente menor do que o preço que pagaram ao subscrever/adquirir as Ações na Oferta, resultando em diluição imediata do valor de seu investimento de [●] ([●]). Para mais informações sobre a diluição da realização da Oferta, consulte a seção “Diluição”, na página 95 deste Prospecto Preliminar.

A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.

A Oferta compreende a distribuição primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, incluindo esforços de colocação das Ações juntos a Investidores Estrangeiros.

Os esforços de colocação das Ações no exterior expõem a Companhia a normas relacionadas à proteção dos Investidores Estrangeiros por incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

Adicionalmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores são parte do Contrato de Colocação Internacional, que regula os esforços de colocação das Ações no exterior. O Contrato de Colocação Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para que a Companhia e os Acionistas Vendedores os indenizem, caso estes venham a sofrer perdas no exterior por conta de eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

A Companhia e os Acionistas Vendedores também prestam diversas declarações e garantias relacionadas aos negócios da Companhia e em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e os Acionistas Vendedores no exterior. Esses procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nesses processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos, mesmo que fique provado que nenhuma incorreção foi cometida. Uma eventual condenação da Companhia em um processo no exterior com relação a eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, se envolver valores elevados, poderá afetar negativamente a Companhia.

Eventual descumprimento por quaisquer das Instituições Consorciadas de obrigações relacionadas à Oferta poderá acarretar seu desligamento do grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações, com o consequente cancelamento de todos Pedidos de Reserva feitos perante as Instituições Consorciadas.

Na hipótese de haver descumprimento e/ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas nos respectivos Termos de Adesão, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as Ações (considerando as Ações Adicionais), emissão de relatórios de pesquisa e de *marketing* da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores da Oferta, deixará imediatamente de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações (considerando as Ações Adicionais). Caso tal desligamento ocorra, as Instituições Consorciadas em questão deverão cancelar todos os Pedidos de Reserva que tenham recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento, os quais não mais participarão da Oferta, sendo que os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos sobre movimentação financeira, eventualmente incidentes. Para maiores informações, veja a seção “Violações de Norma de Conduta” na página 67 deste Prospecto Preliminar.

A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das Ações.

Os Coordenadores da Oferta e sociedades de seu grupo econômico poderão realizar operações com derivativos para proteção (*hedge*), tendo as Ações como referência (incluindo operações de *total return swap*) contratadas com terceiros, conforme permitido pelo artigo 48 da Instrução CVM 400, e tais investimentos não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. A realização de tais operações pode constituir uma porção significativa da Oferta e poderá influenciar a demanda e, consequentemente, o preço das Ações.

Após a Oferta da Companhia, nenhum acionista ou grupo de acionistas deterão mais do que 50% do capital votante da Companhia, mais uma ação.

No âmbito da Oferta, os Acionistas Vendedores pretendem alienar parte das ações de emissão da Companhia de sua titularidade, em quantidade tal que deixarão de deter mais do que 50% do capital votante da Companhia, deixando, portanto, a Companhia de ter um controlador definido. Deste modo, a Companhia poderá não ter um acionista controlador ou grupo de controle vinculado por acordo de voto, titular de mais que 50% do capital votante. A ausência de um acionista ou grupo controlador vinculado por acordo de voto, titular de mais de 50% do capital votante poderá dificultar certos processos de tomada de decisão, pois poderá não ser atingido o quórum mínimo

exigido por lei para determinadas deliberações. Ademais, a ausência de acionista ou grupo controlador pode deixá-la suscetível à aliança ou acordos de votos entre os acionistas, o que poderia ter o mesmo efeito de ter um grupo de controle, conflitos entre acionistas e outros eventos decorrentes da ausência de um acionista controlador ou grupo de controle vinculado por acordo de voto, titular de mais que 50% do capital social votante da Companhia, tais como a dificuldade que pode surgir em certos processos de tomada de decisão, pois poderá não ser atingido o quórum mínimo exigido por lei para determinadas deliberações.

Caso se forme um grupo de controle e este passe a deter o poder decisório da Companhia, a mesma poderá sofrer mudanças repentinhas e inesperadas das políticas corporativas e estratégicas, inclusive por meio de mecanismos como a substituição dos seus administradores. Além disso, a Companhia pode ficar vulnerável a tentativas hostis de aquisição de controle, e aos conflitos daí decorrentes. A Companhia e os acionistas poderão não gozar da mesma proteção conferida pela Lei das Sociedades por Ações contra abusos praticados por acionistas controladores e, em consequência, pode ter dificuldade em obter a reparação dos danos causados. Qualquer mudança repentina ou inesperada na equipe de administradores, na política empresarial ou no direcionamento estratégico, tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos podem afetar adversamente a Companhia e o valor das ações.

Os Investidores Private e os Investidores de Varejo Lock-up que se comprometerem a observar o Lock-up Private e o Lock-up Varejo, respectivamente, diante da impossibilidade de oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia, permutar, ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações, de forma direta ou indireta, a quantidade total de Ações de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações.

Os Investidores Private e os Investidores de Varejo Lock-up devem se comprometer, observadas as exceções previstas nos demais documentos da Oferta, conforme aplicável, durante o Período de Lock-up Private e/ou Período de Lock-up Varejo, respectivamente, contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, a não oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia, permutar, ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações, de forma direta ou indireta, a quantidade total de Ações de sua titularidade após a liquidação da Oferta.

Desta forma, caso o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia venha a cair e/ou os Investidores Private e/ou os Investidores de Varejo Lock-up por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o Período de Lock-up Private e/ou Período de Lock-up Varejo, respectivamente, e tendo em vista a impossibilidade das Ações da Oferta Não Institucional serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia ou permutadas, de forma direta ou indireta, durante referidos períodos, tais restrições poderão causar-lhes perdas.

A Companhia arcará com as despesas dos Acionistas Vendedores relacionadas à Oferta, bem como arcará juntamente com os Acionistas Vendedores com as comissões da Oferta, o que poderá impactar os valores líquidos a serem recebidos pela Companhia em decorrência da Oferta o que poderá afetar adversamente os resultados da Companhia no período subsequente à realização da mesma.

Por meio do Contrato de Colocação, a Companhia arcará juntamente com os Acionistas Vendedores com as comissões da Oferta, de acordo com sua participação na Oferta, além de assumir a obrigação de pagamento de certas despesas dos Acionistas Vendedores relacionadas à Oferta, incluindo da Oferta Secundária. O desembolso desses valores pela Companhia poderá impactar os valores líquidos a serem recebidos pela Companhia em decorrência da Oferta e, por consequência, os valores creditados ao patrimônio líquido da Companhia, o que poderá impactar negativamente seus resultados no período de apuração subsequente à realização da Oferta. A Companhia se reservou o direito de solicitar o reembolso das despesas aos Acionistas Vendedores de acordo com suas respectivas participações na Oferta. Todavia, a Companhia poderá não ser reembolsada pelos Acionistas Vendedores, o que poderá resultar em litígios entre a Companhia e

os Acionistas Vendedores que demandariam recursos adicionais e tempo da Companhia. Para mais informações sobre os custos e despesas incorridos por nós com a Oferta, veja a seção “Informações Sobre àOferta – Custos de Distribuição”, na página 48 deste Prospecto.

Eventuais matérias veiculadas na mídia com informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores ou os Coordenadores da Oferta poderão gerar questionamentos por parte da CVM, B3 e de potenciais investidores da Oferta, o que poderá impactar negativamente a Oferta.

A Oferta e suas condições, incluindo este Prospecto Preliminar, passarão a ser de conhecimento público após a realização do protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM. A partir deste momento e até a disponibilização do Anúncio de Encerramento, poderão ser veiculadas matérias contendo informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores ou os Coordenadores da Oferta, ou, ainda, contendo certos dados que não constam deste Prospecto Preliminar ou do Formulário de Referência. Tendo em vista que o artigo 48 da Instrução CVM 400 veda qualquer manifestação na mídia por parte da Companhia, dos Acionistas Vendedores ou dos Coordenadores da Oferta sobre a Oferta até a disponibilização do Anúncio de Encerramento, eventuais notícias sobre a Oferta poderão conter informações que não foram fornecidas ou que não contaram com a revisão da Companhia, dos Acionistas Vendedores ou dos Coordenadores da Oferta. Assim, caso haja informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta divulgadas na mídia ou, ainda, caso sejam veiculadas notícias com dados que não constam deste Prospecto Preliminar ou do Formulário de Referência, a CVM, a B3 ou potenciais investidores poderão questionar o conteúdo de tais matérias, o que poderá afetar negativamente a tomada de decisão de investimento pelos potenciais investidores podendo resultar, ainda, a exclusivo critério da CVM, na suspensão da Oferta, com a consequente alteração do seu cronograma, ou no seu cancelamento.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Com base no Preço por Ação de R\$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, a Companhia estima que os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, (i) sem considerar a colocação das Ações Adicionais e Ações Suplementares, serão de R\$[•]; e (ii) considerando a colocação das Ações Adicionais e Ações Suplementares, serão de R\$[•], em ambos os casos, após a dedução de comissões, tributos e despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta.

Para informações detalhadas acerca das comissões e despesas da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 48 deste Prospecto.

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos obtidos por meio da Oferta Primária para [(i) operações de fusão e aquisição (M&A); e (ii) crescimento orgânico e capital de giro].

A tabela abaixo resume os percentuais e valores estimados das destinações que a Companhia pretende dar aos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária:

| Destinação | Percentual Estimado dos Recursos Líquidos | Valor Estimado Líquido ⁽¹⁾⁽²⁾⁽³⁾ (em R\$milhões) | Valor Estimado Líquido ⁽¹⁾⁽²⁾⁽⁴⁾ |
|---|---|---|--|
| [Operações de fusão e aquisição (M&A)] | [•]% | [•] | [•] |
| [Crescimento orgânico e capital de giro]..... | [•]% | [•] | [•] |
| Total..... | 100% | [•] | [•] |

(1) Com base no Preço por Ação de R\$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa.

(2) Considerando a dedução das comissões e despesas estimadas para a Companhia na Oferta.

(3) Sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.

(4) Considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.

[Fusões e aquisições de empresas (M&A)]

Aproximadamente [•]% dos recursos líquidos a serem captados no âmbito da Oferta Primária serão destinados para operações de fusão e aquisição focadas na complementação e diversificação das nossas soluções tecnológicas, além da expansão dos negócios de distribuição e comercialização de recargas pré-pagas através de meios informatizados e teleprocessados. A Companhia monitora de forma constante e seletiva oportunidades de fusão e aquisição no seu setor de atuação, contudo não possui, na data deste Prospecto, nenhuma negociação em estágio conclusivo e/ou com documentos vinculantes e não pode prever o momento em que essas potenciais fusões e/ou aquisições serão efetivadas.

Na data deste Prospecto, a Companhia não havia celebrado qualquer contrato ou documento vinculante para qualquer tipo de aquisição de qualquer ativo.]

A efetiva aplicação dos recursos obtidos por meio da Oferta depende de diversos fatores que a Companhia não pode garantir que virão a se concretizar, dentre os quais as condições de mercado então vigentes, nas quais baseia suas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Os valores efetivamente utilizados e a escolha do momento da utilização do capital arrecadado, dependerão de uma série de fatores, incluindo os fatores de risco, descritos na seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" na página 20 deste Prospecto e da seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência. Alterações nesses e em outros fatores podem nos obrigar a rever a destinação dos recursos líquidos quando de sua efetiva utilização.

Caso os recursos líquidos captados pela Companhia sejam inferiores à sua estimativa, sua aplicação será reduzida de forma a dar prioridade à quitação da obrigação decorrente da reorganização societária e dos dividendos já declarados, e na hipótese de serem necessários recursos adicionais, a Companhia poderá efetuar emissão de outros valores mobiliários e/ou efetuar a contratação de linha de financiamento junto a instituições financeiras os quais deverão ser contratados tendo como principal critério o menor custo de capital para a Companhia.

Um aumento (redução) de R\$1,00 no preço de R\$[•] por Ação, que é o ponto médio da Faixa Indicativa, acarretaria um aumento (redução) de R\$[•] nos recursos líquidos advindos da Oferta Primária, considerando a dedução das comissões e despesas estimadas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta. O Preço por Ação será definido após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

[A Companhia não receberá qualquer recurso decorrente da Oferta Secundária, por se tratar exclusivamente de ações de titularidade dos Acionistas Vendedores. Portanto, os recursos provenientes Oferta Secundária serão integralmente destinados ao Acionistas Vendedores.]

Para mais informações sobre o impacto dos recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Oferta na situação patrimonial da Companhia, veja a seção “Capitalização” na página 94 deste Prospecto.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta a capitalização total da Companhia, correspondente a empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) e patrimônio líquido da Companhia, em 30 de junho de 2021, indicando: (i) a posição histórica em 30 de junho de 2021; (ii) a posição ajustada pela Oferta para considerar os recursos líquidos a serem obtidos pela Companhia provenientes da Oferta Primária (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), estimados em R\$[•], após a dedução das comissões e das despesas, com base no ponto médio da Faixa Indicativa; e (iii) a posição ajustada pela Oferta para considerar os recursos líquidos a serem obtidos pela Companhia provenientes da Oferta Primária (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), estimados em R\$[•], após a dedução das comissões e das despesas, com base no Preço por Ação de R\$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa.

As informações descritas abaixo na coluna denominada “Efetivo” foram extraídas do Formulário de Informações Trimestrais – ITR relativas ao período de três meses findo em 30 de junho de 2021. Os investidores devem ler a tabela abaixo em conjunto com as seções “3. Informações Financeiras Selecionadas” e “10. Comentários dos Diretores” do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto, bem como as Informações Trimestrais da Companhia, as quais se encontram anexas a este Prospecto.

| | Em 30 de junho de 2021 | | |
|---|------------------------|------------------------------------|------------------------------------|
| | Efetivo | Ajustado Pós-Oferta ⁽¹⁾ | Ajustado Pós-Oferta ⁽²⁾ |
| | (Em milhares de R\$) | | |
| Empréstimos e financiamentos (circulante) | 58.187 | [•] | [•] |
| Empréstimos e financiamentos (não circulante) | 91.972 | [•] | [•] |
| Patrimônio Líquido | 19.474 | [•] | [•] |
| Capitalização Total⁽³⁾ | 169.633 | [•] | [•] |

⁽¹⁾ Ajustado para refletir o recebimento de recursos líquidos provenientes da Oferta Primária (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), estimados em R\$[•], considerando o Preço por Ação de R\$[•], ponto médio da Faixa Indicativa, após a dedução das comissões e das despesas estimadas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta.

⁽²⁾ Ajustado para refletir o recebimento de recursos líquidos provenientes da Oferta Primária (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), estimados em R\$[•], considerando o Preço por Ação de R\$[•], ponto médio da Faixa Indicativa, após a dedução das comissões e das despesas estimadas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta.

⁽³⁾ Capitalização total corresponde à soma total dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) e patrimônio líquido.

Um aumento ou uma redução de R\$1,00 no Preço por Ação de R\$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, acarretaria em um aumento ou redução do valor do patrimônio líquido e da capitalização total da Companhia em R\$[•] milhões, após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta.

O valor do patrimônio líquido da Companhia após a conclusão da oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

[A Companhia não receberá qualquer recurso decorrente da Oferta Secundária por se tratar exclusivamente de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores. Dessa forma, nossa capitalização não será afetada pela Oferta Secundária.]

Não houve alteração relevante na capitalização da Companhia desde 30 de junho de 2021.

DILUIÇÃO

Os investidores que participarem da Oferta sofrerão diluição imediata de seu investimento, calculada pela diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores no âmbito da Oferta e o valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a Oferta.

Em 30 de junho de 2021, o valor do patrimônio líquido da Companhia era de R\$19.474 mil e o valor patrimonial por ação ordinária de sua emissão correspondia, na mesma data, a R\$[•]. O referido valor patrimonial por ação ordinária representa o valor do patrimônio líquido consolidado da Companhia, dividido pelo número total de ações ordinárias de sua emissão em 30 de junho de 2021.

Considerando a emissão das Ações no âmbito da Oferta Primária (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), com base no Preço por Ação de R\$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, e após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta; o patrimônio líquido da Companhia em 30 de junho de 2021 seria de R\$[•] milhões, representando um valor patrimonial de R\$[•] por ação ordinária de emissão da Companhia. Isso significaria um aumento imediato no valor do patrimônio líquido por ação ordinária de R\$[•] para os atuais acionistas e uma diluição imediata no valor do patrimônio líquido por ação ordinária de R\$[•], para os novos investidores que subscreverem/adquirirem Ações no âmbito da Oferta. Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores na Oferta e o valor patrimonial contábil por ação ordinária imediatamente após a Oferta. Para informações detalhadas acerca das comissões de distribuição e das despesas da Oferta, veja a Seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, página 48 deste Prospecto.

O quadro a seguir ilustra a diluição por ação ordinária de emissão da Companhia, com base em seu patrimônio líquido em 30 de junho de 2021, considerando os impactos da realização da Oferta:

| | Após a Oferta | |
|---|--|---|
| | Sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares (em R\$, exceto percentagens) | Considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares |
| Preço por Ação ⁽¹⁾ | [•] | [•] |
| Valor patrimonial contábil por ação em 30 de junho de 2021 | [•] | [•] |
| Valor patrimonial contábil por ação em 30 de junho de 2021 ajustado para refletir a Oferta..... | [•] | [•] |
| Aumento do valor patrimonial contábil líquido por ação atribuído aos atuais acionistas | [•] | [•] |
| Diluição do valor patrimonial contábil por ação para os novos investidores ⁽²⁾ | [•] | [•] |
| Percentual de diluição dos novos investidores⁽³⁾ | [•%] | [•)% |

⁽¹⁾ Calculado com base no Preço por Ação de R\$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa.

⁽²⁾ Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço por Ação a ser pago pelos investidores e o valor patrimonial líquido por ação de emissão da Companhia imediatamente após a conclusão da Oferta.

⁽³⁾ O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta não guarda relação com o valor patrimonial das ações ordinárias de emissão da Companhia e será fixado tendo como parâmetro as intenções de investimento manifestadas por Investidores Institucionais, considerando a qualidade da demanda (por volume e preço), no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding*. Para informações detalhadas sobre o procedimento de fixação do Preço por Ação e das condições da Oferta, veja seção “Informações Sobre a Oferta”, na página 42 deste Prospecto.

Um acréscimo ou redução de R\$1,00 no Preço por Ação de R\$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, acarretaria em um aumento ou redução, após a conclusão da Oferta: (i) de R\$[•] milhões no valor do patrimônio líquido contábil da Companhia; (ii) de R\$[•] no valor do patrimônio líquido contábil por ação ordinária de emissão da Companhia; e (iii) na diluição do valor patrimonial contábil por ação ordinária aos investidores desta Oferta em R\$[•] por Ação; assumindo que o número de Ações estabelecido na capa deste Prospecto não sofrerá alterações e, após a dedução

das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.

O valor do patrimônio líquido contábil da Companhia após a conclusão da Oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

[A realização da Oferta Secundária não resultará em nenhuma mudança no número de ações de emissão da Companhia, nem em alteração em seu patrimônio líquido, uma vez que os recursos recebidos, nesse caso, serão integralmente entregues aos Acionistas Vendedores.]

Planos de Remuneração Baseada em Ações

Na data deste Prospecto, a Companhia não possui nenhum plano de remuneração baseado em ações de emissão da Companhia.

Histórico do Preço de Emissão de Ações

Nos últimos cinco anos, a Companhia realizou os seguintes aumentos de capital, os quais foram subscritos por administradores, controladores ou detentores de opções em aquisições de ações da Companhia:

| Data | Natureza da Operação | Subscritor/ Adquirente | Quantidade de Ações | Valor Total da Emissão (R\$) | Preço por Ação (R\$) |
|-------------|-----------------------------|-------------------------------|----------------------------|--|--------------------------------|
| [•] | [•] | [•] | [•] | [•] | [•] |
| [•] | [•] | [•] | [•] | [•] | [•] |

Para mais informações sobre o aumento de capital social, veja o item “17.2 - Aumentos do capital social” do Formulário de Referência, na página 327 deste Prospecto.

ANEXOS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO A – ESTATUTO SOCIAL VIGENTE DA COMPANHIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

BMRV PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia de capital autorizado
CNPJ/ME nº 07.063.714/0001-98
NIRE 3130010576-8

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E OBJETO SOCIAL

ARTIGO 1º - A **BMRV PARTICIPAÇÕES S.A.** ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital autorizado, a qual será regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis.

Parágrafo 1º – Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, membros do Conselho Fiscal, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se e quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 ("Regulamento do Novo Mercado").

Parágrafo 2º – As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social.

Parágrafo 3º – A Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, membros do Conselho Fiscal, da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando instalado, deverão observar os prazos, as obrigações e os procedimentos previstos no Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários da B3, no Manual do Emissor da B3 e no Regulamento do Novo Mercado.

ARTIGO 2º - A Companhia tem sua sede e foro localizado na Avenida do Contorno, nº 5.351, 11º andar, conjunto 1106, Bairro Cruzeiro, CEP 30.110-923, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo Único – A Companhia poderá abrir e encerrar filiais, escritórios e outros estabelecimentos em qualquer ponto do território nacional e do exterior, por meio de deliberação da Diretoria.

ARTIGO 3º - A Companhia tem como objeto social a administração de bens próprios e a participação em outras sociedades na qualidade de sócia quotista ou de acionista.

ARTIGO 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II - DO CAPITAL SOCIAL

ARTIGO 5º - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$1.886.400,00 (um milhão, oitocentos e oitenta e seis mil e quatrocentos reais), dividido em 1.886.400 (um milhão, oitocentas e sessenta e seis mil e quatrocentas) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Parágrafo 1º - As ações são indivisíveis perante a Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

Parágrafo 2º - A propriedade das ações será comprovada pelo registro existente na conta do acionista junto à instituição depositária.

Parágrafo 3º - Cada ação ordinária nominativa confere ao seu possuidor direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

Parágrafo 4º - É vedado à Companhia emitir ações preferenciais e partes beneficiárias.

Parágrafo 5º - Mediante a aprovação do Conselho de Administração e observado o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e nas demais normas aplicáveis, a Companhia poderá adquirir suas próprias ações. Essas ações deverão ser mantidas em tesouraria, alienadas ou canceladas, conforme for decidido pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso, nos termos da regulamentação aplicável da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Parágrafo 6º - Na proporção do número de ações que forem titulares, os acionistas terão direito de preferência à subscrição de novas ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações, na forma do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações. O direito de preferência será exercido dentro do prazo decadencial de 30 (trinta) dias.

ARTIGO 6º - A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, por deliberação do Conselho de Administração e independentemente de alterações estatutárias, até o limite de 4.716.000 (quatro milhões, setecentos e dezesseis mil) ações ordinárias.

Parágrafo 1º - O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, subscrição, forma e prazo de integralização, preço por ação, forma de colocação (pública ou privada) e sua distribuição no país e/ou no exterior.

Parágrafo 2º - A critério do Conselho de Administração, poderá ser realizada emissão, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o artigo 171, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

Parágrafo 3º - A Companhia, dentro do limite do capital autorizado e por deliberação do Conselho de Administração, poderá outorgar, de acordo com plano aprovado em Assembleia Geral, opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia em favor de administradores e executivos da própria Companhia, ou de entes jurídicos de seu grupo econômico.

ARTIGO 7º - Nas hipótese em que a lei conferir o direito de retirada a acionista dissidente de deliberação da Assembleia Geral, o valor do reembolso terá por base o valor de patrimônio líquido constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral, ou o valor econômico da Companhia, apurado em avaliação, se inferior ao citado valor de patrimônio líquido, observadas as disposições do artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações.

ARTIGO 8º - As ações da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, perante instituição financeira autorizada pela CVM.

Parágrafo Único - Observados os limites máximos fixados pela CVM, o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme definido em contrato de escrituração de ações.

CAPÍTULO III - DAS ASSEMBLEIAS GERAIS

ARTIGO 9º - As Assembleias Gerais de acionistas realizar-se-ão: (a) ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes à data de encerramento de cada exercício social, para deliberação das matérias previstas em lei; e (b) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem ou quando as disposições deste Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos acionistas.

Parágrafo 1º - Sem prejuízo do disposto no parágrafo único do artigo 123 da Lei das Sociedades por Ações, e ressalvadas as exceções previstas em lei, as Assembleias Gerais de acionistas serão convocadas pelo Conselho de Administração, por meio do seu Presidente ou por dois membros do Conselho de Administração em conjunto, com pelo menos 21 (vinte um) dias de antecedência em primeira convocação e, pelo menos, com 8 (oito) dias de antecedência em segunda convocação. Independentemente das formalidades de convocação previstas neste Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações, será considerada regularmente instalada a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo 2º - Ressalvadas as exceções previstas em lei, as Assembleias Gerais somente se instalarão e validamente deliberarão em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total das ações com direito a voto representativas do capital social e, em segunda convocação, com qualquer número, sendo que para as deliberações não se computarão os votos em branco.

Parágrafo 3º - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas neste Estatuto Social e na legislação aplicável, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco.

Parágrafo 4º - Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador constituído na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 5º - Sem prejuízo do disposto no parágrafo 2º acima, o acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos que comprovem sua condição de acionista referidos no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, até o momento da abertura dos trabalhos em Assembleia, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente.

Parágrafo 6º - As Assembleias Gerais serão presididas por membro do Conselho de Administração a ser indicado pelo Presidente do Conselho de Administração da Companhia, competindo-lhe, na qualidade de presidente da mesa, escolher o secretário, dentre os presentes. Na ausência de membro do Conselho de Administração, a Assembleia Geral será presidida por pessoa eleita pelos acionistas presentes.

Parágrafo 7º - O acionista não poderá votar nas deliberações relativas a laudo de avaliação dos bens com que concorrer para o capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia.

Parágrafo 8º - Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes. Da ata extrair-se-ão certidões ou cópias autênticas para os fins legais.

Parágrafo 9º - A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária podem ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, e instrumentadas em ata única.

Parágrafo 10º - O exercício do direito de voto nos casos especiais de condomínio, acordo de acionistas, usufruto e de ações empenhadas ou alienadas fiduciariamente fica sujeito às exigências legais específicas e às comprovações estabelecidas em lei.

Parágrafo 11º - Não poderá votar na Assembleia Geral o acionista com direitos sociais suspensos na forma dos artigos 120 e 122, inciso V, da Lei das Sociedades por Ações.

ARTIGO 10º - Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, compete privativamente à Assembleia Geral deliberar sobre as seguintes matérias:

- (i) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração;
- (ii) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se e quando instalado;
- (iii) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;

- (iv) alterar este Estatuto Social;
- (v) deliberar sobre operações de fusão, incorporação, cisão ou transformação em que a Companhia seja parte, bem como sobre sua dissolução ou liquidação;
- (vi) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações ou quaisquer planos de remuneração baseado em ações aos seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam, direta ou indiretamente, coligadas ou controladas pela Companhia;
- (vii) deliberar sobre falência ou requerer recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 122 da Lei das Sociedades por Ações;
- (viii) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;
- (ix) aprovar investimento fora do objeto social da Companhia; e
- (x) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO IV - ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

SEÇÃO I – DISPOSIÇÕES COMUNS

ARTIGO 11 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto Social.

Parágrafo 1º - O mandato unificado dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria será de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, sendo o mandato prorrogado, automaticamente, até a eleição e posse dos respectivos substitutos.

Parágrafo 2º - A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria dar-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador empossado e contemplando a sua sujeição à cláusula compromissória de que trata o artigo 34 deste

Estatuto Social, dispensada qualquer garantia de gestão, e estará condicionada ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo 3º - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria permanecerão em seus cargos e no exercício de suas funções até a eleição e posse de seus substitutos, exceto se de outra forma for deliberado pela Assembleia Geral.

Parágrafo 4º - A remuneração global e anual dos administradores será fixada pela Assembleia Geral, em montante global ou individual, anual ou mensal, podendo ser revista, a qualquer tempo, cabendo ao Conselho de Administração a alocação e distribuição individual da remuneração entre os administradores.

Parágrafo 5º - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria deverão aderir às políticas internas em vigor da Companhia, bem como quaisquer outras que venham posteriormente se aprovadas.

SEÇÃO II – DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 12 – O Conselho de Administração da sociedade será composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros, acionistas ou não, residentes no Brasil ou no exterior, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo 1º - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) conselheiros ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, os quais deverão sê-lo expressamente caracterizados com base nos critérios e requisitos estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado na ata da Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante as faculdades previstas no artigo 141, parágrafos 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 2º - Quando, em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo anterior, resultar número fracionário de conselheiros independentes, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Parágrafo 3º - O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos pela assembleia geral. Cada membro do Conselho de Administração terá direito a 1 (um) voto nas deliberações do órgão.

Parágrafo 4º - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, exceto nos casos de vacância em que a acumulação dos cargos acima citados deverá cessar no prazo de 1 (um) ano.

Parágrafo 5º - Em caso de vacância de cargo, impedimento ou ausência permanente de qualquer membro do Conselho de Administração, o conselheiro será substituído por suplente, se houver. Caso não haja membros suplentes, os membros do Conselho de Administração remanescentes deverão nomear substituto, que servirá até a primeira Assembleia Geral da Companhia, a qual deverá ser convocada imediatamente.

Parágrafo 6º - É facultado a qualquer Conselheiro, na hipótese de sua ausência e/ou impedimento temporários, indicar, por escrito, outro membro do Conselho de Administração para substituí-lo em reuniões e deliberações do órgão, cabendo ao substituto, além do próprio voto, o voto do membro substituído.

Parágrafo 7º - É vedado, na forma do artigo 115, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações, o exercício do direito de voto, na eleição dos membros do Conselho de Administração, em circunstâncias que configurem conflito de interesse com a Companhia.

ARTIGO 13 – O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada bimestre e, extraordinariamente, a qualquer tempo, sempre que convocado por seu Presidente ou quaisquer 2 (dois) de seus membros em conjunto, sempre mediante convocação por escrito, através de carta registrada ou e-mail, com comprovante de recebimento, contendo o local, data, hora e ordem do dia da respectiva reunião, devendo ser encaminhados cópias dos documentos a serem discutidos ou apreciados. As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas com, no mínimo, 3 (três) dias de antecedência, sendo certo que, em casos de manifesta urgência, a convocação poderá ser, excepcionalmente, feita com antecedência de 24h (vinte e quatro horas), sem prejuízo da observância das formalidades previstas neste Estatuto Social. A presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração dispensará qualquer formalidade de convocação.

Parágrafo 1º – As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria de seus membros. Considera-se presente à reunião o Conselheiro que estiver, na ocasião, (i) representado por seu substituto, indicado na forma do artigo 12, parágrafo 6º acima, (ii) participando da reunião por conferência telefônica, vídeo conferência ou qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do

conselheiro e a comunicação simultânea com as demais pessoas presentes à reunião, ou (iii) que tiver enviado seu voto por escrito em relação aos temas da ordem do dia, previamente à reunião, ficando o presidente da reunião investido dos poderes para assinar a respectiva ata em nome do conselheiro que tiver enviado seu voto por escrito.

Parágrafo 2º - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas com, no mínimo, 3 (três) dias de antecedência, sendo certo que, em casos de manifesta urgência, a convocação poderá ser, excepcionalmente, feita com antecedência de 24h (vinte e quatro horas), sem prejuízo da observância das formalidades previstas neste Estatuto Social. A presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração dispensará qualquer formalidade de convocação.

Parágrafo 3º - Todas as deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração e serão assinadas pelos membros do Conselho de Administração que estiverem presentes, devendo serem arquivadas no Registro do Comércio aquelas que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Parágrafo 4º - Os Diretores deverão fornecer ao Conselho de Administração toda e qualquer informação requisitada em relação à Companhia e suas controladas e coligadas e, caso solicitados, deverão comparecer às reuniões do Conselho de Administração a fim de prestar esclarecimentos.

Parágrafo 5º - É vedada a deliberação pelo Conselho de Administração de assunto que não tenha sido incluído na notificação de convocação, ressalvado o caso em que todos os membros do Conselho de Administração compareçam à reunião e concordem em deliberá-la.

ARTIGO 14 – Ressalvadas as hipóteses especiais previstas na Lei das Sociedades por Ações e o disposto no artigo 15, parágrafo 3º, deste Estatuto Social, as deliberações do Conselho de Administração serão tomadas mediante voto afirmativo da maioria simples dos presentes à respectiva reunião, não se computando os votos em branco.

ARTIGO 15 – Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei e neste Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração **(i)** fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, aprovando as diretrizes, as políticas e objetivos básicos; **(ii)** eleger e destituir os diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições; **(iii)** fiscalizar a gestão dos diretores e examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da sociedade, solicitar

informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e sobre quaisquer outros atos; **(iv)** convocar a Assembleia Geral, nos termos da Lei e deste Estatuto Social; **(v)** escolher e destituir auditores independentes; **(vi)** autorizar a alienação e oneração de bens do ativo permanente de valor individual superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); **(vii)** autorizar a prática de atos que envolvam valor, individual ou conjunto, superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), desde que não previstos em orçamento já aprovado pelo Conselho de Administração, não se aplicando este limite ou necessidade de prévia autorização do Conselho de Administração aos contratos essenciais à manutenção da atividade da Companhia, tais como os de aquisição de insumos a serem empregados em contratos de fornecimento a clientes, bem como a contratos, ou aditamentos, para fornecimento de bens ou serviços a clientes, obtidos em concorrência pública ou privada, inclusive garantias e financiamentos a eles vinculados, e empréstimo financiamento ou carta de fiança; **(viii)** manifestar-se sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras periódicas da Companhia, bem como submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação ao lucro líquido da Companhia de cada exercício social; **(ix)** aprovar o plano de negócios e o orçamento anual da Companhia, se aplicável; **(x)** a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no artigo 6º deste Estatuto Social, fixando as condições de emissão, incluindo o preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir (ou reduzir o prazo para) o direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da legislação vigente; **(xi)** a emissão pública ou privada de debêntures não conversíveis, notas promissórias e outros títulos e valores mobiliários não conversíveis em ações; **(xii)** administrar os planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações ou quaisquer planos de remuneração baseado em ações outorgados aos administradores e empregados da Companhia e/ou suas subsidiárias, dirimir questões a eles relacionadas, bem como promover o seu cumprimento, em conformidade com os termos condições e cláusulas do respectivo plano; **(xiii)** deliberar sobre a constituição de ônus reais ou a prestação de garantias pela Companhia, inclusive garantias reais e fidejussórias, em favor de terceiros, com relação a obrigações próprias e/ou de terceiros, desde que não vinculados a contratos de fornecimento de bens ou serviços; **(xiv)** autorizar a aquisição de ações de emissão da Companhia para permanência em tesouraria ou cancelamento, ou posterior alienação, exceto nos casos expressamente previstos na regulamentação vigente; **(xv)** manifestar-se previamente sobre o voto a ser proferido no âmbito das sociedades controladas e coligadas, relativamente às operações de (a) incorporação, cisão, fusão e transformação; (b) aquisição, alienação e oneração de bens imóveis; (c) a indicação dos administradores; e (d) alteração de seus estatutos/contratos sociais; **(xvi)** deliberar sobre a participação da Companhia em outras sociedades, como

sócia ou acionista, incluindo a aquisição de participação, constituição de sociedades e a sua participação em acordos de associação ou acordos de acionistas; **(xvii)** deliberar sobre a celebração, modificação ou término de qualquer operação, transação, contrato ou acordo entre, de um lado, a Companhia ou qualquer de suas controladas e, de outro lado, qualquer acionista, sociedade coligada ou administrador da Companhia, incluindo cônjuges, parentes até segundo grau e empresas controladas ou coligadas dos mesmos; **(xviii)** manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações ("OPA") que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, e que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iii) as alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado; **(xix)** decidir sobre casos omissos deste Estatuto Social; e **(ix)** criar comitês executivos ou consultivos, permanentes ou não, para assessorá-lo, bem como eleger e destituir seus respectivos membros e fixar-lhes as atribuições.

Parágrafo 1º - Para fins do disposto neste artigo 15, prevalecerá a competência da Assembleia Geral na ocasião de conflito entre as matérias a serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

Parágrafo 2º - O exercício do direito de voto pelos membros do Conselho de Administração nas matérias previstas neste artigo 15 e em quaisquer outras de sua competência, em especial, nas deliberações a respeito do exercício do direito de voto pela Companhia no âmbito de suas controladas e coligadas, deverá observar as disposições previstas em acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, conforme aplicável.

Parágrafo 3º - Ressalvadas as transações entre partes relacionadas (a) entre a Companhia e suas controladas ou coligadas no curso normal de negócios; (b) previstas no orçamento anual; e (c) que envolvam, individualmente ou em conjunto, valor superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), todas e quaisquer operações celebradas entre a Companhia e qualquer de suas partes relacionadas deverão ser aprovadas pela maioria dos membros do Conselho de Administração, incluindo obrigatoriamente todos os conselheiros independentes.

SEÇÃO III - DA DIRETORIA

ARTIGO 16 - A Companhia será administrada por uma diretoria composta por, no mínimo, 2 (dois), e no máximo, 5 (cinco) membros, acionistas ou não, sendo 1 (um) deles Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Financeiro e 1 (um) Diretor de Relações com Investidores e os demais apenas Diretores sem designação específica, todos residentes no país e com mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. O Conselho de Administração fixará os poderes e as atribuições de cada Diretor sem designação específica.

Parágrafo 1º - Compete ao Diretor Presidente: (i) a direção geral dos negócios da Companhia, a convocação e presidência das reuniões da Diretoria e a coordenação dos trabalhos dos demais diretores e do processo de tomada de decisão; (ii) a representação ativa e passiva da Companhia em todas as suas relações com terceiros, em juízo ou fora dele, podendo nomear procuradores e prepostos para que prestem depoimentos em nome da Companhia perante as autoridades requisitantes, responsabilizando-se pelos resultados econômico-financeiros da Companhia e pela proteção de seu nome; (iii) a organização e supervisão das políticas e diretrizes de recursos humanos; (iv) a supervisão do cumprimento das políticas e normas estabelecidas pelo Conselho de Administração e das deliberações tomadas em Assembleia Geral; e (v) zelar pela observância da lei e deste Estatuto Social.

Parágrafo 2º - Compete ao Diretor de Relações com Investidores: (i) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, mantendo atualizados os registros da Companhia nessas instituições; (ii) representar a Companhia perante a CVM, as Bolsas de Valores e demais entidades do mercado de capitais, bem como prestar informações relevantes aos investidores, ao mercado em geral, à CVM e à B3; e (iii) outras funções estabelecidas em lei e na regulamentação vigente.

Parágrafo 3º - Compete ao Diretor Financeiro: (i) coordenar a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; (ii) gerir as atividades da área financeira da Companhia, incluindo administrar, gerir e controlar as áreas de tesouraria, fiscal e tributária, controladoria, auditoria e contabilidade, segundo as orientações deste Estatuto Social, do Código de Ética e Conduta da Companhia, das normas legais vigentes e das políticas e diretrizes consignadas pela Assembleia Geral; e (iii) administrar os recursos financeiros da Companhia, orientando a aplicação dos excedentes de caixa dentro das políticas e diretrizes existentes, e conduzindo os processos de contratação de

emprestimo e de financiamento e os serviços correlatos necessários à expansão da Companhia, conforme orçamento anual.

Parágrafo 4º - O cargo de Diretor de Relações com Investidores pode ser acumulado por outro Diretor da Companhia.

Parágrafo 5º - As competências das diretorias que não tiverem sido preenchidas, ou cujo titular esteja impedido ou ausente, serão exercidas pelo Diretor Presidente. Em caso de vacância do cargo de qualquer Diretor, o Conselho de Administração elegerá o substituto que exercerá o cargo pelo tempo remanescente do mandato do substituído.

Artigo 17 - Compete à Diretoria, em geral, observadas as disposições deste Estatuto Social, especialmente as competências específicas constantes do artigo 16 deste Estatuto Social, **(i)** cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto Social, as deliberações do Conselho de Administração e a legislação em vigor; **(ii)** praticar todos os atos necessários à consecução do objeto social e para assegurar o pleno e regular funcionamento da Companhia e das suas controladas, coligadas e divisões de negócios; **(iii)** representar a Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante quaisquer terceiros, incluindo repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, nos termos do artigo 18 abaixo; **(iv)** apresentar, anualmente, nos 3 (três) meses seguintes ao encerramento do exercício social, à apreciação do Conselho de Administração e dos acionistas, o seu relatório e demais documentos pertinentes às contas do exercício social, bem como proposta para destinação do lucro líquido, observadas as imposições legais e o disposto neste Estatuto Social; **(v)** abrir e encerrar filiais, depósitos, escritórios ou representações em qualquer localidade do país e do exterior, conforme evolução do plano de negócios e metas atingidas indicarem ser necessário; **(vi)** a eleição e destituição dos administradores das sociedades controladas e coligadas de acordo com as indicações feitas pelo Conselho de Administração, quando aplicável; **(vii)** abrir, movimentar e encerrar contas bancárias e de investimento; **(viii)** transigir, renunciar, desistir, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, fazer aplicações de recursos, adquirir, onerar e alienar ativos e conceder garantias, assinando os respectivos termos e contratos; **(ix)** elaborar e propor ao Conselho de Administração o Plano Anual de Negócios, que deverá contemplar, dentre outros, projetos de receitas, lucratividade, custos e margens por linha de produto, gastos financeiros, despesas operacionais e não operacionais, níveis de endividamento, investimento, capital de giro, capitalização da Companhia, reserva para despesas com auditorias anuais e trimestrais e soluções para as contingências relativas a fornecedores; **(x)** e cumprir as demais atribuições que lhe sejam estabelecidas pela lei, por este Estatuto Social e pelo Conselho de Administração da Companhia.

ARTIGO 18 – Exceto pelo disposto no parágrafo 2º abaixo, a Companhia será representada por (i) 2 (dois) Diretores agindo em conjunto, ou (ii) por 1 (um) Diretor agindo em conjunto com 1 (um) procurador com poderes específicos ou, ainda, (iii) por 2 (dois) procuradores com poderes específicos agindo em conjunto, dentro dos limites expressos nos respectivos mandatos, observado o disposto no parágrafo 1º deste artigo.

Parágrafo 1º - Mediante a assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores, a Companhia poderá constituir mandatários e procuradores, especificando no instrumento a finalidade do mandato, os poderes conferidos e o prazo de validade, que não excederá 1 (um) ano, salvo quando a procuração for outorgada com poderes *ad judicia*, ou para a defesa de processos administrativos, caso em que sua vigência poderá ser por prazo indeterminado.

Parágrafo 2º - A Companhia poderá ser representada isoladamente por 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador com poderes específicos nas seguintes hipóteses: (i) representação perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, autarquias, empresas públicas ou mistas; (ii) assinatura de correspondências e atos de simples rotina; (iii) endosso de títulos para efeitos de cobrança ou depósito em favor da Companhia; e (iv) recebimento de citações ou notificações judiciais, bem como para prestar depoimento em juízo, sempre que a Companhia for regularmente intimada, sem poder de confessar.

ARTIGO 19 - A Diretoria disponibilizará aos acionistas da Companhia, quando solicitada, os contratos celebrados com partes relacionadas, bem como acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia.

ARTIGO 20 - É expressamente vedada aos Diretores a prática, em nome da Companhia, de qualquer ato relativo a negócios ou operações estranhas ao objeto social. Qualquer ato estranho ao objeto social e aos negócios da Companhia praticado por acionistas, membros do Conselho da Administrado, da Diretoria, procuradores ou empregados da Companhia, como, por exemplo, avais, fianças, endossos e outras garantias dadas em benefício de terceiros, são expressamente proibidas e deverão ser ineficazes perante a Companhia e terceiros, exceto se prévia e expressamente autorizado neste Estatuto Social, pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - DO CONSELHO FISCAL

ARTIGO 21 - A Companhia terá um Conselho Fiscal, o qual não funcionará em caráter permanente, composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas da Companhia ou não, eleitos pela Assembleia Geral, cuja remuneração será fixada pela Assembleia que os eleger.

Parágrafo 1º - O Conselho Fiscal será instalado pela Assembleia Geral por solicitação de acionistas que atendam aos requisitos legais para tanto, encerrando-se seu mandato na Assembleia Geral Ordinária que se seguir à sua instalação, permitida a reeleição.

Parágrafo 2º - A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à assinatura de termo de posse que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória de que trata o artigo 34 deste Estatuto Social, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo 3º - O Conselho Fiscal funcionará de acordo com o regimento interno a ser aprovado pela Assembleia Geral que solicitar sua instalação e suas deliberações serão tomadas por maioria de votos.

Parágrafo 4º - Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar.

Parágrafo 5º - Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de atas de reuniões do Conselho Fiscal e assinadas pelos membros de tal órgão que estiverem presentes.

Parágrafo 6º - Não poderá ser eleito para o cargo de membro do Conselho Fiscal da Companhia aquele que ocupar cargo em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia no mercado ou tiver interesse conflitante com a Companhia.

CAPÍTULO VI - EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO E LUCROS

ARTIGO 22 – O exercício social iniciar-se-á no dia 1º de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social, serão elaboradas, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras exigidas pela legislação vigente.

Parágrafo Único - A auditoria anual de suas demonstrações contábeis será realizada por auditores independentes registrados na CVM.

ARTIGO 23 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão destinados à reserva legal, até que atingidos os limites legais. O saldo remanescente deverá ser alocado na seguinte forma:

(a) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, para pagamento do dividendo obrigatório devido aos acionistas, observadas as demais disposições deste Estatuto Social e a legislação aplicável; e

(b) eventual saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, será destinado de acordo com deliberação da Assembleia Geral, observada a legislação aplicável, sendo que, até 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido poderá ser retido com base em orçamento de capital, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, e/ou destinados à constituição de reserva de investimento para assegurar a manutenção do nível de capitalização da Companhia, a expansão das atividades sociais e/ou o reforço do capital de giro, sendo que o saldo das reservas de lucros, com as exceções legais, não excederá o valor do capital social. O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, que não seja destinado na forma deste artigo, será capitalizado ou distribuído aos acionistas como dividendo complementar.

Parágrafo 1º - A distribuição do dividendo mínimo não será obrigatória no exercício social em que o Conselho de Administração informar aos acionistas, com exposição justificada e aprovada por maioria de votos, ser ela incompatível com a situação financeira da Companhia, caso em que poderá ser distribuída parcela do lucro líquido ou aprovada a sua retenção como reserva, conforme o caso. Os lucros que deixarem de ser distribuídos na forma deste parágrafo serão pagos assim que o permitir a situação financeira da Companhia, aplicando-se as disposições do artigo 202, parágrafo 5º da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 2º - A Companhia poderá pagar dividendos aos acionistas à conta da reserva de investimento acima referida.

ARTIGO 24 - A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores, caso a Diretoria opte por declarar dividendos à conta do lucro apurado em tais balanços, obedecidos os limites legais, bem como declarar dividendos

intermediários à conta de lucros acumulados ou reservas. Os dividendos assim declarados constituirão antecipação do dividendo obrigatório.

ARTIGO 25 - A Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, poderá creditar ou pagar aos acionistas juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação aplicável.

Parágrafo Único - Os juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social serão computados, por seu valor líquido, para satisfação do dividendo obrigatório do exercício social em que forem distribuídos e serão creditados como antecipação do dividendo obrigatório.

ARTIGO 26 - Revertam em favor da Companhia os dividendos e juros sobre capital próprio que não forem reclamados por seus beneficiários dentro do prazo de 3 (três) anos contados da data em que foram colocados à disposição dos acionistas.

ARTIGO 27 - A Companhia poderá pagar participação nos lucros e/ou resultados a seus empregados e administradores, mediante deliberação do Conselho de Administração, nos montantes máximos fixados pela Assembleia Geral, observados os limites legais.

CAPÍTULO VII - DA DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO

ARTIGO 28 - A Companhia será dissolvida e liquidada nos casos previstos em lei ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral. A Assembleia Geral estabelecerá as diretrizes e condições da liquidação e nomeará o liquidante, fixando os respectivos honorários.

Parágrafo Único - O modo de liquidação será determinado em Assembleia Geral, que elegerá também o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação.

ARTIGO 29 - A Companhia poderá transformar seu tipo societário mediante deliberação da maioria dos votos na Assembleia Geral.

CAPÍTULO VIII – DA ALIENAÇÃO DE CONTROLE, CANCELAMENTO DE REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA E SAÍDA DO NOVO MERCADO

ARTIGO 30 - A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, quanto por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada

sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a efetivar OPA (Oferta Pública de Aquisição de Ações), tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

ARTIGO 31 - A saída voluntária da Companhia do Novo Mercado deverá ser precedida de OPA, respeitadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis, e observados os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM referentes à ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta e no Regulamento do Novo Mercado.

ARTIGO 32 - Na OPA a ser feita pelo acionista controlador ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao preço justo apurado em laudo de avaliação de que trata o parágrafo único deste artigo, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Único - O laudo de avaliação mencionado no caput deste artigo deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus administradores e de seus acionista(s) controlador(es), além de satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações, e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º desse mesmo artigo.

ARTIGO 33 - A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado estará condicionada à efetivação de OPA a ser realizada com as mesmas características descritas no artigo 31 deste Estatuto Social.

CAPÍTULO IX – SOLUÇÃO DE CONFLITOS

ARTIGO 34 - A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, e em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei 6.385/76, na Lei das Sociedades por Ações,

nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, neste Estatuto Social, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores mobiliários em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do contrato de participação no Novo Mercado.

CAPÍTULO X – DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 35 - A Companhia observará os acordos de acionistas que tenham sido arquivados em sua sede, cabendo à administração abster-se de registrar transferências de ações contrárias às suas disposições e ao presidente das Assembleias Gerais e/ou das reuniões da administração abster-se de computar os votos lançados em infração a tais acordos de acionistas, obrigando-se a observar as disposições da Lei das Sociedades por Ações, em especial o artigo 118 e seus parágrafos.

ARTIGO 36 - A Companhia observará, no que aplicável, as regras de divulgação de informações previstas na regulamentação da CVM e nas normas da B3, aplicáveis a companhias listadas em geral e no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, em particular.

ARTIGO 37 - Este Estatuto Social rege-se pela Lei das Sociedades por Ações. Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações, respeitado o Regulamento do Novo Mercado.

ARTIGO 38 - As disposições contidas no artigo 8º; e no artigo 16, parágrafo 2º, somente terão eficácia a partir da data de concessão do registro de companhia aberta da Companhia pela CVM; o artigo 1º, parágrafos 1º, 2º e 3º; artigo 5º, parágrafos 2º, 4º e 5º; o artigo 12, parágrafos 1º, 2º e 4º; artigo 15, item (xviii) e parágrafo 3º; artigo 21, parágrafo 6º; e Capítulos VIII e IX, somente entrarão em vigor na data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado.

* * *

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**ANEXO B – CÓPIA DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA
REALIZADA EM 6 DE AGOSTO DE 2021, QUE APROVOU, DENTRE OUTRAS MATÉRIAS, A
REALIZAÇÃO DA OFERTA**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



| | | |
|---|-----------------------------|--|
| NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF) | Código da Natureza Jurídica | Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio |
| 31300105768 | 2054 | |

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: BMRV PARTICIPACOES S.A
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

| Nº DE VIAS | CÓDIGO DO ATO | CÓDIGO DO EVENTO | QTDE | Descrição do Ato / Evento | Nº MGE |
|------------|---------------|------------------|------|--|---------------|
| 1 | 007 | | | ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA | MGE2100770763 |
| | 021 | 1 | | ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL) | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |

BELO HORIZONTE

Local

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

26 AGOSTO 2021

Data

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

DECISÃO SINGULAR

DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

SIM

SIM

Processo em Ordem
À decisão

____ / ____ / ____
Data

NÃO ____ / ____ / ____

Responsável

NÃO ____ / ____ / ____

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

- Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
- Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
- Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



____ / ____ / ____
Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

- Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
- Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
- Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



____ / ____ / ____
Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 8753305 em 27/08/2021 da Empresa BM RV PARTICIPACOES S.A, Nire 31300105768 e protocolo 216447429 - 26/08/2021. Autenticação: 4FE1D02EB0363819A021FB66D55551AB32C659. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/644.742-9 e o código de segurança QENc Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/08/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo

| Número do Protocolo | Número do Processo Módulo Integrador | Data |
|---------------------|--------------------------------------|------------|
| 21/644.742-9 | MGE2100770763 | 26/08/2021 |

Identificação do(s) Assinante(s)

| CPF | Nome |
|----------------|--------------------------|
| 128.534.616-53 | FABIO MARQUES DE AZEVEDO |
| 213.309.729-53 | VALMOR PEDRO BOSI |



BMRV PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 07.063.714/0001-98

NIRE 3130010576-8

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 06 DE AGOSTO DE 2021

- 1 **DATA, HORA E LOCAL:** No dia 06 de agosto de 2021, às 10:00 horas, na sede social da BMRV Participações S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida do Contorno, nº 5.351, sala 1106, CEP 30110-923.
- 2 **PRESENÇAS:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, , quais sejam: Sr. **JOSE PAULO DE FREITAS GUIMARÃES JÚNIOR**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade nº 05.428.568-24 SSP/BA e do CPF nº 875.053.045-34, residente e domiciliado na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, Rua Basílio da Gama, 72, Edifício Palazzo Siena, aptº 1201, Canela, CEP: 40.110-040; Sra. **RAQUEL MACEDO DE FREITAS GUIMARÃES**, brasileira, separada judicialmente, empresária, portadora da Cédula de Identidade nº 4.643.055-51 SSP/BA e do CPF/MF nº 496.883.165 - 04, residente e domiciliada na cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Passárgada, nº 866, Condomínio Golf Residencial, casa 58, Itapuã, CEP: 41620-430; Sra. **RENATA MACEDO DE FREITAS GUIMARÃES**, brasileira, divorciada, empresária, portadora da Cédula de Identidade nº 5.428.566-62-SSP/BA e CPF nº 777.993.565-53, residente e domiciliada na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Tenente Fernando Tuy, nº 269, Aptº 1201, Bairro Pituba, CEP: 41.810-780; Sra. **REBECA DA MOTTA BOSI**, brasileira, solteira, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade nº 08603437-58 SSP/BA, e CPF nº 969.802.733 - 53 residente e domiciliada na cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Várzea Santo Antonio, nº 109, Apto 101, Bairro Caminho das Árvores, CEP: 41820-180; Sra. **RAQUEL DA MOTTA BOSI**, brasileira, solteira, empresária, portadora da Cédula de Identidade nº 08603441-34 SSP/BA e do CPF nº 969.802.063 - 20, residente e domiciliada na cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Várzea Santo Antonio, nº 109, Apto 101, Bairro Caminho das Árvores, CEP: 41820-180; Sr. **EDUARDO ABUD BASTIÃO** brasileiro, divorciado, administrador de Empresas, portador da Cédula de Identidade nº 07341540-54 SSP/BA e CPF nº 804.213.855 - 53, residente e domiciliado na cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Manoel Barreto, 442, apto 1301, Bairro Graça, Cep.: 40150-360; Sra. **CLARA ABUD BASTIÃO**, brasileira, solteira, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade nº 6.479.527 SSP/BA e CPF nº 009.809.835 - 76, residente e domiciliada na cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Manoel Barreto, 442, apto 1301, Bairro Graça, Cep.: 40150-360; **ABC CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado com sede na Rua Gonçalves Dias, nº 1.181, sala 606, bairro Funcionários, CEP 30.140-091, em Belo Horizonte, Minas Gerais, inscrita no Registro Civil das Pessoas Jurídicas – Cartório Jero Oliva, sob o nº 99.903, Livro-A, em 11/12/98, inscrita no CNPJ sob o nº 02.909.060/0001-57, neste ato representada por seu sócio e representante legal, Sr. **ANTÔNIO JOSÉ BUFFE CHAMONE**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 8753305 em 27/08/2021 da Empresa BMRV PARTICIPACOES S.A, Nire 31300105768 e protocolo 216447429 - 26/08/2021. Autenticação: 4FE1D02EB0363819A021FB66D55551AB32C659. Marinely de Paula Bomfim - Secretaria-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/644.742-9 e o código de segurança QENc Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/08/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretaria-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

pág. 3/9

carteira de identidade n.^o M-62.574, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o n.^o 133.948.516-87, residente e domiciliado na Rua Santa Catarina, n.^o 1036, apto. 1103, bairro de Lourdes, CEP 30170-080, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais; Sr. **FÁBIO MARQUES DE AZEVEDO**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão total de bens, engenheiro, portador da carteira de identidade n.^o M-111.216, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o n.^o 128.534.616-53, residente na Rua Adauto Lúcio Cardoso, n.^o 515, bairro Belvedere, CEP 30.320-290, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais; Sr. **OLÍVIO HENRIQUE ÁLVARES ROSA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, domiciliado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Júlio Vidal, n^o 11, apto. 41, CEP 30310-440, portador da Cédula de Identidade RG n^o M-1.413.744, expedida por SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o n^o 533.857.566-34; Sra. **ROBERTA ROCHA ROSA**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, administradora de empresas, residente e domiciliada na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, na Rua Júlio Vidal, n^o 11, apto 401, Bairro Anchieta, CEP 30310-440, portadora da Cédula de Identidade RG n^o M 5.172.654, expedida por SSP/MG, inscrita no CPF.: 785.427.076-72; **MÁRCIO LEAL DA COSTA LOBO**, brasileiro, vivendo em união estável, engenheiro mecânico, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cravinhos, n^o 88 – apto. 24, Jardim Paulista, CEP 01408-020, portador da Cédula de Identidade RG n^o 10.584.797-4 IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob n^o 016.783.167-41; **ALEARDO VESCHI**, brasileiro, casado sob o regime de separação de bens, administrador de empresas, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cravinhos, n^o 114 – apto. 11, Jardim Paulista, CEP 01408-020, portador da Cédula de Identidade RG n^o 25.028.008-5 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob n^o 292.710.398-40; **ROBERT ANTONIO ALEXANDRE CHALITA**, brasileiro, vivendo em união estável, administrador de empresas, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jerônimo da Veiga, 249, 17^º andar, Itaim, CEP 04536-001, portador da Cédula de Identidade RG n^o 06.192.302-5 SSP-RJ e inscrito no CPF/MF sob n^o 018.535.817-98; **ADRIANO DE MARCHI FERNANDES**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Nilza Medeiros Martins, n^o 355, apto. 152, Jardim Colombo, CEP 05628-010, portador da Cédula de Identidade RG n^o 34.883.062-2 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n^o 311.798.528-00, representado por seu procurador **MÁRCIO LEAL DA COSTA LOBO**, acima qualificado; **TIAGO INÁCIO PEIXOTO**, brasileiro, solteiro, economista, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Helena, 300, apt^o 173 H, Vila Olímpia, CEP 04552-050, portador da Cédula de Identidade RG n^o MG 11.716.583 – SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob n^o 066.246.156-80; **LUCIANO PEREIRA DALTRÓ**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador do RG 3383602 SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o n^o 56970170578, residente na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Av. Santa Luzia 284, Edifício Gaudi Apt^o 802, Bairro Horto Florestal, Cep 40.295-050; **MARCELO AUGUSTO BRITTO OLIVEIRA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da identidade RG n^o 03.761.403-72, SSP/BA, inscrito no CPF sob o n^o 489.241.215-53, residente e domiciliado na Rua Waldemar Falcão, n^o 1523, Apto 201, Bairro Candeal, Cidade de Salvador, Estado da Bahia, CEP: 40.296-710.

- 3 CONVOCAÇÃO:** Dispensada a publicação do edital de convocação, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei n^o 6.404, de 15 de dezembro de 1976 conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o n^o 8753305 em 27/08/2021 da Empresa BMRV PARTICIPACOES S.A, Nire 31300105768 e protocolo 216447429 - 26/08/2021. Autenticação: 4FE1D02EB0363819A021FB66D55551AB32C659. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe n^o do protocolo 21/644.742-9 e o código de segurança QEnc Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/08/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

- 4** **MESA:** Verificado o quórum para instalação da Assembleia, a mesa foi composta pelo Sr. FÁBIO MARQUES DE AZEVEDO como Presidente, e pelo Sr. VALMOR PEDRO BOSI, como Secretário.
- 5** **ORDEM DO DIA:** Discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** a autorização para a administração da Companhia realizar a abertura de capital da Companhia e a submissão do pedido de registro de emissor de valores mobiliários, categoria “A”, perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”); **(ii)** a autorização para a administração da Companhia realizar o pedido de adesão da Companhia ao segmento de Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“Novo Mercado” e “B3”, respectivamente); **(iii)** a realização de oferta pública primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia (“Ações”), a ser registrada junto à CVM (“Oferta”) e **(iv)** a autorização para que a administração da Companhia tome todas as medidas necessárias à (a) obtenção do registro como emissor de valores mobiliários categoria “A” e do registro da Oferta, ambos perante a CVM, e da autorização pela B3 para aderir ao Novo Mercado, e (b) aprovação de todos os termos e condições da Oferta aplicáveis à Companhia, incluindo a celebração de todos os contratos, documentos e atos relacionados à Oferta.
- 6** **DELIBERAÇÕES:** Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, foram aprovadas, por unanimidade de votos e sem ressalvas:
- (i) a autorização para a realização da abertura de capital da Companhia e, consequentemente, a submissão, pela administração da Companhia, do pedido de registro de emissor de valores mobiliários na categoria “A” perante a CVM, nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 29 de dezembro de 2009, conforme alterada;
 - (ii) a autorização para a administração da Companhia realizar a submissão do pedido de admissão à negociação e listagem da Companhia no segmento de Novo Mercado da B3, bem como a celebração com a B3 do Contrato de Participação no Novo Mercado de Governança Corporativa, ficando a administração da Companhia autorizada a tomar todas as medidas necessárias junto à B3 com vistas à formalização da adesão ao Novo Mercado e ao cumprimento de todas as regras previstas no Regulamento do Novo Mercado;
 - (iii) a realização da Oferta que compreenderá a distribuição pública primária de ações ordinárias de emissão da Companhia a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada e demais normativos aplicáveis, com esforços de colocação das Ações no exterior, de acordo com certas isenções de registro sob o *Securities Act of 1933* dos Estados Unidos da América. A critério dos acionistas, a Oferta poderá contar, ainda, com a distribuição secundária de ações de emissão da Companhia;
 - (iv) a autorização para a administração da Companhia tomar todas as medidas necessárias à implementação das matérias aprovadas nos (i) ao (iii) acima, e à aprovação de todos os termos e condições da Oferta pela Companhia, podendo negociar, aprovar e celebrar todos os contratos, documentos e atos relacionados à Oferta em nome da Companhia, incluindo escolher e contratar as instituições intermediárias da Oferta, autorizar os prospectos preliminar e definitivo e o *offering memoranda*, bem como representar a Companhia perante a CVM, B3, agente escriturador e quaisquer outros nos assuntos relacionados à Oferta.



- 7 LAVRATURA:** Foi autorizada, por unanimidade de votos, a lavratura da presente ata na forma de sumário, conforme o disposto no artigo 130, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações;
- 8 APROVAÇÕES:** As deliberações foram aprovadas por unanimidade de votos, abstendo-se de votar os legalmente impedidos.
- 9 ENCERRAMENTO, APROVAÇÃO E ASSINATURA:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia Geral Extraordinária, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Mesa: FÁBIO MARQUES DE AZEVEDO (Presidente) e VALMOR PEDRO BOSI (Secretário). Acionistas Presentes: JOSÉ PAULO DE FREITAS GUIMARÃES JÚNIOR, RENATA MACEDO DE FREITAS GUIMARÃES, RAQUEL MACEDO DE FREITAS GUIMARÃES, REBECA DA MOTTA BOSI, RAQUEL DA MOTTA BOSI, EDUARDO ABUD BASTIÃO, CLARA ABUD BASTIÃO, ABC CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA. representado por Antônio José Buffe Chamone, FÁBIO MARQUES DE AZEVEDO, OLÍVIO HENRIQUE ÁLVARES ROSA, ROBERTA ROCHA ROSA, MÁRCIO LEAL DA COSTA LOBO, ALEARDO VESCHI, ROBERT ANTONIO ALEXANDRE CHALITA, ADRIANO DE MARCHI FERNANDES representado por seu procurador Márcio Leal da Costa Lobo, TIAGO INÁCIO PEIXOTO, LUCIANO PEREIRA DALTRÔ, MARCELO AUGUSTO BRITTO OLIVEIRA.

Esta ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

Belo Horizonte, 06 de agosto de 2021.

MESA:

FÁBIO MARQUES DE AZEVEDO
Presidente

VALMOR PEDRO BOSI
Secretário



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 8753305 em 27/08/2021 da Empresa BMRV PARTICIPACOES S.A, Nire 31300105768 e protocolo 216447429 - 26/08/2021. Autenticação: 4FE1D02EB0363819A021FB66D55551AB32C659. Marinely de Paula Bomfim - Secretaria-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/644.742-9 e o código de segurança QEnc Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/08/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretaria-Geral.

128

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

pág. 6/9



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo

| Número do Protocolo | Número do Processo Módulo Integrador | Data |
|---------------------|--------------------------------------|------------|
| 21/644.742-9 | MGE2100770763 | 26/08/2021 |

Identificação do(s) Assinante(s)

| CPF | Nome |
|----------------|--------------------------|
| 128.534.616-53 | FABIO MARQUES DE AZEVEDO |
| 213.309.729-53 | VALMOR PEDRO BOSI |





TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa BMRV PARTICIPACOES S.A, de NIRE 3130010576-8 e protocolado sob o número 21/644.742-9 em 26/08/2021, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 8753305, em 27/08/2021. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Kenia Mota Santos Machado.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

| Assinante(s) | |
|----------------|--------------------------|
| CPF | Nome |
| 213.309.729-53 | VALMOR PEDRO BOSI |
| 128.534.616-53 | FABIO MARQUES DE AZEVEDO |

Documento Principal

| Assinante(s) | |
|----------------|--------------------------|
| CPF | Nome |
| 213.309.729-53 | VALMOR PEDRO BOSI |
| 128.534.616-53 | FABIO MARQUES DE AZEVEDO |

Belo Horizonte, sexta-feira, 27 de agosto de 2021



Documento assinado eletronicamente por Kenia Mota Santos Machado, Servidor(a) PÚBLICO(a), em 27/08/2021, às 12:06 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) informando o número do protocolo 21/644.742-9.

Página 1 de 1





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)

| CPF | Nome |
|----------------|--------------------------|
| 873.638.956-00 | MARINELY DE PAULA BOMFIM |



Belo Horizonte, sexta-feira, 27 de agosto de 2021



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 8753305 em 27/08/2021 da Empresa BMRV PARTICIPACOES S.A, Nire 31300105768 e protocolo 216447429 - 26/08/2021. Autenticação: 4FE1D02EB0363819A021FB66D55551AB32C659. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/644.742-9 e o código de segurança QENc Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/08/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

pág. 9/9

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**ANEXO C – MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA
COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO DA OFERTA**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

BMRV PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 07.063.714/0001-98

NIRE 31.300.105.768

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM [•] DE [•] DE 2021**

- 1 DATA, HORA E LOCAL:** No dia [•] de [•] de 2021, às [•] horas, na sede social da BMRV Participações S.A. (“**Companhia**”), localizada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida do Contorno, nº5.351, sala 1106, CEP 30110-923.
- 2 PRESENÇA:** Presente a [totalidade] dos membros do Conselho de Administração da Companhia.
- 3 CONVOCAÇÃO:** [Dispensadas as formalidades de convocação em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração.]
- 4 MESA:** Presidente: Sr. [•]; Secretário: Sr. [•].
- 5 ORDEM DO DIA:** Apreciar e deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** a fixação e justificativa do preço de emissão das ações ordinárias de emissão da Companhia (“**Ações**”), no âmbito da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Companhia, a ser realizada na República Federativa do Brasil (“**Brasil**”), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“**Instrução CVM 400**”) e demais normativos aplicáveis, e com esforços de colocação no exterior de acordo com isenções de registro sob o U.S. Securities Act of 1933 (“**Oferta**”); **(ii)** o aumento do capital da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, nos termos do artigo 6º do estatuto social da Companhia, mediante a emissão de Ações, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das Ações a serem emitidas no âmbito da Oferta, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”); **(iii)** a verificação da subscrição das Ações, bem como a homologação do aumento de capital social da Companhia, no âmbito da Oferta; **(iv)** a determinação da forma de subscrição e integralização das Ações; **(v)** a ratificação dos atos que a Diretoria da Companhia já tenha praticado, única e exclusivamente, com vistas à realização da Oferta e à listagem no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**”); **(vi)** a autorização para que a Diretoria da Companhia tome todas as providências e pratique todos os atos necessários à realização da Oferta; e **(vii)** a aprovação, *ad referendum* da próxima assembleia geral da Companhia, da reforma do artigo 5º, *caput*, do estatuto social da Companhia.

Apreciar e deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** a fixação e justificativa do preço de emissão das ações ordinárias de emissão da Companhia (“**Ações**”), no âmbito da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Companhia, a ser realizada na República Federativa do Brasil (“**Brasil**”), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“**Instrução CVM 400**”) e demais normativos aplicáveis, e com esforços de colocação no exterior de acordo com isenções de registro sob o U.S. Securities Act of 1933 (“**Oferta**”); **(ii)** o aumento do capital da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, nos termos do artigo 6º do estatuto social da Companhia.

do artigo 6º do estatuto social da Companhia, mediante a emissão de Ações, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das Ações a serem emitidas no âmbito da Oferta, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”); (iii) a verificação da subscrição das Ações, bem como a homologação do aumento de capital social da Companhia, no âmbito da Oferta; (iv) a determinação da forma de subscrição e integralização das Ações; (v) a ratificação dos atos que a Diretoria da Companhia já tenha praticado, única e exclusivamente, com vistas à realização da Oferta e à listagem no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**”); (vi) a autorização para que a Diretoria da Companhia tome todas as providências e pratique todos os atos necessários à realização da Oferta; e (vii) a aprovação, ad referendum da próxima assembleia geral da Companhia, da reforma do artigo 5º, caput, do estatuto social da Companhia.

6 DELIBERAÇÕES: Após análise e discussão das matérias da ordem do dia, os conselheiros presentes decidiram, por unanimidade de votos e sem qualquer ressalva, aprovar:

- (i) aprovar a fixação do preço de emissão de R\$[•] por Ação objeto da Oferta (“**Preço por Ação**”). O Preço por Ação foi fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento (“**Procedimento de Bookbuilding**”) conduzido por instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários junto a investidores institucionais, conforme previsto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400. A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações subscritas foi aferido de acordo com a realização do Procedimento de Bookbuilding, o qual reflete o valor pelo qual os investidores institucionais apresentaram suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações;
- (ii) aprovar o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R\$[•], o qual passará de R\$[•] ([•]) para R\$[•], mediante a emissão de [•] ações ordinárias no âmbito da Oferta, passando o capital social da Companhia de [•] ([•]) ações ordinárias para [•] ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das Ações, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações;
- (iii) aprovar a verificação pelo Conselho de Administração da subscrição de [•] Ações e a consequente homologação do aumento de capital social da Companhia, em razão da deliberação tomada nos itens (i) e (ii) acima, no montante de R\$[•], mediante a emissão de [•] Ações, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal;
- (iv) aprovar que as Ações deverão ser subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, e conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos em seu estatuto social, na legislação e na regulamentação aplicáveis, bem como no Regulamento do Novo Mercado da B3, fazendo jus ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da divulgação do anúncio de início da Oferta;
- (v) ratificar os atos que a Diretoria da Companhia já tenha praticado, única e

exclusivamente, com vistas à realização da Oferta e à listagem no Novo Mercado da B3;

- (vi) autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências e a praticar todos os atos necessários à consecução das deliberações tomadas nesta reunião. Para tanto, a Diretoria da Companhia está investida de plenos poderes para, desde já, tomar todas as providências e praticar todo e qualquer ato necessário à realização da Oferta, e em especial dos poderes de representação da Companhia perante a CVM, a B3 e a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA, conforme se faça necessário, podendo para tanto praticar ou fazer com que sejam praticados quaisquer atos e/ou negociar, aprovar e firmar quaisquer contratos, comunicações, notificações, certificados, documentos ou instrumentos que considerar necessários ou apropriados para a realização da Oferta, incluindo, sem limitação, a celebração do (a) “Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da BMV Participações S.A.”; (b) “Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da BMV Participações S.A.”; (c) “*Placement Facilitation Agreement*”; e (d) “Contrato de Prestação de Serviços da B3”, bem como a assumir todas as obrigações estabelecidas nos referidos documentos, ratificando todos os atos já praticados para a realização da Oferta; e
- (vii) face ao aumento de capital objeto das deliberações acima, aprovar, *ad referendum* da próxima assembleia geral da Companhia, a reforma do *caput* do artigo 5º do seu estatuto social, para refletir o aumento do capital social da Companhia que passará a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em bens e moeda corrente nacional, é de R\$[•] ([•]), dividido em [•] ([•]) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

- 7 **LAVRATURA:** Foi autorizada, por unanimidade de votos, a lavratura da presente ata na forma de sumário, conforme o disposto no artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações.
- 8 **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião do Conselho de Administração, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.
- 9 **ASSINATURAS:** Mesa: Sr. [*] (Presidente); e Sr. [*] (Secretário). *Membros do Conselho de Administração Presentes: Srs.[*].*

(confere com o original lavrado em livro próprio)

Belo Horizonte, [*] de [*] de 2021.

Mesa:

[•]

Presidente

[•]

Secretário

**ANEXO D – DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO
CVM 400**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO DA COMPANHIA
PARA FINOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

BMRV PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações, com sede na Avenida do Contorno, 5.351, 11º andar, conjunto 1106, Bairro Cruzeiro, CEP 30.110-923, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 07.063.714/0001-98, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), de sua emissão e de sua emissão e de titularidade do [•] ("[•]") e dos **ACIONISTAS VENDEDORES PESSOAS FÍSICAS**, conforme identificados no Prospecto Preliminar ("Acionistas Vendedores Pessoas Físicas" e, em conjunto com [•], "Acionistas Vendedores"), a ser realizada na República Federativa do Brasil, em mercado de balcão não organizado, com esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta") sob a coordenação do **BANCO ITAÚ BBA S.A.** ("Itaú BBA" ou "Coordenador Líder"), o **BANCO BTG PACTUAL S.A.** ("BTG Pactual") e o **UBS BRASIL CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** ("UBS BB" e, em conjunto com o Coordenador Líder e o BTG Pactual, "Coordenadores da Oferta"), cujo pedido de registro está sob análise dessa D. Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), vem, pela presente, apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), declarar que:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas no mercado no âmbito da Oferta;
- (ii) (a) as informações fornecidas ao mercado no "*Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da BMRV Participações S.A.*" ("Prospecto Preliminar") e que venham a ser fornecidas no "*Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da BMRV Participações Rodovias S.A.*" ("Prospecto Definitivo"), nas datas de suas respectivas publicações, por ocasião do registro e fornecidas ao mercado no âmbito da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da obtenção do registro de companhia aberta da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400, o Ofício-Circular

01/2021/CVM/SRE, de 1º de março de 2021, o "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários", atualmente em vigor, bem como as demais disposições aplicáveis; e

- (iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta das Ações a serem ofertadas, da Companhia, de suas atividades, de sua situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e de quaisquer outras informações relevantes.

Belo Horizonte, [•] de [•] de 2021

BMRV PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

**ANEXO E – DECLARAÇÃO DO ACIONISTA VENDEDOR, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA
INSTRUÇÃO CVM 400**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO PARA FINOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

[ACIONISTA VENDEDOR], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador(a) da Cédula de Identidade R.G. nº [●], inscrito(a) no Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Economia sob o nº [●], com endereço comercial na Avenida do Contorno, 5.351, 11º andar, conjunto 1106, Bairro Cruzeiro, CEP 30.110-923, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais ("Ofertante"), na qualidade de acionista vendedor[a] no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), de emissão da **BMRV PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações, com sede na Avenida do Contorno, 5.351, 11º andar, conjunto 1106, Bairro Cruzeiro, CEP 30.110-923, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 07.063.714/0001-98 ("Companhia"), que compreende a distribuição pública primária e secundária de Ações de titularidade dos acionistas mencionados no "*Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da BMRV Participações S.A.*" ("Prospecto Preliminar"), a ser realizada na República Federativa do Brasil, em mercado de balcão não organizado, com esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta") sob a coordenação do **BANCO ITAÚ BBA S.A.** ("Itaú BBA" ou "Coordenador Líder"), o **BANCO BTG PACTUAL S.A.** ("BTG Pactual") e o **UBS BRASIL CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** ("UBS BB" e, em conjunto com o Coordenador Líder e o BTG Pactual, "Coordenadores da Oferta"), cujo pedido de registro está sob análise dessa D. Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), vem, pela presente, apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), declarar o quanto segue.

CONSIDERANDO QUE:

- (A)** a Companhia, o Ofertante, [os demais acionistas vendedores identificados no Prospecto Preliminar (quando em conjunto com os Ofertantes, "Acionistas Vendedores")] e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B)** para tanto, foi efetuada *due diligence* na Companhia, iniciada em agosto de 2021 e que prosseguirá até a data de divulgação do "*Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da BMRV Participações S.A.*" ("Prospecto Definitivo");
- (C)** foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores os documentos que estes consideraram materialmente relevantes para a Oferta, inclusive para preparação do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo;
- (D)** além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta à Companhia e aos Acionistas Vendedores documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado;
- (E)** foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

- (F)** a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente ou por meio de seus respectivos consultores legais.

O Ofertante **DECLARA**, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 e em atendimento ao item 2.4 do anexo III da Instrução CVM 400, que:

- (i)** é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas no mercado no âmbito da Oferta;
- (ii)** as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores por ocasião do registro da Oferta, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas divulgações, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii)** o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400, o Ofício-Circular 1/2021/CVM/SRE, de 1º de março de 2021, o "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários", atualmente em vigor, bem como as demais disposições aplicáveis; e
- (iv)** o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta das Ações a serem ofertadas, da Companhia, de suas atividades, de sua situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e de quaisquer outras informações relevantes.

[Belo Horizonte], [●] de [●] de 2021

[●]

**ANEXO F – DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA
INSTRUÇÃO CVM 400**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

BANCO ITAÚ BBA S.A., instituição financeira com escritório comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares, CEP 04538-132, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 17.298.092/0001-30, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Itaú BBA" ou "Coordenador Líder"), vem, na qualidade de instituição intermediária líder da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), de emissão da **BMRV PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações, com sede na Avenida do Contorno, 5.351, 11º andar, conjunto 1106, CEP 30110-923, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 07.063.714/0001-98 ("Companhia"), de sua emissão e de sua emissão e de titularidade do [•] ("[•]") e dos **ACIONISTAS VENDEDORES PESSOAS FÍSICAS**, conforme identificados no Prospecto Preliminar ("Acionistas Vendedores Pessoas Físicas" e, em conjunto com [•], "Acionistas Vendedores"), sob a coordenação do Coordenador Líder, do **BANCO BTG PACTUAL S.A.** ("BTG Pactual") e do **UBS BRASIL CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** ("UBS BB" e, em conjunto com o Coordenador Líder e o BTG Pactual, "Coordenadores da Oferta"), cujo pedido de registro está sob análise dessa D. Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), vem, pela presente, nos termos do artigo 56 da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400").

CONSIDERANDO QUE:

- (A)** a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B)** para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, iniciada em julho de 2021, a qual prosseguirá até a divulgação do "*Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da BMRV Participações S.A.*" ("Prospecto Definitivo");
- (C)** por solicitação dos Coordenadores da Oferta, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao "*Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da BMRV Participações S.A.*" ("Prospecto Preliminar") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, dentre eles a emissão de carta conforto para os Coordenadores da Oferta;
- (D)** a Companhia e os Acionistas Vendedores disponibilizaram os documentos que estes consideram

relevantes para a Oferta;

- (E) além dos documentos referidos no item (D) acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia, suas controladas e coligadas, e aos Acionistas Vendedores;
- (F) conforme informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e
- (G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Coordenador Líder, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da obtenção do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400, com o Ofício-Circular 1/2021/CVM/SRE, de 1º de março de 2021, com o “*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*”, atualmente em vigor, bem como as demais disposições aplicáveis, incluindo os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão; e
- (iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, de suas atividades, de sua situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e de quaisquer outras informações relevantes.

Belo Horizonte, [•] de [•] de 2021

BANCO ITAÚ BBA S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**ANEXO G – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E
CONSOLIDADAS DA BMRV PARTICIPAÇÕES PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM
30 DE JUNHO DE 2021**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Demonstrações Contábeis Intermediárias

BMRV Participações S.A.

30 de junho de 2021
com Relatório do Auditor Independente

BMRV Participações S.A.

Demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

30 de junho de 2021

Índice

| | |
|---|----|
| Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas..... | 1 |
| Demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas auditadas | |
| Balanços patrimoniais | 7 |
| Demonstrações dos resultados | 9 |
| Demonstrações dos resultados abrangentes | 10 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 11 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa..... | 12 |
| Demonstrações do valor adicionado | 13 |
| Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas | 14 |



Building a better
working world

Edifício Guimarães Trade
Av. Tancredo Neves, 1.189
17º andar - Pituba
41820-021 - Salvador - BA - Brasil

Tel: +55 71 3501-9000
Fax: +55 71 3501-9019
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Aos
Administradores, Conselho de Administração e Acionistas da
BMRV Participações S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da BMRV Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 30 de junho de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o período de seis meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Building a better
working world

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do período corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis intermediárias. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis intermediárias da Companhia.

Reconhecimento de receita de serviço prestado e revenda de recarga

O reconhecimento de receita da Companhia envolve um elevado grau de controle de tecnologia da informação para garantir que todas as receitas de serviços prestados e de revenda de recarga tenham sido mensuradas corretamente, e devidamente registradas dentro do período contábil adequado.

A asseguração da integridade do faturamento de todos os clientes na data de encerramento do período é um elemento essencial no reconhecimento adequado das receitas. Levando-se em conta a complexidade desse processo de reconhecimento de receitas, incluindo o envolvimento da infraestrutura de tecnologia da informação, consideramos esse tema como principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento e avaliação dos controles internos relevantes implementados pela administração referentes ao reconhecimento e mensuração das receitas; (ii) exames documentais da receita faturada para uma amostra de transações incorridas no período de seis meses findo corrente; (iii) conferência dos relatórios de faturamentos com os registros contábeis de todas as filiais; (iv) teste de aderência dos relatórios extraídos do sistema utilizados para confirmação da receita de revenda de recarga e de serviços a faturar; (v) exame documental através de extrato bancário e relatórios auxiliares, referente ao recebimento da receita em período subsequente (vi) análise das divulgações efetuadas pela Companhia nas suas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.



Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento e mensuração das receitas, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis os critérios utilizados, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.1 e 21, no contexto das demonstrações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis intermediárias da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Building a better
working world

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis intermediárias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Building a better
working world

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 01 de setembro de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Daniel Peixoto
Daniel de Araujo Peixoto
Contador CRC-1BA025348/O-9

BMRV Participações S.A.

Balanços patrimoniais

30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

| | Notas | Controladora | | Consolidado | |
|--|-------|----------------|------------|----------------|------------|
| | | 30/06/2021 | 31/12/2020 | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
| Ativo | | | | | |
| Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 | 7 | - | 27.529 | 17.814 |
| Títulos e valores mobiliários | 7 | - | - | 44.714 | 44.316 |
| Conta caução | 8 | - | - | 15.932 | 15.670 |
| Contas a receber | 9 | - | - | 85.577 | 105.445 |
| Tributos a recuperar | | - | - | 8.611 | 11.419 |
| Estoques | 10 | - | - | 76.114 | 89.331 |
| Valores a receber de partes relacionadas | 11 | - | - | 5.261 | 913 |
| Adiantamentos diversos | | 3 | - | 16.467 | 28.889 |
| Outros ativos circulantes | | - | - | 6.678 | 20.250 |
| Total do ativo circulante | | 10 | - | 286.883 | 334.047 |
| Não circulante | | | | | |
| Realizável a longo prazo | | | | | |
| Depósitos judiciais | 19 | 1 | 1 | 3.354 | 3.148 |
| Tributos a recuperar | | - | - | 355 | 355 |
| Tributos diferidos | 26 | - | - | 7.109 | 5.341 |
| Propriedades para investimento | 12 | 79.210 | 79.210 | 161.720 | 151.039 |
| Investimentos | 13 | 43.304 | 37.462 | 217 | 182 |
| Imobilizado | 14 | - | - | 20.733 | 18.922 |
| Intangível | 15 | - | - | 20.620 | 24.234 |
| Total do ativo não circulante | | 122.515 | 116.673 | 214.108 | 203.221 |
| Total do ativo | | 122.525 | 116.673 | 500.991 | 537.268 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

| | Notas | Controladora | | Consolidado | |
|--|-------|----------------|------------|----------------|------------|
| | | 30/06/2021 | 31/12/2020 | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
| Passivo | | | | | |
| Circulante | | | | | |
| Fornecedores | 16 | - | - | 110.319 | 180.337 |
| Empréstimos e financiamentos | 17 | - | - | 58.187 | 61.434 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | | - | - | 15.315 | 21.040 |
| Obrigações tributárias | | - | - | 5.059 | 7.676 |
| Parcelamento de débitos tributários | | - | - | 58 | 58 |
| Valores a pagar a partes relacionadas | 11 | 10.280 | 10.237 | 5.166 | 3.884 |
| Adiantamento de clientes | 18 | - | - | 32.500 | 39.342 |
| Dividendos a pagar | 20 | 72.000 | - | 73.159 | 4.313 |
| Outras contas a pagar | | - | - | 3.546 | 2.635 |
| Total do passivo circulante | | 82.280 | 10.237 | 303.309 | 320.719 |
| Não circulante | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 17 | | - | 91.972 | 61.857 |
| Parcelamento de débitos tributários | | | - | 79 | 108 |
| Tributos diferidos | 27 | 23.977 | 23.977 | 47.008 | 43.376 |
| Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | 19 | | - | 39.052 | 28.555 |
| Outras contas a pagar | | | - | 97 | 192 |
| Total do passivo não circulante | | 23.977 | 23.977 | 178.208 | 134.088 |
| Patrimônio líquido | | | | | |
| Capital social | 20 | 1.886 | 1.886 | 1.886 | 1.886 |
| Ações em tesouraria | | (1.283) | (1.283) | (1.283) | (1.283) |
| Reserva de capital | | 3.467 | 3.467 | 3.467 | 3.467 |
| Reservas de lucros | | 389 | 78.389 | 389 | 78.389 |
| Lucros acumulados | | 11.809 | - | 11.809 | - |
| Patrimônio líquido atribuível aos controladores | | 16.268 | 82.459 | 16.268 | 82.459 |
| Participação de não controladores | | | - | 3.206 | 2 |
| Total do patrimônio líquido | | 16.268 | 82.459 | 19.474 | 82.461 |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | | 122.525 | 116.673 | 500.991 | 537.268 |

BMRV Participações S.A.

Demonstrações dos resultados

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

| Notas | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|------------|-------------|-------------------|
| | 30/06/2021 | 30/06/2020 | 30/06/2021 | 30/06/2020 |
| Receita operacional líquida | 21 | - | - | 193.878 159.036 |
| Custo dos produtos vendidos e serviços prestados | 22 | - | - | (81.780) (49.409) |
| Lucro bruto | | - | - | 112.098 109.627 |
| Despesas operacionais | | | | |
| Comerciais | 23 | - | - | (60.671) (56.997) |
| Gerais e administrativas | 24 | (22) | (15) | (33.902) (36.850) |
| Resultado da equivalência patrimonial | 13 | 11.842 | 3.132 | - |
| Ajuste a valor justo | 12 | - | - | 10.681 - |
| Outras receitas operacionais, líquidas | | - | - | 2.929 (922) |
| | | 11.820 | 3.117 | (80.963) (94.769) |
| Lucro antes das receitas e despesas financeiras | | 11.820 | 3.117 | 31.135 14.858 |
| Receitas financeiras | 25 | - | - | 1.838 2.500 |
| Despesas financeiras | 25 | (11) | - | (10.186) (9.059) |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | | (11) | - | (8.348) (6.559) |
| Imposto de renda e contribuição social | | 11.809 | 3.117 | 22.787 8.299 |
| Corrente | | - | - | (5.910) (2.883) |
| Diferido | | - | - | (1.864) (690) |
| | | - | - | (7.774) (3.573) |
| Lucro líquido do período | | 11.809 | 3.117 | 15.013 4.726 |
| Resultado atribuível aos: | | | | |
| Acionistas controladores | | | 11.809 | 3.117 |
| Acionistas não controladores | | | 3.204 | 1.609 |
| Lucro líquido do período | | | 15.013 | 4.726 |
| Lucro por ação básico – R\$ | 26 | 6,2601 | 1,6524 | |
| Lucro por ação diluído – R\$ | 26 | 6,2601 | 1,6524 | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

BMRV Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 30/06/2021 | 30/06/2020 | 30/06/2021 | 30/06/2020 |
| Lucro líquido do período | 11.809 | 3.117 | 15.013 | 4.726 |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - |
| Resultados abrangente do período | 11.809 | 3.117 | 15.013 | 4.726 |
| Resultado atribuível aos: | | | | |
| Acionistas controladores | | | 11.809 | 3.117 |
| Acionistas não controladores | | | 3.204 | 1.609 |
| Lucro líquido do período | | | 15.013 | 4.726 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

BMRV Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
 Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de reais)

| | Acionistas controladores | | | | | | Participação de não controladores | | |
|---|--------------------------|---------------------|--------------------------|----------------------------------|---------------------|----------------------------------|-----------------------------------|--------|-----------------------------------|
| | Reservas de lucros | | | Ajustes de avaliação patrimonial | | | Lucros acumulados | | Total |
| | Capital social | Ações em tesouraria | Reserva de capital legal | Reserva | Lucros a distribuir | Ajustes de avaliação patrimonial | Lucros acumulados | Total | Participação de não controladores |
| Saldos em 01 de janeiro de 2020 | 1.886 | (1.283) | 3.467 | 377 | 56.244 | 583 | - | 61.274 | (138) |
| Participação de não controladores | - | - | - | - | - | - | - | - | 1 |
| Realização do ajuste de avaliação patrimonial | - | - | - | - | 336 | (336) | - | - | - |
| Líquido dos impostos (Nota 20 e) | - | - | - | - | - | - | 3.117 | 3.117 | 4.726 |
| Lucro líquido do período | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldos em 30 de junho de 2020 | 1.886 | (1.283) | 3.467 | 377 | 56.580 | 247 | 3.117 | 64.391 | 1.472 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 1.886 | (1.283) | 3.467 | 377 | 78.012 | - | - | 82.459 | 2 |
| Distribuição de dividendos (Nota 20 f) | - | - | - | - | (78.000) | - | (78.000) | - | (78.000) |
| Lucro líquido do período | - | - | - | - | - | - | 11.809 | 11.809 | 3.204 |
| Saldos em 30 de junho de 2021 | 1.886 | (1.283) | 3.467 | 377 | 12 | - | 11.809 | 16.268 | 3.206 |
| | | | | | | | | | 19.474 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

BMRV Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|------------|-------------|------------|
| | 30/06/2021 | 30/06/2020 | 30/06/2021 | 30/06/2020 |
| Atividades operacionais | | | | |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | 11.809 | 3.117 | 22.787 | 8.299 |
| Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa: | | | | |
| Receitas financeiras | - | - | (1.618) | (520) |
| Despesas financeiras | - | - | 5.333 | 6.253 |
| Depreciação e amortização | - | - | 9.752 | 10.946 |
| Valor residual da alienação de bens do ativo imobilizado e intangível | - | - | 462 | 8.772 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | - | - | 211 | 515 |
| Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | - | - | 10.497 | 7.869 |
| Valor justo de propriedade para investimento | - | - | (10.681) | - |
| Resultado da equivalência patrimonial | (11.842) | (3.132) | - | - |
| Participação de não controladores | - | - | 3.204 | 1.609 |
| (Aumento) redução nos ativos operacionais: | | | | |
| Contas a receber | - | - | 19.657 | 2.839 |
| Tributos a recuperar | - | - | 2.556 | (2.162) |
| Depósitos judiciais | - | - | (206) | (148) |
| Estoques | - | - | 13.216 | (10.776) |
| Outros ativos operacionais | (3) | - | 22.361 | 9.408 |
| Aumento (redução) nos passivos operacionais: | | | | |
| Fornecedores | - | - | (70.018) | (24.587) |
| Obrigações tributárias | - | - | (8.527) | (3.526) |
| Obrigações sociais e trabalhistas | - | - | (5.725) | 4.850 |
| Partes relacionadas | 43 | 15 | (3.190) | (11.321) |
| Adiantamento a clientes | - | - | (6.841) | 5.824 |
| Dividendos pagos | - | - | (9.153) | (1.149) |
| Outros passivos operacionais | - | 1 | 1.030 | (1.108) |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais | 7 | 1 | (4.893) | 11.887 |
| Atividades de investimento | | | | |
| Aplicação em títulos e valores mobiliários | - | - | (681.846) | (361.274) |
| Resgate em títulos e valores mobiliários | - | - | 683.021 | 353.365 |
| Aquisição de ativo imobilizado | - | - | (7.651) | (13.926) |
| Aquisição de ativo intangível | - | - | (760) | (2.992) |
| Ganho com venda de ativo imobilizado | - | - | 18 | 175 |
| Resgate parcial da conta caução | - | - | - | 5.000 |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | - | - | (7.218) | (19.652) |
| Atividades de financiamento | | | | |
| Captação de empréstimos e financiamentos | - | - | 67.680 | 22.893 |
| Pagamentos de principal de empréstimos e financiamentos | - | - | (40.082) | (22.601) |
| Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos | - | - | (5.233) | (6.369) |
| Pagamentos de custo de transação de empréstimos e financiamentos | - | - | (533) | - |
| Pagamento de parcelamento de débitos tributários | - | - | (6) | (23) |
| Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamentos | - | - | 21.826 | (6.100) |
| Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa | 7 | 1 | 9.715 | (13.865) |
| Caixa e equivalentes de caixa: | | | | |
| No início do período | - | 1 | 17.814 | 30.816 |
| No final do período | 7 | 2 | 27.529 | 16.951 |
| Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa | 7 | 1 | 9.715 | (13.865) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

BMRV Participações S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------|------------|-----------------|------------|
| | 30/06/2021 | 30/06/2020 | 30/06/2021 | 30/06/2020 |
| Receitas | | | | |
| Receita operacional bruta deduzida de descontos | - | - | 448.492 | 435.777 |
| Receita de alienação do ativo imobilizado | - | - | 18 | 175 |
| Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa | - | - | (211) | (641) |
| Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS, IPI, PIS e COFINS) | | | | |
| Custo dos produtos, serviços e mercadorias vendidas | - | - | (81.780) | (49.409) |
| Materiais, energia elétrica, serviços de terceiros e outras | (22) | (15) | (37.530) | (30.943) |
| Ajuste valor justo de imóveis | - | - | 10.681 | - |
| Honorários dos administradores | - | - | (1.500) | (1.532) |
| Valor adicionado bruto | (22) | (15) | 338.170 | 353.428 |
| Depreciação e amortização | - | - | (9.752) | (10.946) |
| Valor adicionado líquido gerado | (22) | (15) | 328.418 | 342.482 |
| Valor adicionado recebido em transferência | | | | |
| Resultado de equivalência patrimonial | | | | |
| Receitas financeiras | 11.842 | 3.132 | - | - |
| Valor adicionado total a distribuir | 11.820 | 3.117 | 330.257 | 344.981 |
| Distribuição do valor adicionado | | | | |
| Impostos, taxas e contribuições | | | | |
| Federais | - | - | 253.034 | 272.539 |
| Estaduais | - | - | 1.878 | 3.527 |
| Municipais | - | - | 1.905 | 1.189 |
| Pessoal | | | | |
| Remuneração direta | - | - | 37.647 | 42.561 |
| FGTS | - | - | 2.351 | 2.410 |
| Benefícios | - | - | 3.811 | 4.220 |
| Remuneração de capitais de terceiros | | | | |
| Despesa com ocupação | - | - | 4.430 | 4.750 |
| Despesas financeiras | 11 | - | 10.188 | 9.059 |
| Remuneração de capitais próprios | | | | |
| Participação dos controladores nos lucros retidos | 11.809 | 3.117 | 15.013 | 4.726 |
| Valor adicionado | 11.820 | 3.117 | 330.257 | 344.981 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações gerais

A BMRV Participações S.A. (“BMRV” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 05 de novembro de 2004, com sede em Belo Horizonte, estado de Minas Gerais. A Companhia opera como holding das controladas RV Tecnologia e Sistemas S.A. (“RV”), com sede em Belo Horizonte, BM Logística Comércio e Serviços S.A. (“BM”), com sede em Salvador e Aplic Tecnologia e Serviços Ltda. (“APLIC”), com sede em Nova Lima-MG, que têm por objeto a distribuição de cartões de recarga e chips de celular, assim como a prestação de serviço de recarga virtual, a administração de bens próprios e a participação em outras sociedades na qualidade de sócias quotistas ou acionista.

As controladas RV, APLIC e BM possuem uma rede de transações eletrônicas e venda de serviços pré-pagos em nível nacional, além de possuir uma ampla rede de captura, que oferece soluções via POS (Point of Sale), TEF ou Internet, focadas na ampliação de disponibilidade de serviços pré-pagos e de aquisição, de acordo com o perfil e necessidade de cada um de seus parceiros, atualmente representados por empresas de telefonia, grandes varejistas, redes de supermercados e também pequenos estabelecimentos comerciais.

O portfólio de serviços das controladas é composto por: (i) vendas de recargas para celulares, telefones fixos e internet móvel; (ii) soluções completas para venda de ingressos para shows e parques; (iii) créditos para jogos online; (iv) integração de redes de terceiros à rede de operadoras de telefonia móvel; e (v) carteiras virtuais. A Companhia, através de suas controladas, é uma das maiores redes de distribuição e venda de recargas e chips de telefonia do país de companhias como Claro, CTBC, Embratel Livre, Nextel, Oi, Telefônica, Tim, Vivo, dentre outras.

A controlada RV possui plataforma tecnológica própria que permite a distribuição de recargas sem a necessidade do meio físico (cartão) denominada de Cellcard (“Cellcard”). O Cellcard possibilita o desenvolvimento de soluções com as quais as operadoras de telefonia do país distribuem os créditos para celulares.

Em 01 de setembro de 2021 a diretoria e o Conselho de Administração da Companhia autorizaram a conclusão da preparação destas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

Em 30 de junho de 2021 a Companhia e suas controladas possuíam um capital circulante negativo de R\$ 16.426. A Administração entende que esse capital circulante negativo é uma situação pontual devido a distribuição de dividendo aos seus acionistas de R\$ 78.000, em que os fluxos de caixa a serem gerados pelas controladas com base no crescimento esperado de suas operações, associado ao alongamento do perfil de suas dívidas, serão suficientes para honrar com todos os compromissos assumidos junto a bancos, partes relacionadas e fornecedores.

1.1 Impactos do COVID-19

Em virtude da declaração do surto da COVID- 19 como uma pandemia pela Organização Mundial de Saúde (“OMS”), diversas ações foram tomadas pelos governos em diversos países inclusive no Brasil, por meio dos Governos Federais, Estaduais e Municipais. Neste sentido as medidas de isolamento social adotadas para conter a propagação do vírus provocaram interferências nas atividades econômicas causando incertezas e podendo impactar as atividades do setor de telecomunicações.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações gerais--Continuação

1.1 Impactos do COVID-19--Continuação

As entidades governamentais vêm, desde então, implementando diversas medidas de auxílio econômico e financeiro, tais como: (i) postergação de recolhimento de alguns impostos; (ii) redução de alíquotas de contribuições obrigatórias, (iii) isenção de IOF para empréstimos e financiamentos pelo prazo de 90 dias (iv) prorrogação de prazos para entrega de obrigações acessórias, entre outras.

A Companhia está focada em atuar em 3 pilares: a preservação das pessoas, a contínua eficiência operacional e a preservação dos fundamentos empresariais necessários para a retomada da economia. O quadro de pessoal está em sua maioria atuando de forma remota, respeitando todos os decretos municipais em vigência. Foram reforçadas pela área de Recursos Humanos as ações de comunicação interna para que os colaboradores tenham orientações de prevenção ao COVID-19, bem como orientações para preservação do bem estar de todos em um novo formato operacional (Home Office). As iniciativas necessárias para lidar com uma retomada econômica estão sendo preservadas, dentre elas: a contínua melhoria dos elementos de governança, a continuidade de projetos de relevância estratégica em tecnologia, o fortalecimento do caixa da Companhia e a contínua busca por melhorias operacionais, visando sempre a excelência de seus resultados.

Impactos nas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

A Companhia está monitorando os possíveis riscos inerentes ao COVID-19 que possam vir a afetar suas operações. Até a presente data, não houve mudança significativa em relação a prestação de serviços, ativos imobilizados e demais posições patrimoniais, além de eventuais riscos de liquidez, inadimplência e demais riscos corporativos. Para fins de elaboração e divulgação das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas referente ao período findo em 30 de junho de 2021, a Administração da Companhia revisou suas atividades e projeções, de forma a identificar os possíveis impactos do COVID-19 nos negócios da Companhia.

Os efeitos da pandemia poderão afetar temporariamente os resultados dos negócios em 2021, porém a Companhia não espera impactos significativos nas prestações de serviços.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

2.1. Base para preparação das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board (IASB)*.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas--Continuação

2.1. Base para preparação demonstrações contábeis intermediárias--Continuação

As demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis intermediárias foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, apoiadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis intermediárias. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e do ativo intangível, análises quanto às suas recuperabilidades nas operações, transações com pagamentos baseados em ações, avaliação do valor justo de ativos e passivos financeiros, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências, perda em estoques e ajuste a valor presente.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis intermediárias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas contábeis pelo menos anualmente.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As International Financial Reporting Standards (IFRS) não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis intermediárias.

2.2. Declaração de relevância

Todas as informações relevantes às demonstrações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia, conforme Orientação Técnica OPC07.

2.3. Declaração de continuidade

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas--Continuação

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas com valores em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Em todas as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentadas em Reais, os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1. Apuração do resultado

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle das mercadorias ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia e suas controladas esperam ter direito em troca destes bens ou serviços. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação que se espera receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas e prestação de serviços.

A receita de venda de mercadorias e serviços é reconhecida quando forem satisfeitas as obrigações de desempenho, ou seja, no caso da Companhia e suas controladas, quando houver a transferência física das mercadorias prometidas e o cliente obtiver o controle desses bens ou serviços, o que, geralmente ocorre no momento da entrega dos bens (cartão de recarga ou chip) ou serviços (no momento da efetiva realização da recarga virtual).

A Companhia e suas controladas avaliam as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que as controladas atuam como agente, sendo a receita reconhecida numa base líquida, que reflete a comissão recebida das operadoras.

As demais receitas, despesas e custos são reconhecidos quando incorridos e/ou realizados de acordo com o regime de competência. O resultado inclui os rendimentos, os encargos e as variações monetárias, a índices e taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes e, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de sua realização.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período está apresentada na Nota 21.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia e suas controladas tenham aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia e suas controladas não possuem ativos financeiros classificados nas categorias de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumuladas (instrumentos de dívida) e ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes sem reclassificação de ganhos e perdas acumuladas no momento de seu desconhecimento (instrumentos patrimoniais).

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, conta caução, contas a receber e valores a receber de partes relacionadas.

Ativos financeiros ao custo amortizado

A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

Ativos financeiros ao custo amortizado--Continuação

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Os ativos financeiros da Companhia e suas controladas classificados valor justo por meio do resultado incluem títulos e valores mobiliários.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; a Companhia e suas controladas transferiram os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (a) a Companhia e suas controladas transferiram substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia e suas controladas não transferiram nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiram o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros (inclui a provisão para perdas ao valor recuperável de contas a receber de clientes)

Para os ativos financeiros passíveis de análise de redução ao valor recuperável não foi reconhecida nenhuma perda esperada no período findo em 30 de junho de 2021, pois de acordo com a avaliação da Companhia e suas controladas, além do risco associado ser baixo, não há histórico de perdas. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo ou custo amortizado, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores, empréstimos e financiamentos e valores a pagar a partes relacionadas.

Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Passivos financeiros --Continuação

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não utilizam instrumentos financeiros derivativos, como swaps de taxa de juros e moeda, para proteger-se contra seus riscos de taxa de juros e taxa de câmbio.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.4. Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos; excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no período em que forem gerados.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a Companhia e suas controladas contabilizam a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso.

3.5. Estoques

São contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluindo os custos de transporte do local do estabelecimento do fornecedor para o centro de distribuição ou lojas da Companhia e suas controladas, , deduzidos de bonificações recebidas de fornecedores e por obrigações decorrentes de compra de mercadorias.

O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Os estoques também são reduzidos pela provisão para perdas e quebras ou por obsolescência, a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto à sua adequação.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.6. Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações e perdas do valor recuperável, se aplicável. O custo inclui o montante de aquisição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfeitos os critérios de reconhecimento.

A depreciação de bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 14 que levam em consideração a vida útil desses bens. A depreciação das benfeitorias em imóveis alugados é calculada com base nos respectivos prazos dos contratos de locação. Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado.

Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada período, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.7. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e/ou perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.8. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros ao custo amortizado e são atualizados pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, e deduzido quando aplicável dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

3.9. Segmentos de negócios

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Como forma de gerenciar seu negócio, no âmbito financeiro e operacional, a Companhia classificou seus negócios em dois segmentos, sendo eles: i) recarga e chip; e ii) prestação de serviços.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.10. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperabilidade ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas, quando incorridas, são classificadas como outras despesas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nos períodos findos em 30 de junho de 2021 e 2020 não foram identificados evidências ou indicativos de perda no valor dos ativos não financeiros.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

3.11. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes serão gerados em favor da Companhia e suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.12. Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia e de suas controladas. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

3.13. Tributação

Imposto de renda e contribuição social correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, computadas pela metodologia do Lucro Real. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo princípio de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos, quando aplicáveis, são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Imposto sobre vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social – PIS: Alíquota de 1,65% (Regime não cumulativo) e 0,65% (Regime cumulativo);
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS: Alíquota de 7,60% (Regime não cumulativo) e 3% (Regime cumulativo).

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.13. Tributação--Continuação

Imposto sobre vendas--Continuação

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

3.14. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis intermediárias. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas, a Administração fez os julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias.

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro são discutidas a seguir:

i) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extração.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

ii) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

iii) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis intermediárias devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam suas premissas e estimativas pelo menos anualmente.

iv) Vida útil dos ativos intangíveis e imobilizados

A depreciação ou amortização dos ativos intangíveis e imobilizados considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

v) Mensuração a valor justo de propriedades para investimento

A Companhia e suas controladas apresentam suas propriedades para investimento a valor justo, sendo as mudanças no valor justo na data de aquisição. O valor justo dos imóveis foi determinado pelos métodos Comparativo Direto de Dados de Mercado (CDDM) com tratamento por fatores (“Fatores”) e tratamento científico (“Inferência”) e o Involutivo em que o valor do terreno alicerçado no seu aproveitamento eficiente, baseado em modelo de estudo de viabilidade técnico-econômica, mediante hipotético empreendimento compatível com as características do bem e com as condições do mercado no qual está inserido, considerando-se cenários viáveis para a execução e comercialização do produto. Essa metodologia é utilizada quando apesar da existência de um mercado ativo de terrenos na região do imóvel em questão, o mesmo não apresenta comparativos com características semelhantes a este, devendo ainda, para utilização desta metodologia, haver condições de mercado que possibilitem e viabilizem sua aplicação.

vi) Provisão para perda de crédito esperado

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia e suas controladas não acompanham as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.16. Demonstrações dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica (NBCT 3.8 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2)) emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia e suas controladas apresentam os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como parte das atividades de financiamento.

4. Normas, alterações, interpretações de normas

4.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia e suas controladas aplicaram pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após essa data. A Companhia e suas controladas decidiram não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

5. Demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

Base de consolidação e investimento em controlada

Controlada é toda a entidade na qual a Companhia detém o controle, e é totalmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle, sua consolidação é interrompida.

Os saldos consolidados nas demonstrações contábeis intermediárias dos períodos findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 incluem as seguintes empresas controladas:

| Controladas | % de Participação | |
|--|-------------------|------------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
| Diretas: | | |
| RV Tecnologia e Sistemas S.A. ("RV") | 100,00 | 100,00 |
| BM Logística Comércio e Serviços S.A. ("BM") | 100,00 | 100,00 |
| Aplic Tecnologia e Serviços Ltda. ("APLIC") | 99,99 | 99,99 |
| Indiretas: (a) | | |
| SCP - DDD 13 e 15 | 55,00 | 55,00 |
| SCP – DDD 91, 92 e 93 | 50,00 | 50,00 |
| SCP – DDD 41, 43,44, 45 e 48 | 51,00 | 51,00 |
| SCP – DDD 82, 83, 84, 85, 86, 88 e 89 | 30,00 | 30,00 |

(a) Sociedades em Conta de Participação

No decorrer do 4º trimestre de 2018, a controlada RV iniciou sua participação como sócia ostensiva em duas operações de natureza Sociedade em Conta de Participação ("SCP"). A primeira operação refere-se aos DDDs 13 e 15 e a segunda operação aos DDDs 91, 92 e 93, possuindo o mesmo portfólio de mercadorias e serviços oferecidos pela própria controlada.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

5. Demonstrações contábeis intermediárias consolidadas--Continuação

No decorrer do 3º trimestre de 2019, a controlada RV iniciou uma nova participação como sócia ostensiva na operação de natureza Sociedade em Conta de Participação (“SCP”), referente aos DDDs 41, 43, 44, 45 e 48, também possuindo o mesmo portfólio de mercadorias e serviços oferecidos pela própria controlada.

No final do 1º trimestre de 2020, a controlada RV iniciou mais uma participação como sócia ostensiva na operação de natureza Sociedade em Conta de Participação (“SCP”), referente aos DDDs 82, 83, 84, 85, 86, 88 e 89, também possuindo o mesmo portfólio de mercadorias e serviços oferecidos pela própria controlada.

Os saldos apresentados pela controlada RV para posterior consolidação junto à sua controladora BMRV, incluem suas operações próprias e as operações realizadas pelas SCPs, na proporção de sua participação, conforme demonstrado no quadro acima.

As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas utilizando políticas contábeis consistentes com as adotadas pela Companhia. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da controlada. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da controlada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e a controlada, quando aplicável, são eliminados de acordo com a participação mantida na controlada.

A participação societária na controlada será demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o prejuízo atribuível aos acionistas da controlada.

Sumário das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre a controlada, a Companhia avaliará e reconhecerá o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da controlada no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

Controladora do grupo

A controladora (“holding”) do grupo é a BMRV Participações S.A., sediada no Brasil.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
 30 de junho de 2021
 (Valores expressos em milhares de reais)

6. Caixa e equivalentes de caixa

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
| Caixa | 7 | - | 34 | 28 |
| Contas correntes bancárias | - | - | 21.835 | 16.397 |
| Numerários em trânsito (a) | - | - | 5.660 | 1.389 |
| | 7 | - | 27.529 | 17.814 |

(a) O numerário em trânsito refere-se ao recebível de cliente que foi identificado pelo banco no final do exercício, mas estava disponível na conta corrente apenas no dia 1º de janeiro do exercício subsequente.

7. Títulos e valores mobiliários (Consolidado)

| Descrição | Remuneração | | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
|------------------------|--------------------|-----|-------------------|-------------------|
| Aplicações financeiras | 50% a 94% do CDI | (a) | 44.714 | 44.316 |
| | | | 44.714 | 44.316 |

(a) As aplicações financeiras estão representadas em sua maioria por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), indexados à variação do CDI – Certificados de Depósitos Interbancários, com vencimento no curto prazo e estão vinculadas às cartas de fiança contratadas pelas controladas junto a estas instituições financeiras, oferecidas como garantia dos saldos a pagar aos fornecedores, contratadas junto a instituições financeiras que operam no mercado nacional e em condições e taxas normais de mercado, com baixo risco de liquidez, e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia.

8. Conta caução (Consolidado)

Em 17 de abril de 2014 e 17 de agosto de 2015, a controlada RV realizou depósitos caução nos valores de R\$ 15.500 e R\$ 2.000, respectivamente, com o objetivo de manter limite de crédito junto à operadora Oi, relativo ao “Contrato de Compra e Venda de Créditos de Recarga Online” vigente. Este ativo é remunerado pelo CDI (Certificado de Depósito Interbancário), acrescido de juros de 0,8% ao ano, e será devolvido à Companhia quando do término do contrato de recarga on-line que tem vigência de um ano e está sujeito a renovação em comum acordo entre as partes. A Administração não espera ter perdas na realização destes valores.

| | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
|-------------------|-------------------|-------------------|
| Saldo inicial | 15.670 | 20.036 |
| Resgate (a) | - | (5.000) |
| Juros apropriados | 262 | 634 |
| Saldo final | 15.932 | 15.670 |

(a) Em 09 de janeiro de 2020, a controlada RV optou por resgatar o montante de R\$ 5.000, o qual foi recebido em moeda corrente .

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

9. Contas a receber (Consolidado)

A provisão para perda estimada com crédito de liquidação duvidosa é constituída com base nas perdas de crédito esperadas em todo o seu contas a receber, com base nos últimos 12 meses , em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

| | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
|---|-------------------|-------------------|
| Contas a receber de clientes | 87.286 | 107.365 |
| Provisão para perdas estimada com crédito de liquidação | (1.709) | (1.920) |
| | 85.577 | 105.445 |

A composição das contas a receber de clientes por idade de vencimento é como segue:

| | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
|------------------------------|-------------------|-------------------|
| A vencer | 68.452 | 92.706 |
| Vencidas há 30 dias | 14.236 | 6.017 |
| Vencidas de 31 a 60 dias | 434 | 1.188 |
| Vencidas de 61 a 180 dias | 1.949 | 4.056 |
| Vencidas há mais de 180 dias | 2.215 | 3.398 |
| | 87.286 | 107.365 |

A seguir é demonstrada a movimentação da provisão para perdas estimada com crédito de liquidação duvidosa:

| | Provisão |
|---------------------------------|-----------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | (2.561) |
| Constituição de provisão | 641 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | (1.920) |
| Constituição de provisão | 211 |
| Saldo em 30 de junho de 2021 | (1.709) |

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, nenhum cliente individualmente representa mais de 1% do saldo total de contas a receber. Com base no IFRS 9/ CPC 48, a perda estimada em crédito é constituída com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a perdas esperadas na realização dos créditos.

Ajuste a valor presente

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as controladas não possuem nenhuma operação de contas a receber que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente. O prazo médio de recebimentos é de 7 dias aproximadamente (31/12/2020 – 7 dias).

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

10. Estoques (Consolidado)

Os estoques das controladas referem-se substancialmente a cartões pré pagos e chips de telefonia, conforme composição por operadora de telefonia abaixo:

| | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
|-------------------------------------|---------------|---------------|
| Recarga de celular pré-pago e chip: | | |
| TIM | 30.514 | 39.686 |
| Claro | 19.036 | 13.881 |
| Oi | 16.817 | 22.745 |
| Vivo | 9.393 | 12.602 |
| Outros | 354 | 417 |
| | 76.114 | 89.331 |

11. Partes relacionadas

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------|------------|----------------|----------------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
| Ativo circulante | | | | |
| Valores a receber de partes relacionadas | | | | |
| Sírius Investimentos e Participações S.A. | (b) | - | - | 4.511 |
| Pessoa física | (e) | - | - | 750 |
| | | | 5.261 | 913 |
| Passivo circulante | | | | |
| Valores a pagar a partes relacionadas | | | | |
| Maxi Frota Serv. de Manutenção e Frota Ltda. | (a) | - | - | 26 |
| Sírius Investimentos e Participações S.A. | (c) | - | - | 166 |
| Gonet Telecomunicações S.A. | (a) | - | - | 5.000 |
| 3P Investimentos S.A. | (a) | - | - | 3.782 |
| BM Logística Comércio e Serviços S.A. | (a) | 3.752 | 3.752 | - |
| RV Tecnologia e Sistemas S.A. | (a) | 6.528 | 6.485 | - |
| | 10.280 | 10.237 | 5.166 | 3.884 |
| Demonstração do resultado | | | | |
| Despesas comerciais | (d) | - | - | (328) |
| Despesas gerais e administrativas | (d) | - | - | (283) |
| Resultado financeiro: | | | | |
| Despesas com juros | (b) | - | - | (124) |
| Despesas com garantias | (c) | - | - | (482) |
| | - | - | (1.217) | (1.017) |
| | 30/06/2021 | 30/06/2020 | 30/06/2021 | 30/06/2020 |

Todas as operações realizadas foram efetuadas de acordo com as condições específicas pactuadas entre as partes, conforme segue:

- (a) Os saldos contabilizados no ativo e passivo circulante da controladora e consolidado referem-se a contrato de gestão de recursos ("conta corrente") entre as partes, sem prazo determinado de liquidação e sem incidência de juros.
- (b) O saldo contabilizado no ativo circulante, no montante de R\$ 4.511 (31/12/2020 – R\$ 250) refere-se à contrato de conta corrente entre as controladas BM e RV junto à Sirius Investimentos e Participações S.A. ("Sirius"), sem prazo determinado de liquidação e com incidência de juros a 1% a.a. O valor dos juros reconhecido no resultado do período findo em 30 de junho de 2021 foi de R\$ 124 (30/06/2020 – R\$ 200).

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

11. Partes relacionadas--Continuação

- (c) Em 2015, a 3P investimentos S.A. firmou contrato de comissão por assunção de risco junto a controlada RV Tecnologia e Sistemas S.A.. O valor da comissão pago pela controlada consiste na compensação financeira pela prestação de garantia fidejussória prestada à RV pela Sirius, em decorrência de contratos de captação de recursos firmados com as instituições financeiras desde 2009. A comissão paga equivale a 1% do valor da operação financeira garantida. Este contrato tem prazo indeterminado. O valor da comissão reconhecida no resultado do período findo em 30 de junho de 2021 foi de R\$ 482 (30/06/2020 – R\$ 359), enquanto o saldo em aberto para pagamento, registrado no passivo circulante, nesta mesma data monta R\$ 166 (31/12/2020 – R\$ 76).
- (d) Rateio de despesas referentes à prestação de serviços societários e de planejamento pela Sirius. O valor da assessoria reconhecida no resultado do período findo em 30 de junho de 2021 foi de R\$ 611 (30/06/2020 – R\$ 458). (Vide Notas 23 e 24).
- (e) O saldo contabilizado refere-se a montante a ser recebida de Diretores, os quais foram disponibilizados para depósito em previdência privada do Banco do Brasil, devido a necessidade de garantia para empréstimos e financiamentos da controlada RV.

A Companhia e suas controladas não possuem em aberto outras garantias prestadas a partes relacionadas, além daquelas descritas no tópico (c) acima.

Remuneração da Administração

As despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração (Presidência, Diretorias e Conselho) estão apresentadas abaixo:

| | 30/06/2021 | 30/06/2020 |
|--|--------------|--------------|
| Remuneração do Conselho de Administração | | |
| Diretoria Executiva | | |
| Honorários e remuneração | 1.500 | 1.532 |
| Total | <u>1.500</u> | <u>1.532</u> |

Em 30 de junho de 2021, o pessoal chave da Administração constituía em 03 Diretores (31/12/2020 – 03) e 05 membros do Conselho de Administração (31/12/2020 – 05). A Companhia e suas controladas não concedem aos seus Administradores remuneração baseada em ações, benefícios pós emprego ao benefício de rescisão contratada, além dos previstos na legislação brasileira.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

12. Propriedades para investimento

De acordo com o pronunciamento CPC 28 – Propriedades para investimento, a propriedade mantida para auferir aluguel ou para valorização do capital ou para ambos pode ser registrada como propriedades para investimento. As propriedades para investimentos da Companhia e suas controladas estão adquiridas para valorização do capital, a fim de serem dadas como garantia para aumentar o limite de crédito junto as operadoras de telefonia, refletindo em um menor custo financeiro (juros) para a Companhia, pela menor necessidade de captação de garantia com terceiros.

Quando reconhecidas na controladora BMRV e nas controladas RV e BM, as propriedades para investimentos foram inicialmente mensuradas pelo seu custo. A mensuração e o ajuste a valor justo de seus terrenos passou a ser realizado pela Companhia e suas controladas após análise de especialistas e serão realizados anualmente na data de fechamento do balanço no final de cada período social.

A descrição das propriedades mantidas para investimento encontra-se demonstrada a seguir:

| Terrenos | Localização | Tamanho (m ²) | 31/12/2020 | Adições | Ajuste a valor justo | 30/06/2021 |
|---|-----------------------------|---------------------------|------------|---------------|----------------------|---------------|
| Loteamento Alto de Nova Cabralia, Gleba I | Santa Cruz de Cabralia - BA | 99.399 | 4.830 | - | - | 4.830 |
| Povoado de Trancoso, Gleba 16 | Porto Seguro - BA | 100.216 | 14.090 | - | - | 14.090 |
| Povoado de Trancoso, Gleba 8 | Porto Seguro - BA | 100.000 | 13.830 | - | - | 13.830 |
| Povoado de Trancoso, Gleba 15 | Porto Seguro - BA | 79.831 | 10.490 | - | - | 10.490 |
| Povoado de Trancoso, Gleba 7 | Porto Seguro - BA | 100.000 | 13.830 | - | - | 13.830 |
| Gleba Urbanizável KM 5, Gleba 2 | Santa Cruz de Cabralia - BA | 54.200 | 1.400 | - | - | 1.400 |
| Subtotal BMRV - Controladora | | 79.210 | - | - | 79.210 | |
| Fazenda São Lázaro, Gleba Urbanizável | Maraú - BA | 139.925 | 8.430 | - | - | 8.430 |
| Fazenda São Lázaro, Gleba Urbana | Maraú - BA | 180.000 | 10.520 | - | - | 10.520 |
| Córego Seco, Gleba Urbana | Porto Seguro - BA | 685.684 | 24.680 | - | - | 24.680 |
| Sítio São Lázaro | Maraú - BA | 60.000 | 4.200 | - | - | 4.200 |
| Sítio Ecológico Jardim do Espelho | Porto Seguro - BA | 75.000 | 8.179 | - | 10.681 | 18.860 |
| Subtotal RV | | 56.009 | - | 10.681 | 66.690 | |
| Localidade de Barra do Braço | Belmonte - BA | 65.500 | 3.960 | - | - | 3.960 |
| Localidade de Barra do Braço | Belmonte - BA | 65.500 | 3.960 | - | - | 3.960 |
| Localidade de Barra do Braço | Belmonte - BA | 65.500 | 3.960 | - | - | 3.960 |
| Localidade de Barra do Braço | Belmonte - BA | 65.122 | 3.940 | - | - | 3.940 |
| Subtotal BM | | 15.820 | - | - | 15.820 | |
| Total Consolidado | | 151.039 | - | 10.681 | 161.720 | |

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

12. Propriedades para investimento--Continuação

| Terrenos | Localização | Tamanho (m ²) | 31/12/20 19 | Adições | Ajuste a valor justo | 31/12/2020 |
|---|-----------------------------|------------------------------|----------------|--------------|-------------------------|------------|
| Loteamento Alto de Nova Cabralia, Gleba I | Santa Cruz de Cabralia - BA | 99.399 | 4.770 | - | 60 | 4.830 |
| Povoado de Trancoso, Gleba 16 | Porto Seguro - BA | 100.216 | 14.010 | - | 80 | 14.090 |
| Povoado de Trancoso, Gleba 8 | Porto Seguro - BA | 100.000 | 13.730 | - | 100 | 13.830 |
| Povoado de Trancoso, Gleba 15 | Porto Seguro - BA | 79.831 | 10.460 | - | 30 | 10.490 |
| Povoado de Trancoso, Gleba 7 | Porto Seguro - BA | 100.000 | 13.730 | - | 100 | 13.830 |
| Gleba Urbanizável KM 5, Gleba 2 | Santa Cruz de Cabralia - BA | 54.200 | 1.400 | - | - | 1.400 |
| Loteamento Verdes Mares, Gleba 1, 2 e 3 | Alcobaça - BA | 71.537 | 4.010 | - | 50 | 4.060 |
| Loteamento Verdes Mares, Gleba 1, 2 e 3 | Alcobaça - BA | 60.000 | 3.360 | - | 20 | 3.380 |
| Fazenda Calção de Fora | Alcobaça - BA | 20.000 | 13.210 | - | 90 | 13.300 |
| Subtotal BMRV - Companhia | | 78.680 | - | 530 | 79.210 | |
| Fazenda São Lázaro, Gleba Urbanizável | Maraú - BA | 139.925 | 8.340 | - | 90 | 8.430 |
| Fazenda São Lázaro, Gleba Urbana | Maraú - BA | 180.000 | 10.300 | - | 220 | 10.520 |
| Córego Seco, Gleba Urbana | Porto Seguro - BA | 685.684 | 24.810 | - | (130) | 24.940 |
| Sítio São Lázaro | Maraú - BA | 60.000 | 4.140 | - | 60 | 4.200 |
| Sítio Ecológico Jardim do Espelho | Porto Seguro - BA | 75.000 | - | 8.179 | - | 8.179 |
| Subtotal RV | | 47.590 | 8.179 | 500 | 56.009 | |
| Localidade de Barra do Braço | Belmonte - BA | 65.500 | 3.900 | - | 60 | 3.960 |
| Localidade de Barra do Braço | Belmonte - BA | 65.500 | 3.900 | - | 60 | 3.960 |
| Localidade de Barra do Braço | Belmonte - BA | 65.500 | 3.900 | - | 60 | 3.960 |
| Localidade de Barra do Braço | Belmonte - BA | 65.122 | 3.870 | - | 70 | 3.940 |
| Subtotal BM | | 15.570 | - | 250 | 15.820 | |
| Total Consolidado | | 141.840 | 8.179 | 1.020 | 151.039 | |

(*) Reconhecido no resultado do período.

Para determinação do valor justo dos terrenos foi utilizado a associação dos métodos Comparativo de Dados e Involutivo que consiste em se determinar o valor de mercado de um bem através da comparação com outros similares, através de seus preços de venda, tendo em vista as suas características semelhantes bem como condições de mercado compatíveis. Nesses métodos, ajustes são procedidos através da utilização de fatores que visam corrigir eventuais diferenças entre os bens disponíveis no mercado e o bem objeto da avaliação.

As premissas utilizadas para avaliação do valor justo encontram-se descritas a seguir:

- Os preços unitários dos terrenos foram obtidos após o levantamento de elementos com características intrínsecas e extrínsecas semelhantes aos avaliados, efetuados nas várias fontes de consultas das regiões envolvidas. Assim, compararam-se os terrenos a outros semelhantes que estão à venda ou que foram vendidas e até mesmo opiniões colhidas nos mercados das regiões.
- Em função das características próprias dos elementos pesquisados, foram aplicadas variáveis adequadas, quando indicado, verificando-se vários fatores como localização geográfica (atrativo), infraestrutura, especulação, entre outros, que influem nos valores dos terrenos. Tais ajustes permitiram ponderar os valores obtidos e determinar os valores médios unitários dos terrenos analisados como sendo os valores mais confiáveis na época da avaliação.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

12. Propriedades para investimento--Continuação

- As pesquisas de elementos comparáveis e análises mercadológicas foram desenvolvidas a partir de consultas às imobiliárias, corretores autônomos, bem como a partir de análises relativas ao comportamento dos mercados imobiliários envolvidos.

Em 30 de junho de 2021, o valor justo das propriedades para investimentos montava em R\$ 161.720 (31/12/2020 – R\$ 151.039), dos quais R\$ 138.245 (31/12/2020 – R\$ 127.564) referem-se aos ajustes a valor justos e R\$ 23.474 (31/12/2020 – R\$ 23.474) refere-se ao custo histórico.

13. Investimentos (Controladora)

a) Composição dos saldos

| | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
|--|---------------|------------|
| Avaliados por equivalência patrimonial | | |
| RV Tecnologia e Sistemas S.A. | 21.019 | 22.680 |
| BM Logística Comércio e Serviços S.A. | 7.110 | 5.532 |
| Aplic Tecnologia e Serviços Ltda. | 11.213 | 5.288 |
| | 39.342 | 33.500 |
| Ágio na aquisição de investimentos | | |
| RV Tecnologia e Sistemas S.A. | 3.962 | 3.962 |
| | 3.962 | 3.962 |
| | 43.304 | 37.462 |

b) Movimentação dos investimentos:

| | RV | BM | APLIC | Total |
|---------------------------------------|----------------|--------------|---------------|----------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 8.544 | (22) | 4.125 | 12.647 |
| Resultado da equivalência patrimonial | 14.136 | 5.554 | 1.163 | 20.853 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 22.680 | 5.532 | 5.288 | 33.500 |
| Resultado da equivalência patrimonial | 4.339 | 1.578 | 5.925 | 11.842 |
| Distribuição de dividendos | (6.000) | - | - | (6.000) |
| Saldos em 30 de junho de 2021 | 21.019 | 7.110 | 11.213 | 39.342 |

c) Informações sobre as investidas:

| | RV | | BM | | APLIC ⁽ⁱ⁾ | |
|---------------------------------|---------------|------------|--------------|------------|----------------------|------------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 | 30/06/2021 | 31/12/2020 | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
| Capital social | 5.590 | 5.590 | 3.000 | 3.000 | 1.100 | 1.100 |
| Patrimônio líquido | 21.019 | 22.680 | 7.110 | 5.532 | 11.213 | 5.289 |
| Lucro líquido do período | 4.340 | 14.135 | 1.580 | 5.552 | 5.922 | 1.164 |
| Quantidade de ações possuídas | 5.590 | 5.590 | 3.000 | 3.000 | 1.099 | 1.099 |
| Participação no capital total % | 100% | 100% | 100% | 100% | 99,99% | 99,99% |

(i) Em 04 de dezembro de 2019, conforme ato arquivado na junta comercial do estado de Minas Gerais, a empresa optou pela transformação de sua sociedade limitada em sociedade anônima.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

14. Imobilizado (Consolidado)

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção e custo atribuído, incluindo os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis ao mesmo. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos, pelo menos, no encerramento de cada período e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A plataforma tecnológica Cellcard é composta pelos terminais POS (dispositivos que permitem a captura eletrônica de transações de recarga e de geração de PINs), servidores lógicos e servidores físicos de alta e baixa capacidade utilizados para banco de dados e aplicações, além de sistemas instalados nos terminais POS e servidores utilizados pela RV.

As controladas possuem contratos de leasing para aquisição de máquinas e equipamentos (POS) no montante total de R\$ 178 (31/12/2020 – R\$ 243). Adicionalmente as controladas possuem terminais de POS no montante de R\$ 717 (31/12/2020 – R\$ 859) dados em garantia fiduciária aos financiamentos junto ao Banco Safra, Banco do Brasil, Bradesco e ao fornecedor Verifone. As condições contratuais destas operações encontram-se evidenciadas na Nota 17.

| | Taxas médias anuais de depreciação % | Saldos em 31/12/2020 | Adições | Baixas | Saldos em 30/06/2021 |
|--|--|-------------------------|---------|--------|-------------------------|
| Custo | | | | | |
| Máquinas e equipamentos | | 9.745 | 3.570 | - | 13.315 |
| Plataforma tecnológica Cellcard | | 59.089 | 372 | - | 59.461 |
| Móveis e utensílios | | 1.615 | 22 | (4) | 1.633 |
| Imóveis | | 366 | - | - | 366 |
| Benfeitorias em propriedade de terceiros | | 1.335 | 4 | - | 1.339 |
| Outros direitos | | 4.269 | 2.638 | (434) | 6.473 |
| Imobilização em andamento | | 3.142 | 1.045 | (261) | 3.926 |
| Subtotal custo | | 79.561 | 7.651 | (699) | 86.513 |
| Depreciação | | | | | |
| Máquinas e equipamentos | 10% | (5.702) | (3.529) | - | (9.231) |
| Plataforma tecnológica Cellcard | 10 a 20% | (49.145) | (222) | - | (49.367) |
| Benfeitorias em propriedade de terceiros | 20% | (1.209) | (30) | - | (1.239) |
| Móveis e utensílios | 10% | (1.014) | (68) | - | (1.082) |
| Outros direitos | (a) | (3.569) | (1.529) | 237 | (4.861) |
| Subtotal depreciação | | (60.639) | (5.378) | 237 | (65.780) |
| | | 18.922 | 2.273 | (462) | 20.733 |

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

14. Imobilizado (Consolidado)--Continuação

| | Taxas médias anuais de depreciação % | Saldos em 31/12/2019 | Adições | Baixas | Saldos em 31/12/2020 |
|--|--|-------------------------|----------|----------|-------------------------|
| Custo | | | | | |
| Máquinas e equipamentos | | 13.646 | 11.053 | (14.954) | 9.745 |
| Plataforma tecnológica Cellcard | | 58.407 | 686 | (4) | 59.089 |
| Móveis e utensílios | | 1.550 | 161 | (96) | 1.615 |
| Imóveis | | 366 | - | - | 366 |
| Benfeitorias em propriedade de terceiros | | 1.345 | - | (10) | 1.335 |
| Outros direitos | | 4.885 | 2.678 | (3.294) | 4.269 |
| Imobilização em andamento | | 4.988 | 1.895 | (3.741) | 3.142 |
| Subtotal custo | | 85.187 | 16.473 | (22.099) | 79.561 |
| Depreciação | | | | | |
| Máquinas e equipamentos | 10% | (2.636) | (8.955) | 11.288 | (303) |
| Plataforma tecnológica Cellcard | 10 a 20% | (52.941) | (1.607) | 4 | (54.544) |
| Benfeitorias em propriedade de terceiros | 20% | (1.117) | (95) | 3 | (1.209) |
| Móveis e utensílios | 10% | (869) | (161) | 16 | (1.014) |
| Outros direitos | (a) | (2.261) | (2.701) | 1.393 | (3.569) |
| Subtotal depreciação | | (59.824) | (13.519) | 12.704 | (60.639) |
| | | 25.363 | 2.954 | (9.395) | 18.922 |

(a) A taxa utilizada refere-se ao prazo dos contratos de arrendamento dos imóveis.

Análise da vida útil

Até 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não houve alteração em relação às vidas úteis adotadas. A Companhia e suas controladas procedem esta avaliação das vidas úteis pelo menos anualmente.

Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado ("impairment")

De acordo com o CPC 01, "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado, intangível e outros ativos que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de se constituir provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração da Companhia realizou a análise de impairment dos seus ativos em 30 de junho de 2021 e concluiu não haver necessidade de provisão para impairment.

15. Intangível (Consolidado)

| | Taxas médias anuais de amortização % | Saldos em 31/12/2020 | Adições | Baixas | Saldos em 30/06/2021 |
|-------------------------------------|--|-------------------------|---------|--------|-------------------------|
| Custo | | | | | |
| Goodwill RV (b) | | 3.962 | - | - | 3.962 |
| Fundo de comércio (a) | | 12.439 | - | - | 12.439 |
| Sistemas aplicativos – Software (c) | | 29.906 | 760 | - | 30.666 |
| Marcas e patentes (d) | | 1.296 | - | - | 1.296 |
| Implantação de novas áreas (e) | | 3.966 | - | - | 3.966 |
| Subtotal custo | | 51.569 | 760 | - | 52.329 |
| Amortização | | | | | |
| Fundo de comércio e de marketing | 33% | (7.588) | (2.142) | - | (9.730) |
| Sistemas aplicativos – Software | 10% | (17.870) | (1.608) | - | (19.478) |
| Implantação de novas áreas | 33% | (1.877) | (624) | - | (2.501) |
| Subtotal amortização | | (27.335) | (4.374) | - | (31.709) |
| | | 24.234 | (3.614) | - | 20.620 |

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

15. Intangível (Consolidado)--Continuação

| | Taxas médias anuais de amortização % | Saldos em 31/12/2019 | Adições | Baixas | Saldos em 31/12/2020 |
|-------------------------------------|--|-------------------------|---------|---------|-------------------------|
| Custo | | | | | |
| Goodwill RV (b) | | 3.962 | - | - | 3.962 |
| Fundo de comércio (a) | | 11.839 | 1.000 | (400) | 12.439 |
| Sistemas aplicativos – Software (c) | | 28.969 | 937 | - | 29.906 |
| Marcas e patentes (d) | | 1.245 | 51 | - | 1.296 |
| Implantação de novas áreas (e) | | 5.094 | 1.755 | (2.883) | 3.966 |
| Subtotal custo | | 51.109 | 3.743 | (3.283) | 51.569 |
| Amortização | | | | | |
| Fundo de comércio e de marketing | 33% | (3.873) | (4.115) | 400 | (7.588) |
| Sistemas aplicativos – Software | 10% | (14.638) | (3.232) | - | (17.870) |
| Implantação de novas áreas | 33% | (439) | (1.438) | - | (1.877) |
| Subtotal amortização | | (18.950) | (8.785) | 400 | (27.335) |
| | | 32.159 | (5.042) | (2.883) | 24.234 |

- (a) Durante o período de 2019, a controlada RV adquiriu de terceiros a titularidade de contratos que lhe possibilitam a venda de recarga para celulares através de pontos de vendas instalados nas regiões do país com DDD 41, 43, 44, 45 e 48. O saldo histórico refere-se os períodos de 2016 e 2017, a Companhia adquiriu de terceiros a titularidade de contratos que lhe possibilitam a venda de recarga para celulares através de pontos de vendas instalados nas regiões do país com DDD 33 da operadora Oi, DDD 73 das operadoras Vivo, Claro e DDD 75 da operadora Oi, DDD 99 das operadoras TIM e Oi e DDD 21 da operadora Claro. O intangível é amortizado de acordo com o volume de rescisões dos contratos junto aos PDVs adquiridos ou, quando aplicável, de acordo com o prazo em que a contraparte não pode atuar na região onde o fundo de comércio foi adquirido;
- (b) Em 1º de setembro de 2008, a Companhia realizou uma combinação de negócios referente à aquisição da sua controlada RV. Como resultado dessa transação, foi apurado um ágio no montante de R\$ 3.962 originado em função da expectativa de rentabilidade futura; e
- (c) Refere-se, substancialmente a melhorias no software referente a implantação de módulo integrado do contas a receber da controlada RV.
- (d) Refere-se basicamente ao direito de utilização da Marca Aplic Tecnologia Comércio de Software Ltda., cuja aquisição aconteceu em 2013 e que possui vida útil indefinida, a qual a Administração avalia anualmente se há alguma expectativa de perda.
- (e) Refere-se a apropriação dos custos de implantação das operações SCP Sul (DDD's 41, 43, 44, 45 e 48) e SCP Nordeste (DDD's 82, 83, 84, 85, 86, 88 e 89) pela controladora RV.

16. Fornecedores (Consolidado)

| | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
|--------|------------|------------|
| Oi | 51.242 | 67.570 |
| Vivo | 25.012 | 50.503 |
| TIM | 8.552 | 33.094 |
| Claro | 1.884 | 790 |
| Outros | 23.629 | 28.380 |
| | 110.319 | 180.337 |

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas não possuem títulos vencidos em aberto junto a seus fornecedores. O prazo médio de pagamentos é de 30 dias aproximadamente

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

17. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

A movimentação dos empréstimos e financiamentos encontra-se demonstrada a seguir:

| Modalidade | Encargos médios | Vencimento | Consolidado | |
|-------------------------|-------------------|------------|----------------|------------|
| | | | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
| Capital de Giro | CDI + 4,90 % a.a. | 15/05/2022 | 2.474 | 3.831 |
| Capital de Giro | CDI + 3,6% a.a. | 12/05/2021 | - | 2.546 |
| Capital de Giro | 10,78% a.a. | 28/06/2023 | 2.755 | 3.169 |
| Capital de Giro | CDI + 5,00% a.a. | 15/05/2022 | 4.036 | 6.150 |
| Capital de Giro | CDI + 0,63% a.m. | 01/09/2023 | 74 | 14.879 |
| Capital de Giro | CDI + 0,60% a.m. | 23/10/2024 | 4.293 | 4.730 |
| Capital de Giro | CDI + 0,58% a.m. | 30/04/2025 | 5.000 | 5.003 |
| Capital de Giro | CDI + 4,90% a.a. | 29/10/2025 | 2.670 | 2.537 |
| Capital de Giro | 199,5% CDI | 09/11/2024 | 2.300 | 2.300 |
| Capital de Giro | 185% CDI | 15/03/2024 | 9.761 | - |
| Capital de Giro | CDI + 0,24% a.m. | 27/05/2025 | 29.868 | - |
| Capital de Giro | 185% CDI | 10/05/2024 | 9.718 | - |
| Empréstimo | 4,87% a.a | 15/07/2021 | 406 | 1.630 |
| Empréstimo | Selic + 5,29% a.a | 15/06/2023 | 11.287 | 13.982 |
| FIDC | (a) | 26/02/2024 | 62.532 | 59.702 |
| Leasing | 187% CDI | 21/06/2024 | 1.434 | - |
| Leasing | 15,39% a.a | 15/12/2023 | 178 | 243 |
| Leasing | 0,97% a.m | 28/05/2022 | 329 | 510 |
| Leasing | 0,97% a.m | 22/06/2022 | 276 | 413 |
| Leasing | 0,93% a.m | 10/11/2022 | 404 | 543 |
| Leasing | 0,93% a.m | 23/02/2023 | 512 | 663 |
| Risco sacado | CDI + 1,7% a.a | 21/06/2021 | - | 801 |
| Total | | | 150.307 | 123.632 |
| (-) Custos de transação | | | (148) | (341) |
| | | | 150.159 | 123.291 |
| Circulante | | | 58.187 | 61.434 |
| Não circulante | | | 91.972 | 61.857 |

- (a) Refere ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Empírica Recarga Virtual registrado para funcionamento em 27 de abril de 2017. Este FIDC foi constituído sob a forma de condomínio fechado, sem prazo de duração determinado e tem por objeto a captação de recursos para aplicação em direitos creditórios da controlada RV. O repasse do FIDC para a referida controlada previsto em contrato é de até R\$ 120 milhões, tendo recebido até 30 de junho o valor de R\$ 62 milhões. Em 30 de junho de 2021 o fundo possuía uma patrimônio líquido sênior de R\$ 65.144 (31/12/2020 – R\$ 61.421), que segundo determinado contratualmente, a RV deve dar em garantia pelo menos três vezes deste montante em direitos creditórios. Em 30 de junho de 2021, a controlada RV possuía o montante de R\$ 258.673 (31/12/2020 – R\$ 254.710) dado em garantia desse contas a receber, parte deste montante refere-se a transações entre partes relacionadas os quais foram eliminadas para fins de divulgação destas demonstrações financeiras.

As operações de leasing foram contratadas com o objetivo de aquisição de novas máquinas e equipamentos (POS) e estão garantidos pelos próprios equipamentos. Os demais empréstimos e financiamentos estão garantidos por notas promissórias emitidas pela controladas; cartas de fiança e garantia fidejussória prestada pela Sirius Investimentos e Participações S.A. (vide Nota 9).

Os empréstimos na modalidade “capital de giro” têm por finalidade suprir a necessidade de capital de giro da Companhia e suas controladas. Essas operações têm garantias de custódia de recebíveis oriundos de vendas em cartões de crédito e eventualmente algum complemento em “cash collateral”, além de aval de garantias de pessoas físicas ligadas e alienação fiduciária de aplicações financeiras.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

17. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)--Continuação

A composição e movimentação dos empréstimos e financiamentos encontra-se demonstrada a seguir:

| | <u>30/06/2021</u> | <u>31/12/2020</u> |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|
| Saldos iniciais | 123.291 | 118.772 |
| Captações | 67.680 | 66.265 |
| Encargos | 5.232 | 10.695 |
| Custos de transação apropriados | (148) | (275) |
| Pagamento de custo de transação | (581) | (341) |
| Amortizações de principal | (40.082) | (57.481) |
| Amortizações de juros | (5.233) | (14.344) |
| Saldos finais | 150.159 | 123.291 |

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

| <u>Ano de vencimento:</u> | <u>30/06/2021</u> | <u>31/12/2020</u> |
|---------------------------|-------------------|-------------------|
| 2022 | 34.235 | 39.399 |
| 2023 | 40.212 | 17.948 |
| 2024 em diante | 17.525 | 4.510 |
| | 91.972 | 61.857 |

As operações de leasing foram contratadas com o objetivo de aquisição de novas máquinas e equipamentos (POS) e estão garantidos pelos próprios equipamentos. Os demais empréstimos e financiamentos estão garantidos por notas promissórias emitidas pelas controladas; cartas de fiança e garantia fidejussória prestada pela Sirius Investimentos e Participações S.A. (vide Nota 11).

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas não possuíam contratos de empréstimos sujeitos a *covenants* financeiros.

18. Adiantamento de clientes

| | <u>30/06/2021</u> | <u>31/12/2020</u> |
|---------------------------|-------------------|-------------------|
| Adiantamento de clientes: | | |
| Adiantamento de clientes | 32.500 | 39.342 |
| | 32.500 | 39.342 |

Os adiantamentos de clientes representam os montantes pagos antecipadamente pelos clientes, que serão reconhecidos como receitas quando executada a prestação dos serviços.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

19. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (Consolidado)

As controladas são parte em ações indenizatórias cíveis, trabalhistas e tributárias, em virtude do curso normal de suas operações, cujos valores envolvidos totalizam aproximadamente R\$ 39.052 (31/12/2020 – R\$ 28.555) que baseado na opinião de seus advogados as chances de perda são consideradas como prováveis e para as quais as Companhias mantém provisão.

No curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas estão expostas a certas contingências e riscos, relacionados a matérias tributárias, trabalhistas e cíveis. Com base na análise dos riscos identificados e conforme opinião de seus consultores legais, a Companhia constituiu provisão para contingências para fazer face às eventuais demandas consideradas prováveis conforme demonstrado a seguir:

| | Tributários | Cíveis | Trabalhistas | Total |
|----------------------------------|---------------|-----------|--------------|---------------|
| Saldos em 01 de janeiro de 2020 | 8.956 | 29 | 786 | 9.771 |
| Constituição de provisão | 18.828 | - | | 18.828 |
| Reversão de provisão | - | (12) | (32) | (44) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 27.784 | 17 | 754 | 28.555 |
| Constituição de provisão | 10.362 | - | 137 | 10.499 |
| Reversão de provisão | - | (2) | - | (2) |
| Saldos em 30 de junho de 2021 | 38.146 | 15 | 891 | 39.052 |

Tributárias

A Companhia não apresenta saldo de provisão na controladora, enquanto que no consolidado mantém provisão, no montante de R\$ 38.146 (31/12/2020 – R\$ 27.784) para cobrir riscos tributários, baseada na expectativa de perda conforme opinião de consultores legais. Durante o período de seis meses findos em 30 de junho de 2021 houve um complemento de provisão no montante de R\$ 10.362 (2020 – R\$ 18.828) referente a um processo relacionado a PIS e COFINS das controladas RV e BM.

Trabalhistas e cíveis

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza trabalhista e cíveis. Nenhuma dessas ações refere-se a valores individualmente significativos, e as discussões envolvem principalmente reclamações de supostas horas extras, verbas rescisórias, danos morais, entre outros. Em 30 de junho de 2021, a controladora não apresenta saldos relativos as contingências trabalhistas e cíveis, com probabilidade de perda provável, enquanto que no consolidado apresenta o montante de R\$ 891 e R\$ 15, respectivamente (31/12/2020 – no consolidado R\$ 754 e R\$ 17, respectivamente).

Causas de prognóstico possível

Adicionalmente, a Companhia possui outras demandas que foram analisadas por assessores jurídicos e consideradas como de probabilidade de perdas possível, portanto, não provisionadas. Neste cenário considera-se como possível também os processos que tiveram o ajuizamento e até o presente momento não foram sentenciados. Para estes casos, considera-se o valor da causa atribuído pelo Autor. Não existem processo classificados como possíveis na controladora, enquanto que no consolidado totalizam um montante em 30 de junho de 2021 de R\$ 86.000 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 84.183) e são relacionados principalmente a:

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

19. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (Consolidado)--Continuação

Causas de prognóstico possível--Continuação

- Processo interno da Receita Federal do Brasil da controlada RV Tecnologia e Sistemas S.A., referente a auto de infração de supostos erros na utilização de créditos de PIS/COFINS dos anos de 2010 e 2011, em função de erro na interpretação da legislação. O suposto crédito alcança o valor de R\$ 30.830 em 30 de junho de 2021 e está sendo discutido na segunda instância do CARF. A Companhia apresentou as informações requeridas e aguarda julgamento do recurso voluntário.
- Processo interno da Receita Federal do Brasil da controlada RV Tecnologia e Sistemas S.A., referente a auto de infração de supostos erros na utilização de créditos de PIS/COFINS dos anos de 2013, em função de erro na interpretação da legislação. O suposto crédito alcança o valor de R\$ 29.056 em 30 de junho de 2021 e está sendo discutido na segunda instância do CARF. A Companhia apresentou as informações requeridas e aguarda julgamento do recurso voluntário.
- Processo interno do Município de Salvador (Bahia) da controlada RV Tecnologia e Sistemas S.A., referente as notificações fiscais de lançamentos para cobrança de ISS dos períodos de março de 2015 a dezembro de 2018 e de multa pela ausência de emissão de nota fiscal de serviços eletrônica sobre as recargas e chips vendidos, onde o agente fiscalizador entende estar elencado como prestação de serviços enquadrados na Lei nº 7.186/2006. O suposto auto alcança o valor de R\$ 17.403 em 30 de junho de 2021 e está sendo discutido na primeira instância da Fazenda municipal de Salvador, onde a Companhia apresentou as informações requeridas, demonstrando se tratar de operação mercantil regulamentada pelo estado (compra/venda) e aguarda manifestação.

Depósitos judiciais

Em 30 de junho de 2021, as controladas possuíam depósitos judiciais relativos a causas fiscais e trabalhistas no montante de R\$ 3.354 (31/12/2020 – R\$ 3.148).

20. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia no montante de R\$ 1.886 está representado por 1.886.400 ações ordinárias ao valor nominal de R\$ 1,00 cada, assim demonstradas:

| Acionista | 30/06/2021 | | 31/12/2020 | |
|----------------------------------|------------------|---------------|------------------|---------------|
| | Qtde de ações | % | Qtde de ações | % |
| ABC Consultoria e Serviços Ltda. | 259.461 | 13,76 | 259.461 | 13,76 |
| Zeus Participações Ltda. | - | - | 106.164 | 5,63 |
| Pessoas físicas | 1.578.908 | 83,70 | 1.472.744 | 78,07 |
| Ações em tesouraria | 48.031 | 2,54 | 48.031 | 2,54 |
| | 1.886.400 | 100,00 | 1.886.400 | 100,00 |

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

20. Patrimônio líquido--Continuação

a. Capital social--Continuação

Em 18 de março de 2021, o acionista na pessoa jurídica ZEUS Participações Ltda. transferiu suas ações para os acionistas das pessoas físicas.

O capital social autorizado da Companhia é composto por 1.886.400 ações ordinárias. Todas as ações são nominativas sem valor nominal, e o capital pode ser aumentado sem reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, mediante capitalização de reservas, com ou sem a modificação do número de ações.

b. Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais de própria emissão que foram recomprados e reconhecidos ao custo, deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda foi reconhecido na demonstração do resultado na emissão dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia.

c. Direitos das ações

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral. Os acionistas terão direito de receber dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido, calculado e ajustado nos termos da legislação societária.

d. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do período e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

e. Ajuste de avaliação patrimonial

Os saldos decorrentes da adoção do custo atribuído pela controlada RV Tecnologia e Sistemas S.A., são realizados com base na depreciação dos bens do ativo imobilizado que foram objeto de ajuste. Em 30 de junho de 2021, este saldo corresponde encontra-se totalmente amortizado.

f. Destinação do resultado

Em 15 de abril de 2021 e 30 de junho de 2021, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária a distribuição de R\$ 6.000 e R\$ 72.000, respectivamente, de dividendos em reserva de lucros a distribuir a ser pago aos seus acionistas.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Receita operacional líquida (Consolidado)

| | 30/06/2021 | 30/06/2020 |
|-----------------------------|-------------------|-------------------|
| Receita de vendas | 393.963 | 397.856 |
| Receita de serviços (a) | 54.529 | 37.921 |
| | 448.492 | 435.777 |
| Deduções da receita | | |
| PIS | (43.738) | (47.965) |
| COFINS | (201.471) | (220.929) |
| ISS | (1.905) | (1.189) |
| ICMS | (1.878) | (3.527) |
| Devolução de vendas | (5.622) | (3.131) |
| | (254.614) | (276.741) |
| Receita operacional líquida | 193.878 | 159.036 |

(a) A receita de serviços refere-se à ativação de chips e serviço de integração dos pontos de vendas.

A Companhia e suas controladas possuem seus registros contábeis e fiscais referentes à receita operacional líquida e aos custos dos produtos e serviços vendidos conforme apresentados como segue:

| | 30/06/2021 | 30/06/2020 |
|--|-------------------|-------------------|
| Receita de revenda de mercadoria | 2.020.935 | 2.258.968 |
| Receita de prestação de serviços | 54.104 | 36.978 |
| Receita operacional bruta | 2.075.039 | 2.295.946 |
| Deduções da receita bruta | (198.956) | (218.415) |
| Receita operacional líquida | 1.876.083 | 2.077.531 |
| Custo dos produtos e serviços vendidos | (1.763.985) | (1.967.904) |
| Lucro bruto | 112.098 | 109.627 |

22. Custo dos produtos vendidos e serviços prestados (Consolidado)

| | 30/06/2021 | 30/06/2020 |
|--|-------------------|-------------------|
| Custo recarga e chip | (76.983) | (47.214) |
| Custo com serviços de transação eletrônica | (4.797) | (2.195) |
| | (81.780) | (49.409) |

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

23. Despesas comerciais (Consolidado)

| | 30/06/2021 | 30/06/2020 |
|---------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Despesa com pessoal | (39.919) | (38.821) |
| Serviços de terceiros | (4.437) | (3.034) |
| Materiais | (3.885) | (1.317) |
| Alugueis e condomínio | (3.302) | (3.328) |
| Combustíveis e lubrificantes | (1.902) | (1.678) |
| Perda de títulos incobráveis | (2.445) | (2.819) |
| Bonificações a pontos de vendas | (1.333) | (1.051) |
| Propagandas e promoções chips | (1.017) | (2.065) |
| Transportes | (884) | (824) |
| Assistência e consultoria técnica (a) | (388) | (250) |
| Viagens e estadias | (328) | (614) |
| Comunicações e telefonia | (323) | (311) |
| Outras | (508) | (885) |
| | (60.671) | (56.997) |

(a) Despesas incorridas junto à Sirius Investimento e Participações S.A., uma das controladoras da Companhia, referentes a serviços societários e de planejamento (vide Nota 11 d).

24. Despesas gerais e administrativas (Consolidado)

| | 30/06/2021 | 30/06/2020 |
|---------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Despesa com pessoal | (15.528) | (21.055) |
| Depreciação e amortização | (10.168) | (10.804) |
| Serviços de terceiros | (4.727) | (1.633) |
| Honorários da Administração | (1.500) | (1.532) |
| Alugueis e condomínio | (401) | (159) |
| Assistência e consultoria técnica (a) | (303) | (208) |
| Viagens e estadias | (289) | (549) |
| Comunicações e telefonia | (283) | (280) |
| Materiais | (73) | (202) |
| Outras | (629) | (428) |
| | (33.901) | (36.850) |

(a) Despesas incorridas junto à Sirius Investimento e Participações S.A., uma das controladoras da Companhia, referentes a serviços societários e de planejamento (vide Nota 11 d).

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

25. Resultado financeiro (Consolidado)

| | 30/06/2021 | 30/06/2020 |
|--|-----------------|------------|
| <i>Receitas financeiras</i> | | |
| Rendimentos de aplicações financeiras | 1.485 | 523 |
| Descontos obtidos | 353 | 1.162 |
| Juros ativos | - | 745 |
| Juros partes relacionadas | - | 68 |
| Outras receitas financeiras | - | 2 |
| | 1.838 | 2.500 |
| <i>Despesas financeiras</i> | | |
| Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 17) | (5.232) | (5.782) |
| Comissão cartas de fiança | (2.644) | (1.182) |
| Concessão de garantias (Nota 11 c) | (482) | (420) |
| IOF sobre operações financeiras | (189) | (616) |
| Multas e taxas | (193) | (434) |
| Juros partes relacionadas (Nota 11 b) | (124) | (200) |
| Juros passivos | (114) | (82) |
| Atualização monetária | (36) | (50) |
| Juros sobre parcelamentos fiscais | (1) | - |
| Outras | (1.171) | (293) |
| | (10.186) | (9.059) |
| Resultado financeiro | (8.348) | (6.559) |

26. Lucro por ação

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as ações da Companhia possuem efeito dilutivo, conforme demonstrados abaixo.

a) Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. Em 30 de junho de 2021, a Companhia não possuía categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição.

| | 30/06/2021 | 30/06/2020 |
|--|---------------|------------|
| Lucro atribuível aos acionistas da Companhia | 11.809 | 3.117 |
| Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares) | 1.886.400 | 1.886.400 |
| Prejuízo básico por ação – em (R\$) | 6,2601 | 1.6524 |

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

27. Imposto de renda e contribuição social (Consolidado)

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, despesa fiscal calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e os valores refletidos no resultado do período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e 2020 está demonstrada a seguir:

| | 30/06/2021 | 30/06/2020 |
|--|-------------------|-------------------|
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 22.787 | 8.299 |
| Alíquota fiscal combinada | 34% | 34% |
| Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal | (7.748) | (2.822) |
| Ajustes para cálculo da taxa efetiva: | | |
| Diferenças permanentes: | | |
| Ajuste a valor justo das propriedades para investimento | 3.632 | - |
| Outras diferenças permanentes | 106 | - |
| | 3.738 | - |
| Diferenças temporárias: | | |
| Provisão PDV | (1.296) | - |
| Outras diferenças temporárias | (604) | (61) |
| | (1.900) | (61) |
| Subtotal imposto de renda e contribuição social | (5.910) | (2.883) |
| Compensação de prejuízo fiscal | | |
| Lucro real (prejuízo fiscal) | | |
| Imposto de renda (15% + 10% sobre o excedente a R\$240) | (4.346) | (2.120) |
| CSLL (9%) | (1.564) | (763) |
| Total de imposto de renda e contribuição social | (5.910) | (2.883) |

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia e suas controladas possuem prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias na apuração de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, sobre as quais foram constituídos tributos diferidos ativos em 30 de junho de 2021, no consolidado, no montante de R\$ 7.109 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 5.341), respectivamente.

Os tributos diferidos têm a seguinte origem:

| | Descrição | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
|---|------------------|-------------------|-------------------|
| Ativo | | | |
| Prejuízo fiscal e base negativa | | 7.109 | 5.341 |
| | | 7.109 | 5.341 |
| Passivo | | | |
| Ajuste a valor justo de propriedade para investimento | | (47.008) | (43.376) |
| | | (47.008) | (43.376) |

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

27. Imposto de renda e contribuição social (Consolidado)--Continuação

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o período é a seguinte:

| | 31/12/2020 | Variação | 30/06/2021 |
|---|-------------------|-----------------|-------------------|
| Ativo | | | |
| Prejuízo fiscal e base negativa | 5.341 | 1.768 | 7.109 |
| | 5.341 | 1.768 | 7.109 |
| Passivo: | | | |
| Ajuste a valor justo de propriedade para investimento | (43.376) | (3.632) | (47.008) |
| | (43.376) | (3.632) | (47.008) |
| Total imposto diferido (líquido) | (38.035) | (1.864) | (39.899) |

Estudos técnicos de viabilidade elaborados pela Administração indicam a plena capacidade de recuperação, nos períodos subsequentes, dos valores de impostos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e de suas controladas e do mercado em que a mesma opera, cuja expectativa de realização de créditos fiscais está apresentada a seguir:

| Ano | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
|------------|-------------------|-------------------|
| 2021 | 1.309 | 2.705 |
| 2022 | 2.636 | 2.636 |
| 2023 | 3.164 | - |
| | 7.109 | 5.341 |

28. Seguros

A Companhia e suas controladas tem por política manter cobertura de seguros no montante que a Administração considera adequado para cobrir os possíveis riscos com sinistros de seus ativos imobilizados, com base na avaliação dos seus consultores de seguros.

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas possuíam as seguintes principais apólices de seguro com terceiros:

| Ramos | Importância segurada | Vencimento |
|---|---------------------------------|-------------------|
| Multi-riscos (estoques, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos) e riscos operacionais | 52.645 | 06/2024 |
| Seguro de vida em grupo | 39.786 | 02/2022 |

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

29. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a) Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, conta caução, contas a receber de clientes, partes relacionadas, depósitos judiciais, fornecedores e empréstimos e financiamentos.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma liquidação ou venda forçada.

| | Consolidado | |
|--|--------------------|------------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
| Ativos financeiros: | | |
| Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado | | |
| Títulos e valores mobiliários | 44.714 | 44.316 |
| Custo amortizado | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 27.529 | 17.814 |
| Conta caução | 15.932 | 15.670 |
| Contas a receber | 85.577 | 105.445 |
| Depósitos judiciais | 3.354 | 3.148 |
| Partes relacionadas | 5.261 | 913 |
| Passivos financeiros | | |
| Custo amortizado | | |
| Fornecedores | 110.319 | 180.337 |
| Partes relacionadas | 5.166 | 3.884 |
| Empréstimos e financiamentos | 150.159 | 123.291 |

b) Derivativos

A Companhia e controladas não possuem por política a utilização de instrumentos financeiros derivativos. A Administração da Companhia não identificou nenhum risco decorrente de uma eventual exposição associada a estes instrumentos.

c) Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas referem-se a empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e fornecedores. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações das controladas. As controladas possuem contas a receber de clientes e títulos e valores mobiliários que resultam diretamente de suas operações.

A Companhia e suas controladas estão expostas a risco de crédito e risco de encargos de dívida.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. As principais atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia e sua disposição para risco.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

29. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

d) Fatores de risco

(i) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia e suas controladas monitoram as contas a receber de clientes, condicionando à prestação dos serviços e realização de novas vendas ao recebimento dos valores faturados.

(ii) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras da Companhia e controladas. Devido às características dos empréstimos e financiamentos obtidos, com taxas de juros pré fixadas ou atreladas ao CDI, a Companhia e controladas não avaliam esse risco como significativo.

A análise de sensibilidade ao CDI está demonstrada no item (f).

(iii) Risco cambial

Todas as transações de recebimentos e pagamentos são realizadas em moeda nacional, não tendo, portanto, exposição a este risco de forma direta. Adicionalmente, a Companhia também não possui ativos e passivos sujeitos à variação de moeda estrangeira.

(iv) Risco de liquidez

A Administração analisa as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para sua operação. A Administração entende que a Companhia tem plena capacidade de honrar seus compromissos financeiros. Em função da crise deflagrada pela pandemia do COVID-19, a Companhia avaliou sua posição de caixa atual e projetada e considera dispor de liquidez suficiente para seguir cumprindo com suas obrigações.

O quadro abaixo analisa os passivos financeiros, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data da demonstração contábeis e a data contratual do vencimento.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

29. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

d) Fatores de risco--Continuação

(iv) *Risco de liquidez*--Continuação

| | Total em 30 de junho de 2021 | Saldos vencidos em até 1 ano | Consolidado Acima de 1 ano |
|--------------|---------------------------------|------------------------------|-------------------------------|
| Fornecedores | 110.319 | 110.319 | - |
| Empréstimos | 150.159 | 58.187 | 91.972 |
| | Total em 31 de dezembro de 2020 | Saldos vencidos em até 1 ano | Consolidado Acima de 1 ano |
| Fornecedores | 180.337 | 180.337 | - |
| Empréstimos | 123.291 | 61.434 | 61.857 |

e) Gestão do capital

A Administração da Companhia gerencia seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar sua aplicação em abertura de lojas, reformas e remodelação das lojas existentes, investimento em tecnologia e financiamento de capital de giro, além de prover retorno aos acionistas.

A gestão de capital da Companhia compreende a contratação de passivos financeiros com instituições financeiras, aplicação de recursos em caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido.

Periodicamente a Administração revisa a estrutura de capital da Companhia e sua capacidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro nos estoques, dentre outras atividades, tomando as ações julgadas como necessárias para assegurar seu equilíbrio financeiro.

Condizente com outras companhias do segmento, a Companhia monitora sua posição financeira com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde a dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos subtraído do montante de caixa e equivalente de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

29. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

e) Gestão do capital--Continuação

Os índices de endividamento em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 podem ser assim resumidos:

| Notas | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|------------|-------------|------------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
| Total dos empréstimos e financiamentos | 6 e 7 | - | - | 123.291 |
| Menos: caixa e equivalentes de caixa | 17 | - | (72.243) | (62.130) |
| Dívida líquida | A | - | - | 123.291 |
| Total do patrimônio líquido | | 16.268 | 82.461 | 82.461 |
| Patrimônio líquido mais dívida líquida – capital social total | B | 16.268 | 82.461 | 143.622 |
| Índice de alavancagem financeira | A / B | - | - | 42.58% |

f) Análise de sensibilidade das variações no CDI

As controladas estão expostas a riscos de oscilações de taxas de juros e câmbio em seus empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras os quais não estão protegidos por instrumentos financeiros derivativos de *hedge*.

No quadro abaixo, são considerados três cenários, sendo (i) cenário provável que é aquele adotado pelas Companhias e (ii) cenários variáveis chaves com os respectivos impactos nos resultados da Entidade. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as alterações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, a empresa apresentou mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

| Peração | Risco | Cenário provável | Cenário A | Cenário B |
|---|----------------|------------------|-----------|-----------|
| Ativos financeiros | | | | |
| Títulos e valores mobiliários | Queda do CDI | 1.223 | 1.219 | 1.213 |
| Passivos financeiros | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | Aumento do CDI | (5.232) | (5.248) | (5.265) |
| Referência para ativos/passivos financeiros CDI (% acumulado no periodo) | | 1,26% | 1,58% | 1,89% |

g) Hierarquia de valor justo

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

29. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

g) Hierarquia de valor justo--Continuação

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

| Consolidado: | 30/06/2021 | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 |
|-------------------------------|-------------------|----------------|----------------|----------------|
| Ativos e passivos financeiros | | | | |
| Títulos e valores mobiliários | 44.714 | - | 44.714 | - |

Os ativos e passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado aproximam-se dos respectivos valores justos, pois são ajustados por provisões, valores presentes e/ou atualizados por taxas de mercado pós-fixadas.

30. Informações por segmento de negócios

Como forma de gerenciar seu negócio, no âmbito financeiro e operacional, a Companhia classificou seus negócios em:

- Revenda de recarga e chip de telefonia: A Companhia possui como segmento de negócio a revenda de recarga eletrônica e de chip de telefonia, através dos POS (pontos de venda) aos consumidores finais através da sua plataforma tecnológica Celcard.
- Prestação de serviço: .A Companhia possui como segmento de negócio a prestação de serviços pré pagos de revenda de serviços de mídia, de cobrança bancária através dos POS, de adquirência, entre outros serviços que são oferecidos aos consumidores finais.

A Administração da Companhia monitora separadamente os resultados por seus segmentos de negócios, com o objetivo de avaliar a performance e substanciar a tomada de decisões.

Esses dois segmentos são identificados com base na formalização legal dos negócios da Companhia e suas controladas e as informações por segmento de negócios, revisadas pela Diretoria-Executiva, correspondentes aos períodos encerrado. Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, são as seguintes:

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

30. Informações por segmento de negócios--Continuação

(a) Demonstração do resultado

| | Prestação de serviços | Venda de recarga e Chip | Montantes não alocados | 30/06/2021 |
|--|-----------------------|-------------------------|------------------------|-----------------|
| Receita operacional líquida | 14.319 | 179.559 | - | 193.878 |
| Custo dos produtos vendidos e serviços prestados | (388) | (81.392) | - | (81.780) |
| Lucro bruto | 13.931 | 98.167 | - | 112.098 |
| Despesas operacionais | | | | |
| Comerciais | (3.434) | (56.190) | - | (59.624) |
| Gerais e administrativas | (4.275) | (29.626) | - | (33.901) |
| Ajuste a valor justo | - | 10.681 | - | 10.681 |
| Outras receitas operacionais, líquidas | - | 1.881 | - | 1.881 |
| | (7.709) | (73.254) | - | (80.963) |
| Lucro antes das receitas e despesas financeiras | 6.222 | 24.913 | - | 31.135 |
| Receitas financeiras | - | 1.838 | - | 1.838 |
| Despesas financeiras | - | (10.186) | - | (10.186) |
| | - | (8.348) | - | (8.348) |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 6.222 | 16.565 | - | 22.787 |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | |
| Corrente | - | (5.910) | - | (5.910) |
| Diferido | - | (1.864) | - | (1.864) |
| | - | (7.774) | - | (7.774) |
| Lucro líquido do período | 6.222 | 8.791 | - | 15.013 |
| Total dos ativos | 29.096 | 238.417 | 233.478 | 500.991 |
| Total dos passivos | - | - | 500.991 | 500.991 |

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

30. Informações por segmento de negócios--Continuação

(a) Demonstração do resultado--Continuação

| | Prestação de serviços | Venda de recarga e Chip | Montantes não alocados | 30/06/2020 |
|--|-----------------------|-------------------------|------------------------|------------|
| Receita operacional líquida | 10.490 | 148.546 | - | 159.036 |
| Custo dos produtos vendidos e serviços prestados | (284) | (49.125) | - | (49.409) |
| Lucro bruto | 10.206 | 99.421 | - | 109.627 |
| Despesas operacionais | | | | |
| Comerciais | (2.730) | (54.267) | - | (56.997) |
| Gerais e administrativas | (2.429) | (34.421) | - | (36.850) |
| Outras receitas operacionais, líquidas | - | (922) | - | (922) |
| | (5.159) | (89.610) | - | (94.769) |
| Lucro antes das receitas e despesas financeiras | 5.047 | 9.811 | - | 14.858 |
| Receitas financeiras | - | 2.500 | - | 2.500 |
| Despesas financeiras | - | (9.059) | - | (9.059) |
| | - | (6.559) | - | (6.559) |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 5.047 | 3.252 | - | 8.299 |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | |
| Corrente | - | (2.883) | - | (2.883) |
| Diferido | - | (690) | - | (690) |
| | - | (3.573) | - | (3.573) |
| Lucro líquido do período | 5.047 | (321) | - | 4.726 |
| | | | | 31/12/2020 |
| | Prestação de serviços | Venda de recarga e Chip | Montantes não alocados | Total |
| Total dos ativos | 25.135 | 250.262 | 261.871 | 537.268 |
| Total dos passivos | - | - | 537.268 | 537.268 |

31. Eventos subsequentes

Venda das ações mantidas em tesouraria

Em 31 de julho de 2021, a Companhia aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, a autorização ao Conselho de Administração para que realize a venda das 48.032 (quarenta e oito mil e trinta e duas) ações mantidas em tesouraria pela Companhia, nos termos do artigo 30, parágrafo 1º, alínea “c”, da Lei das Sociedades por Ações. As ações poderão ser negociadas pelo valor de patrimônio líquido contábil da Companhia de acordo com o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

31. Eventos subsequentes--Continuação

Aprovação da abertura de capital

Em 06 de agosto de 2021, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária as seguintes deliberações: i) abertura de capital e a submissão do pedido de registro de emissor de valores mobiliários na categoria "A" perante a Comissão de valores mobiliários ("CVM"); ii) autorização para a administração da Companhia realizar o pedido de adesão da Companhia ao segmento de Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Novo Mercado" e "B3", respectivamente); iii) realização de oferta pública primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia, a ser registrada junto à CVM.

Eleição da Diretoria e constituição do Comitê Financeiro e Comitê de Auditoria

Em 26 de agosto de 2021, através de reunião do Conselho de Administração a Companhia elegeu os membros da Diretoria e constituiu o Comitê Financeiro e de Auditoria, além de aprovar o regimento interno do Conselho de Administração, Comitê Financeiro e do Comitê de auditoria e as novas Políticas Internas da Companhia. Além disso, foram aprovadas as seguintes políticas a serem adotadas pela Companhia: (a) a Política de Remuneração da Companhia ("Política de Remuneração"); (b) Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento e da Diretoria da Companhia ("Política de Indicação"); (c) Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia ("Política de Gerenciamento de Riscos"); (d) Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia ("Política de Partes Relacionadas"); (e) Política de Divulgação de Ato e Fato Relevante, que trata da divulgação de informações e a manutenção de sigilo por potenciais ou efetivos detentores de informação relevante, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Política de Divulgação"); e (f) Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia ("Política de Negociação").

Aprovação do novo Estatuto Social

Em 26 de agosto de 2021, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária o novo Estatuto Social, que possui como finalidade: (a) Criação do capital autorizado da Companhia, (b) Criação do cargo de Diretor de Relações com Investidores, (c) Atendimento aos requisitos legais aplicáveis às Companhias abertas e às regras do Regulamento do Novo Mercados. Ainda nessa Assembleia, foram eleitos os membros do Conselho de Administração da Companhia e a remuneração anual dos Conselheiros.



A **RV Digital** conecta
você e seu negócio
às melhores soluções

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

2º Trimestre de 2021

Mensagem da Administração

A BMRV Participações S.A. foi constituída em 2004, em Belo Horizonte-MG e é a holding das controladas RV Tecnologia e Sistemas S.A. RV e da BM Logística Comércio e Serviços S.A. - BM, e Aplic Tecnologia e Serviços Ltda – APLIC.

As controladas RV, APLIC e BM possuem uma rede de transações eletrônicas e venda de produtos e serviços pré-pagos em nível nacional, além de possuir uma ampla rede de captura, que oferece soluções via POS (*Point of Sale*), TEF ou Internet, focadas na ampliação de disponibilidade de serviços pré-pagos e de aquisição, englobando todos os parceiros que vendem produtos e serviços pré-pagos através de uma ampla rede de estabelecimentos credenciados como grandes varejistas.

A Companhia, através de suas controladas, é um dos maiores ecossistema de produtos pré-pagos e das maiores redes de distribuição e venda de recargas e *chips* de telefonia do país e de transações eletrônicas, que aproxima os parceiros de seus potenciais consumidores, através de uma plataforma de produtos e serviços que se conecta a uma ampla rede de estabelecimentos comerciais.

Nossa abrangência atinge todo o território nacional, englobando um ecossistema de produtos pré-pagos e financeiros, em um variado portfólio de produtos e serviços, tais como: créditos pré-pagos, serviços de captura de cartões de crédito e débito, e outros serviços financeiros. Somos líderes na distribuição de créditos pré-pagos e na captação de clientes para as Cias de Telecom, além de atuarmos no setor de mídia DOOH nos Pontos de Vendas.

A empresa está presente em todos os estados brasileiros, atuando através de parcerias com grandes empresas de telefonia, serviços, conteúdos digitais e de entretenimento, com o objetivo de aproximar parceiros de seus potenciais consumidores, por meio de uma plataforma completa de produtos e serviços, que se conecta a uma ampla rede de estabelecimentos comerciais.

Atualmente, abrange um dos maiores portfólios de produtos e serviços pré-pagos do país e um pacote completo de soluções para gerar maior lucratividade no ponto de venda, respaldando o gerenciamento de negócios dos parceiros e atingindo mais de 150 mil pontos de vendas conectados ao nosso sistema.

Os investimentos em andamento têm por objetivo assegurar o crescimento sustentável da Companhia em todas as verticais já existentes em seu negócio e na ampliação do portfólio de soluções oferecidas. Os investimentos vem sendo alocados em expansão orgânica, nosso principal foco de crescimento até o momento, de forma seletiva e com criteriosa análise do nosso mercado, levando em consideração potenciais sinergias com nossa base de cliente e parceiros atuais e expansão complementar via crescimento inorgânico, através de aquisições de plataformas que estejam posicionadas dentro do escopo do crescimento orgânico da Companhia e plataformas que nos permitam oferecer um novo produto ou serviço, e que tenham comprovada capacidade de gerar valor e sustentabilidade ao negócio.

Relatório da Administração – 2º Trimestre 2021

A receita líquida cresceu 21,9% atingindo R\$ 193,9 milhões no 1S21, com lucro bruto de R\$ 112,1 milhões, um incremento de 2,3% e lucro líquido de R\$ 15,0 milhões e atingindo margem líquida de 7,7%, demonstrando a retomada de crescimento e a boa performance operacional e financeira da Companhia.

Considerando o momento atípico desencadeado pela pandemia da COVID-19, a Companhia tem focado em três pilares com o objetivo de amenizar os efeitos adversos do desmembramento desse processo: a preservação das pessoas, a contínua eficiência operacional e a preservação dos fundamentos empresariais necessários para a retomada da economia. O quadro de pessoal está em sua maioria atuando de forma remota em *home office*, respeitando os decretos municipais em vigência. Foram reforçadas pela área de Recursos Humanos as ações de comunicação interna para que os colaboradores tenham orientações de prevenção ao COVID-19, bem como orientações para preservação do bem-estar.

Por outro lado, estamos vislumbrando a retomada econômica, focados na contínua melhoria das nossas práticas de governança corporativa, na continuidade de projetos de relevância estratégica em tecnologia, no fortalecimento das disponibilidades da Companhia, bem como no aprimoramento das melhorias operacionais, visando a excelência e o crescimento dos resultados com o engajamento da nossa equipe junto aos nossos *stakeholders* de forma a oferecer sempre a melhor experiência aos nossos clientes.

VALMOR
Assinado de forma
digital por
VALMOR PEDRO
BOSI:2133
Dados: 2021.09.01
0972953

Valmor Pedro Bosi

Presidente

CASSIO
DOVAL
FERREIRA:97
87
215597687

Cassio Doval Ferreira

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

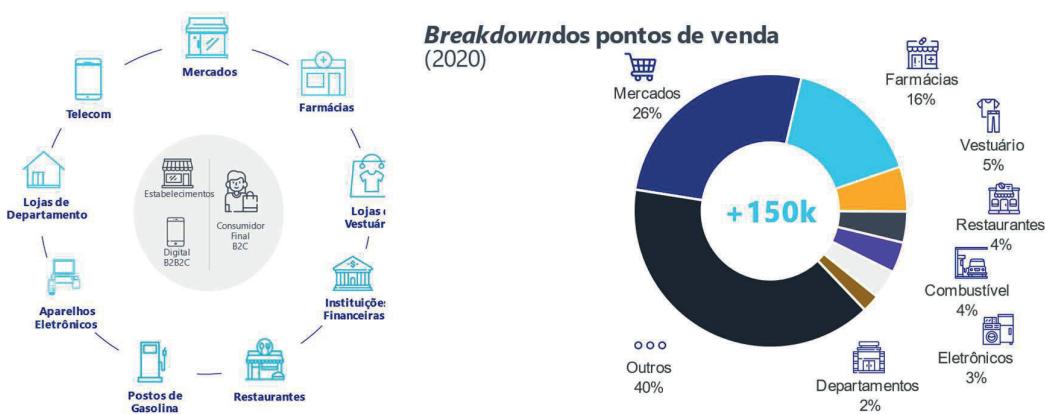
Descrição dos Negócios e Produtos



A Companhia e suas controladas tem por objetivo a administração de bens próprios e a participação em outras sociedades na qualidade de sócias quotistas ou acionista a comercialização e distribuição de recargas para telefonia celular (pré-pagos) e de cartões telefônicos, a captura de transações por meios de cartão de crédito, débito e voucher em nível nacional (Adquirência), a comercialização e distribuição de aparelhos eletrônicos; comercialização e distribuição de artigos de uso pessoal e domésticos; prestação de serviço de representação comercial; serviços de telemarketing e vendas pela internet; atividade de arrecadação de contas; desenvolvimento, administração e execução de soluções de venda, logística e distribuição; seleção, recrutamento e treinamento de recursos humanos voltados para as atividades de venda, distribuição e logística.



O ecossistema completo construído ao longo de toda trajetória da Companhia permite hoje a materialização do seu propósito e o apoio a seus clientes. A RV atende todos os tipos de estabelecimentos comerciais, tendo como a maior parte de sua carteira de cliente pequenos e médios estabelecimentos comerciais. São oferecidos a eles serviços pré-pagos (recarga celular, produtos pré-pagos não-telecom, cartões de transporte, entre outros), serviços financeiros (pagamento de contas, maquininhas de débito/crédito e correspondente bancário) e soluções de mídia digital (*Media Out of Home*). Dentre os estabelecimentos atendidos, verifica-se mercados, farmácias, lojas de vestuário, restaurantes, postos de gasolina, entre outros, os pontos de venda que aparecem com maior destaque são mercados e farmácias. Encontra-se abaixo *breakdown* completo dos estabelecimentos em que a Companhia marca presença:

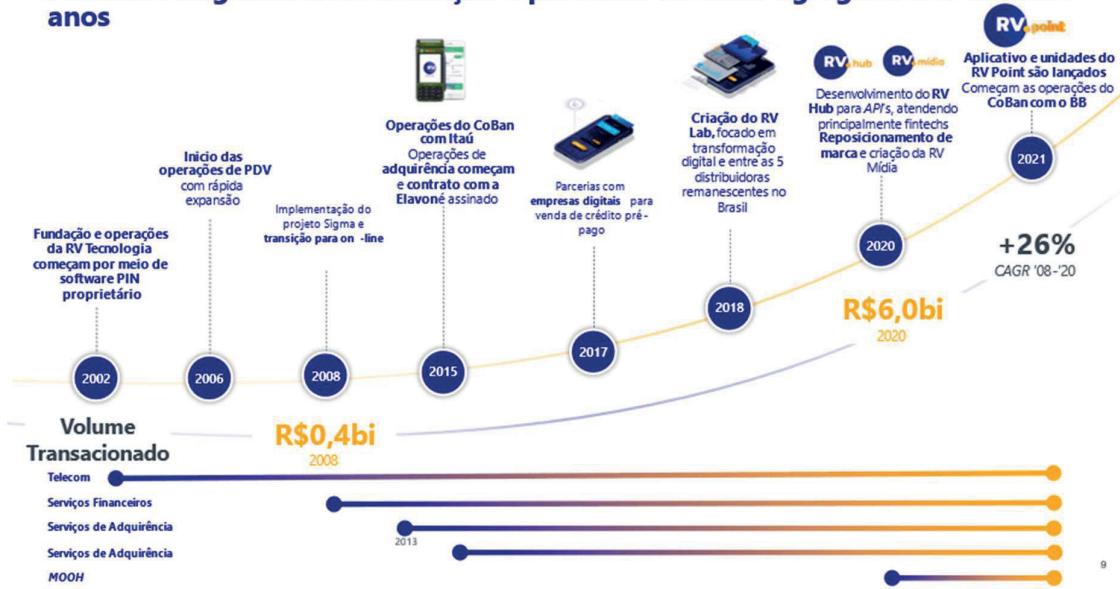


Relatório da Administração – 2º Trimestre 2021

Além disso, os produtos ofertados dentro do portfólio da Companhia possuem capacidade de gerar demanda, por meio de produtos de alta qualidade que proporcionam ao cliente mais do que apenas um meio de pagamento, incluindo as seguintes vantagens: (i) acesso ao maior portfólio de recargas digitais do Brasil, além de chips de telefonia móvel; (ii) maquininha moderna para receber pagamentos de débito e crédito; (iii) receber pagamentos de contas e boletos; (iv) um aplicativo completo, pensado para o cliente vender mais, com recargas e pedido de chip; (v) suporte de atendimento eficaz em todo o território nacional; (vi) localizador digital para que o consumidor possa encontrar os clientes da Companhia; (vii) fazer parte de uma rede com presença em todo o território nacional.

Toda a estratégia comercial da Companhia é suportada por uma estrutura de marketing completa e integrada com as demais áreas da operação, utilizando múltiplos canais e garantindo eficiência máxima na captação de novos clientes. A Companhia entende que a sua base está no serviço de qualidade prestado, que permite uma elevada satisfação do cliente e, consequentemente, o desenvolvimento de relações duradouras.

Histórico inigualável de inovação e parcerias de valor agregado nos últimos anos



Desempenho Econômico / Financeiro

(As informações a seguir compararam os períodos: informações trimestrais de 01 de abril a 30 de junho de 2021, especificado como "2T21" comparado com as informações trimestrais de 01 de abril a 30 de junho de 2020, especificado como "2T20" e as informações semestrais de 01 de janeiro a 30 de junho de 2021, especificado como "1S21" comparado com as informações semestrais de 01 de janeiro a 30 de junho de 2020, especificado como "1S20").

Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas no segundo trimestre de 2021 (2T21) totalizou R\$ 90,2 milhões, um aumento de 8,3%, ou R\$ 6,9 milhões, em relação ao segundo trimestre de 2020 (2T20) que foi de R\$ 83,3 milhões. Esses crescimentos foram impulsionados pelo crescimento orgânico da Companhia resultado da expansão de atuação com as incorporações das novas SCP's.

Relatório da Administração – 2º Trimestre 2021

No primeiro semestre de 2021 (1S21), as receitas líquidas atingiram R\$ 193,9 milhões, um aumento de 21,9%. As variações na receita líquida de vendas decorrem do crescimento de 20,9% no segmento de compras e vendas - recarga que representa 92,6% das receitas da empresa, atingindo R\$ 179,6 milhões no 1S21 contra R\$ 148,5 milhões no 1S20., um crescimento nominal de R\$ 31,0 milhões no 1S21.O segmento de prestação de serviços que representa 7,4% das receitas da empresa, totalizou R\$ 14,3 milhões no 1S21, atingindo um crescimento de 36,5% devido à ativação de chips e serviços de integração dos pontos de vendas.

| (em R\$ mil, exceto %) | 2T21 | 2T20 | Var. 2T21/2T20 | 1S021 | 1S20 | Var. 1S21/1S20 |
|------------------------------------|---------------|---------------|-------------------|----------------|----------------|-------------------|
| Receita Operacional Líquida | 90.242 | 83.341 | 8,3% | 193.878 | 159.036 | 21,9% |

A Companhia e suas controladas possuem seus registros contábeis e fiscais referentes à receita operacional líquida e aos custos dos produtos e serviços vendidos pelo TPV – Volume Total de Pagamentos, conforme especificado no quadro a seguir e na nota explicativa 21 das Demonstrações Contábeis:

| (em R\$ milhões, exceto %) | 1S2021 | 1S2020 | Var. 1T21/1T20 |
|------------------------------------|--------------|--------------|----------------|
| Receita de revenda de mercadoria | 2.021 | 2.259 | -10,5% |
| Receita de prestação de serviços | 54 | 37 | 45,9% |
| Receita operacional bruta | 2.075 | 2.296 | -9,6% |
| Deduções de Vendas | (199) | (218) | -8,7% |
| Receita Operacional Líquida | 1.876 | 2.078 | -9,7% |
| Custo dos Produtos Vendidos | (1.764) | (1.968) | -10,4% |
| Lucro Bruto | 112 | 110 | 1,8% |

Custos das Vendas

O custo das vendas apresentou um aumento de 51,6%, ou R\$ 10,2 milhões no 2T21, que totalizou R\$ 30,1 milhões. No 1S21, os custos das vendas totalizaram R\$ 81,8 milhões, registrando um acréscimo de 65,5%. Essas variações decorreram, principalmente, pelo um aumento de 65,7% nos custos de compra e venda - recarga, no período, equivalente a R\$ 32,3 milhões adicional em relação ao 1S20.Já em relação aos custos de prestação de serviços, o acréscimo foi de 36,6% no 1S21 contra o 1S20.

| (em R\$ mil, exceto %) | 2T21 | 2T20 | Var. 2T21/2T20 | 1S21 | 1S20 | Var. 1S21/1S20 |
|--|----------|----------|-------------------|----------|----------|-------------------|
| Custo dos produtos vendidos e serviços prestados | (30.075) | (19.833) | 51,6% | (81.780) | (49.409) | 65,5% |
| % s/a receita líquida | -33,3% | -23,8% | 9,5 pp | -42,2% | -31,1% | 11,1 pp |

Lucro Bruto

No 2T21, o lucro bruto totalizou R\$ 60,2 milhões, enquanto no 2T20, correspondeu a R\$ 63,5 milhões, representando uma redução de 5,3% ou R\$ 3,3 milhões. A margem bruta acumulada no 2T21 foi de 66,7%, 9,5 pontos percentuais (pp) inferior do 2T20, que foi de 76,2%, devido ao aumento dos custos de vendas, superiores ao aumento de receitas do período, em função da implementação da estrutura para alavancar novas oportunidades comerciais.

No 1S21, o lucro bruto totalizou R\$ 112,1 milhões, com um aumento de 2,3%. O crescimento nominal de R\$ 2,5 milhões no lucro bruto do 1S21 comparado ao 1S20, se deve ao incremento de 36,5% no segmento de prestação de serviços, amenizando a redução de 1,3% no segmento de compra e venda - recarga.

| (em R\$ mil, exceto %) | 2T21 | 2T20 | Var. 2T21/2T20 | 1S21 | 1S20 | Var. 1S21/1S20 |
|------------------------|---------------|---------------|-------------------|----------------|----------------|-------------------|
| Lucro Bruto | 60.167 | 63.508 | -5,3% | 112.098 | 109.627 | 2,3% |
| Margem Bruta (%) | 66,7% | 76,2% | -9,5 pp | 57,8% | 68,9% | -11,1 pp |

Despesas Operacionais

As despesas operacionais acumularam R\$ 33,3 milhões no 2T21 comparado a R\$ 47,4 milhões registradas no mesmo período do ano anterior. Essa redução de 29,6%, equivalentes a R\$ 14,0 milhões nominal é advinda de economias geradas nas despesas gerais e administrativas que tiveram um decréscimo de 23,4%, somado aos ganhos realizados com o ajuste de valor justo, R\$ 10,7 milhões e nas outras receitas operacionais que obtiveram um aumento de R\$ 1,9 milhões.

No 1S21 a redução de 14,6% verificado nas despesas operacionais foi gerado pela redução nominal de R\$ 13,8 milhões, saindo de R\$ 94,8 milhões de despesas operacionais no 1S20 para R\$ 81,0 milhões no 1S21 devido aos seguintes fatores:

- ***Comerciais***

As despesas comerciais totalizaram R\$ 60,7 milhões no 1S21 contra R\$ 57,0 milhões no 1S20, com aumento de 6,4% ou R\$ 3,7 milhões nominal devido aos seguintes aumentos: (i) R\$ 1,1 milhões nas despesas com pessoal, devido a incorporação da SCP Nordeste; (ii) R\$ 1,4 milhões nos serviços de terceiros; (iii) R\$ 2,6 milhões nos materiais; amenizadas com as reduções ocorridas em propagandas e promoções chips e viagens e estadias.

Relatório da Administração – 2º Trimestre 2021

- Despesas Gerais e Administrativas**

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 33,9 milhões no 1S21, uma redução de 8,0%, equivalente a R\$ 2,9 milhões, quando comparado ao 1S20, que correspondeu a R\$ 36,9 milhões devido a redução de despesas com pessoal, amenizados pelo aumento de serviços de terceiros devido. Os aumentos também são justificados pela incorporação da SCP Nordeste.

- Outros**

Foi contabilizado o montante de R\$ 10,7 milhões de ajuste a valor justo das propriedades para investimentos. O montante de outras receitas totalizou R\$ 2,9 milhões no 1S21 ante R\$ 0,9 milhão no 1S20.

| (em R\$ mil, exceto %) | 2T21 | 2T20 | Var. 2T21/2T20 | 1S21 | 1S20 | Var. 1S21/1S20 |
|--|----------|----------|-------------------|----------|----------|-------------------|
| Despesas Operacionais | (33.316) | (47.356) | -29,6% | (80.963) | (94.769) | -14,6% |
| Comerciais | (28.611) | (23.763) | 20,4% | (60.671) | (56.997) | 6,4% |
| Gerais e administrativas | (17.742) | (23.164) | -23,4% | (33.902) | (36.850) | -8,0% |
| Ajuste a valor justo | 10.681 | - | - | 10.681 | - | - |
| Outras receitas/despesas operacionais líquidas | 2.356 | (429) | - | 2.929 | (922) | - |
| % receita líquida | -36,9% | -56,8% | -19,9 pp | -41,8% | -59,6% | -17,8 pp |

Lucro operacional antes do resultado financeiro

No 2T21, o lucro operacional antes do resultado financeiro, correspondeu a R\$ 26,9 milhões, comparado a um lucro operacional de R\$ 16,2 milhões no 2T20. Esse aumento resultou na melhoria da margem operacional que saiu de 19,4% para 29,8%, representando um crescimento de 10,4pp e advinda da melhoria de receitas e redução de despesas, apesar dos custos superiores.

O lucro operacional antes do resultado financeiro, correspondeu a R\$ 31,1 milhões no acumulado do primeiro semestre, comparado a um lucro operacional de R\$ 14,9 milhões no 1S20. Esse aumento resultou na melhoria da margem operacional que saiu de 9,3% para 16,1%, representando um crescimento de 6,7pp, conforme já mencionado, atribuído a melhoria operacional com crescimento de receitas e redução de despesas, apesar do acréscimo de custos em 65,5% no 1S20.

| (em R\$ mil, exceto %) | 2T21 | 2T20 | Var. 2T21/2T20 | 1S21 | 1S20 | Var. 1S21/1S20 |
|------------------------|---------------|---------------|-------------------|---------------|---------------|-------------------|
| Resultado Operacional | 26.851 | 16.152 | 66,2% | 31.135 | 14.858 | 109,6% |
| % Margem Operacional | 29,8% | 19,4% | 10,4 pp | 16,1% | 9,3% | 6,7 pp |

Resultado Financeiro Líquido

No 2T21, as despesas financeiras líquidas totalizaram R\$ 5,0 milhões contra R\$ 3,6 milhões de despesas financeiras no 2T20, sendo que a variação de 38,4% é devido ao aumento de 31,3% nas despesas financeiras e redução de 2,6% nas receitas financeiras do trimestre.

No 1S21 as despesas financeiras totalizaram R\$ 8,3 milhões ante R\$ 6,6 milhões, um aumento de 27,3%, pelos seguintes fatores:

- **Receitas Financeiras**

No 1S21, as receitas financeiras somaram R\$ 1,8 milhões contra R\$ 2,5 milhões em 1S20, reduzindo 26,5%, R\$ 0,7 milhão de aumento nominal, sendo tal variação decorrente da redução de juros ativos.

- **Despesas financeiras**

As despesas financeiras totalizaram R\$ 10,2 milhões no 1S21 comparado a R\$ 9,1 milhões no 1S20, representando um crescimento nominal de R\$ 1,1 milhões ou 12,4%, advindo do aumento da comissão cartas de fiança.

| (em R\$ mil, exceto %) | 2T21 | 2T20 | Var. 2T21/2T20 | 1S21 | 1S20 | Var. 1S21/1S20 |
|------------------------|---------|---------|-------------------|----------|---------|-------------------|
| Financeiras Líquidas | (5.013) | (3.622) | 38,4% | (8.348) | (6.559) | 27,3% |
| Receitas financeiras | 742 | 762 | -2,6% | 1.838 | 2.500 | -26,5% |
| Despesas financeiras | (5.755) | (4.384) | 31,3% | (10.186) | (9.059) | 12,4% |
| % receita líquida | -5,6% | -4,3% | 1,2 pp | -4,3% | -4,1% | 0,2 pp |

Lucro antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social

No 2T21, o lucro operacional antes da provisão para imposto de renda e contribuição social, correspondeu a R\$ 21,8 milhões, comparado a R\$ 12,5 milhões no 2T20, devido a melhoria operacional, passando a margem líquida de 15,0% para 24,2% positivo.

No 1S21, o lucro operacional antes da provisão para imposto de renda e contribuição social, correspondeu a R\$ 22,8 milhões, comparado a R\$ 8,3 milhões no 1S20, devido a melhoria operacional, passando a margem sobre a receita líquida de 5,2% para 11,8% positivo.

| (em R\$ mil, exceto %) | 2T21 | 2T20 | Var. 2T21/2T20 | 1S21 | 1S20 | Var. 1S21/1S20 |
|--|---------------|---------------|-------------------|---------------|--------------|-------------------|
| Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social | 21.838 | 12.530 | 74,3% | 22.787 | 8.299 | 174,6% |
| % receita líquida | 24,2% | 15,0% | 9,2 pp | 11,8% | 5,2% | 6,5 pp |

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social totalizaram R\$ 7,8 milhões no 1S21, comparado a R\$ 3,6 milhões do 1S20. Essa variação decorreu, principalmente, pelo aumento do imposto de renda e contribuição social corrente, referente a apuração do lucro real e pelo aumento no imposto de renda e contribuição social diferido, referente prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias na apuração de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro nas controladas

| (em R\$ mil, exceto %) | 2T21 | 2T20 | Var. 2T21/2T20 | 1S21 | 1S20 | Var. 1S21/1S20 |
|---|---------|---------|-------------------|---------|---------|-------------------|
| Imposto de renda e contribuição social | (7.303) | (4.731) | 54,4% | (7.774) | (3.573) | 117,6% |
| Imposto de renda e contribuição social - corrente | (3.863) | (2.378) | 62,4% | (5.910) | (2.883) | 105,0% |
| Imposto de renda e contribuição social - diferido | (3.440) | (2.353) | 46,2% | (1.864) | (690) | 170,1% |

Lucro Líquido do Exercício

Como resultado das variações acima indicadas, a Companhia registrou lucro líquido de R\$ 14,5 milhões no 2T21, em comparação a um lucro líquido de R\$ 7,8 milhões no 2T20, resultando em uma margem líquida de 9,4% no 2T20 ante 16,1% no 2T21. No 1S21 o lucro líquido do exercício totalizou R\$ 15,0 milhões equivalente a uma margem líquida de 7,7% contra R\$ 4,7 milhões, representando uma margem líquida de 3,0% no 1S20. O crescimento de 217,7% reflete a melhoria do desempenho operacional aliado ao equilíbrio das despesas financeiras.

| (em R\$ mil, exceto %) | 2T21 | 2T20 | Var. 2T21/2T20 | 1S21 | 1S20 | Var. 1S21/1S20 |
|---------------------------------------|---------------|--------------|----------------|---------------|--------------|----------------|
| Resultado Líquido do Exercício | 14.535 | 7.799 | 86,4% | 15.013 | 4.726 | 217,7% |
| Margem Líquida | 16,1% | 9,4% | 6,7 pp | 7,7% | 3,0% | 4,8 pp |

EBITDA

O EBITDA (lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas financeiras líquidas e da depreciação e amortização) totalizou R\$ 31,4 milhões contra R\$ 21,8 milhões, um crescimento de 44,4% pela boa performance operacional com margem EBITDA de 34,8% no 2T21 ante 26,1% 2T20. No 1S21, o EBITDA totalizou R\$ 40,9 milhões. O aumento de 58,5%, é devido a melhoria operacional do semestre, bem como pelo plano emergencial estabelecido e economia de escala decorrente do crescimento orgânico da companhia, resultando em um ganho da margem EBITDA de 4,9 pp que saiu de 16,2% para 21,1%.

Relatório da Administração – 2º Trimestre 2021

| Composição do EBITDA (Em milhares de Reais) | 2T21 | 2T20 | Var. 2T21/2T20 | 1S21 | 1S20 | Var. 1S21/1S20 |
|--|---------------|---------------|---------------------------|---------------|---------------|---------------------------|
| Resultado Líquido | 14.535 | 7.799 | 86,4% | 15.013 | 4.726 | 217,7% |
| (+) Imposto de Renda e Contribuição Social | 7.303 | 4.731 | 54,4% | 7.774 | 3.573 | 117,6% |
| (+) Resultado Financeiro | 5.013 | 3.622 | 38,4% | 8.348 | 6.559 | 27,3% |
| (+) Depreciação e Amortização | 4.591 | 5.622 | -18,3% | 9.752 | 10.946 | -10,9% |
| EBITDA | 31.442 | 21.774 | 44,4% | 40.887 | 25.804 | 58,5% |
| <i>Margem EBITDA %</i> | <i>34,8%</i> | <i>26,1%</i> | <i>8,7 pp</i> | <i>21,1%</i> | <i>16,2%</i> | <i>4,9 pp</i> |

Situação Patrimonial

O Patrimônio líquido totalizou R\$ 19,5 milhões em 30 de junho de 2021 contra R\$ 82,5 milhões nem 31 de dezembro de 2020. A variação do patrimônio líquido se deve a redução das reservas de lucros em função da distribuição de dividendos e ao aumento dos lucros acumulados no período.

Em 15 de abril de 2021 e 30 de junho de 2021, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária a distribuição de R\$ 6,0 milhões e R\$ 72,0 milhões, respectivamente, de dividendos em reserva de lucros a serem pagos aos seus acionistas.

A dívida líquida totalizou R\$ 77,9 milhões, ante R\$ 61,2 milhões, sendo que R\$ 150,2 milhões de endividamento bruto (empréstimos e financiamentos) e R\$ 66,6 milhões de aplicações financeiras. O aumento no endividamento bruto e na dívida líquida é referente as captações realizadas para fazer frente aos investimentos e o capital de giro.

| Dívida Líquida (Em milhares de Reais) | 30 de junho de 2021 | 31 de dezembro de 2020 | Var. |
|--|--------------------------------|---------------------------------------|--------------|
| Empréstimos e Financiamentos | 150.159 | 123.291 | 21,8% |
| Caixa e Aplicações | (72.243) | (62.130) | 16,3% |
| Dívida Líquida | 77.916 | 61.161 | 27,4% |

Relacionamento com os Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03 informamos que nossos auditores independentes Ernst & Young Auditores Independentes S/S não prestaram, durante o segundo trimestre de 2021, outros serviços que não os relacionados com auditoria externa. A política interna da empresa na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

Relatório da Administração – 2º Trimestre 2021

Eventos Subsequentes

Venda das ações mantidas em tesouraria

Em 31 de julho de 2021, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária a autorização ao Conselho de Administração para que realize a venda das 48.032 (quarenta e oito mil e trinta e duas) ações mantidas em tesouraria pela Companhia, nos termos do artigo 30, parágrafo 1º, alínea “c”, da Lei das Sociedades por Ações. As ações poderão ser negociadas pelo valor de patrimônio líquido contábil da Companhia de acordo com o balanço patrimonial especialmente levantado em 30 de junho de 2021.

Aprovação da abertura de capital

Em 06 de agosto de 2021, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária as seguintes deliberações: i) abertura de capital e a submissão do pedido de registro de emissor de valores mobiliários na categoria “A” perante a Comissão de valores mobiliários (“CVM”); ii) autorização para a administração da Companhia realizar o pedido de adesão da Companhia ao segmento de Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“Novo Mercado” e “B3”, respectivamente); iii) realização de oferta pública primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia, a ser registrada junto à CVM.

Eleição da Diretoria e constituição do Comitê Financeiro e Comitê de Auditoria

Em 26 de agosto de 2021, através de reunião do Conselho de Administração a Companhia elegeu os membros da Diretoria e constituiu o Comitê Financeiro e de Auditoria, além de aprovar o regimento interno do Conselho de Administração, Comitê Financeiro e do Comitê de auditoria e as novas Políticas Internas da Companhia. Além disso, foram aprovadas as seguintes políticas a serem adotadas pela Companhia: (a) a Política de Remuneração da Companhia (“Política de Remuneração”); (b) Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento e da Diretoria da Companhia (“Política de Indicação”); (c) Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia (“Política de Gerenciamento de Riscos”); (d) Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia (“Política de Partes Relacionadas”); (e) Política de Divulgação de Ato e Fato Relevante, que trata da divulgação de informações e a manutenção de sigilo por potenciais ou efetivos detentores de informação relevante, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Política de Divulgação”); e (f) Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia (“Política de Negociação”).

Aprovação do novo Estatuto Social

Em 26 de agosto de 2021, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária o novo Estatuto Social, que possui como finalidade: (a) Criação do capital autorizado da Companhia, (b) Criação do cargo de Diretor de Relações com Investidores, (c) Atendimento aos requisitos legais aplicáveis às Companhias abertas e às regras do Regulamento do Novo Mercados. Ainda nessa Assembleia, foram eleitos os membros do Conselho de Administração da Companhia e a remuneração anual dos Conselheiros.

Declaração da Diretoria Estatutária

Em conformidade com o artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria Estatutária da BMRV Participações S.A. declara que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e as opiniões expressas no relatório de auditoria dos auditores independentes; e (ii) com as informações contábeis intermediárias relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

Belo Horizonte, 01 de setembro de 2021.

VALMOR Assinado de forma
PEDRO digital por
BOSI:21330 VALMOR PEDRO
972953 BOSI:21330972953
Dados: 2021.09.01
00:50:54 -03'00'

Valmor Pedro Bosi – Diretor Presidente

CASSIO Assinado de forma
DOVAL digital por CASSIO
FERREIRA:97 DOVAL
215597687 FERREIRA:9721559
7687 Dados: 2021.09.01
00:41:51 -03'00'

Cássio Doval Ferreira - Diretor Financeiro

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**ANEXO H – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS AUDITADAS
DA BMRV PARTICIPAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

BMRV Participações S.A.

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
com Relatório do Auditor Independente

BMRV Participações S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.....1

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas auditadas

| | |
|--|----|
| Balanços patrimoniais | 7 |
| Demonstrações dos resultados..... | 9 |
| Demonstrações dos resultados abrangentes | 10 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 11 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa..... | 12 |
| Demonstrações do valor adicionado | 13 |
| Notas explicativas às demonstrações contábeis | 14 |



Building a better
working world

Edifício Guimarães Trade
Av. Tancredo Neves, 1.189
17º andar - Pituba
41820-021 - Salvador - BA - Brasil

Tel: +55 71 3501-9000
Fax: +55 71 3501-9019
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos
Administradores, Conselho de Administração e Acionistas da
BMRV Participações S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da BMRV Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfase - Reapresentação das demonstrações contábeis

Chamamos atenção à nota explicativa 2.5 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas pela Companhia para apresentar as demonstrações do valor adicionado, informações por segmento de negócios e lucro por ação; para refletir a correção de erros e reclassificações das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018; e aprimorar certas divulgações em notas explicativas. Em 12 de março de 2021, 15 de abril de 2020 e 22 de março de 2019, emitimos relatórios de auditoria sem modificação sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, respectivamente, que ora estão sendo reapresentadas. Nossa opinião continua sendo sem qualquer modificação, uma vez que as demonstrações contábeis e seus valores correspondentes aos exercícios anteriores foram ajustados de forma retrospectiva.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Reconhecimento de receita de serviço prestado e revenda de recarga

O reconhecimento de receita da Companhia envolve um elevado grau de controle de tecnologia da informação para assegurar que todas as receitas de serviços prestados e de revenda de recarga tenham sido mensuradas corretamente, e devidamente registradas dentro do período contábil adequado.

A asseguração da integridade do faturamento de todos os clientes na data de encerramento do período é um elemento essencial no reconhecimento adequado das receitas. Levando-se em conta a complexidade desse processo de reconhecimento de receitas, incluindo o envolvimento da infraestrutura de tecnologia da informação, consideramos esse tema como principal assunto de auditoria.



Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento e avaliação dos controles internos relevantes implementados pela administração referentes ao reconhecimento e mensuração das receitas; (ii) exames documentais da receita faturada para uma amostra de transações incorridas no exercício corrente; (iii) conferência dos relatórios de faturamentos com os registros contábeis de todas as filiais; (iv) teste de aderência dos relatórios extraídos do sistema utilizados para confirmação da receita de revenda de recarga e de serviços a faturar; (v) exame documental através de extrato bancário e relatórios auxiliares, referente ao recebimento da receita em período subsequente (vi) análise das divulgações efetuadas pela Companhia nas suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento e mensuração das receitas, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis os critérios utilizados, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.1 e 21, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Building a better
working world

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Building a better
working world

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como o mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 01 de setembro de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Daniel Peixoto
Daniel de Araujo Peixoto
Contador CRC-1BA025.348/O-9

BMRV Participações S.A.

Balanços patrimoniais

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

| | Notas | Controladora | | | Consolidado | | |
|--|-------|----------------|--------|--------|----------------|---------|-----------------|
| | | 2020 | 2019 | 2018 | 2020 | 2019 | 2018 |
| Ativo | | | | | | | (reapresentado) |
| Circulante | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 | - | 1 | 3 | 17.814 | 30.816 | 16.111 |
| Títulos e valores mobiliários | 7 | - | - | - | 44.316 | 34.622 | 46.338 |
| Conta caução | 8 | - | - | - | 15.670 | 20.036 | 23.551 |
| Contas a receber | 9 | - | - | - | 105.445 | 95.322 | 78.286 |
| Tributos a recuperar | | - | - | - | 11.419 | 9.328 | 7.314 |
| Estoques | 10 | - | - | - | 89.331 | 47.297 | 40.976 |
| Valores a receber de partes relacionadas | 11 | - | - | - | 913 | 7.946 | 4.323 |
| Adiantamentos diversos | 18 | - | - | 6 | 28.889 | 19.363 | 2.086 |
| Outros ativos circulantes | | - | - | - | 20.250 | 18.251 | 13.484 |
| Total do ativo circulante | | - | 1 | 9 | 334.047 | 282.981 | 232.469 |
| Não circulante | | | | | | | |
| Realizável a longo prazo | | | | | | | |
| Depósitos judiciais | 19 | 1 | 1 | 1 | 3.148 | 2.804 | 1.801 |
| Tributos a recuperar | | - | - | - | 355 | 953 | 951 |
| Tributos diferidos | 26 | - | - | - | 5.341 | 8.793 | 8.959 |
| Propriedades para investimento | 12 | 79.210 | 78.680 | 73.900 | 151.039 | 141.840 | 136.091 |
| Investimentos | 13 | 37.462 | 16.631 | 15.825 | 182 | 109 | 38 |
| Imobilizado | 14 | - | - | - | 18.922 | 25.363 | 22.538 |
| Intangível | 15 | - | - | - | 24.234 | 32.159 | 34.656 |
| Total do ativo não circulante | | 116.673 | 95.312 | 89.726 | 203.221 | 212.021 | 205.034 |
| Total do ativo | | 116.673 | 95.313 | 89.735 | 537.268 | 495.002 | 437.503 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

| Notas | Controladora | | | Consolidado | | |
|--|-----------------|-----------------|-----------------|----------------|----------------|-----------------|
| | 2020 | 2019 | 2018 | 2020 | 2019 | 2018 |
| | (reapresentado) | (reapresentado) | (reapresentado) | | | (reapresentado) |
| Passivo Circulante | | | | | | |
| Fornecedores | 16 | - | - | 180.337 | 213.546 | 188.955 |
| Empréstimos e financiamentos | 17 | - | - | 61.434 | 51.784 | 34.850 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | - | - | - | 21.040 | 11.347 | 7.398 |
| Obrigações tributárias | - | - | - | 7.676 | 5.139 | 1.757 |
| Parcelamento de débitos tributários | - | - | - | 58 | 57 | 103 |
| Valores a pagar a partes relacionadas | 11 | 10.237 | 10.220 | 9.583 | 3.884 | 10.124 |
| Adiantamento de clientes | - | - | - | 39.342 | 12.041 | 14.253 |
| Dividendos a pagar | - | - | - | 4.313 | 1.149 | - |
| Outras contas a pagar | - | - | 600 | 2.635 | 6.663 | 6.889 |
| Total do passivo circulante | | 10.237 | 10.220 | 10.183 | 320.719 | 311.850 |
| | | | | | | 254.280 |
| Não circulante | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 17 | - | - | 61.857 | 66.988 | 73.959 |
| Parcelamento de débitos tributários | - | - | - | 108 | 163 | 213 |
| Perda com investimentos | 13 | - | 22 | - | - | - |
| Tributos diferidos | 27 | 23.977 | 23.797 | 22.172 | 43.376 | 43.325 |
| Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | 19 | - | - | 28.555 | 9.771 | 5.477 |
| Outras contas a pagar | - | - | - | 192 | 1.769 | 4.056 |
| Total do passivo não circulante | | 23.977 | 23.819 | 22.172 | 134.088 | 122.016 |
| | | | | | | 126.003 |
| Patrimônio líquido | | | | | | |
| Capital social | 20 | 1.886 | 1.886 | 1.886 | 1.886 | 1.886 |
| Ações em tesouraria | | (1.283) | (1.283) | (1.283) | (1.283) | (1.283) |
| Reserva de capital | | 3.467 | 3.467 | 3.467 | 3.467 | 3.467 |
| Reservas de lucros | | 78.389 | 56.621 | 52.055 | 78.389 | 56.621 |
| Ajuste de avaliação patrimonial | | - | 583 | 1.255 | - | 583 |
| Patrimônio líquido atribuível aos controladores | | 82.459 | 61.274 | 57.380 | 82.459 | 61.274 |
| Participação de não controladores | | - | - | - | 2 | (138) |
| Total do patrimônio líquido | | 82.459 | 61.274 | 57.380 | 82.461 | 61.136 |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | | 116.673 | 95.313 | 89.735 | 537.268 | 495.002 |
| | | | | | | 437.503 |

BMRV Participações S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

| Notas | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|--------------|----------------|---------|-------------|------------------|-------------------------|
| | 2020 | 2019 | 2018 | 2020 | 2019 | 2018 (reapresentado) |
| Receita operacional líquida | 21 | - | - | - | 444.096 | 302.467 |
| Custo dos produtos vendidos e serviços prestados | 22 | - | - | - | (172.067) | (119.628) |
| Lucro bruto | | - | - | - | 272.029 | 182.839 |
| Despesas operacionais | | | | | | |
| Comerciais | 23 | - | - | - | (125.766) | (111.302) |
| Gerais e administrativas | 24 | (18) | (46) | (31) | (88.692) | (59.742) |
| Resultado da equivalência patrimonial | 13 | 20.853 | 785 | (5.968) | - | - |
| Ajuste a valor justo | 12 | 530 | 4.780 | 13.450 | 1.020 | 5.749 |
| Outras receitas operacionais, líquidas | | - | - | - | 494 | 4.606 |
| | | 21.365 | 5.519 | 7.451 | (212.944) | (160.689) |
| Lucro antes das receitas e despesas financeiras | | 21.365 | 5.519 | 7.451 | 59.085 | 22.150 |
| Receitas financeiras | 25 | - | - | - | 4.393 | 6.986 |
| Despesas financeiras | 25 | - | - | - | (17.312) | (20.487) |
| | | - | - | - | (12.919) | (13.501) |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | | 21.365 | 5.519 | 7.451 | 46.166 | 8.649 |
| Imposto de renda e contribuição social | 27 | - | - | - | (14.947) | (2.460) |
| Corrente | | (180) | (1.625) | (4.573) | (3.503) | (1.123) |
| Diferido | | (180) | (1.625) | (4.573) | (18.450) | (3.583) |
| Lucro líquido do exercício | | 21.185 | 3.894 | 2.878 | 27.716 | 5.066 |
| Resultado atribuível aos: | | | | | | |
| Acionistas controladores | | | | | 21.185 | 3.894 |
| Acionistas não controladores | | | | | 6.531 | 1.172 |
| Lucro líquido do exercício | | | | | 27.716 | (160) |
| | | | | | | 5.066 |
| Lucro por ação básico – R\$ | 26 | 11.2304 | 2.0642 | 1.5257 | | |
| Lucro por ação diluído – R\$ | 26 | 11.2304 | 2.0642 | 1.5257 | | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BMRV Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|------------------------------------|---------------|-------|-------|---------------|-------|-------|
| | 2020 | 2019 | 2018 | 2020 | 2019 | 2018 |
| Lucro líquido do exercício | 21.185 | 3.894 | 2.878 | 27.716 | 5.066 | 2.718 |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - | - | - |
| Resultados abrangente do exercício | 21.185 | 3.894 | 2.878 | 27.716 | 5.066 | 2.718 |
| Resultado atribuível aos: | | | | | | |
| Acionistas controladores | | | | 21.185 | 3.894 | 2.878 |
| Acionistas não controladores | | | | 6.531 | 1.172 | (160) |
| Lucro líquido do exercício | | | | 27.716 | 5.066 | 2.718 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BMRV Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

| | Capital social | Ações em tesouraria | Reserva de capital | Reserva legal | Ajustes de avaliação patrimonial | | | Lucros acumulados | Total | Participação de não controladores | Total |
|---|----------------|---------------------|--------------------|---------------|----------------------------------|-------------------|---|-------------------|--------|-----------------------------------|---------|
| | | | | | Reservas de lucros | Ajustes de lucros | Reservado para acionistas controladores | | | | |
| Saldos em 01 de janeiro de 2018 | 1.886 | (1.283) | 3.467 | 377 | 45.516 | 1.927 | - | 51.890 | - | - | 51.890 |
| Realização do ajuste de avaliação patrimonial, líquido dos impostos (Nota 20 e) | - | - | - | - | 672 | (672) | - | 2.878 | 2.878 | (160) | 2.718 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Destinação do lucro do exercício (Nota 20 f): | - | - | - | - | 2.612 | - | - | 2.612 | 2.612 | - | 2.612 |
| Reversão de dividendos propostos | - | - | - | - | 2.878 | - | (2.878) | - | - | - | - |
| Constituição de reservas | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 (representado) | 1.886 | (1.283) | 3.467 | 377 | 51.678 | 1.255 | - | 57.380 | (160) | 57.220 | |
| Participação de não controladores | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (1.150) | (1.150) |
| Realização do ajuste de avaliação patrimonial líquido dos impostos (Nota 20 e) | - | - | - | - | 672 | (672) | - | 3.894 | 3.894 | 1.172 | 5.066 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Destinação do lucro do exercício (Nota 20 f): | - | - | - | - | 3.894 | - | (3.894) | - | - | - | - |
| Constituição de reservas | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 1.886 | (1.283) | 3.467 | 377 | 56.244 | 583 | - | 61.274 | (138) | 61.136 | |
| Realização do ajuste de avaliação patrimonial líquido dos impostos (Nota 20 e) | - | - | - | - | 583 | (583) | - | 21.185 | 21.185 | 6.531 | 27.716 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Destinação do lucro do exercício (Nota 20 f): | - | - | - | - | 21.185 | - | (21.185) | - | - | (6.391) | (6.391) |
| Distribuição de dividendos aos não controladores | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Constituição de reservas | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 1.886 | (1.283) | 3.467 | 377 | 78.012 | - | - | 82.459 | 2 | 82.461 | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BMRV Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|-----------------|---------|----------|------------------|-------------|-------------------------|
| | 2020 | 2019 | 2018 | 2020 | 2019 | 2018 (reapresentado) |
| Atividades operacionais | | | | | | |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | 21.365 | 5.519 | 7.451 | 46.166 | 8.649 | 4.991 |
| Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa: | | | | | | |
| Receita financeira | - | - | - | (5.207) | (3.453) | (3.473) |
| Despesas financeiras | - | - | - | 14.682 | 12.756 | 10.120 |
| Depreciação e amortização | - | - | - | 22.304 | 20.875 | 21.487 |
| Resultado líquido da alienação de bens do ativo | | | - | | | |
| Imobilizado e intangível | - | - | - | 12.278 | 8.877 | 1.883 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | - | - | - | (641) | 252 | 198 |
| Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | - | - | - | 3.737 | 846 | 487 |
| Valor justo de propriedade para investimento | (530) | (4.780) | (13.450) | (1.020) | (5.749) | (18.040) |
| Resultado da equivalência patrimonial | (20.853) | (785) | 5.968 | - | - | - |
| Aumento (redução) nos ativos operacionais: | | | | | | |
| Contas a receber | - | - | - | (10.764) | (17.288) | (550) |
| Tributos a recuperar | - | - | - | (2.234) | (1.390) | (115) |
| Depositos judiciais | - | - | - | (343) | (1.004) | |
| Estoques | - | - | - | (42.034) | (6.321) | 22.479 |
| Partes relacionadas | 17 | 637 | 1.765 | - | - | - |
| Outros ativos operacionais | - | 7 | - | (10.165) | (20.472) | (4.189) |
| Aumento (redução) nos passivos operacionais: | | | | | | |
| Fornecedores | - | - | - | (33.209) | 24.591 | (26.128) |
| Obrigações tributárias | - | - | - | (12.411) | 923 | (1.003) |
| Obrigações sociais e trabalhistas | - | - | - | 9.693 | 3.949 | (2.745) |
| Partes relacionadas | - | - | - | 588 | 6.276 | (4.398) |
| Adiantamento a clientes | - | - | - | 27.301 | (2.212) | 6.385 |
| Dividendos a pagar | - | - | - | 3.164 | 1.149 | - |
| Outros passivos operacionais | - | (600) | 337 | 2.682 | (6.637) | (16.588) |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais | (1) | (2) | 2.071 | 24.567 | 24.617 | (9.199) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | - | - | - | - | - | - |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais | (1) | (2) | 2.071 | 24.567 | 24.617 | (9.199) |
| Atividades de investimento | | | | | | |
| Aplicação em títulos e valores mobiliários | - | - | - | (1.402.325) | (1.458.053) | (968.139) |
| Resgate em títulos e valores mobiliários | - | - | - | 1.393.641 | 1.471.042 | 954.112 |
| Aquisição de ativo imobilizado | - | - | - | (16.473) | (16.500) | (13.012) |
| Aquisição de ativo intangível | - | - | - | (3.743) | (13.583) | (3.636) |
| Aquisição de propriedade para investimento | - | - | (2.070) | (8.179) | - | (2.654) |
| Receita de alienação do ativo imobilizado | | | | 434 | 4.338 | 9.277 |
| Resgate parcial da conta caução | - | - | - | 5.000 | 5.000 | - |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | - | - | (2.070) | (31.645) | (7.756) | (24.052) |
| Atividades de financiamento | | | | | | |
| Captação de empréstimos e financiamentos | - | - | - | 66.265 | 51.259 | 98.032 |
| Pagamentos de principal de empréstimos e | - | - | - | (57.481) | (40.426) | (31.311) |
| Pagamentos de juros de empréstimos e | - | - | - | (14.344) | (12.337) | (26.172) |
| Pagamentos de custo de transação de empréstimos e | | | | (341) | (629) | (1.599) |
| Financiamentos | - | - | - | (23) | (23) | (23) |
| Pagamento de parcelamento de débitos tributários | - | - | - | (5.924) | (2.156) | 38.927 |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos | (1) | (2) | 1 | (13.002) | 14.705 | 5.676 |
| Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa: | | | | | | |
| No início do exercício | 1 | 3 | 2 | 30.816 | 16.111 | 10.435 |
| No final do exercício | - | 1 | 3 | 17.814 | 30.816 | 16.111 |
| Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa | (1) | (2) | 1 | (13.002) | 14.705 | 5.676 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BMRV Participações S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|--|---------------|---------|---------|------------------|-----------|-----------|
| | 2020 | 2019 | 2018 | 2020 | 2019 | 2018 |
| Receitas | | | | | | |
| Receita operacional bruta deduzida de descontos | - | - | - | 1.031.951 | 744.303 | 588.207 |
| Receita de alienação do ativo imobilizado | - | - | - | 434 | 4.338 | 9.277 |
| Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa | - | - | - | 641 | (252) | (198) |
| Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS, IPI, PIS e COFINS) | | | | | | |
| Custo dos produtos, serviços e mercadorias vendidas | - | - | - | (172.067) | (119.628) | (115.818) |
| Materiais, energia elétrica, serviços de terceiros e outras | (198) | (1.671) | (4.604) | (79.399) | (65.801) | (48.626) |
| Ajuste valor justo de imóveis | 530 | 4.780 | 13.450 | 1.020 | 5.749 | 18.040 |
| Honorários dos administradores | - | - | - | (3.191) | (2.703) | (3.028) |
| Valor adicionado bruto | 332 | 3.109 | 8.846 | 779.389 | 566.006 | 447.854 |
| Depreciação e amortização | - | - | - | (22.304) | (20.875) | (21.487) |
| Valor adicionado líquido gerado | 332 | 3.109 | 8.846 | 757.085 | 545.131 | 426.367 |
| Valor adicionado recebido em transferência | | | | | | |
| Resultado de equivalência patrimonial | 20.853 | 785 | (5.968) | - | - | - |
| Receitas financeiras | - | - | - | 4.393 | 6.986 | 6.576 |
| Valor adicionado total a distribuir | 21.185 | 3.894 | 2.878 | 761.478 | 552.117 | 432.943 |
| Distribuição do valor adicionado | | | | | | |
| Impostos, taxas e contribuições | | | | | | |
| Federais | - | - | - | 586.194 | 424.822 | 325.287 |
| Estaduais | - | - | - | 9.723 | 4.605 | 1.029 |
| Municipais | - | - | - | 3.394 | 1.875 | 1.443 |
| Pessoal | | | | | | |
| Remuneração direta | - | - | - | 94.902 | 75.065 | 60.688 |
| FGTS | - | - | - | 4.008 | 4.053 | 3.496 |
| Benefícios | - | - | - | 8.172 | 7.605 | 6.205 |
| Remuneração de capitais de terceiros | | | | | | |
| Despesa com ocupação | - | - | - | 10.057 | 8.539 | 9.288 |
| Despesas financeiras | - | - | - | 17.312 | 20.487 | 22.689 |
| Remuneração de capitais próprios | | | | | | |
| Participação dos controladores nos lucros retidos | 21.185 | 3.894 | 2.878 | 27.716 | 5.066 | 2.818 |
| Valor adicionado | 21.185 | 3.894 | 2.878 | 761.478 | 552.117 | 432.943 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações gerais

A BMRV Participações S.A. (“BMRV” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 05 de novembro de 2004, com sede em Belo Horizonte, estado de Minas Gerais. A Companhia opera como holding das controladas RV Tecnologia e Sistemas S.A. (“RV”), com sede em Belo Horizonte, BM Logística Comércio e Serviços S.A. (“BM”), com sede em Salvador e Aplic Tecnologia e Serviços Ltda. (“APLIC”), com sede em Nova Lima-MG, que têm por objeto a distribuição de cartões de recarga e chips de celular, assim como a prestação de serviço de recarga virtual, a administração de bens próprios e a participação em outras sociedades na qualidade de sócias quotistas ou acionista.

As controladas RV, APLIC e BM possuem uma rede de transações eletrônicas e venda de serviços pré-pagos em nível nacional, além de possuir uma ampla rede de captura, que oferece soluções via POS (Point of Sale), TEF ou Internet, focadas na ampliação de disponibilidade de serviços pré-pagos e de aquisição, de acordo com o perfil e necessidade de cada um de seus parceiros, atualmente representados por empresas de telefonia, grandes varejistas, redes de supermercados e também pequenos estabelecimentos comerciais.

O portfólio de serviços das controladas é composto por: (i) vendas de recargas para celulares, telefones fixos e internet móvel; (ii) soluções completas para venda de ingressos para shows e parques; (iii) créditos para jogos online; (iv) integração de redes de terceiros à rede de operadoras de telefonia móvel; e (v) carteiras virtuais. A Companhia, através de suas controladas, é uma das maiores redes de distribuição e venda de recargas e chips de telefonia do país de companhias como Claro, CTBC, Embratel Livre, Nextel, Oi, Telefônica, Tim, Vivo, dentre outras.

A controlada RV possui plataforma tecnológica própria que permite a distribuição de recargas sem a necessidade do meio físico (cartão), denominada de Cellcard (“Cellcard”). O Cellcard possibilita o desenvolvimento de soluções com as quais as operadoras de telefonia do país distribuem os créditos para celulares.

A diretoria e o Conselho de Administração da Companhia autorizaram a conclusão da preparação destas demonstrações contábeis em 01 de setembro de 2021.

1.1 Impactos do COVID-19

Em virtude da declaração do surto da COVID- 19 como uma pandemia pela Organização Mundial de Saúde (“OMS”), diversas ações foram tomadas pelos governos em diversos países inclusive no Brasil, por meio dos Governos Federais, Estaduais e Municipais. Neste sentido as medidas de isolamento social adotadas para conter a propagação do vírus provocaram interferências nas atividades econômicas causando incertezas e podendo impactar as atividades do setor de telecomunicações.

As entidades governamentais vêm, desde então, implementando diversas medidas de auxílio econômico e financeiro, tais como: (i) postergação de recolhimento de alguns impostos; (ii) redução de alíquotas de contribuições obrigatórias; (iii) isenção de IOF para empréstimos e financiamentos pelo prazo de 90 dias; e (iv) prorrogação de prazos para entrega de obrigações acessórias, entre outras.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1 Impactos do COVID-19--Continuação

A Companhia está focada em atuar em 3 pilares: a preservação das pessoas, a contínua eficiência operacional e a preservação dos fundamentos empresariais necessários para a retomada da economia. O quadro de pessoal está em sua maioria atuando de forma remota, respeitando todos os decretos municipais em vigência. Foram reforçadas pela área de Recursos Humanos as ações de comunicação interna para que os colaboradores tenham orientações de prevenção ao COVID-19, bem como orientações para preservação do bem estar de todos em um novo formato operacional (“*Home Office*”). As iniciativas necessárias para lidar com uma retomada econômica estão sendo preservadas, dentre elas: a contínua melhoria dos elementos de governança, a continuidade de projetos de relevância estratégica em tecnologia, o fortalecimento do caixa da Companhia e a contínua busca por melhorias operacionais, visando sempre a excelência de seus resultados.

Impactos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Companhia está monitorando os possíveis riscos inerentes ao COVID-19 que possam vir a afetar suas operações. Até a presente data, não houve mudança significativa em relação a prestação de serviços, ativos imobilizados e demais posições patrimoniais, além de eventuais riscos de liquidez, inadimplência e demais riscos corporativos. Para fins de elaboração e divulgação das demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a administração da Companhia revisou suas atividades e projeções, de forma a identificar os possíveis impactos do COVID-19 nos negócios da Companhia.

Os efeitos da pandemia poderão afetar temporariamente os resultados dos negócios em 2021, porém a Companhia não espera impactos significativos nas prestações de serviços.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base para preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

A Companhia realizou a adoção inicial às normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) em 1º de janeiro de 2018, sem qualquer impacto no patrimônio líquido e lucro líquido decorrentes dessa adoção inicial.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.1. Base para preparação demonstrações contábeis--Continuação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, apoiadas no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e do ativo intangível, análises quanto às suas recuperabilidades nas operações, avaliação do valor justo de ativos e passivos financeiros, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências, perda em estoques e ajuste a valor presente.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas contábeis anualmente.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As *International Financial Reporting Standards* (IFRS) não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.2. Declaração de relevância

Todas as informações relevantes às demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia, conforme Orientação Técnica OCPC07.

2.3. Declaração de continuidade

A administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas com valores em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Em todas as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentadas em Reais, os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Reapresentação das demonstrações contábeis

A administração da Companhia está reapresentando as demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, para apresentar as demonstrações do valor adicionado; informações por segmento de negócios e lucro por ação; correção ao erro das demonstrações contábeis consolidadas de 31 de dezembro de 2018, reclassificação de saldos entre o passivo não circulante e o passivo circulante e aprimorar certas divulgações em notas explicativas.

A reapresentação está sendo efetuada em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (IAS 8 – Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors) e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1- Presentation of Financial Statements).

(a) Divulgações complementares:

A Companhia efetuou as seguintes alterações às notas explicativas das suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas com o objetivo de atender as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e aos requisitos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM):

- i. Inclusão da Demonstrações do valor adicionado – DVA;
- ii. Nota 3 – Resumo das principais práticas contábeis – política contábil de segmento de negócios e complementos na política contábil de instrumentos financeiros;
- iii. Nota 12 – Divulgação de garantias;
- iv. Nota 18 – Abertura da nota explicativa de adiantamentos diversos;
- v. Nota 19 – Inclusão das informações detalhadas sobre os processos relativantes com estimativa de perda possível e na divulgação da causa com estimativa de perda provável;
- vi. Nota 20 – Aprimoramento nas divulgações do Patrimônio Líquido;
- vii. Nota 26 – Inclusão da Nota de Lucro por ação;
- viii. Nota 29 - Divulgação das análises de sensibilidade adicionais nos termos da Deliberação CVM nº 550/08;
- ix. Nota 30 – Inclusão da Nota de informações por segmento de negócios;
- x. Nota 31 – Inclusão da Nota de Eventos subsequentes.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.5 Reapresentação das demonstrações contábeis--Continuação

(b) Ajustes e reclassificações:

- i) Em 31 de dezembro de 2018, a controlada RV Tecnologia iniciou as transações com as SCPs – Sociedades em conta de participação. No entanto, os saldos das SCPs não havia sido consolidados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas originalmente apresentadas.

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Companhia reclassificou os saldos entre partes relacionadas originalmente apresentados, do passivo não circulante para o passivo circulante, nos montantes de R\$ 10.237, R\$ 10.220 e R\$ 9.583, respectivamente.

Os balanços patrimoniais consolidados referentes a 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa originalmente apresentados e reapresentados, estão demonstrados a seguir:

Balanço patrimonial (ativo) Consolidado

| | 2018 | | |
|--|------------------------------|----------------|---------------|
| | Originalmente apresentado | Ajustes (i) | Reapresentado |
| Ativo | | | |
| Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 16.065 | 46 | 16.111 |
| Títulos e valores mobiliários | 46.338 | - | 46.338 |
| Conta caução | 23.551 | - | 23.551 |
| Contas a receber | 78.286 | - | 78.286 |
| Tributos a recuperar | 7.233 | 81 | 7.314 |
| Estoques | 40.061 | 915 | 40.976 |
| Valores a receber de partes relacionadas | 5.027 | (1.082) | 4.323 |
| Adiantamentos diversos | - | 2.086 | 2.086 |
| Outros ativos circulantes | 14.877 | (1.393) | 13.484 |
| Total do ativo circulante | 231.438 | 911 | 232.469 |
| Não circulante | | | |
| Realizável a longo prazo | | | |
| Valores a receber de partes relacionadas | 189 | (189) | - |
| Depósitos judiciais | 1.801 | - | 1.801 |
| Tributos a recuperar | 951 | - | 951 |
| Tributos diferidos | 8.889 | 70 | 8.959 |
| Propriedades para investimento | 136.091 | - | 136.091 |
| Investimentos | 38 | - | 38 |
| Imobilizado | 22.482 | 56 | 22.538 |
| Intangível | 34.653 | 3 | 34.656 |
| Total do ativo não circulante | 205.094 | (60) | 205.034 |
| Total do ativo | 436.532 | 971 | 437.503 |

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.5 Reapresentação das demonstrações contábeis--Continuação

(b) Ajustes e reclassificações--Continuação

Balanço patrimonial (passivo) Consolidado

| | 2018 | | |
|--|---------------------------|-------------|---------------|
| | Originalmente apresentado | Ajustes (i) | Reapresentado |
| Passivo | | | |
| Circulante | | | |
| Fornecedores | 187.824 | 1.131 | 188.955 |
| Empréstimos e financiamentos | 34.850 | - | 34.850 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 7.398 | - | 7.398 |
| Obrigações tributárias | 1.757 | - | 1.757 |
| Parcelamento de débitos tributários | 103 | - | 103 |
| Valores a pagar a partes relacionadas | 75 | - | 75 |
| Adiantamento de clientes | - | 14.253 | 14.253 |
| Outras contas a pagar | 21.143 | (14.254) | 6.889 |
| Total do passivo circulante | 253.150 | 1.131 | 254.280 |
| Não circulante | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 73.959 | - | 73.959 |
| Parcelamento de débitos tributários | 213 | - | 213 |
| Tributos diferidos | 42.298 | - | 42.298 |
| Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | 5.477 | - | 5.477 |
| Outras contas a pagar | 4.055 | 1 | 4.056 |
| Total do passivo não circulante | 126.002 | 1 | 126.003 |
| Patrimônio líquido | | | |
| Capital social | 1.886 | - | 1.886 |
| Ações em tesouraria | (1.283) | - | (1.283) |
| Reserva de capital | 3.467 | - | 3.467 |
| Reservas de lucros | 52.055 | - | 52.055 |
| Ajuste de avaliação patrimonial | 1.255 | - | 1.255 |
| Patrimônio líquido atribuível aos controladores | 57.380 | - | 57.380 |
| Participação de não controladores | - | (160) | (160) |
| Total do patrimônio líquido | 57.380 | (160) | 57.220 |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | 436.532 | 971 | 437.503 |

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.5 Reapresentação das demonstrações contábeis--Continuação

(b) Ajustes e reclassificações--Continuação

Demonstração do resultado Consolidado

| | 2018 | | |
|--|---------------------------|-------------|---------------|
| | Originalmente apresentado | Ajustes (i) | Reapresentado |
| Receita operacional líquida | 258.337 | 2.590 | 260.927 |
| Custo dos produtos vendidos e serviços prestados | (113.494) | (2.324) | (115.818) |
| Lucro bruto | 144.843 | 266 | 145.109 |
| Despesas operacionais | | | |
| Comerciais | (97.580) | (324) | (97.904) |
| Gerais e administrativas | (50.036) | (3.242) | (53.278) |
| Honorários dos administradores | (3.028) | 3.028 | - |
| Ajuste a valor justo | 18.040 | - | 18.040 |
| Outras receitas operacionais, líquidas | 9.098 | 39 | 9.137 |
| | (123.506) | (499) | (124.005) |
| Lucro antes das receitas e despesas financeiras | 21.337 | (233) | 21.104 |
| Resultado financeiro, líquido | (16.117) | 4 | (16.113) |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 5.220 | (229) | 4.991 |
| Imposto de renda e contribuição social | (2.342) | 69 | (2.273) |
| Lucro líquido do exercício | 2.878 | (160) | 2.718 |
| Resultado atribuível aos: | | | |
| Acionistas controladores | 2.878 | - | 2.878 |
| Acionistas não controladores | - | (160) | (160) |
| Lucro líquido do exercício | 2.878 | (160) | 2.718 |

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.5 Reapresentação das demonstrações contábeis--Continuação

(b) Ajustes e reclassificações--Continuação

Demonstração dos fluxos de caixa Consolidado

| | 2018 | | |
|--|---------------------------|-------------|---------------|
| | Originalmente apresentado | Ajustes (i) | Reapresentado |
| Atividades operacionais | | | |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | 5.220 | (229) | 4.991 |
| Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa: | | | |
| Receita financeira | (3.473) | - | (3.473) |
| Despesas financeiras | 10.120 | - | 10.120 |
| Depreciação e amortização | 21.487 | - | 21.487 |
| Resultado líquido da alienação de bens do ativo imobilizado e intangível | 1.883 | - | 1.883 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 198 | - | 198 |
| Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | 487 | - | 487 |
| Valor justo de propriedade para investimento | (18.040) | - | (18.040) |
| Aumento (redução) nos ativos operacionais: | 17.399 | (226) | 17.625 |
| Aumento (redução) nos passivos operacionais: | (34.974) | (9.503) | (44.477) |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | 307 | (9.506) | (9.199) |
| Atividades de investimento | | | |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | (33.182) | (9.130) | (24.052) |
| Atividades de financiamento | | | |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos | 38.505 | 422 | 38.927 |
| Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa | 5.630 | 46 | 5.676 |
| Caixa e equivalentes de caixa: | | | |
| No início do exercício | 10.435 | - | 10.435 |
| No final do exercício | 16.065 | 46 | 16.111 |
| Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa | 5.630 | 46 | 5.676 |

As demonstrações dos resultados abrangentes e das mutações do patrimônio líquido sofreram ajustes, basicamente, no lucro líquido do exercício.

As demonstrações contábeis individuais da Companhia sofreram ajustes, basicamente, no saldo de investimentos e equivalência patrimonial.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1. Apuração do resultado

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle das mercadorias ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia e suas controladas esperam ter direito em troca destes bens ou serviços. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação que se espera receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas e prestação de serviços.

A receita de venda de mercadorias e serviços é reconhecida quando forem satisfeitas as obrigações de desempenho, ou seja, no caso da Companhia e suas controladas, quando houver a transferência física das mercadorias prometidas e o cliente obtiver o controle desses bens ou serviços, o que, geralmente ocorre no momento da entrega dos bens (cartão de recarga ou chip) ou serviços (no momento da efetiva realização da recarga virtual).

A Companhia e suas controladas avaliam as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que as controladas atuam como agente, sendo a receita reconhecida numa base líquida, que reflete a comissão recebida das operadoras.

As demais receitas, despesas e custos são reconhecidos quando incorridos e/ou realizados de acordo com o regime de competência. O resultado inclui os rendimentos, os encargos e as variações monetárias, a índices e taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes e, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de sua realização.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício está apresentada na Nota 21.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia e suas controladas tenham aplicado o expediente prático, a Companhia e suas controladas inicialmente mensuram um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia e suas controladas tenham aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia e suas controladas não possuem ativos financeiros classificados nas categorias de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumuladas (instrumentos de dívida) e ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes sem reclassificação de ganhos e perdas acumuladas no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, conta caução, contas a receber, depósitos judiciais e valores a receber de partes relacionadas.

Ativos financeiros ao custo amortizado

A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

Ativos financeiros ao custo amortizado--Continuação

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Os ativos financeiros da Companhia e suas controladas classificados valor justo por meio do resultado incluem títulos e valores mobiliários.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; a Companhia e suas controladas transferiram os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (a) a Companhia e suas controladas transferiram substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia e suas controladas não transferiram nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiram o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros (inclui a provisão para perdas ao valor recuperável de contas a receber de clientes)

Para os ativos financeiros passíveis de análise de redução ao valor recuperável não foi reconhecida nenhuma perda esperada no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, pois de acordo com a avaliação da Companhia e suas controladas, além do risco associado ser baixo, não há histórico de perdas. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo ou custo amortizado, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores, empréstimos e financiamentos e valores a pagar a partes relacionadas.

Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Passivos financeiros --Continuação

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não utilizam instrumentos financeiros derivativos, como swaps de taxa de juros e moeda, para proteger-se contra seus riscos de taxa de juros e taxa de câmbio.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.4. Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos; excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a Companhia e suas controladas contabilizam a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso.

3.5. Estoques

São contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluindo os custos de transporte do local do estabelecimento do fornecedor para o centro de distribuição ou lojas da Companhia e suas controladas, deduzidos de bonificações recebidas de fornecedores e por obrigações decorrentes de compra de mercadorias.

O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Os estoques também são reduzidos pela provisão para perdas e quebras ou por obsolescência, a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto à sua adequação.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.6. Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações e perdas do valor recuperável, se aplicável. O custo inclui o montante de aquisição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfeitos os critérios de reconhecimento.

A depreciação de bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 14 que levam em consideração a vida útil desses bens. A depreciação das benfeitorias em imóveis alugados é calculada com base nos respectivos prazos dos contratos de locação. Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado.

Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.7. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e/ou perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.8. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros ao custo amortizado e são atualizados pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, e deduzido quando aplicável dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

3.9 Segmentos de negócios

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Como forma de gerenciar seu negócio, no âmbito financeiro e operacional, a Companhia classificou seus negócios em dois segmentos, sendo eles: i) recarga e chip; e ii) prestação de serviços.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.10. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperabilidade ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas, quando incorridas, são classificadas como outras despesas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 não foram identificados evidências ou indicativos de perda no valor dos ativos não financeiros.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

3.11. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes serão gerados em favor da Companhia e suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.12. Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia e suas controladas. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

3.13. Tributação

Imposto de renda e contribuição social correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, computadas pela metodologia do Lucro Real. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo princípio de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos, quando aplicáveis, são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Imposto sobre vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social – PIS: Alíquota de 1,65% (Regime não cumulativo) e 0,65% (Regime cumulativo);
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS: Alíquota de 7,60% (Regime não cumulativo) e 3% (Regime cumulativo).

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.13. Tributação--Continuação

Imposto sobre vendas--Continuação

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

3.14. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas, a administração fez os julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir:

i) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extração.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

ii) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

iii) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam suas premissas e estimativas pelo menos anualmente.

iv) Vida útil dos ativos intangíveis e imobilizados

A depreciação ou amortização dos ativos intangíveis e imobilizados considera a melhor estimativa da administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

v) Mensuração a valor justo de propriedades para investimento

A Companhia e suas controladas apresentam suas propriedades para investimento a valor justo, sendo as mudanças no valor justo na data de aquisição. O valor justo dos imóveis foi determinado pelos métodos Comparativo Direto de Dados de Mercado (CDDM) com tratamento por fatores (“Fatores”) e tratamento científico (“Inferência”) e o Involutivo em que o valor do terreno alicerçado no seu aproveitamento eficiente, baseado em modelo de estudo de viabilidade técnico-econômica, mediante hipotético empreendimento compatível com as características do bem e com as condições do mercado no qual está inserido, considerando-se cenários viáveis para a execução e comercialização do produto. Essa metodologia é utilizada quando apesar da existência de um mercado ativo de terrenos na região do imóvel em questão, o mesmo não apresenta comparativos com características semelhantes a este, devendo ainda, para utilização desta metodologia, haver condições de mercado que possibilitem e viabilizem sua aplicação.

vi) Provisão para perda de crédito esperado

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para contas a receber de clientes, a Companhia e suas controladas aplicam uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia e suas controladas não acompanham as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.16. Demonstrações dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica (NBCT 3.8 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2)) emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia e suas controladas apresentam os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como parte das atividades de financiamento.

4. Normas, alterações, interpretações de normas

4.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

A Companhia e suas aplicaram pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após essa data. A Companhia e suas decidiram não adotaram antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Normas, alterações, interpretações de normas--Continuação

4.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020--Continuação

Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios--Continuação

Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos.

Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas, mas podem impactar períodos futuros caso a Companhia ingresse em quaisquer combinações de negócios.

Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge.

Essas alterações não têm impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas, uma vez que não possui relações de hedge de taxas de juros.

Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material.

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações contábeis. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários.

Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia e suas controladas.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Normas, alterações, interpretações de normas--Continuação

4.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020--Continuação

Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

A revisão do pronunciamento estabelece alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns temas importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19

Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento. As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia e suas controladas.

Alterações ao IAS 1:Classificação de passivos como circulante ou não circulante.

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia e suas controladas avaliam o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

5. Demonstrações contábeis consolidadas

Base de consolidação e investimento em controlada

Controlada é toda a entidade na qual a Companhia detém o controle, e é totalmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle, sua consolidação é interrompida.

Os saldos consolidados nas demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 incluem as seguintes empresas controladas:

| Controladas | % de Participação | | |
|--|-------------------|-------------|--|
| | 2020 | 2019 e 2018 | |
| Diretas: | | | |
| RV Tecnologia e Sistemas S.A. ("RV") | 100,00 | 100,00 | |
| BM Logística Comércio e Serviços S.A. ("BM") | 100,00 | 100,00 | |
| Aplic Tecnologia e Serviços Ltda. ("APLIC") | 99,99 | 99,99 | |
| Indiretas: (a) | | | |
| SCP - DDD 13 e 15 | 55,00 | 55,00 | |
| SCP – DDD 91, 92 e 93 | 50,00 | 50,00 | |
| SCP – DDD 41, 43,44, 45 e 48 | 51,00 | 51,00 | |
| SCP – DDD 82, 83, 84, 85, 86, 88 e 89 | 30,00 | - | |

(a) Sociedades em Conta de Participação

No decorrer do 4º trimestre de 2018, a controlada RV iniciou sua participação como sócia ostensiva em duas operações de natureza Sociedade em Conta de Participação ("SCP"). A primeira operação refere-se aos DDDs 13 e 15 e a segunda operação aos DDDs 91, 92 e 93, possuindo o mesmo portfólio de mercadorias e serviços oferecidos pela própria controlada.

No decorrer do 3º trimestre de 2019, a controlada RV iniciou uma nova participação como sócia ostensiva na operação de natureza Sociedade em Conta de Participação ("SCP"), referente aos DDDs 41, 43, 44, 45 e 48, também possuindo o mesmo portfólio de mercadorias e serviços oferecidos pela própria controlada.

No final do 1º trimestre de 2020, a controlada RV iniciou mais uma participação como sócia ostensiva na operação de natureza Sociedade em Conta de Participação ("SCP"), referente aos DDDs 82, 83, 84, 85, 86, 88 e 89, também possuindo o mesmo portfólio de mercadorias e serviços oferecidos pela própria controlada.

Os saldos apresentados pela controlada RV para posterior consolidação junto à sua controladora BMRV, incluem suas operações próprias e as operações realizadas pelas SCPs, na proporção de sua participação, conforme demonstrado no quadro acima.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da controlada. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da controlada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e a controlada, quando aplicável, são eliminados de acordo com a participação mantida na controlada.

A participação societária na controlada será demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o prejuízo atribuível aos acionistas da controlada.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

5. Demonstrações contábeis consolidadas--Continuação

Sumário das demonstrações contábeis consolidadas

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre a controlada, a Companhia avaliará e reconhecerá o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da controlada no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

Controladora do grupo

A controladora ("holding") do grupo é a BMRV Participações S.A., sediada no Brasil.

6. Caixa e equivalentes de caixa

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|----------------------------|--------------|------|------|---------------|--------|--------|
| | 2020 | 2019 | 2018 | 2020 | 2019 | 2018 |
| Caixa | - | - | - | 28 | 18 | 24 |
| Contas correntes bancárias | - | 1 | 3 | 16.397 | 9.939 | 8.227 |
| Numerários em trânsito (a) | - | - | - | 1.389 | 20.859 | 7.860 |
| | - | 1 | 3 | 17.814 | 30.816 | 16.111 |

(a) O numerário em trânsito refere-se ao recebível de cliente que foi identificado pelo Banco no final do exercício, mas estava disponível na conta corrente apenas no dia 1º de janeiro do exercício subsequente.

7. Títulos e valores mobiliários (Consolidado)

| Descrição | Remuneração | 2020 | 2019 | 2018 |
|------------------------|------------------|------|---------------|--------|
| Aplicações financeiras | 50% a 94% do CDI | (a) | 44.316 | 34.622 |
| | | | 44.316 | 34.622 |

(a) As aplicações financeiras estão representadas em sua maioria por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), indexados à variação do CDI – Certificados de Depósitos Interbancários, com vencimento no curto prazo e estão vinculadas às cartas de fiança contratadas pelas controladas junto a estas instituições financeiras, oferecidas como garantia dos saldos a pagar aos fornecedores, contratadas junto a instituições financeiras que operam no mercado nacional e em condições e taxas normais de mercado, com baixo risco de liquidez, e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)

8. Conta caução (Consolidado)

Em 17 de abril de 2014 e 17 de agosto de 2015, a controlada RV realizou depósitos caução nos valores de R\$ 15.500 e R\$ 2.000, respectivamente, com o objetivo de manter limite de crédito junto à operadora Oi, relativo ao “Contrato de Compra e Venda de Créditos de Recarga Online” vigente. Este ativo é remunerado pelo CDI (Certificado de Depósito Interbancário), acrescido de juros de 0,8% ao ano, e será devolvido à controlada RV quando do término do contrato de recarga on-line que tem vigência de um ano e está sujeito a renovação automática em comum acordo entre as partes. A administração não espera ter perdas na realização destes valores.

| | 2020 | 2019 | 2018 |
|--------------------|---------------|---------------|---------------|
| Saldo inicial | 20.036 | 23.551 | 21.980 |
| Resgate (a) | (5.000) | (5.000) | - |
| Juros apropriados | 634 | 1.485 | 1.571 |
| Saldo final | 15.670 | 20.036 | 23.551 |

(a) Em 09 de janeiro de 2020 e 11 de novembro de 2019, a controlada RV optou por resgatar os montantes de R\$ 5.000 para cada período, o qual foi recebido em moeda corrente .

9. Contas a receber (Consolidado)

A provisão para perda estimada com crédito de liquidação duvidosa é constituída com base nas perdas de crédito esperadas em todo o seu contas a receber, com base nos últimos 12 meses , em montante considerado suficiente pela administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

| | 2020 | 2019 | 2018 |
|--|---------------|---------------|-------------|
| Contas a receber de clientes | 107.365 | 97.883 | 80.595 |
| Provisão para perdas estimada com crédito de liquidação duvidosa | (1.920) | (2.561) | (2.309) |
| 105.445 | 95.322 | 78.286 | |

A composição das contas a receber de clientes por idade de vencimento é como segue:

| | 2020 | 2019 | 2018 |
|------------------------------|---------------|---------------|-------------|
| A vencer | 92.706 | 86.590 | 73.878 |
| Vencidas há 30 dias | 6.017 | 6.417 | 4.553 |
| Vencidas de 31 a 60 dias | 1.188 | 749 | 522 |
| Vencidas de 61 a 180 dias | 4.056 | 2.781 | 1.176 |
| Vencidas há mais de 180 dias | 3.398 | 1.346 | 466 |
| 107.365 | 97.883 | 80.595 | |

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

9. Contas a receber (Consolidado)--Continuação

A seguir é demonstrada a movimentação da provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa:

| | Provisão |
|----------------------------------|-----------------|
| Saldos em 01 de janeiro de 2018 | (2.111) |
| Constituição de provisão | (198) |
| <hr/> | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | (2.309) |
| Constituição de provisão | (252) |
| <hr/> | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | (2.561) |
| Reversão de provisão | 641 |
| <hr/> | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | (1.920) |
| <hr/> | |

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, nenhum cliente individualmente representa mais de 1% do saldo total de contas a receber. Com base no IFRS 9/ CPC 48, a perda estimada em crédito de liquidação duvidosa é constituída com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela administração para fazer face a perdas esperadas na realização dos créditos.

Ajuste a valor presente

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, as controladas não possuem nenhuma operação de contas a receber que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente. O prazo médio de recebimentos é de 7 dias aproximadamente (2019 – 7 dias; 2018 – 7 dias).

10. Estoques (Consolidado)

Os estoques das controladas referem-se substancialmente a cartões pré pagos e chips de telefonia, conforme composição por operadora de telefonia abaixo:

| | 2020 | 2019 | 2018 |
|-------------------------------------|-------------|-------------|-----------------|
| | | | (reapresentado) |
| Recarga de celular pré-pago e chip: | | | |
| TIM | 39.686 | 19.227 | 14.704 |
| Oi | 22.745 | 20.692 | 19.319 |
| Claro | 13.881 | 2.377 | 4.978 |
| Vivo | 12.602 | 4.265 | 1.663 |
| Outros | 417 | 736 | 312 |
| | <hr/> | <hr/> | <hr/> |
| | 89.331 | 47.297 | 40.976 |

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)

11. Partes relacionadas

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|--|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------|---------|-------------------------|
| | 2020 (reapresentado) | 2019 (reapresentado) | 2018 (reapresentado) | 2020 | 2019 | 2018 (reapresentado) |
| | (b) | (e) | | | | |
| Ativo circulante | | | | | | |
| Valores a receber de partes relacionadas | | | | | | |
| Sirius Investimentos e Participações S.A. | | | | | | |
| Pessoa física | | | | | | |
| | | | | 663 | 7.946 | 189 |
| | | | | 250 | - | 4.134 |
| | | | | 913 | 7.946 | 4.323 |
| Passivo circulante | | | | | | |
| Valores a pagar a partes relacionadas | | | | | | |
| Maxi Frota Serv. de Manutenção e Frota Ltda. | (a) | - | - | - | 26 | 10.059 |
| Sirius Investimentos e Participações S.A. | (c) | - | - | - | 76 | 65 |
| 3P Investimentos S.A. | (b) | - | - | - | 3.782 | - |
| BM Logística Comércio e Serviços S.A. | (a) | 3.752 | 3.752 | 3.752 | - | - |
| RV Tecnologia e Sistemas S.A. | (a) | 6.485 | 6.468 | 5.831 | - | - |
| | | 10.237 | 10.220 | 9.583 | 3.884 | 10.124 |
| | | | | | | 75 |
| Demonstração do resultado | | | | | | |
| Despesas comerciais | (d) | - | - | (568) | (579) | (662) |
| Despesas gerais e administrativas | (d) | - | - | (532) | (329) | (314) |
| Resultado financeiro: | | | | | | |
| Despesas com juros | (b) | - | - | (205) | (150) | (129) |
| Despesas com garantias | (c) | - | - | (774) | (801) | (794) |
| | | - | - | (2.079) | (1.879) | (1.899) |

Todas as operações realizadas foram efetuadas de acordo com as condições específicas pactuadas entre as partes, conforme segue:

- (a) Os saldos contabilizados no passivo circulante da controladora e consolidado referem-se a contrato de gestão de recursos ("conta corrente") entre as partes, sem prazo determinado de liquidação e sem incidência de juros.
- (b) O saldo contabilizado no ativo circulante, no montante de R\$ 663 (2019 – R\$ 7.946; 2018 – R\$ 189) refere-se à contrato de conta corrente entre as controladas BM e RV junto à Sirius Investimentos e Participações S.A. ("Sirius"), sem prazo determinado de liquidação e com incidência de juros a 1% a.a. O valor dos juros reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 205 (2019 – R\$ 150; 2018 – R\$ 129).
- (c) Em 2015, a 3P investimentos S.A. firmou contrato de comissão por assunção de risco junto a controlada RV Tecnologia e Sistemas S.A.. O valor da comissão pago pela controlada consiste na compensação financeira pela prestação de garantia fidejussória prestada à RV pela Sirius, em decorrência de contratos de captação de recursos firmados com as instituições financeiras desde 2009. A comissão paga equivale a 1% do valor da operação financeira garantida. Este contrato tem prazo indeterminado. O valor da comissão reconhecida no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 774 (2019 – R\$ 801; 2018 – R\$ 794), enquanto o saldo em aberto para pagamento, registrado no passivo circulante, nesta mesma data monta R\$ 76 (2019 – R\$ 65; 2018 – R\$ 75).
- (d) Rateio de despesas referentes à prestação de serviços societários e de planejamento pela Sirius. O valor da assessoria reconhecida no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 1.110 (2019 – R\$ 908; 2018 – R\$ 976). (Vide Notas 23 e 24).
- (e) O saldo contabilizado refere-se a montante a ser recebida de Diretores, os quais foram disponibilizados para depósito em previdência privada do Banco do Brasil, devido a necessidade de garantia para empréstimos e financiamentos da controlada RV.

A Companhia e suas controladas não possuem em aberto outras garantias prestadas a partes relacionadas, além daquelas descritas no tópico (c) acima.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

11. Partes relacionadas--Continuação.

Remuneração da administração

As despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da administração (Presidência, Diretorias e Conselho) estão apresentadas abaixo:

| | 2020 | 2019 | 2018 |
|--|--------------|--------------|--------------|
| Remuneração do Conselho de administração | | | |
| Diretoria Executiva | | | |
| Honorários e remuneração | 3.191 | 2.358 | 3.028 |
| Total | 3.191 | 2.358 | 3.028 |

Em 31 de dezembro de 2020, o pessoal chave da administração constituía em 03 Diretores (2019 – 03; 2018 - 03) e 05 membros do Conselho de administração (31/12/2019 – 05, 31/12/2018 - 05). A Companhia e suas controladas não concedem aos seus Administradores remuneração baseada em ações, benefícios pós emprego ao benefício de rescisão contratada, além dos previstos na legislação brasileira.

12. Propriedades para investimento

De acordo com o pronunciamento CPC 28 – Propriedades para investimento, a propriedade mantida para auferir aluguel ou para valorização do capital ou para ambos pode ser registrada como propriedades para investimento. As propriedades para investimentos da Companhia e suas controladas estão adquiridas para valorização do capital, a fim de serem dadas como garantia para aumentar o limite de crédito junto as operadoras de telefonia, refletindo em um menor custo financeiro (juros) para a Companhia, pela menor necessidade de captação de garantia com terceiros.

Quando reconhecidas na controladora BMRV e nas controladas RV e BM, as propriedades para investimentos foram inicialmente mensuradas pelo seu custo. A mensuração e o ajuste a valor justo de seus terrenos passou a ser realizado pela Companhia e suas controladas após análise de especialistas e serão realizados anualmente na data de fechamento do balanço no final de cada exercício social.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)

12. Propriedades para investimento--Continuação

A descrição das propriedades mantidas para investimento encontra-se demonstrada a seguir:

| Terrenos | Localização | Tamanho (m ²) | 31/12/20 | Adições | Ajuste a valor justo (*) | 31/12/2020 |
|---|-----------------------------|------------------------------|--------------|--------------|--------------------------------|------------|
| | | | 19 | | | |
| Loteamento Alto de Nova Cabralia, Gleba I | Santa Cruz de Cabralia - BA | 99.399 | 4.770 | - | 60 | 4.830 |
| Povoado de Trancoso, Gleba 16 | Porto Seguro - BA | 100.216 | 14.010 | - | 80 | 14.090 |
| Povoado de Trancoso, Gleba 8 | Porto Seguro - BA | 100.000 | 13.730 | - | 100 | 13.830 |
| Povoado de Trancoso, Gleba 15 | Porto Seguro - BA | 79.831 | 10.460 | - | 30 | 10.490 |
| Povoado de Trancoso, Gleba 7 | Porto Seguro - BA | 100.000 | 13.730 | - | 100 | 13.830 |
| Gleba Urbanizável KM 5, Gleba 2 | Santa Cruz de Cabralia - BA | 54.200 | 1.400 | - | - | 1.400 |
| Loteamento Verdes Mares, Gleba 1, 2 e 3 | Alcobaça - BA | 71.537 | 4.010 | - | 50 | 4.060 |
| Loteamento Verdes Mares, Gleba 1, 2 e 3 | Alcobaça - BA | 60.000 | 3.360 | - | 20 | 3.380 |
| Fazenda Calção de Fora | Alcobaça - BA | 20.000 | 13.210 | - | 90 | 13.300 |
| Subtotal BMRV - Controladora | | 78.680 | - | 530 | 79.210 | |
| Fazenda São Lázaro, Gleba Urbanizável | Maraú - BA | 139.925 | 8.340 | - | 90 | 8.430 |
| Fazenda São Lázaro, Gleba Urbana | Maraú - BA | 180.000 | 10.300 | - | 220 | 10.520 |
| Córrego Seco, Gleba Urbana | Porto Seguro - BA | 685.684 | 24.810 | - | (130) | 24.680 |
| Sítio São Lázaro | Maraú - BA | 60.000 | 4.140 | - | 60 | 4.200 |
| Sítio Ecológico Jardim do Espelho | Porto Seguro - BA | 75.000 | - | 8.179 | - | 8.179 |
| Subtotal RV | | 47.590 | 8.179 | 240 | 56.009 | |
| Localidade de Barra do Braço | Belmonte - BA | 65.500 | 3.900 | - | 60 | 3.960 |
| Localidade de Barra do Braço | Belmonte - BA | 65.500 | 3.900 | - | 60 | 3.960 |
| Localidade de Barra do Braço | Belmonte - BA | 65.500 | 3.900 | - | 60 | 3.960 |
| Localidade de Barra do Braço | Belmonte - BA | 65.122 | 3.870 | - | 70 | 3.940 |
| Subtotal BM | | 15.570 | - | 250 | 15.820 | |
| Total Consolidado | | 141.840 | 8.179 | 1.020 | 151.039 | |
| Terrenos | Localização | Tamanho (m ²) | 31/12/20 | Adições | Ajuste a valor justo (*) | 31/12/2019 |
| Loteamento Alto de Nova Cabralia, Gleba I | Santa Cruz de Cabralia - BA | 99.399 | 4.660 | - | 110 | 4.770 |
| Povoado de Trancoso, Gleba 16 | Porto Seguro - BA | 100.216 | 13.090 | - | 920 | 14.010 |
| Povoado de Trancoso, Gleba 8 | Porto Seguro - BA | 100.000 | 11.620 | - | 2.110 | 13.730 |
| Povoado de Trancoso, Gleba 15 | Porto Seguro - BA | 79.831 | 10.360 | - | 100 | 10.460 |
| Povoado de Trancoso, Gleba 7 | Porto Seguro - BA | 100.000 | 11.620 | - | 2.110 | 13.730 |
| Gleba Urbanizável KM 5, Gleba 2 | Santa Cruz de Cabralia - BA | 54.200 | 1.350 | - | 50 | 1.400 |
| Loteamento Verdes Mares, Gleba 1, 2 e 3 | Alcobaça - BA | 71.537 | 3.960 | - | 50 | 4.010 |
| Loteamento Verdes Mares, Gleba 1, 2 e 3 | Alcobaça - BA | 60.000 | 3.320 | - | 40 | 3.360 |
| Fazenda Calção de Fora | Alcobaça - BA | 20.000 | 13.920 | - | (710) | 13.210 |
| Subtotal BMRV- Controladora | | 73.900 | - | 4.780 | 78.680 | |
| Fazenda São Lázaro, Gleba Urbanizável | Maraú - BA | 139.925 | 7.760 | - | 580 | 8.340 |
| Fazenda São Lázaro, Gleba Urbana | Maraú - BA | 180.000 | 9.610 | - | 690 | 10.300 |
| Córrego Seco, Gleba Urbana | Porto Seguro - BA | 685.684 | 24.709 | - | 101 | 24.810 |
| Sítio São Lázaro | Maraú - BA | 60.000 | 4.644 | - | (504) | 4.140 |
| Subtotal RV | | 46.723 | - | 867 | 47.590 | |
| Localidade de Barra do Braço | Belmonte - BA | 65.500 | 3.860 | - | 40 | 3.900 |
| Localidade de Barra do Braço | Belmonte - BA | 65.500 | 3.860 | - | 40 | 3.900 |
| Localidade de Barra do Braço | Belmonte - BA | 65.500 | 3.860 | - | 40 | 3.900 |
| Localidade de Barra do Braço | Belmonte - BA | 65.122 | 3.888 | - | (18) | 3.870 |
| Subtotal BM | | 15.468 | - | 102 | 15.570 | |
| Total Consolidado | | 136.091 | - | 5.749 | 141.840 | |

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)

12. Propriedade para investimentos--Continuação

| Terrenos | Localização | Tamanho (m²) | 01/01/20 18 | Adições | Ajuste a valor justo (*) | 31/12/20 18 |
|---|-----------------------------|--------------------------------|--------------------|----------------|---------------------------------|--------------------|
| Loteamento Alto de Nova Cabrália, Gleba I | Santa Cruz de Cabrália – BA | 99.399 | 4.610 | - | 50 | 4.660 |
| Povoado de Trancoso, Gleba 16 | Porto Seguro – BA | 100.216 | 12.580 | - | 510 | 13.090 |
| Povoado de Trancoso, Gleba 8 | Porto Seguro – BA | 100.000 | 11.390 | - | 230 | 11.620 |
| Povoado de Trancoso, Gleba 15 | Porto Seguro – BA | 79.831 | 10.020 | - | 340 | 10.360 |
| Povoado de Trancoso, Gleba 7 | Porto Seguro - BA | 100.000 | 11.390 | - | 230 | 11.620 |
| Gleba Urbanizável KM 5, Gleba 2 | Sta Cruz de Cabrália – BA | 54.200 | 1.290 | - | 60 | 1.350 |
| Loteamento Verdes Mares, Gleba 1, 2 e 3 | Alcobaça – BA | 71.537 | 3.860 | - | 100 | 3.960 |
| Loteamento Verdes Mares, Gleba 1, 2 e 3 | Alcobaça – BA | 60.000 | 3.240 | - | 80 | 3.320 |
| Fazenda Calção de Fora | Alcobaça – BA | 20.000 | - | 2.070 | 11.850 | 13.920 |
| Subtotal BMRV - Controladora | | 58.380 | 2.070 | 13.450 | 73.900 | |
| <hr/> | | | | | | |
| Fazenda São Lázaro, Gleba Urbanizável | Maraú - BA | 139.925 | 7.650 | - | 110 | 7.760 |
| Fazenda São Lázaro, Gleba Urbana | Maraú - BA | 180.000 | 9.470 | - | 140 | 9.610 |
| Córrego Seco, Gleba Urbana | Porto Seguro - BA | 685.684 | 24.589 | - | 120 | 24.709 |
| Sítio São Lázaro | Maraú - BA | 60.000 | - | 584 | 4.060 | 4.644 |
| Subtotal RV | | 41.709 | 584 | 4.430 | 46.723 | |
| <hr/> | | | | | | |
| Localidade de Barra do Braço | Belmonte – BA | 65.500 | 3.815 | - | 45 | 3.860 |
| Localidade de Barra do Braço | Belmonte – BA | 65.500 | 3.815 | - | 45 | 3.860 |
| Localidade de Barra do Braço | Belmonte – BA | 65.500 | 3.815 | - | 45 | 3.860 |
| Localidade de Barra do Braço | Belmonte – BA | 65.122 | 3.863 | - | 25 | 3.888 |
| Subtotal BM | | 15.308 | - | 160 | 15.468 | |
| Total Consolidado | | 115.397 | 2.654 | 18.040 | 136.091 | |

(*) Reconhecido no resultado do exercício.

Para determinação do valor justo dos terrenos foi utilizado a associação dos métodos Comparativo de Dados e Involutivo que consiste em se determinar o valor de mercado de um bem através da comparação com outros similares, através de seus preços de venda, tendo em vista as suas características semelhantes bem como condições de mercado compatíveis. Nesses métodos, ajustes são procedidos através da utilização de fatores que visam corrigir eventuais diferenças entre os bens disponíveis no mercado e o bem objeto da avaliação.

As premissas utilizadas para avaliação do valor justo encontram-se descritas a seguir:

- Os preços unitários dos terrenos foram obtidos após o levantamento de elementos com características intrínsecas e extrínsecas semelhantes aos avaliados, efetuados nas várias fontes de consultas das regiões envolvidas. Assim, compararam-se os terrenos a outros semelhantes que estão à venda ou que foram vendidas e até mesmo opiniões colhidas nos mercados das regiões.
- Em função das características próprias dos elementos pesquisados, foram aplicadas variáveis adequadas, quando indicado, verificando-se vários fatores como localização geográfica (atrativo), infraestrutura, especulação, entre outros, que influem nos valores dos terrenos. Tais ajustes permitiram ponderar os valores obtidos e determinar os valores médios unitários dos terrenos analisados como sendo os valores mais confiáveis na época da avaliação.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)

12. Propriedade para investimentos--Continuação

- As pesquisas de elementos comparáveis e análises mercadológicas foram desenvolvidas a partir de consultas às imobiliárias, corretores autônomos, bem como a partir de análises relativas ao comportamento dos mercados imobiliários envolvidos.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor justo das propriedades para investimentos montava em R\$ 151.039 (31/12/2019 – R\$ 141.840 ; 31/12/2018 – R\$ 136.091), dos quais R\$ 127.564 (31/12/2019 – R\$ 126.545 ; 31/12/2018 – R\$ 120.795) referem-se aos ajustes a valor justos e R\$ 23.474 (31/12/2019 – R\$ 15.296 ; 31/12/2018 – R\$ 15.296) referem-se ao custo histórico.

13. Investimentos (Controladora)

a) Composição dos saldos

| | 2020 | 2019 | 2018 |
|--|---------------|-------------|-------------|
| Avaliados por equivalência patrimonial | | | |
| RV Tecnologia e Sistemas S.A. | 22.680 | 8.544 | 7.030 |
| BM Logística Comércio e Serviços S.A. | 5.532 | - | 175 |
| Aplic Tecnologia e Serviços Ltda. | 5.288 | 4.125 | 4.658 |
| | 33.500 | 12.669 | 11.863 |
| Ágio na aquisição de investimentos | | | |
| RV Tecnologia e Sistemas S.A. | 3.962 | 3.962 | 3.962 |
| | 3.962 | 3.962 | 3.962 |
| | 37.462 | 16.631 | 15.825 |
| Perda com investimentos | | | |
| Avaliados por equivalência patrimonial | | | |
| BM Logística Comércio e Serviços S.A. | | - | (22) |
| | | | - |

b) Movimentação dos investimentos:

| | RV | BM | APLIC | Total |
|---------------------------------------|---------------|--------------|--------------|---------------|
| Saldos em 01 de janeiro de 2018 | 16.201 | 1.529 | 100 | 17.830 |
| Resultado da equivalência patrimonial | (9.171) | (1.355) | 4.558 | (5.968) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | 7.030 | 175 | 4.658 | 11.863 |
| Resultado da equivalência patrimonial | 1.515 | (197) | (533) | 785 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 8.544 | (22) | 4.125 | 12.648 |
| Resultado da equivalência patrimonial | 14.136 | 5.554 | 1.163 | 20.853 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 22.680 | 5.532 | 5.288 | 33.500 |

c) Informações sobre as investidas:

| | RV | | BM | | APLIC ⁽ⁱ⁾ | | | | |
|---------------------------------------|---------------|-------------|-------------|--------------|-----------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | 2020 | 2019 | 2018 | 2020 | 2019 | 2018 | 2020 | 2019 | 2018 |
| Capital social | 5.590 | 5.590 | 5.590 | 3.000 | 3.000 | 3.000 | 1.100 | 1.100 | 100 |
| Patrimônio líquido | 22.679 | 8.544 | 7.030 | 5.532 | (22) | 175 | 5.289 | 4.125 | 4.658 |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | 14.135 | 1.515 | (9.171) | 5.554 | (197) | (1.355) | 1.164 | (533) | 4.558 |
| Quantidade de ações possuídas (R\$) | 5.590 | 5.590 | 5.590 | 3.000 | 3.000 | 3.000 | 1.099 | 1.099 | 99 |
| Quantidade de ações possuídas (%) | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 99% | 99% | 99% |
| Participação no capital total % | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 99% | 99% | 99% |

(i) Em 04 de dezembro de 2019, conforme ato arquivado na junta comercial do estado de Minas Gerais, a empresa optou pela transformação de sua sociedade limitada em sociedade anônima.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)

14. Imobilizado (Consolidado)

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção e custo atribuído, incluindo os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis ao mesmo. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos, pelo menos, no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A plataforma tecnológica Celcard é composta pelos terminais POS (dispositivos que permitem a captura eletrônica de transações de recarga e de geração de PINs), servidores lógicos e servidores físicos de alta e baixa capacidade utilizados para banco de dados e aplicações, além de sistemas instalados nos terminais POS e servidores utilizados pela RV.

As controladas possuem contratos de leasing para aquisição de máquinas e equipamentos (POS), no montante total de R\$ 243 (2019 – R\$ 541; 2018 – R\$ 468). Adicionalmente as controladas possuem terminais de POS no montante de R\$ 859 (2019 – R\$ 2.326; 2018 – R\$ 1.517) dados em garantia fiduciária aos financiamentos junto ao Banco Safra, Banco do Brasil, Bradesco e ao fornecedor Verifone. As condições contratuais destas operações encontram-se evidenciadas na Nota 17.

| | Taxas médias anuais de depreciação % | Saldos em 31/12/2019 | Adições | Baixas | Saldos em 31/12/2020 |
|--|--------------------------------------|----------------------|----------|----------|----------------------|
| Custo | | | | | |
| Máquinas e equipamentos | | 13.605 | 11.053 | (14.954) | 9.704 |
| Plataforma tecnológica Celcard | | 58.425 | 686 | (4) | 59.107 |
| Móveis e utensílios | | 1.574 | 161 | (96) | 1.639 |
| Imóveis | | 366 | - | - | 366 |
| Benfeitorias em propriedade de terceiros | | 1.345 | - | (10) | 1.335 |
| Outros direitos | | 4.885 | 2.678 | (3.294) | 4.269 |
| Imobilização em andamento | | 4.988 | 1.895 | (3.741) | 3.142 |
| Subtotal custo | | 85.188 | 16.473 | (22.099) | 79.562 |
| Depreciação | | | | | |
| Máquinas e equipamentos | 10% | (6.722) | (8.955) | 11.288 | (4.389) |
| Plataforma tecnológica Celcard | 10 a 20% | (48.856) | (1.607) | 4 | (50.459) |
| Benfeitorias em propriedade de terceiros | 20% | (1.117) | (95) | 3 | (1.209) |
| Móveis e utensílios | 10% | (869) | (161) | 16 | (1.014) |
| Outros direitos | (a) | (2.261) | (2.701) | 1.393 | (3.569) |
| Subtotal depreciação | | (59.825) | (13.519) | 12.704 | (60.640) |
| | | 25.363 | 2.954 | (9.395) | 18.922 |
| | Taxas médias anuais de depreciação % | Saldos em 31/12/2018 | Adições | Baixas | Saldos em 31/12/2019 |
| Custo | | | | | |
| Máquinas e equipamentos | | 15.811 | 487 | (2.693) | 13.605 |
| Plataforma tecnológica Celcard | | 51.850 | 6.631 | (56) | 58.425 |
| Móveis e utensílios | | 1.430 | 144 | - | 1.574 |
| Imóveis | | - | 366 | - | 366 |
| Benfeitorias em propriedade de terceiros | | 1.280 | 65 | - | 1.345 |
| Outros direitos | | - | 5.397 | (512) | 4.885 |
| Imobilização em andamento | | 1.578 | 3.410 | - | 4.988 |
| Subtotal custo | | 71.949 | 16.500 | (3.261) | 85.188 |
| Depreciação | | | | | |
| Máquinas e equipamentos | 10% | (3.180) | (4.812) | 1.270 | (6.722) |
| Plataforma tecnológica Celcard | 10 a 20% | (44.512) | (4.394) | 50 | (48.856) |
| Benfeitorias em propriedade de terceiros | 20% | (1.004) | (113) | - | (1.117) |
| Móveis e utensílios | 10% | (715) | (154) | - | (869) |
| Outros direitos | (a) | - | (2.378) | 117 | (2.261) |
| Subtotal depreciação | | (49.411) | (11.851) | 1.437 | (59.825) |
| | | 22.538 | 4.649 | (1.824) | 25.363 |

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)

14. Imobilizado (Consolidado)--Continuação

| | Taxas médias anuais de depreciação % | Saldos em 01/01/2018 | Adições | Baixas | Saldos em 31/12/2018 |
|--|--|-------------------------|---------|----------|-------------------------|
| Custo | | | | | |
| Máquinas e equipamentos | | 4.608 | 11.222 | (19) | 15.811 |
| Plataforma tecnológica Cellcard | | 64.230 | 1.304 | (13.684) | 51.850 |
| Móveis e utensílios | | 1.329 | 101 | - | 1.430 |
| Benfeitorias em propriedade de terceiros | | 1.169 | 111 | - | 1.280 |
| Imobilização em andamento | | 1.384 | 274 | (80) | 1.578 |
| Subtotal custo | | 72.720 | 13.012 | (13.783) | 71.949 |
| Depreciação | | | | | |
| Máquinas e equipamentos | 10% | (1.595) | (1.585) | - | (3.180) |
| Plataforma tecnológica Cellcard | 10 a 20% | (50.882) | (5.530) | 11.900 | (44.512) |
| Benfeitorias em propriedade de terceiros | 20% | (882) | (122) | - | (1.004) |
| Móveis e utensílios | 10% | (580) | (135) | - | (715) |
| Subtotal depreciação | | (53.939) | (7.372) | 11.900 | (49.411) |
| | | 18.781 | 5.640 | (1.883) | 22.538 |

(a) A taxa utilizada refere-se ao prazo dos contratos firmados pela Companhia e suas controladas.

Análise da vida útil

Até 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, não houve alteração em relação às vidas úteis adotadas. A Companhia procede esta avaliação das vidas úteis pelo menos anualmente.

Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (“impairment”)

De acordo com o CPC 01, “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do ativo imobilizado, intangível e outros ativos que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de se constituir provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A administração da Companhia realizou a análise de impairment dos seus ativos em 31 de dezembro de 2020 e concluiu não haver necessidade de provisão para impairment.

15. Intangível (Consolidado)

| | Taxas médias anuais de amortização % | Saldos em 31/12/2019 | Adições | Baixas | Saldos em 31/12/2020 |
|-------------------------------------|--|-------------------------|---------|---------|-------------------------|
| Custo | | | | | |
| Goodwill RV (a) | | 3.962 | - | - | 3.962 |
| Fundo de comércio (b) | | 11.839 | 1.000 | (400) | 12.439 |
| Sistemas aplicativos – Software (c) | | 28.969 | 937 | - | 29.906 |
| Marcas e patentes (d) | | 1.245 | 51 | - | 1.296 |
| Implantação de novas áreas (e) | | 5.094 | 1.755 | (2.883) | 3.966 |
| Subtotal custo | | 51.109 | 3.743 | (3.283) | 51.569 |
| Amortização | | | | | |
| Fundo de comércio e de marketing | 33% | (3.873) | (4.115) | 400 | (7.588) |
| Sistemas aplicativos - Software | 10% | (14.638) | (3.232) | - | (17.870) |
| Implantação de novas áreas | 33% | (439) | (1.438) | - | (1.877) |
| Subtotal amortização | | (18.950) | (8.785) | 400 | (27.335) |
| | | 32.159 | (5.042) | (2.883) | 24.234 |

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)

15. Intangível (Consolidado)--Continuação

| | Taxas médias anuais de amortização % | Saldos em 31/12/2018 | Adições | Baixas | Saldos em 31/12/2019 |
|-------------------------------------|--|-------------------------|---------|----------|-------------------------|
| Custo | | | | | |
| Goodwill RV (a) | | 3.962 | - | - | 3.962 |
| Fundo de comércio (b) | | 39.626 | 6.241 | (34.028) | 11.839 |
| Sistemas aplicativos – Software (c) | | 26.724 | 2.248 | - | 28.969 |
| Marcas e patentes (d) | | 1.245 | - | - | 1.245 |
| Implantação de novas áreas (e) | | - | 5.094 | - | 5.094 |
| Subtotal custo | | 71.557 | 13.583 | (34.028) | 51.109 |
| Amortização | | | | | |
| Fundo de comércio e de marketing | 33% | (25.694) | (5.154) | 26.975 | (3.873) |
| Sistemas aplicativos – Software | 10% | (11.207) | (3.431) | - | (14.638) |
| Implantação de novas áreas | 33% | - | (439) | - | (439) |
| Subtotal amortização | | (36.901) | (9.024) | 26.975 | (18.950) |
| | | 34.656 | 4.559 | (7.053) | 32.159 |

| | Taxas médias anuais de amortização % | Saldos em 01/01/20 18 | Adições | Baixas | Saldos em 31/12/2018 |
|-------------------------------------|--|--------------------------------|----------|--------|-------------------------|
| Custo | | | | | |
| Goodwill RV (a) | | 3.962 | - | - | 3.962 |
| Implantação de novas áreas (e) | | 526 | - | (526) | - |
| Fundo de comércio (b) | | 37.126 | 2.500 | - | 39.626 |
| Sistemas aplicativos – Software (c) | | 25.585 | 1.139 | - | 26.724 |
| Marcas e patentes (d) | | 1.245 | - | - | 1.245 |
| Subtotal custo | | 68.444 | 3.639 | (526) | 71.557 |
| Amortização | | | | | |
| Implantação de novas áreas | 33% | (468) | (58) | 526 | - |
| Fundo de comércio e de marketing | 33% | (14.679) | (11.015) | - | (25.694) |
| Sistemas aplicativos - Software | 10% | (8.165) | (3.042) | - | (11.207) |
| Subtotal amortização | | (23.312) | (14.115) | 526 | (36.901) |
| | | 45.132 | (10.476) | - | 34.656 |

- (a) Em 1º de setembro de 2008, a Companhia realizou uma combinação de negócios referente à aquisição da sua controlada RV. Como resultado dessa transação, foi apurado um ágio no montante de R\$ 3.962 originado em função da expectativa de rentabilidade futura. A administração realizou análise de impairment deste saldo em 31 de dezembro de 2020 e entende que não há necessidade de provisão deste montante;
- (b) Durante o exercício de 2019, a controlada RV adquiriu de terceiros a titularidade de contratos que lhe possibilitam a venda de recarga para celulares através de pontos de vendas instalados nas regiões do país com DDD 41, 43, 44, 45 e 48. O saldo histórico refere-se aos exercícios de 2016 e 2017, a controlada RV adquiriu de terceiros a titularidade de contratos que lhe possibilitam a venda de recarga para celulares através de pontos de vendas instalados nas regiões do país com DDD 33 da operadora Oi, DDD 73 das operadoras Vivo, Claro e DDD 75 da operadora Oi, DDD 99 das operadoras TIM e Oi e DDD 21 da operadora Claro. O intangível é amortizado de acordo com o volume de rescisões dos contratos junto aos PDVs adquiridos ou, quando aplicável, de acordo com o prazo em que a contraparte não pode atuar na região onde o fundo de comércio foi adquirido;
- (c) Refere-se, substancialmente a melhorias no software referente a implantação de módulo integrado do contas a receber da controlada RV;
- (d) Refere-se basicamente ao direito de utilização da Marca Aplic Tecnologia Comércio de Software Ltda., cuja aquisição aconteceu em 2013 e que possui vida útil indefinida, a qual a Administração avalia anualmente se há alguma expectativa de perda;e
- (e) Refere-se a apropriação dos custos de implantação das operações SCP Sul (DDD's 41, 43, 44, 45 e 48) e SCP Nordeste (DDD's 82, 83, 84, 85, 86, 88 e 89) pela controladora RV.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)

16. Fornecedores (Consolidado)

| | 2020 | 2019 | 2018 |
|--------|----------------|---------|---------|
| Oi | 67.570 | 82.393 | 83.118 |
| Vivo | 50.503 | 34.254 | 52.560 |
| TIM | 33.094 | 69.356 | 30.176 |
| Claro | 790 | 14.729 | 19.137 |
| Outros | 28.380 | 12.814 | 3.964 |
| | 180.337 | 213.546 | 188.955 |

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Companhia e suas controladas não possuem títulos vencidos em aberto junto a seus fornecedores. O prazo médio de pagamentos é de aproximadamente 30 dias.

17. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

A movimentação dos empréstimos e financiamentos encontra-se demonstrada a seguir:

| Modalidade | Encargos médios | Vencimento | Consolidado | | |
|-------------------------|-------------------|------------|----------------|------------|------------|
| | | | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| CCB | 1,76 a.m. | 15/12/2023 | 6 | 347 | 735 |
| CCB | CDI + 6% a.a. | 14/12/2020 | - | 8 | 45 |
| CCB | CDI + 3,9 % a.a. | 11/06/2020 | - | 5.055 | 14.813 |
| CCB | CDI + 4,90 % a.a. | 14/12/2021 | 3.831 | 5.451 | 8.042 |
| CCB | CDI + 3,6% a.a. | 12/05/2021 | 2.546 | 5.216 | 9.795 |
| CCB (*) | CDI + 3,54 % a.a. | 05/09/2021 | - | - | 12.813 |
| CCB | CDI + 3,5% a.a. | 21/04/2019 | - | - | 3.816 |
| CCB | CDI + 2,5% a.a. | 16/05/2020 | - | 5.344 | - |
| CCB | CDI + 3,6% a.a. | 21/06/2022 | 109 | 10.734 | - |
| CCB | 10,78% a.a. | 28/06/2023 | 3.169 | - | - |
| CCB | CDI + 5,00% a.a. | 15/05/2022 | 6.150 | - | - |
| CCB | CDI + 0,63% a.m. | 01/09/2023 | 14.764 | - | - |
| CCB | CDI + 0,60% a.m. | 23/10/2024 | 4.730 | - | - |
| CCB | CDI + 0,58% a.m. | 30/04/2025 | 5.003 | - | - |
| CCB | CDI + 4,90% a.a. | 29/10/2025 | 2.537 | - | - |
| CCB | CDI | 09/11/2024 | 2.300 | - | - |
| Empréstimo | 4,87% a.a | 15/07/2021 | 1.630 | 2.686 | 4.077 |
| Empréstimo | Selic + 5,29% a.a | 15/06/2023 | 13.982 | 14.090 | 13.185 |
| FIDC (a) | - | 15/05/2023 | 59.702 | 66.027 | 41.164 |
| Leasing | 15,39% a.a | 15/12/2023 | 243 | 341 | 39 |
| Leasing (*) | 0,6% a.m | 26/01/2021 | - | 200 | 429 |
| Leasing(*) | 0,6% a.m | 26/01/2021 | - | 144 | 278 |
| Leasing | 0,97% a.m | 28/05/2022 | 510 | 870 | - |
| Leasing | 0,97% a.m | 28/05/2022 | 413 | 689 | - |
| Leasing | 0,93% a.m | 10/11/2022 | 543 | 644 | - |
| Leasing | 0,93% a.m | 10/11/2022 | 663 | 706 | - |
| Risco sacado | CDI + 1,7% a.a | 21/06/2021 | 801 | 803 | - |
| Total | | | 123.632 | 119.355 | 109.231 |
| (-) Custos de transação | | | (341) | (583) | (422) |
| | | | 123.291 | 118.772 | 108.809 |
| Circulante | | | 61.434 | 51.784 | 34.850 |
| Não circulante | | | 61.857 | 66.988 | 73.959 |

(*) A Companhia renegociou alguns dos seus contratos de empréstimos e realizou o pagamento antecipado dos mesmos.

As operações de leasing foram contratadas com o objetivo de aquisição de novas máquinas e equipamentos (POS) e estão garantidos pelos próprios equipamentos. Os demais empréstimos e financiamentos estão garantidos por notas promissórias emitidas pela controladas; cartas de fiança e garantia fidejussória prestada pela Sirius Investimentos e Participações S.A. (vide Nota11).

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

17. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)--Continuação

Os empréstimos na modalidade “capital de giro” têm por finalidade suprir a necessidade de capital de giro da Companhia e suas controladas. Essas operações têm garantias de custódia de recebíveis oriundos de vendas em cartões de crédito e eventualmente algum complemento em “cash collateral”, além de aval de garantias de pessoas físicas ligadas e alienação fiduciária de aplicações financeiras.

As operações de leasing foram contratadas com o objetivo de aquisição de novas máquinas e equipamentos (POS) e estão garantidos pelos próprios equipamentos. Os demais empréstimos e financiamentos estão garantidos por notas promissórias emitidas pelas controladas; cartas de fiança e garantia fidejussória prestada pela Sirius Investimentos e Participações S.A. (vide Nota 11).

- (a) Refere ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Empírica Recarga Virtual registrado para funcionamento em 27 de abril de 2017. Este FIDC foi constituído sob a forma de condomínio fechado e exclusivo, sem prazo de duração determinado e tem por objeto a captação de recursos para aplicação em direitos creditórios da controlada RV. O repasse do FIDC para a referida controlada previsto em contrato é de até R\$ 120.000, tendo recebido até 31 de dezembro o valor de R\$ 59.000. Em 31 de dezembro de 2020 o fundo possuía uma patrimônio líquido sênior de R\$ 61.421 (2019 – R\$ 68.165; 2018 – R\$ 42.623), que segundo determinado contratualmente, a RV deve dar em garantia pelo menos três vezes deste montante em direitos creditórios. Em 31 de dezembro de 2020, a controlada RV possuía o montante de R\$ 254.710 (2019 – 189.278; 2018 – R\$ 132.024) dado em garantia desse contas a receber, parte deste montante refere-se a transações entre partes relacionadas os quais foram eliminadas para fins de divulgação destas demonstrações financeiras.

A composição e movimentação dos empréstimos e financiamentos encontra-se demonstrada a seguir:

| | 2020 | 2019 | 2018 |
|---------------------------------|-----------------|-------------|-------------|
| Saldos iniciais | 118.772 | 108.809 | 60.217 |
| Captações | 66.265 | 51.259 | 98.032 |
| Encargos | 10.695 | 12.679 | 10.064 |
| Custos de transação apropriados | (275) | (583) | (422) |
| Pagamento de custo de transação | (341) | (629) | (1.599) |
| Amortizações de principal | (57.481) | (40.426) | (31.311) |
| Amortizações de juros | (14.344) | (12.337) | (26.172) |
| Saldos finais | 123.291 | 118.772 | 108.809 |

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

| Ano de vencimento: | 2020 | 2019 | 2018 |
|---------------------------|---------------|-------------|-------------|
| 2020 | - | 36.569 | 35.670 |
| 2021 | 39.399 | 23.362 | 25.147 |
| 2022 | 17.948 | 7.057 | 13.142 |
| 2023 | 4.510 | - | - |
| 2024 em diante | 61.857 | 66.988 | 73.959 |

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Companhia e suas controladas não possuíam contratos de empréstimos sujeitos a *covenants* financeiros.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

18. Adiantamentos diversos

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas possuíam o montante de R\$ 28.889 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 19.363; 31 de dezembro de 2018 – R\$ 2.086) de adiantamento realizado as operadoras de telefonia e a distribuidoras de serviços verticais.

19. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As controladas são parte em ações indenizatórias cíveis, trabalhistas e tributárias, em virtude do curso normal de suas operações, cujos valores envolvidos totalizam aproximadamente R\$ 28.555 (2019 – R\$ 9.771; 2018 – R\$ 5.477) que baseado na opinião de seus advogados as chances de perda são consideradas como prováveis e para as quais a Companhia e suas controladas mantêm provisão.

No curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas estão expostas a certas contingências e riscos, relacionados a matérias tributárias, trabalhistas e cíveis. Com base na análise dos riscos identificados e conforme opinião de seus consultores legais, a Companhia constituiu provisão para contingências para fazer face às eventuais demandas consideradas prováveis conforme demonstrado a seguir:

| | Tributários | Cíveis | Trabalhistas | Total |
|----------------------------------|--------------------|---------------|---------------------|---------------|
| Saldos em 01 de janeiro de 2018 | 4.753 | 25 | 212 | 4.990 |
| Constituição de provisão | 178 | 33 | 276 | 487 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | 4.931 | 58 | 488 | 5.477 |
| Constituição de provisão | 4.025 | - | 298 | 4.323 |
| Reversão de provisão | - | (29) | - | (29) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 8.956 | 29 | 786 | 9.771 |
| Constituição de provisão | 18.828 | - | - | 18.828 |
| Reversão de provisão | - | (12) | (32) | (44) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 27.784 | 17 | 754 | 28.555 |

Tributárias

A Companhia não apresenta saldo de provisão na controladora, enquanto que no consolidado mantém provisão, no montante de R\$ 27.784 (2019– R\$ 8.956; 2018 – R\$ 4.931) para cobrir riscos tributários, baseada na expectativa de perda conforme opinião de consultores legais. Durante o ano de 2020 houve um complemento de provisão no montante de R\$ 18.828 (2019 – R\$ 4.025) referente a um processo relacionado a PIS e COFINS das controladas RV e BM.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

19. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas—Continuação

Trabalhistas e cíveis

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza trabalhista e cíveis. Nenhuma dessas ações refere-se a valores individualmente significativos, e as discussões envolvem principalmente reclamações de supostas horas extras, verbas rescisórias, danos morais, entre outros. Em 31 de dezembro de 2020, a controladora não apresenta saldos relativos as contingências trabalhistas e cíveis, com probabilidade de perda provável, enquanto que no consolidado apresenta o montante de R\$ 754 e R\$ 17, respectivamente (31/12/2019– no consolidado R\$ 786 e R\$ 29, respectivamente; 31/12/2018– no consolidado R\$ 488 e R\$ 58, respectivamente).

Causas de prognóstico possível

Adicionalmente, a Companhia possui outras demandas que foram analisadas por assessores jurídicos e consideradas como de probabilidade de perdas possível, portanto, não provisionadas. Neste cenário, considera-se como possível também os processos que tiveram o ajuizamento e até o presente momento não foram sentenciados. Para estes casos, considera-se o valor do causa atribuído pelo Autor. Não existem processos classificados como possíveis na controladora, enquanto que no consolidado totalizam um montante em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 84.183 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 14.407; 31 de dezembro de 2018 – R\$ 9.801) e são relacionados principalmente a:

- Processo interno da Receita Federal do Brasil da controlada RV Tecnologia e Sistemas S.A., referente a auto de infração de supostos erros na utilização de créditos de PIS/COFINS dos anos de 2010 e 2011, em função de erro na interpretação da legislação. O suposto crédito alcança o valor de R\$ 30.830 em 31 de dezembro de 2020 e está sendo discutido na segunda instância do CARF. A Companhia apresentou as informações requeridas e aguarda julgamento do recurso voluntário.
- Processo interno da Receita Federal do Brasil da controlada RV Tecnologia e Sistemas S.A., referente a auto de infração de supostos erros na utilização de créditos de PIS/COFINS dos anos de 2013, em função de erro na interpretação da legislação. O suposto crédito alcança o valor de R\$ 29.056 em 31 de dezembro de 2020 e está sendo discutido na segunda instância do CARF. A Companhia apresentou as informações requeridas e aguarda julgamento do recurso voluntário.
- Processo interno do Município de Salvador (Bahia) da controlada RV Tecnologia e Sistemas S.A., referente as notificações fiscais de lançamentos para cobrança de ISS dos períodos de março de 2015 a dezembro de 2018 e de multa pela ausência de emissão de nota fiscal de serviços eletrônica sobre as recargas e chips vendidos, onde o agente fiscalizador entende estar elencado como prestação de serviços enquadrados na Lei nº 7.186/2006. O suposto auto alcança o valor de R\$ 17.403 em 31 de dezembro de 2020 e está sendo discutido na primeira instância da Fazenda municipal de Salvador, onde a Companhia apresentou as informações requeridas, demonstrando se tratar de operação mercantil regulamentada pelo estado (compra/venda) e aguarda manifestação.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

19. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas possuíam depósitos judiciais relativos a causas fiscais e trabalhistas no montante de R\$ 3.148 (2019 – R\$ 2.804; 2018 – R\$ 1.801).

20. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, o capital social da Companhia, no montante de R\$ 1.886 está representado por 1.886.400 ações ordinárias ao valor nominal de R\$ 1,00 cada, assim demonstradas:

| Acionista | 2020 | | 2019 e 2018 | |
|---|------------------|---------------|------------------|---------------|
| | Qtde de ações | % | Qtde de ações | % |
| 3P Investimentos e Participações S.A. | - | - | 1.055.502 | 55,96 |
| ABC Consultoria e Serviços Ltda. | 259.461 | 13,76 | 259.461 | 13,76 |
| Zeus Participações Ltda. | 106.164 | 5,63 | 106.164 | 5,63 |
| M3SI Investimentos e Participações S.A. | - | - | 81.004 | 4,29 |
| Motu Empreendimentos e Participações S.A. | - | - | 107.928 | 5,72 |
| Outros – pessoa física | 1.472.744 | 78,07 | 228.310 | 12,10 |
| Ações em tesouraria | 48.031 | 2,54 | 48.031 | 2,54 |
| | 1.886.400 | 100,00 | 1.886.400 | 100,00 |

Em 29 de dezembro de 2020, as pessoas jurídicas 3P Investimentos e Participações S.A., M3SI Investimentos e Participações S.A. e Motu Empreendimentos e Participações S.A. transferiram suas ações para os acionistas das pessoas físicas.

O capital social autorizado da Companhia é composto por 1.886.400 ações ordinárias. Todas as ações são nominativas sem valor nominal, e o capital pode ser aumentado sem reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, mediante capitalização de reservas, com ou sem a modificação do número de ações.

b. Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais de própria emissão que foram recomprados e reconhecidos ao custo, deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda foi reconhecido na demonstração do resultado na emissão dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

20. Patrimônio líquido--Continuação

c. Direitos das ações

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral. Os acionistas terão direito de receber dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido, calculado e ajustado nos termos da legislação societária.

d. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

e. Ajuste de avaliação patrimonial

Os saldos decorrentes da adoção do custo atribuído pela controlada RV Tecnologia e Sistemas S.A., são realizados com base na depreciação dos bens do ativo imobilizado que foram objeto de ajuste. Em 31 de dezembro de 2020, este saldo encontra-se totalmente amortizado.

f. Destinação do resultado

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía R\$ 78.389 (2019 – R\$ 56.621; 2018 – R\$ 52.055) em reserva de lucros a distribuir. Com base no Artigo 202, § 4º da Lei 6.404/76, a administração da Companhia propôs, em Assembleia Geral Extraordinária de 28 de dezembro de 2018, a não distribuição de dividendos mínimos obrigatórios por ser este incompatível com a situação financeira da Companhia. Ainda de acordo com o parágrafo 5º da referida Lei, os lucros que deixaram de ser distribuídos serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da Companhia.

21. Receita operacional líquida (Consolidado)

| | 2020 | 2019 | 2018 |
|-----------------------------|------------------|------------------|------------------|
| Receita de vendas | 929.810 | 685.014 | 544.797 |
| Receita de serviços (a) | 102.141 | 59.289 | 43.410 |
| | 1.031.951 | 744.303 | 588.207 |
| Deduções da receita | | | |
| PIS | (101.245) | (74.403) | (57.546) |
| COFINS | (466.357) | (346.565) | (265.048) |
| ISS | (3.394) | (1.875) | (1.443) |
| ICMS | (9.732) | (4.605) | (1.029) |
| Devoluções de vendas | (7.127) | (14.388) | (2.214) |
| | (587.855) | (441.836) | (327.280) |
| Receita operacional líquida | 444.096 | 302.467 | 260.927 |

(a) A receita de serviços refere-se à ativação de chips e serviço de integração dos pontos de vendas.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)

21. Receita operacional líquida (Consolidado)--Continuação

A Companhia e suas controladas possuem seus registros contábeis e fiscais referentes à receita operacional líquida e aos custos dos produtos e serviços vendidos conforme apresentados como segue:

| | 2020 | 2019 | 2018 |
|--|-------------|-------------|-----------------|
| Receita de revenda de mercadoria | | | (reapresentado) |
| 4.762.125 | 3.863.416 | 3.180.052 | |
| Receita de prestação de serviços | | | 42.963 |
| 100.984 | 58.819 | | |
| Receita operacional bruta | | | 3.223.015 |
| 4.863.109 | 3.922.235 | | |
| Deduções da receita bruta | | | (301.537) |
| (465.387) | (378.457) | | |
| Receita operacional líquida | | | 2.921.478 |
| 4.397.722 | 3.543.778 | | |
| Custo dos produtos e serviços vendidos | | | (2.776.369) |
| (4.125.693) | (3.360.939) | | |
| Lucro bruto | | 182.839 | 145.109 |

22. Custo dos produtos vendidos e serviços prestados (Consolidado)

| | 2020 | 2019 | 2018 |
|--|-------------|-------------|-----------------|
| Custo recarga e chip | | | (reapresentado) |
| (161.621) | (112.678) | (110.260) | |
| Custo com serviços de transação eletrônica | | | (5.558) |
| (10.446) | (6.950) | | |
| | | (172.067) | (115.818) |

23. Despesas comerciais (Consolidado)

| | 2020 | 2019 | 2018 |
|---------------------------------------|------------------|-------------|-----------------|
| Despesa com pessoal | | | (reapresentado) |
| (81.418) | (74.100) | (60.817) | |
| Serviços de terceiros | | | (6.126) |
| (9.085) | (7.225) | | |
| Propaganda e publicidade | | | (4.781) |
| (8.460) | (4.906) | | |
| Aluguéis e condomínio | | | (5.165) |
| (7.207) | (5.593) | | |
| Baixa de títulos incobráveis | | | (5.668) |
| (4.979) | (4.161) | | |
| Combustíveis e lubrificantes | | | (2.260) |
| (3.065) | (2.882) | | |
| Materiais | | | (4.185) |
| (3.030) | (3.048) | | |
| Bonificações em pontos de vendas | | | (3.579) |
| (2.073) | (3.002) | | |
| Transporte | | | (1.064) |
| (1.623) | (1.502) | | |
| Viagens e estadias | | | (1.942) |
| (875) | (2.693) | | |
| Comunicações e telefonia | | | (746) |
| (590) | (831) | | |
| Assistência e consultoria técnica (a) | | | (662) |
| (568) | (781) | | |
| Outras | | | (909) |
| (2.793) | (578) | | |
| | (125.766) | (111.302) | (97.904) |

- (a) Despesas incorridas junto à Sirius Investimento e Participações S.A., uma das controladoras da Companhia, referente a serviços de assistência e consultoria técnica contábil e societária (vide Nota 11 d).

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)

24. Despesas gerais e administrativas (Consolidado)

| | 2020 | 2019 | 2018 |
|---------------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | | | (reapresentado) |
| Despesa com pessoal | (50.979) | (30.218) | (23.780) |
| Depreciação e amortização | (21.998) | (18.928) | (20.902) |
| Serviços de terceiros | (8.150) | (3.008) | (2.931) |
| Honorários da administração | (3.007) | (2.703) | (3.028) |
| Alugueis e condomínio | (1.446) | (2.435) | (341) |
| Viagens e estadias | (887) | (1.150) | (930) |
| Materiais | (790) | (349) | (190) |
| Comunicações e telefonia | (705) | (359) | (355) |
| Assistência e consultoria técnica (a) | (532) | (329) | (314) |
| Outras | (198) | (263) | (507) |
| | (88.692) | (59.742) | (53.278) |

(a) Despesas incorridas junto à Sirius Investimento e Participações S.A., uma das controladoras da Companhia, referente a serviços de assistência e consultoria técnica contábil e societária (vide Nota 11 d).

25. Resultado financeiro (Consolidado)

| | 2020 | 2019 | 2018 |
|--|-----------------|-----------------|-----------------|
| | | | (reapresentado) |
| <i>Receitas financeiras</i> | | | |
| Descontos obtidos | 1.979 | 770 | 601 |
| Rendimentos de aplicações financeiras | 1.580 | 3.475 | 3.473 |
| Juros ativos | 745 | 2.599 | 2.361 |
| Juros partes relacionadas | 88 | 139 | 141 |
| Outras receitas financeiras | 1 | 3 | - |
| | 4.393 | 6.986 | 6.576 |
| <i>Despesas financeiras</i> | | | |
| Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 17) | (10.695) | (13.450) | (10.064) |
| Comissão cartas de fiança | (3.531) | (3.225) | (3.359) |
| Concessão de garantias (Nota 11 c) | (774) | (801) | (794) |
| Multas e taxas | (500) | (492) | (3.346) |
| IOF sobre operações financeiras | (478) | (1.054) | (866) |
| Juros sobre parcelamentos fiscais | (251) | (9) | (505) |
| Juros partes relacionadas (Nota 11 b) | (205) | (150) | (129) |
| Juros passivos | (134) | (145) | (1.170) |
| Atualização monetária | (78) | (166) | (179) |
| Outras | (666) | (995) | (2.277) |
| | (17.312) | (20.487) | (22.689) |
| Resultado financeiro | (12.919) | (13.501) | (16.113) |

26. Lucro por ação

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias do exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, as ações da Companhia não possuem efeito dilutivo, conforme demonstrados abaixo.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

26. Lucro por ação--Continuação

a) Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição.

| | 2020 | 2019 | 2018 |
|--|------------------|-------------|-------------|
| Lucro atribuível aos acionistas da Companhia | 21.185 | 3.894 | 2.878 |
| Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares) | 1.886.400 | 1.886.400 | 1.886.400 |
| Lucro básico e diluído por ação – em (R\$) | 11.2304 | 2.0642 | 1.5257 |

27. Imposto de renda e contribuição social (Consolidado)

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, despesa fiscal calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e os valores refletidos no resultado do exercício de 2020, 2019 e 2018 está demonstrada a seguir:

| | 2020 | 2019 | 2018 |
|--|-----------------|-------------|-------------|
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 46.166 | 8.649 | 4.991 |
| Alíquota fiscal combinada | 34% | 34% | 34% |
| Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal | (15.696) | (2.941) | (1.697) |
| Ajustes para cálculo da taxa efetiva: | | | |
| Diferenças permanentes: | | | |
| Ajuste a valor justo das propriedades para investimento | (346) | (1.955) | (6.133) |
| Anistia PERT | - | - | (1.506) |
| Outras diferenças permanentes | 270 | 285 | 585 |
| | (76) | (1.670) | (7.054) |
| Diferenças temporárias: | | | |
| Participação nos lucros | (392) | - | - |
| Provisão PDV | (1.603) | - | - |
| Outras diferenças temporárias | (632) | 1.792 | 1.506 |
| | (2.627) | 1.792 | 1.506 |
| Subtotal imposto de renda e contribuição social | (18.399) | (2.819) | (7.245) |
| Compensação de prejuízo fiscal | 3.452 | 428 | - |
| Lucro real | (14.947) | (2.460) | - |
| Imposto de renda (15% + 10% sobre o excedente a R\$240) | (10.993) | (1.809) | - |
| CSLL (9%) | (3.954) | (651) | - |
| Total de imposto de renda e contribuição social | (14.947) | (2.460) | - |

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)

27. Imposto de renda e contribuição social (Consolidado)--Continuação

Lucro presumido - APLIC:

| | 2018 |
|--|-------------|
| Receita bruta tributável | 12.398 |
| Alíquota de presunção do IR e da CSLL | 32% |
| | 3.967 |
| Receita financeira | 32 |
| Base de cálculo do IR e da CSLL | 3.999 |
| Imposto de renda (25%) | (1.030) |
| Contribuição social (9%) | (379) |
| Imposto de renda e contribuição social | (1.409) |

Durante os exercícios de 2020 e 2019, a controlada APLIC passou a apurar seu imposto de renda e contribuição social pelo regime do lucro real.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

As controladas da Companhia possuem prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias na apuração de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, sobre as quais foram constituídos tributos diferidos ativos em 31 de dezembro de 2020, no consolidado, no montante de R\$ 5.341 (31 de dezembro de 2019 –R\$ 8.793; 31 de dezembro de 2018–R\$ 8.959), respectivamente.

Os tributos diferidos têm a seguinte origem:

| | Descrição | 2020 | 2019 | 2018 |
|---|------------------|-------------|-------------|-------------|
| Ativo | | | | |
| Prejuízo fiscal e base negativa | | 5.341 | 8.793 | 8.959 |
| | | 5.341 | 8.793 | 8.959 |
| Passivo | | | | |
| Ajuste de avaliação patrimonial | | - | (297) | (365) |
| Ajuste a valor justo de propriedade para investimento | | (43.376) | (43.026) | (40.927) |
| Deságio por compra vantajosa | | - | (2) | (1.006) |
| | | (43.376) | (43.325) | (42.298) |

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o exercício é a seguinte:

| | 31/12/2018 | Variação | 31/12/2019 | Variação | 31/12/2020 |
|---|-------------------|-----------------|-------------------|-----------------|-------------------|
| Ativo | | | | | |
| Prejuízo fiscal e base negativa | 8.959 | (166) | 8.793 | (3.452) | 5.341 |
| | 8.959 | (166) | 8.793 | (3.452) | 5.341 |
| Passivo: | | | | | |
| Ajuste de avaliação patrimonial | (365) | 68 | (297) | 297 | - |
| Ajuste a valor justo de propriedade para investimento | (40.927) | (2.099) | (43.026) | (350) | (43.376) |
| Deságio por compra vantajosa | (1.006) | 1.004 | (2) | 2 | - |
| Total imposto diferido (líquido) | (42.298) | (1.027) | (43.325) | (51) | (43.376) |
| | (33.339) | (1.193) | (34.532) | (3.503) | (38.035) |

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

27. Imposto de renda e contribuição social (Consolidado)--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Estudos técnicos de viabilidade elaborados pela administração indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes, dos valores de impostos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da administração sobre a evolução futura da Companhia e de suas controladas e do mercado em que a mesma opera, cuja expectativa de realização de créditos fiscais está apresentada a seguir:

| Ano | 2020 | 2019 | 2018 |
|------|--------------|-------|-------|
| 2019 | | | 313 |
| 2020 | - | 534 | 534 |
| 2021 | 2.705 | 598 | 8.112 |
| 2022 | 2.636 | 637 | - |
| 2023 | - | 7.024 | - |
| | 5.341 | 8.793 | 8.959 |

28. Seguros

A Companhia e suas controladas tem por política manter cobertura de seguros no montante que a administração considera adequado para cobrir os possíveis riscos com sinistros de seus ativos imobilizados, com base na avaliação dos seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Companhia e suas controladas possuíam as seguintes principais apólices de seguro com terceiros:

| Ramos | Importância segurada | Vencimento |
|---|----------------------|------------|
| Multi-riscos (estoques, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos) e riscos operacionais | 42.661 | 12/2021 |
| Seguro de vida em grupo | 39.400 | 02/2021 |

29. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a) Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, conta caução, contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamento, partes relacionadas e depósitos judiciais.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma liquidação ou venda forçada.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

29. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

| | Consolidado | | |
|--|--------------------|-------------------|-------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Ativos financeiros: | | | |
| Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado | | | |
| Títulos e valores mobiliários | 44.316 | 34.622 | 46.338 |
| Custo amortizado | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 17.814 | 30.816 | 16.111 |
| Conta caução | 15.670 | 20.036 | 23.551 |
| Contas a receber | 105.445 | 95.322 | 78.286 |
| Partes relacionadas | 913 | 7.946 | 4.323 |
| Depósitos judiciais | 3.148 | 2.804 | 1.801 |
| Passivos financeiros | | | |
| Custo amortizado | | | |
| Fornecedores | 180.337 | 213.546 | 188.955 |
| Partes relacionadas | 3.884 | 10.124 | 75 |
| Empréstimos e financiamentos | 123.291 | 118.772 | 108.809 |

b) Derivativos

A Companhia e suas controladas não possuem por política a utilização de instrumentos financeiros derivativos. A administração da Companhia não identificou nenhum risco decorrente de uma eventual exposição associada a estes instrumentos financeiro derivativo.

c) Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas referem-se a empréstimos e financiamentos e fornecedores. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações das controladas. As controladas possuem contas a receber de clientes e títulos e valores mobiliários que resultam diretamente de suas operações.

A Companhia e suas controladas estão expostas a risco de crédito e risco de encargos de dívida.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

29. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

c) Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

A administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. As principais atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia e sua disposição para risco.

d) Fatores de risco

(i) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia e suas controladas monitoram as contas a receber de clientes, condicionando à prestação dos serviços e realização de novas vendas ao recebimento dos valores faturados.

(ii) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras da Companhia e suas controladas. Devido às características dos empréstimos e financiamentos obtidos, com taxas de juros pré fixadas ou atreladas ao CDI, a Companhia e suas controladas não avaliam esse risco como significativo.

A análise de sensibilidade ao CDI está demonstrada no item (f).

(iii) Risco cambial

Todas as transações de recebimentos e pagamentos são realizadas em moeda nacional, não tendo, portanto, exposição a este risco de forma direta. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas também não possuem ativos e passivos sujeitos à variação de moeda estrangeira.

(iv) Risco de liquidez

A administração analisa as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para sua operação. A administração entende que a Companhia tem plena capacidade de honrar seus compromissos financeiros. Em função da crise deflagrada pela pandemia do COVID-19, a Companhia avaliou sua posição de caixa atual e projetada e considera dispor de liquidez suficiente para seguir cumprindo com suas obrigações.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

29. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

d) Fatores de risco--Continuação

(iv) *Risco de liquidez*--Continuação

O quadro abaixo analisa os passivos financeiros, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data da demonstração contábeis e a data contratual do vencimento.

| | | | Consolidado |
|--------------|--|-------------------------------------|-----------------------|
| | Total em 31 de dezembro de 2020 | Saldos vencidos em até 1 ano | Acima de 1 ano |
| Fornecedores | 180.337 | 180.337 | - |
| Empréstimos | 123.291 | 61.434 | 61.857 |

| | | | Consolidado |
|--------------|--|-------------------------------------|-----------------------|
| | Total em 31 de dezembro de 2019 | Saldos vencidos em até 1 ano | Acima de 1 ano |
| Fornecedores | 213.546 | 213.546 | - |
| Empréstimos | 118.772 | 51.784 | 66.988 |

| | | | Consolidado |
|--------------|--|-------------------------------------|-----------------------|
| | Total em 31 de dezembro de 2018 | Saldos vencidos em até 1 ano | Acima de 1 ano |
| Fornecedores | 188.955 | 188.955 | - |
| Empréstimos | 108.809 | 34.850 | 73.959 |

e) Gestão do capital

A administração da Companhia gerencia seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar sua aplicação em abertura de lojas, reformas e remodelação das lojas existentes, investimento em tecnologia e financiamento de capital de giro, além de prover retorno aos acionistas.

A gestão de capital da Companhia compreende a contratação de passivos financeiros com instituições financeiras, aplicação de recursos em caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido.

Periodicamente a administração revisa a estrutura de capital da Companhia e sua capacidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro nos estoques, dentre outras atividades, tomando as ações julgadas como necessárias para assegurar seu equilíbrio financeiro.

Condizente com outras companhias do segmento, a Companhia monitora sua posição financeira com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde a dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos subtraído do montante de caixa e equivalente de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)

29. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

e) Gestão do capital--Continuação

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 podem ser assim resumidos:

| Notas | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|--------------|---------------|------------|-----------------|----------------|------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Total dos empréstimos e financiamentos | - | - | - | 123.291 | 118.772 | 108.809 |
| Menos: caixa e equivalentes de caixa | - | (1) | (3) | (17.814) | (30.816) | (16.111) |
| Dívida líquida | A | - | (1) | (3) | 105.477 | 87.956 |
| Total do patrimônio líquido | B | 82.459 | 61.274 | 57.380 | 82.459 | 61.274 |
| Patrimônio líquido mais dívida líquida – capital social total | B | 82.459 | 61.273 | 57.377 | 187.936 | 149.230 |
| Índice de alavancagem financeira | A / B | - | - | - | 56,12% | 58,94% |
| | | | | | | 61,77% |

f) Análise de sensibilidade das variações no CDI

As controladas estão expostas a riscos de oscilações de taxas de juros e câmbio em seus empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras os quais não estão protegidos por instrumentos financeiros derivativos de *hedge*.

No quadro abaixo, são considerados três cenários, sendo (i) cenário provável que é aquele adotado pelas Companhias e (ii) cenários variáveis chaves com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da administração para as alterações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, a empresa apresentou mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

| Peração | Risco | Cenário provável | Cenário A | Cenário B |
|---|----------------|------------------|-----------------|-----------------|
| Ativos financeiros | | | | |
| Títulos e valores mobiliários | Queda do CDI | 946 | 941 | 934 |
| Conta Caução | Queda do CDI | 634 | 630 | 623 |
| Passivos financeiros | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | Aumento do CDI | (10.695) | (10.769) | (10.842) |
| Referência para ativos/passivos financeiros CDI (% acumulado no periodo) | | 2,75% | 3,44% | 4,13% |

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

29. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

g) Hierarquia de valor justo

A Companhia e suas controladas utilizam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

| Consolidado: | 2020 | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 |
|-------------------------------|---------------|----------------|----------------|----------------|
| Ativos e passivos financeiros | | | | |
| Títulos e valores mobiliários | 44.316 | - | 44.316 | - |

Os ativos e passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado aproximam-se dos respectivos valores justos, pois são ajustados por provisões, valores presentes e/ou atualizados por taxas de mercado pós-fixadas.

30. Informações por segmento de negócios

Como forma de gerenciar seu negócio, no âmbito financeiro e operacional, a Companhia classificou seus negócios em:

- Revenda de recarga e chip de telefonia: A Companhia possui como segmento de negócio a revenda de recarga eletrônica e de chip de telefonia, através dos POS (pontos de venda) aos consumidores finais através da sua plataforma tecnológica Cellcard.
- Prestação de serviço: A Companhia possui como segmento de negócio a prestação de serviços pré pagos de revenda de serviços de mídia, de cobrança bancária através dos POS, de adquirência, entre outros serviços que são oferecidos aos consumidores finais.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)

30. Informações por segmento de negócios--Continuação

A administração da Companhia monitora separadamente os resultados por seus segmentos de negócios, com o objetivo de avaliar a performance e substanciar a tomada de decisões.

Esses dois segmentos são identificados com base na formalização legal dos negócios da Companhia e suas controladas e as informações por segmento de negócios, revisadas pela Diretoria-Executiva, correspondentes aos períodos encerrado. Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, são as seguintes:

(a) Demonstração do resultado

| | Prestação de serviços | Venda de recarga e chip | Valores não alocados | 2020 |
|--|-----------------------|-------------------------|----------------------|-----------|
| Receita operacional líquida | 25.509 | 418.587 | - | 444.096 |
| Custo dos produtos vendidos e serviços prestados | (691) | (171.376) | - | (172.067) |
| Lucro bruto | 24.818 | 247.211 | - | 272.029 |
| Despesas operacionais | | | | |
| Comerciais | (7.326) | (118.440) | - | (125.766) |
| Gerais e administrativas | (6.500) | (79.185) | - | (85.685) |
| Honorários dos administradores | - | (3.007) | - | (3.007) |
| Ajuste a valor justo | - | 1.020 | - | 1.020 |
| Outras receitas operacionais, líquidas | - | 494 | - | 494 |
| | (13.826) | (199.118) | - | (212.944) |
| Lucro antes das receitas e despesas financeiras | 10.992 | 48.093 | - | 59.085 |
| Receitas financeiras | - | 4.393 | - | 4.393 |
| Despesas financeiras | - | (17.312) | - | (17.312) |
| | - | (12.919) | - | (12.919) |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 10.992 | 35.174 | - | 46.166 |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | |
| Corrente | - | (14.947) | - | (14.947) |
| Diferido | - | (3.503) | - | (3.503) |
| | - | (18.450) | - | (18.450) |
| Lucro líquido do exercício | 10.992 | 16.724 | - | 27.716 |
| Total de ativos | 25.135 | 250.271 | 261.862 | 537.268 |
| Total de passivo | - | - | 537.268 | 537.268 |

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)

30. Informações por segmento de negócios--Continuação

(a) Demonstração do resultado--Continuação

| | | | | 2019 |
|--|-----------------------|-------------------------|----------------------|-----------|
| | Prestação de serviços | Venda de recarga e chip | Valores não alocados | Total |
| Receita operacional líquida | 13.628 | 288.839 | - | 302.467 |
| Custo dos produtos vendidos e serviços prestados | (522) | (119.106) | - | (119.628) |
| Lucro bruto | 13.106 | 169.733 | - | 182.839 |
| Despesas operacionais | | | | |
| Comerciais | (4.905) | (106.397) | - | (111.302) |
| Gerais e administrativas | (4.548) | (52.491) | - | (57.039) |
| Honorários dos administradores | - | (2.703) | - | (2.703) |
| Ajuste a valor justo | - | 5.749 | - | 5.749 |
| Outras receitas operacionais, líquidas | - | 4.606 | - | 4.606 |
| | (9.453) | (151.236) | - | (160.689) |
| Lucro antes das receitas e despesas financeiras | 3.653 | 18.497 | - | 22.150 |
| Receitas financeiras | - | 6.986 | - | 6.986 |
| Despesas financeiras | - | (20.487) | - | (20.487) |
| | - | (13.501) | - | (13.501) |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 3.653 | 4.996 | - | 8.649 |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | |
| Corrente | - | (2.460) | - | (2.460) |
| Diferido | - | (1.123) | - | (1.123) |
| | - | (3.583) | - | (3.583) |
| Lucro líquido do exercício | 3.653 | 1.413 | - | 5.066 |
| Total de ativos | 20.236 | 242.289 | 262.525 | 495.002 |
| Total de passivo | - | - | 495.002 | 495.002 |

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)

30. Informações por segmento de negócios--Continuação

(a) Demonstração do resultado--Continuação

| | | | | 2018 |
|--|-----------------------|-------------------------|------------------------|------------------|
| | Prestação de serviços | Venda de recarga e chip | Valores não vinculados | Total |
| Receita operacional líquida | 2.854 | 258.073 | - | 260.927 |
| Custo dos produtos vendidos e serviços prestados | (219) | (115.599) | - | (115.818) |
| Lucro bruto | 2.635 | 142.474 | - | 145.109 |
| Despesas operacionais | | | | |
| Comerciais | (1.111) | (96.793) | - | (97.904) |
| Gerais e administrativas | (1.727) | (48.523) | - | (50.250) |
| Honorários dos administradores | - | (3.028) | - | (3.028) |
| Ajuste a valor justo | - | 18.040 | - | 18.040 |
| Outras receitas operacionais, líquidas | - | 9.137 | - | 9.137 |
| | (2.838) | (121.167) | - | (124.005) |
| Lucro antes das receitas e despesas financeiras | (203) | 21.307 | - | 21.104 |
| Receitas financeiras | - | 6.576 | - | 6.576 |
| Despesas financeiras | - | (22.689) | - | (22.689) |
| | - | (16.113) | - | (16.113) |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | (203) | 5.194 | - | 4.991 |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | |
| Corrente | - | (1.409) | - | (1.409) |
| Diferido | - | (864) | - | (864) |
| | - | (2.273) | - | (2.273) |
| Lucro líquido do exercício | (203) | 2.921 | - | 2.718 |
| Total de ativos | 14.990 | 221.925 | 200.588 | 437.503 |
| Total de passivo | | | 437.503 | 437.503 |

31. Eventos subsequentes

Distribuição de dividendos

Em 15 de abril de 2021 e 30 de junho de 2021, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária a distribuição de R\$ 6.000 e R\$ 72.000, respectivamente, de dividendos em reserva de lucros a distribuir a ser pago aos seus acionistas.

BMRV Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

31. Eventos subsequentes--Continuação

Venda das ações mantidas em tesouraria

Em 31 de julho de 2021, a Companhia aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, a autorização ao Conselho de Administração para que realize a venda das 48.032 (quarenta e oito mil e trinta e duas) ações mantidas em tesouraria pela Companhia, nos termos do artigo 30, parágrafo 1º, alínea “c”, da Lei das Sociedades por Ações. As ações poderão ser negociadas pelo valor de patrimônio líquido contábil da Companhia de acordo com o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021.

Aprovação da abertura de capital

Em 06 de agosto de 2021, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária as seguintes deliberações: i) abertura de capital e a submissão do pedido de registro de emissor de valores mobiliários na categoria “A” perante a Comissão de valores mobiliários (“CVM”); ii) autorização para a administração da Companhia realizar o pedido de adesão da Companhia ao segmento de Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“Novo Mercado” e “B3”, respectivamente); iii) realização de oferta pública primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia, a ser registrada junto à CVM.

Eleição da Diretoria e constituição do Comitê Financeiro e Comitê de Auditoria

Em 26 de agosto de 2021, através de reunião do Conselho de Administração a Companhia elegeu os membros da Diretoria e constituiu o Comitê Financeiro e de Auditoria, além de aprovar o regimento interno do Conselho de Administração, Comitê Financeiro e do Comitê de auditoria e as novas Políticas Internas da Companhia. Além disso, foram aprovadas as seguintes políticas a serem adotadas pela Companhia: (a) a Política de Remuneração da Companhia (“Política de Remuneração”); (b) Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento e da Diretoria da Companhia (“Política de Indicação”); (c) Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia (“Política de Gerenciamento de Riscos”); (d) Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia (“Política de Partes Relacionadas”); (e) Política de Divulgação de Ato e Fato Relevante, que trata da divulgação de informações e a manutenção de sigilo por potenciais ou efetivos detentores de informação relevante, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Política de Divulgação”); e (f) Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia (“Política de Negociação”).

Aprovação do novo Estatuto Social

Em 26 de agosto de 2021, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária o novo Estatuto Social, que possui como finalidade: (a) Criação do capital autorizado da Companhia, (b) Criação do cargo de Diretor de Relações com Investidores, (c) Atendimento aos requisitos legais aplicáveis às Companhias abertas e às regras do Regulamento do Novo Mercado. Ainda nessa Assembleia, foram eleitos os membros do Conselho de Administração da Companhia e a remuneração anual dos Conselheiros.

BMRV Participações S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



A **RV Digital** conecta
você e seu negócio
às melhores soluções

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

2020, 2019 e 2018

Mensagem da Administração

A BMRV Participações S.A. foi constituída em 2004, em Belo Horizonte-MG e é a holding das controladas RV Tecnologia e Sistemas S.A. RV e da BM Logística Comércio e Serviços S.A. - BM, e Aplic Tecnologia e Serviços Ltda – APLIC.

As controladas RV, APLIC e BM possuem uma rede de transações eletrônicas e venda de produtos e serviços pré-pagos em nível nacional, além de possuir uma ampla rede de captura, que oferece soluções via POS (*Point of Sale*), TEF ou Internet, focadas na ampliação de disponibilidade de serviços pré-pagos e de aquisição, englobando todos os parceiros que vendem produtos e serviços pré-pagos através de uma ampla rede de estabelecimentos credenciados como grandes varejistas.

A Companhia, através de suas controladas, é um dos maiores ecossistema de produtos pré-pagos e das maiores redes de distribuição e venda de recargas e *chips* de telefonia do país e de transações eletrônicas, que aproxima os parceiros de seus potenciais consumidores, através de uma plataforma de produtos e serviços que se conecta a uma ampla rede de estabelecimentos comerciais.

Nossa abrangência atinge todo o território nacional, englobando um ecossistema de produtos pré-pagos e financeiros, em um variado portfólio de produtos e serviços, tais como: créditos pré-pagos, serviços de captura de cartões de crédito e débito, e outros serviços financeiros. Somos líderes na distribuição de créditos pré-pagos e na captação de clientes para as Cias de Telecom, além de atuarmos no setor de mídia DOOH nos Pontos de Vendas.

A empresa está presente em todos os estados brasileiros, atuando através de parcerias com grandes empresas de telefonia, serviços, conteúdos digitais e de entretenimento, com o objetivo de aproximar parceiros de seus potenciais consumidores, por meio de uma plataforma completa de produtos e serviços, que se conecta a uma ampla rede de estabelecimentos comerciais.

Atualmente, abrange um dos maiores portfólios de produtos e serviços pré-pagos do país e um pacote completo de soluções para gerar maior lucratividade no ponto de venda, respaldando o gerenciamento de negócios dos parceiros e atingindo mais de 150 mil pontos de vendas conectados ao nosso sistema.

Os investimentos em andamento têm por objetivo assegurar o crescimento sustentável da Companhia em todas as verticais já existentes em seu negócio e na ampliação do portfólio de soluções oferecidas. Os investimentos vem sendo alocados em expansão orgânica, nosso principal foco de crescimento até o momento, de forma seletiva e com criteriosa análise do nosso mercado, levando em consideração potenciais sinergias com nossa base de cliente e parceiros atuais e expansão complementar via crescimento inorgânico, através de aquisições de plataformas que estejam posicionadas dentro do escopo do crescimento orgânico da companhia e plataformas que nos permitam oferecer um novo produto ou serviço, e que tenham comprovada capacidade de gerar valor e sustentabilidade ao negócio.

Desta forma, foram direcionados investimentos no triênio 2020, 2019 e 2018 que totalizaram R\$ 27,9 milhões, R\$ 25,7 milhões e R\$ 10,0 milhões. Em 2019, a Companhia fez investimentos no

Relatório da Administração – 2020, 2019 e 2018

montante de aproximadamente R\$ 4,6 milhões de reais na aquisição de quatro plataformas localizadas na região sul do Brasil.

A receita líquida cresceu 46,8% atingindo R\$ 444,1 milhões em 2020, com lucro bruto de R\$ 272,0 milhões, um incremento de 48,8% e lucro líquido de R\$ 27,7 milhões, obtendo um crescimento de 447,1% em 2020 comparado ao mesmo período de 2019 e atingindo margem líquida de 6,2%, um incremento de 4,6 pp (pontos percentuais). Com relação ao crescimento de 2019 comparado a 2018, a receita líquida teve um incremento de 15,9%, atingindo R\$ 302,5 milhões, com lucro bruto de R\$ 182,8 milhões, 26% superior e o lucro líquido de R\$ 5,1 milhões, 86,4% superior ao resultado obtido em 2018. Esses resultados demonstram a boa performance operacional e financeira obtida no período.

Considerando o momento atípico desencadeado pela pandemia da COVID-19, a Companhia tem focado em três pilares com o objetivo de amenizar os efeitos adversos do desmembramento desse processo: a preservação das pessoas, a contínua eficiência operacional e a preservação dos fundamentos empresariais necessários para a retomada da economia. O quadro de pessoal está em sua maioria atuando de forma remota em *home office*, respeitando os decretos municipais em vigência. Foram reforçadas pela área de Recursos Humanos as ações de comunicação interna para que os colaboradores tenham orientações de prevenção ao COVID-19, bem como orientações para preservação do bem-estar.

Por outro lado, estamos vislumbrando a retomada econômica, focados na contínua melhoria das nossas práticas de governança corporativa, na continuidade de projetos de relevância estratégica em tecnologia, no fortalecimento das disponibilidades da Companhia, bem como no aprimoramento das melhorias operacionais, visando a excelência e o crescimento dos resultados com o engajamento da nossa equipe junto aos nossos *stakeholders* de forma a oferecer sempre a melhor experiência aos nossos clientes.

Agradecemos aos nossos acionistas, fornecedores, clientes, funcionários e prestadores de serviços pela parceria e apoio na missão de criar soluções inovadoras para o mundo da construção.

Valmor Pedro Bosi

Presidente

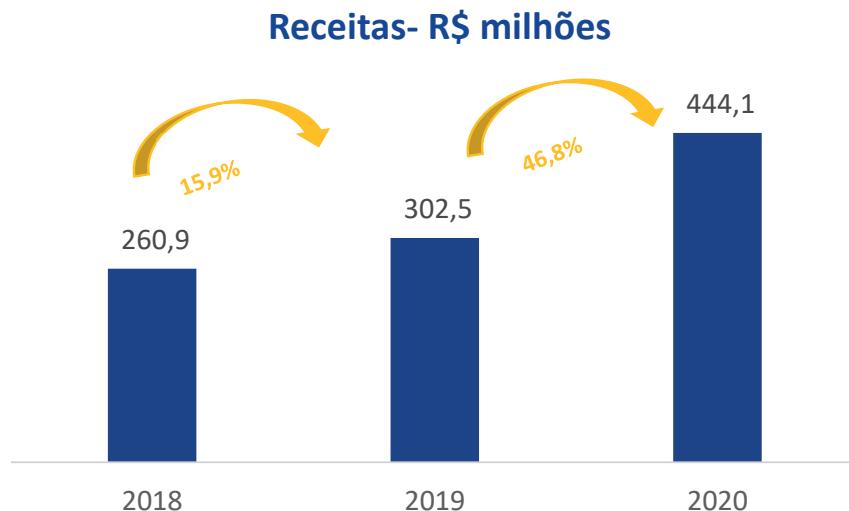
Cassio Doval Ferreira

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Descrição dos Negócios e Produtos

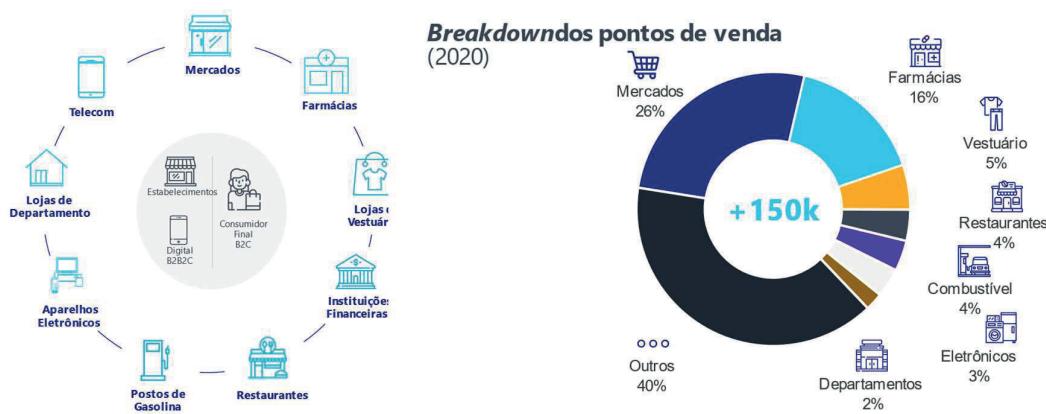


A Companhia e suas controladas tem por objetivo a administração de bens próprios e a participação em outras sociedades na qualidade de sócias quotistas ou acionista a comercialização e distribuição de recargas para telefonia celular (pré-pagos) e de cartões telefônicos, a captura de transações por meios de cartão de crédito, débito e voucher em nível nacional (Adquirência), a comercialização e distribuição de aparelhos eletrônicos; comercialização e distribuição de artigos de uso pessoal e domésticos; prestação de serviço de representação comercial; serviços de telemarketing e vendas pela internet; atividade de arrecadação de contas; desenvolvimento, administração e execução de soluções de venda, logística e distribuição; seleção, recrutamento e treinamento de recursos humanos voltados para as atividades de venda, distribuição e logística.



Relatório da Administração – 2020, 2019 e 2018

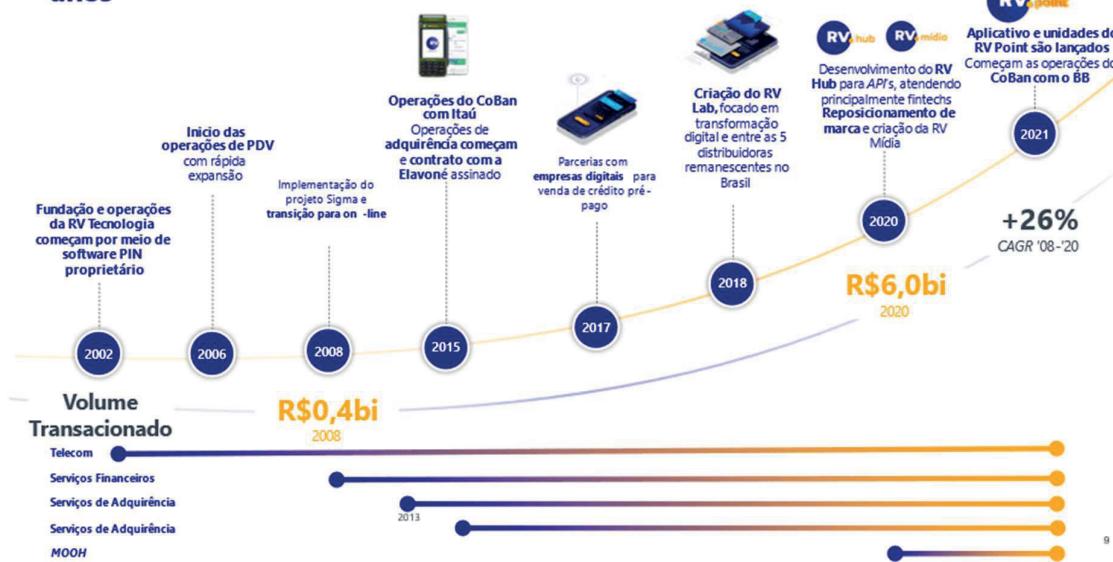
O ecossistema completo construído ao longo de toda trajetória da Companhia permite hoje a materialização do seu propósito e o apoio a seus clientes. A RV atende todos os tipos de estabelecimentos comerciais, tendo como a maior parte de sua carteira de cliente pequenos e médios estabelecimentos comerciais. São oferecidos a eles serviços pré-pagos (recarga celular, produtos pré-pagos não-telecom, cartões de transporte, entre outros), serviços financeiros (pagamento de contas, maquininhas de débito/crédito e correspondente bancário) e soluções de mídia digital (*Media Out of Home*). Dentre os estabelecimentos atendidos, verifica-se mercados, farmácias, lojas de vestuário, restaurantes, postos de gasolina, entre outros, os pontos de venda que aparecem com maior destaque são mercados e farmácias. Encontra-se abaixo *breakdown* completo dos estabelecimentos em que a Companhia marca presença:



Além disso, os produtos ofertados dentro do portfólio da Companhia possuem capacidade de gerar demanda, por meio de produtos de alta qualidade que proporcionam ao cliente mais do que apenas um meio de pagamento, incluindo as seguintes vantagens: (i) acesso ao maior portfólio de recargas digitais do Brasil, além de chips de telefonia móvel; (ii) maquininha moderna para receber pagamentos de débito e crédito; (iii) receber pagamentos de contas e boletos; (iv) um aplicativo completo, pensado para o cliente vender mais, com recargas e pedido de chip; (v) suporte de atendimento eficaz em todo o território nacional; (vi) localizador digital para que o consumidor possa encontrar os clientes da Companhia; (vii) fazer parte de uma rede com presença em todo o território nacional.

Toda a estratégia comercial da Companhia é suportada por uma estrutura de marketing completa e integrada com as demais áreas da operação, utilizando múltiplos canais e garantindo eficiência máxima na captação de novos clientes. A Companhia entende que a sua base está no serviço de qualidade prestado, que permite uma elevada satisfação do cliente e, consequentemente, o desenvolvimento de relações duradouras.

Histórico inigualável de inovação e parcerias de valor agregado nos últimos anos



Desempenho Econômico / Financeiro

(As informações a seguir compararam os períodos: exercício social de 01 de janeiro a 31 dezembro de 2020, especificado como “2020” com o exercício social de 01 de janeiro comparado com 31 de dezembro de 2019, especificado como “2019” e o exercício social de 2019 comparado com o exercício social de 01 de janeiro a 31 de dezembro 2018, especificado como “2018”, e são referentes as Demonstrações Financeiras dos exercícios de 2020, 2019 e 2018. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo rerepresentadas. Os efeitos da reapresentação se encontram especificados na nota explicativa nr.2.5 que acompanham as Demonstrações Financeiras do exercício de 2020 e 2019).

Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas da Companhia decorre das vendas realizadas referente reconhecimento de receita de serviço prestado e revenda de recarga. O total das receitas líquidas de vendas em 2020 correspondeu a R\$ 444,1 milhões, um aumento de 46,8%, ou R\$ 141,6 milhões, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R\$ 302,5 milhões. Esses crescimentos foram impulsionados pelo crescimento orgânico da companhia resultado da expansão de atuação com as incorporações das novas SCP’s.

As variações na receita líquida de vendas decorrem do crescimento de 44,9% no segmento de vendas de compra e venda - recarga que representa 94,3% das receitas da empresa, atingindo R\$ 418,6 milhões em 2020 contra R\$ 288,8 milhões em 2019. Além disso, o segmento de prestação de serviços que representa 5,7% das receitas da empresa, totalizou R\$ 25,5 milhões em 2020, atingindo um crescimento de 87,2% devido à ativação de chips e serviços de integração dos pontos de vendas.

| (em R\$ mil, exceto %) | Exercícios encerrados em 31 de dezembro | | | | |
|------------------------------------|---|----------------|-----------------|----------------|-----------------|
| | 2020 | 2019 | Var. 2020/19 | 2018 | Var. 2019/18 |
| Receita Operacional Líquida | 444.096 | 302.467 | 46,8% | 260.927 | 15,9% |

A receita operacional líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 302,5 milhões comparativamente a R\$ 260,9 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$ 41,5 milhões ou 15,9% devido aos seguintes fatores: (i) crescimento de 11,9% nas vendas do segmento de compra e venda - recarga que representou 95,5% das receitas da empresa, somando R\$ 288,8 milhões em 2020 e (ii) crescimento de 377,3% no segmento de prestação de serviços que atingiu R\$ 13,6 milhões em 2019, representando 4,5% de participação relativa nas receitas da empresa.

A Companhia e suas controladas possuem seus registros contábeis e fiscais referentes à receita operacional líquida e aos custos dos produtos e serviços vendidos pelo TPV – Volume Total de Pagamentos, conforme especificado no quadro a seguir e na nota explicativa 21 das Demonstrações Financeiras:

| (em R\$ milhões, exceto %) | Exercícios encerrados em 31 de dezembro | | | | |
|------------------------------------|---|--------------|-----------------|--------------|-----------------|
| | 2020 | 2019 | Var. 2020/19 | 2018 | Var. 2019/18 |
| Receita de revenda de mercadoria | 4.762 | 3.863 | 23,3% | 3.180 | 21,5% |
| Receita de prestação de serviços | 101 | 59 | 71,6% | 43 | 37,1% |
| Receita operacional bruta | 4.863 | 3.922 | 24,0% | 3.223 | 21,7% |
| Deduções de Vendas | (465) | (378) | 23,0% | (302) | 25,2% |
| Receita Operacional Líquida | 4.398 | 3.544 | 24,1% | 2.921 | 21,3% |
| Custo dos Produtos Vendidos | (4.126) | (3.361) | 22,8% | (2.776) | 21,1% |
| Lucro Bruto | 272 | 183 | 48,6% | 145 | 26,4% |

Custos das Vendas

O custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados apresentou um aumento de 43,8%, ou R\$ 52,4 milhões no exercício social encerrado em 2020, quando representava R\$ 172,1 milhões, em comparação a R\$ 119,6 milhões registrados em 2019. O crescimento decorreu, principalmente, pelo um aumento de 43,9% nos custos do segmento de compra e venda - recargas, sendo que os custos de compra e venda - recarga e chip tiveram um aumento nominal de R\$ 52,3 milhões e os custos com serviços de transação eletrônica aumentaram nominalmente R\$ 0,2 milhão, relativo a 32,4% de acréscimo nos custos do no segmento de serviços prestado. Embora, em termos de participação relativa, ocorreu uma queda de 0,8 pontos percentuais (pp) em relação a receita líquida devido ao crescimento superior das receitas em comparação aos custos, saindo os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados de 39,6% para 38,7% das receitas líquidas.

Em 2019, os custos dos serviços prestados totalizaram R\$ 119,6 milhões, correspondendo a 39,6% da receita líquida. Em 2018, os custos foram de R\$ 115,8 milhões, correspondentes a 44,4% da receita líquida. Esse ganho de 4,8 pp na participação relativa dos custos em relação à receita líquida se deve

Relatório da Administração – 2020, 2019 e 2018

especialmente pela melhoria de 15,9% nas receitas líquidas enquanto o custo cresceu 3,3% de 2018 para 2019.

Por outro lado, os fatores que explicam esse crescimento nominal de R\$ 3,8 milhões nos custos dos serviços prestados de 2019 comparado a 2018 são (i) R\$ 3,5 milhões de incremento no custo de recarga e chip; (ii) R\$ 0,3 milhão de crescimento nos custos de prestação de serviços.

| (em R\$ mil, exceto %) | Exercícios encerrados em 31 de dezembro | | | | |
|--|---|-----------|--------------|-----------|--------------|
| | 2020 | 2019 | Var. 2020/19 | 2018) | Var. 2019/18 |
| Custo dos produtos vendidos e serviços prestados | (172.067) | (119.628) | 43,8% | (115.818) | 3,3% |
| % s/a receita líquida | -38,7% | -39,6% | -0,8 pp | -44,4% | (4,8) pp |

Lucro Bruto

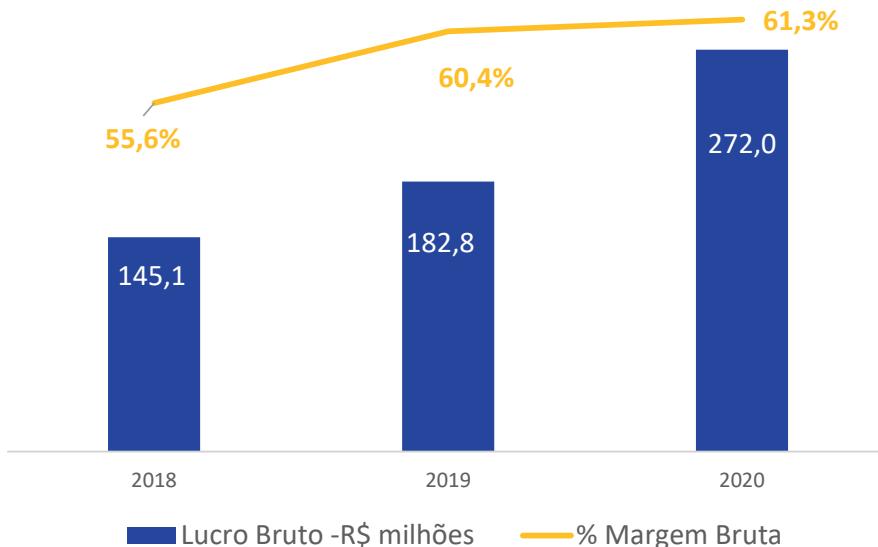
No exercício social de 2020, o lucro bruto totalizou R\$ 272,0 milhões, enquanto em 2019, correspondeu a R\$ 182,8 milhões, representando um aumento de 48,8% ou R\$ 89,2 milhões. A margem bruta acumulada em 2020 foi de 61,3%, 0,8 pp acima de 2018 quando atingiu 60,4% de margem bruta, melhoria essa atribuída ao bom desempenho das receitas, com equilíbrio dos custos.

| (em R\$ mil, exceto %) | Exercícios encerrados em 31 de dezembro | | | | |
|------------------------|---|----------------|--------------|----------------|--------------|
| | 2020 | 2019 | Var. 2020/19 | 2018 | Var. 2019/18 |
| Lucro Bruto | 272.029 | 182.839 | 48,8% | 145.109 | 26,0% |
| Margem Bruta (%) | 61,3% | 60,4% | 0,8 pp | 55,6% | 4,8 pp |

O lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 182,8 milhões comparativamente a R\$ 145,1 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$ 37,7 milhões ou 26,0%. O lucro bruto representou 60,4% e 55,6% de margem bruta em 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é especialmente atribuído ao bom crescimento das vendas e eficiência dos custos produtos vendidos e dos serviços prestados e representa um ganho de 4,8pp na margem bruta de 2019 contra a margem bruta registrada em 2018.

Considerando o lucro bruto e a margem bruta por segmento, as compra e venda - recarga apresentaram R\$ 247,2 milhões de lucro bruto em 2020; R\$ 169,7 milhões em 2019 e 142,5 milhões em 2018; atingindo 59,1%, 58,8% e 55,2% de margem bruta, respectivamente. Já no segmento de prestação de serviços, o lucro bruto atingiu R\$ 24,8 milhões, com margem bruta de 97,3% em 2020; 13,6 milhões, com margem bruta de 96,2% em 2019 e 2,6 milhões com margem bruta de 92,3% em 2018 demonstrando o crescente desempenho do nível de prestação de serviços.

Lucro Bruto e Margem Bruta



Despesas Operacionais

As despesas operacionais acumularam R\$ 212,9 milhões em 2020 comparado a R\$ 160,7 milhões registradas no mesmo período do ano anterior. Esse aumento de 32,5%, equivalentes a R\$ 52,3 milhões nominal é justificada pelo crescimento de R\$ 28,9 milhões nas despesas gerais e administrativas e R\$ 14,5 milhões nas despesas comerciais, especialmente gerados em função da incorporação das novas plataformas-SCP's. Por outro lado, as despesas operacionais foram amenizadas pela redução de ganhos em R\$ 8,8 milhões nos ajustes a valor justo e nas outras receitas operacionais líquidas.

As despesas operacionais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$ 160,7 milhões comparativamente a R\$ 124,0 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$ 36,7 milhões ou 29,6%. Desta forma, as despesas operacionais representaram 53,1% e 47,5% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente aos seguintes fatores: aumento nominal de R\$ 13,4 milhões nas despesas comerciais; aumento de R\$ 6,5 milhões nas despesas gerais e administrativas e R\$ 16,8 milhões de redução de ganhos nos ajustes a valor justo e nas outras receitas operacionais líquidas.

| (em R\$ mil, exceto %) | Exercícios encerrados em 31 de dezembro | | | | |
|---------------------------------------|---|-----------|-----------------|-----------|-----------------|
| | 2020 | 2019 | Var. 2020/19 | 2018 | Var. 2019/18 |
| Despesas Operacionais | (212.944) | (160.689) | 32,5% | (124.005) | 29,6% |
| Comerciais | (125.766) | (111.302) | 13,0% | (97.904) | 13,7% |
| Gerais e administrativas | (88.692) | (59.742) | 48,5% | (53.278) | 12,1% |
| Ajuste a valor justo | 1.020 | 5.749 | -82,3% | 18.040 | -68,1% |
| Outras receitas operacionais líquidas | 494 | 4.606 | -89,3% | 9.137 | -49,6% |
| % receita líquida | -47,9% | -53,1% | -5,2 pp | -47,5% | 5,6 pp |

- **Comerciais**

As despesas comerciais totalizaram R\$ 125,8 milhões em 2020 contra R\$ 111,3 milhões em 2019, com aumento de 13,0% ou R\$ 14,5 milhões nominal devido, especialmente, ao aumento dos custos fixos gerados com a incorporação das novas SCP's, considerando os seguintes aumentos: (i) 9,9% nas despesas com pessoal; (ii) 25,7% nos serviços de terceiros; (iii) 72,4% na propaganda e publicidade; (iv) 28,9% nos aluguéis e condomínio; (v) 6,3% nos combustíveis e lubrificantes. Esses aumentos foram amenizados pelas reduções de despesas registradas nas bonificações dos pontos de vendas; viagens e estadias; comunicações e telefonias e assistência e consultoria técnica, referente despesas incorridas junto à Sirius Investimento e Participações S.A., uma das controladoras da Companhia, referente a serviços de assistência e consultoria técnica contábil e societária.

As despesas comerciais em 2019 foram de R\$ 111,3 milhões contra R\$ 97,9 milhões, representando um crescimento de 13,7% ou R\$ 13,4 milhões, devido especialmente as despesas com pessoal; serviços de terceiros; transportes, viagens e estadias e comunicações e telefonia.

- **Despesas Gerais e Administrativas**

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 88,7 milhões em 2020, um aumento de R\$ 28,9 milhões quando comparado com 2019, quando corresponderam a R\$ 59,7 milhões. Esse resultado decorre dos seguintes principais crescimento: (i) R\$ 20,7 nas despesas com pessoal; (ii) 3,1 milhões na depreciação e amortização; e (iii) 5,1 milhões nos serviços de terceiros.

As despesas gerais e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$ 59,7 milhões comparativamente a R\$ 53,3 milhões em 2018, o que representou um aumento nominal de R\$ 6,5 milhões ou 12,1%. Este aumento é atribuído substancialmente ao incremento de despesas com pessoal, aluguéis e condomínios e viagens e estadias.

- ***Outras receitas operacionais***

Foram contabilizados R\$ 1,0 milhão de receitas referente ajuste a valor justo em 2020, sendo que em 2019 esse montante foi equivalente a R\$ 5,7 milhões e em 2018 atingiu R\$ 18,0 milhões e é referente propriedades para investimentos.

As outras receitas operacionais líquidas foram de R\$ 0,5 milhão em 2020, contra R\$ 4,6 milhões e R\$ 9,1 milhões em 2019 e 2018, respectivamente e referem-se alienação de equipamentos POS.

Lucro operacional

O lucro operacional antes do resultado financeiro, correspondeu a R\$ 59,1 milhões, comparado com R\$ 22,2 milhões em 2019, representando uma variação de R\$ 36,9 milhões ou 166,7%. Esse aumento decorreu, principalmente, pela melhoria da margem operacional que saiu de 7,3% para 13,3%, representando um ganho de 6,0 pp, advindo do crescimento das receitas operacionais em 46,8% com equilíbrio dos custos e das despesas operacionais, em razão do crescimento orgânico da companhia resultado da expansão de atuação com as incorporações nas novas SCP's, além da implementação do plano emergencial que resultou na redução de custos e despesas.

Em 2019 o lucro operacional obtido antes das resultado financeiro totalizou R\$ 22,2 milhões de lucro, ou aproximadamente 7,3% da receita líquida comparado a um lucro de R\$ 21,1 milhões 2018. O aumento de R\$ 1,0 milhão se deve ao crescimento operacional da companhia.

| (em R\$ mil, exceto %) | Exercícios encerrados em 31 de dezembro | | | | |
|--------------------------|---|---------------|---------------|---------------|--------------|
| | 2020 | 2019 | Var. 2020/19 | 2018 | Var. 2019/18 |
| Lucro Operacional | 59.085 | 22.150 | 166,7% | 21.104 | 5,0% |
| % Margem Operacional | 13,3% | 7,3% | 6,0 pp | 8,1% | -0,8 pp |

Financeiras líquidas

O resultado financeiro líquido somou R\$ 12,9 milhões de despesas financeiras líquidas em 2020 contra R\$ 13,5 milhões de despesas financeiras líquidas em 2019 e R\$ 16,1 milhões de despesas financeiras líquidas em 2018, sendo tal variação decorrente dos seguintes fatores:

- ***Receitas Financeiras***

Em 2020, as receitas financeiras somaram R\$ 4,4 milhões contra R\$ 6,9 milhões em 2019, uma redução de 37,1%, equivalente a R\$ 2,6 milhões de redução nominal, sendo tal variação decorrente de (i) R\$ 1,9 milhão de redução nos rendimentos de aplicações financeiras; e (ii) R\$ 1,9 milhão de redução nos juros ativos. Em contrapartida, a empresa registrou um ganho de R\$ 1,2 milhão de descontos obtidos.

Relatório da Administração – 2020, 2019 e 2018

As receitas financeiras cresceram nominal 0,4 milhão em 2019 comparado a 2018, saindo de R\$ 6,6 milhões para R\$ 7,0 milhões, respectivamente. O crescimento de 6,2% é justificado pelo aumento dos juros ativos e descontos obtidos no período.

- Despesas financeiras**

As despesas financeiras totalizaram R\$ 17,3 milhões em 2020 comparado a R\$ 20,5 milhões em 2019, representando uma redução nominal de R\$ 3,2 milhões ou 15,5%, advindo especialmente da redução de juros sobre empréstimos e financiamentos e IOF sobre operações financeiras. Já a redução nominal de R\$ 2,2 milhões nas despesas financeiras registradas em 2019 comparada com 2018 é relativa aos juros e empréstimos.

| (em R\$ mil, exceto %) | Exercícios encerrados em 31 de dezembro | | | | |
|------------------------|---|----------|--------------|----------|--------------|
| | 2020 | 2019 | Var. 2020/19 | 2018 | Var. 2019/18 |
| Financeiras Líquidas | (12.919) | (13.501) | -4,3% | (16.113) | -16,2% |
| Receitas financeiras | 4.393 | 6.986 | -37,1% | 6.576 | 6,2% |
| Despesas financeiras | (17.312) | (20.487) | -15,5% | (22.689) | -9,7% |
| % receita líquida | -2,9% | -4,5% | -1,6 pp | -6,2% | -1,7 pp |

Lucro antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social

O lucro operacional antes da provisão para imposto de renda e contribuição social, correspondeu a R\$ 46,2 milhões, comparado a R\$ 8,6 milhões no exercício social em 2019, representando uma variação nominal de R\$ 37,5 milhões ou 433,8%. Esse incremento adicional no resultado operacional antes do imposto de renda e contribuição social é atribuído ao excelente desempenho operacional, mesmo considerando o aumento nas despesas financeiras do período. Desta forma, a margem sobre a receita líquida ficou em 10,4% contra 2,9%, equivalente a um ganho de 7,5 pp em 2020 comparado ao ano anterior.

O ganho nominal no lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício de 2019 foi de R\$ 3,7 milhões, saindo de R\$ 5,0 milhões em 2018 e passando para R\$ 8,6 milhões em 2019 também atribuído a melhoria do desempenho operacional com crescimento das vendas e monitoramento de custos e despesas.

| (em R\$ mil, exceto %) | Exercícios encerrados em 31 de dezembro | | | | |
|---|---|--------------|---------------|--------------|--------------|
| | 2020 | 2019 | Var. 2020/19 | 2018 | Var. 2019/18 |
| Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social | 46.166 | 8.649 | 433,8% | 4.991 | 73,3% |
| % receita líquida | 10,4% | 2,9% | 7,5 pp | 1,9% | 0,9 pp |

Imposto de Renda e Contribuição Social

Os montantes de imposto de renda e contribuição social totalizaram R\$ 18,5 milhões em 2020, comparado R\$ 3,6 milhões em 2019, uma variação de R\$ 14,9 milhões no período. Essa variação decorreu, principalmente, pelo aumento no imposto de renda e contribuição social corrente, referente a apuração do lucro real e pelo aumento no imposto diferido referente prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias na apuração de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro nas controladas.

O imposto de renda e contribuição social no exercício social em 2019 foi de R\$ 3,6 milhões comparativamente a R\$ 2,3 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$ 1,3 milhões de aumento no imposto. O imposto de renda e contribuição social. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento do imposto de renda e contribuição social corrente que cresceu 74,6% aliado ao incremento de 30% no imposto de renda e contribuição social diferido.

| (em R\$ mil, exceto %) | Exercícios encerrados em 31 de dezembro | | | | |
|---|---|---------|--------------|---------|--------------|
| | 2020 | 2019 | Var. 2020/19 | 2018 | Var. 2019/18 |
| Imposto de renda e contribuição social | (18.450) | (3.583) | 414,9% | (2.273) | 57,6% |
| Imposto de renda e contribuição social - corrente | (14.947) | (2.460) | 507,6% | (1.409) | 74,6% |
| Imposto de renda e contribuição social - diferido | (3.503) | (1.123) | 211,9% | (864) | 30,0% |

Lucro Líquido do Exercício

Como resultado das variações acima indicadas, a Companhia registrou lucro líquido de R\$ 27,7 milhões em 2020, em comparação a um lucro líquido de R\$ 5,1 milhões no exercício social encerrado 2019, uma variação de R\$ 22,7 milhões ou 447% de aumento no período, respaldado exclusivamente pelo resultado operacional.

O lucro líquido registrado em 2019 de R\$ 5,1 milhões, registrou um crescimento nominal de R\$ 2,3 milhões quando comparado ao lucro líquido de R\$ 2,7 milhões em 2018.

A margem líquida representou 6,2% em 2020 ante 1,7% de margem líquida em 2019 e 1,0% de margem líquida em 2018, respectivamente.

| (em R\$ mil, exceto %) | Exercícios encerrados em 31 de dezembro | | | | |
|----------------------------|---|--------------|---------------|--------------|--------------|
| | 2020 | 2019 | Var. 2020/19 | 2018 | Var. 2019/18 |
| Lucro Líquido do Exercício | 27.716 | 5.066 | 447,1% | 2.718 | 86,4% |
| Margem Líquida | 6,2% | 1,7% | 4,6 pp | 1,0% | 0,6 pp |

EBITDA

O EBITDA (lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas financeiras líquidas e da depreciação e amortização) totalizou R\$ 81,4 milhões contra R\$ 43,0 milhões, um crescimento de 89,2% pela excelente performance operacional, plano emergencial estabelecido e economia de escala decorrente do crescimento orgânico da companhia, com margem EBITDA de 18,3% ante 14,2% no ano anterior.

| Composição do EBITDA (Em R\$ mil) | Exercícios encerrados em 31 de dezembro | | | | |
|--|---|---------------|--------------|---------------|--------------|
| | 2020 | 2019 | Var. 2020/19 | 2018 | Var. 2019/18 |
| Lucro Líquido | 27.716 | 5.066 | 447% | 2.718 | 86,4% |
| (+) Imposto de Renda e Contribuição Social | 18.450 | 3.583 | 415% | 2.273 | 57,6% |
| (+) Resultado Financeiro | 12.919 | 13.501 | -4% | 16.113 | 16,2% |
| (+) Depreciação e Amortização | 22.304 | 20.875 | 7% | 21.487 | -2,8% |
| EBITDA | 81.389 | 43.025 | 89,2% | 42.591 | 1,0% |
| Margem EBITDA % | 18,3% | 14,2% | 4,1 pp | 16,3% | -2,1 pp |

O EBITDA no exercício social encerrado em 2019 foi de R\$ 43,0 milhões comparativamente ao EBITDA de R\$ 42,6 milhões apresentados no exercício social encerrado em 2018. Desta maneira, o EBITDA aumentou em 1%, equivalente a um aumento nominal de R\$ 0,4 milhão, o que representou 14,2% de margem EBITDA em 2019 ante 16,3% de margem EBITDA em 2018 conforme especificado nas análises das demonstrações financeiras acima mencionadas.

Situação Patrimonial

O patrimônio líquido totalizou R\$ 82,5 milhões em 2020 contra R\$ 61,1 milhões em 2019 um aumento de 35,0% devido ao incremento de reservas de lucros, respaldando também o crescimento de 6,8% no patrimônio líquido de 2019 comparado a 2018.

As controladas têm como objeto a distribuição de cartões de recarga e chips de celular, a prestação de serviços de recarga virtual e a intermediação de meios de pagamento em nível nacional (Adquirência, em parceria com a empresa Stone). As operações de suas controladas foram incorporadas da seguinte forma:

- Em 09 de fevereiro de 1994 foi constituída sua controlada BM Logística Comércio e Serviços S.A. (“BML”);
- Em 10 de abril de 2002 foi constituída sua segunda controlada RV Tecnologia e Sistemas S.A. (“RV”); e
- Em 3 de fevereiro de 2017 foi constituída sua terceira controlada Aplic Tecnologia e Serviços S.A.; (“APLIC”).

Relatório da Administração – 2020, 2019 e 2018

A dívida líquida totalizou R\$ 61,2 milhões em 2020, ante R\$ 53,3 milhões em 2019, um aumento de 14,7%, sendo que R\$ 123,3 milhões de endividamento bruto (empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo) e R\$ 62,1 milhões de aplicações financeiras.

A dívida líquida totalizou R\$ 53,3 milhões em 2019, representando um aumento de 15,0% em relação 2018 que representou R\$ 46,4 milhões, sendo que o endividamento bruto em 2019 totalizava R\$ 118,8 milhões e as disponibilidades de R\$ 65,4 milhões.

O aumento do endividamento bruto em termos nominais refere-se a captações para investimentos e necessidades de capital de giro.

| Dívida Líquida (Em R\$ mil) | Exercícios encerrados em 31 de dezembro | | | | |
|--------------------------------|---|----------|--------------|----------|--------------|
| | 2020 | 2019 | Var. 2020/19 | 2018 | Var. 2019/18 |
| Empréstimos e Financiamentos | 123.291 | 118.772 | 3,8% | 108.809 | 9,2% |
| Caixa e Aplicações | (62.130) | (65.438) | -5,1% | (62.449) | 4,8% |
| Dívida Líquida | 61.161 | 53.334 | 14,7% | 46.360 | 15,0% |

Relacionamento com os Auditores Independentes

Relativamente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Ernst & Young Auditores Independentes S/S prestou serviços de (i) auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria; e (ii) trabalhos adicionais referentes à reapresentação das demonstrações contábeis relativas aos exercícios findos encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

Eventos Subsequentes

Venda das ações mantidas em tesouraria

Em 31 de julho de 2021, a Companhia aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, a autorização ao Conselho de Administração para que realize a venda das 48.032 (quarenta e oito mil e trinta e duas) ações mantidas em tesouraria pela Companhia, nos termos do artigo 30, parágrafo 1º, alínea “c”, da Lei das Sociedades por Ações. As ações poderão ser negociadas pelo valor de patrimônio líquido contábil da Companhia de acordo com o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021.

Aprovação da abertura de capital

Em 06 de agosto de 2021, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária as seguintes deliberações: i) abertura de capital e a submissão do pedido de registro de emissor de valores mobiliários na categoria “A” perante a Comissão de valores mobiliários (“CVM”); ii) autorização para a administração da Companhia realizar o pedido de adesão da Companhia ao segmento de Novo

Relatório da Administração – 2020, 2019 e 2018

Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“Novo Mercado” e “B3”, respectivamente); iii) realização de oferta pública primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia, a ser registrada junto à CVM.

Eleição da Diretoria e constituição do Comitê Financeiro e Comitê de Auditoria

Em 26 de agosto de 2021, através de reunião do Conselho de Administração a Companhia elegeu os membros da Diretoria e constituiu o Comitê Financeiro e de Auditoria, além de aprovar o regimento interno do Conselho de Administração, Comitê Financeiro e do Comitê de auditoria e as novas Políticas Internas da Companhia. Além disso, foram aprovadas as seguintes políticas a serem adotadas pela Companhia: (a) a Política de Remuneração da Companhia (“Política de Remuneração”); (b) Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento e da Diretoria da Companhia (“Política de Indicação”); (c) Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia (“Política de Gerenciamento de Riscos”); (d) Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia (“Política de Partes Relacionadas”); (e) Política de Divulgação de Ato e Fato Relevante, que trata da divulgação de informações e a manutenção de sigilo por potenciais ou efetivos detentores de informação relevante, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Política de Divulgação”); e (f) Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia (“Política de Negociação”).

Aprovação do novo Estatuto Social

Em 26 de agosto de 2021, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária o novo Estatuto Social, que possui como finalidade: (a) Criação do capital autorizado da Companhia, (b) Criação do cargo de Diretor de Relações com Investidores, (c) Atendimento aos requisitos legais aplicáveis às Companhias abertas e às regras do Regulamento do Novo Mercados. Ainda nessa Assembleia, foram eleitos os membros do Conselho de Administração da Companhia e a remuneração anual dos Conselheiros.

Declaração da Diretoria Estatutária

Em conformidade com o artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria Estatutária da BMRV Participações S.A. declara que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e as opiniões expressas no relatório de auditoria dos auditores independentes; e (ii) com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Belo Horizonte, 01 de agosto de 2021.

Valmor Pedro Bosi – **Diretor Presidente**

Cássio Doval Ferreira - **Diretor Financeiro**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**ANEXO I – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO
CVM 480**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

| | |
|--|---|
| 1.0 - Identificação dos responsáveis | 1 |
| 1.1 – Declaração do Diretor Presidente | 2 |
| 1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores | 4 |
| 1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores | 6 |

2. Auditores Independentes

| | |
|---|---|
| 2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores | 7 |
| 2.3 - Outras Informações Relevantes | 8 |

3. Informações Financ. Selecionadas

| | |
|--|----|
| 3.1 - Informações Financeiras | 9 |
| 3.2 - Mediçãoes Não Contábeis | 10 |
| 3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras | 13 |
| 3.4 - Política de Destinação Dos Resultados | 14 |
| 3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido | 17 |
| 3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas | 18 |
| 3.7 - Nível de Endividamento | 19 |
| 3.8 - Obrigações | 20 |
| 3.9 - Outras Informações Relevantes | 21 |

4. Fatores de Risco

| | |
|--|----|
| 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco | 22 |
| 4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado | 55 |
| 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes | 58 |
| 4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores | 66 |
| 4.5 - Processos Sigilosos Relevantes | 68 |
| 4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto | 69 |
| 4.7 - Outras Contingências Relevantes | 71 |

Índice

| | |
|--|----|
| 4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados | 72 |
|--|----|

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

| | |
|---|----|
| 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos | 73 |
| 5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado | 80 |
| 5.3 - Descrição Dos Controles Internos | 81 |
| 5.4 - Programa de Integridade | 84 |
| 5.5 - Alterações significativas | 87 |
| 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos | 88 |

6. Histórico do Emissor

| | |
|--|----|
| 6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm | 89 |
| 6.3 - Breve Histórico | 90 |
| 6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial | 92 |
| 6.6 - Outras Informações Relevantes | 93 |

7. Atividades do Emissor

| | |
|--|-----|
| 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas | 94 |
| 7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista | 111 |
| 7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais | 112 |
| 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais | 113 |
| 7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total | 134 |
| 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades | 135 |
| 7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior | 140 |
| 7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades | 141 |
| 7.8 - Políticas Socioambientais | 142 |
| 7.9 - Outras Informações Relevantes | 143 |

8. Negócios Extraordinários

| | |
|--|-----|
| 8.1 - Negócios Extraordinários | 144 |
| 8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor | 145 |

Índice

| | |
|---|-----|
| 8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais | 146 |
| 8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord. | 147 |

9. Ativos Relevantes

| | |
|---|-----|
| 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros | 148 |
| 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados | 149 |
| 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis | 150 |
| 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades | 158 |
| 9.2 - Outras Informações Relevantes | 159 |

10. Comentários Dos Diretores

| | |
|---|-----|
| 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais | 160 |
| 10.2 - Resultado Operacional E Financeiro | 195 |
| 10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras | 197 |
| 10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor | 198 |
| 10.5 - Políticas Contábeis Críticas | 201 |
| 10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras | 204 |
| 10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras | 205 |
| 10.8 - Plano de Negócios | 206 |
| 10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante | 208 |

11. Projeções

| | |
|---|-----|
| 11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas | 209 |
| 11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas | 210 |

12. Assembléia E Administração

| | |
|--|-----|
| 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa | 211 |
| 12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais | 218 |
| 12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração | 222 |
| 12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem | 224 |

Índice

| | |
|---|-----|
| 12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal | 225 |
| 12.7/8 - Composição Dos Comitês | 229 |
| 12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores | 231 |
| 12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros | 232 |
| 12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores | 250 |
| 12.12 - Outras informações relevantes | 251 |

13. Remuneração Dos Administradores

| | |
|---|-----|
| 13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária | 257 |
| 13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal | 261 |
| 13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal | 265 |
| 13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária | 268 |
| 13.5 - Remuneração Baseada em Ações | 270 |
| 13.6 - Opções em Aberto | 271 |
| 13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues | 272 |
| 13.8 - Precificação Das Ações/opções | 273 |
| 13.9 - Participações Detidas Por Órgão | 274 |
| 13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários | 275 |
| 13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal | 276 |
| 13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria | 277 |
| 13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores | 278 |
| 13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam | 279 |
| 13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor | 280 |
| 13.16 - Outras Informações Relevantes | 281 |

14. Recursos Humanos

| | |
|---------------------------------------|-----|
| 14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos | 282 |
|---------------------------------------|-----|

Índice

| | |
|--|-----|
| 14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos | 299 |
| 14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados | 300 |
| 14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos | 302 |
| 14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos | 303 |

15. Controle E Grupo Econômico

| | |
|--|-----|
| 15.1 / 15.2 - Posição Acionária | 304 |
| 15.3 - Distribuição de Capital | 308 |
| 15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico | 309 |
| 15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte | 310 |
| 15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor | 315 |
| 15.7 - Principais Operações Societárias | 316 |
| 15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico | 319 |

16. Transações Partes Relacionadas

| | |
|--|-----|
| 16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas | 320 |
| 16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas | 321 |
| 16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado | 324 |
| 16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas | 325 |

17. Capital Social

| | |
|--|-----|
| 17.1 - Informações Sobre O Capital Social | 326 |
| 17.2 - Aumentos do Capital Social | 327 |
| 17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações | 328 |
| 17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social | 329 |
| 17.5 - Outras Informações Relevantes | 330 |

18. Valores Mobiliários

| | |
|---------------------------|-----|
| 18.1 - Direitos Das Ações | 331 |
|---------------------------|-----|

Índice

| | |
|---|-----|
| 18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública | 332 |
| 18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto | 334 |
| 18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados | 335 |
| 18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil | 336 |
| 18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários | 337 |
| 18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação | 338 |
| 18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros | 339 |
| 18.8 - Títulos Emitidos no Exterior | 340 |
| 18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição | 341 |
| 18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas | 342 |
| 18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição | 343 |
| 18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários | 344 |

19. Planos de Recompra/tesouraria

| | |
|--|-----|
| 19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor | 345 |
| 19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria | 346 |
| 19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria | 348 |

20. Política de Negociação

| | |
|--|-----|
| 20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários | 349 |
| 20.2 - Outras Informações Relevantes | 350 |

21. Política de Divulgação

| | |
|--|-----|
| 21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações | 351 |
| 21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas | 352 |
| 21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações | 356 |
| 21.4 - Outras Informações Relevantes | 357 |

1.0 - Identificação dos responsáveis

| | |
|--|--------------------------------------|
| Nome do responsável pelo conteúdo do formulário | Valmor Pedro Bosi |
| Cargo do responsável | Diretor Presidente |
| Nome do responsável pelo conteúdo do formulário | Cassio Doval Ferreira |
| Cargo do responsável | Diretor de Relações com Investidores |

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

1.1 - Declaração do Diretor Presidente

| | |
|--|--------------------------|
| Nome do responsável pelo conteúdo do formulário | Valmor Pedro Bosi |
| Cargo do responsável | Diretor Presidente |

O Diretor Presidente acima qualificado declara que:

- a. reviu o formulário de referência.
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Valmor Pedro Bosi

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

PROTOCOLO DE AÇÕES

Este é um documento assinado eletronicamente pelas partes. O documento eletrônico é garantido pela medida provisória 2200-2, de 24 de agosto de 2001, que estabelece que todo documento em forma eletrônica tem assegurada a autenticidade, integralidade e validade jurídica desde que utilize certificados digitais padrão ICP-Brasil.

Data de emissão do Protocolo: 30/08/2021

Dados do Documento

| | |
|------------------------|--|
| Tipo de Documento | Declaração |
| Referência | 1.1_Declaracao do Diretor Presidente |
| Situação | Vigente / Ativo |
| Data da Criação | 30/08/2021 |
| Validade | 30/08/2021 até Indeterminado |
| Hash Code do Documento | 72F525C774653578A15D911547B1F6E1F50DDEA35BEB58BB03409F0CF2E3C072 |

Assinaturas / Aprovações

| Papel (parte) | Diretor | CPF |
|--------------------------|---|----------------------------|
| Relacionamento | 07.063.714/0001-98 - BMRV Participações S/A | |
| Representante | | |
| Valmor Pedro Bosi | | 213.309.729-53 |
| Ação: | Assinado em 30/08/2021 17:07:21 - Forma de assinatura: Usuário + Senha | IP: 162.158.214.133 |
| Info.Navegador | Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/92.0.4515.159 Safari/537.36 Edg/92.0.902.84 | |
| Localização | Latitude: -13.0036/ longitude: -38.5276 | |
| Tipo de Acesso | Normal | |

A autenticidade, validade e detalhes de cada assinatura deste documento podem ser verificadas através do endereço eletrônico <https://www.documentoelectronico.com.br/proceletronicahttps/validardocumentoscontent.aspx>, utilizando o código de acesso (passcode) abaixo:

Código de Acesso (Passcode): **5YWHO-YU9SQ-1FD8K-3USER**



Os serviços de assinatura digital deste portal contam com a garantia e confiabilidade da **AR-QualiSign**, Autoridade de Registro vinculada à ICP-Brasil.

Documento assinado eletronicamente. Verificação no site <https://www.documentoelectronico.com.br/proceletronicahttps/validardocumentoscontent.aspx> através do código 5YWHO-YU9SQ-1FD8K-3USER

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

| | |
|--|--------------------------------------|
| Nome do responsável pelo conteúdo do formulário | Cassio Doval Ferreira |
| Cargo do responsável | Diretor de Relações com Investidores |

O Diretor de Relações com Investidores acima qualificado declara que:

- a. reviu o formulário de referência.
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Cassio Doval Ferreira

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

PROTOCOLO DE AÇÕES

Este é um documento assinado eletronicamente pelas partes. O documento eletrônico é garantido pela medida provisória 2200-2, de 24 de agosto de 2001, que estabelece que todo documento em forma eletrônica tem assegurada a autenticidade, integralidade e validade jurídica desde que utilize certificados digitais padrão ICP-Brasil.

Data de emissão do Protocolo: 30/08/2021

Dados do Documento

| | |
|------------------------|--|
| Tipo de Documento | Declaração |
| Referência | 1.2_Declaracao do Diretor de Relações_Cássio |
| Situação | Vigente / Ativo |
| Data da Criação | 30/08/2021 |
| Validade | 30/08/2021 até Indeterminado |
| Hash Code do Documento | 64C472278C7ED536ECFCFC812F50ACAD854A954D06ECBF8278C539B0E8A2F53E |

Assinaturas / Aprovações

| Papel (parte) | Diretor | CPF |
|-----------------------|---|-------------------------|
| Relacionamento | 07.063.714/0001-98 - BMRV Participações S/A | |
| Representante | | |
| Cassio Doval Ferreira | | 972.155.976-87 |
| Ação: | Assinado em 30/08/2021 17:21:16 - Forma de assinatura: Usuário + Senha | IP: 172.68.26.53 |
| Info.Navegador | Mozilla/5.0 (iPhone; CPU iPhone OS 14_7_1 like Mac OS X) AppleWebKit/605.1.15 (KHTML, like Gecko) Version/14.1.2 Mobile/15E148 Safari/604.1 | |
| Localização | Não Informada | |
| Tipo de Acesso | Normal | |

A autenticidade, validade e detalhes de cada assinatura deste documento podem ser verificadas através do endereço eletrônico <https://www.documentoelectronico.com.br/proceletronicahttps/validardocumentoscontent.aspx>, utilizando o código de acesso (passcode) abaixo:

Código de Acesso (Passcode): **V2LZP-0NPCT-BIQM9-SSZFT**



Os serviços de assinatura digital deste portal contam com a garantia e confiabilidade da **AR-QualiSign**, Autoridade de Registro vinculada à ICP-Brasil.

Documento assinado eletronicamente. Verificação no site <https://www.documentoelectronico.com.br/proceletronicahttps/validardocumentoscontent.aspx> através do código V2LZP-0NPCT-BIQM9-SSZFT

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente / Relações com Investidores

Não aplicável, tendo em vista que os atuais Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Companhia já prestaram suas declarações individuais nos itens 1.1 e 1.2 deste Formulário de Referência.

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

| | |
|---|---|
| Possui auditor? | Sim |
| Código CVM | 471-5 |
| Tipo auditor | Nacional |
| Nome/Razão social | ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S. |
| CPF/CNPJ | 61 366.936/0001-25 |
| Data Início | 01/01/2018 |
| Descrição do serviço contratado | <p>Os auditores independentes foram contratados para os seguintes serviços: (i) auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, e para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2021, e revisão das informações trimestrais individuais e consolidadas correspondentes aos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2020 e 31 de março de 2021 e ao trimestre a findar-se em 30 de setembro de 2021.</p> <p>O montante total da remuneração paga aos auditores independentes no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$408.675,00.</p> |
| Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço | <p>Non applicable, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.</p> |
| Justificativa da substituição | <p>Non applicable, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.</p> |
| Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor | <p>Non applicable, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.</p> |

| Nome responsável técnico | DATA_INICIO_ATUACAO | CPF | Endereço |
|---------------------------------|----------------------------|----------------|--|
| Daniel de Araújo Peixoto | 01/01/2020 | 806.139.935-00 | Av. Tancredo Neves, 1.189, 17º andar, Pituba, Salvador, BA, Brasil, CEP 41820-021, Telefone (71) 35019000, Fax (71) 35019019, e-mail: daniel.peixoto@brey.com |
| Henrique Pierleck de Sá | 01/01/2018 | 033.424.584-29 | Av. Pres. Juscelino Kubitschek, nº 1909, Torre Norte, Vila Olímpia, São Paulo, SP - Brasil, CEP 04543-907, Telefone (11) 25733000, Fax (11) 25733000, e-mail: henrique.pierleck@brey.com |

2.3 - Outras Informações Relevantes

2.3 - Outras Informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 2.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

| | (Reais) | Últ. Inf. Contábil (30/06/2021) | Exercício social (31/12/2020) | Exercício social (31/12/2019) | Exercício social (31/12/2018) |
|--|----------------|---------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| Patrimônio Líquido | 19.474.000,00 | 82.461.000,00 | 61.136.000,00 | 57.220.000,00 | |
| Ativo Total | 500.991.000,00 | 537.268.000,00 | 495.002.000,00 | 437.503.000,00 | |
| Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos | 193.878.000,00 | 444.096.000,00 | 302.467.000,00 | 260.927.000,00 | |
| Resultado Bruto | 112.098.000,00 | 272.029.000,00 | 182.839.000,00 | 145.109.000,00 | |
| Resultado Líquido | 15.013.000,00 | 27.716.000,00 | 5.066.000,00 | 2.718.000,00 | |
| Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades) | 1.886.400 | 1.886.400 | 1.886.400 | 1.886.400 | |
| Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade) | 10,323367 | 43,713422 | 32,408821 | 30,332909 | |
| Resultado Básico por Ação | 6,260100 | 11,230400 | 2,064200 | 1,525700 | |
| Resultado Diluído por Ação | 6,26 | 11,23 | 2,06 | 1,53 | |

3.2 - Medições Não Contábeis

3.2 - Medições não contábeis

(a) valor das medições não contábeis

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no lucro ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas de depreciação e amortização. A Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita operacional líquida.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Seguem abaixo os valores do EBITDA e da Margem EBITDA da Companhia no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e de 2020 e para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

| (R\$ mil, exceto %) | Período de seis meses findo em 30 de junho de | | Exercício social encerrado em 31 de dezembro de | | |
|----------------------|--|--------|--|--------|--------|
| | 2021 | 2020 | 2020 | 2019 | 2018 |
| EBITDA | 40.887 | 25.804 | 81.389 | 43.025 | 42.591 |
| Margem EBITDA | 21,1% | 16,2% | 18,3% | 14,2% | 16,3% |

Dívida Bruta e Dívida Líquida

Dívida Bruta

A Dívida Bruta é uma medida não contábil elaborada pela Companhia, e corresponde ao somatório dos saldos dos empréstimos e financiamentos, circulante e não circulante. A Dívida Bruta não é uma medida reconhecida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à Dívida Bruta elaborada por outras empresas. A Companhia utiliza Dívida Bruta como medida para monitorar o cumprimento de suas obrigações contratadas com instituições financeiras líquidas de seus derivativos.

Dívida Líquida

A Dívida Líquida é uma medida não contábil elaborada pela Companhia, e corresponde ao saldo total da Dívida Bruta, líquido dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. A Dívida Líquida não é uma medida reconhecida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à Dívida Líquida elaborada por outras empresas. A Companhia utiliza Dívida Líquida para avaliar a posição financeira da Companhia, seu grau de alavancagem financeira, assim como auxiliar decisões gerenciais relacionadas à gestão de fluxo de caixa, de investimentos e de estrutura de capital.

3.2 - Medições Não Contábeis

Seguem abaixo os valores da Dívida Bruta e Dívida Líquida em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

| (R\$ mil, exceto %) | Em 30 de junho de | Em 31 de dezembro de | | | |
|-----------------------|--------------------------|-----------------------------|-------------|-------------|-------------|
| | | 2021 | 2020 | 2019 | 2018 |
| Dívida Bruta | 150.159 | 123.291 | 118.772 | 108.809 | |
| Dívida Líquida | 77.916 | 61.161 | 53.334 | 46.360 | |

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A tabela abaixo apresenta o EBITDA apresentado pela Companhia no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e de 2020 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

| (R\$ mil, exceto %) | Período de seis meses findo em 30 de junho | | Exercício social encerrado em 31 de dezembro de | | |
|--|---|---------------|--|---------------|---------------|
| | 2021 | 2020 | 2020 | 2019 | 2018 |
| Lucro líquido (prejuízo) do período / exercício | 15.013 | 4.726 | 27.716 | 5.066 | 2.718 |
| (+) Resultado financeiro líquido | 8.348 | 6.559 | 12.919 | 13.501 | 16.113 |
| (+) Depreciação e amortização | 9.752 | 10.946 | 22.304 | 20.875 | 21.487 |
| (+/-) Imposto de renda e contribuição social | 7.774 | 3.573 | 18.450 | 3.583 | 2.273 |
| EBITDA | 40.887 | 25.804 | 81.389 | 43.025 | 42.591 |
| Receita operacional líquida | 193.878 | 159.036 | 444.096 | 302.467 | 260.927 |
| Margem EBITDA | 21,1% | 16,2% | 18,3% | 14,2% | 16,3% |

3.2 - Mediçãoes Não Contábeis

Dívida Bruta e Dívida Líquida

A tabela abaixo apresenta a conciliação da Dívida Bruta e Dívida Líquida da Companhia em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

| (R\$ mil, exceto %) | Em 30 de junho de | Em 31 de dezembro de | | |
|---|-------------------|----------------------|----------------|----------------|
| | 2021 | 2020 | 2019 | 2018 |
| Empréstimos e financiamentos - circulante | 58.187 | 61.434 | 51.784 | 34.850 |
| Empréstimos e financiamentos - não circulante | 91.972 | 61.857 | 66.988 | 73.959 |
| Dívida Bruta | 150.159 | 123.291 | 118.772 | 108.809 |
| (-) Caixa e equivalentes de caixa | (27.529) | (17.814) | (30.816) | (16.111) |
| (-) Títulos e valores mobiliários | (44.714) | (44.316) | (34.622) | (46.338) |
| (=) Dívida Líquida | 77.916 | 61.161 | 53.334 | 46.360 |

(c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA é utilizado como uma medida de desempenho pela administração da Companhia, por ser uma medida prática para aferir o desempenho operacional da Companhia. O EBITDA é uma informação adicional às demonstrações financeiras e não deve ser utilizado em substituição aos resultados auditados.

A Margem EBITDA é uma medida não contábil elaborada pela Companhia, e corresponde à divisão do EBITDA pela receita operacional líquida. A Margem EBITDA não é uma medida reconhecida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à Margem EBITDA elaborada por outras empresas. A Margem EBITDA não deve ser considerada isoladamente ou como substituto para o lucro líquido, lucro operacional ou para o fluxo de caixa operacional da Companhia, base de distribuição de dividendos ou indicador de liquidez, desempenho operacional ou capacidade de pagamento.

Dívida Bruta e Dívida Líquida

Dívida Bruta

A Companhia utiliza Dívida Bruta como medida para monitorar o cumprimento de suas obrigações contratadas com instituições financeiras líquidas de seus derivativos.

Dívida Líquida

A Companhia entende que a medição da Dívida Líquida é útil na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa e equivalentes de caixa.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Eventos subsequentes às informações contábeis divulgadas em relação ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

Venda das ações mantidas em tesouraria

Em 31 de julho de 2021, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária a autorização ao Conselho de Administração para que realize a venda das 48.032 (quarenta e oito mil e trinta e duas) ações mantidas em tesouraria pela Companhia, nos termos do artigo 30, parágrafo 1º, alínea “c”, da Lei das Sociedades por Ações. As ações poderão ser negociadas pelo valor de patrimônio líquido contábil da Companhia de acordo com o balanço patrimonial especialmente levantado em 30 de junho de 2021.

Aprovação da abertura de capital

Em 06 de agosto de 2021, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária as seguintes deliberações: (i) a abertura de capital e a submissão do pedido de registro de emissor de valores mobiliários na categoria “A” perante a Comissão de valores mobiliários (“CVM”); (ii) a autorização para a administração da Companhia realizar o pedido de adesão da Companhia ao segmento de Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“Novo Mercado” e “B3”, respectivamente); e (iii) a realização de oferta pública primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia, a ser registrada junto à CVM.

Eleição da Diretoria e constituição do Comitê Financeiro de Auditoria

Em 26 de agosto de 2021, através de reunião do Conselho de Administração a Companhia elegera os membros da Diretoria e constituiu o Comitê Financeiro e de Auditoria, além de aprovar o regimento interno do Conselho de Administração, do Comitê Financeiro e de Auditoria e as novas Políticas Internas da Companhia. Além disso, foram aprovadas as seguintes políticas a serem adotadas pela Companhia: (a) a Política de Remuneração da Companhia (“Política de Remuneração”); (b) Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento e da Diretoria da Companhia (“Política de Indicação”); (c) Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia (“Política de Gerenciamento de Riscos”); (d) Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia (“Política de Partes Relacionadas”); (e) Política de Divulgação de Ato e Fato Relevante, que trata da divulgação de informações e a manutenção de sigilo por potenciais ou efetivos detentores de informação relevante, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Política de Divulgação”); e (f) Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia (“Política de Negociação”).

Aprovação do novo Estatuto Social

Em 26 de agosto de 2021, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária o novo Estatuto Social, que possui como finalidade: (a) criação do capital autorizado da Companhia, (b) criação do cargo de Diretor de Relações com Investidores, (c) atendimento aos requisitos legais aplicáveis às Companhias abertas e às regras do Regulamento do Novo Mercado. Ainda nessa Assembleia, foram eleitos os membros do Conselho de Administração da Companhia e a remuneração anual dos administradores.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

3.4 - Política de destinação dos resultados

| | 2020 | 2019 | 2018 |
|--|--|--|--|
| a. regras sobre retenção de lucros | <p>Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, autorizando a assembleia geral a, por proposta da administração, deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado pela assembleia geral.</p> <p>Adicionalmente, qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá ser obrigatoriamente acompanhada de proposta de orçamento de capital previamente aprovado pelo conselho de administração.</p> <p>Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia detinha, além das reservas obrigatórias previstas na legislação, uma reserva de lucros a distribuir.</p> | <p>Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, autorizando a assembleia geral a, por proposta da administração, deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado pela assembleia geral.</p> <p>Adicionalmente, qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá ser obrigatoriamente acompanhada de proposta de orçamento de capital previamente aprovado pelo conselho de administração.</p> <p>Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia detinha, além das reservas obrigatórias previstas na legislação, uma reserva de lucros a distribuir.</p> | <p>Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, autorizando a assembleia geral a, por proposta da administração, deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado pela assembleia geral.</p> <p>Adicionalmente, qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá ser obrigatoriamente acompanhada de proposta de orçamento de capital previamente aprovado pelo conselho de administração.</p> <p>Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia detinha, além das reservas obrigatórias previstas na legislação, uma reserva de lucros a distribuir.</p> |
| a.i. valores das retenções de lucros | No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia (i) constituiu uma reserva de lucros a distribuir no montante de R\$ 21.185 mil; e (ii) R\$ 6.391 mil foram destinados à distribuição dos dividendos aos acionistas não controladores, | No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia constituiu uma reserva de lucros a distribuir no montante de R\$3.894 mil. | No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia constituiu uma reserva de lucros a distribuir no montante de R\$ 2.878 mil. |
| a.ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados | No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, os percentuais das retenções em relação ao lucro total declarado foram os seguintes: (i) 23,1% destinados a distribuição de dividendos aos acionistas não controladores; e (ii) 76,4% destinados a reserva de lucros a distribuir. | No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o percentual de retenção em relação ao lucro total declarado foi de 76,9% destinados a reserva de lucros a distribuir. Não houve distribuição de dividendos. | No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, houve uma reversão de dividendos proposto de R\$ 2.612 mil representando 96,1% do lucro líquido do exercício. Não houve distribuição de dividendos. |

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

| | 2020 | 2019 | 2018 |
|---|--|--|--|
| b. regras sobre distribuição de dividendos | <p>Em 31 de dezembro de 2020, o estatuto social da Companhia previa que os acionistas teriam direito de receber como dividendo obrigatório, naquele exercício, quantia equivalente a, no mínimo, 25% do lucro líquido anual.</p> <p>Conforme descrito no subitem 3.4.a.i acima, não houve distribuição de dividendos obrigatórios referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.</p> | <p>Em 31 de dezembro de 2019, o estatuto social da Companhia previa que os acionistas teriam direito de receber como dividendo obrigatório, naquele exercício, quantia equivalente a, no mínimo, 25% do lucro líquido anual.</p> <p>Conforme descrito no subitem 3.4.a.i acima, não houve distribuição de dividendos obrigatórios referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.</p> | <p>Em 31 de dezembro de 2018, o estatuto social da Companhia previa que os acionistas teriam direito de receber como dividendo obrigatório, naquele exercício, quantia equivalente a, no mínimo, 25% do lucro líquido anual.</p> <p>Conforme descrito no subitem 3.4.a.i acima, não houve distribuição de dividendos obrigatórios referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.</p> |
| c. periodicidade das distribuições de dividendos | <p>Em 31 de dezembro de 2020, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos.</p> <p>Sem prejuízo, o conselho de administração poderia declarar dividendos intermediários, trimestralmente ou em períodos mais longos, à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros, apurados em demonstrações financeiras anuais ou semestrais, os quais seriam considerados antecipação do dividendo obrigatório previsto no estatuto social. O conselho de administração poderia, ainda, determinar o levantamento de balanços mensais ou trimestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros então apurados, observadas as limitações legais.</p> | <p>Em 31 de dezembro de 2019, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos.</p> <p>Sem prejuízo, o conselho de administração poderia declarar dividendos intermediários, trimestralmente ou em períodos mais longos, à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros, apurados em demonstrações financeiras anuais ou semestrais, os quais seriam considerados antecipação do dividendo obrigatório previsto no estatuto social. O conselho de administração poderia, ainda, determinar o levantamento de balanços mensais ou trimestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros então apurados, observadas as limitações legais.</p> | <p>Em 31 de dezembro de 2018, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos.</p> <p>Sem prejuízo, o conselho de administração poderia declarar dividendos intermediários, trimestralmente ou em períodos mais longos, à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros, apurados em demonstrações financeiras anuais ou semestrais, os quais seriam considerados antecipação do dividendo obrigatório previsto no estatuto social. O conselho de administração poderia, ainda, determinar o levantamento de balanços mensais ou trimestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros então apurados, observadas as limitações legais.</p> |
| d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais | <p>Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.</p> | <p>Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.</p> | <p>Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.</p> |

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

| | 2020 | 2019 | 2018 |
|--|---|---|---|
| e. política de destinação de resultados | Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados. | Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados. | Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados. |

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

| (Reais) | Últ. Inf. Contábil | Exercício social 31/12/2020 | Exercício social 31/12/2019 | Exercício social 31/12/2018 |
|---|--------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Lucro líquido ajustado | 0,00 | 27.716.000,00 | 5.066.000,00 | 2.718.000,00 |
| Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%) | 0,000000 | 0,000000 | 0,000000 | 0,000000 |
| Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%) | 33,611040 | 8,286443 | 4,750087 | 0,00 |
| Dividendo distribuído total | 0,00 | 0,00 | 5.066.000,00 | 2.718.000,00 |
| Lucro líquido retido | 0,00 | 27.716.000,00 | 5.066.000,00 | 2.718.000,00 |
| Data da aprovação da retenção | 15/04/2021 | 29/06/2020 | 29/04/2019 | |

| Lucro líquido retido | Montante | Pagamento dividendo | Montante | Pagamento dividendo | Montante | Pagamento dividendo |
|----------------------|----------|---------------------|----------|---------------------|----------|---------------------|
| Ordinária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 15 de abril de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram, entre outras matérias, a distribuição de dividendos no valor de R\$6.000 mil, à conta da reserva de lucros a realizar constituída em exercícios anteriores.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de julho de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram a distribuição de dividendos no valor de R\$72.000 mil, à conta da reserva de lucros a realizar constituída em exercícios anteriores.

3.7 - Nível de Endividamento

| Exercício Social | Soma do Passivo Circulante e Não Circulante | Tipo de índice | Índice de endividamento | Descrição e motivo da utilização de outro índice |
|-------------------------|--|-------------------------|--------------------------------|---|
| 30/06/2021 | 481.517.000,00 | Índice de Endividamento | 24,72614768 | |
| 31/12/2020 | 454.807.000,00 | Índice de Endividamento | 5,51541941 | |

3.8 - Obrigações

| Últ. Inf. Contábil (30/06/2021) | | | | | | |
|---------------------------------|--------------------|---------------------------------|-------------------|----------------|-------------------|-----------------------|
| Tipo de Obrigação | Tipo de Garantia | Outras garantias ou privilégios | Inferior a um ano | Um a três anos | Três a cinco anos | Superior a cinco anos |
| Empréstimo | Garantia Real | 58.187.000,00 | 74.447.000,00 | 17.525.000,00 | 0,00 | 150.159.000,00 |
| Empréstimo | Garantia Flutuante | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Empréstimo | Quirografárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total | | 58.187.000,00 | 74.447.000,00 | 17.525.000,00 | 0,00 | 150.159.000,00 |

Observação

Os saldos apresentados acima referem-se às rubricas de empréstimos e financiamentos apresentadas nas Informações Trimestrais – ITR da Companhia em 30 de junho de 2021.

| Exercício social (31/12/2020) | | | | | | |
|-------------------------------|--------------------|---------------------------------|-------------------|----------------|-------------------|-----------------------|
| Tipo de Obrigação | Tipo de Garantia | Outras garantias ou privilégios | Inferior a um ano | Um a três anos | Três a cinco anos | Superior a cinco anos |
| Empréstimo | Garantia Real | 61.434.000,00 | 57.347.000,00 | 4.510.000,00 | 0,00 | 123.291.000,00 |
| Empréstimo | Garantia Flutuante | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Empréstimo | Quirografárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total | | 61.434.000,00 | 57.347.000,00 | 4.510.000,00 | 0,00 | 123.291.000,00 |

Observação

Os saldos apresentados acima referem-se às rubricas de empréstimos e financiamentos apresentadas nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2020.

3.9 - Outras Informações Relevantes

3.9 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 3.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas. Os negócios, atuais e futuros, a reputação, a situação financeira, os resultados operacionais, o fluxo de caixa, a liquidez e/ou os negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder substancial ou totalmente o seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia e suas subsidiárias adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos ou considerados irrelevantes pela Companhia na data deste Formulário de Referência também poderão afetar a Companhia adversamente.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e das suas subsidiárias, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto.

As referências constantes deste item 4.1.a à “Companhia” devem ser interpretadas como referência à Companhia e suas subsidiárias, exceto se o contexto exigir de outra maneira.

Não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens.

(a) à Companhia

A Companhia pode não conseguir executar integralmente sua estratégia de negócios o que pode impactar adversamente seus resultados financeiros.

A Companhia não pode garantir que quaisquer de seus objetivos e estratégias serão integralmente realizados. Por exemplo, à medida que a Companhia busca expandir suas atividades para outras regiões do Brasil, a Companhia pode não ser capaz de replicar sua estrutura de negócios de forma a atender às demandas dos diferentes mercados. Nesse cenário, a efetiva produtividade, investimentos, custos operacionais e estratégia de negócios da Companhia poderão se revelar substancialmente menos favoráveis do que aqueles estimados. As dificuldades poderão advir, especialmente, de questões financeiras, demográficas, de concorrência e/ou de tecnologia entre outros, podendo causar efeitos adversos em sua condição financeira e resultados operacionais.

A Companhia poderá não ser bem-sucedida na execução de aquisições de empresas e/ou poderá estar exposta a responsabilidades sucessórias, não identificadas e/ou não identificáveis, em razão da conclusão de transações de aquisição de empresas, o que poderá afetar negativamente e de forma relevante sua reputação e seus negócios.

Fusões e aquisições são elementos importantes da estratégia de expansão da Companhia e a Companhia espera continuar a adquirir empresas, produtos, serviços e tecnologias. A Companhia pode incorrer em custos significativos nas transações para aquisição de empresas e, ainda assim, poderá não conseguir concluir tais aquisições ou, se conseguir concluir-las, estas podem não gerar os benefícios esperados. A capacidade da Companhia de continuar a ampliar os negócios por meio de aquisições depende de diversos fatores, dentre os quais (i) sua capacidade de identificar e avaliar as oportunidades e negociar condições favoráveis, (ii) sua capacidade de obter recursos para financiar tais transações em condições favoráveis, e (iii) sua capacidade de integrar com sucesso os negócios adquiridos. Além disso,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

outros players do setor podem também estar em busca de crescimento por meio de aquisições e parcerias estratégicas, o que poderá aumentar a competição por aquisições e reduzir a probabilidade de sucesso da Companhia na implementação de tal estratégia.

A Companhia não pode assegurar que será bem-sucedida em identificar, negociar ou concluir aquisições no momento e/ou em termos, preços e/ou condições desejados. Adicionalmente, a integração dos negócios e atividades da Companhia aos das empresas adquiridas poderá se mostrar mais custosa do que originalmente previsto, demorar mais do que o esperado em razão da dificuldade da Companhia para criar e implementar padrões, controles, procedimentos e políticas uniformes e para integrar esforços de venda e desenvolvimento de softwares para comunicar as possibilidades de venda combinada de produtos, vender produtos de modo cruzado e gerir a venda combinada de produtos, bem como para integrar as atividades de desenvolvimento realizada pelas empresas adquiridas, falhando em maximizar as sinergias esperadas. Assim, a Companhia não pode garantir que será capaz de integrar tais empresas ou bens adquiridos em seus negócios de forma bem-sucedida, tampouco de diligenciar devidamente as contingências das empresas adquiridas. Além disso, determinadas aquisições que a Companhia vier a considerar poderão estar sujeitas à obtenção de autorizações das autoridades brasileiras de defesa da concorrência e demais autoridades aplicáveis. A Companhia pode não ter sucesso na obtenção de tais autorizações necessárias ou na sua obtenção em tempo hábil para integrar as empresas adquiridas de modo eficaz e estratégico. O insucesso da sua estratégia de aquisições pode afetar, material e adversamente, sua situação financeira e os resultados da Companhia.

O crescimento por meio de aquisições também sujeita a Companhia ao risco de exposição às responsabilidades sucessórias relacionadas aos estabelecimentos, às sociedades adquiridas, a administração, suas atividades e/ou demandas judiciais incorridas anteriormente à aquisição. Eventuais ônus, gravames, vícios, contingências e/ou pendências de qualquer natureza não identificados ou não identificáveis na ocasião dos processos de auditoria legal realizados com base em documentos e informações então apresentados pelas empresas adquiridas no âmbito dos respectivos processos de aquisição, bem como a ocorrência de eventos ou apresentação de documentos posteriores a tais aquisições que resultem ou possam resultar em ônus, gravames, vícios, contingências e/ou pendências materiais de qualquer natureza com relação às empresas adquiridas poderão impactar a situação financeira e a reputação da Companhia de forma negativa e, por conseguinte, causar efeito adverso relevante em seus resultados operacionais.

Além disso, indenizações que a Companhia receba ou possa receber dos vendedores de empresas adquiridas, podem não ser suficientes à proteção ou compensação de demandas judiciais e responsabilidades ou podem não ser cumpridas. Ademais, as garantias outorgadas em favor da Companhia no âmbito de transações de aquisição de empresas podem perecer, desvalorizar-se, ou ser afetadas em caso de insolvência ou de existência de credores que tenham preferência sobre o direito de indenização da Companhia e podem inexistir obrigações de reforço ou substituição de tais garantias. Por fim, demandas judiciais e responsabilidades significativas associadas a aquisições também podem afetar a Companhia de maneira adversa, inclusive em relação à sua reputação, o que reduziria os benefícios relacionados à aquisição ou causaria prejuízos relevantes à situação financeira, à reputação e aos negócios futuros da Companhia.

O surto de doenças transmissíveis no Brasil e/ou no mundo, a exemplo da COVID-19, declarada como uma pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS), provocou e pode continuar provocando um efeito adverso nas operações da Companhia. A extensão da pandemia da COVID-19, as respostas e ações do governo, a percepção de seus efeitos e a forma pela qual tal pandemia impactará os negócios da Companhia depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em feito adverso relevante nos negócios, na condição financeira, nos resultados operacionais e nos fluxos de caixa da Companhia.

Em 11 março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), como uma pandemia. Tal declaração desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto da doença, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e lockdown, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de maneira geral pela população. No Brasil, alguns estados e municípios, incluindo as localidades em que os principais clientes da Companhia atuam, seguiram essas providências, adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e isolamento social, que resultaram no fechamento de shoppings, áreas de grande circulação, parques e demais espaços públicos. O atraso na vacinação também impactou na continuidade da pandemia, sendo que a situação se mantém pela escassez de vacinas disponíveis. Além disso, essas medidas influenciaram o comportamento da população brasileira em geral, resultando na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de companhias de diversos setores, bem como na redução drástica de consumo.

Adicionalmente, uma recessão e/ou desaceleração econômica global, incluindo um aumento do desemprego, pode resultar em (i) menor atividade comercial e de consumo, tanto durante a pandemia da COVID-19 quanto depois que o surto da doença diminuir, (ii) aumento do inadimplemento dos clientes da Companhia, (iii) redução do número de clientes da Companhia em razão de falências, (iv) aumento do ajuizamento de demandas individuais ou coletivas em face da Companhia objetivando a suspensão do registro de protestos e da inclusão dos nomes de devedores nos órgãos de proteção ao crédito, (v) mudanças significativas nos processos internos dos clientes da Companhia, que podem levar à redução ou à descontinuação do uso dos produtos da Companhia e (vi) substituição, por clientes da Companhia, dos produtos por ela oferecidos, por alternativas de menor custo de concorrentes emergentes. Todos esses fatores podem acarretar a diminuição da demanda pelos serviços e produtos oferecidos pela Companhia, bem como levar à necessidade de renegociação de contratos com clientes em termos desfavoráveis à Companhia, e consequentemente, afetar seus resultados operacionais e financeiros.

Em razão da pandemia da COVID-19, a Companhia poderá também enfrentar dificuldades para obtenção de novos financiamentos junto a instituições financeiras ou eventuais outras restrições de caixa, o que pode comprometer e/ou dificultar o cumprimento dos covenants financeiros aos quais a Companhia está sujeita no âmbito dos instrumentos que regem seu endividamento. Uma eventual restrição de caixa poderá também afetar as operações da Companhia e o cumprimento de suas obrigações com terceiros, inclusive comprometer seu plano de expansão.

Após a diminuição do surto da COVID-19, a Companhia poderá ter impactos adversos em seus negócios como resultado do impacto econômico nacional e global, incluindo qualquer recessão, desaceleração econômica ou aumento nos níveis de desemprego no Brasil, fusões e aquisições ou falência de clientes, que já ocorreram ou possam vir a ocorrer, resultando em uma diminuição do número de atuais e potenciais de clientes. Além disso, no futuro, podem ocorrer outros surtos regionais e/ou globais de doenças transmissíveis. Se ocorrer algum desses surtos, os efeitos que a Companhia sofrerá podem ser semelhantes ou até maiores que os efeitos que está sofrendo em decorrência da pandemia da COVID-19.

Haja vista que a pandemia da COVID-19 pode afetar negativamente as atividades e resultados financeiros da Companhia, tal pandemia também pode ter o efeito de aumentar muitos dos outros riscos descritos nesta seção “4.1. Fatores de Risco”. Para mais informações sobre os impactos da pandemia da COVID-19 sobre os negócios da Companhia, vide item 10.9 deste Formulário de Referência.

A Companhia pode não conseguir acompanhar o rápido desenvolvimento tecnológico de seu setor de atuação ou modernizar adequadamente sua infraestrutura tecnológica para desenvolver e integrar novos produtos e serviços e/ou aperfeiçoar seus atuais produtos e serviços, o que poderá afetar sua competitividade e causar um efeito adverso relevante em seus resultados financeiros e operacionais.

O mercado de sistemas de software, principal mercado em que a Companhia atua em termos de receita, caracteriza-se por constantes avanços tecnológicos, evolução dos padrões de equipamentos de computação e de infraestrutura de comunicação, crescente complexidade das necessidades dos clientes, surgimento de novos competidores/startups, frequentes melhorias na experiência do usuário e lançamentos constantes de novos produtos. Assim, os resultados da Companhia dependem de sua capacidade de prever e se adaptar em tempo hábil a tais transformações tecnológicas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Caso a Companhia deixe de desenvolver melhorias tecnológicas, de aperfeiçoar e de incrementar seus produtos e serviços em tempo hábil, de identificar e traduzir adequadamente as necessidades dos seus clientes ou de posicionar ou precificar seus produtos e serviços de modo a atender a demanda do mercado, os clientes da Companhia poderão deixar de adquirir novas licenças de software e de contratar serviços oferecidos pela Companhia, ou a Companhia poderá perder sua competitividade no que diz respeito a atrair novos clientes.

A desatualização dos produtos e serviços oferecidos pela Companhia em relação aos de seus concorrentes, poderá reduzir sua receita e tornar necessário o investimento em novas tecnologias. A Companhia não pode assegurar que será capaz de manter um nível de investimento necessário para promover e/ou continuar a modernizar sua infraestrutura tecnológica de tratamento de dados ou que conseguirá incorporar as tecnologias necessárias em seus produtos e serviços de forma a conseguir manter seus clientes ou atrair novos clientes, o que poderá restringir a capacidade da Companhia de competir de maneira eficiente nos mercados em que atua e causar impacto material na estratégia de negócios da Companhia e, por conseguinte, em seus resultados financeiros e operacionais.

A perda de integrantes da administração e de áreas estratégicas da Companhia, e/ou sua incapacidade de atrair e reter pessoal qualificado poderá afetar de maneira adversa e relevante as atividades e resultados operacionais da Companhia.

O crescimento e desempenho financeiro e operacional da Companhia, sua capacidade de manter uma posição competitiva em seu setor de atuação, a implementação de seu plano de crescimento e a implementação de suas respectivas estratégias depende dos serviços prestados por sua administração e da cultura organizacional promovida pela Companhia. A Companhia não pode garantir que conseguirá manter ou atrair profissionais qualificados para integrar sua administração. A perda de integrantes essenciais de sua administração ou a incapacidade de atrair e reter profissionais qualificados poderá afetar a Companhia de maneira significativamente negativa.

O sucesso da Companhia também depende de sua habilidade de identificar, atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerir profissionais altamente qualificados nas áreas técnicas, de gestão, tecnologia, marketing e serviços aos clientes. Há carência no mercado de profissionais especializados no setor de atuação da Companhia e alta demanda por profissionais qualificados, de forma que o mercado para tais profissionais tem forte concorrência, o que pode levar à elevação exacerbada dos custos com pessoal, ou mesmo indisponibilidade de profissionais na quantidade necessária. Além disso, profissionais especializados podem ser atraídos por concorrentes, o que pode acarretar fortalecimento de concorrentes ou a formação de novos concorrentes.

Haja vista que a competição por funcionários altamente qualificados é intensa, a Companhia pode não conseguir atrair, contratar, reter, motivar e gerir tais profissionais qualificados. Se a Companhia não conseguir atrair ou manter profissionais qualificados para administrar e expandir suas operações, poderá ter dificuldade para conduzir seus negócios, sofrer redução de seu desempenho operacional e enfraquecimento de sua marca e, por conseguinte, seus resultados operacional e financeiro poderão ser adversamente afetados.

A Companhia poderá estar sujeita a decisões desfavoráveis relacionadas a processos judiciais, administrativos ou de arbitragem, bem como a fiscalizações e autuações, que podem interromper ou limitar significativamente suas operações, resultar em julgamentos desfavoráveis, acordos ou multas, e, portanto, afetar adversamente seus resultados e sua reputação.

A Companhia e seus administradores são e poderão, no futuro, inclusive em conjunto com as controladas e controladores da Companhia, ser parte em conflitos administrativos, judiciais e de arbitragem ou outras investigações envolvendo questões na esfera cível, fiscal, societária, trabalhista, concorrencial, penal, dentre outras. A Companhia e seus administradores não podem garantir que os resultados desses processos lhes serão favoráveis ou que serão feitos e/ou mantidos provisionamentos parciais ou totais em valor suficiente para atender a todas as responsabilidades incorridas nesses processos. O envolvimento da Companhia e de seus administradores nos referidos processos, especialmente aqueles de natureza relevante e que possam causar dano à imagem, bem

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

como decisões desfavoráveis no âmbito desses processos, poderão restringir a capacidade Companhia de conduzir seus negócios, exigir pagamentos substanciais que não tenham sido provisionados, afetar a continuidade ou a rentabilidade de linhas de serviços já estabelecidas pela Companhia, impedir a contratação com o Poder Público ou a fruição de benefícios fiscais, impedir a realização de seus projetos conforme inicialmente planejados e, por conseguinte, afetar adversamente os seus negócios, sua situação financeira e sua reputação.

Decisões desfavoráveis à Companhia e/ou aos seus administradores em processos judiciais e administrativos podem resultar, inclusive, em danos reputacionais à Companhia, além de ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia. Ademais, caso existam contingências advindas das aquisições que podem vir a ser realizadas como parte da estratégia de crescimento da Companhia, estas poderão prejudicar adversamente as atividades e resultados da Companhia.

Além disso, os diretores ou conselheiros da Companhia poderão se tornar parte em processos administrativos ou judiciais, o que poderá afetar negativamente a Companhia, especialmente se os processos forem de natureza penal. Se qualquer membro da administração da Companhia estiver envolvido nos referidos conflitos ou processos, tal membro poderá ser impedido de exercer suas funções na Companhia, o que poderá afetar negativamente a reputação da Companhia.

Para mais informações acerca das ações judiciais, administrativas e arbitrais promovidas contra a Companhia, veja os itens 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

A Companhia pode não ser capaz de cumprir com as obrigações previstas em seus contratos de dívida.

Alguns dos contratos financeiros celebrados pela Companhia impõem o cumprimento de determinadas obrigações (*covenants*), incluindo, entre outras, restrições de alteração de controle. Caso haja a consumação da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia, os atuais acionistas controladores deixarão de deter mais do que 50% do capital votante da Companhia. Caso a Companhia não seja capaz de obter as aprovações necessárias, o evento poderá ocasionar a declaração do vencimento antecipado de tais contratos. O vencimento antecipado destes contratos consumiria uma parcela relevante do caixa da Companhia e/ou de suas controladas.

O inadimplemento dos termos de tais contratos poderá eventualmente resultar na decisão dos respectivos credores em declarar o vencimento antecipado das dívidas contraídas e/ou resultar no inadimplemento ou vencimento antecipado cruzado (*cross default* e *cross acceleration*, respectivamente) de outros contratos financeiros e/ou na excussão das garantias, o que eventualmente poderá acarretar a limitação do acesso da Companhia às novas linhas de financiamento para execução do seu plano de investimentos, bem como afetar negativamente os negócios, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Ainda, não há como garantir que os credores aceitarão eventual solicitação de revisão contratual ou sustação de efeitos de inadimplemento (*waiver*), observado que, caso seja negada pelo credor, poderá ser caracterizado inadimplemento ou vencimento antecipado da dívida, ou, ainda, para sua concessão, pode ser exigido pelo credor pagamento de prêmio, de modo que em qualquer uma dessas situações a condição financeira e nota de crédito da Companhia poderá ser adversamente impactada. Não há garantia de que a Companhia conseguirá renegociar as suas dívidas no futuro caso as obrigações previstas nos contratos financeiros celebrados pela Companhia sejam descumpridas. Para mais informações sobre os contratos financeiros de que a Companhia é parte, vide item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

A Companhia pode não conseguir renovar suas linhas de crédito atuais, acessar novos financiamentos ou emitir valores mobiliários no mercado de capitais, em todos os casos, em condições favoráveis, o que poderá afetar de maneira significativamente negativa sua condição financeira e resultados operacionais e financeiros.

A capacidade da Companhia de captar recursos, inclusive por meio de financiamento de bancos de desenvolvimento, a emissão de títulos (incluindo valores mobiliários) no mercado de capitais ou o refinanciamento de empréstimos existentes, é fundamental para suas operações e para a

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

implementação da sua estratégia de crescimento. A Companhia poderá não conseguir renovar suas atuais linhas de crédito, contratar novos financiamentos ou emitir títulos no mercado de capitais, em todos os casos, em termos favoráveis para atender às suas necessidades ou obrigações financeiras.

Os mercados de dívida local e de capitais foram recentemente impactados pelo custo do crédito, por fatores político-econômicos e pela pandemia da COVID-19, entre outros acontecimentos. Esses eventos afetaram negativamente as condições econômicas no Brasil. Além disso, em decorrência das preocupações com a estabilidade geral dos mercados financeiros no Brasil e com a solvência das contrapartes, o custo de financiamentos aumentou, haja vista que muitos credores elevaram as taxas de juros, adotaram padrões mais rígidos para a concessão de crédito, reduziram seu volume de empréstimos e, em certos casos, interromperam a oferta de financiamentos em condições comerciais razoáveis.

Na hipótese de a Companhia não conseguir obter financiamentos, emitir títulos nos mercados de capitais ou refinanciar seu endividamento quando necessário, não conseguir obter ou renovar garantias bancárias ou de seguro, ou se tais atividades estiverem disponíveis apenas em termos desfavoráveis, a Companhia pode não conseguir atender às suas necessidades de capital e obrigações financeiras ou aproveitar as oportunidades de negócios, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre seus negócios, sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a dívida bruta da Companhia era R\$150.159 mil, R\$123.291 mil, R\$118.772 mil e R\$108.809, respectivamente.

Para mais informações sobre a dívida bruta e o endividamento da Companhia, vide itens 3.2, 3.7 e 10.1(f) deste Formulário de Referência.

A Companhia pode vir a precisar de recursos adicionais no futuro. Esta captação de recursos adicionais poderá se dar por meio de emissão de valores mobiliários referenciados em ações ordinárias, o que poderá afetar o preço das ações ordinárias e resultar em diluição do valor econômico do investimento dos investidores e da participação do investidor no capital social da Companhia.

Os detentores das ações ordinárias de emissão da Companhia poderão sofrer pela alteração no preço das ações ordinárias, e imediata e substancial diluição de seus investimentos, caso a Companhia tenha necessidade de captar recursos, no futuro, para suas atividades por meio de operações de emissão pública ou privada de novas ações ordinárias ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias ou permutáveis por elas. A Companhia poderá ainda realizar emissão de novas ações ordinárias, ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias ou permutáveis por elas, por valor inferior ao valor contábil das ações ordinárias de sua emissão na data em questão. Tais emissões podem resultar na alteração do preço das ações de emissão da Companhia e na diluição da participação dos investidores em seu capital social, além de ter um efeito adverso na cotação nos valores mobiliários de sua emissão.

A Companhia poderá precisar de capital adicional no futuro para financiar sua estratégia de crescimento. Tal financiamento poderá estar indisponível ou apenas estar disponível em termos e condições desfavoráveis para a Companhia.

Com relação à sua estratégia de crescimento, a Companhia precisa de montantes significativos de capital para financiar seus projetos futuros, bem como as despesas que são incorridas para manutenção de suas operações.

Se os fluxos de caixa advindos das operações da Companhia não forem suficientes para atender às suas necessidades de capital e financiar suas iniciativas e estratégias de crescimento, a Companhia poderá ser obrigada a captar recursos adicionais, inclusive por meio de financiamentos futuros ou ofertas públicas de valores mobiliários, incluindo ações de emissão da Companhia e títulos (incluindo valores mobiliários) conversíveis em tais ações.

Financiamentos futuros poderão não estar disponíveis ou, se disponíveis, poderão não estar disponíveis em termos e condições favoráveis à Companhia, o que poderá afetar negativamente o desenvolvimento dos projetos da Companhia, ou resultar em juros mais altos e outras despesas

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

associadas ao endividamento e maior alavancagem, o que pode afetar de maneira adversa e relevante a situação financeira, os fluxos de caixa e os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia não pode garantir que conseguirá ter acesso a capital adicional. Qualquer falta de acesso a capital adicional pode obrigar a Companhia a reduzir ou adiar dispêndios, a alienar ativos ou a reestruturar e refinanciar o seu endividamento, o que poderá restringir o crescimento e desenvolvimento futuros de suas operações e afetar a Companhia de maneira significativamente negativa.

A falta de disponibilidade de financiamento para o programa de investimentos da Companhia pode afetar a capacidade competitiva, negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

A captação de financiamentos pela Companhia e o refinanciamento de empréstimos existentes é fundamental para suas operações correntes, para implementação de sua estratégia e para seu crescimento. No entanto, o mercado global e as condições econômicas têm sido, e é esperado que continuem a ser tumultuados e voláteis.

Devido à grande necessidade de capital do setor de telecomunicações, a Companhia utiliza, para efetuar os investimentos necessários à modernização, ampliação e manutenção de sua rede, além de recursos próprios, recursos de terceiros, obtidos por meio de empréstimos e financiamentos. Não há garantia de que a Companhia consiga obter os recursos necessários ou a custos aceitáveis para a realização da totalidade de seus programas de investimentos ou, obtendo recursos necessários, que será capaz de desenvolver ou adotar novas tecnologias em tempo adequado para a manutenção da sua competitividade, o que poderá afetar os negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia.

Os mercados de dívida foram recentemente impactados por baixas significativas no setor de serviços financeiros e pela reprecificação do custo de crédito, dentre outros fatores. Tais eventos afetaram negativamente as condições econômicas em geral. Em particular, o custo de captação de recursos nos mercados de dívida apresentou aumento substancial, ao passo que a disponibilidade de fundos desses mercados diminuiu significativamente. Ademais, como resultado de preocupações quanto à estabilidade dos mercados financeiros em geral e à solvência de contrapartes, o custo de captação nos mercados de crédito aumentou, uma vez que muitos credores aumentaram as taxas de juros, adotaram normas mais rigorosas de empréstimos e reduziram seu volume e, em alguns casos, interromperam a oferta de financiamento a tomadores em termos comerciais razoáveis.

Caso, por qualquer motivo, haja um problema de liquidez e/ou de fluxo de caixa, levando a um desenquadramento ou descasamento entre ativos e passivos, a Companhia poderá não ser capaz de cumprir com suas obrigações.

As políticas e estruturas de gerenciamento de riscos da Companhia foram criadas recentemente, e parte delas ainda não se encontra em fase de implementação, o que pode gerar efeitos adversos sobre suas atividades.

As estrutura organizacional da Companhia dedicada ao gerenciamento de riscos, bem como os mecanismos e procedimentos de integridade adotados para identificação e adequação dos riscos ao perfil da Companhia (especificamente descritos nos itens 5.1.b.iii, 5.3.b e 5.4.a.ii deste neste Formulário de Referência) foram criados como forma de adequação da Companhia à realização da sua Oferta Pública de Ações e adequação ao Regulamento do Novo Mercado da B3.

Por esta razão, a Companhia, seus administradores e colaboradores, podem não possuir a experiência necessária à satisfação das políticas e mecanismos de gerenciamento de riscos e integridade no curto prazo.

Nesse sentido, a Companhia pode estar sujeita a falhas na identificação e tratamento dos riscos, o que pode afetar adversamente suas atividades e seu resultado operacional e financeiro.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Os modelos, métodos de gestão e procedimentos adotados pela Companhia para o gerenciamento de riscos podem não ser efetivos ou suficientes para evitar a exposição da Companhia a riscos não categorizados ou imprevistos, o que poderá impactar adversamente sua reputação e seus resultados de forma relevante.

O conjunto de procedimentos, políticas, processos e métodos utilizados pela Companhia para a gestão de riscos podem não identificar e capturar a exposição a riscos não categorizados ou imprevistos. Considerando o horizonte temporal empregado nas séries, os modelos estatísticos e as ferramentas de gestão utilizados pela Companhia podem não ser precisos na mensuração do capital necessário para a cobertura de fatores imprevisíveis ou não categorizados. Da mesma forma, os testes de estresse e as análises de sensibilidade, podem não identificar e capturar todos os possíveis impactos de tais fatores nos resultados da Companhia.

A Companhia pode incorrer, ainda, em perdas decorrentes de falhas, inadequações ou deficiências de seus processos internos, de seus funcionários e de sistemas ou eventos externos e imprevistos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades por ela desenvolvidas. Portanto, eventuais perdas da Companhia poderão ser significativamente maiores do que as indicadas nos relatórios divulgados pela Companhia ao mercado, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre a imagem e reputação da Companhia, bem como sobre seus negócios, sua situação financeira e seus resultados operacionais.

As apólices de seguros da Companhia podem não cobrir ou ser insuficientes para cobrir sinistros que venham a ocorrer.

As apólices de seguro da Companhia não cobrem todas as modalidades de riscos e responsabilidades associadas às suas atividades e há eventos que não são seguráveis, como, por exemplo, casos de guerra, terrorismo ou sabotagem, ou contra a interrupção das operações no Brasil. No caso de um incidente operacional ou em caso de greve dos empregados da Companhia ou de qualquer de seus principais fornecedores e prestadores de serviços, a possível interrupção das operações pode ter um impacto financeiro e operacional negativo sobre os negócios da Companhia.

Tampouco é possível assegurar que haverá cobertura de seguro para todos os danos decorrentes de possíveis acidentes correlacionados aos riscos na área de segurança, meio ambiente e saúde, o que, em caso de incidentes, pode impactar negativamente os resultados e operações da Companhia.

Na eventualidade da ocorrência de um dos eventos não garantidos ou que excedam as coberturas previstas em suas apólices atuais, a Companhia pode sofrer um revés financeiro para recompor e/ou reformar os ativos atingidos por tais eventos, o que poderá comprometer o investimento por ela integralizado e, mesmo na hipótese da ocorrência de um sinistro coberto pelas apólices, não é possível garantir que o pagamento do seguro será realizado de forma tempestiva, ou em valor suficiente para compensá-la integralmente pelos danos decorrentes de tal sinistro, o que poderá afetar negativamente seus resultados financeiros.

Ainda, no caso dos eventos segurados, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. Uma eventual falha da Companhia em pagar esses prêmios no futuro, cumulada com a ocorrência de um sinistro, poderia colocar a Companhia em uma situação de risco, dados que danos, mesmo que segurados, não estariam sujeitos à cobertura pela seguradora.

Além disso, a Companhia pode não ser capaz de renovar suas apólices de seguro existentes e, caso sejam renovadas, não pode garantir se conseguirá renová-las nas mesmas condições contratadas ou com taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis, seja em relação aos custos ou em relação às coberturas, o que pode, consequentemente, causar um efeito adverso para a Companhia, seus negócios, resultados e situação financeira.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Caso a Companhia não possa ser capaz de renovar os contratos de locação dos imóveis ocupados para o exercício de suas atividades e as suas operações poderão ser adversamente afetadas.

A Companhia mantém parte de suas atividades operacionais em imóveis locados. Os negócios podem ser afetados adversamente caso não seja possível manter ou renovar os contratos de aluguel dos imóveis em condições favoráveis e alinhadas à estratégia da Companhia.

Em relação aos imóveis locados com finalidade comercial, a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991 (“**Lei de Locações**”), que trata da locação de imóveis urbanos, dispõe que o locatário terá direito à renovação compulsória do contrato desde que, cumulativamente: (i) o contrato tenha sido celebrado por escrito e com prazo determinado; (ii) o prazo do contrato seja de, no mínimo, 5 (cinco) anos ininterruptos, sendo admitida a somatória de prazos contratuais; (iii) o locatário esteja explorando sua atividade, no mesmo ramo, pelo prazo mínimo e ininterrupto de três anos; e (iv) ajuíze ação renovatória no prazo decadencial de um ano a seis meses anteriores à data do término do prazo do contrato de locação em vigor.

A Companhia poderá ser afetada adversamente, caso: (i) um número significativo de seus contratos de locação seja rescindido, ou não seja renovado em termos de mercado favoráveis à Companhia; ou (ii) não consiga celebrar os contratos de locação para novos imóveis em localidades estratégicas ou tais contratos de locação não sejam celebrados em termos satisfatórios. A Companhia pode enfrentar, ainda, concorrência por espaços comerciais, e consequentemente, a perda de qualquer um dos locais estratégicos da Companhia pode afetar negativamente seus resultados operacionais e sua condição financeira.

Ainda, caso os imóveis ocupados pela Companhia sejam alienados a terceiros durante a vigência do prazo contratual, o adquirente não estará obrigado a respeitar os termos e condições da locação, salvo se cumulativamente: (i) a locação for por prazo determinado; (ii) constar no contrato cláusula de vigência da locação em caso de alienação do imóvel; e (iii) o contrato estiver devidamente registrado nos Cartórios de Registro de Imóveis competentes. Caso estes requisitos não sejam preenchidos, o adquirente poderá solicitar a desocupação do imóvel locado no prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento pela locatária de notificação nesse sentido.

Assim, caso existam contratos de locação que não estejam devidamente registrados junto às respectivas matrículas imobiliárias, a Companhia poderá ser compelida a desocupar o imóvel, caso o locador venda o imóvel locado e não haja intenção do novo adquirente em manter o contrato.

Já na hipótese de os imóveis locados serem colocados à venda durante o prazo de vigência da locação, caso a locatária não exerça seu direito de preferência para adquiri-lo, o imóvel locado poderá ser alienado ao terceiro. Caso a locatária tenha seu direito de preferência desrespeitado e tenha o contrato de locação averbado na matrícula do imóvel locado pelo menos 30 (trinta) dias antes da alienação, somente poderá adquirir o imóvel locado, mediante depósito judicial do preço de aquisição e de outras despesas de transferência pertinentes, requerendo a adjudicação do imóvel no prazo de 6 (seis) meses após o registro da respectiva escritura em nome do terceiro adquirente no Cartório de Registro de Imóveis competente.

Desta forma, a Companhia pode ser obrigada a desocupar a propriedade, se não conseguir chegar a um acordo na renovação, ou caso o respectivo locador decida vender sua propriedade e a Companhia não consiga alcançar um acordo com o novo proprietário. Portanto, a perda de qualquer de seus imóveis, incluindo por não renovação ou manutenção dos contratos de locação existentes, pode afetar adversamente as operações da Companhia, seus resultados financeiros e/ou impactar negativamente na notoriedade da empresa.

Ademais, um aumento significativo no valor do aluguel dos imóveis que a Companhia aluga também pode afetá-la negativamente.

Além disso, se a Companhia decidir rescindir qualquer contrato de locação dos imóveis alugados, antes do fim do prazo contratual da locação, pode ser obrigada a pagar uma multa contratual ao proprietário, como consequência da rescisão antecipada do contrato de locação. Os valores envolvidos em tais multas e sua eventual quantidade poderia, no total, afetar adversamente a Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia poderá buscar reduzir, consolidar, reposicionar, realocar ou fechar alguns de seus imóveis, o que, na maioria dos casos, exige o aditamento, ou a rescisão, do contrato de locação e, eventualmente, pagamento de multa pela rescisão antecipada.

Por fim, não há garantia de que a Companhia conseguirá alugar os imóveis nos quais está interessada. Assim, se não for possível celebrar novos contratos de locação com condições satisfatórias, a Companhia pode ter seus negócios afetados substancialmente e negativamente.

Os imóveis ocupados pela Companhia podem ser desapropriados, o que poderá impactar adversamente seu resultado operacional.

Os imóveis ocupados pela Companhia, incluindo os imóveis de propriedade da Companhia, estão sujeitos à desapropriação, parcial ou total, por decisão unilateral do Poder Público brasileiro, a fim de atender a finalidades de utilidade e interesse público, o que pode afetar adversamente os negócios, bem como os resultados operacionais e financeiros da Companhia, uma vez que a Companhia pode vir a ter que desocupar tais imóveis. Deve-se levar em consideração, ainda, que o valor a ser apurado em sede de perícia para pagamento de indenização decorrente da expropriação para os imóveis de propriedade da Companhia pode ser inferior ao valor de mercado do imóvel e pode não considerar eventuais benfeitorias instaladas nos imóveis pela Companhia. Caso a Companhia opte por contestar o valor da indenização por meio de ação judicial, eventual pagamento em caso de decisão favorável à Companhia seria realizado por meio de precatório, de forma que os valores demorariam a ser recebidos pela Companhia, o que pode ocasionar um impacto na situação financeira e operacional da Companhia.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados a ônus e gravames incidentes sobre os imóveis ocupados por ela, podendo ser afetada adversamente em caso de expropriação do bem para pagamento das dívidas ou cumprimento das obrigações.

Parte dos imóveis ocupados pela Companhia está sujeita a ônus e gravames como hipotecas, alienações fiduciárias, penhoras, arrestos, parcelamento de débitos imobiliários, dentre outros. Na hipótese de inadimplemento das obrigações garantidas por instrumentos, os respectivos credores poderão executar as garantias. Os imóveis poderão ser arrematados por terceiros em leilão extrajudicial ou sua propriedade poderá ser consolidada em nome dos próprios credores. Caso a Companhia não logre êxito em negociar com os adquirentes novos contratos de locação que regulem a ocupação dos respectivos imóveis para o exercício regular de suas atividades, poderá ser obrigada a desocupar os imóveis em 30 (trinta) dias, o que poderá afetar adversamente as suas operações.

A Companhia pode não ser capaz de manter todas as licenças e autorizações exigidas para suas operações, o que pode levar à interrupção ou cancelamento definitivo das operações da Companhia, bem como na aplicação de multas, o que poderia impactar de forma adversa os resultados da Companhia.

A Companhia depende de diversos cadastros perante órgãos da Administração Pública federal, estadual e municipal e de licenças, outorgas, registros, autos de vistoria do corpo de bombeiros (**AVCBs**) e licenças emitidas pelas respectivas prefeituras para o seu funcionamento. As licenças de funcionamento, registros e cadastros, em diversas localidades possuem prazo de validade e devem ser renovados de tempos em tempos, com ou sem o pagamento de taxas de renovação.

Os imóveis ocupados pela Companhia estão sujeitos a licenciamentos municipais, como, por exemplo, licença de funcionamento, estaduais, inclusive do corpo de bombeiros. Além disso, a expansão das operações da Companhia e/ou alteração da legislação aplicável também pode demandar que novas licenças, outorgas, autorizações, alvarás e/ou registros sejam solicitadas perante as autoridades competentes. A Companhia não pode assegurar que tais licenças, autorizações, registros, outorgas e alvarás serão obtidos, ou, se for o caso, que a sua renovação será concedida em prazos adequados ou que será solicitada tempestivamente, de modo a manter as suas validades.

Em caso de prática de infrações graves, de transferência irregular da autorização ou de descumprimento reiterado de compromissos assumidos, a outorga poderá ser extinta por meio da decretação de caducidade. Quanto ao decaimento, será decretado se, por razões de excepcional

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

relevância pública, as normas vierem a vedar o tipo de atividade autorizada ou a suprimir a exploração no regime privado. Em relação à renúncia, trata-se de ato formal unilateral, irrevogável e irretratável, pelo qual a prestadora manifesta seu desinteresse pela autorização. Por fim, a anulação somente será decretada, judicial ou administrativamente, em caso de irregularidade insanável do ato que a expediu.

Em razão de diversos fatores, incluindo falha da Companhia em submeter tempestivamente os pedidos aplicáveis e as dificuldades e lentidão de alguns órgãos administrativos a Companhia pode não conseguir obter todas as licenças, outorgas, cadastros, registros alvarás, permissões e autorizações necessárias, ou ainda não obter as suas renovações de forma tempestiva.

Dentre os requisitos necessários à obtenção das referidas licenças de funcionamento e do corpo de bombeiros, está também a regularização das áreas construídas dos imóveis ocupados pela Companhia. Na hipótese de existirem áreas construídas e edificadas sem a autorização prévia da Prefeitura Municipal competente, ou em desacordo com os respectivos projetos aprovados, poderão existir riscos e passivos para os imóveis e para a Companhia, caso referidas áreas não sejam passíveis de regularização e venham a sofrer fiscalização pelos órgãos responsáveis. Eventuais irregularidades na área construída perante a Prefeitura Municipal, incluindo a falta de emissão do respectivo Habite-se podem: (i) impedir a averbação da construção e o registro de instrumentos contratuais nas respectivas matrículas dos imóveis de terceiros ocupados; (ii) inviabilizar a emissão de licenças de funcionamento e outras licenças necessárias à operação dos imóveis; (iii) ocasionar a recusa da contratação ou renovação de seguro patrimonial; (iv) causar a aplicação de multas pela administração pública, e, no pior cenário, (v) dar ensejo à interdição dos imóveis, podendo ainda, culminar na determinação de demolição de áreas construídas de forma irregular, o que poderá afetar adversamente as atividades e os resultados operacionais dos imóveis e, consequentemente, patrimônio e rentabilidade da Companhia.

Além disso, a Companhia pode estar sujeita à regulação e controle de outras autoridades públicas nacionais e internacionais, conforme aplicável, além daquelas que hoje entende como sendo as únicas competentes, não podendo garantir que tais autoridades não adotarão um entendimento diverso quanto à necessidade de obtenção de outras licenças, outorgas, cadastros, registros, alvarás e autorizações.

A não obtenção, não renovação tempestiva, atrasos, inclusive em decorrência dos impactos da pandemia da COVID-19, suspensão ou revogação dessas licenças, outorgas, cadastros, registros, autorizações e alvarás, por qualquer razão, inclusive por ação do Ministério Público, podem levar à interrupção ou cancelamento definitivo das operações da Companhia, bem como na aplicação de multas, o que pode causar impacto negativo em sua imagem, atividades, negócios e resultados financeiros e operacionais, além da obrigação de reparar eventuais danos causados.

Adicionalmente, a estratégia comercial da Companhia pode ser afetada negativamente caso ocorra a impossibilidade de abertura e operação de novos estabelecimentos ou o fechamento dos imóveis atuais em decorrência da não obtenção ou não renovação tempestiva (conforme o caso) de cadastros, alvarás e licenças exigidos, o que poderá impactar negativamente os resultados operacionais da Companhia. Além disso, caso a Companhia não obtenha, não renove tempestivamente ou tenha suas licenças, autorizações, outorgas, alvarás e registros, dentre outros, cancelados, poderá ter sua imagem negativamente afetada. Sendo assim, os resultados operacionais, financeiros e a imagem da Companhia poderão ser adversamente afetados.

A incapacidade ou falha na proteção de seus direitos de propriedade intelectual contra violações de terceiros ou a eventual violação aos direitos de propriedade intelectual de terceiros poderá afetar negativamente os resultados da Companhia.

O sucesso dos negócios da Companhia depende em parte de sua capacidade de proteger seus ativos de propriedade intelectual atuais e futuros, tais como suas marcas e nomes de domínio. O uso indevido ou não autorizado da propriedade intelectual da Companhia, principalmente, das marcas registradas, pode diminuir o valor de sua marca.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Qualquer incapacidade ou falha na proteção dos seus direitos relativos aos seus direitos de propriedade intelectual pode reduzir a competitividade da Companhia e, com isso, impactar negativamente seus resultados. Nesse sentido, relevante destacar que o monitoramento do uso não autorizado de propriedade intelectual demanda esforços significativos da Companhia, de modo que, ocasionalmente, terceiros já podem ter registrado ou adquirido direitos de marcas idênticas ou similares para produtos ou soluções que atendam ao mesmo mercado de atuação da Companhia.

Além disso, eventos como o indeferimento definitivo dos pedidos de registro de marcas da Companhia perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), ou ainda, o eventual reconhecimento de nulidade administrativa dos registros de marcas da Companhia pode diminuir o valor dos ativos de propriedade intelectual da Companhia, afetando adversamente os seus negócios ou sua reputação.

Há também o risco, ainda que por omissão, de a Companhia não conseguir renovar o registro de algum de seus direitos de propriedade intelectual em tempo hábil ou seus concorrentes contestem ou invalidem quaisquer de suas propriedades intelectuais existentes ou futuras solicitadas ou licenciadas pela Companhia.

Litígios dispendiosos e demorados podem ser necessários para impor e determinar o escopo de direitos de propriedade intelectual da Companhia, sendo que não há garantias que obterá êxito em tais litígios e, portanto, os negócios da Companhia podem ser impactados adversamente de forma significativa.

Em outras palavras, qualquer falha da Companhia em proteger sua propriedade intelectual pode ter um efeito adverso em seus resultados operacionais.

Interrupções ou falhas nos sistemas de informações ou incidentes de segurança cibernética, incluindo ataques à infraestrutura necessária para manter sistemas de TI, poderão afetar adversamente e de forma significativa a Companhia.

As operações da Companhia dependem da funcionalidade, disponibilidade, integridade e estabilidade operacional dos seus sistemas de tecnologia da informação. Consequentemente, a Companhia conta com os seus sistemas de tecnologia da informação para processar, transmitir e armazenar informações e dados pessoais, bem como para se comunicar com consumidores e fornecedores.

Logo, interrupções ou falhas nos sistemas de tecnologia da informação da Companhia, como, por exemplo, na apuração e contabilização do faturamento, causadas por acidentes, mau funcionamento ou atos mal-intencionados, podem ocasionar impactos no funcionamento corporativo, comercial e operacional da Companhia, o que pode afetar os negócios e resultados operacionais da Companhia de forma negativa, além de afetar adversamente a imagem e confiabilidade da Companhia junto ao mercado.

A Companhia será adversamente afetada caso esses sistemas sejam interrompidos, danificados por eventos imprevistos ou apresentem falhas durante um longo período, inclusive em razão da ação de terceiros, desastres naturais ou humanos, ataques cibernéticos, problemas de telecomunicações, vírus, entre outros fatores. A falha desses sistemas pode afetar adversamente a disponibilidade e precisão no processamento de transações da Companhia, contabilidade, relatórios comerciais e financeiros, assim como a capacidade de gerenciar o negócio e, adequadamente, projetar os resultados operacionais e necessidade de caixa.

Caso a Companhia não seja capaz de efetuar os reparos a tempo e se essa eventual interrupção se prolongar e causar a indisponibilidade de acesso aos sistemas e/ou às informações, as operações da Companhia e seus controles operacionais e financeiros podem ser prejudicados, o que pode afetar adversamente os resultados da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia pode perder informações comerciais e dados pessoais; ficar sujeita à violação de dados pessoais; e/ou não conseguir realizar transações comerciais, o que pode ocasionar um efeito adverso relevante na Companhia. Interrupções significativas ou repetidas em qualquer desses sistemas poderão impedir o acesso de clientes aos produtos e serviços da Companhia, e fazer com que tais clientes decidam utilizar os serviços de concorrentes da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Ademais, cabe destacar que sistemas de tecnologia estão sujeitos a constantes atualizações e se a Companhia não conseguir atualizá-los, por qualquer motivo, como por impedimentos técnicos, financeiros, entre outros, as operações da Companhia poderão ser prejudicadas. Qualquer um desses eventos pode afetar adversamente os negócios e resultados da Companhia. Além disso, a Companhia enfrenta riscos associados à segurança cibernética e acesso não autorizado aos seus sistemas, inclusive por *hackers*, ou falhas e/ou vulnerabilidades nos seus controles de medidas de segurança da informação.

Eventuais incidentes de segurança da informação podem resultar em apropriação indevida de informações exclusivas ou confidenciais da Companhia e/ou dos dados pessoais de seus clientes, o que pode afetar material e adversamente a reputação da Companhia.

A Companhia está sujeita às leis e normas que podem exigir notificação de incidentes de segurança a órgãos reguladores, clientes ou funcionários, assim como pode ter que reembolsar e/ou indenizar terceiros em decorrência de danos provocados por violações ao sistema de segurança da Companhia, situações que podem aumentar significativamente seus custos operacionais.

Ainda, referidas interrupções ou falhas podem não estar cobertas pelas apólices de seguros que a Companhia possui contratadas para seus ativos. Perdas não cobertas por estes seguros ou cujas coberturas contratadas sejam eventualmente insuficientes podem impactar adversamente a sua situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Portanto, o sucesso dos negócios da Companhia depende significativamente do desempenho dos sistemas de tecnologia da informação, de modo que qualquer falha da Companhia em impedir violações que afetem a confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações e/ou dados pessoais armazenados e tratados pela Companhia, inclusive, quanto a não realização de testes de vulnerabilidade de seus sistemas, poderá prejudicar a reputação da Companhia e, ainda, afetar substancialmente o negócio e os resultados das operações da Companhia.

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e pode ser adversamente afetada pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

A Lei nº 13.709/2018, (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“**LGPD**”)) regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil, inclusive em meio digital, por meio de sistema de normas que impacta todos os setores da economia e prevê, dentre outras disposições, os direitos dos titulares de dados pessoais, as hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), as obrigações e os requisitos relativos a incidentes de segurança da informação envolvendo dados pessoais, vazamentos, transferência e compartilhamento de dados pessoais, bem como prevê sanções para o descumprimento de suas disposições, que variam de uma simples advertência e determinação de exclusão dos dados pessoais tratados de forma irregular à imposição de multa.

A LGPD também autorizou a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“**ANPD**”), autoridade responsável por elaborar diretrizes e aplicar as sanções administrativas previstas na LGPD.

Ademais, necessário esclarecer que a LGPD entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020 quanto a maior parte de suas disposições, exceto em relação às suas sanções administrativas, vigentes desde 1º de agosto de 2021.

Além das suas sanções administrativas, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas também, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados vigente, como o Código de Defesa do Consumidor e o Marco Civil da Internet; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes que estes já têm atuado neste sentido, antes mesmo da vigência da LGPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Em relação às sanções administrativas previstas na LGPD, caso não esteja adequada às suas disposições, estará sujeita, de forma isolada ou cumulativa a: (i) advertência, com indicação do prazo para adoção de medidas corretivas; (ii) obrigação de divulgação de incidente, após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência; (iii) bloqueio temporário até a sua regularização e/ou eliminação dos dados pessoais correspondentes à infração; (iv) multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000 (cinquenta milhões de reais) por infração; (v) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período; e (vi) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas ao tratamento de dados. Por isso, qualquer falha que a Companhia experimente na proteção de dados pessoais e no cumprimento das normas de proteção de dados aplicáveis poderá resultar em multas significativas, divulgação do incidente ao mercado, remoção de dados pessoais da base e suspensão das operações, o que pode significativamente afetar de maneira negativa a sua reputação e resultados operacionais.

A Companhia também estará sujeita ao pagamento de indenizações para reparação de eventuais danos materiais, morais, individuais ou coletivos por ela causados aos titulares dos dados pessoais. Nesse sentido, o operador responde solidariamente pelos danos causados pelo tratamento quando descumprir as obrigações da LGPD ou quando não tiver seguido as instruções lícitas do controlador. Já os controladores que estiverem diretamente envolvidos no tratamento do qual decorreram danos ao titular dos dados respondem solidariamente.

Adicionalmente, a LGPD traz, ainda, previsão expressa de responsabilidade solidária dos operadores e controladores que, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais, causar a outrem dano patrimonial, moral, individual ou coletivo.

A Companhia não pode garantir que os requisitos de segurança estabelecidos na legislação aplicável de proteção de dados serão observados de modo a garantir sua conformidade com tais requisitos e minimizar situações de riscos às quais pode estar exposta, como violação de sistemas de computador, falha de sistema, ataques cibernéticos ou por qualquer outra forma. Sendo assim, qualquer interrupção em sistemas da Companhia poderá causar efeito material adverso sobre seus negócios ou gerar perdas financeiras, entre os quais prejudicar a reputação da Companhia, sujeitar a Companhia às penalidades previstas em lei e afetar adversamente seus negócios.

Cabe observar que, na data deste Formulário de Referência, as atividades da Companhia ainda não estão integralmente adaptadas às disposições da LGPD.

Portanto, a Companhia precisa dar continuidade ao processo de adaptação de suas práticas comerciais às disposições da LGPD e caso não seja capaz de se adaptar à LGPD, a Companhia estará sujeita a incidentes de segurança cibernética, que poderão acarretar multas elevadas, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base e até a suspensão de suas atividades de tratamento de dados pessoais, o que poderá impedir a Companhia de desenvolver as suas atividades regularmente e, portanto, afetar negativamente e de forma relevante a reputação, os resultados e, consequentemente, o valor das ações da Companhia.

Os processos de governança, gestão de riscos e compliance da Companhia, estão em fase de implementação para fins de adequação às regras do Novo Mercado, portanto, a Companhia poderá não ser capaz de detectar comportamentos contrários à legislação e regulamentação aplicáveis e aos seus padrões de ética e conduta, o que pode ocasionar impactos adversos relevantes nos seus negócios, situação financeira, resultados operacionais e cotação de mercado das ações da Companhia.

Os mecanismos de prevenção e combate à corrupção da Companhia, bem como os controles internos de gestão de riscos e compliance, ainda estão em fase de implementação para fins de adequação às regras do Novo Mercado, e não serão implementados integralmente antes da realização da Oferta Pública de Ações da Companhia, sendo que, uma vez implementados, podem não ser suficientes para assegurar que as controladas, coligadas, todos os membros da administração, funcionários, fornecedores, parceiros de negócio e terceiros que agem em nome da Companhia atuem sempre em estrito cumprimento às políticas internas, leis e regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção a que a Companhia está sujeita.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Qualquer investigação de má conduta por parte da Companhia e/ou descumprimento das leis anticorrupção no Brasil e no exterior pode causar danos à sua reputação e submetê-la a multas, bem como outras penalidades aplicáveis. Nesse sentido, a Companhia também está exposta ao risco de suas controladas, coligadas, membros de sua administração, colaboradores ou representantes tomarem medidas que violem leis e regulamentos anticorrupção aplicáveis no Brasil.

A Companhia está sujeita, dentre outras, às seguintes normas de combate à corrupção, o Decreto-Lei nº 2.848/1940, a Lei nº 8.137/1990, a Lei nº 8.429/1992 (“**Lei de Improbidade Administrativa**”), a Lei nº 8.666/1993 (“**Lei de Licitações**”), a Lei nº 9.613/1998 (“**Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro**”), a Lei nº 12.529/2012 (“**Lei de Defesa da Concorrência**”), a Lei nº 12.846/2013 (“**Lei Anticorrupção**”), Decreto nº 8.420/2015 (“**Decreto Anticorrupção**”), o Decreto nº 3.678/2000, o Decreto nº 4.410/2002, o Decreto nº 5.687/2006, a Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, as diretrizes emitidas pela Controladoria Geral da União, assim como outras normas relacionadas. Os mecanismos de prevenção e combate à corrupção, bem como os controles internos da Companhia podem não ser capazes de prevenir, identificar, analisar, quantificar, avaliar ou monitorar (i) violações à Lei de Improbidade Administrativa, à Lei Anticorrupção ou a leis similares, (ii) ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos por parte de seus acionistas, administradores, empregados ou representantes agindo em nome, interesse ou benefício (exclusivo ou não) da Companhia (iii) gerenciar todos os riscos que a sua política de gerenciamento de riscos identifica atualmente e/ou a previsibilidade na identificação de novos riscos, ou (iv) outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos, que possam afetar adversamente reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, bem como a cotação de suas ações ordinárias.

Adicionalmente, a estrutura envolvida no gerenciamento de riscos, *compliance* e controles internos da Companhia, tal como descrito na seção 5 deste Formulário de Referência, foi formalmente aprovada pelo Conselho de Administração apenas em 9 de novembro de 2020, no contexto das atividades preparatórias para a abertura de capital da Companhia e admissão das ações ordinárias de sua emissão para negociação no Novo Mercado, sendo que a vigência dos normativos que regulam está condicionada à entrada em vigor do Contrato de Participação do Novo Mercado, a ser firmado entre a Companhia e a B3. As áreas de gerenciamento de riscos e de controles internos da Companhia podem não ser capazes de identificar os riscos e gerenciá-los, o que pode gerar dano à imagem da Companhia.

A Lei Anticorrupção impõe uma responsabilidade objetiva às empresas por atos de corrupção, fraude ou manipulação de licitações públicas e contratos governamentais, e interferência com investigações ou fiscalizações pelas autoridades governamentais. As empresas consideradas responsáveis nos termos da Lei Anticorrupção podem ter multas de até 20% de sua receita bruta no ano imediatamente anterior ao da instauração do processo administrativo ou, se essa receita bruta anual não puder ser estimada, tais multas podem variar entre R\$ 6.000,00 e R\$ 60.000.000,00.

No âmbito da Lei de Improbidade Administrativa, a Companhia e seus administradores estão sujeitos às sanções de perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao seu patrimônio, resarcimento integral do dano, suspensão dos direitos políticos de 8 a 10 anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos, entre outras sanções.

Além disso, a Companhia pode não ser capaz de prevenir ou detectar violações de suas políticas internas, como seu Código de Ética. Adicionalmente, seus processos internos de controle e gerenciamento de riscos e de *compliance* podem não ser capazes de evitar, prevenir, mitigar ou detectar violações às leis de combate à corrupção ou outras leis e regulamentos aplicáveis, nas esferas cível, administrativa ou criminal, ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos que sejam praticados no nome, interesse ou benefício (exclusivo ou não) da Companhia, inclusive por parte de suas controladas, coligadas, administradores, empregados, pessoas físicas e jurídicas contratadas e outros agentes/terceiros que possam representar ou atuar em nome, interesse ou benefício (exclusivo ou não) da Companhia, e outras ocorrências de comportamento não condizentes com princípios éticos e morais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A existência, atual ou passada, de quaisquer investigações, inquéritos ou processos de natureza administrativa ou judicial relacionados à violação de qualquer destas leis, contra a Companhia, administradores, funcionários, fornecedores, parceiros de negócio ou terceiros que atuam em nome da Companhia pode resultar em: (i) multas e indenizações nas esferas administrativa, civil e penal; (ii) perda de licenças operacionais, com a decorrente responsabilização subsidiária ou solidária da Companhia; (iii) proibição ou suspensão das atividades da Companhia; (iv) perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública; (v) publicação extraordinária da decisão condenatória; (vi) apreensão de bens ou benefícios obtidos ilegalmente e/ou (vii) a dissolução da entidade. Todas essas circunstâncias poderão ocasionar um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

A Companhia também pode vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção por suas sociedades controladoras, controladas, coligadas, consorciadas ou, no âmbito dos respectivos contratos celebrados com terceiros, o que poderia afetar material e adversamente sua reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais ou a cotação de mercado de ações de sua emissão.

O risco decorrente da percepção negativa do nome da Companhia pelo envolvimento em qualquer uma das hipóteses acima por parte de clientes, contrapartes, acionistas, investidores, reguladores e o público em geral, pode ter origem em diversos fatores, inclusive os relacionados ao não cumprimento de obrigações legais, práticas de negócio inadequadas relacionadas a clientes, produtos e serviços, relacionamento com parceiros com postura ética questionável, má conduta de colaboradores, vazamento de informações, práticas anticoncorrenciais, falhas no processo de gestão de riscos, entre outros. A reputação da Companhia também pode ser impactada indiretamente por ações ilícitas praticadas por terceiros, parceiros de negócios ou clientes.

A Companhia está sujeita a regras trabalhistas, e ao cumprimento estrito da legislação trabalhista brasileira. Além disto, uma paralisação ou greve significativa da força de trabalho da Companhia pode afetar as suas operações.

A Companhia depende do uso da força de trabalho nas suas atividades. A maioria dos trabalhadores é representada por sindicatos, e seus contratos de trabalho são regulamentados por convenções e acordos coletivos de trabalho. Novos acordos coletivos podem ter prazos mais curtos do que os anteriormente firmados e, se não for possível negociar acordos coletivos em termos aceitáveis para a Companhia, esta pode suportar um aumento significativo nos custos trabalhistas, deterioração das relações com trabalhadores, diminuição do ritmo de trabalho ou interrupções no trabalho, que podem gerar um efeito adverso relevante nos resultados financeiros e operacionais da Companhia.

Adicionalmente, segundo as leis e os regulamentos trabalhistas existentes, é dever da Companhia prover e assegurar o uso adequado de equipamentos de segurança para os seus funcionários e outros indivíduos realizando atividades em seus locais de trabalho. No caso de omissão da Companhia em prover todos os equipamentos de segurança necessários ou de assegurar o seu uso adequado a Companhia pode ser responsabilizada por quaisquer acidentes que venham a ocorrer em seus locais de trabalho. Qualquer acidente nos locais de trabalho pode expor a Companhia ao pagamento de indenizações, multas e penalidades. Além disso, qualquer alteração nos atuais regulamentos de segurança pode submeter a Companhia a obrigações adicionais e acarretar o aumento das despesas relativas a equipamentos e procedimentos de segurança. A título de exemplo, alterações que imponham uma jornada de trabalho diária reduzida por razões de segurança podem resultar na redução da produtividade, forçando a contratação de empregados adicionais. Da mesma forma, disposições legais que requeiram a instalação ou a compra de equipamentos de segurança adicionais poderiam aumentar os custos da Companhia relativos à mão de obra e afetar adversamente seus resultados operacionais.

Os empregados da Companhia são representados por sindicatos trabalhistas e estão protegidos por acordos coletivos ou contratos de trabalho semelhantes que estão sujeitos à renegociação periódica dentro dos prazos estabelecidos por lei. Greves e outras paralisações ou interrupções de trabalho em qualquer uma das suas instalações, ou movimentos trabalhistas relacionados em qualquer um

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

dos fornecedores terceirizados da Companhia, podem ter um efeito adverso relevante sobre suas operações e seus negócios.

A adoção do teletrabalho ou home office, poderá causar inadaptabilidade aos funcionários, apresentar riscos trabalhistas, e/ou aumentar os custos da companhia para ofertar as mesmas práticas de mercado.

A Companhia possibilitou a escolha, pelos funcionários, do teletrabalho/home office, formalizada por meio de política de home office. Essa prática poderá afetar a produtividade e a adaptação dos funcionários ao trabalho nessa modalidade. Além disso, essa prática pode acarretar riscos trabalhistas resultando em litígios que, por sua vez podem ocasionar o pagamento de indenizações por parte da Companhia. A quantidade de empresas que ofertam os mesmos ou melhores benefícios e formato de trabalho que a Companhia, pode ser muito alta, ocasionando em dificuldade em novas contratações ou perda de funcionários.

A Companhia pode enfrentar situações de potencial conflito de interesses em negociações com partes relacionadas.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possui receitas, custos e despesas decorrentes de transações com partes relacionadas, notadamente aquelas informadas no item 16.2 deste Formulário de Referência. No curso de seus negócios, a Companhia poderá contratar novas transações com partes relacionadas, nos termos de sua Política de Transação com Partes Relacionadas.

Contratações com partes relacionadas representam potencial conflito de interesses entre as partes, as quais podem se revelar difíceis ou complexas para a análise da Companhia quanto a todos os potenciais conflitos de interesse envolvidos. A Companhia não pode assegurar que os mecanismos de governança existentes para lidar com estas situações sejam eficazes ou que as transações com partes relacionadas foram ou serão realizadas em estrita observância às boas práticas de governança e/ou normas existentes, o que pode impactar negativamente seus negócios, podendo vir a causar um impacto adverso em suas atividades, situação financeira e resultados, bem como de seus acionistas. Para mais informações acerca das transações com partes relacionadas da Companhia, veja os itens 16.1, 16.2 e 16.3 deste Formulário de Referência.

(b) aos controladores, diretos e indiretos, da Companhia

Caso a Companhia e seus acionistas tenham êxito na realização da oferta pública inicial de ações, a Companhia poderá deixar de ter um acionista controlador definido, o que poderá tornar a Companhia suscetível a alianças entre acionistas, conflitos entre acionistas e outros eventos decorrentes da ausência de acionista controlador ou um grupo de controle.

Em razão da realização da oferta pública inicial de distribuição de ações ordinárias de emissão da Companhia (“**Oferta**”), os atuais controladores da Companhia deixarão de deter, em conjunto, mais do que 50% do capital votante da Companhia. Neste sentido, caso a Companhia tenha êxito na realização da Oferta, a Companhia poderá deixar de ter um grupo de acionistas detentores, em conjunto, da maioria absoluta do seu capital votante.

Assim, a Companhia estará mais suscetível ao surgimento de um grupo de acionistas agindo conjuntamente que passe a deter o poder decisório das atividades da Companhia e, como consequência, exercer controle. Além disso, a Companhia poderá ficar mais vulnerável a tentativas hostis de aquisição de controle e a conflitos daí decorrentes e certas deliberações que exigem quórum mínimo poderão não ser atingidas, dificultando o procedimento decisório no âmbito das atividades sociais da Companhia.

Qualquer mudança repentina ou inesperada na administração da Companhia, no seu plano de negócios e direcionamento estratégico, tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos podem afetar adversamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Para maiores informações sobre o grupo de controle da Companhia, bem como sobre os termos e condições previstos no acordo de acionistas, vide item 15.5 deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, alguns contratos financeiros que a Companhia e suas subsidiárias são parte preveem vencimento antecipado em caso de alteração de controle. Caso a Companhia não seja capaz de obter as aprovações e consentimentos necessários, o evento poderá ocasionar a declaração do vencimento antecipado de tais contratos. O vencimento antecipado destes contratos consumiria uma parcela relevante do caixa da Companhia e/ou de suas controladas.

(c) aos acionistas da Companhia

Os titulares das ações de emissão da Companhia poderão não receber dividendos ou juros sobre capital próprio.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, e com o Estatuto Social, os acionistas fazem jus a dividendo mínimo de pelo menos 25% do lucro líquido anual, conforme determinado e ajustado. A distribuição de dividendos e de juros sobre capital próprio depende, principalmente, da existência de lucro líquido ajustado e da compensação do saldo de prejuízos acumulados. Esses ajustes do lucro líquido para fins de cálculo da base dos dividendos incluem contribuições a diversas reservas que efetivamente reduzem o valor disponível para o pagamento de dividendos. A despeito da exigência do dividendo obrigatório, a Companhia poderá optar por não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas em qualquer exercício fiscal, se o Conselho de Administração determinar que essas distribuições não seriam aconselháveis em vista da condição financeira da Companhia. O risco de não receber dividendos também está relacionado às deduções das subvenções do lucro líquido.

Adicionalmente, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sob o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderão ser revistas, considerando, inclusive, a preocupação com a arrecadação estatal em momento de crise econômica e sanitária causada pela COVID-19, e tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos acionistas a título de participação nos resultados.

O não recebimento de dividendos ou juros sobre capital próprio pode frustrar expectativas de retorno de caixa por parte dos investidores, podendo levar à queda na cotação das ações de emissão da Companhia no mercado.

(d) às controladas e coligadas da Companhia

A Companhia depende em grande parte dos resultados de suas controladas, que podem não vir a ser distribuídos.

A Companhia é sociedade constituída na forma de empresa detentora de participações (holding). Desta forma, a Companhia depende em grande parte dos resultados de suas controladas para remunerar seus acionistas. Assim, a capacidade da Companhia de distribuir dividendos (inclusive sobre a forma de juros sobre o capital próprio) e de cumprir com suas obrigações financeiras depende, em grande parte, do fluxo de caixa e dos lucros de suas controladas, bem como da distribuição desses lucros sob a forma de dividendos ou juros sobre capital próprio.

Adicionalmente, partes dos contratos financeiros da Companhia e de suas controladas contém cláusulas restritivas (*covenants*) que limitam o pagamento de dividendos das controladas à Companhia a 30% do lucro apurado, o que pode impactar negativamente os resultados da Companhia.

Não é possível assegurar que quaisquer desses recursos serão disponibilizados ou que serão suficientes para o pagamento das obrigações da Companhia e para a distribuição de dividendos a seus acionistas. Qualquer alteração adversa na condição financeira ou nos resultados operacionais de suas controladas pode afetar o negócio da Companhia, sua condição financeira ou seus resultados operacionais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Para maiores informações sobre as cláusulas restritivas (*covenants*) relacionadas à distribuição de dividendos da Companhia e de suas controladas, vide item 10.1(f)(iv) deste Formulário de Referência.

Eventual processo de liquidação da Companhia, de suas subsidiárias e/ou de outras sociedades do seu grupo econômico pode ser conduzido em bases consolidadas.

O judiciário brasileiro pode determinar que eventual processo de liquidação da Companhia, de suas subsidiárias e/ou de outras sociedades de seu grupo econômico seja conduzido considerando que a Companhia, suas subsidiárias e/ou outras sociedades do seu grupo econômico fossem uma única sociedade. Caso isso aconteça, os acionistas da Companhia poderão ser negativamente impactados pela perda de valor da Companhia em caso de destinação de seu patrimônio para pagamento dos credores de suas subsidiárias e de outras sociedades do seu grupo econômico.

(e) aos fornecedores da Companhia

A Companhia depende de fornecedores-chave, para obter itens de tecnologia, equipamentos, serviços e conteúdo, sendo que dificuldades na manutenção do fornecimento de produtos e serviços essenciais ao desenvolvimento de suas atividades podem afetar negativamente seus negócios.

A Companhia depende de fornecedores-chave, para obter itens de tecnologia, equipamentos, serviços e conteúdo. Qualquer dificuldade em obter ou manter o fornecimento de tais produtos, serviços ou conteúdo em decorrência de pouca oferta, demanda excessiva das empresas mundiais de telecomunicações, descontinuidade das operações de um ou mais fornecedores importantes, restrição ao uso de tecnologia específica, problemas de fornecimento e/ou atraso nas entregas programadas devido a situações adversas, inclusive pandemias, como a COVID-19, renovação dos contratos de fornecimento existente em condições favoráveis, alteração dos preços de tais itens, entre outros, podem comprometer os planos de expansão da Companhia, ou prejudicar a continuidade de seus serviços.

Alguns fornecedores de equipamentos do setor de telecomunicações, por exemplo, estão sediados em outros países, de forma que a Companhia está sujeita a problemas na economia ou política daqueles países, assim como problemas alfandegários, que podem afetar a continuidade de tal fornecimento à Companhia. Ainda, a Companhia poderá não ser bem-sucedida na manutenção dos contratos existentes com determinados fornecedores de conteúdo de programação, o que poderá afetar os serviços de TV por assinatura e, consequentemente, resultar no cancelamento de determinados assinantes que desejam ter acesso a tais conteúdos de forma específica.

A Companhia também é contratante do uso das redes de fibra óptica apagada de propriedade de outras operadoras de telecomunicações, sendo que o cumprimento desses contratos poderá impactar as condições de operação e continuidade dos serviços prestados pela Companhia, especialmente de internet fixa, podendo comprometer os resultados e planos de expansão da Companhia.

Quaisquer desses fatores podem afetar a continuidade dos serviços prestados pela Companhia, afetando adversamente seus negócios, condição financeira e resultado operacional.

A Companhia pode não ser capaz de repassar integralmente aos clientes os aumentos de custos em que incorre, incluindo os aumentos de preço de fornecedores.

Os custos e investimentos da Companhia são afetados pelo preço pago pelos produtos e serviços oferecidos pelos fornecedores, entre outros fatores. Ainda, as receitas oriundas dos contratos firmados com clientes não são necessariamente ajustadas pelos mesmos índices pelos quais são ajustados os contratos com os fornecedores. Se os custos aumentarem e a Companhia não for capaz de repassar esses acréscimos para seus clientes, a Companhia terá que absorver tais acréscimos, o que poderá afetar negativamente os resultados e o fluxo de caixa da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia depende de terceiros para fabricar e fornecer os materiais que utiliza para prestar os seus serviços e desenvolver o seu negócio.

A Companhia depende de certos fornecedores de equipamentos e serviços, especialmente equipamentos, para a prestação de seus serviços, bem como a execução e desenvolvimento de seus negócios.

Esses fornecedores podem atrasar a entrega, alterar os preços e limitar o fornecimento como resultado de problemas relacionados com seus negócios, sobre os quais não temos nenhum controle. Se esses fornecedores não conseguirem entregar equipamentos e serviços regularmente, a Companhia pode enfrentar problemas com a continuidade de suas atividades comerciais, o que pode ter um efeito adverso sobre seus negócios e os resultados de suas operações. A Companhia está sujeita a interrupções nas operações desses fornecedores, incluindo acidentes industriais, eventos ambientais, interrupções na logística ou sistemas de informação, perda ou enfraquecimento de grandes locais de fabricação ou problemas de distribuição, problemas de controle de qualidade do produto, preocupações com segurança, requisitos de licenciamento e outras questões regulatórias ou governamentais, bem como desastres naturais, pandemias, como a atual COVID-19, disputas fronteiriças e outros fatores externos sobre os quais não tem controle, o que pode afetar adversamente seus negócios, suas vendas e resultados operacionais.

Se algum fornecedor sofrer interrupções prolongadas na fabricação ou transporte por qualquer motivo, incluindo em razão de condições de saúde pública como a recente pandemia da COVID-19, e não puder fornecer os produtos na quantidade, qualidade e dentro do prazo que normalmente os faz, e se a Companhia não for capaz de substituir o fornecedor em termos aceitáveis ou de modo algum, a Companhia pode não conseguir manter seu nível usual de vendas na categoria do produto afetada pelo não fornecimento, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre seus negócios e resultados operacionais.

Ainda, a Companhia não pode garantir que seus fornecedores não terão problemas relacionados às condições de trabalho, bem como ao respeito às normas ambientais e de segurança, ou que não usarão práticas irregulares. Se algum dos seus fornecedores se envolver em práticas irregulares, incluindo, mas não se limitando às práticas acima mencionadas, a Companhia pode vir a ser considerada solidária ou subsidiariamente responsável por eventuais danos causados, bem como a reputação e marca da Companhia podem ser prejudicadas.

A Companhia pode ser responsabilizada por obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias de terceiros fornecedores ou prestadores de serviços.

De acordo com as leis brasileiras, se fornecedores ou prestadores de serviços terceirizados não cumprirem suas obrigações nos termos das leis tributárias, trabalhistas e previdenciárias, a Companhia pode ser responsabilizada solidária ou subsidiariamente por tal descumprimento, resultando em multas e outras penalidades que podem nos afetar adversamente, a Companhia inclusive a sua imagem, tais como inclusões em listas de empregadores da Secretaria do Trabalho, prevista no artigo 2º da Portaria Interministerial MTPS/MMIRFG nº 4/2016, o que pode impactar a sua reputação e capacidade de obtenção de novos financiamentos. A Companhia também pode ser responsabilizada por danos dentro de suas instalações relacionados a funcionários de terceiros, o que pode afetar adversamente sua reputação e seus negócios.

A Companhia poderá ser afetada caso seus fornecedores venham a se utilizar de práticas irregulares.

A Companhia poderá ser negativamente afetada caso seus fornecedores apresentem problemas relacionados a questões trabalhistas ou à sustentabilidade, emprego de mão de obra infantil ou análoga à escrava, e condições de segurança impróprias ou mesmo que venham a se utilizar dessas ou outras irregularidades para terem um custo mais baixo de nossos produtos, bem como caso nossos fornecedores pratiquem atos, em benefício ou interesse nossos, em violação à legislação anticorrupção aplicável (incluindo, mas não se limitando, à Lei 12.846/2013 e o Decreto 8.420/2015). O resultado de tais ações poderá ensejar processos administrativos e judiciais e provocar prejuízos à nossa imagem, reputação e à qualidade dos nossos produtos, e, como consequência, perda de atratividade junto aos nossos clientes, afetando adversamente os nossos negócios.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia contrata armazenamento dos dados e informações produzidos em suas operações diretamente na rede mundial de computadores (armazenamento em “nuvem”). Eventuais interrupções ou falhas nos sistemas de tecnologia da informação pelos responsáveis pelo armazenamento desses dados ou informações poderão acarretar a perda ou divulgação de informações relevantes, a interrupção temporária das operações da Companhia, bem como a sua responsabilização perante terceiros que venham a ser, direta ou indiretamente, afetados por tais ocorrências, o que pode afetar adversamente as operações e a reputação da Companhia.

Os sistemas de armazenamento da Companhia são complexos e fornecidos por terceiros, quais sejam links de internet para clientes, telefonia fixa e móvel, aplicativos e diversos softwares de operação da produção da Companhia, banco de dados e ambiente de nuvem para armazenamento (*cloud services*), sistema de armazenamento de certificados de clientes (fiscal), equipamentos e sistemas de *firewall* de produção, entre outros. As operações e, consequentemente, os resultados da Companhia podem ser adversamente impactados caso ocorra qualquer interrupção no fornecimento desses serviços, seja em razão de falhas, inclusive aquelas relacionadas à obtenção de consentimento de terceiros ou licenças para a propriedade intelectual utilizadas no equipamento ou software que fabricam ou utilizam, e/ou de descumprimento por parte desses prestadores de serviços de suas obrigações perante a Companhia.

Adicionalmente, se a Companhia não for capaz de manter ou renovar os contratos com os atuais prestadores de serviços, poderá ter dificuldades na integração dos sistemas a novos prestadores, o que pode gerar problemas operacionais. Ainda, a Companhia pode não ser capaz de realizar a substituição desses prestadores de serviços em tempo hábil ou de evitar falhas no período de transição, o que também pode impactar adversamente as operações da Companhia.

(f) aos clientes da Companhia

A Companhia pode experimentar uma diminuição na base de clientes e alta taxa de rotatividade de clientes, que podem aumentar os custos operacionais e reduzir a receita.

A taxa de aquisição de clientes pode ser afetada de forma negativa pela penetração total no mercado e pelos ciclos de vida dos produtos. O mercado brasileiro em que a Companhia atua está enfrentando mudanças significativas em seu panorama, como, por exemplo, demanda dos clientes, alterações nos programas de renda à população de baixo poder aquisitivo, que podem alterar sua capacidade de aquisição de produtos e serviços. Diversos fatores além das pressões de concorrência podem influenciar a demanda de clientes.

Adicionalmente, para reter clientes e receita, muitas vezes a Companhia poderá ter que reduzir os preços em resposta às condições do mercado e tendências, principalmente em função da concorrência. À medida que os preços de alguns dos serviços vierem a diminuir, os resultados operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados, causando um efeito relevante adverso para a Companhia.

A não antecipação e respostas inadequadas às mudanças de的习惯 dos consumidores podem afetar negativamente as vendas da Companhia.

A Companhia não pode garantir que estará sempre apta a oferecer aos seus clientes os produtos e serviços que procuram. A Companhia está sujeita a eventuais alterações de hábito de consumo e de demanda por produtos e serviços por parte de seus consumidores, de modo que é necessário adequação constante às suas preferências. Dessa forma, a Companhia pode não ser capaz de antecipar ou responder de forma adequada às mudanças de hábito de consumidores, de modo que suas vendas poderão ser impactadas negativamente.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(g) aos setores da economia nos quais a Companhia atua

O mercado em que a Companhia atua é altamente competitivo. O lançamento de novos produtos, serviços inovadores e estratégias de preços oferecidas pelos concorrentes da Companhia podem reduzir as vendas e a participação da Companhia no mercado, o que poderá afetar adversamente e de forma relevante seus resultados.

A Companhia opera em diversos mercados geográficos, oferecendo produtos e serviços, em um ambiente de alta e frequente inovação tecnológica. Os concorrentes da Companhia poderão desenvolver novos produtos e/ou serviços superiores, que podem receber maior aceitação no mercado que os produtos e serviços ofertados pela Companhia. Além disso, alguns dos concorrentes da Companhia podem ter recursos financeiros, técnicos, marketing, entre outros, significativamente maiores do que os da Companhia. Como resultado, os concorrentes da Companhia podem estar em condições de responder de modo mais rápido a novas tecnologias ou a novas demandas dos clientes, dispendendo mais recursos que a Companhia para o desenvolvimento, aprimoramento, promoção, venda e suporte de produtos e serviços, ou sustentando políticas de preços agressivas em níveis que podem não ser acompanhados pela Companhia.

Além disso, os novos concorrentes ou alianças entre os atuais concorrentes da Companhia podem emergir e, potencialmente, reduzir a participação de mercado e receita da Companhia. Ainda, participantes de outros segmentos poderão buscar expandir seus negócios em direção ao segmento de mercado no qual a Companhia atua.

A concorrência pode se intensificar em virtude do ingresso de novas empresas no mercado, consolidação do setor e do rápido desenvolvimento de novas tecnologias, produtos e serviços.

A eficácia da Companhia na competição no setor de telecomunicações depende do êxito de comercialização de seus serviços, da retenção de seus clientes, de seus recursos financeiros e de outros recursos (incluindo o acesso a capital) em comparação com seus concorrentes e sua capacidade de antecipar e responder aos fatores competitivos que afetam o setor, incluindo a introdução de novos serviços, mudanças nas preferências do consumidor, mudanças na regulamentação, tendências demográficas, condições econômicas e estratégias de desconto nos preços utilizadas pelos concorrentes, bem como uma adicional consolidação setorial. Não é possível prever exatamente quais fatores impactarão a competitividade da Companhia, tal como a crescente necessidade de promoções, descontos e outras iniciativas de marketing, ou quais investimentos serão necessários para desenvolver e fornecer as tecnologias, produtos e serviços necessários. Isso poderá afetar adversamente a participação de mercado e as margens da Companhia.

Adicionalmente, a intensificação da concorrência, especialmente na região de atuação da Companhia, pode resultar na redução da taxa de crescimento da Companhia, diminuição dos preços, aumento da rotatividade de clientes, diminuição da base de assinantes, aumento de suas despesas e perda de profissionais importantes para concorrentes e/ou para outros segmentos de mercado, causando um efeito negativo sobre as atividades, resultados e condição financeira da Companhia.

(h) à regulamentação dos setores em que a Companhia atua

Alterações na legislação tributária brasileira e conflitos em sua interpretação podem impactar adversamente a Companhia, aumentando impostos que a Companhia é obrigada a pagar.

A legislação tributária brasileira é alterada regularmente pelos Governos Federal, Estadual e Municipal. Tais alterações incluem criação de novos tributos, alterações nas alíquotas e, por vezes, criação de tributos temporários destinados a determinados propósitos governamentais específicos, bem como alterações na interpretação de tal legislação por tribunais brasileiros. Essas medidas poderão resultar em aumento da carga tributária devida pela Companhia e a carga tributária devida pelos clientes e fornecedores, o que, consequentemente, terá impactos na lucratividade e até nos preços dos serviços prestados no setor de atuação da Companhia. A Companhia não pode garantir que, diante de alterações que aumentem a carga tributária, será capaz de manter o preço de seus serviços, seu fluxo de caixa projetado ou sua lucratividade, o que poderá impactar negativamente nos negócios da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, a Companhia pode estar sujeita a fiscalizações da Receita Federal de tempos em tempos. Como resultado de tais fiscalizações, certas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades fiscais, e as posições fiscais da Companhia podem ser questionadas pelas autoridades fiscais, gerando procedimentos e processos fiscais. A Companhia não pode garantir que os provisionamentos de seus procedimentos e processos serão suficientes, que não haverá identificação de exposição fiscal adicional nem que não será necessária constituição de reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal. Qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às posições fiscais da Companhia pode afetar adversamente os negócios, os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia.

Quaisquer processos relacionados a assuntos fiscais perante os tribunais, incluindo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (**CARF**), podem afetar negativamente a Companhia.

Atualmente, o Congresso brasileiro está analisando propostas para a implementação de uma reforma tributária, que considera, dentre outras coisas, a eliminação dos impostos federais IPI, PIS e COFINS, o imposto estadual ICMS e o imposto municipal ISS, para criar um novo imposto único, o Imposto sobre Transações de Bens e Serviços (**IBS**), ser aplicado sobre o consumo. Ainda, o Governo Federal apresentou, por meio do Projeto de Lei nº 3.887/2020, nova proposta da Reforma Tributária Brasileira para a criação da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (“**CBS**”), em substituição às contribuições do PIS e da COFINS, prevendo a alíquota única de 12%. Caso haja uma reforma tributária ou quaisquer mudanças na legislação e regulamentação aplicáveis, que alterem os tributos aplicáveis ou incentivos fiscais/regimes especiais durante ou após seus prazos de vigência, poderá afetar diretamente ou indiretamente os negócios e resultados da Companhia.

Tal reforma tributária pode também gerar modificações quanto à isenção de dividendos com a implementação de Imposto de Renda Retido na Fonte (**IRRF**) ou outro imposto quando do pagamento desses. Mais recentemente, o Governo Federal apresentou o Projeto de Lei nº 2.337/2021, também intitulado de “segunda fase” da Reforma Tributária Brasileira, que trata da tributação da renda, incluindo diversas disposições sobre o tema, tais como tributação de dividendos, ajustes na base de cálculo e nas alíquotas dos tributos corporativos mudanças na tributação da renda e de ganhos relativos a investimentos no mercado de capitais brasileiro (i.e.: tributação de ativos financeiros, fundos de investimento, etc.), dentre outros. A implementação da reforma tributária está submetida ao processo legislativo, o qual inclui avaliação, votação, veto e emendas, todos realizados pelo Poder Legislativo, por meio do Congresso Nacional, e pelo Poder Executivo, na figura do Presidente da República. Por isso, não é possível determinar, desde logo, quais propostas de modificação serão efetivamente implementadas e como elas podem vir a afetar direta ou indiretamente os negócios e resultados da Companhia, as quais passariam a ter vigência no ano seguinte ao da conversão de tais projetos em lei. Nesse sentido, não há garantias de que a atual isenção fiscal sobre dividendos distribuídos por empresas brasileiras continuará no futuro.

Caso a Reforma Tributária Brasileira se efetive, ou caso haja quaisquer mudanças na legislação e regulamentação tributária aplicáveis, que alterem os tributos aplicáveis, benefícios fiscais ou regimes especiais da Companhia e/ou de suas subsidiárias operacionais, durante ou após seus prazos de vigência, os negócios e resultados da Companhia poderão ser direta ou indiretamente afetados, e a Companhia pode não ser capaz de manter o fluxo de caixa projetado e rentabilidade após quaisquer aumentos nos tributos brasileiros aplicáveis às suas operações.

A pandemia da COVID-19 e a decretação do estado de calamidade podem resultar em impactos socioeconômicos de longo alcance, incluindo uma possível queda da arrecadação no país e uma elevação da demanda por gastos públicos em setores fundamentais. Nesse cenário, os Governos Federal, Estadual e Municipal poderão promover alterações legislativas para impor, ainda que temporariamente, tratamento tributário mais oneroso às atividades da Companhia, podendo tais medidas afetar adversamente seus negócios e resultados operacionais.

A Companhia não pode garantir que o governo brasileiro não implementará uma reforma tributária ou mudanças nas leis e regulamentos aplicáveis, alterando o sistema tributário ao qual está sujeita atualmente, bem como que eventuais incentivos ou benefícios fiscais atualmente em vigor serão mantidos ou renovados em condições favoráveis para a Companhia e/ou suas subsidiárias. Se essas mudanças aumentarem direta ou indiretamente a carga tributária devida pela Companhia, a sua

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

margem bruta poderá diminuir e, consequentemente, impactar adversamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

Alterações na regulamentação podem vir a afetar adversamente os negócios das prestadoras de telecomunicações.

Alterações no modelo de prestação de serviços de telecomunicações, como, por exemplo, o fim da cobrança de assinatura básica mensal, podem ser aplicadas pela ANATEL. Dessa forma, a Companhia não tem como prever quando e se referidas alterações na regulamentação serão implementadas, tampouco todos os impactos dessas alterações em suas atividades, que podem ser afetadas adversamente.

A Companhia poderá sofrer multas e restrições relacionadas à legislação consumerista brasileira.

No Brasil, a legislação de defesa do consumidor é rigorosa e protetiva aos consumidores. A legislação de defesa do consumidor imputa às empresas o ônus da prova na demanda de um cliente.

Diante desse contexto, cortes judiciais podem adotar posturas favoráveis aos pleitos formulados por consumidores de produtos e serviços oferecidos no mercado. Caso verificadas tais medidas protetivas aos consumidores, as quais não podem ser assumidas como regra absoluta, colocarão o prestador de serviço ou fornecedor de produtos em desvantagem em processos judiciais envolvendo relações de consumo.

A proteção judicial ao consumidor pode ser exercida por meio de ações individuais ou coletivas e, no caso de ações coletivas, as ações podem ser propostas por autoridades estaduais ou federais, mediante órgãos da administração pública direta ou indireta, notadamente o Ministério Público ou o PROCON, com o propósito de proteger os direitos do consumidor, ou por organizações de proteção ao direito do consumidor.

Ações judiciais ou processos administrativos poderão ser propostos sob as alegações de que os nossos produtos estavam deteriorados, adulterados, ou não continham informações adequadas, dentre outras.

Caso venhamos a ser responsabilizados ou condenados por defeitos, erros ou falhas de nossos produtos (incluindo acidentes) em uma ação judicial, tal decisão poderá ter um efeito material adverso em nosso negócio, nossa reputação, nossa marca, nosso resultado operacional e financeiro e em nosso fluxo de caixa, além de vir a impactar negativamente nossa lucratividade.

Adicionalmente, a apresentação de defesa em uma ação judicial cujo objeto é nossa responsabilidade por defeitos em produtos pode demandar um custo adicional elevado, bem como requerer substancial atenção e tempo de nosso pessoal administrativo e técnico. Ainda, a publicidade negativa que poderia vir a ser gerada em relação a defeitos, erros ou falhas em nossos produtos (incluindo acidentes) e à sua qualidade poderia afetar adversamente a nossa reputação perante atuais e futuros consumidores, assim como nossa imagem corporativa e de nossas marcas, o que poderia causar um efeito adverso relevante em nossos negócios e situação financeira.

Os resultados da Companhia poderão ser adversamente impactados por modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como nas normas internacionais de relatório financeiro.

As práticas contábeis adotadas no Brasil são emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") são emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). O CPC e o IASB possuem calendários para aprovação de pronunciamentos contábeis e IFRS, os quais poderão sofrer alterações a qualquer momento e sobre os quais a Companhia não possui qualquer ingerência. Assim, a Companhia não consegue prever quais e quando serão aprovados novos pronunciamentos contábeis ou novas IFRS que possam de alguma forma impactar as futuras demonstrações contábeis elaboradas pela Companhia. Portanto, existe o risco de que as futuras demonstrações contábeis sejam alteradas em razão de novos pronunciamentos contábeis previstos pelo CPC e normatizados pela CVM, bem como do IFRS

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

emitidos pelo IASB, o que poderá afetar as futuras demonstrações contábeis elaboradas pela Companhia.

A crise hídrica que atualmente ocorre no país pode causar efeitos adversos na operação da companhia, impactando na geração de caixa e na condição financeira, devido à insegurança gerada por ela quanto a geração de energia.

A escassez de recursos como água e energia, incluindo em decorrência de alterações climáticas associadas ao aquecimento global e da atuação do homem sobre o meio ambiente, pode impactar negativamente as operações da Companhia, que opera em diversos segmentos digitais. A imprevisibilidade dos regimes de chuvas e a sazonalidade do clima e das temperaturas nas diferentes estações do ano impactam as estimativas de consumo de tais recursos. Em agosto de 2021, o ministro da economia em cargo, se reuniu com a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG) a fim de encontrar modos de garantir o fornecimento de energia elétrica no país, cuja geração está escassa devido ao nível baixo dos reservatórios das companhias hidrelétricas. Em meio à maior crise hídrica do Brasil em 90 anos, espera-se que sejam encontradas soluções para que a distribuição de energia não seja interrompida. Com a recente preocupação acerca do abastecimento de energia elétrica devido à crise hídrica de proporções históricas, há o risco de falta de fornecimento de energia em grande parte do país, visto que sua principal forma de geração de energia é a hidrelétrica, afetando assim o cenário econômico como um todo, com a interrupção de cadeias de produção e prestações de serviços que dependem de energia para funcionar. Desta forma, a Companhia, por depender inteiramente do fornecimento de energia para execução de sua atividade operacional, poderia sofrer um grande impacto negativo na execução de seus mais diversos segmentos, que envolvem mídias digitais, transações bancárias, e até mesmo serviços de telecomunicação, seu carro forte, caso o fornecimento seja interrompido devido a problemas na geração e distribuição de energia.

(i) aos países estrangeiros em que a Companhia atua

Não aplicável, visto que as atividades da Companhia não implicam em riscos relevantes relacionados aos países estrangeiros onde a Companhia atue.

(j) questões socioambientais

Não aplicável, visto que as atividades da Companhia não utilizam recursos ambientais não possuindo, portanto, riscos ambientais relevantes.

(k) fatores macroeconômicos

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como a COVID-19, pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, e os negócios da Companhia.

Surtos de doenças que afetem o comportamento das pessoas, como a COVID-19, o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio ou MERS e a Síndrome Respiratória Aguda Grave ou SARS, podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira, nos resultados da Companhia e nas ações de sua emissão.

Em 11 de março de 2020, a OMS decretou a pandemia decorrente da COVID-19, cabendo aos países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Como consequência, o surto da COVID-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena e lockdown ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, o que pode resultar na volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, fatores que conjuntamente exercem um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Essas medidas aliadas às incertezas provocadas pela pandemia da COVID-19 tiveram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo o Brasil, inclusive causando seis paralisações (circuit-breakers) das negociações na B3 em oito pregões ao longo do mês de março de 2020. A cotação da maioria dos ativos negociados na B3 foi adversamente afetada em razão da pandemia da COVID-19. Impactos semelhantes a esses podem voltar a ocorrer, provocando oscilação dos ativos negociados na B3.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundiais pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis.

Por fim, o impacto destes surtos também pode precipitar ou agravar os outros riscos descritos neste item 4.1 (a) do Formulário de Referência.

A incerteza contínua nos mercados financeiros globais e na economia global pode negativamente afetar os resultados financeiros da Companhia.

A incerteza contínua nos mercados financeiros globais e na economia, incluindo o contexto da COVID-19, pode afetar negativamente os resultados financeiros da Companhia. Um período prolongado de declínio econômico poderia ter um efeito adverso material nos resultados de operações e condição financeira e exacerbar alguns dos outros fatores de risco descritos neste item 4.1 do Formulário de Referência.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive economias desenvolvidas e emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Acontecimentos em outros países e mercados de capitais podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia, podendo, ademais, dificultar ou impedir totalmente o acesso da Companhia aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis.

Os resultados operacionais da Companhia e a situação financeira podem ser negativamente afetados, devido, dentre outras, às seguintes condições econômicas globais, se:

- os clientes cancelam, adiam ou renunciam às compras de nossos serviços;
- os clientes não podem nos fazer pagamentos em dia;
- a demanda e os preços de nossos serviços são reduzidos devido a ações de nossos concorrentes ou de outra forma;
- os principais fornecedores nos quais a Companhia confia não estão dispostos ou não podem fornecer os materiais que precisa para a rede em tempo hábil ou em termos que a Companhia considere aceitáveis; ou
- as contrapartes financeiras, provedores de seguros ou outras contrapartes contratualas podem não cumprir, ou não cumprem, os compromissos contratualais perante a Companhia.

A relativa volatilidade e falta de liquidez do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações de emissão da Companhia ao preço e na ocasião desejados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação com outros mercados. O mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado que os principais mercados de valores mobiliários internacionais.

A incerteza sobre a implementação de mudanças políticas ou regulatórias pelo governo brasileiro cria instabilidade na economia brasileira, aumentando a volatilidade do seu mercado de valores mobiliários. Essas incertezas, a recessão com um período de lenta recuperação no Brasil e outros desenvolvimentos futuros na economia brasileira podem afetar adversamente as atividades da Companhia e, consequentemente, seus resultados operacionais, e também podem afetar adversamente o preço de negociação de suas ações.

Desse modo, a Companhia não pode assegurar a liquidez de suas ações, o que poderá limitar consideravelmente a capacidade dos atuais e/ou futuros acionistas da Companhia de vender as suas ações pelo preço e na ocasião desejados.

A inflação e os esforços do Governo Federal de combate à inflação podem afetar adversamente os negócios, operações e condição financeira da Companhia.

O Brasil já experimentou, no passado, índices de inflação extremamente elevados. Durante esse período, a economia brasileira foi negativamente impactada por medidas adotadas pelo Governo Federal com o intuito de controlar a inflação ou até mesmo por receio e especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas. Esse cenário contribuiu diretamente para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro.

Para os anos de 2020, 2019 e 2018, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) foi de 4,5%, 4,3% e 3,8%, respectivamente, conforme medido pelo IBGE.

O Governo Federal tem adotado medidas de controle da inflação que, frequentemente, têm incluído a manutenção de política monetária restritiva, com histórico de altas taxas de juros, o que pode restringir a disponibilidade de crédito e reduzir o crescimento econômico. Uma das consequências deste combate à inflação é a variação significativa das taxas de juros oficiais no Brasil, que variaram 2,0% a.a. em 31 de dezembro de 2020, 4,5% a.a. em 31 de dezembro de 2019 e 6,5% em 31 de dezembro de 2018, conforme estabelecido pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil (COPOM). Em 30 de junho de 2021, a taxa de juros oficial no Brasil era de 4,25% a.a.

Nesse sentido, o Brasil continua sujeito a um aumento de inflação como consequência da intervenção do Governo Federal, inclusive mediante a redução ou aumento das taxas de juros e a intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do real.

Quaisquer medidas tomadas pelo governo brasileiro no futuro, incluindo redução ou aumento nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do real, podem desencadear inflação ou deflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira. O risco para a Companhia é o de que caso o Brasil volte a experimentar índices de inflação elevada, a Companhia não seja capaz de reajustar os preços que cobra de seus clientes para compensar os efeitos do aumento da inflação sobre a sua estrutura de custos, o que poderá desencadear em um aumento nos custos e redução da margem operacional líquida da Companhia.

Além disso, no caso de aumento da inflação, o governo brasileiro pode optar por aumentar significativamente as taxas de juros. O aumento nas taxas de juros pode afetar não apenas o custo dos nossos novos empréstimos, mas também o custo de seu endividamento atual.

A Companhia está exposta a riscos decorrentes de oscilações nas taxas de juros, que poderão afetar negativamente sua situação financeira e seus resultados operacionais.

A Companhia e suas controladas estão expostas a perdas econômicas decorrentes de alterações adversas nas taxas de juros, principalmente as dívidas referenciadas em Certificado de Depósito Interfinanceiro (“CDI”) e Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”). Esse risco está atrelado

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

predominantemente aos empréstimos e aos financiamentos que a Companhia e suas controladas contratam junto a instituições financeiras para fazer frente à necessidade de caixa para investimentos e crescimento.

Alguns dos passivos da Companhia têm taxas de juros pós-fixadas, o que gera uma exposição às oscilações de mercado. Em 30 de junho de 2021, a Companhia tinha R\$150.159 mil em dívida bruta, dos quais 97,0% estavam sujeitos a instrumentos ligados à taxa CDI e TJLP. Caso esses índices e taxas de juros venham a subir, poderão afetar negativamente a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Variações nas taxas de juros no Brasil poderão aumentar o custo do serviço de dívida da Companhia, podendo, portanto, adversamente impactar sua estratégia de crescimento e seus resultados.

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, o índice da taxa média de juros de certificados de depósito interbancário aplicável no Brasil, ou CDI, foi de 2,7% 4,4% e 6,4%, respectivamente, e a taxa de juros de longo prazo, ou TJLP, foi de 4,6%, 5,6% e 7,0%, respectivamente. A Companhia utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para administrar as suas operações, bem como para garantir seus investimentos e seu crescimento. Para complementar as necessidades de caixa para crescimento, a Companhia obtém empréstimos e financiamentos das principais instituições financeiras no Brasil, que são principalmente indexados à variação da taxa do CDI.

O aumento das taxas de juros poderá afetar a capacidade da Companhia de obter empréstimos e aumentar o custo do atual endividamento da Companhia, resultando em aumento de suas despesas financeiras. Esse aumento poderá afetar negativamente a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações de pagamento na medida que a sua posição de caixa seja reduzida. Além disso, assimetrias nas taxas de inflação a que os ativos e passivos da Companhia estão indexados, bem como flutuações significativas nas taxas de juros, poderão resultar em perdas financeiras para a Companhia.

O Governo Federal exerceu e continua exercendo influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como as condições políticas e econômicas brasileiras, podem afetar adversamente as atividades da Companhia e o preço de mercado de suas ações.

O Governo Federal intervém com frequência na economia brasileira e, ocasionalmente, faz mudanças significativas na política, nas normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias e seus regulamentos diversos. As medidas do Governo Federal para controlar a inflação e outras políticas e regulamentos muitas vezes envolvem, entre outras, aumentos nas taxas de juros, mudanças nas políticas fiscais, controles de preço, desvalorizações de moeda, controles de capital, limites sobre importações e outras medidas.

Com os acontecimentos políticos e econômicos recentes, e o aumento da pressão sobre o Governo Federal por modificações e reformas na economia nacional por meio de mudanças nas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias, podem ser realizadas mudanças com impactos adversos que não podemos prever no momento. Frente ao momento imprevisível, não é possível antever o impacto das reformas nos negócios da Companhia. Os negócios da Companhia, a sua posição financeira, o resultado de suas operações, as suas perspectivas de negócios, bem como o valor de mercado das ações de sua emissão podem ser impactados negativamente por novas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores como:

- instabilidade social, econômica e política;
- contração da economia brasileira;
- controles cambiais e restrições de remessas ao exterior;
- inflação;
- taxas de juros;

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- flutuação cambial;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- política fiscal, política monetária e alterações na legislação tributária;
- racionamento de água e energia;
- leis e regulamentos aplicáveis ao setor no qual a Companhia atua;
- interpretação de leis trabalhistas e previdenciárias; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para o aumento da volatilidade no mercado brasileiro e de capitais. Assim, tais incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira poderão eventualmente prejudicar as atividades da Companhia e, consequentemente, seus resultados operacionais, podendo inclusive afetar adversamente a negociação das ações de emissão da Companhia.

O preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros está sujeito a acontecimentos e percepções de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente e nos Estados Unidos.

O mercado de valores mobiliários brasileiro sofre grande influência de fatores e percepções externas, incluindo os Estados Unidos, países europeus, bem como outros países latino-americanos e de mercados emergentes. As condições econômicas e de mercado de países da América Latina, Ásia, América do Norte, Europa e outros, exercem, em diferentes escalas, impacto no valor de mercado dos valores mobiliários negociados no Brasil e nos títulos de empresas brasileiras negociados em mercados estrangeiros. Embora as condições econômicas na Europa e nos Estados Unidos possam diferir significativamente das condições econômicas do Brasil, as reações dos investidores a acontecimentos nesses outros países podem ter um efeito adverso sobre o preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros.

Os preços das ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), por exemplo, foram historicamente sensíveis a flutuações nas taxas de juros nos Estados Unidos, bem como a variações das principais bolsas de valores dos Estados Unidos. Além disso, as crises em outros países de mercados emergentes podem diminuir o interesse de investidores em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo as ações da Companhia. Esses eventos podem afetar negativamente o preço de mercado das ações de emissão da Companhia, restringir o acesso da Companhia aos mercados de capitais e comprometer a capacidade de financiar as suas operações no futuro com termos favoráveis ou independentemente dos termos. Além disso, a crise financeira e a instabilidade política nos Estados Unidos, Europa e outros países afetaram a economia global, produzindo diversos efeitos que, direta ou indiretamente, impactaram o mercado de capitais e a economia brasileira, como as flutuações no preço de títulos emitidos por empresas listadas, reduções na oferta de crédito, deterioração da economia global, flutuação das taxas de câmbio e inflação, entre outras, que podem, direta ou indiretamente, afetar a Companhia adversamente. Em junho de 2016, o Reino Unido convocou um referendo em que a maioria de sua população votou pelo Reino Unido para sair da União Europeia. A Companhia não tem controle e não pode prever o efeito da saída do Reino Unido da União Europeia nem sobre se e, até que ponto, outros estados membros decidirão sair da União Europeia no futuro. Estes desenvolvimentos, bem como potenciais crises e formas de instabilidade política daí decorrentes ou qualquer outro desenvolvimento imprevisto, podem afetar negativamente a Companhia e o valor de mercado de suas ações.

Acontecimentos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente, podem prejudicar o valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, especialmente países da América Latina e países de economia emergente. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras. Crises em outros países da América Latina e em outros países de economia emergente ou as políticas econômicas de outros países, em especial aquelas dos Estados Unidos e países da União Europeia, poderão reduzir o interesse dos investidores por títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia. Isso poderia dificultar o acesso da Companhia ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos. Qualquer desses acontecimentos poderá afetar adversamente os negócios da Companhia e o valor de mercado de suas ações.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países do mercado emergente resultou, em geral, na saída de investimentos e, consequentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil. A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 resultou em um cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos que, direta ou indiretamente, afetaram de forma negativa o mercado acionário e a economia do Brasil, tais como: oscilações nas cotações de valores mobiliários de companhias abertas, falta de disponibilidade de crédito, redução de gastos, desaceleração da economia, instabilidade cambial e pressão inflacionária. Além disso, as instituições financeiras podem não estar dispostas a renovar, estender ou conceder novas linhas de crédito em condições economicamente favoráveis, ou até mesmo serem incapazes ou não estarem dispostas a honrar seus compromissos. Qualquer dos acontecimentos acima mencionados poderá prejudicar a negociação das ações de emissão da Companhia, além de dificultar o seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

A instabilidade cambial pode ter um efeito adverso relevante sobre a economia brasileira e sobre a Companhia.

A moeda brasileira flutua em relação ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras. No passado, o Governo Federal adotou diferentes regimes cambiais, incluindo desvalorizações repentina, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variava de diária para mensal), controles cambiais, mercados com caixa de câmbio dupla e um sistema de taxa de câmbio flutuante. Desde 1999, o Brasil adota um sistema de taxa cambial flutuante, com intervenções do Banco Central do Brasil na compra ou venda de moeda estrangeira. De tempos em tempos, ocorrem flutuações significativas na taxa cambial entre o real e o dólar norte-americano e outras moedas. O real pode desvalorizar ou valorizar substancialmente com relação ao dólar norte-americano no futuro. A instabilidade cambial pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia. A desvalorização do real frente ao dólar norte-americano pode criar pressões inflacionárias no Brasil e provocar aumentos nas taxas de juros, o que poderia afetar negativamente o crescimento da economia brasileira como um todo e resultar em um efeito adverso relevante sobre a Companhia. A desvalorização também reduziria o valor dos dividendos distribuídos em dólar norte-americano e o equivalente ao preço de negociação das ações da Companhia em dólares norte-americanos. A desvalorização do real ocorrida em períodos mais curtos acarretou variações significativas da taxa de câmbio entre o real e o dólar norte-americano e entre o real e outras moedas. No período contemplado pelos anos de safra com encerramento nas seguintes datas: 31 de março de 2019, em 31 de março de 2020 e 31 de março de 2021, o real se desvalorizou em relação ao dólar norte-americano em 15,2%, 25,5% e 9,6% respectivamente. As taxas de fechamento diário de câmbio reportadas pelo Banco Central do Brasil em 31 de março de 2019, em 31 de março de 2020, 31 de março de 2021 e 30 de junho de 2021 foram de R\$ 3,8967, R\$ 5,1987, R\$ 5,6973 e R\$ 5,0022 respectivamente.

A instabilidade da taxa de câmbio pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia. O real pode se desvalorizar ou valorizar substancialmente em relação ao dólar americano e outras moedas estrangeiras, o que poderá criar pressões inflacionárias no Brasil por meio do aumento geral dos preços e causar aumentos nas taxas de juros. Essa desvalorização ou valorização pode afetar negativamente o crescimento da economia brasileira, geralmente restringir o acesso de emissores brasileiros, incluindo a Companhia, aos mercados de capitais internacionais e pode ter um efeito significativo em nossos resultados operacionais e condição financeira. A valorização do real em

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

relação ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras também pode afetar negativamente as contas públicas do Brasil e o balanço de pagamentos, o que pode causar uma redução no crescimento econômico. A Companhia não pode prever ou influenciar quaisquer políticas cambiais adotadas pelo governo brasileiro e podemos ser adversamente afetados por essas políticas.

Qualquer rebaixamento da classificação de crédito do Brasil (rating) pode afetar negativamente o preço das ações ordinárias da Companhia.

A Companhia pode ser adversamente afetada pela percepção dos investidores quanto aos riscos relacionados à classificação de crédito da dívida soberana do Brasil. As agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e suas classificações soberanas, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de cálculos de dívida e a perspectiva de mudanças em qualquer desses fatores.

Em setembro de 2015, a Standard & Poor's iniciou a revisão da nota de risco de crédito soberano do Brasil, rebaixando-a para um grau abaixo do denominado grau de investimento e, desde então, o Brasil vem sofrendo sucessivos cortes em sua nota pelas três principais agências de classificação de risco no mundo. Após o rebaixamento feito em 30 de setembro de 2015, a Standard & Poor's reduziu novamente a nota de risco de crédito do Brasil de BB+ para BB e, mais recentemente, em 11 de janeiro de 2018, rebaixou a nota de risco de crédito soberano do Brasil de BB para BB- com perspectiva estável, citando o atraso na aprovação de medidas fiscais que reequilibrem as contas públicas. Em fevereiro de 2016, a Moody's rebaixou a nota de risco de crédito do Brasil para um grau abaixo do grau de investimento, para Ba2, com uma perspectiva negativa, alterada em abril de 2018 para uma perspectiva estável. Em fevereiro de 2018, a Fitch rebaixou a nota de risco de crédito soberano do Brasil para BB negativo, nota essa que foi reafirmada em agosto de 2018, com uma perspectiva estável, citando as fraquezas estruturais nas finanças públicas, alto endividamento do governo, fracas perspectivas de crescimento, ambiente político e questões relacionadas à corrupção.

Recentemente, o cenário político e econômico brasileiro tem apresentado altos níveis de volatilidade e instabilidade, incluindo a contração do produto interno bruto (PIB), flutuações significativas do real em relação ao dólar norte-americano, aumento do nível de desemprego e redução dos níveis das despesas e da confiança do consumidor. A Fitch também rebaixou o rating de crédito soberano do Brasil para BB- com perspectiva negativa em maio de 2020, citando a deterioração do cenário econômico e fiscal brasileiro e o agravamento dos riscos para ambas as dimensões, dada a renovada incerteza política, além das incertezas sobre a duração e intensidade da pandemia da COVID-19.

A classificação de crédito soberana do Brasil atualmente é avaliada abaixo do grau de investimento pelas três principais agências de rating acima mencionadas. Consequentemente, os preços dos títulos emitidos por empresas brasileiras foram afetados negativamente. Poderão ocorrer outros rebaixamentos no caso do prolongamento ou do agravamento da atual recessão brasileira e a contínua incerteza política, entre outros fatores. Qualquer novo rebaixamento das classificações de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar negativamente o preço das ações ordinárias da Companhia.

O mercado de negociação ativo e líquido para as nossas ações poderá não se desenvolver, limitando a capacidade de nossos acionistas venderem as ações pelo preço e no momento desejados.

O mercado brasileiro é substancialmente menor, menos líquido e potencialmente mais volátil que os mercados de ações nos Estados Unidos e em outros países desenvolvidos. Os investimentos em valores mobiliários negociados no mercado brasileiro estão sujeitos a determinados riscos, tais como mudanças nos ambientes regulatório, fiscal, social, econômico e político, local e global. Essas características de mercado poderão afetar o preço e liquidez de nossas ações e limitar significativamente a capacidade dos titulares das ações de nossa emissão de vendê-las ao preço e nas datas desejados. O valor de mercado de nossas ações poderá também variar significativamente por diversas razões, incluindo os Fatores de Risco apresentados neste Formulário de Referência.

A Companhia está exposta a riscos decorrentes de oscilações nas taxas de juros, que poderão afetar negativamente sua situação financeira e seus resultados operacionais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia e suas controladas estão expostas a perdas econômicas decorrentes de alterações adversas nas taxas de juros, principalmente as dívidas referenciadas em Certificado de Depósito Interfinanceiro ("CDI") e Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"). Esse risco está atrelado predominantemente aos empréstimos e aos financiamentos que a Companhia e suas controladas contratam junto a instituições financeiras para fazer frente à necessidade de caixa para investimentos e crescimento.

Alguns dos passivos da Companhia têm taxas de juros pós-fixadas, o que gera uma exposição às oscilações de mercado. Em 30 de junho de 2021, a Companhia tinha R\$150.159 mil em dívida bruta, dos quais 47,7% estavam sujeitos a instrumentos ligados à taxa CDI e TJLP. Caso esses índices e taxas de juros venham a subir, poderão afetar negativamente a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Variações nas taxas de juros no Brasil poderão aumentar o custo do serviço de dívida da Companhia, podendo, portanto, adversamente impactar sua estratégia de crescimento e seus resultados.

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, o índice da taxa média de juros de certificados de depósito interbancário aplicável no Brasil, ou CDI, foi de 2,7% 4,4% e 6,4%, respectivamente, e a taxa de juros de longo prazo, ou TJLP, foi de 4,6%, 5,6% e 7,0%, respectivamente. A Companhia utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para administrar as suas operações, bem como para garantir seus investimentos e seu crescimento. Para complementar as necessidades de caixa para crescimento, a Companhia obtém empréstimos e financiamentos das principais instituições financeiras no Brasil, que são principalmente indexados à variação da taxa do CDI.

O aumento das taxas de juros poderá afetar a capacidade da Companhia de obter empréstimos e aumentar o custo do atual endividamento da Companhia, resultando em aumento de suas despesas financeiras. Esse aumento poderá afetar negativamente a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações de pagamento na medida que a sua posição de caixa seja reduzida. Além disso, assimetrias nas taxas de inflação a que os ativos e passivos da Companhia estão indexados, bem como flutuações significativas nas taxas de juros, poderão resultar em perdas financeiras para a Companhia.

Crises econômicas e políticas no Brasil podem afetar adversamente os negócios, operações e condição financeira da Companhia.

O Brasil tem apresentado instabilidades econômicas causadas por distintos eventos políticos e econômicos observados nos últimos anos, com a desaceleração do crescimento do PIB e efeitos em fatores de oferta (níveis de investimentos, aumento e uso de tecnologias na produção etc.) e de demanda (níveis de emprego, renda etc.), e, ainda, a pandemia da COVID-19. Consequentemente a incerteza sobre se o governo brasileiro vai conseguir promulgar as reformas econômicas necessárias para melhorar a deterioração das contas públicas e da economia tem levado a um declínio da confiança do mercado na economia brasileira e a uma crise no governo.

A economia brasileira continua sujeita às políticas e aos atos governamentais, os quais, em não sendo bem-sucedidos ou implementados, poderão afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia. Nos últimos anos, o cenário político brasileiro experimentou uma intensa instabilidade em decorrência principalmente da deflagração de um esquema de corrupção envolvendo vários políticos, incluindo membros do alto escalão, o que culminou com o impeachment da presidente da república Dilma Rousseff e com ações contra seu sucessor e sua equipe.

Além disso, os mercados brasileiros têm registrado um aumento de volatilidade devido às incertezas decorrentes de investigações em andamento conduzidas pela Polícia Federal Brasileira e pelo Ministério Público Federal Brasileiro. Tais investigações têm impactado a economia e o ambiente político do país.

Até a data deste Formulário de Referência, o presidente Jair Bolsonaro estava sendo investigado pelo Supremo Tribunal Federal pela suposta prática de atos impróprios alegados pelo ex-ministro da Justiça, Sr. Sergio Moro. Segundo o ex-ministro, o presidente teria solicitado a nomeação de funcionários da polícia federal brasileira. Caso o presidente tenha cometido tais atos, quaisquer consequências resultantes, incluindo um potencial impeachment, poderiam ter efeitos adversos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

relevantes no ambiente político e econômico no Brasil, bem como em negócios que operam no Brasil, inclusive em nossos negócios.

O potencial resultado destas e outras investigações é incerto, mas elas já tiveram um impacto negativo sobre a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira e tem afetado e pode continuar a afetar adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia, bem como o preço de negociação de suas ações. Não podemos prever se as investigações em curso irão conduzir a uma maior instabilidade política e econômica, nem se novas alegações contra funcionários e executivos do governo e/ou companhias privadas surgirão no futuro.

Também não podemos prever os resultados dessas investigações, nem o impacto sobre a economia brasileira ou o mercado acionário brasileiro.

Ainda, o presidente brasileiro Jair Bolsonaro tem sido criticado tanto no Brasil quanto internacionalmente, com os efeitos desestabilizadores da pandemia da COVID-19 aumentando a incerteza política e a estabilidade no Brasil, particularmente após a saída de vários ministros federais de alto nível e alegações de corrupção contra o presidente Bolsonaro.

As recentes instabilidades políticas e econômicas têm levado a uma percepção negativa da economia brasileira e um aumento na volatilidade no mercado de valores mobiliários brasileiro, que também podem afetar adversamente os negócios e as ações da Companhia. Qualquer instabilidade econômica recorrente e incertezas políticas podem afetar adversamente os negócios e as ações da Companhia.

Em março de 2021, o Supremo Tribunal Federal decidiu um recurso contestando a condenação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e determinou que certas acusações de corrupção e lavagem de dinheiro enfrentadas por ele deveriam ser redistribuídas para outro tribunal e julgado novamente. Como resultado, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva obteve seus direitos políticos de volta, adicionando incerteza ao cenário político local para as eleições presidenciais de 2022 e questionando ainda mais a segurança jurídica de processos judiciais.

Ademais, em 14 de abril de 2021, o Senado Federal instalou uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga supostas omissões e irregularidades nos gastos do Governo Federal durante a pandemia de COVID-19 no Brasil. Caso o Governo Federal seja responsabilizado por tais atos, quaisquer consequências resultantes, incluindo uma potencial abertura de processo de impeachment, poderiam ter efeitos adversos relevantes no ambiente político e econômico no Brasil, bem como em negócios que operam no Brasil, inclusive, consequentemente, nos negócios da Companhia.

Adicionalmente, qualquer dificuldade do Governo Federal em conseguir maioria no congresso nacional poderia resultar em impasse no Congresso, agitação política e manifestações massivas e/ou greves que poderiam afetar adversamente as operações da Companhia. Incertezas em relação à implementação, pelo governo atual, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira e, consequentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os nossos. Não podemos prever quais políticas o Presidente irá adotar, muito menos se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso sobre nós ou sobre a economia brasileira.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes.

Risco de liquidez

Os quadros abaixo analisam os passivos financeiros, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data da demonstração contábil e a data contratual do vencimento.

| (em R\$ mil) | Consolidado | | |
|--------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-----------------------|
| | Total em 30 de junho de 2021 | Saldos vencidos em até 1 ano | Acima de 1 ano |
| Fornecedores | 110.319 | 110.319 | - |
| Empréstimos | 150.159 | 58.187 | 91.972 |

| (em R\$ mil) | Consolidado | | |
|--------------|--|-------------------------------------|-----------------------|
| | Total em 31 de dezembro de 2020 | Saldos vencidos em até 1 ano | Acima de 1 ano |
| Fornecedores | 180.337 | 180.337 | - |
| Empréstimos | 123.291 | 61.434 | 61.857 |

Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras da Companhia e controladas. Caso esses índices e taxas de juros venham a subir ou reduzir, poderão afetar negativamente a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Análise de sensibilidade das variações no CDI

As controladas estão expostas a riscos de oscilações de taxas de juros e câmbio em seus empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

No quadro abaixo, são considerados três cenários, sendo (i) cenário provável que é aquele adotado pelas Companhias e (ii) cenários variáveis chaves com os respectivos impactos nos resultados da Entidade. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as alterações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, a empresa apresentou mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

| Em 30 de junho de 2021 Operação | Risco | Cenário provável | Cenário A | Cenário B |
|---|----------------|-------------------------|------------------|------------------|
| Ativos financeiros | | | | |
| Títulos e valores mobiliários | Queda do CDI | 1.223 | 1.219 | 1.213 |
| Passivos financeiros | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | Aumento do CDI | (5.232) | (5.248) | (5.265) |
| Referência para ativos/passivos financeiros | | | | |
| CDI (% acumulado no período) | | 1,26% | 1,58% | 1,89% |
| Em 31 de dezembro de 2020 Operação | Risco | Cenário provável | Cenário A | Cenário B |
| Ativos financeiros | | | | |
| Títulos e valores mobiliários | Queda do CDI | 946 | 941 | 934 |
| Conta Cauçâo | Queda do CDI | 634 | 630 | 623 |
| Passivos financeiros | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | Aumento do CDI | (10.695) | (10.769) | (10.842) |
| Referência para ativos/passivos financeiros | | | | |
| CDI (% acumulado no período) | | 2,75% | 3,44% | 4,13% |

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Hierarquia de valor justo

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

| Consolidado: | 30/06/2021 | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 |
|-------------------------------|-------------------|----------------|----------------|----------------|
| Ativos e passivos financeiros | | | | |
| Títulos e valores mobiliários | 44.714 | - | 44.714 | - |

| Consolidado: | 31/12/2020 | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 |
|-------------------------------|-------------------|----------------|----------------|----------------|
| Ativos e passivos financeiros | | | | |
| Títulos e valores mobiliários | 44.316 | - | 44.316 | - |

Os ativos e passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado aproximam-se dos respectivos valores justos, pois são ajustados por provisões, valores presentes e/ou atualizados por taxas de mercado pós-fixadas.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Para os fins deste item 4.3, foram considerados como processos individualmente relevantes: (i) processos com valor individual igual ou superior a 1.000 mil; e (ii) processos que individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

A Companhia apresenta a seguir uma breve descrição dos processos mais relevantes em que figura como parte, segregados por sua natureza.

Processos de natureza tributária

Em 30 de junho de 2021, a Companhia e suas controladas figuravam como parte no polo passivo em aproximadamente 25 processos administrativos e judiciais de natureza tributária. De acordo com a análise dos advogados externos da Companhia, em 30 de junho de 2021, o valor total envolvido nos processos com chance de perda remota, possível e provável era de R\$12 mil, R\$ 92.000 mil, R\$ 38.146 mil, respectivamente, dos quais R\$ 38.146 mil foram provisionados.

Dentre os processos de natureza tributária individualmente relevantes para a Companhia, em 30 de junho de 2021, destacam-se em razão do valor e/ou de seu objeto os seguintes:

| Processo Administrativo nº 15504.729304/2014-62 | |
|---|--|
| a. juízo | Receita Federal do Brasil |
| b. instância | CARF (2º grau) |
| c. data de instauração | 14/11/2014 |
| d. partes no processo | Autor: Delegacia da Receita Federal do Brasil Réu: RV Tecnologia e Sistemas S.A. |
| e. valores, bens ou direitos envolvidos | R\$30.830.175,71 (em junho de 2021) |
| f. principais fatos | <p>Trata-se de Auto de Infração lavrado em 14/11/2014 em razão de supostos erros na apuração de créditos de PIS/COFINS e no rateio desses créditos e seus respectivos débitos, em razão das atividades desenvolvidas pela empresa, além de aproveitamento indevido de créditos em função de erro na interpretação da legislação, no valor histórico de R\$ 18.294.846,79 (ano-scalendário 2010 e 2011). As glosas de créditos referem-se a valores apurados em notas fiscais inferiores aos informados mensalmente a título de "bens para revenda", à aquisição de bens e serviços utilizados como insumos, a depreciações de máquinas e equipamentos incorporados ao ativo imobilizado quando aplicados na atividade varejista, a despesas com armazenagem, frete na operação de venda e aluguéis de veículos.</p> <p>Em 18/11/2014, a RV Tecnologia e Sistemas S.A. foi intimada do auto de infração.</p> <p>Em 16/12/2014, foi apresentada Impugnação, a qual foi julgada parcialmente procedente em 25/03/2015, tendo sido reduzidos os valores exigidos a título de PIS e COFINS referentes ao período de apuração de janeiro de 2011, para R\$59.774,83 (valor histórico de R\$ 217.266,38) e R\$735.932,55 (valor histórico de R\$ 1.000.742,13), respectivamente, em razão de erro no cálculo do valor glosado no mês de janeiro de 2011, mantendo-se os lançamentos relativos aos demais períodos (redução de R\$ 422.301,13).</p> <p>Em 1º/05/2015, a RV Tecnologia e Sistemas S.A. apresentou Recurso Voluntário.</p> <p>Em 26/04/2016, por meio da Resolução 3402-000.771, foi determinada a conversão do julgamento em diligência para análise de documentos em razão de aproximadamente 80% do montante objeto de autuação decorrer da existência de divergência entre o Fisco e o contribuinte quanto ao momento para tomada de créditos de PIS e COFINS em operações referentes a aquisições de créditos telefônicos, bem como para que a autoridade fiscal prestasse melhor esclarecimento sobre alguns aspectos da autuação.</p> |

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

| | |
|---|--|
| | <p>Em 28/02/2018, por meio da Resolução 2402-001.259, após apresentação de informações pela autoridade fiscal e documentos pela RV Tecnologia e Sistemas S.A., foi determinada nova baixa em diligência para novos esclarecimentos por parte da autoridade fiscal.</p> <p>Após apresentação de informações pela autoridade fiscal e pela TV Tecnologia e Sistemas S.A., atualmente aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário</p> |
| g. chance de perda | Possível |
| h. análise do impacto em caso de perda | Em caso de decisão final desfavorável, a discussão poderá ser levada ao judiciário. Caso, nessa etapa, sobrevenha nova decisão final desfavorável, o impacto consistirá no desembolso de valores. |

Processo Administrativo nº 15504.726820/2017-88

| | |
|--|--|
| a. juízo | Receita Federal do Brasil |
| b. instância | CARF (2º grau) |
| c. data de instauração | 07/08/2017 |
| d. partes no processo | Autor: Delegacia da Receita Federal do Brasil Réu: RV Tecnologia e Sistemas S.A. |
| e. valores, bens ou direitos envolvidos | R\$ 29.056.047,99 (em junho de 2021) |
| f. principais fatos | <p>Trata-se de Auto de Infração lavrado em 07/08/2017, em razão de supostos erros na apuração de créditos de PIS/COFINS e no rateio desses créditos e seus respectivos débitos, em razão das atividades desenvolvidas pela empresa, além de aproveitamento indevido de créditos em função de erro na interpretação da legislação, no valor histórico de R\$ 24.086.504,96 (ano-calendário 2013). As glosas de créditos de PIS/COFINS referem-se à aquisição de bens e serviços utilizados como insumos, a depreciações de máquinas e equipamentos incorporados ao ativo imobilizado quando aplicados na atividade varejista, a despesas com armazenagem e frete na operação de venda e contraprestações de operações de arrendamento mercantil.</p> <p>Em 07/08/2017, a RV Tecnologia e Sistemas S.A. foi intimada do auto de infração.</p> <p>Em 06/09/2017, foi apresentada Impugnação, a qual foi julgada parcialmente procedente em 08/03/2018, tendo sido reduzidos os valores exigidos a título de PIS e de COFINS em R\$291.664,65 e R\$1.343.425,03 respectivamente, em razão do reconhecimento aos créditos relativos às notas fiscais nºs 2.205, 6.625.989 e 28.128 – que, inicialmente, segundo a fiscalização, seriam inexistentes, visto que não localizadas em consulta ao Portal de Notas Fiscais Eletrônicas -, bem como aos créditos decorrentes de valores pagos a título de arrendamento mercantil e de despesas com armazenamento e frete na operação de venda, mantendo-se os demais pontos da autuação.</p> <p>Em 13/04/2018, a RV Tecnologia e Sistemas S.A. apresentou Recurso Voluntário, ao qual foi negado provimento em 22/02/2021.</p> <p>Em 26/04/2021, a RV Tecnologia e Sistemas S.A. apresentou Recurso Especial, ao qual foi negado seguimento em decisão da qual a empresa teve ciência em 05/07/2021. Em face dessa decisão, foi interposto Agravo, o qual aguarda apreciação.</p> |
| g. chance de perda | Possível |
| h. análise do impacto em caso de perda | Em caso de decisão final desfavorável, a discussão poderá ser levada ao judiciário. Caso, nessa etapa, sobrevenha nova decisão final desfavorável, o impacto consistirá no desembolso de valores. |

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

| Execução Fiscal nº 8008229-57.2021.8.05.0001 (Mandado de Segurança nº 8016507-47.2021.8.05.0001) | |
|--|---|
| a. juízo | 10º Vara da Fazenda Pública da Comarca de Salvador |
| b. instância | 1ª instância |
| c. data de instauração | 26/01/2021 |
| d. partes no processo | Autor: Município de Salvador Réu: RV Tecnologia e Sistemas S.A. |
| e. valores, bens ou direitos envolvidos | R\$ 17.403.328,45 (em junho de 2021) |
| f. principais fatos | <p>Trata-se de Execução Fiscal proposta em 26/01/2021 para cobrar crédito tributário referente às notificações fiscais de lançamentos nºs 10334/2020 e 10309/2020, lavradas em 17/07/2019, para cobrança de ISS e multa, respectivamente, em razão da suposta falta de declaração ou declaração incorreta por meio de nota fiscal eletrônica de Salvador do ISS apurado em razão da alegada prestação de serviços enquadrados nos itens 10.05 e 1 10.10 da Lista de Serviços anexa à Lei nº 7.186/2006 (período de março de 2015 a dezembro de 2018).</p> <p>Os débitos objeto desta Execução Fiscal também são discutidos no Mandado de Segurança nº 8016507-47.2021.8.05.0001. Neste processo, a RV Tecnologia e Sistemas S.A. alega que as notificações fiscais de lançamentos foram inscritas indevidamente em dívida ativa, já que não houve julgamento de mérito das defesas apresentadas na esfera administrativa, em razão de suposta irregularidade da representação processual da empresa, e, ainda, em razão da ausência de intimação da empresa para regularização de sua representação.</p> <p>Em 25/02/2021, foi proferida decisão deferindo a medida liminar pleiteada para, provisoriamente, suspender a exigibilidade dos créditos tributários objeto das notificações de lançamentos nºs 10334/2020 e 10309/2020.</p> <p>Em 12/03/2021, a RV Tecnologia e Sistemas S.A. apresentou petição nos autos da Execução Fiscal informando a decisão proferida no Mandado de Segurança que suspendeu a exigibilidade dos créditos tributários provisoriamente, requerendo a suspensão da Execução Fiscal até o trânsito em julgado do Mandado de Segurança, enquanto não houver o julgamento das defesas administrativas.</p> <p>Em 19/03/2021, foi proferido despacho na Execução Fiscal, determinando abertura de vista à Fazenda Municipal.</p> <p>Atualmente, aguarda-se manifestação da Fazenda Municipal sobre a petição apresentada pela RV Tecnologia e Sistemas S.A.</p> |
| g. chance de perda | Possível |
| h. análise do impacto em caso de perda | Em caso de decisão final desfavorável no Mandado de Segurança, a Execução Fiscal terá seu regular prosseguimento e, em caso de decisão final desfavorável na Execução Fiscal, o impacto consistirá no desembolso de valores. |

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

| Processo Administrativo nº 15504.729462/2016-84 | |
|---|---|
| a. juízo | Receita Federal do Brasil |
| b. instância | CARF (2º grau) |
| c. data de instauração | 12/12/2016 |
| d. partes no processo | Autor: Delegacia da Receita Federal do Brasil Réu: RV Tecnologia e Sistemas S.A. |
| e. valores, bens ou direitos envolvidos | R\$ 8.912.937,84 (em junho de 2021) |
| f. principais fatos | <p>Trata-se de Auto de Infração lavrado em 12/12/2016, em razão de supostos erros na apuração de créditos de PIS/COFINS e no rateio desses créditos e seus respectivos débitos, em razão das atividades desenvolvidas pela empresa, além de aproveitamento indevido de créditos em função de erro na interpretação da legislação, no valor histórico de R\$ R\$ 6.875.564,50 (períodos de apuração março, maio, outubro a dezembro de 2012). As glosas de créditos referem-se a valores apurados em notas fiscais que não constavam no EFD-Contribuições, à aquisição de bens e serviços utilizados como insumos, a despesas com armazenagem de mercadoria e frete nas operações de venda, a depreciações de máquinas e equipamentos incorporados ao ativo imobilizado quando aplicados na atividade varejista e contraprestações de arrendamento mercantil.</p> <p>Em 10/01/2017, foi apresentada Impugnação, a qual foi julgada parcialmente procedente em 08/03/2018, tendo sido reduzidos os valores exigidos a título de PIS e de COFINS em R\$ 118.785,61 e R\$ 547.133,75 respectivamente, em razão do reconhecimento aos créditos relativos a valores pagos a título de arrendamento mercantil e de despesas com armazenamento e frete na operação de venda, mantendo-se os demais pontos da autuação.</p> <p>Em 13/04/2018, a RV Tecnologia e Sistemas S.A. apresentou Recurso Voluntário, ao qual foi negado provimento em 17/11/2020.</p> <p>Em 11/02/2021, a RV Tecnologia e Sistemas S.A. apresentou Recurso Especial, ao qual foi negado seguimento em decisão da qual a empresa teve ciência em 27/05/2021. Em face dessa decisão, foi interposto Agravo em 31/05/2021, o qual aguarda apreciação.</p> |
| g. chance de perda | Possível |
| h. análise do impacto em caso de perda | Em caso de decisão final desfavorável, a discussão poderá ser levada ao judiciário. Caso, nessa etapa, sobrevenha nova decisão final desfavorável, o impacto consistirá no desembolso de valores. |

| Processo administrativo nº NFL 12.2020 PTA 10334/2020 (Processo de execução fiscal) | |
|---|---|
| a. juízo | Fazenda Municipal de Salvador |
| b. instância | 1ª instância |
| c. data de instauração | 05/02/2020 |
| d. partes no processo | Autor: Fazenda Municipal de Salvador Réu: RV Tecnologia e Sistemas S.A. |
| e. valores, bens ou direitos envolvidos | R\$7.345.262,42 (em junho de 2021) |
| f. principais fatos | <p>Trata-se de Auto de Infração lavrado em 05/02/2020 pela Coordenadoria de Fiscalização - CIF, relativo à "falta de declaração ou declaração incorreta, por meio da Nota Fiscal Salvador (NFse), do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)", por pretensa prestação de serviços enquadrados nos itens 10.05 e 10.10 da Lista de Serviços anexa à Lei 7.186/2006 (e alterações posteriores).</p> <p>Impugnação protocolada em 18/03/2020 pelos Correios, demonstrando que a Cia não realiza prestação de serviços na natureza fiscalizada, mas sim a operação de compra/venda (regulamentada pelo estado). De acordo com</p> |

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

| | |
|---|---|
| | <p>movimentação do processo no site da Prefeitura (http://www.sefaz.salvador.ba.gov.br/ProcessoADM), a impugnação foi julgada improcedente em 29/04/2020. Julgamento em 1ª Instância Administrativa publicado em 12/11/2020, sob alegação de que teria havido preclusão consumativa do direito de recorrer. Foi interposto o Mandado de Segurança nº 8016507-47.2021.8.05.0001 para reverter a decisão e dar seguimento ao processo administrativo. Processo enviado para o SEINSCR em 26/01/2021.</p> <p>Os débitos objeto deste Auto de Infração também são discutidos no âmbito da Execução Fiscal nº 8008229-57.2021.8.05.0001.</p> |
| g. chance de perda | Possível |
| h. análise do impacto em caso de perda | Em caso de decisão final desfavorável no Mandado de Segurança, a Execução Fiscal terá seu regular prosseguimento, cabendo a Cia realizar posteriores contestações judiciais para comprovação dos fatos narrados. Em caso de decisão final desfavorável na Execução Fiscal e posteriores impugnações (em outras esferas), o impacto consistirá no desembolso de valores. |

| Processo administrativo nº AI 880004 PTA 10309/2020 | |
|--|--|
| a. juízo | Secretaria da Fazenda do Município de Salvador |
| b. instância | 1ª instância |
| c. data de instauração | 05/02/2020 |
| d. partes no processo | Autor: Município de Salvador Réu: RV Tecnologia e Sistemas S.A. |
| e. valores, bens ou direitos envolvidos | R\$4.407.157,46 (em junho de 2021) |
| f. principais fatos | <p>Trata-se de Auto de Infração lavrado em 05/02/2020 pela Coordenadoria de Fiscalização - CIF, relativo à “falta de emissão de Nota Fiscal Eletrônica de Prestação de Serviços (NFse), conforme especificado no Termo de Fiscalização, combinado com o não recolhimento integral do ISS devido”, por pretensa prestação de serviços enquadrados nos itens 10.05 e 10.10 da Lista de Serviços anexa à Lei 7.186/2006 (e alterações posteriores).</p> <p>Impugnação protocolada em 18/03/2020 pelos Correios, demonstrando que a Cia não realiza prestação de serviços na natureza fiscalizada, mas sim a operação de compra/venda (regulamentada pelo estado). Aguardar julgamento em 1ª instância administrativa. Julgamento em 1ª Instância Administrativa publicado em 12/11/2020, sob alegação de que teria havido preclusão consumativa do direito de recorrer. Foi interposto o Mandado de Segurança nº 8016507-47.2021.8.05.0001 para reverter a decisão e dar seguimento ao processo administrativo. Processo remetido para o SEJUL em 08/03/2021. Processo remetido para o Setor de Cobrança e Parcelamento (SECOP) em 14/04/2021.</p> <p>Os débitos objeto deste Auto de Infração também são discutidos no âmbito da Execução Fiscal nº 8008229-57.2021.8.05.0001.</p> |
| g. chance de perda | Possível |
| h. análise do impacto em caso de perda | Em caso de decisão final desfavorável no Mandado de Segurança, a Execução Fiscal terá seu regular prosseguimento, cabendo a Cia realizar posteriores contestações judiciais para comprovação dos fatos narrados. Em caso de decisão final desfavorável na Execução Fiscal e posteriores impugnações (em outras esferas), o impacto consistirá no desembolso de valores. |

| Processo Administrativo nº 2020057445 | |
|--|-----------------------------|
| a. juízo | Fazenda Estadual do Sergipe |
| b. instância | 1ª instância |
| c. data de instauração | 29/09/2020 |

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

| | |
|--|---|
| d. partes no processo | Autor: Secretaria da Fazenda do Estado do Sergipe (SEFAZ/SE) Réu: RV Tecnologia e Sistemas S.A. |
| e. valores, bens ou direitos envolvidos | R\$1.155.656,17 |
| f. principais fatos | Trata-se de Auto de Infração lavrado em 29/09/2020, pela SEFAZ/Grupo de Restaurantes, Serviços e Outros, que apurou pretensas irregularidades no período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro/2017, decorrentes de suposta "entrada (recebimento) de mercadorias desacobertadas de documentação fiscal prevista no Regulamento do ICMS, ensejando a base de cálculo de R\$ 88.458,116 (nove milhões, seiscentos e noventa e nove mil, cento e noventa e nove reais e sessenta e seis centavos), conforme documentação probante do alegado". Julgamento em 1ª Instância pela procedência do Auto de Infração. Recurso voluntário protocolado em 03/02/2021. |
| g. chance de perda | Possível |
| h. análise do impacto em caso de perda | Em caso de decisão final desfavorável, a discussão poderá ser levada ao judiciário. Caso, nessa etapa, sobrevenha nova decisão final desfavorável, o impacto consistirá no desembolso de valores. |

| Processo Administrativo nº 10580.731618/2013-18 | |
|---|---|
| a. juízo | Receita Federal |
| b. instância | CARF (1ª instância) |
| c. data de instauração | 17/12/2013 |
| d. partes no processo | Autor: Receita Federal Réu: BM Logística, Comércio e Serviços Ltda. |
| e. valores, bens ou direitos envolvidos | R\$ 2.516.570,33 (em junho de 2021) |
| f. principais fatos | Trata-se de Auto de Infração lavrado em 17/12/2013, sendo lançado crédito de Cofins (R\$ 1.113.216,09) e PIS (R\$ 241.685,08), competências 01/2009 e 02/2009, referente a supostas deduções indevidas realizadas pela Autuada. Apresentada Impugnação em 16/01/2014, pugnando a anulação do auto, por se tratarem de descontos incondicionais concedidos a seus clientes. Aguarda julgamento desde 29/08/2014 (Localização atual: DEL REC FED JULGAMENTO-RIBEIRAO PRETO-SP). Processo remetido em 08/12/2016 para o CENTRO NAC GESTAO DE PROCESSO-DRJ-RPO-SP. Processo remetido em 22/08/2019 para a Delegacia de Julgamento da Receita Federal em Curitiba/PR. Autos remetidos para a Delegacia da Receita Federal na Bahia em 02/12/2019. Decisão de 1ª Instância proferida em 27/11/2019, indeferindo a impugnação. Recurso Voluntário apresentado em 28/01/2020. Determinada remessa do processo para o CARF em 03/02/2020. Processo recebido no CARF em 22/04/2020. |
| g. chance de perda | Possível |
| h. análise do impacto em caso de perda | Em caso de decisão final desfavorável, a discussão poderá ser levada ao judiciário. Caso, nessa etapa, sobrevenha nova decisão final desfavorável, o impacto consistirá no desembolso de valores. |

| Processo Administrativo nº 15588.720288/2021-99 | |
|---|--|
| a. juízo | Receita Federal |
| b. instância | CARF (1ª instância) |
| c. data de instauração | 19/05/2021 |
| d. partes no processo | Autor: Receita Federal Réu: BM Logística, Comércio e Serviços Ltda. |
| e. valores, bens ou direitos envolvidos | R\$ 1.668.819,23 (em junho de 2021) |

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

| | |
|---|--|
| f. principais fatos | Trata-se de Auto de Infração lavrado em 19/05/2021, sendo lançado crédito de Cofins (R\$ 1.365.519,95) e PIS (R\$ 296.461,43), competências 01/2017 a 12/2017, sobre valores de CANVAS recebidos via desconto de nota fiscal de compra. Impugnação protocolada em 18/06/2021, aguardando julgamento. |
| g. chance de perda | Possível |
| h. análise do impacto em caso de perda | Em caso de decisão final desfavorável, a discussão poderá ser levada ao judiciário. Caso, nessa etapa, sobrevenha nova decisão final desfavorável, o impacto consistirá no desembolso de valores. |

Processos de natureza trabalhista e previdenciária

Em 30 de junho de 2021, a Companhia e suas controladas figuravam como parte no polo passivo em aproximadamente 67 processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista e previdenciária. De acordo com a análise dos advogados externos da Companhia, em 30 de junho de 2021, o valor total envolvido nos processos com chance de perda remota, possível e provável era de R\$ 16 mil, R\$ 411 mil e R\$ 575 mil, respectivamente. Em 30 de junho de 2021, a Companhia possuía R\$ 891 mil provisionado para processos de natureza trabalhista e previdenciária. Em 30 de junho de 2021, não havia processo administrativo ou judicial de natureza trabalhista e previdenciária que se enquadrar nos critérios de relevância de divulgação utilizados para a elaboração deste item.

Processos de natureza cível e outros

Em 30 de junho de 2021, a Companhia era parte no polo passivo em 81 processos cíveis judiciais e 7 processos cíveis administrativos, figurando como parte no polo ativo ou passivo. De acordo com a análise dos advogados externos da Companhia, em 30 de junho de 2021, o valor total envolvido nos processos com chance de perda remota, possível e provável era de R\$ 79 mil, R\$ 562 mil e R\$ 15 mil, respectivamente, dos quais R\$15 mil foram provisionados.

Dentre os processos de natureza cível e outros individualmente relevantes para a Companhia, em 30 de junho de 2021, destacam-se em razão do valor e/ou de seu objeto os seguintes:

| Processo nº 0028624-95.2018.8.17.2001 | |
|--|---|
| a. juízo | 18ª Vara Cível da Comarca de Recife/PE |
| b. instância | 1ª Instância |
| c. data de instauração | 18/11/2018 |
| d. partes no processo | Autor: VALLE CARD DISTRIBUIDORA DE CARTAO DE TELEFONE LTDA Réu: BM Logística, Comércio e Serviços Ltda. |
| e. valores, bens ou direitos envolvidos | R\$ 6.746.775,86 (Valor da causa) |
| f. principais fatos | Trata-se de ação de rescisão contratual motivada pelo descumprimento da Ré quanto ao CONTRATO PARTICULAR DE CESSÃO DE DIREITO DE USO DE PLATAFORMA TECNOLÓGICA, LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E OUTRAS AVENÇAS entabulado entre as partes. Por meio da presente ação a Valle Card pediu, dentre o mais: i) seja declarado rescindido o contrato pactuado entre as partes; e ii) seja a Requerida condenada ao pagamento do valor de R\$ 6.746.775,86. Foi designada audiência de conciliação para o dia 22/11/2018 às 09:00. Audiência conciliação realizada sem acordo. Contestação apresentada. A Autora apresentou réplica. As Rés foram intimadas para se manifestarem sobre os documentos juntados com a réplica. Em 12/06/2020, foi proferido despacho, o qual deixou de apreciar a produção de prova oral, tendo em vista a imprevisibilidade da retomada do trabalho presencial. Determinou a intimação das partes, para apontarem as matérias que consideram incontroversas e controversas. Petições apresentadas por ambas as partes. |
| g. chance de perda | Possível |
| h. análise do impacto em caso de perda | Caso sejam proferidas decisões desfavoráveis nos processos mencionados, a Companhia poderá ser obrigada a desembolsar, em definitivo, os valores em discussão. |

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.3

Em 30 de junho de 2021, a Companhia possuía o valor de R\$ 39.052 mil provisionado para contingências cíveis, trabalhistas e tributárias, sendo que não havia valores provisionados para os processos individualmente descritos no item 4.3 deste Formulário de Referência.

As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processo com chance de perda provável.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores**4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores**

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, não havia processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos nos quais a Companhia ou controladas fossem parte, tendo como partes contrárias administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4

Não aplicável, tendo em vista que nenhum dos processos descritos no item 4.4 deste Formulário de Referência teve valor provisionado.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas não figuravam como partes em processos sigilosos relevantes que não tenham sido divulgados nos itens anteriores.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Na data deste Formulário de Referência, não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes para a Companhia.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.6

Não aplicável, tendo em vista que nenhum dos processos descritos no item 4.6 deste Formulário de Referência teve valor provisionado.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

4.7 - Outras contingências relevantes

Não existem outras contingências relevantes que não tenham sido divulgadas neste item 4 do Formulário de Referência.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

(a) restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(b) restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(c) hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(d) hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(e) outras questões do interesse dos investidores

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

5.1 - Descrição da política de gerenciamento de riscos

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos

A Companhia adota uma Política de Gerenciamento de Riscos a qual foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de agosto de 2021 e estabelece os princípios e parâmetros a serem observados no gerenciamento de riscos da Companhia, de modo a identificar, avaliar, prever e monitorar os riscos aos quais está sujeita (“**Política de Gerenciamento de Riscos**”).

A Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia foi elaborada com base em recomendações metodológicas de referência, tais como: (i) COSO - ERM (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – Framework (“COSO”)); (ii) o Regulamento do Novo Mercado da B3; (iii) o Código de Conduta da Companhia; (iv) a Política de Divulgação de Informações da Companhia; (v) a Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia; e (vi) a Política de Transações entre Partes Relacionadas da Companhia.

A Política de Gerenciamento de Riscos pode ser acessada: (i) na sede da Companhia Avenida do Contorno, nº 5.351, 11º andar, conjunto 1106, Bairro Cruzeiro, CEP 30.110-923, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais; (ii) no website da Companhia (rvdigitalbrasil.com.br/ri); e (iii) no website da CVM (www.gov.br/cvm).

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

As políticas e práticas adotadas pela Companhia buscam a adequação às melhores práticas de gerenciamento de riscos, controles internos e governança corporativa, estabelecendo os princípios e parâmetros a serem observados com relação ao processo de gerenciamento de riscos, com vistas a identificar, avaliar, priorizar e gerenciar os riscos. O gerenciamento de riscos é fundamental para a estratégia da Companhia, provendo um procedimento de identificação de riscos aplicável às atividades atuais e futuras da Companhia.

(i) riscos para os quais se busca proteção

A Política de Gerenciamento de Riscos visa à gestão dos seguintes tipos de risco aos quais a Companhia está sujeita:

- *Risco Estratégico*: risco de implementação de uma estratégia errada, inadequada ou ineficaz que deixe de atingir os objetivos da Companhia;
- *Risco Operacional*: risco de prejuízo devido a falhas, deficiências ou inadequação de processos, pessoal e sistemas internos de suporte às atividades da Companhia ou, ainda, eventos externos, incluindo, mas não se limitando, risco de *compliance* associado à inadequação ou deficiência em contratos, assim como sanções devidas ao não cumprimento de leis e regulamentos e indenizações de danos causados a terceiros resultantes das atividades da Companhia. Também inclui fraudes internas e externas;
- *Risco de Imagem*: risco de prejuízo decorrente da exposição negativa da marca em redes sociais, por meio de reclamações, mensagens e comentários divulgados pelos clientes;
- *Risco de Infraestrutura de Sistema de Tecnologia da Informação*: risco de falhas nos serviços de infraestrutura de tecnologia da informação, incluindo anomalias nos indicadores de serviços, servidores, bancos de dados e *endpoints* de terceiros, bem como lentidões e oscilações na plataforma, que podem acarretar a redução ou interrupção total ou parcial das atividades;

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- *Risco de Vendas:* risco de oscilações nos níveis de transações realizadas na plataforma, loja física e quiosques da Companhia, que podem estar limitados a um segmento específico ou envolver as vendas de uma maneira geral. Os Riscos de Vendas podem decorrer de uma deficiência na estratégia ou incentivos de *marketing*, em problemas envolvendo determinado grupo de produtos, em instabilidades e falhas verificadas nos sistemas de meio de pagamento, no carregamento do checkout (hipótese em que tratar-se-á também de um Risco de Infraestrutura de Sistema de Tecnologia da Informação), bem como falhas em abastecimento de mercadorias na plataforma e transporte;
- *Risco de Liquidez:* risco de falta de capacidade financeira da Companhia, ou a sua falta de capacidade de se financiar para pagar suas dívidas previstas e imprevistas, efetivas e futuras, incluindo operações com garantias, sem afetar suas operações do dia a dia e sem incorrer em perdas significativas;
- *Risco de Compliance:* risco de estar sujeito a quaisquer sanções legais de cunho reputacional ou regulatórias, ou prejuízo financeiro que a Companhia possa sofrer em decorrência de sua falha em cumprir as leis e regulamentos aplicáveis, políticas internas, códigos de conduta e padrões de boas práticas;
- *Risco de Informação:* risco relacionado à perda, ao mau uso ou à divulgação não autorizada de dados pessoais sensíveis ou informações confidenciais de clientes, fornecedores, parceiros de negócios, acionistas internos ou externos que possam causar danos ou transtornos a qualquer indivíduo, ameaçar os negócios da Companhia ou prejudicar sua reputação; e
- *Risco Estrutural do Meio de Pagamento:* risco relacionado à interrupção estrutural das operações desenvolvidas pelas empresas de meio de pagamento que prestam serviços para a Companhia, o que pode vir a prejudicar o fluxo de pagamento relacionado às atividades da Companhia. O Risco Estrutural do Meio de Pagamento é mitigado em razão do fato de a Companhia contar com mais de um meio de pagamento em funcionamento, podendo direcionar as transações de um sistema para o outro.

(ii) instrumentos utilizados para proteção

Com base no *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – Enterprise Risk Management Framework* (COSO), a Companhia estabelece um processo de gerenciamento dos riscos que engloba os seguintes componentes:

- **ambiente interno** – envolve o estabelecimento da base de como riscos e controles são visualizados e tratados pelos empregados da Companhia;
- **fixação de objetivos** – pressupõe a certificação de que a administração dispõe de um processo para fixar objetivos e que os objetivos escolhidos se alinharam à missão e aos princípios da Companhia;
- **identificação de eventos** - inclui a identificação de fatores internos e externos que possam afetar adversamente as estratégias de negócios e as metas da Companhia;
- **avaliação do risco** – análise dos riscos identificados para formar uma base para determinar como deverão ser gerenciados;
- **resposta ao risco** – a administração deve implementar um conjunto de iniciativas e planos de ação para mitigar riscos quando for o caso, com base no perfil de risco na Companhia;

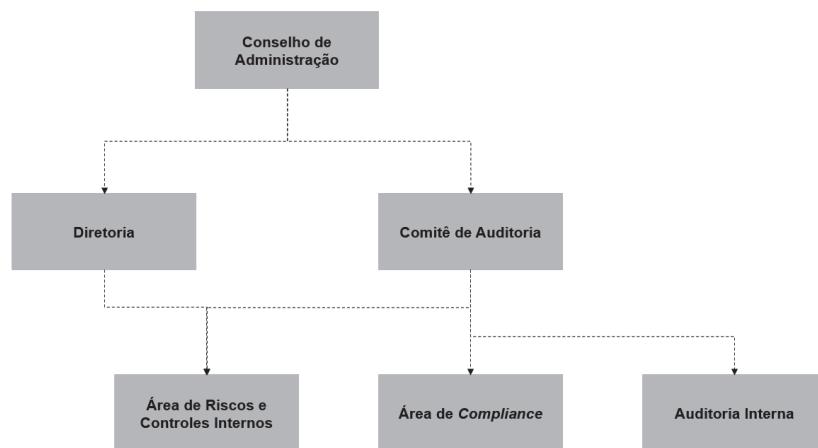
5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- **atividades de controle** – inclui o estabelecimento e a execução de políticas e procedimentos para auxiliar a garantir que a estrutura selecionada de resposta ao risco é adequada e a gestão dos mesmos seja efetivamente realizada;
- **informação e comunicação** – as informações relevantes são identificadas, capturadas e comunicadas em formato e prazo que permitam às pessoas desempenhar suas atribuições; e
- **monitoramento** – revisão e atualização permanentes do processo de gestão de riscos da Companhia para garantir que esta esteja apta a reagir prontamente a circunstâncias diferentes e inesperadas.

A Companhia garantirá que haja suficiente flexibilidade para reagir rapidamente e para mitigar adequadamente os riscos que está exposta. A Companhia reconhece que tais riscos podem ser efetivamente gerenciados se essa gestão estiver incutida na cultura da Companhia. O processo de gerenciamento de riscos será realizado por meio de auditoria interna e externa visando a minimizar as consequências da ocorrência de um risco com base em impacto e probabilidade, reconhecendo-se que o risco propriamente dito pode não ser eliminado.

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos é composta pelo Conselho de Administração, pela Diretoria, pelo Comitê Financeiro e de Auditoria, pela Área de Riscos e Controles Internos, pela Área de *Compliance* e pela Auditoria Interna, da seguinte forma:



A Companhia adota uma estrutura de detecção e prevenção de riscos compostas por três linhas de defesa, de forma que:

1^a Linha de Defesa: a primeira linha de defesa é composta (a) pelos colaboradores e gestores de cada área, sendo que cada colaborador é responsável por detectar quaisquer riscos no dia-a-dia de suas atribuições e informá-lo aos seus gestores; e (b) pelos Donos dos Riscos, responsáveis diretos pela execução de seus processos, detecção dos Riscos respectivos e implementação das respostas.

2^a Linha de Defesa: a segunda linha de defesa é composta pela Área de Riscos e Controles Internos e pela Área de *Compliance*, as quais não acumulam atividades operacionais no desempenho de suas funções. Tais áreas se reportam ao Comitê Financeiro e de Auditoria em relação a atividades

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

relacionadas a controles internos, *compliance* e gerenciamento de riscos. A Área de Riscos e Controles Internos também se reporta à Diretoria com relação ao gerenciamento de riscos.

3^a Linha de Defesa: a terceira linha de defesa é composta pela área de Auditoria Interna, que responsável por fornecer avaliações com maior nível de independência à administração, especialmente no que tange controles internos para identificação de desvios operacionais e financeiros decorrentes de falhas e/ou fraudes.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia será responsável por:

- (i) determinar o Apetite por Ricos e estabelecer a cultura da gestão do risco dentro da Companhia, especialmente com relação a novas iniciativas e riscos emergentes;
- (ii) tomar as decisões principais com relação ao processo de gestão de riscos da Companhia, incluindo os que possam afetar o perfil de risco ou exposição da Companhia;
- (iii) avaliar a efetividade do sistema de controles internos, com o assessoramento do Comitê Financeiro e de Auditoria;
- (iv) aprovar quaisquer mudanças nesta Política; e
- (v) revisar, monitorar e aprovar as estratégias gerais da Companhia para a gestão do risco e os papéis e relatórios elaborados pelo Comitê Financeiro e de Auditoria e pelas áreas de riscos e controles internos e *compliance*.

Diretoria

A Diretoria da Companhia será responsável por:

- (i) implementar as estratégias da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração com relação à Gestão do Risco;
- (ii) propor diretrizes e estratégias para a Gestão de Riscos da Companhia;
- (iii) propor ao Conselho de Administração o Apetite por Risco da Companhia;
- (iv) conduzir uma revisão periódica desta Política e apresentar quaisquer sugestões ao Conselho de Administração;
- (v) avaliar periodicamente a Avaliação de Risco, relatando quaisquer descobertas ao Conselho de Administração;
- (vi) avaliar e monitorar os Riscos aos quais a Companhia está exposta;
- (vii) Reportar o status das ações para a mitigação dos riscos ao Conselho de Administração;
- (viii) identificar quaisquer Riscos antecipadamente e conduzir o Gerenciamento de Risco correlata;
- (ix) definir os Donos dos Riscos e apoiá-los na definição do plano de resposta aos riscos; e
- (x) auxiliar na elaboração dos relatórios relacionados ao Gerenciamento do Risco.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Comitê Financeiro e de Auditoria

O Comitê Financeiro e de Auditoria da Companhia estará encarregado de:

- (i) rever o cumprimento pela Companhia das leis, padrões e regulamentos aplicáveis;
- (ii) avaliar e analisar o uso e a confiabilidade dos controles internos, riscos de *compliance* e corporativos;
- (iii) monitorar as exposições de Risco da Companhia;
- (iv) avaliar a adequação da estrutura operacional, de controles internos e de gerenciamento de riscos, reportando-se ao Conselho de Administração;
- (v) fiscalizar o desempenho de terceiros contratados para dar suporte ao staff designado para desempenhar funções de *compliance*, controles internos e risco corporativo;
- (vi) revisar as principais políticas da Companhia, incluindo as políticas internas e o Código de Conduta Ética, propondo quaisquer mudanças ao Conselho de Administração;
- (vii) coordenar e monitorar as atividades de canal de denúncias (*whistleblower*) e ouvidoria (*ombudsman*), assegurando a autonomia, sigilo, confidencialidade e um ambiente livre de retaliações;
- (viii) avaliar e monitorar os Riscos aos quais a Companhia está exposta;
- (ix) investigar e monitorar eventos que possam prejudicar os controles internos e a política de *compliance* da Companhia;
- (x) fornecer treinamento recorrente ao pessoal da Companhia com vistas a assegurar que sejam capazes de identificar, evitar, avaliar, monitorar e mitigar Riscos;
- (xi) opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- (xii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia; e
- (xiii) acompanhar as atividades da auditoria interna, da área de *compliance* e da área de controles internos da Companhia.

Área de Riscos e Controles Internos

Os colaboradores da Companhia designados para desempenhar funções de controles internos e gestão de riscos corporativos estarão encarregados de:

- (i) conhecer e transmitir conhecimento sobre riscos e Gestão de Riscos aos colaboradores, buscando disseminar uma cultura de Gestão de Riscos, incluindo por meio de treinamentos;
- (ii) coordenar e monitorar o processo de identificação e avaliação dos riscos da Companhia;
- (iii) acompanhar e reportar as mudanças na criticidade dos riscos;
- (iv) auxiliar na definição do Dono do Risco, bem como assessorar e monitorar as ações para a mitigação dos riscos;
- (v) determinar a extensão dos controles sobre a existência dos ativos da empresa e da sua proteção contra todo tipo de perda;

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- (vi) aferir a qualidade e efetividade dos controles contábeis, financeiros e operacionais da Companhia;
- (vii) realizar no mínimo uma revisão anual do sistema de controles internos da Companhia; e
- (viii) coordenar a força de trabalho interna destinada a detectar quaisquer Riscos e monitorar a eficácia do processo de Gerenciamento do Risco.

Área de *Compliance*

Os colaboradores da Companhia designados para desempenhar funções de *compliance* da Companhia responderão diretamente ao Comitê Financeiro e de Auditoria, e estarão encarregados de:

- (i) coordenar e determinar as diretrizes a serem seguidas no tocante aos procedimentos de *compliance*;
- (ii) avaliar e monitorar o Risco de Compliance;
- (iii) monitorar o cumprimento e auxiliar na interpretação de normativos emanados pelos órgãos reguladores a que a Companhia esteja sujeita;
- (iv) mapear e conduzir treinamentos de *compliance*;
- (v) elaborar e manter atualizado o cadastro de pessoas identificadas como Partes Relacionadas, nos termos da Política de Transação entre Partes Relacionadas da Companhia;
- (vi) auxiliar no recebimento de denúncias por meio canal de denúncias (*whistleblower*) e ouvidoria (*ombudsman*);
- (vii) auxiliar na apuração e análise das medidas disciplinares a serem aplicadas em decorrência de violação do Código de Conduta da Companhia; e
- (viii) reportar à Área de Riscos e Controles Internos acerca do gerenciamento de Riscos de *compliance*.

Auditoria Interna

Os colaboradores da Companhia designados para desempenhar funções de auditoria interna responderão diretamente ao Comitê Financeiro e de Auditoria, e estarão encarregados de:

- (i) monitorar, avaliar e realizar recomendações visando a aperfeiçoar os controles internos e as normas e procedimentos estabelecidos pelos administradores;
- (ii) realizar no mínimo uma revisão anual do sistema de controles internos da Companhia;
- (iii) determinar o grau de confiança, das informações e dados contábeis e de outra natureza, preparados dentro da Companhia;
- (iv) avaliar a extensão dos controles sobre a existência dos ativos da empresa e da sua proteção contra todo tipo de perda; e
- (v) avaliar a eficácia, suficiência e aplicação dos controles contábeis, financeiros e operacionais.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Donos dos Riscos

Os responsáveis pelos riscos estarão encarregados de:

- (i) comunicar à Área de Riscos e Controles Internos eventuais mudanças significativas na probabilidade e no impacto ou qualquer outra característica do risco;
- (ii) realizar a revisão técnica do risco, do fator deste risco, das respostas e da avaliação do risco e elaborar a ficha de riscos;
- (iii) implantar ações necessárias, inclusive com o envolvimento de outras áreas, alinhadas ao plano de resposta deliberado pelo Conselho de Administração para a mitigação dos riscos;
- (iv) efetuar reportes periódicos à Área de Riscos e Controles Internos, à Diretoria e ao Comitê Financeiro e de Auditoria e Risco sobre o desenvolvimento de ações para a mitigação dos riscos; e
- (v) operacionalizar os processos de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos.

A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia acima exposta, está formalmente prevista desde a reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 26 de agosto de 2021. A implementação desta estrutura se dá no contexto das atividades preparatórias para a abertura de capital da Companhia e admissão das ações ordinárias de sua emissão para negociação no segmento especial da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) denominado Novo Mercado. A Companhia acredita que está em fase de adaptação e de aprimoramento de relações orgânicas estabelecidas entre as instâncias envolvidas no gerenciamento de riscos.

Para mais informações, veja o fator de risco “As políticas e estruturas de gerenciamento de riscos da Companhia foram criadas recentemente, e parte delas ainda não se encontra totalmente em funcionamento, o que pode gerar efeitos adversos sobre suas atividades” no item 4.1 deste Formulário de Referência.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

O gerenciamento do risco é um elemento crucial das estratégias da Companhia, já que fornece um processo sistemático para identificar riscos relacionados a atividades comerciais novas e correntes. Tal processo envolve a categorização e a avaliação de cada risco e a aplicação de controles gerenciais para mitigar o risco, baseados em um julgamento acerca do impacto provável caso nenhuma medida seja tomada, combinado com uma avaliação da probabilidade de nova ocorrência do risco.

A efetividade da estrutura de gerenciamento de riscos e controles internos é assegurada através da hierarquização das atividades de avaliação de riscos, por meio de um planejamento de demandas realizado pelo Conselho de Administração e pela Diretoria da Companhia, com a atuação dos departamentos citados acima.

A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos é reavaliada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, com assessoramento da Diretoria e do Comitê Financeiro e de Auditoria.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui política formalizada para gerenciamento de riscos de mercado.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui política formalizada para gerenciamento de riscos de mercado.

(i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui política formalizada para gerenciamento de riscos de mercado.

(ii) a estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui política formalizada para gerenciamento de riscos de mercado.

(iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui política formalizada para gerenciamento de riscos de mercado.

(iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui política formalizada para gerenciamento de riscos de mercado.

(v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui política formalizada para gerenciamento de riscos de mercado.

(vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui política formalizada para gerenciamento de riscos de mercado.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui política formalizada para gerenciamento de riscos de mercado.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

5.3 - Descrição controles internos

(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Objetivando assegurar que as demonstrações financeiras sejam elaboradas de forma fidedigna, refletindo consistentemente seus processos operacionais e financeiros e preparadas em conformidade com os requisitos exigidos, a Companhia adota práticas e controles internos para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade na elaboração de suas demonstrações financeiras.

Mensalmente, a gerência de contabilidade, controladoria e a diretoria financeira da Companhia revisam o fechamento contábil com vistas a assegurar sal adequação e confiabilidade.

Os fluxos de processos e os sistemas são reavaliados para aferir a efetividade dos controles existentes. Os valores e o sistema de gestão de riscos e controles internos da Companhia, são a base do ambiente de controle. A Companhia revisa seus riscos, sistemas e segregação de tarefas, buscando que as transações sejam registradas e reportadas por completo e corretamente.

A Companhia adota rotinas de conciliações diárias ou mensais (dependendo do volume de transações), processos mensais de fechamento contábil, bem como elabora cronogramas e disponibiliza documentação para a auditoria externa.

Os departamentos internos da Companhia também mantêm reuniões periódicas para levantamento e confirmações de informações incluídas nas demonstrações financeiras.

Os controles internos da Companhia são utilizados na avaliação e no monitoramento de suas operações. Essa avaliação de controles internos prevê as seguintes atividades:

- (a) Revisão de processos e controles;
- (b) Verificação de consistência dos lançamentos contábeis por meio de conciliações;
- (c) Revisão analítica das demonstrações financeiras;
- (d) Monitoramento regulatório;
- (e) Verificação comparativa entre orçado versus realizado por todas as áreas, para análise de desvios e potenciais ajustes nas informações contábeis; e
- (f) Revisão pela Diretoria Financeira das demonstrações financeiras e relatórios de notas explicativas.

As demonstrações financeiras da Companhia são auditadas anualmente.

As atividades de controle da Companhia incluem instruções, orientações e procedimentos na tentativa de que as ações identificadas pela administração para endereçar os riscos relevantes sejam realizadas com efetividade. A efetividade dos controles é monitorada como parte da gestão, já que um controle inicialmente eficaz pode tornar-se ineficaz devido a alterações no ambiente operacional. Mudanças nos controles também podem ocorrer devido a mudanças nos processos, nos sistemas de tecnologia da informação ou de pessoal.

Os controles internos adotados pela Companhia para elaboração das demonstrações financeiras possuem limitações, podendo não prevenir ou detectar determinadas falhas. Este risco integra o Risco Operacional a que se refere o item 5.1 deste Formulário de Referência e está sob responsabilidade da área de controladoria.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

(b) estruturas organizacionais envolvidas

A área de Contabilidade é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras mensais, atendimento aos auditores externos e redação das notas explicativas.

O processo de revisão das demonstrações financeiros é realizado pela contabilidade utilizando os relatórios e documentos disponibilizados pelas demais áreas da Companhia. Participa também do processo de revisão a diretoria executiva (incluindo o Diretor Financeiro).

Os controles internos destinados à elaboração de demonstrações confiáveis são avaliados e reportados em relatório elaborado bimestralmente pela Auditoria Interna, posteriormente consolidado em relatório elaborado pela mesma área a partir de todos os relatórios integrantes do primeiro nível do sistema estruturado de gerenciamento de riscos da Companhia.

Este relatório consolidado, contendo as conclusões e avaliação da Auditoria Interna sobre os procedimentos de gerenciamento de riscos da Companhia é então submetido à análise do Comitê Financeiro e de Auditoria para monitoramento e análise da adequação dos procedimentos adotados e identificação de novos riscos.

Com base nesse fluxo de informação incorporado nos relatórios periódicos, o Comitê Financeiro e de Auditoria reporta semestralmente suas conclusões e sua avaliação sobre a confiabilidade dos controles internos da Companhia ao Conselho de Administração, dando suporte ao monitoramento, à aprovação e revisão das estratégias de gerenciamento de riscos da Companhia pelo Conselho de Administração.

Conforme exposto no item 5.1(b) deste Formulário de Referência, a estrutura de controles internos da Companhia acima exposta, está formalmente prevista desde a reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 26 de agosto de 2021. A Companhia acredita que está em fase de adaptação e de aprimoramento de relações orgânicas estabelecidas entre as instâncias envolvidas no gerenciamento de riscos.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Companhia possui uma área de Controladoria que é responsável por supervisionar os controles internos e a efetividade de seu funcionamento, reportando ao Diretor Financeiro, para atualização dos processos e aplicação de eventuais mudanças e melhorias necessárias dos controles internos.

A Área de Riscos e Controles Internos é responsável por aferir a qualidade e efetividade dos controles contábeis, financeiros e operacionais da Companhia, reportando-se ao Comitê Financeiro e de Auditoria e a Diretoria da Companhia.

A área de Auditoria Interna, é responsável por monitorar e avaliar o funcionamento dos controles internos e o grau de confiança das informações contábeis, reportando às áreas responsáveis os assuntos levantados, e fornecendo relatórios de conclusão de seus trabalhos para o Comitê Financeiro e de Auditoria da Companhia, que se reporta ao Conselho de Administração. A Auditoria Interna deve realizar, no mínimo, uma revisão anual do sistema de controles internos da Companhia.

Com o apoio da Auditoria Interna, o Comitê Financeiro e de Auditoria atua para monitorar sistematicamente o gerenciamento de riscos da Companhia, inclusive especificamente para rever o cumprimento da lei, padrões e regulamentos aplicáveis, avaliar o uso e a confiabilidade dos controles internos, bem como monitorar e investigar eventos que possam prejudicar os controles internos da Companhia.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

A Diretoria também atua na supervisão da eficiência dos controles internos, incumbindo-lhe reexaminar periodicamente os riscos e relatar quaisquer descobertas ao Conselho de Administração.

Por fim, o Conselho de Administração, com suporte das áreas supramencionadas, deverá monitorar, revisar e aprovar as estratégias da Companhia para a gestão dos riscos, controles internos e governança da Companhia.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presente no relatório do auditor independente

Até a data deste Formulário de Referência, não houve emissão do relatório de recomendações pelos auditores independentes da Companhia com relação às deficiências nos controles internos identificadas no período de três meses encerrado em 30 de junho de 2021. De acordo com as normas aplicáveis, o auditor independente deve emitir tal relatório em até 60 dias da emissão do relatório de auditoria.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não aplicável, tendo em vista que até a data deste Formulário de Referência, não houve emissão do relatório de recomendações pelos auditores independentes da Companhia com relação às deficiências nos controles internos identificadas no período de três meses encerrado em 30 de junho de 2021.

5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Mecanismos e procedimentos internos de integridade

(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

A Companhia possui compromisso com a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública. A fim de consolidar as diretrizes que pautam a sua atuação corporativa, a Companhia estruturou algumas de suas práticas em seu Código de Conduta (“**Código**”), o qual foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de agosto de 2021, aplicável a todos os seus colaboradores, independentemente de sua posição hierárquica, parceiros comerciais, fornecedores, prestadores de serviço ou quaisquer outros terceiros que atuem em nome da Companhia, o qual poderá ser acessado por meio do website da Companhia <rvdigitalbrasil.com.br/ri>.

O Código contém normas internas voltadas à integridade, que reúnem um conjunto de mecanismos e procedimentos internos utilizados na prevenção, detecção e combate a desvios de conduta e descumprimento da legislação aplicável, tais como fraudes e corrupção.

(i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor

Os mecanismos e procedimentos de integridade da Companhia são regulados pelo Código de Conduta, o qual reflete a ideologia organizacional da Companhia e busca estabelecer as condutas que orientam o negócio e os relacionamentos da Companhia, por meio de sua governança corporativa e de seus colaboradores, de forma ética, transparente, abordando regras relativas a oferta e recebimento de brindes e presentes, conflitos de interesses, relacionamento com o setor público, entre outros temas de natureza de *compliance* e conduta no ambiente de trabalho, bem como destaca veementemente a intolerância com qualquer prática ilícita ou antiética, como pagamento de suborno, fraude, lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo, cartel, concorrência desleal, tráfico de influências, favorecimentos indevidos, entre outros, seja no relacionamento com o poder público ou na esfera dos relacionamentos privados, especialmente no que concerne a atos de corrupção.

Além disso, a Companhia trata como condutas inadmissíveis e inegociáveis, sendo passíveis de demissão por justa causa, causar prejuízo intencional aos clientes ou à Companhia, práticas de corrupção e práticas de assédio moral/sexual ou discriminação de qualquer natureza.

A reavaliação de riscos e adaptação de políticas é realizada anualmente ou sempre que houver demanda das estruturas organizacionais envolvidas ou mudanças relevantes na Companhia. Para maiores informações sobre a avaliação de riscos, vide item 5.1 deste Formulário de Referência.

(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

Nos termos da Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, a área de *compliance* da Companhia será responsável pela verificação e reporte de exposição, ao Comitê Financeiro e de Auditoria, o qual se reportará ao Conselho de Administração em última instância, de situações que possam vir a representar riscos de *compliance*, bem como coordenar a força de trabalho interna destinada a detectar quaisquer riscos e monitorar a eficácia do processo de gerenciamento dos riscos.

5.4 - Programa de Integridade

A área de *compliance* também é responsável por monitorar o cumprimento das diretrizes previstas no Código de Ética e Conduta pelos colaboradores, fornecedores, prestadores de serviço ou terceiros que atuem em nome da Companhia, reportando-se ao Comitê Financeiro e de Auditoria, o qual se reportará ao Conselho de Administração.

O Comitê Financeiro e de Auditoria é responsável por acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de *compliance*.

A Companhia busca garantir a independência de cada um dos órgãos internos, incluindo o Comitê Financeiro e de Auditoria, concedendo total autonomia para a atuação de cada órgão envolvido no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade.

Conforme exposto no item 5.1(b) deste Formulário de Referência, a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade da Companhia, está formalmente prevista desde a reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 26 de agosto de 2021. A Companhia acredita que está em fase de adaptação e de aprimoramento de relações orgânicas estabelecidas entre as instâncias envolvidas no gerenciamento de riscos.

(iii) código de ética ou de conduta

A Companhia adota Código de Conduta, aprovado pelo Conselho de Administração em 26 de agosto de 2021, o qual reflete sua ideologia organizacional e busca estabelecer as condutas que orientam o negócio e os relacionamentos da Companhia, por meio de sua governança corporativa.

As sanções aplicáveis em caso de violação às regras dispostas no Código de Conduta ou à sua essência, estão previstas na legislação civil, penal e trabalhista aplicável, podendo variar entre advertência, suspensão, destituição de função e dispensa do funcionário.

O Código de Conduta é aplicável a todos os administradores e funcionários da Companhia, abrangendo, inclusive, clientes, prestadores de serviço e fornecedores, visando estabelecer os princípios éticos e de conduta que devem orientar as relações internas e externas da Companhia, e orientar as atitudes e ações da Companhia nas suas diversas relações. Dito isto, as diretrizes e orientações contidas no Código de Conduta são de conhecimento de todos os administradores e funcionários da Companhia, bem como dos demais públicos pertinentes.

A Companhia realiza treinamentos sobre o Código de Conduta com periodicidade anual ou sempre que houver alterações ou atualizações do Código, abrangendo todos os envolvidos.

O Código de Conduta pode ser acessado: (i) na sede da Companhia Avenida do Contorno, nº 5.351, 11º andar, conjunto 1106, Bairro Cruzeiro, CEP 30.110-923, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais; e (ii) no website da Companhia <rvdigitalbrasil.com.br/ri>.

(b) canal de denúncia

A Companhia conta com um canal de denúncias independente, o qual é administrado por empresa especializada e cujas informações são captadas e informadas à área de *compliance*, que se reportará ao Comitê Financeiro e de Auditoria. O Canal de Denúncias pode ser acessado através dos seguintes meios: (i) site rvdigitalbrasil.com.br/fale-conosco; ou (ii) e-mail atendimento@rvdigitalbrasil.com.br; ou (iii) telefone 4004-2627 (capitais) e 0800-7222627 (demais localidades).

5.4 - Programa de Integridade

O Canal Confidencial pode ser utilizado por todos os colaboradores e demais públicos com os quais a Companhia se relaciona, como fornecedores, clientes, prestadores de serviços e investidores.

Para cada registro ou caso, há um protocolo do assunto que pode ser acompanhado dentro dos limites legais e internos de informação, cabendo ao Comitê Financeiro e de Auditoria reportar tais assuntos ao Conselho de Administração, bem como acompanhar a apuração dos fatos.

Este é o único canal oficial de comunicação para que sejam denunciados, inclusive anonimamente, todos os casos de violação ao Código, leis, diretrizes, políticas e normas internas da Companhia ou qualquer atividade suspeita. O canal garante o sigilo e anonimato quanto ao colaborador que realizou a denúncia e trata as informações com a devida diligência e confidencialidade, garantindo o seu correto processamento, investigação imparcial e confidencial. A confidencialidade garante, ainda, que o colaborador de boa-fé que utilizar qualquer meio direto para manifestação ou denúncias de boa-fé não sofrerá nenhuma retaliação ou punição em função disto.

(c) procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares

Além dos mecanismos já descritos neste item 5.4, a Companhia realizará procedimentos em eventuais processos de fusões, aquisições e reestruturações societárias, visando a identificação de vulnerabilidade e de práticas irregulares. Nesse sentido, e com propósito de detectar eventuais fraudes ou quaisquer atos ilícitos pelas empresas envolvidas, a Companhia utiliza-se de assessores externos para a realização destes processos de diligência, que inclui a contratação de auditores contábeis, trabalhistas e tributários com experiência, contratação de escritórios de advocacia conceituados, dentre outros.

(d) razões pelas quais o emissor não adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adota regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.5 - Alterações significativas

5.5 - Alterações significativas

Não houve nenhuma alteração significativa nos riscos aos quais a Companhia está exposta, nem alterações no gerenciamento de seus riscos.

Não há, atualmente, expectativas com relação à redução ou ao aumento relevante na exposição aos principais riscos descritos nos itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6 - Outras informações relevantes

Gerenciamento de Riscos de Mercado

A Companhia não adota uma política específica de gerenciamento de riscos de mercado, no entanto, a Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos, aprovada em 26 de agosto de 2021 pelo Conselho de Administração e descrita no item 5.1 deste Formulário de Referência, a qual traz o processo de gerenciamento de riscos da Companhia de uma maneira geral.

A Companhia está exposta a eventuais prejuízos devido à variação em operações que envolvam flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívidas, no entanto, a Companhia acredita que, na data de apresentação deste Formulário de Referência, tais variações não têm efeito material direto sobre os seus negócios, não possuindo, desta forma, mecanismos para se proteger deste risco de mercado.

A Companhia busca proteção para os riscos descritos no item 4.2 deste Formulário de Referência e nas demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia está exposta a determinados riscos de mercado resultantes do curso normal de seus negócios, incluindo variações nas taxas de juros e taxas de inflação. A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limite de exposição dos mesmos, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado é dada pela própria área de Riscos e Controles Internos e pelo Comitê Financeiro e de Auditoria que são responsáveis pela revisão periódica dos procedimentos realizados pela Diretoria da Companhia na gestão dos riscos de mercado.

Até a aprovação da Política de Gerenciamento de Riscos vigente a Companhia não contava com política formalizada para gerenciamento dos riscos. Não obstante, a Companhia possui histórico consolidado de baixo apetite de risco e sua alta administração mantém uma postura conservadora em relação à assunção de riscos das mais diversas naturezas, tendendo a optar pela segurança em seus processos decisórios.

Com a implementação da Política de Gerenciamento de Riscos aprovada pelo Conselho de Administração e amplamente divulgada à toda a Companhia, a administração da Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada e consegue monitorar os riscos de mercado de maneira eficaz.

Conforme mencionado no item 5.1 deste Formulário de Referência, são realizados levantamentos dos procedimentos de controles para mitigação dos riscos e acompanhamento da evolução da estrutura de controles internos, além do acompanhamento dos planos de ações acordados para aprimoramento da estrutura de controles internos.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 5.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

| | |
|---|--------------------------------|
| Data de Constituição do Emissor | 05/11/2004 |
| Forma de Constituição do Emissor | Sociedade por ações |
| País de Constituição | Brasil |
| Prazo de Duração | Prazo de Duração Indeterminado |
| Data de Registro CVM | Registro Sendo Requerido |

6.3 - Breve Histórico

6.3 - Breve histórico

No início dos anos 2000, um dos fundadores da RV, o Fabiano Chamone, era sócio de algumas lojas de telefonia celular no interior de Minas Gerais e observou que, ao final de cada expediente, as lixeiras das lojas ficavam cheias de cartões pré-pagos raspados (*scratch cards*), usados pelos clientes que adquiriam créditos para seus celulares. Por um lado, esses *scratch cards* viabilizavam a universalização da telefonia, entretanto, por outro, geravam alguns problemas, principalmente por serem distribuídos fisicamente.

O objetivo principal desses *scratch cards* era enviar o código secreto, chamado PIN eletrônico (*Personal Identification Number*) para o usuário inserir em seu aparelho. Os *scratch cards* eram enviados em lotes para as gráficas de segurança imprimirem nos cartões e depois distribuídos por todo o Brasil. Visando simplificar essa estrutura, o Fabiano desenvolveu um *software* para receber os lotes de PINs para serem revendidos eletronicamente por lojas previamente credenciadas, assim, atendendo diretamente aos assinantes de pré-pagos.

Em 2002, em Belo Horizonte, foi criada a Companhia com a primeira razão social, RV Tecnologia e Sistemas Ltda. Posteriormente, em 2006, após a entrada do grupo espanhol Meflur, por meio da aquisição do controle dos sócios fundadores, a Companhia foi transformada em sociedade por ações.

Em 2006, com a entrada do grupo espanhol Meflur, a RV começou entregar os PINs por meio de POS (*Point of Sale*), possibilitando um crescimento na rede de estabelecimentos credenciados, bem como montou uma área de logística para realizar as entregas dos equipamentos POS em regime de comodato. Com isso, e sem a limitação de apenas credenciar estabelecimentos com computadores e impressoras, aumentou a rede de estabelecimentos credenciados, apesar de ainda depender da internet discada.

Em 2007, a evolução dos POS's e o acesso à internet por meio de chips GPRS ou M2M (2G) permitiram à RV um novo aumento na rede de estabelecimentos credenciados.

Entre 2007 e 2008, o modelo PIN *off-line* foi substituído para o modelo *on-line*, onde a plataforma da RV foi integrada diretamente às plataformas das operadoras e os créditos oriundos de recargas adquiridos pelos usuários eram diretamente reconhecidos, em tempo real, sem a necessidade de qualquer digitação.

Em 2008, o Grupo 3P Investimentos, liderado pelo José Paulo Guimarães, adquiriu o controle acionário da RV, pertencente ao grupo espanhol Meflur. Adicionalmente, a RV teve a sua primeira experiência com produtos fora do mundo telecom, com a celebração de contratos de prestação de serviços com um parque aquático, para utilização da plataforma e da estrutura digital para vendas de ingressos, e com a Icatu, para vendas digitais de títulos de capitalização por meio dos POS's.

Em 2009, tendo em vista disciplinar a rotina do consultor no mercado, foi criado o processo de vendas, levando inteligência e produtividade.

Em 2012, a RV ingressou no mercado de integração, que consistia em prestar serviços de integração aos distribuidores regionais junto às operadoras. Adicionalmente, tendo em vista a expertise do Grupo 3P Investimentos e a adoção de um plano que proporcionava, dentre outros fatores, um crescimento orgânico para a RV, com a implantação de processos e estruturas que identificaram oportunidades por região geográfica, com o objetivo de aumentar o *market-share* da RV, pôde-se observar um crescimento em vendas de créditos digitais para telefonia, conquistando a liderança nacional.

6.3 - Breve Histórico

Em 2013, a RV adquiriu uma carteira de contratos/clientes e a marca da Aplic, empresa de tecnologia que liderava a integração de distribuidores TIM no Nordeste.

Em 2017, foi criado o RV Force, um aplicativo que digitalizou grande parte do processo de vendas, auxiliando as vendas em rota, por meio de algoritmos e geo-localizadores.

A experiência adquirida ao longo dos anos tem sido fundamental para enfrentar a difícil conjuntura atual decorrente da pandemia da COVID-19. Para mais informações sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Companhia, vide itens 4.1 e 10.9 deste Formulário de Referência.

Atenta às suas próprias perspectivas de crescimento, assim como à perspectiva de estabilização do mercado financeiro e da economia nacional com a esperada solução da crise sanitária de COVID-19 decorrente do processo de vacinação da população brasileira, em 6 de agosto de 2021, os acionistas da Companhia, em Assembleia Geral, autorizaram o pedido de registro, junto à CVM, de companhia de capital aberto e emissor de valores mobiliários na categoria “A”, conforme a Instrução CVM nº 480.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial**6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial**

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia fundado em valor relevante.

6.6 - Outras Informações Relevantes

6.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 6.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

7.1 - Descrição das atividades principais do emissor e suas controladas

Visão Geral

A RV Tecnologia é uma das principais plataformas de soluções digitais e financeiras do Brasil. Em 2020 foi eleita como o maior canal de vendas de recarga de varejo do Google no mundo. Atuamos majoritariamente no mercado de pequenos e médios estabelecimentos voltados para o consumidor pessoa física e disponibilizamos nossos produtos de forma digital à fintechs e demais instituições financeiras.

Nascemos com o propósito de levar a melhor experiência de conectividade aos nossos clientes e parceiros e com isso democratizar o acesso à telefonia celular no país atendendo de forma agnóstica grandes e pequenas localidades.

Na época, após perceber que os cartões pré-pagos raspados (*scratch cards*), usados pelos clientes que adquiriam créditos para seus celulares, acumulavam desperdícios desnecessários Fabiano Chamone percebeu uma oportunidade para simplificar o uso dos mesmos através de um software, que viria receber PINs para serem revendidos eletronicamente nos estabelecimentos físicos. A partir deste momento, nasce em 2002 a RV Tecnologia a fim de fomentar um mercado ainda pouco explorado e com claras avenidas de crescimento no longo prazo.

Oferecemos aos nossos clientes e parceiros um ecossistema integrado com soluções digitais e financeiras, buscando aproxima-los de seus potenciais consumidores. Nossa tecnologia permite que os clientes e parceiros ofereçam mais produtos em seus portfólios e atraiam novos consumidores interessados. Ocupamos posições de destaque liderando o mercado de telecomunicação por meio de recargas de celulares e vendas de chips. A partir de 2012, a Companhia decidiu acelerar o desenvolvimento de diversas novas soluções por meio de seus canais digitais, além do segmento B2B2C, visando aumentar a presença online e melhorar o posicionamento da marca. Hoje, a RV Tecnologia está preparada para dar sequência no seu crescimento e acelerar novas frentes de negócios para fortalecer o seu portfólio de produtos e serviços, bem como aumentar sua capilaridade no território nacional buscando o domínio do mercado doméstico nos segmentos em que atua.

Destaques Financeiros e Operacionais da Companhia

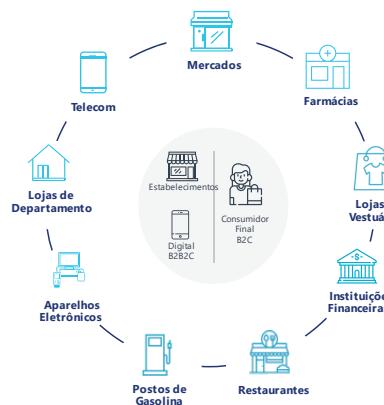


Fonte: Companhia

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

O ecossistema completo construído ao longo de toda trajetória da Companhia permite hoje a materialização do seu propósito e o apoio a seus clientes. A RV atende todos os tipos de estabelecimentos comerciais, tendo como a maior parte de sua carteira pequenos e médios estabelecimentos comerciais. São oferecidos a eles serviços pré-pagos (recarga celular, produtos pré-pagos não-telecom, cartões de transporte, entre outros), serviços financeiros (pagamento de contas, maquininhas de débito/crédito e correspondente bancário) e soluções de mídia digital (*Media Out of Home*). Dentre os estabelecimentos atendidos, verifica-se mercados, farmácias, lojas de vestuário, restaurantes, postos de gasolina, entre outros. Os pontos de venda que aparecem com maior destaque são os mercados e farmácias.

Visão Geral do Negócio e Breakdown por Estabelecimento



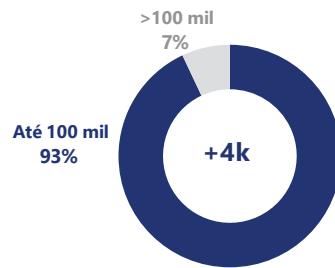
Breakdown dos pontos de venda
(2020)



Fonte: Companhia

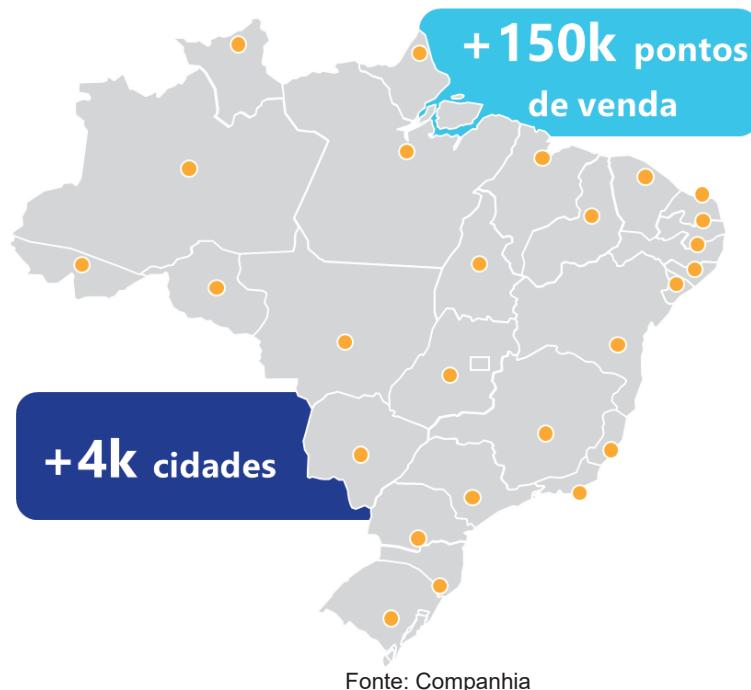
7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Com uma capilaridade diferenciada, a Companhia hoje está presente em todas as regiões do Brasil. A RV Tecnologia conta com uma rede de estabelecimentos que alcança mais de 150 mil de Pontos de Venda (PDVs) espalhados em mais de 4 mil cidades no Brasil. Está presente em 72% dos municípios com até 100 mil habitantes, regiões essas que contribuem para um cenário menos competitivo perante fortes concorrentes e permitem maior capacidade de fortalecer um relacionamento de longo prazo com sua base de clientes e parceiros. Além disso, cidades com até 100 mil habitantes representam 93% das cidades que estamos presentes, conforme gráfico abaixo.



Com um modelo de negócios padronizado, escalável e bem estruturado, a Companhia teve sucesso em perseguir uma rápida expansão nos últimos anos com o aumento da quantidade de PDVs, migrando aproximadamente 91 mil pontos de venda em 2018 para 152 mil em 2020, resultando uma taxa composta de crescimento anual (CAGR) de 29% neste mesmo período.

Presença Geográfica



7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Principais Indicadores Financeiros e Modelo de Negócio

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, as vendas de nossos clientes em nosso ecossistema atingiram R\$6,0 bilhões, representando um crescimento de 15% quando comparado com o ano anterior. Acreditamos que o nosso foco em produtividade e eficiência continua necessário e, com o nosso histórico, mostramos capacidade de execução para atingir este objetivo. Nossos índices de satisfação de clientes estão no topo entre empresas de soluções financeiras, e muitos possuem o selo de qualidade no atendimento ao cliente, do Reclame Aqui, com níveis de reclamações entre os mais baixos do mercado. Nossa crescimento se dá pela forma orgânica e por meio de aquisições, como as recentes aquisições da Absoluta, Digital Fone, Master Recarga e Exemplo na região Sul do país. Com a aquisição destas 4 empresas em 2019, expandimos nossa base de clientes em mais de 12%, onde tivemos um salto de 105 mil PDVs para 117 mil PDV e penetrarmos regiões estratégicas que permitirão crescer nossa operação ainda mais. Nossa estratégia de aquisições atual está focada em adquirir empresas que nos permitam (i) agregar novas tecnologias complementares ao nosso ecossistema de soluções digitais, (ii) expandir nossa capacidade operacional, e (iii) consolidar nossa posição pelo Brasil.

A tabela abaixo apresenta os principais indicadores financeiros da Companhia no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e 2020 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

| (em R\$ mil, exceto %) | Período de seis meses findo em 30 de junho de | | Exercício social encerrado em 31 de dezembro de | | |
|-----------------------------|--|---------|--|---------|---------|
| | 2021 | 2020 | 2020 | 2019 | 2018 |
| Receita operacional líquida | 193.878 | 159.036 | 444.096 | 302.467 | 260.927 |
| EBITDA | 40.887 | 25.804 | 81.389 | 43.025 | 42.591 |
| Margem EBITDA | 21,1% | 16,2% | 18,3% | 14,2% | 16,3% |

Apresentamos expressivo crescimento em receita operacional líquida nos últimos anos, com CAGR de 31% do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Nossa receita operacional líquida aumentou de R\$260.927 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$302.467 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma taxa de crescimento de 15,9%. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, nossa receita operacional líquida atingiu R\$444.096 mil, um crescimento de 46,8% contra o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Não somente estamos continuamente crescendo, mas fazendo isso de forma sustentável e rentável. A tabela a seguir mostra a evolução dos nossos resultados financeiros para os períodos indicados:

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Indicadores Financeiros da Companhia



Fonte: Companhia

A RV Tecnologia possui em seu portfólio diferentes tipos de produtos responsáveis por gerar o faturamento anual do grupo, os quais estão divididos da seguinte forma:(i) Recarga *telecom*, (ii) Vendas de chips *telecom*, (iii). Serviços pré-pagos não-*Telecom*, (iv) Maquininha de Cartão, (v) Correspondente Bancário, (vi) Cartões de Transporte Público, (vii) Outros Serviços Financeiros, (viii) *Media out of Home* (MOOH). Enquanto a recarga *telecom* e os serviços pré-pagos não-*Telecom* se beneficiam do take-rate cobrado sobre o valor total transacionado das operações realizadas, a maquininha de cartão, além do take-rate sobre o TPV, é exigido um valor de aluguel anual por maquininha. Já para os chips, cobra-se para cada unidade vendida um spread sobre a diferença do valor de compra do fornecedor e o valor de venda para o cliente, somado a um valor fixo de comissão por chip. Por fim, o MOOH gera receita à Companhia por meio de um valor fixo cobrado de acordo com a quantidade de slots ocupados nas telas digitais destinados a cada anunciente dos estabelecimentos que elas estão presentes. Abaixo encontra-se um breve modelo descrevendo o reconhecimento de receita para cada serviço prestado:

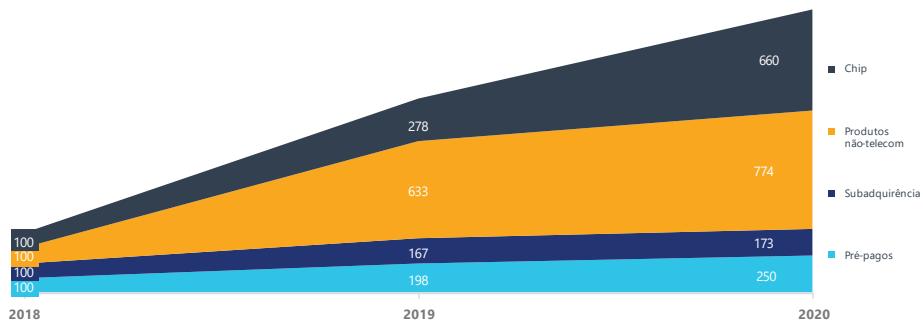


7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas



Nota-se nos últimos anos uma mudança no comportamento dos produtos vendidos devido à diversificação no portfólio que a Companhia tem dedicado grandes esforços. Produtos que anteriormente tinham grande destaque, no caso das vendas de recarga telecom, hoje tem reduzido a representatividade devido à ampliação do portfólio, uma vez que não houve redução da demanda por esses produtos. A Companhia apresenta um aumento de receita constante advindo de novos clientes e também de clientes já existentes que aumentam o consumo dos demais produtos oferecidos pela plataforma da RV, conforme ilustra o gráfico de Cohorte abaixo.

Evolução da Receita de Novos Clientes, por Segmento – Base 100



Missão, Visão, Valores e Cultura

Aproximar os nossos clientes e parceiros de seus potenciais consumidores, por meio de um ecossistema digital que possibilita uma ampla rede de estabelecimentos comerciais, é a principal missão da RV Tecnologia. Para isso, a Companhia estabelece uma cultura guiada por valores que prezam por um atendimento eficiente e humanizado. A Companhia se orgulha de ser uma empresa que está em constante busca da inovação e comprometida com o próximo, a fim de oferecer a melhor experiência para seus clientes e parceiros. Desde o início de nossa trajetória, focamos no relacionamento com clientes, parceiros e sociedade, estabelecendo uma atuação com processos estruturados. Ademais, temos como prática comunicar constantemente a missão, visão e valores para toda equipe, criando momentos reais onde possam vivenciar o seu jeito de ser. Como visão, busca ser a maior rede nacional de comercialização de produtos pré-pagos com presença em serviços financeiros e mídia digital, mantendo a liderança em telefonia pré-paga. Para que possamos crescer de forma sustentável, a Companhia acredita que é preciso andar junto com a equipe e, desta

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

forma, pratica a gestão participativa. Como base para gestão atual, foram escolhidas oito competências que permeiam organização:

1. Busca, Aplicação e Disseminação do Conhecimento: É a capacidade de manter-se atualizado, em constante desenvolvimento e de adquirir conhecimentos de valor significativo para o negócio.
2. Busca pela Excelência: É a ação no sentido de buscar continuamente a superação dos resultados, através da melhoria de sistemas de trabalho, processos e procedimentos, bem como excedendo padrões de excelência estabelecidos.
3. Orientação para o Cliente: É a preocupação com a satisfação constante de seus usuários. Entende-se por usuário aquele que na cadeia de seu negócio recebe o produto final de sua atividade, podendo ser interno ou externo.
4. Sentimento de Pertencimento: É a disposição de moldar o próprio comportamento de acordo com as necessidades, prioridades e objetivos da Empresa, que determina um “senso de propriedade do negócio”, priorizando a missão organizacional em relação às suas preferências pessoais.
5. Autoconfiança: É a confiança na própria capacidade de executar um trabalho. Isto se revela por envolver-se em circunstâncias cada vez mais desafiadoras, acreditando fortemente nas próprias opiniões e decisões.
6. Flexibilidade e Trabalho em Equipe: É a capacidade de trabalhar em grupo, de negociar eficazmente, de se relacionar bem com as pessoas, buscando situações de ganha-ganha. Isto pressupõe entendimento e apreciação de perspectivas diferentes, e até mesmo opostas.
7. Desenvolvimento de Pessoas: É a capacidade em captar, treinar, desenvolver pessoas e formar equipes. Isto se revela pela postura no dia a dia com seus subordinados e no seu histórico de formação de pessoas para a Empresa.
8. Liderança de Mudanças: É a habilidade de alterar, e motivar, as pessoas quanto à necessidade de realizar mudanças específicas na Organização. Entende-se que a comunicação aberta, fluida e transparente em todos os níveis, é uma peça fundamental para sua estratégia. Para que a cultura seja vivenciada de forma tangível, a Companhia estrutura ritos para alinhar estratégia, integrar todo o time e criar espaços de reconhecimento e celebração das conquistas alcançadas.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas



Fonte: Companhia

Nossos Pontos Fortes

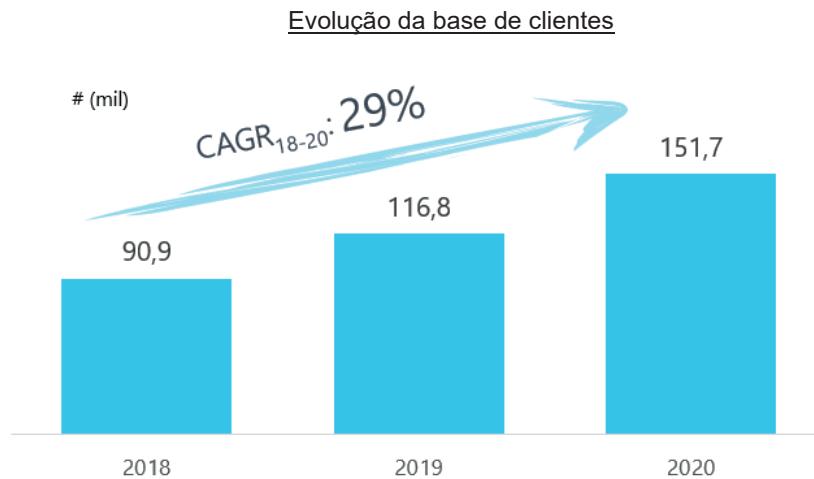
Histórico de Crescimento Independente da Competição

A Companhia vem se diferenciando cada vez mais dos concorrentes por meio da oferta de um serviço de alta qualidade, com uma estratégia focada em retornos atrativos.

O modelo de negócios da Companhia se comprova pela crescente participação de mercado em todo o território nacional e da satisfação de seus clientes. Entre o início de sua operação até maio de 2021, cresceu 26% ao ano, e ampliou significativamente seu portfólio, se posicionando como um *marketplace* de produtos digitais e financeiros.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

O resultado desse crescimento consistente pode ser visto na evolução da base de clientes, hoje são 150 mil estabelecimentos conectados a sua plataforma, para atender milhões de consumidores em todo o Brasil. Hoje a companhia possui estabelecimentos clientes em mais de 4 mil municípios, que gerou mais de 400 milhões de transações de vendas em 2020.



A Companhia proporciona a melhor tecnologia e um portfólio completo de serviços complementares aos seus clientes. O rápido crescimento da base de clientes vem acompanhado de uma escalada em lucratividade, impulsionada pelo aumento na quantidade de Pontos de Venda (PDVs). Como referência, em 2018 a Companhia tinha 90.9 mil PDVs, enquanto em 2020 a Companhia possuía 151.7 milhões de PDVs em todo o território nacional, o que representa um CAGR de 29% no período.

Estratégia Comercial

A Companhia utiliza uma estratégia comercial com foco em fornecer uma experiência diferenciada a cada um de seus clientes, com sua operação completamente centrada no consumidor. Com este engajamento e foco na experiência do usuário, a Companhia conseguiu garantir índices de satisfação e excelência no atendimento, medidos pelo website Reclame Aqui em julho de 2021, nota superior a seus concorrentes, o que demonstra que a Companhia possui um alto nível de orientação e atendimento prestados aos seus clientes e parceiros. Set-up de 21 dias para os parceiros, uma plataforma com API *plug-and-play* e com um POS pronto para ser usado no momento da venda.

O time de vendas é formado por uma equipe própria, com profissionais capacitados e treinados para criar relacionamentos duradouros e sólidos com cada cliente. Além disso, o atendimento de vendas e pós-vendas pode ser realizado via WhatsApp, e-mail, telefone, chat e mídias sociais. A estratégia de vendas da Companhia usa diversos canais para atender o cliente da maneira mais conveniente. A Companhia consegue se conectar com o cliente de forma orgânica e eficiente, chegando a níveis mais baixos de Custo de Aquisição de Cliente (CAC).

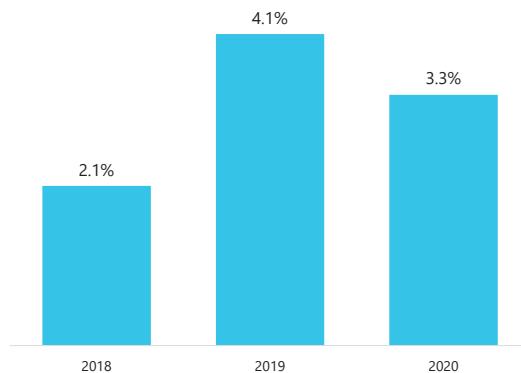
7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Adicionalmente, o atendimento da Companhia às empresas parceiras e a qualidade da execução, recebeu o reconhecimento de seus parceiros, por meio de prêmios e certificações.



Todo esforço em garantir excelência de atendimento aos nossos clientes e parceiros tem reflexo nos baixos índices de *churn* da Cia, mesmo em meio a um cenário de pandemia com fechamento de estabelecimentos comerciais, conforme indicado pelo gráfico abaixo.

Evolução do Churn



Além disso, os produtos oferecidos dentro do portfólio da Companhia possuem capacidade de gerar demanda, por meio da experiência proporcionada ao cliente no que tange ele a: (i) acessar o maior portfólio de recargas digitais do Brasil; (ii) usar maquininhas modernas para receber pagamentos de débito e crédito; (iii) efetuar pagamentos de contas e boletos; (iv) utilizar um aplicativo moderno e completo; (v) receber suporte de atendimento eficaz em todo o território nacional; e (vi) fazer parte de uma rede com presença em todo o território nacional.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Toda a estratégia comercial da Companhia é suportada por uma estratégia de marketing completa e integrada com as demais áreas da operação, utilizando múltiplos canais e garantindo eficiência máxima na captação de novos clientes.

Negócios recorrentes com crescimento em escala

Portfolio completo: a companhia atualmente fornece uma ampla oferta de produtos por meio de uma plataforma de vendas multicanal própria, em um modelo de negócio escalável com portfólio de 8 tipos de soluções e diversos produtos, proporcionando uma solução ganha-ganha para todas as partes – consumidores, lojistas e empresas e posicionando a RV à frente dos principais competidores do segmento.

Capilaridade Digital e Física: presente em todos os estados do país, seu alcance supera 4 mil municípios e 150 mil pontos de venda. Mais de 80% da sua representatividade está em cidades com menos de 1 milhão de habitantes, o que favorece a competitividade por não haver quantidade expressiva de players atuando nessas regiões.

Serviço de qualidade: por meio de um ecossistema que gera valor para seus stakeholders, a Companhia possui excelência reconhecida por seus parceiros carregando certificados requisitados no mercado em que atua, ocupando posições de destaque nas classificações de atendimento e suporte ao cliente.

Outros Fatores:

- Assertividade na Execução
- Sistema de vendas proprietário
- Modelo de negócio *telecom*
- Sistema de vendas inteligente

O maior diferencial competitivo está na capacidade de “blindagem” da Companhia, que se estabelece por meio da fidelização dos clientes e parceiros, os quais consomem mais produtos e serviços ao longo do tempo.

Tecnologia superior e infraestrutura integrada

A Companhia possui uma infraestrutura totalmente integrada, com 100% da infraestrutura de rede em SaaS, 6 áreas dedicadas ao desenvolvimento de novas ferramentas tecnológicas, times de *back-end* e *front-end* integrados e forte uso de análise de dados no desenvolvimento de novos produtos e resolução de problemas sistêmicos. No total, temos um time composto por 46 pessoas, divididos entre desenvolvimento, infraestrutura e suporte (T.I). A internalização dos negócios digitais, a fim de apresentar uma infraestrutura integrada, sempre é uma tarefa desafiadora para as empresas, uma vez que se torna necessária a composição de uma equipe grande e complexa de expertise neste ramo. Atualmente é oferecido pela Companhia uma tecnologia avançada de alta escalabilidade voltada para a omnicanalidade, que enfrenta constantemente inovação e aprimoramento de suas funcionalidades para garantir aos seus clientes e parceiros um portfólio robusto e cada vez mais completo, de forma a manter sempre uma relação de ganha-ganha, estabelecida da seguinte forma:

- Estabelecimentos comerciais (nossos clientes): Mais produtos, mais consumidores e novas alternativas de receita
- Parceiros: Aumento da rede de distribuição, mais clientes e maior reconhecimento da marca

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

- Consumidores: Conveniência, melhores produtos e maior oferta de produtos em mais lugares



Vale também ressaltar que a tecnologia utilizada pela RV Tecnologia é altamente extensível por meio da estrutura API, permitindo que soluções já existentes e utilizadas pelos clientes e parceiros sejam integradas na plataforma da Companhia de forma rápida e segura. Diversas soluções já estão em operação na plataforma para que possam ser utilizadas através do *mobile*, enquanto outras novas soluções estão sendo estudadas e desenvolvidas para serem lançadas no curto prazo.

Plataforma Tecnológica



Referência em experiência de gestão e governança com agilidade de startup

A gestão da Companhia é conduzida por um time altamente qualificado, com o apoio de equipes específicas para garantir a alta qualidade na tomada de decisão em cada área do negócio.

Estabelecido com a preocupação de preservar a agilidade na tomada de decisão e garantir uma autonomia da gestão regular da Companhia, também usufrui de uma organização interna que promove a otimização do trabalho e a rápida interação entre os times para simplificar e agilizar a tomada de decisão, sempre com foco em promover a melhor experiência ao cliente.

A administração da Companhia é composta pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, o qual é auxiliado pelo Comitê Financeiro e de Auditoria. Para mais informações sobre a administração da Companhia, veja a seção 12 deste Formulário de Referência.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Além disso, a Companhia também conta com uma área especializada em TI, coordenada pelo Sr. Henrique Lima (CTO), a qual tem o objetivo de assessorar a administração, conferindo mais eficiência na tomada de decisão nos temas relacionados à inovação tecnológica, infraestrutura de rede e melhores práticas em T.I.

Alto padrão de governança e gestão



A administração da Companhia é formada por profissionais com experiência técnica, tendo sido selecionados em um rigoroso processo de recrutamento que avalia o alinhamento com a cultura da Companhia, focada em execução e inovação. Para maiores informações sobre a experiência da administração da Companhia, veja os itens 12.5/6 deste Formulário de Referência.

A Companhia conta com uma equipe diferenciada e com profunda experiência no setor brasileiro de varejo e tecnologia, a qual foi responsável por liderar a Companhia através de ampla inovação. Para maiores informações sobre a experiência da administração da Companhia, veja os itens 12.5/6 deste Formulário de Referência.

Time Experiente e Altamente Capacitado

Equipe experiente liderando o caminho a seguir

RV Digital é apoiado por uma equipe experiente e com profunda experiência no Varejo e Tecnologia do Brasil



7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Nossos Pontos Fracos, Obstáculos e Ameaças

Os pontos fracos, obstáculos e ameaças à Companhia, seus negócios e sua condição financeira estão relacionados à concretização de um ou mais cenários adversos contemplados nos fatores de risco. Para mais informações veja os itens “4.1 Fatores de Risco” e “4.2 Riscos de Mercado” deste Formulário de Referência.

Nossas Estratégias

Rápido crescimento orgânico e inorgânico

A Companhia pretende gerar crescimento alavancando o core business e complementando o portfólio principal, de modo a aproveitar um gigante mercado endereçável, por meio de expansão do *marketshare*, lançamento de novos projetos e serviços, atualização da infraestrutura para PDV Inteligente, expansão do uso de aplicativos e lançamento do Banking as a Service (BaaS), lançamento da operação de adquirência e execução de M&As.

Para o crescimento orgânico. A RV Tecnologia irá impulsionar o crescimento por meio de verticais que permitem expandir participação de mercado e base de clientes. Haverá o crescimento do número de telas na operação da RV Mídia, expansão de novos centros físicos de conveniência (RV Point), expansão do portfólio e exposição de marca, expansão do *marketplace* de APIs (RVHub), ampliação da operação com serviços financeiros, início da adquirência e tudo isso acompanhado pelo crescimento da capacidade de inovação (RV lab). O desenvolvimento de novas verticais por meio de oportunidades de mercado contribuirá ainda mais para a expansão orgânica

A Companhia mantém um padrão de tomada de decisão rápida, com o objetivo de sempre estar à frente de seus competidores e atuar sobre boas oportunidades. Desta forma, a Companhia se posiciona como um player de crescimento não só robusto e escalável, mas também rápido e eficiente.

A estratégia de crescimento inorgânico da Companhia também é pautada em uma análise detalhada, que permitiu, desde 2009, adquirir 19 operações regionais.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Metodologia de avaliação de potenciais aquisições



Racional do M&A alvo

Expandir constantemente a posição geográfica de PDV e ganhar participação de mercado
Acelerar o crescimento da empresa e ampliar o ecossistema da empresa



Transações concluídas

Aquisições estratégicas e nacionais desde 2009, resultando em mais de 67 mil novos Pontos de Venda



Equipe dedicada de M&A

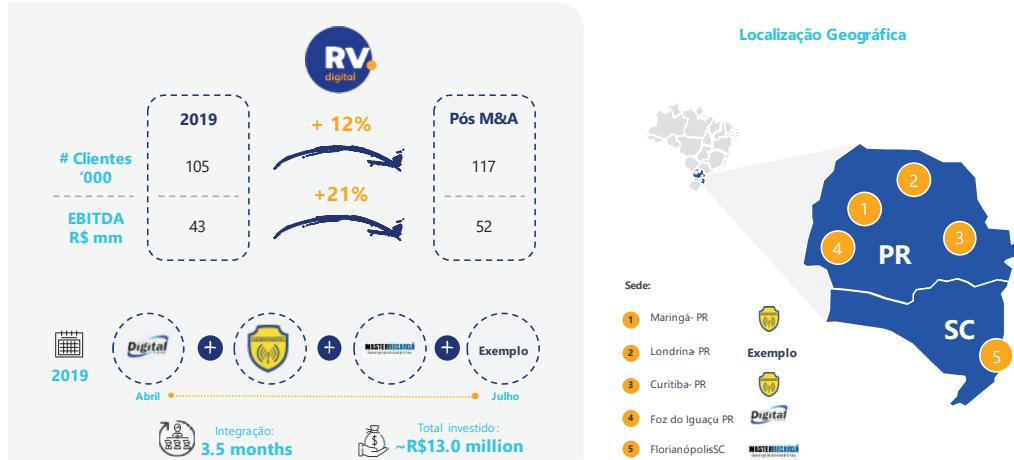
Objetivo de mapear potenciais alvos, realizar negociações e planejar estratégias de aquisição

Fonte: Companhia

Além de um processo de aquisição muito bem desenhado, a Companhia estruturou também um processo de integração robusto e eficiente. As empresas adquiridas foram integradas à plataforma em até 120 dias e, em até 90 dias, já conseguiram agregar valor à operação.

A Companhia tem um forte histórico de crescimento inorgânico, tendo agregado, nas 19 aquisições citadas, 67 mil estabelecimentos, decisivo para garantir crescimento relevante de produtos pré-pagos.

Track-record de M&A



Fonte: Companhia

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Adicionalmente Companhia pretende continuar expandindo seu canal de vendas composto por pontos comerciais físicos localizados em todo o território nacional, possibilitando a existência física de lojas de terceiros se tornarem um centro de conveniência para os principais clientes. Esses pontos comerciais serão denominados RV. Point, e serão comercializados (i) recargas de telefone; (ii) recargas de TV pré-pagas; (iii) chips de telefone; (iv) cartões de crédito e débito; (v) serviços financeiros, incluindo empréstimos; e (vi) micro seguros, incluindo seguro de vida e de telefone. A Companhia acredita que o mercado continuará dependendo das lojas físicas, principalmente nas cidades de até 100 mil habitantes que ainda possuem poucas alternativas para fornecerem os mesmos serviços.

Aumento na presença de dispositivos

Com uma estratégia diferenciada para mídias *out-of-home*, a RV Midia lançou, em 2020, uma operação de vendas de soluções digitais e segmentadas, que em menos de um ano de operação, a Companhia conta mais de 14 horas de conteúdos, 11 parceiros, incluindo clientes como o Google, a TIM, o Boticário, e a VIVO, entre outros para levar mídia em mais de 6 mil dispositivos instalados, localizados em mais de 300 cidades.

Está expandindo o portfólio através do RV Hub, *marketplace* de APIs (*Application Programming Interface*), que conecta bancos, *fintechs* e grandes varejistas para que possam disponibilizar seus produtos em suas carteiras digitais e aplicativos, se posicionando estrategicamente frente as transformações digitais.

As empresas atuais de mídia *out-of-home* apresentam algumas ineficiências como a instalação indiscriminada de telas e a não segmentação da mídia veiculada. Entretanto, para estas deficiências, a Companhia apresenta uma mídia diversificada, centrada em dados assertivos, direcionada para o público de cada estabelecimento onde as telas estão instaladas e focada em retorno sobre o investimento.

Expansão de portfólio, da marca e do marketplace de APIs (*Application Programming Interface*)

A Companhia também observa novas oportunidades de parcerias para o futuro agregando ainda mais valor na experiência de seus clientes, e permitindo a rentabilização da sua crescente base de clientes.

Através dessa plataforma multiserviços, oferece um serviço que aproxima seus parceiros de seus consumidores potenciais, proporcionando um modelo eficaz e amplo de distribuição, adequado em um país de dimensões continentais.

O RV Hub é um Marketplace (Portal) de APIs *Plug-And-Play* da RV, disponível quaisquer parceiros se conectarem rapidamente à plataforma, possibilitando a comercialização de produtos e serviços digitais com rapidez e segurança. Atualmente, a Companhia possui APIs para recargas de telefonia móvel e fixa, TVs por assinatura, pagamento de contas em geral, recargas de aplicativos, games e *delivery's*, recargas para plataformas de conteúdo, recargas de transportes, títulos premiáveis e *cashIn's* via boleto e pix.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A plataforma RV.Hub reúne compradores e vendedores de APIs em um único local, o qual inclui um portal provedor e um portal desenvolvedor. Essa plataforma permite que os provedores de API divulguem os seus produtos, ao mesmo tempo em que os potenciais compradores podem visualizar as APIs disponíveis para venda.

A plataforma possui também o conceito de Carteira Digital para gestão de saldos e é ideal para qualquer empresa que possui alguma solução tecnológica, e que deseja agregar valor e novas receitas para seus negócios e clientes, com a disponibilização de produtos e serviços de consumo massivo.

Aumento da capacidade de inovação

Por meio da RV. Lab, a Companhia desenvolve novos produtos com o objetivo de fomentar a cultura de inovação. Para assegurar agilidade, a Companhia se baseia em um modelo de startup, contando com uma equipe inovadora, para entregar de forma eficiente o melhor serviço a seus clientes, por meio de uma metodologia de integração com foco na experiência de seus clientes, permitindo interações duradouras e bem-sucedidas e, consequentemente, fomentar o crescimento da Companhia. Buscando também atender os players financeiros, RV passou a proporcionar uma oferta completa de serviços de primeira linha com potencial para estimular o cross-sell entre fintechs sem a exposição à produtos pré-pagos de telecomunicações.

Parcerias

Por meio da transformação digital promovida pela Companhia, novas oportunidades surgem não só para seus clientes, mas também para sua própria operação. Com uma conexão robusta e de ampla qualidade, a Companhia se coloca como potencial parceira em diversos setores, podendo alavancar significativamente sua base de clientes em diferentes segmentos como: máquina de processamento de cartões de crédito, débito e vouchers, média *out-of-home*, títulos de capitalização, meio de pagamento em transportes, serviços financeiros, recarga de celular pré-pago, e meio de pagamento para outros serviços como, por exemplo, Google Play, iFood, PlayStation, Uber, Netflix e Spotify.

Potenciais segmentos para parceria

Fornecemos uma ampla oferta de produtos em um modelo de negócio escalável

Temos fortes parcerias estratégicas para nossas diversas soluções e ofertas aos comerciantes e clientes finais



Fonte: Companhia

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

7.1-A - Sociedade de economia mista

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

(a) produtos e serviços comercializados

As atividades da Companhia são exercidas por meio de dois segmentos operacionais, que consistem em:

(a) Prestação de serviço: trata-se da prestação de serviços pré-pagos de revenda de serviços de mídia, de cobrança bancária através dos POS, de adquirência, entre outros serviços que são oferecidos aos consumidores finais; e

(b) Revenda de recarga e chip de telefonia: trata-se da revenda de recarga eletrônica e de chip de telefonia, através dos POS (pontos de venda) aos consumidores finais através da sua plataforma tecnológica Cellcard.

(b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

A receita operacional líquida da Companhia advém de dois segmentos operacionais: (a) prestação de serviço e (b) revenda de recarga e chip de telefonia; cuja representatividade na receita operacional líquida da Companhia está demonstrada abaixo:

| | Período de seis meses findo em 30 de junho de | | | | Exercício social encerrado em 31 de dezembro de | | | | | |
|------------------------------------|--|--------------|----------------|--------------|--|--------------|----------------|--------------|----------------|--------------|
| | 2021 | % | 2020 | % | 2020 | % | 2019 | % | 2018 | % |
| (em R\$ mil, exceto %) | | | | | | | | | | |
| Prestação de Serviços | 14.319 | 7,4 | 10.490 | 6,6 | 25.509 | 5,7 | 13.628 | 4,5 | 2.854 | 1,1 |
| Recarga e Chip | 179.559 | 92,6 | 148.546 | 93,4 | 418.587 | 94,3 | 288.839 | 95,5 | 258.073 | 98,9 |
| Receita operacional líquida | 193.878 | 100,0 | 159.036 | 100,0 | 444.096 | 100,0 | 302.467 | 100,0 | 260.927 | 100,0 |

(c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

O lucro líquido (prejuízo) da Companhia advém de dois segmentos operacionais: (a) prestação de serviço e (b) revenda de recarga e chip de telefonia, cuja representatividade no lucro líquido da Companhia está demonstrada abaixo:

| | Período de seis meses findo em 30 de junho de | | | | Exercício social encerrado em 31 de dezembro de | | | | | |
|------------------------|--|--------------|--------------|--------------|--|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 2021 | % | 2020 | % | 2020 | % | 2019 | % | 2018 | % |
| (em R\$ mil, exceto %) | | | | | | | | | | |
| Prestação de Serviços | 6.222 | 41,4 | 5.047 | 106,8 | 10.992 | 39,7 | 3.653 | 72,1 | (203) | -7,5 |
| Recarga e Chip | 8.791 | 58,6 | (321) | -6,8 | 16.724 | 60,3 | 1.413 | 27,9 | 2.921 | 107,5 |
| Lucro líquido | 15.013 | 100,0 | 4.726 | 100,0 | 27.716 | 100,0 | 5.066 | 100,0 | 2.718 | 100,0 |

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(a) características do processo de produção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia e as suas subsidiárias não possuem processo de produção, considerando que seus negócios são baseados na compra/venda e prestação de serviços no segmento de telecomunicações.

(b) características do processo de distribuição

A Companhia e suas controladas possuem uma estrutura de vendas diversificada que combina canais de distribuição próprios e terceirizados por meio da qual comercializa seus serviços ao mercado. Esta estrutura conta com mais de 1.100 funcionários e mais de 150 mil pontos de venda.

As vendas para novos clientes são realizadas por meio de canais a) online; b) presencial, via time de vendedores fortemente treinados, que desenvolvem relacionamento duradouro e sustentável com os clientes.

Por fim, a distribuição da transmissão de nossos produtos depende da instalação de equipamentos no cliente.

(c) características dos mercados de atuação

Mercado de Atuação

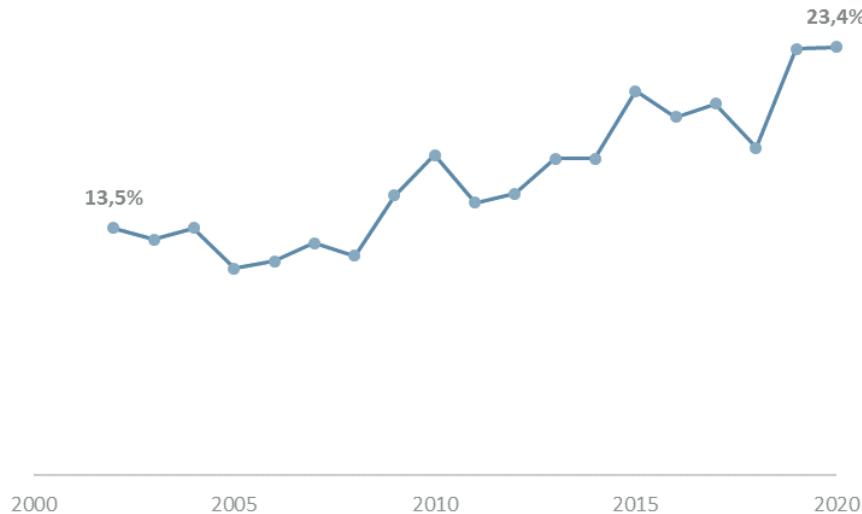
A RV oferece um amplo portfólio de soluções digitais em todo Brasil, com um portfólio completo de soluções a nossos parceiros, incluindo recarga telefônica, de jogos e TV, chip de telefonia móvel, além da maquininha para cartões de débito, crédito e voucher e serviço de divulgação do estabelecimento em um localizador digital. Nossa mercado de atuação abrange fornecimento de serviços e produtos digitais para pequenas e médias empresas que buscam complementar a oferta de produtos e serviços junto a seus clientes. O negócio da Companhia se beneficia de tendências advindas de diversos segmentos da economia, como varejo, telecomunicações, tecnologia e mídia.

Segmento de pequenas e médias empresas no Brasil

Nos últimos anos, os níveis de empreendedorismo e número de pessoas à frente de novos negócios vem crescendo de forma significativa no Brasil. De acordo com a pesquisa Global Entrepreneurship Monitor (GEM 2019/20) e o SEBRAE, em 2020 o país registrou 23,4% de sua população adulta à frente de um negócio, contra apenas 13,5% em 2002.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

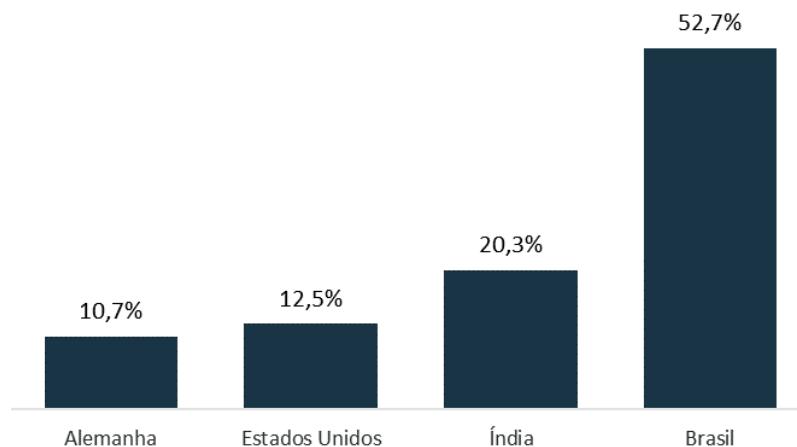
Evolução da taxa de empreendedorismo inicial no Brasil (2002 – 2020)



Fonte: GEM 2019/20

Além do bom panorama observado dentro do território nacional, quando comparado com outros países, o potencial de empreendedorismo no Brasil se destaca. Em 2020, a taxa de potenciais empreendedores brasileiros foi de 52,7%, registrando um aumento de 22,5 pontos percentuais em relação a 2019. Apesar dos desafios ainda encontrados por novos negócios na busca de estabelecer sua presença dentro do mercado, este resultado se mostra superior ao de países desenvolvidos como Alemanha e Estados Unidos, com apenas 10,7% e 12,5% respectivamente e também de economias em desenvolvimento como a Índia, com 20,3%.

Taxa de potenciais empreendedores por país em 2020

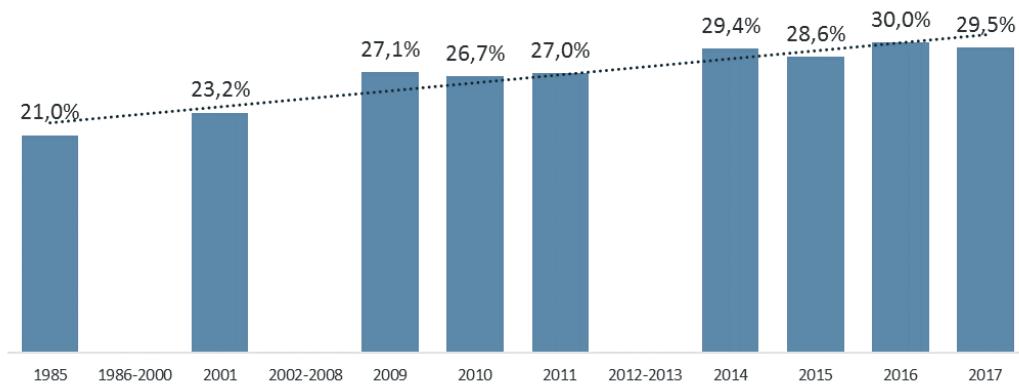


Fonte: GEM 2019/20

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A tendência é observada também pelo número de Micro e Pequenas Empresas (MPEs) presentes no país. Segundo o SEBRAE, a participação dessas empresas na economia do país vem crescendo, assim como o seu papel na geração de empregos e arrecadação de impostos. No Brasil, as Micro e Pequena Empresas respondiam por cerca de 23,2% no início do século 21, evoluindo para aproximadamente 29,5% da produção em 2017.

Valor adicionado das MPE no total das atividades consideradas (1985 – 2017)



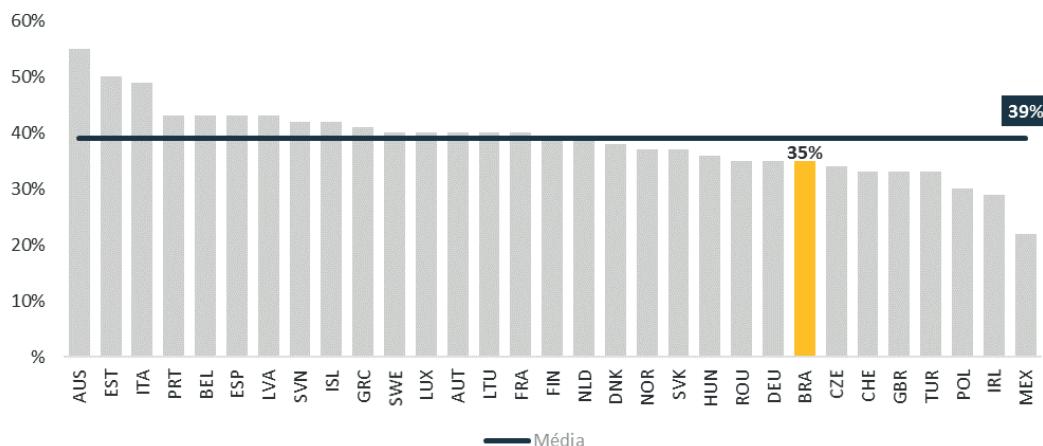
Fonte: SEBRAE - Atualização De Estudo Sobre Participação De Micro E Pequenas Empresas Na Economia Nacional e FGV Projetos

De 2006 a 2019, as MPEs apresentaram saldo positivo na geração de empregos, sendo responsáveis pela criação de cerca de 13,5 milhões de empregos, ao passo que as médias e grandes empresas fecharam cerca de 1,1 milhão de postos de trabalho, no mesmo período, de acordo com o SEBRAE.

Apesar do crescimento observado nos últimos anos, em comparação com outros países, por meio do relatório publicado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre empreendedorismo (*Entrepreneurship at a Glance*), o Brasil foi o oitavo país com menor participação das MPEs no PIB dentre os 32 países observados, com aproximadamente 35,0%, ficando abaixo da média de 39,0% e mostrando um potencial de faturamento ainda a ser explorado por empresas desse porte.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Valor adicionado pelas MPEs, 2016 (ou último ano disponível)



Fonte: SEBRAE - Atualização De Estudo Sobre Participação De Micro E Pequenas Empresas Na Economia Nacional e OCDE - Enterpreneurship at a Glance 2018

A tendência crescente da participação das MPEs no valor adicionado, somado à colocação do Brasil quando comparado a outros países, mostra que ainda há um potencial de penetração por essa categoria dentro da economia brasileira que tende a ser observado no passo que tais empresas vão amadurecendo e se posicionando dentro do mercado por meio de diferenciais competitivos, incluindo a utilização de novas tecnologias e oferta de mão de obra mais qualificada.

Apesar do crescente número de acessos à telefonia móvel, a receita proveniente do segmento apresentou alteração em sua composição ao longo dos anos. Em 2013, 74,4% do faturamento vinha dos serviços de voz, enquanto apenas 24,0% eram provenientes dos serviços de dados. Com o passar dos anos e o crescente número de usuários de internet no país, no segmento móvel não foi diferente e já em 2017 62,0% do faturamento passou a ser originado no segmento de dados.

De acordo com o relatório da Magna Media Forecast, o Brasil deve observar nos próximos anos uma concentração dos gastos com publicidade em smartphones e OOH digital, que é favorecido pela flexibilidade dos displays digitais, permitindo melhor atender necessidade dos anunciantes e pela capacidade de otimização do canal com melhor planejamento de campanhas. Entre 2020 e 2024, espera-se um crescimento médio anual de 51,7% no segmento de OOH digital, contra apenas 2,9% no segmento estático.

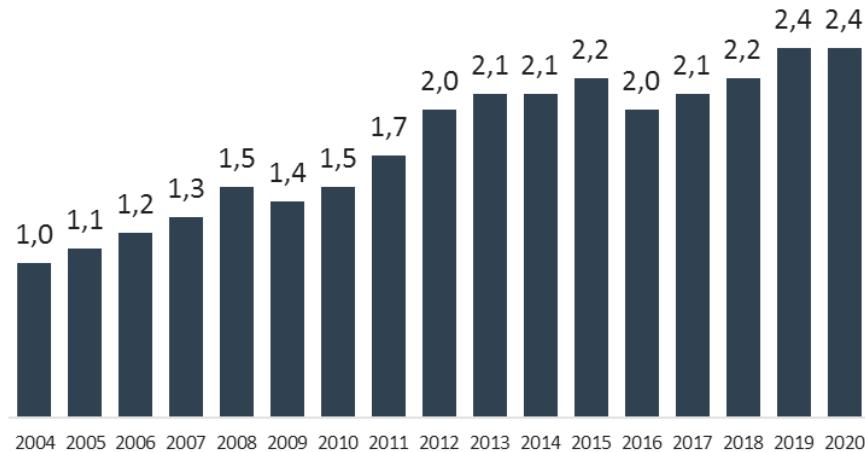
(i) participação em cada um dos mercados

A indústria de tecnologia mundial contempla soluções e produtos que são primariamente categorizados como *softwares* ou *hardwares*. Com a popularização de ferramentas como a internet e aplicações para dispositivos móveis, o segmento de tecnologia passou por uma transformação profunda nas últimas duas décadas.

Atualmente, o mercado de tecnologia mundial possui um faturamento de US\$2,4 trilhões em 2020, segundo a ABES. Desse montante, 26,0% são referentes a soluções de software, segmento que teve uma expansão na participação total do setor de 6 pontos percentuais em 2020 vs 20,0% no ano de 2015.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Global de tecnologia entre 2004-2020 (US\$ trilhões)



Fonte: ABES – Estudo do Mercado Brasileiro de Software

Segmentação do mercado mundial 2015 vs 2020

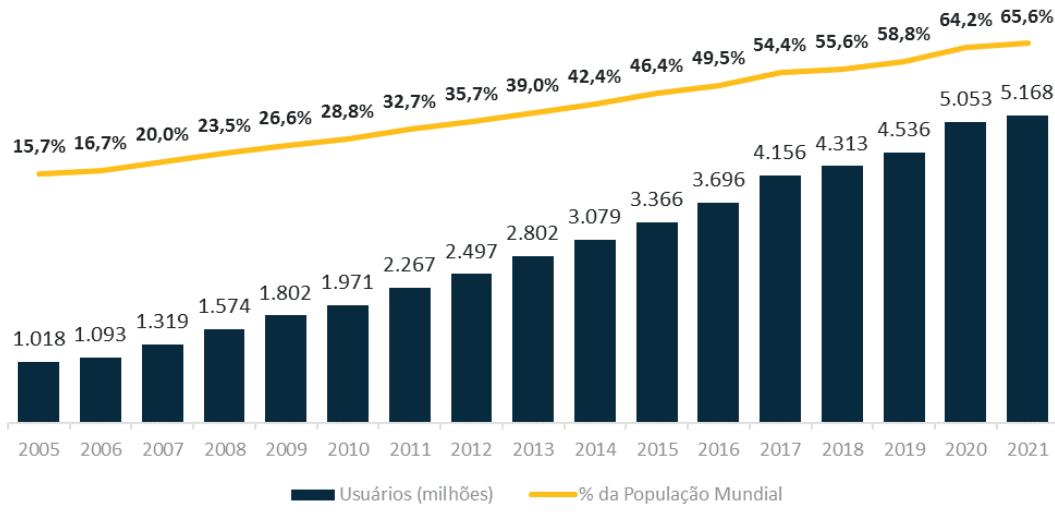


Fonte: ABES – Estudo do Mercado Brasileiro de Software

Segundo o *Internet World Stats*, entre 2005 e março de 2021, o percentual da população com acesso à internet aumentou aproximadamente 400,0%, com um crescimento médio anual do número de usuários de 10,7%. Entre 2015 e 2019 o total de acessos aumentou cerca de 35,0% e esse crescimento contribuiu com o aumento de demanda por software relacionados ao uso da internet que no mesmo período apresentou um crescimento de 36,4%, segundo dados da ABES.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Histórico de acesso e penetração da Internet na população mundial (milhões; %)

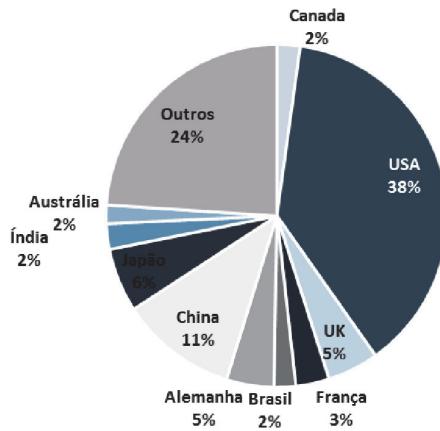


Fonte: Internet World Stats

Assim como observado com o aumento de utilização da internet, a transformação digital do setor de tecnologia tem sido pautada mais recentemente pela demanda por agilidade e flexibilidade quando os usuários buscam soluções para atividades diárias que anteriormente eram endereçadas de forma física ou não-tecnológica ou até mesmo novas demandas que surgiram nos mais diversos segmentos, como telecomunicações e publicidade/mídias.

Assim como observado a nível mundial, o Brasil segue a tendência de uma maior adoção de tecnologia e soluções digitais, ocupando atualmente a 9ª posição na participação dos países no mercado global de tecnologia, com um tamanho de mercado de aproximadamente US\$ 45 bilhões. Como comparação, o primeiro lugar fica com os Estados Unidos da América com cerca de US\$ 914 bilhões e 3,4x maior do que a China, que tem o segundo maior mercado, demonstrando o potencial de expansão de faturamento para empresas deste setor.

Mercado global de tecnologia por país em 2020

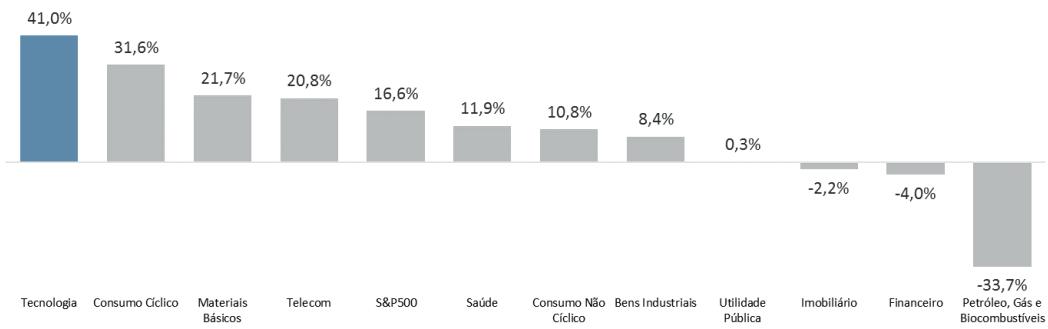


Fonte: ABES – Estudo do Mercado Brasileiro de Software 2021

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Quando observado os níveis de crescimento comparado a outros setores mais tradicionais da economia, o mercado de tecnologia e sua penetração cada vez maior, colocam o setor como destaque e líder de performance em termos de crescimento de faturamento. Adicionalmente, as empresas que investem em soluções tecnológicas têm mostrado bons resultados nos últimos anos, com uma população cada vez mais interessada e adepta das novas ferramentas, fator que foi amplificado com a pandemia da COVID-19, uma vez que as restrições de movimentação obrigaram muitos usuários a ingressarem nos meios digitais. Corroborando com tal expansão, em 2020, as empresas do setor se destacaram no SP500, como mostra o gráfico abaixo.

S&P500 Performance Setorial 2020 (02/01/20 a 30/12/20)



Fonte: Bloomberg

Em pesquisa realizada com cerca de 29 mil pessoas em 24 países diferentes, a McKinsey indica que, em todas as regiões, os setores registraram uma média de 20,0% de crescimento do número de usuários que optam por soluções digitais como primeira opção para endereçar necessidades diárias nos seis meses encerrados em abril de 2021, reforçando os ganhos obtidos anteriormente na pandemia

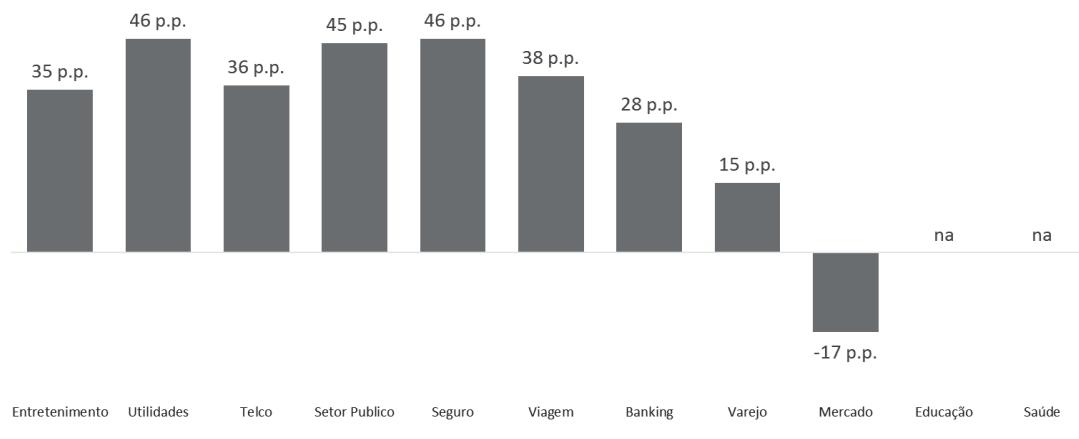
Apesar de grande parte dos consumidores ter sido direcionada aos canais digitais pela pandemia de COVID-19, a pesquisa reforça que a maioria dos que continuarem usando esses canais o fará pela comodidade, o que potencializa ainda mais as expectativas de crescimento do setor de tecnologia.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Perspectiva e adoção global de produtos e serviços digitais

Entre outubro de 2020 e abril de 2021, em pesquisa realizada pela McKinsey, foi observada a continuidade de utilização de canais digitais pelos consumidores europeus e estadunidenses, como haviam feito desde o início da pandemia, em quase todos os setores. Devido a uma diferença de penetração do digital entre os setores, o crescimento se mostra heterogêneo, mas ainda promissor, como mostra a figura abaixo.

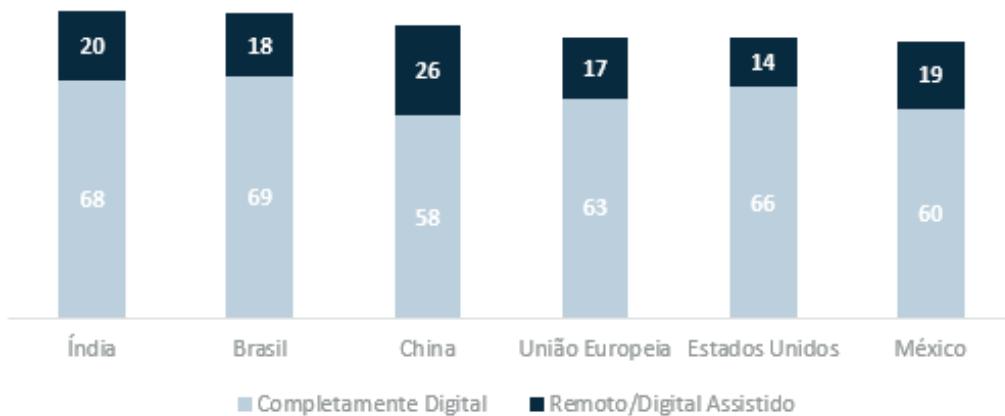
Aumento da adoção digital nos seis meses anteriores a abril de 2021 nos Estados Unidos e Europa



Fonte: Whats Next For Digital Consumers Report McKinsey Digital

A adoção do digital também tem diferentes taxas de crescimento nos países desenvolvidos e nos países em desenvolvimento. Um efeito de equiparação é observado nas nações em desenvolvimento, que possuem uma penetração do digital e acesso à internet ainda mais baixos e, portanto, vêm apresentando taxas de crescimento mais aceleradas nos últimos meses, com a digitalização impulsionada pela pandemia.

Países em desenvolvimento apresentaram taxas maiores de adoção digital nos seis meses anteriores a abril de 2021 (em %)

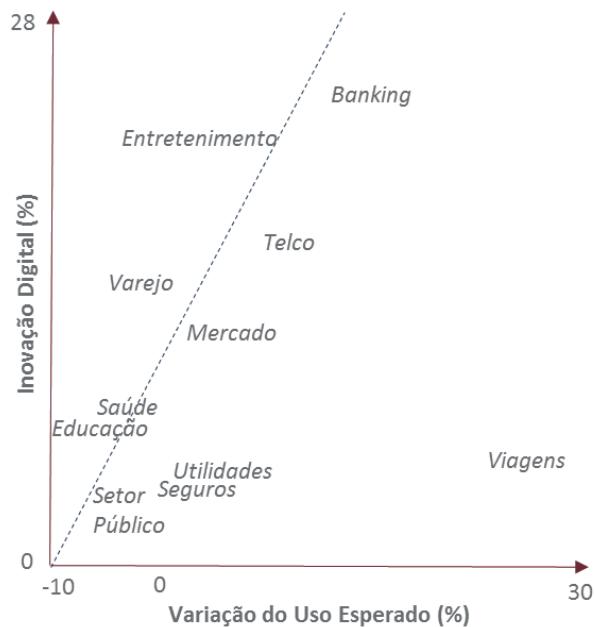


Fonte: Whats Next For Digital Consumers Report McKinsey Digital

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Apesar de muito do crescimento do uso digital recente ter sido consequência das restrições de circulação causadas pela pandemia no último ano, para manter seus usuários digitais, as empresas precisam apresentar boa qualidade dos serviços digitais. Em análise da McKinsey sobre a correlação das melhorias nos serviços digitais ao uso que se prevê por parte dos consumidores, excluindo aqueles usuários que que preveem manter o mesmo uso, observa-se uma correlação positiva, em que o uso previsto cresce à medida que a inovação digital aumenta. Com isso, a adoção de boas plataformas para prestação de serviço digital se torna cada vez mais importante em todos os setores de atuação.

Variação de uso inovação digital em diferentes indústrias



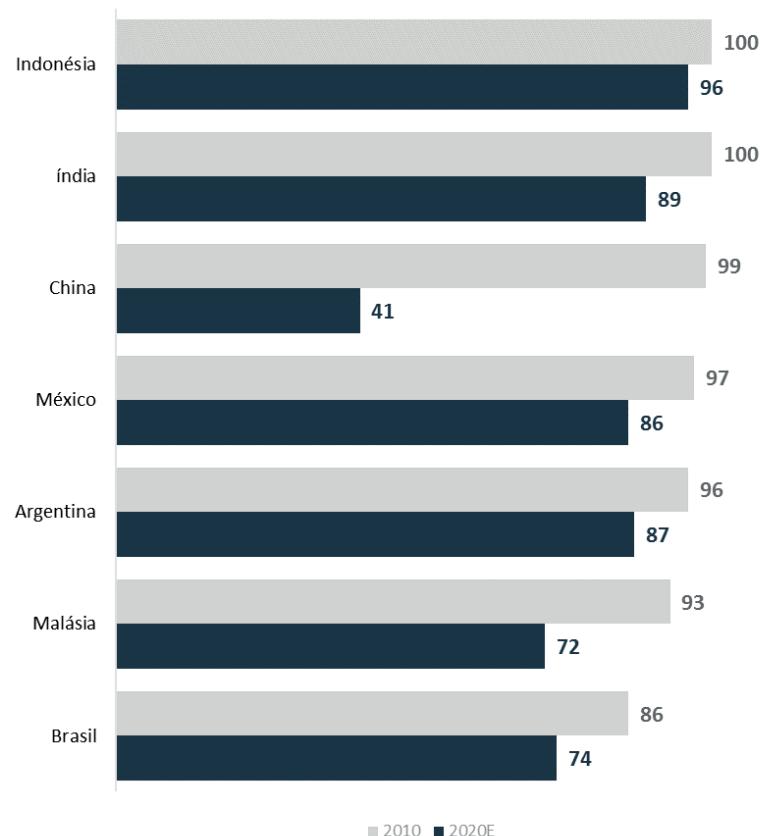
Fonte: Whats Next For Digital Consumers Report McKinsey Digital

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Evolução global de meios de pagamento

De acordo com o Global Payments Report da McKinsey, os eventos de 2020 aceleraram as tendências já existentes no setor de pagamentos no mundo, dentre elas a redução do uso de dinheiro em espécie para a realização de transações, como mostra o gráfico abaixo.

Uso de dinheiro como método de pagamento (% do volume de transações)



Fonte: McKinsey Global Payments Map

Apesar das diferentes velocidades na adoção de métodos alternativos para pagamentos, a redução do uso do dinheiro é uma tendência observada em todos os países, tanto no grupo dos desenvolvidos, quanto nos grupos em desenvolvimento, que apresentam alto potencial de exploração do segmento já que o percentual de uso de espécie, mesmo em redução, ainda é superior aos países ricos.

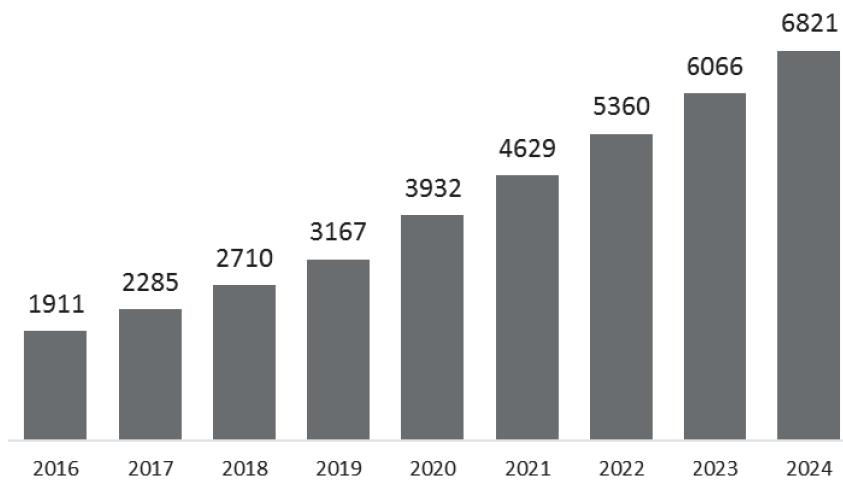
Como mostra a tabela abaixo, o crescimento dos meios eletrônicos de pagamento é mais acelerado nos países em desenvolvimento do que o que é observado nos países desenvolvidos. Enquanto Brasil, China e México apresentaram taxas superiores a 10,0% de crescimento anual, economias mais maduras como Estados Unidos, Alemanha e Japão, por exemplo, não atingiram crescimento de dois dígitos, reforçando o potencial de exploração no mercado emergente.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Crescimento e penetração de e-commerce globalmente

O e-commerce de varejo é uma das formas mais visíveis da transformação digital. Ao longo dos anos, se observa um movimento global dos fabricantes de bens de consumo na direção de canais de vendas de e-commerce, o que foi ainda mais acelerado com a pandemia, que também estabeleceu um novo patamar para o crescimento futuro. Entre 2016 e 2020 as vendas de e-commerce mais do que dobraram e a expectativa para os próximos anos é de um crescimento anual composto de 14,8% entre 2020 e 2024.

Vendas no e-commerce global (USD bilhões)

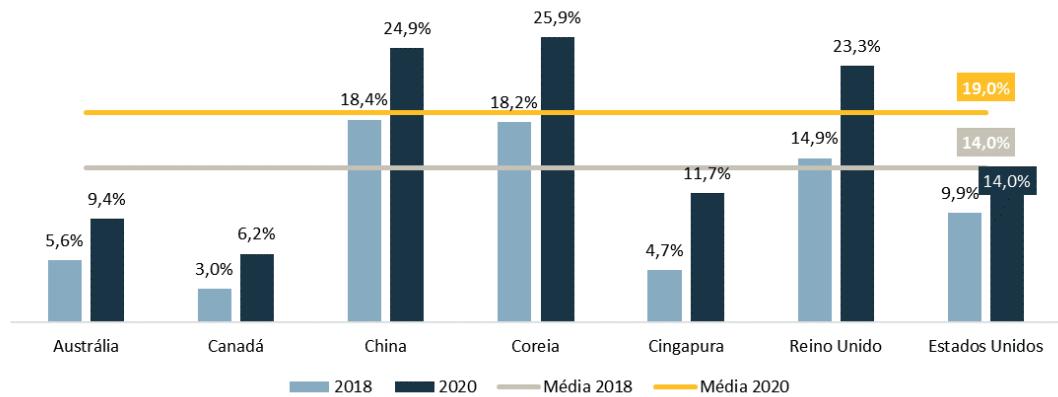


Fonte: E-commerce Forecast 2020 Group M

O comércio eletrônico revolucionou o varejo e continua evoluindo constantemente para atender às necessidades dos consumidores. Há alguns anos, as plataformas de e-commerce que eram bastante limitadas em suas capacidades, hoje já fazem parte do cotidiano de muitos consumidores e a penetração do e-commerce em relação ao total das vendas globais do varejo, tem apresentado crescimento constante nos últimos anos. Entre 2018 e 2020, as vendas online representavam apenas 3,0% do total no Canadá, número que dobrou até 2020, alcançando 6,2%. Nos Estados Unidos, o percentual variou de 9,9% para 14,0% no mesmo período. Em 2020, países como China, Coreia e Reino Unido chegaram a superar os 20,0% de penetração.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Penetração do e-commerce de varejo no mundo



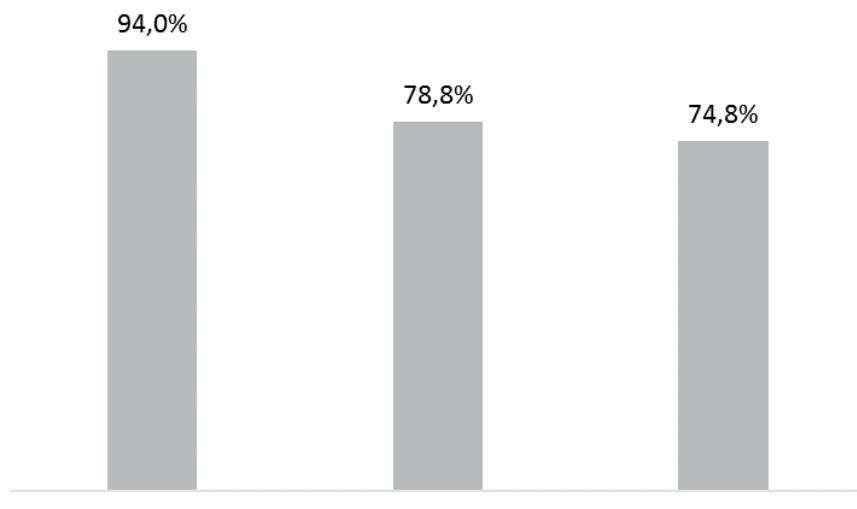
Fonte: United Nations UNCTAD Estimates of Global e-commerce 2019 and Preliminary Assesment of COVID-19 Impact on Online Retail 2020

(ii) condições de competição nos mercados

Mercado brasileiro de tecnologia e e-commerce

Com a crescente penetração do uso de internet pela população no Brasil, a tecnologia tem futuro promissor no país. Apesar do crescimento contínuo apresentado ao longo das últimas décadas, o percentual de acessos no Brasil, de 74,4% em março de 2021, ainda é inferior ao que é observado em países como os Estados Unidos (94,0%) e até mesmo da média de países latino americanos (78,8%), o que torna o ambiente ainda mais promissor para os próximos anos, com alto potencial de exploração de uma lacuna ainda presente.

Taxa de penetração de usuários de internet na população (março de 2021)

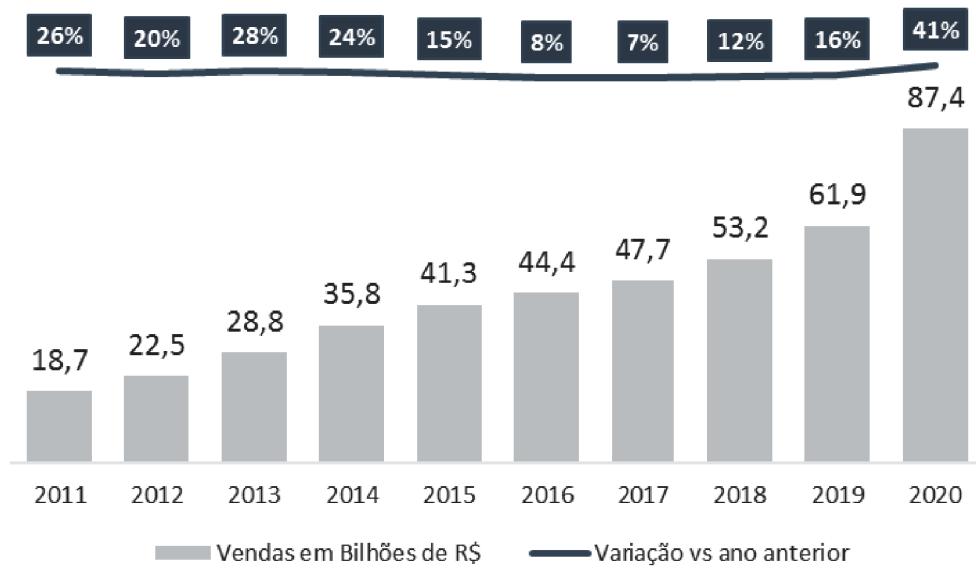


Fonte: Internet World Stats

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Assim como a tendência global, o comércio eletrônico brasileiro apresentou crescimento recorde em 2020. Com o isolamento social, as empresas precisaram rapidamente se adequar e a transformação tecnológica foi fundamental para a continuidade das operações em quase todos os setores. No caso do e-commerce, o canal de vendas registrou crescimento de 41,0% no ano, segundo a Ebit|Nielsen. E, mesmo com a aceleração da vacinação e as expectativas do retorno às atividades no modelo pré-pandemia, a previsão de crescimento para 2021 ainda é de 32,0%, de acordo com relatório divulgado pela XP Investimentos.

Vendas e-commerce brasileiro (em R\$ bilhões)



Fonte: EbitNielsen

O Brasil, além de ser o 10º maior mercado de e-commerce do mundo, de acordo com a Ebit|Nielsen é também um ambiente competitivo, quando comparado a outros países, com alto potencial de exploração pelas empresas. Enquanto China e Estados Unidos observam um monopólio de empresas como Alibaba e Amazon.

A continuidade do crescimento pós pandemia já pode ser observada em todo o país, com o mês de março de 2021, sendo o segundo maior mês da história em termos de volume de vendas do e-commerce brasileiro, segundo o relatório da Neotrust. Foram realizadas 78,5 milhões de compras online nos três primeiros meses do ano, o que representa crescimento de 57,4% no comparativo com o mesmo período do ano passado.

O e-commerce continuou a ganhar usuários no primeiro trimestre de 2021, com 3,8 milhões de novos consumidores. Apesar do número expressivo, o valor representa queda de 16,4% em relação aos mesmos meses no ano passado, que foi justamente o momento de início das restrições de mobilidade impostas pela COVID-19 e migração de muitos novos usuários para o modelo online.

Perspectiva e adoção de soluções digitais em segmentos da economia brasileira

Varejo

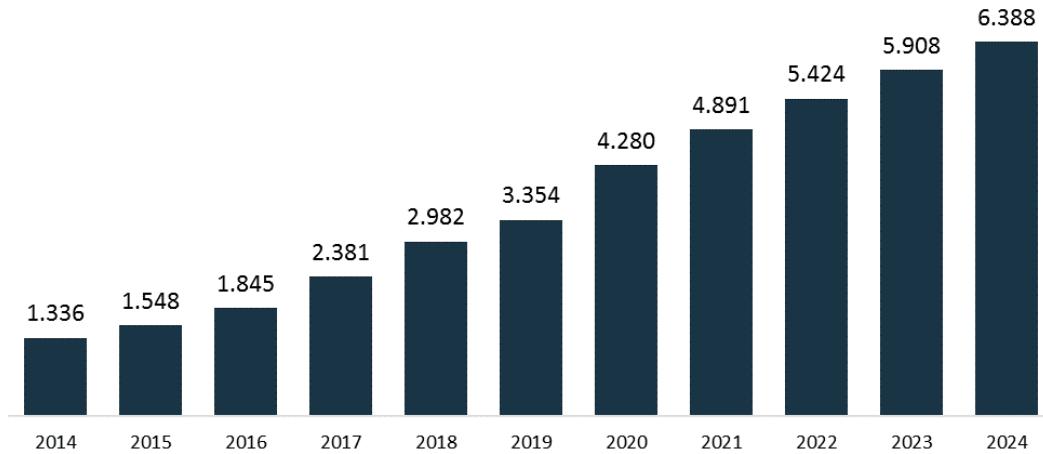
Com o avanço dos canais digitais, o próprio conceito das vendas de varejo passou por uma transformação significativa nos últimos anos. Os varejistas tradicionais adotaram estratégias de vendas, como as vendas online com retirada física, que oferecem aos consumidores a facilidade de fazer compras de um dispositivo pessoal e encurtar o tempo para receber a mercadoria.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

As estratégias *omnichannel* são cada vez mais importantes e o e-commerce continuará a crescer à medida que as compras online se tornam cada vez mais atraente para os consumidores e com grupos mais amplos de produtos disponíveis.

Entre 2014 e 2020, as vendas online do varejo aumentaram 21,4%, alcançando US\$4.280 bilhões. A expectativa de crescimento para os próximos anos se mantém positiva, com crescimento composto anual esperado de 10,5%, chegando aos US\$6.400 bilhões.

Vendas do varejo no e-commerce entre 2014 e 2024

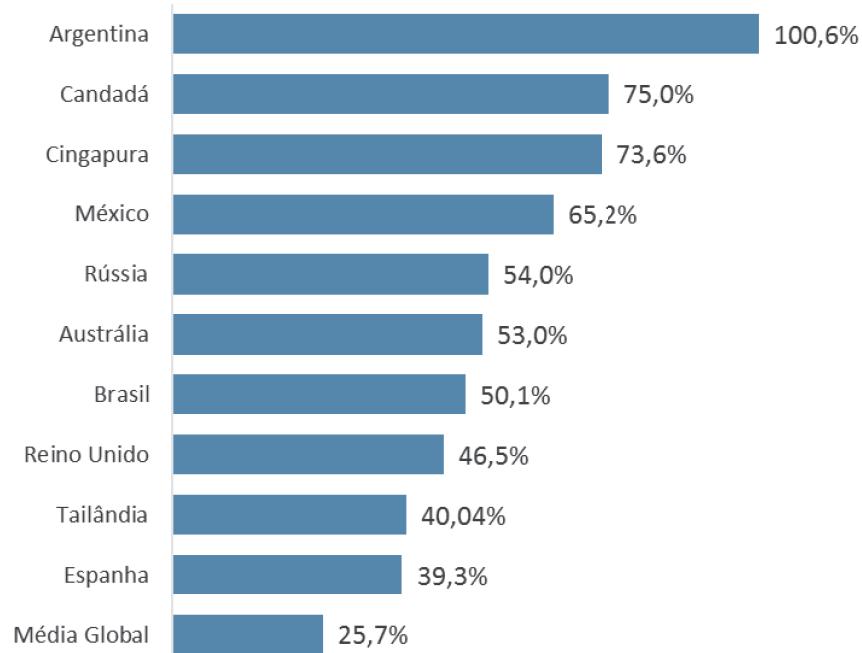


Fonte: Statista

O Brasil se destacou em 2020 estando entre os países liderem em crescimento do e-commerce de varejo. O país registrou aumento de 50,1% nas vendas online do varejo, contra um crescimento médio global de apenas 25,7%.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Países líderes no crescimento de vendas online de varejo em 2020



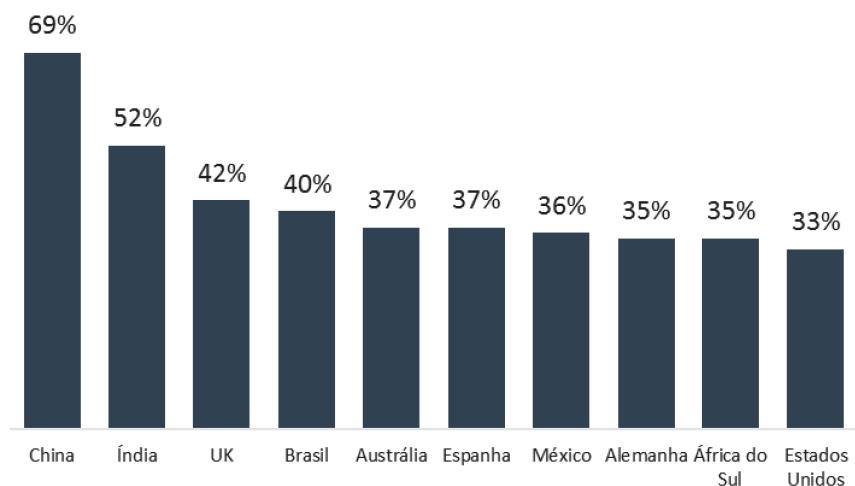
Fonte: Statista

Bancos e serviços financeiros

Outra tendência do mercado de tecnologia no Brasil é observada no sistema financeiro e de pagamentos. Com a iniciativa do Open Banking ou Sistema Financeiro Aberto o Banco Central do Brasil tem como principais objetivos trazer inovação ao sistema financeiro, promover a concorrência, e melhorar a oferta de produtos e serviços financeiros o consumidor.

Desde 2017 o Brasil está bem colocado em relação ao número de usuários de *fintechs*, com 40% de usuários de *fintechs* em relação à população digitalmente ativa, sendo o 4º mais bem posicionado

Usuários de *Fintech* (% da população digitalmente ativa)



Fonte: EY FinTech Adoption Index 2017 - The rapid emergence of FinTech

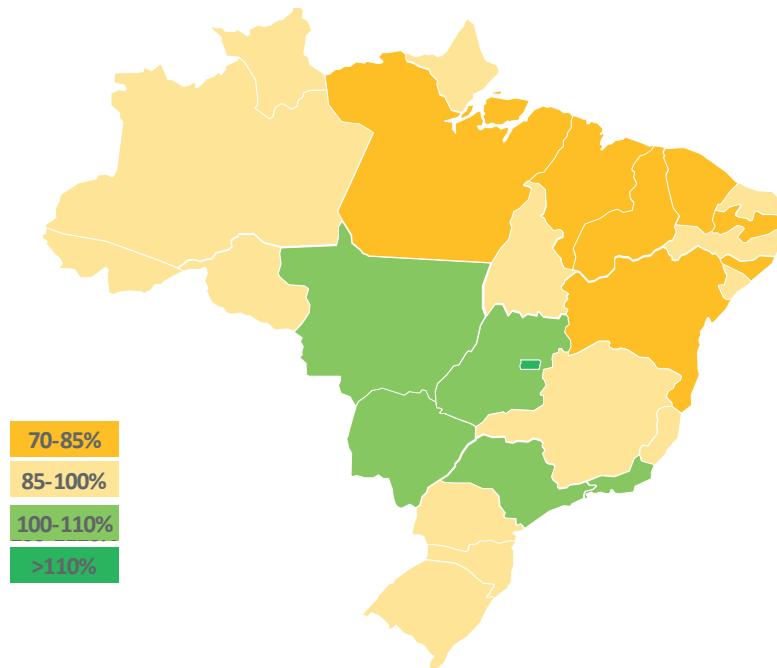
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Em fevereiro de 2020, o Banco Central deu um novo estímulo aos meios de pagamentos digitais com o lançamento do PIX, um mecanismo de pagamento instantâneo que passou a estar disponível para a população, visando acelerar a adoção de pagamentos instantâneos, melhorar a velocidade das transações, promover a inclusão financeira. A iniciativa que está popularizando o uso dos meios de pagamento digitais deve acelerar ainda mais o crescimento da vertical e colocar o Brasil em posição de destaque no segmento.

Telecomunicações

De acordo com a Anatel, até junho de 2020, o Brasil registrou 225,1 milhões de linhas móveis em operação, com aumento de 15,4 milhões de usuários na tecnologia 4G (+10,7%). Estima-se que o país tenha 95,7% da população com Acesso Móvel, com variações dependendo da geografia, como mostra o mapa abaixo.

Percentual de Acesso Móvel no Território Nacional

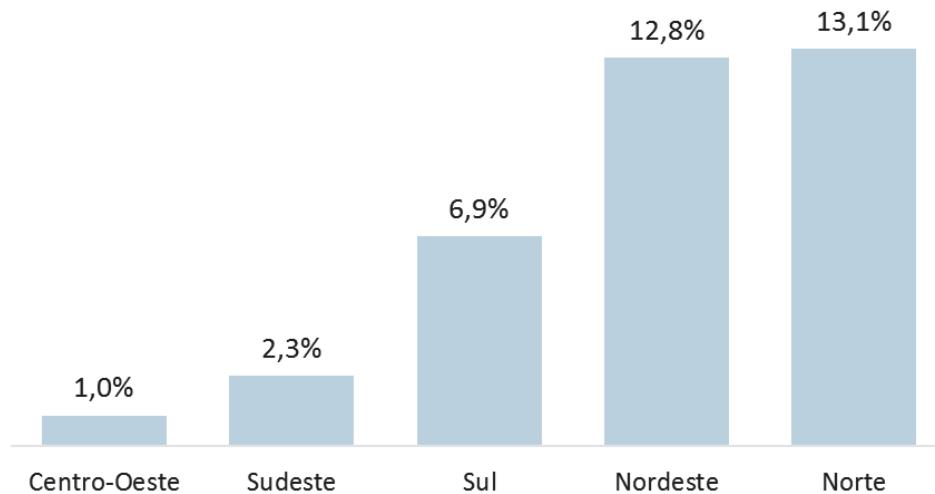


Fonte: Anatel

O segmento de banda larga fixa também mostrou aumento no número de acessos em todas as regiões do país, totalizando em junho de 2020 cerca de 34 milhões de acessos ao serviço. O gráfico abaixo mostra a evolução dos acessos entre junho de 2019 e 2020.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Crescimento dos acessos dos Serviços de Banda Larga Fixa (Jun 2019-Jun 2020)

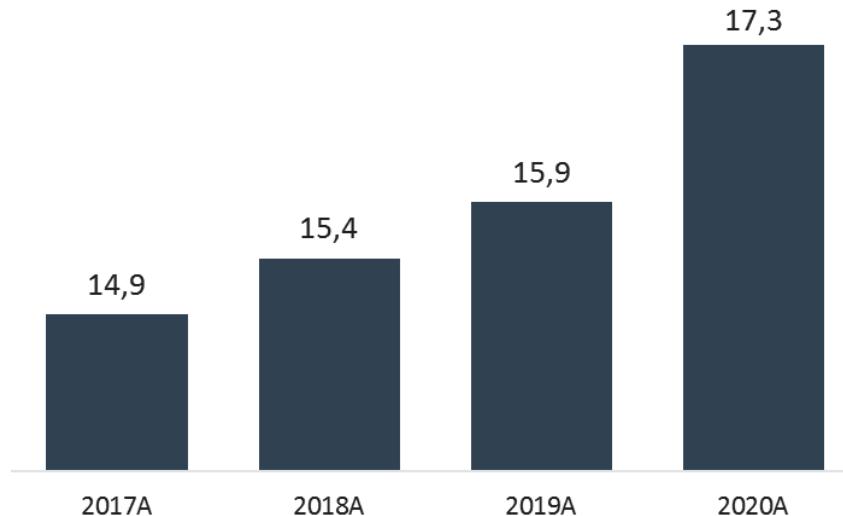


Fonte: Anatel

Apesar do crescente número de acessos à telefonia móvel, a receita proveniente do segmento apresentou alteração em sua composição ao longo dos anos. Em 2013, 74,4% do faturamento vinha dos serviços de voz, enquanto apenas 24,0% eram provenientes dos serviços de dados. Com o passar dos anos e o crescente número de usuários de internet no país, no segmento móvel não foi diferente e já em 2017 62,0% do faturamento passou a ser originado no segmento de dados.

Com relação ao faturamento da telefonia móvel na modalidade pré-paga, observou-se um crescimento de 16% em 2020 comparado a 2017, segundo a Anatel. O mercado atingiu a marca de R\$17,3 bilhões no último ano.

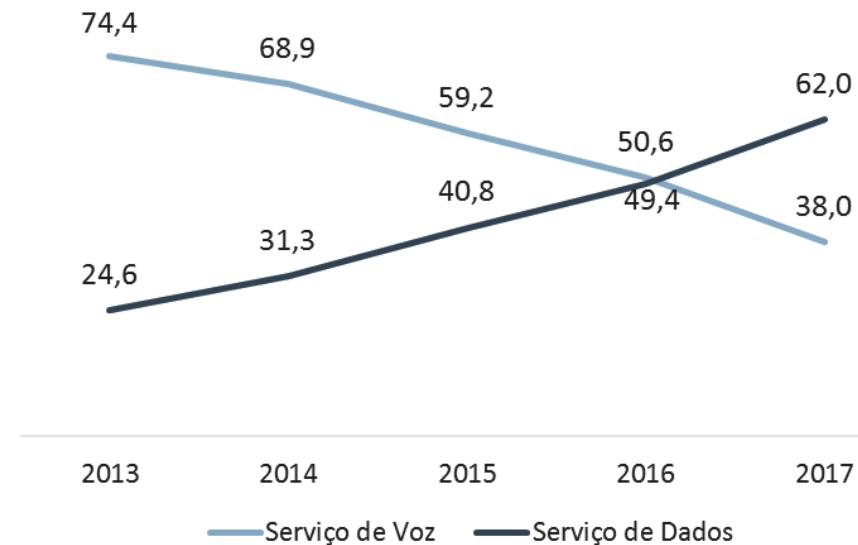
Evolução da Receita de Telefonia Móvel Pré-paga no Brasil (%)



Fonte: Anatel

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Evolução da Receita com Serviços de Dados e Voz e no Brasil (%)



Fonte: Teleco

Outra tendência observada no relatório da Deloitte é uma migração significativa do número de usuários de tecnologia 2G e 3G ao longo dos últimos anos, com aumento constante dos usuários do 4G. Com a introdução do 5G e do segmento de IoT no país, o cenário futuro se mostra promissor para as empresas de tecnologia e comunicação.

O mercado brasileiro apresenta grande potencial no segmento de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). De acordo com o Índice Global de Conectividade (GCI) apresentado no relatório da Deloitte, o Brasil aparecia na 44º colocação dos 79 países do ranking em 2017, sendo classificado como um adotante e, consequentemente, com prósperas oportunidades no setor nos próximos anos.

Adoção de mídias digitais e publicidade OOH

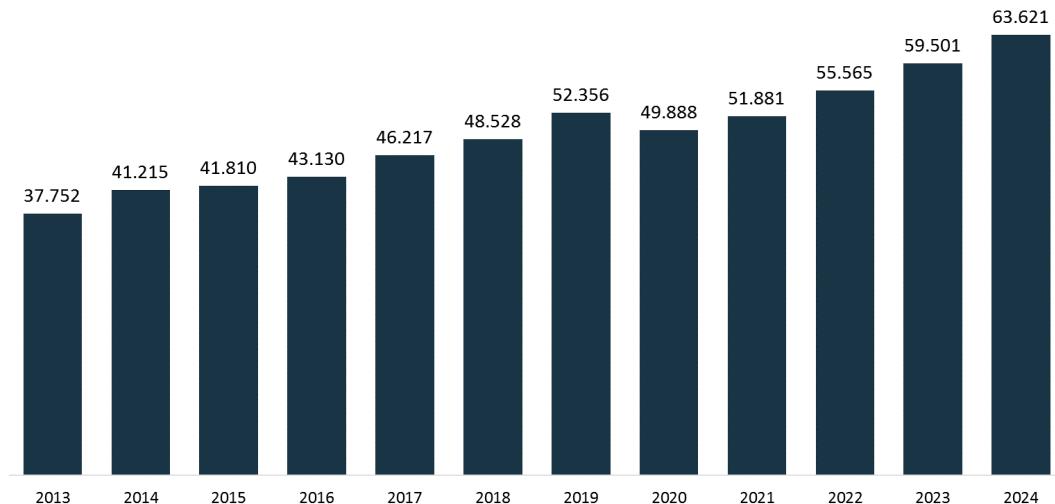
Nos últimos anos a publicidade digital se reinventou e está transformando o Marketing. A atividade publicitária relacionada ao e-commerce também é cada vez mais importante, como varejistas focados no e-commerce, como Amazon e Alibaba, estão agora entre os maiores vendedores de mídia paga.

O marketing nas redes sociais tem sido um dos segmentos que mais cresce em todo o mundo e as empresas precisam se adaptar ao novo cenário. A aproximação com o consumidor por meio das redes sociais torna a ferramenta eficaz na divulgação de marcas e produtos, saindo de um canal B2C para o C2C, por meio dos influenciadores digitais.

Ao todo, o mercado global de publicidade tem apresentado crescimento constante nos últimos anos. Entre 2013 e 2019, o crescimento composto anual ficou na média dos 5,6%, de acordo com dados do Magna Media Forecast e espera-se uma continuidade da tendência, com crescimento de 6,3% ao ano entre 2020 e 2024.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

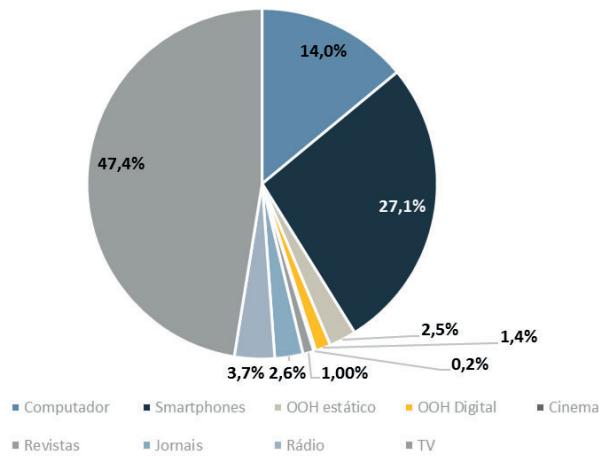
Faturamento total do Mercado Brasileiro de Publicidade (US\$ milhões)



Fonte: Magna Media Forecast (Junho de 2020)

Em 2019, segundo pesquisa da Magna Media Forecast, o meio de comunicação mais relevante no Brasil ainda era a TV, representando 47,4% do total, mas o segmento de smartphones tem apresentado forte crescimento e está gradualmente ganhando participação de mercado. Já a modalidade de OOH, que consiste nos gastos do anunciante com mídia fora de casa (*media-out-of-home*), representa apenas 4,0% do mercado nacional de publicidade.

Composição do faturamento do Mercado Brasileiro de Publicidade em 2019A (% do total)

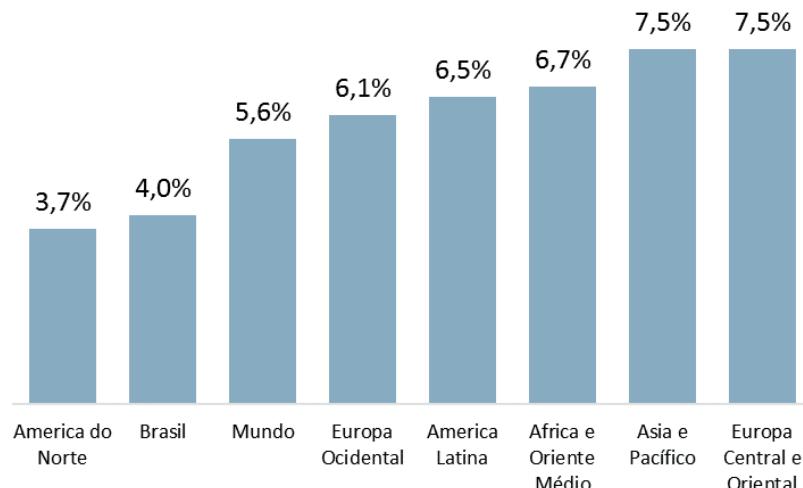


Fonte: Magna Media Forecast (Junho de 2020)

O OOH inclui gastos totais do anunciante em todos os formatos de mídia externa, sendo dividido entre OOH estático com outdoors, estruturas na rua, displays de trânsito, displays de arena esportiva, shoppings e outras redes de anúncios como elevadores de edifícios comerciais e residenciais e OOH digital que inclui qualquer mídia de publicidade externa conectada à internet. No Brasil o segmento tem penetração inferior ao que é observado em outras regiões do mundo e mostra potencial de crescimento futuro.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

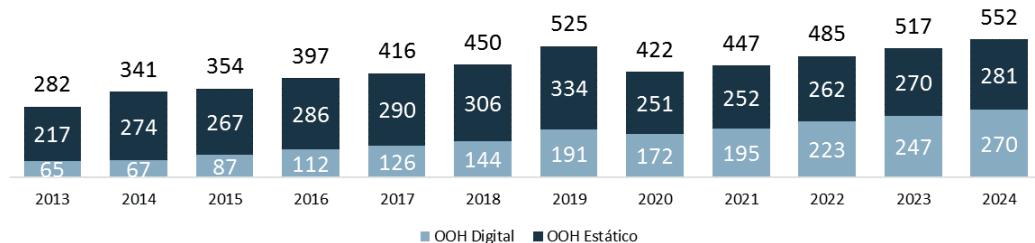
Penetração do segmento OOH (%) em 2019



Fonte: Magna Media Forecast (Junho de 2020)

De acordo com o relatório da Magna Media Forecast, o Brasil deve observar nos próximos anos uma concentração dos gastos com publicidade em smartphones e OOH digital, que é favorecido pela flexibilidade dos displays digitais, permitindo melhor atender necessidade dos anunciantes e pela capacidade de otimização do canal com melhor planejamento de campanhas. Entre 2020 e 2024, espera-se um crescimento médio anual de 51,7% no segmento de OOH digital, contra apenas 2,9% no segmento estático.

Histórico e projeções de faturamento do Mercado Brasileiro de OOH



Fonte: Magna Media Forecast (Junho de 2020)

(d) eventual sazonalidade

A Companhia entende não haver sazonalidade significativa em sua operação, visto que atua em mercados de compra e venda e prestação de serviços de telecomunicações que são consumidos durante todo o ano.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

(e) principais insumos e matérias primas, informando:

(i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Nosso processo de compras no Brasil tem como finalidade o suprimento de produtos e serviços que permitem a otimização do custo global, assegurando, ao mesmo tempo, requisitos de competitividade, qualidade e segurança.

Para garantir maior vantagem competitiva, em respeito aos princípios acima indicados, o processo de compras é realizado mediante o confronto de ofertas técnico-econômicas dos fornecedores qualificados, segundo procedimentos estabelecidos pelas empresas, observados os padrões éticos da Companhia, prevendo um adequado sistema de monitoramento e controle.

(ii) eventual dependência de poucos fornecedores

A Companhia entende não haver dependência, visto que atua em mercados de compra e venda e prestação de serviços em variados segmentos.

(iii) eventual volatilidade em seus preços

A Companhia entende não haver volatilidade significativa nos negócios. Qualquer modificação é previamente comunicada pelos fornecedores, não causando impactos operacionais

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

(a) montante total de receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

(b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Regulamentação aplicável ao Setor de Telecomunicações Panorama Regulatório

A Companhia, por meio de suas controladas, na qualidade de distribuidores, presta serviços às Operadoras de Telefonia Móvel Celular Pré-Paga (Operadoras) no sentido de viabilizar a concretização das vendas de chips de telefonia móvel celular pré-pagos e a realização de recargas de telefonia móvel celular pré-pagos, aos clientes destas Operadoras no pequeno, médio e grande varejo, estando sujeita, indiretamente, no que for pertinente aos Distribuidores, à regulação e à fiscalização da ANATEL, no que tange aos serviços de telecomunicações. Entre outras medidas necessárias ao atendimento do interesse público e para o desenvolvimento das telecomunicações brasileiras, compete à ANATEL expedir e extinguir autorizações para a prestação de serviços de telecomunicações no regime privado, fiscalizando e aplicando sanções, conforme estabelecido pelo artigo 19, XI, da Lei Federal nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (“Lei Geral de Telecomunicações” ou “LGT”).

O não cumprimento das regras da ANATEL pode resultar na aplicação das seguintes penalidades: (i) advertência; (ii) multa; (iii) suspensão temporária; (iv) caducidade; e (v) declaração de inidoneidade. Os valores das multas podem variar de R\$ 100,00 a R\$ 50.000.000,00, a depender da gravidade da infração. Antes de aplicar qualquer sanção administrativa, a ANATEL deve iniciar um processo administrativo para investigar a infração, no qual a empresa em questão terá a oportunidade de se defender previamente. A Resolução ANATEL nº 589, de 7 de maio de 2012, que aprova o Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas (“RASA”), estabelece critérios a serem observados pela agência ao aplicar sanções administrativas. A ANATEL considerará, para a aplicação de sanções administrativas, a natureza e a gravidade da infração, os danos resultantes para o serviço e seus usuários, as vantagens obtidas pelo infrator, a existência de circunstâncias agravantes, o histórico do infrator e a recorrência específica. Não obstante, mediante um processo administrativo, a ANATEL tem a prerrogativa de pedir a caducidade das outorgas para prestação dos serviços de telecomunicações de interesse coletivo, caso metas regulatórias sejam continuamente descumpridas.

Regulação relativa à Proteção de Dados Pessoais

Embora normas e leis setoriais já disciplinassem questões atinentes à privacidade e proteção de dados no Brasil, em agosto de 2018, com a promulgação da Lei nº 13.709/2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“LGPD”), as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais passaram a ser reguladas de forma geral, por meio de um sistema de regras sobre o tema que impacta todos os setores da economia.

A LGPD tem como objetivo proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e de livre desenvolvimento da personalidade das pessoas naturais, criando um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que os tratam, trazendo novas obrigações e limitações a serem observadas.

O âmbito de aplicação da LGPD abrange todas as atividades de tratamento de dados pessoais, inclusive em ambiente online, e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que (i) o tratamento de dados pessoais ocorra no Brasil; (ii) a atividade de tratamento de dados pessoais destine-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a ou tratar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os dados pessoais objeto do tratamento tenham sido coletados no Brasil.

A LGPD autorizou a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”), autoridade responsável por garantir a observância das normas sobre proteção de dados no Brasil, exercendo as funções de (i) investigação, compreendendo o poder de solicitar informações de controladores e operadores de dados pessoais; (ii) execução, nos casos de descumprimento da lei, por meio de processo administrativo; e (iii) educação, com a responsabilidade de fomentar o conhecimento sobre proteção de dados e medidas de segurança da informação no país.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Além da ANPD, outros órgãos do Poder Público já possuem histórico de atuação no tema, antes mesmo da vigência da LGPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais, exercendo a função de fiscalização baseada na LGPD, sendo competentes para aplicar, todavia, apenas as penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor ou no Marco Civil da Internet.

Nesse sentido, necessário esclarecer que a maior parte das disposições da LGPD entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020, exceto em relação às suas sanções administrativas (art. 52, 53 e 54), de competência exclusiva da ANPD, vigentes desde 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020.

Todavia, além das sanções administrativas da LGPD, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos do Poder Público, como de defesa do consumidor.

Em relação às sanções administrativas da LGPD, caso a Companhia não esteja adequada às suas disposições, estará sujeita à (i) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas; (ii) publicização da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência; obrigação de divulgação de incidente; (iii) bloqueio dos dados pessoais correspondentes à infração até a sua regularização; (d) eliminação de dados pessoais correspondentes à infração; (iv) multa diária ou simples, limitadas a até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração; (v) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador, em caso de reincidência; (vi) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, em caso de reincidência; (vii) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados.

Logo, a Companhia deve observar as disposições previstas na legislação vigente e aplicável quanto à proteção de dados, de modo a garantir conformidade com os requisitos legais e minimizar situações de risco, como indisponibilidade do serviço ou uso não autorizado de informações pessoais, já que eventual não conformidade com a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, segurança da informação e outras regulamentações governamentais no setor de tecnologia da informação, atualmente, podem resultar, também, em outras sanções, indenizações e na perda da confiança de clientes na segurança dos serviços, afetando adversamente a Companhia.

A partir deste cenário regulatório de proteção de dados, a Companhia informa que já tomou algumas providências, tais como: (i) nomeação do DPO e divulgação pública no site da Companhia; (ii) elaboração do mapeamento do fluxo de dados; (iii) elaboração, implementação e divulgação da política de privacidade; e (iv) elaboração do relatório de impactos de privacidade de dados.

(b) política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Tendo em vista a natureza de suas atividades, a Companhia, na data deste Formulário de Referência, ainda não possui uma política socioambiental implementada, ou aderiu a um padrão específico (nacional ou internacional) de práticas ambientais

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Marcas

No Brasil, marcas são sinais distintivos visualmente perceptíveis que identificam e distinguem produtos e/ou serviços, não abarcando, portanto, sinais sonoros, gustativos e/ou olfativos. Em alguns

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

casos, as marcas também possuem a função de certificar a conformidade de produtos e/ou serviços com determinadas normas e/ou especificações técnicas.

A Lei nº 9.279/1996 ("Lei de Propriedade Industrial"), dispõe que a propriedade de determinada marca somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), autarquia federal responsável pelo registro de marcas e patentes, e outros direitos de propriedade intelectual no Brasil.

Após a aprovação do registro de marca pelo INPI, o titular da marca passa a deter a propriedade desta em conjunto com o direito de uso exclusivo da marca, em todo território nacional, por um período determinado de 10 (dez) anos, prorrogável por períodos iguais sucessivos, mediante o pagamento de taxas adicionais ao INPI. Tal requisição precisa ser realizada no último ano de validade de registro, ou nos seis meses subsequentes ao término do período de vigência do registro.

Durante o processo de registro, aquele que requereu o registro de determinada marca (denominado "depositante") possui apenas uma expectativa de direito de propriedade para a identificação de seus produtos ou serviços e o direito de zelar pela integridade material e/ou reputação do sinal requerido. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas de retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; ou (ii) indeferimento do pedido de registro pelo INPI; ou (iii) não contestação e/ou não cumprimento de exigência formulada pelo INPI.

Ainda, relevante destacar que o registro de determinada marca se extingue pela (i) expiração do prazo de vigência (quando da não renovação no prazo adequado); ou (ii) renúncia (abandono voluntário do titular ou pelo representante legal); ou (iii) caducidade (falta de uso da marca); ou (iv) inobservância do disposto no artigo 217 da Lei de Propriedade Industrial (necessidade da pessoa domiciliada no exterior manter procurador no Brasil), sendo, portanto, um requisito de manutenção do registro de marca a continuidade de seu uso, nos termos do pedido de registro depositado junto ao INPI.

Na data de fechamento do presente Formulário de Referência, a Companhia é titular de 4 pedidos e de 5 registros de marcas junto ao INPI, em nome próprio ou de outras sociedades empresárias que compõe o seu grupo econômico, dentre as quais destacam-se as seguintes na promoção dos negócios da Companhia: RV Tecnologia e Sistemas, Aplic, Zazpag, Zazcred e RV GO.

Nomes de Domínio

Um nome de domínio é uma identificação de autonomia, autoridade ou controle dentro da internet. Os nomes de domínio seguem as regras e procedimentos do *Domain Name System* ("DNS"), de modo que qualquer nome registrado no DNS é um nome de domínio. No Brasil, o responsável pelo registro de nomes de domínio, bem como pela administração e publicação do DNS para o domínio ".br", a distribuição de endereços de sites e serviços de manutenção é o Registro.br.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Na data de fechamento deste Formulário de Referência, a Companhia é titular de, 45 nomes de domínios de internet devidamente registrados junto ao Registro.br e os órgãos competentes internacionais, os quais são utilizados como canais de informação ao público, dentre os quais se destacam:

| DOMINIO | STATUS | EXPIRAÇÃO | HOSPEDADO | CNPJ |
|------------------------------|-----------|------------|-------------|--------------------|
| APLIC.APP | Publicado | 29/08/2022 | GoDaddy | 27.022.347/0001-91 |
| APLIC.COM.BR | Publicado | 01/03/2022 | Registro.br | 05.022.353/0001-06 |
| APLICAPP.COM.BR | Expirado | 21/08/2021 | Registro.br | 05.022.353/0001-06 |
| APLICCEL.COM.BR | Publicado | 15/10/2021 | Registro.br | 05.022.353/0001-06 |
| APLICCELL.COM.BR | Publicado | 15/10/2021 | Registro.br | 05.022.353/0001-06 |
| APLICDIGITAL.COM.BR | Expirado | 21/08/2021 | Registro.br | 05.022.353/0001-06 |
| APLICPAY.COM.BR | Congelado | 01/07/2021 | Registro.br | 27.022.347/0001-91 |
| BMLOGISTICA.COM.BR | Publicado | 28/04/2022 | Registro.br | 05.022.353/0001-06 |
| BMRV.COM.BR | Publicado | 01/11/2021 | Registro.br | 05.022.353/0001-06 |
| CELCARD.COM.BR | Publicado | 04/01/2022 | Registro.br | 05.022.353/0001-06 |
| CELCARD.NET.BR | Congelado | 29/05/2021 | Registro.br | 05.022.353/0001-06 |
| CELLCARD.COM.BR | Expirando | 18/09/2021 | Registro.br | 05.022.353/0001-06 |
| CELLCARD.NET.BR | Congelado | 29/05/2021 | Registro.br | 05.022.353/0001-06 |
| CONECTAMOSVOCE.COM.BR | Publicado | 08/10/2021 | Registro.br | 05.022.353/0001-06 |
| DIGITALRV.COM.BR | Congelado | 27/07/2021 | Registro.br | 05.022.353/0001-06 |
| INTEGRACELL.COM.BR | Publicado | 27/11/2021 | Registro.br | 05.022.353/0001-06 |
| MAISCLIENTESNASUALOJA.COM.BR | Expirado | 24/08/2021 | Registro.br | 27.022.347/0001-91 |
| PORTALGENTE.COM.BR | Publicado | 08/11/2021 | Registro.br | 05.022.353/0001-06 |
| RECARGA24H.COM.BR | Expirado | 19/08/2021 | Registro.br | 05.022.353/0001-06 |
| RECARGA24HORAS.COM.BR | Expirado | 19/08/2021 | Registro.br | 05.022.353/0001-06 |
| RECARGAVIRTUAL.COM.BR | Publicado | 04/01/2022 | Registro.br | 05.022.353/0001-06 |
| RECARGAVIRTUAL.NET.BR | Congelado | 29/05/2021 | Registro.br | 05.022.353/0001-06 |
| REDEAPLIC.COM.BR | Expirado | 21/08/2021 | Registro.br | 05.022.353/0001-06 |
| REDERV.COM.BR | Congelado | 10/08/2021 | Registro.br | 05.022.353/0001-06 |
| REDERVDIGITAL.COM.BR | Congelado | 27/07/2021 | Registro.br | 05.022.353/0001-06 |
| REDERVDIGITALBR.COM.BR | Congelado | 10/08/2021 | Registro.br | 05.022.353/0001-06 |
| RV24H.COM.BR | Expirado | 19/08/2021 | Registro.br | 05.022.353/0001-06 |
| RV24HORAS.COM.BR | Expirado | 19/08/2021 | Registro.br | 05.022.353/0001-06 |
| RVCONNECTAVOCE.COM.BR | Publicado | 08/10/2021 | Registro.br | 05.022.353/0001-06 |
| RVDIGITAL.NET.BR | Congelado | 10/08/2021 | Registro.br | 05.022.353/0001-06 |
| RVDIGITALBR.COM.BR | Congelado | 10/08/2021 | Registro.br | 05.022.353/0001-06 |
| RVDIGITALBRASIL.COM.BR | Expirando | 14/09/2021 | Registro.br | 05.022.353/0001-06 |
| RVGO.COM.BR | Publicado | 27/11/2021 | Registro.br | 05.022.353/0001-06 |
| RVHUB.COM.BR | Publicado | 14/04/2022 | Registro.br | 27.022.347/0001-91 |
| RVLAB.COM.BR | Publicado | 27/07/2023 | Registro.br | 05.022.353/0001-06 |
| RVLABS.COM.BR | Publicado | 14/04/2022 | Registro.br | 27.022.347/0001-91 |
| RVMIDIA.COM.BR | Publicado | 27/07/2023 | Registro.br | 05.022.353/0001-06 |
| RVPOINT.COM.BR | Publicado | 14/04/2022 | Registro.br | 27.022.347/0001-91 |
| RVTEC.COM.BR | Congelado | 07/07/2021 | Registro.br | 05.022.353/0001-06 |
| RVTEC.NET.BR | Congelado | 29/05/2021 | Registro.br | 05.022.353/0001-06 |
| RVTECNOLOGIA.COM.BR | Publicado | 04/10/2021 | Registro.br | 05.022.353/0001-06 |
| RVTECNOLOGIA.NET.BR | Congelado | 29/05/2021 | Registro.br | 05.022.353/0001-06 |
| SEJARVDIGITAL.COM.BR | Congelado | 27/07/2021 | Registro.br | 05.022.353/0001-06 |
| USERV.COM.BR | Congelado | 10/08/2021 | Registro.br | 05.022.353/0001-06 |
| USERVDIGITAL.COM.BR | Congelado | 27/07/2021 | Registro.br | 05.022.353/0001-06 |

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Softwares Próprios

Um programa de computador, ou software, é um conjunto de instruções escritas em linguagem de programação para que seja realizada determinada tarefa. Um software pode ser definido, ainda, como “expressão de um conjunto organizado de instruções em linguagem natural ou codificada, contida em suporte físico de qualquer natureza, de emprego necessário em máquinas automáticas de tratamento da informação, dispositivos, instrumentos ou equipamentos periféricos, baseados em técnica digital ou análoga, para fazê-los funcionar de modo e para fins determinados”, nos termos do artigo 1º da Lei nº 9.609/98 (“[Lei de Software](#)”).

No Brasil, os softwares são protegidos pelas normas de direitos autorais, essencialmente, a Convenção de Berna sobre Direitos do Autor, ratificado no Brasil por meio da publicação do Decreto nº 75.699/75 e a Lei nº 9.610/98 (“[Lei de Direitos Autorais](#)”) em conjunto com a Lei de Software, de modo que a proteção dos direitos sobre determinado software independe de registro.

No entanto, o registro de software concedido pelo INPI é a forma mais segura de garantir a propriedade de software e obter um nível alto de segurança jurídica quanto a sua autoria e, ainda, contra eventuais usos indevidos ou não autorizados, bem como atos de concorrência desleal praticados por terceiros.

Após a concessão do registro do software pelo INPI, o registro de software possui vigência pelo período de 50 (cinquenta) anos, contados a partir de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação ou, na ausência desta, da sua criação, em todos os 176 (cento e setenta e seis) países membros da Convenção de Berna.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possui 5 softwares próprios que não encontram-se registrados junto o INPI.

Para mais informações sobre os ativos de propriedade intelectual relevantes da Companhia, favor verificar o item 9.1.b deste Formulário de Referência.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

A Companhia não está sujeita a nenhuma regulação estrangeira em suas atividades.

7.8 - Políticas Socioambientais

7.8 - Políticas socioambientais

- (a) se o emissor divulga informações sociais e ambientais por meio de relatório anual, de sustentabilidade ou integrado**

A Companhia não divulga informações sociais e ambientais por meio de relatório anual de sustentabilidade ou integrado.

- (b) a metodologia seguida na elaboração dessas informações**

A Companhia não divulga informações sociais e ambientais por meio de relatório anual de sustentabilidade ou integrado.

- (c) se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente**

A Companhia não divulga informações sociais e ambientais por meio de relatório anual de sustentabilidade ou integrado.

- (d) a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações**

A Companhia não divulga informações sociais e ambientais por meio de relatório anual de sustentabilidade ou integrado.

- (e) se o relatório leva em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela ONU e quais são os ODS materiais para o negócio da Companhia**

A Companhia não divulga informações sociais e ambientais por meio de relatório anual de sustentabilidade ou integrado.

- (f) se o emissor não divulga relatório anual, de sustentabilidade ou integrado que leve em conta os ODS, explicar o motivo**

A Companhia entende que a legislação atual não traz essa exigência para as suas atividades.

7.9 - Outras Informações Relevantes

7.9 - Outras informações relevantes

Responsabilidade Social, Patrocínio e Incentivo Cultural

A Companhia não adota políticas de responsabilidade social, patrocínio e incentivo cultural, bem como não desenvolve ou participa de projetos nessas áreas.

8.1 - Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia e que não tenham sido mencionadas no item 15.7 deste Formulário no período de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia no período de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não foi celebrado nenhum contrato relevante pela Companhia ou por suas controladas que não fosse diretamente relacionado com suas atividades operacionais no período de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

8.4 - Outras informações relevantes – Negócios extraordinários

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 8.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes – outros

Além dos ativos discriminados nos itens a seguir, não existem outros bens do ativo não-circulante que a Companhia julgue relevantes.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

| Descrição do bem do ativo imobilizado | País de localização | UF de localização | Município de localização | Tipo de propriedade |
|--|---------------------|-------------------|--------------------------|---------------------|
| Rua Pará nº 885 - 7º Andar - Sala 702 - São Geraldo | Brasil | AM | Manaus | Alugada |
| Rua Pará nº 885 - 7º Andar - Sala 703 - São Geraldo | Brasil | AM | Manaus | Alugada |
| Avenida Magalhães Neto nº 1550 - 1º Andar - Sala 106 - Pituba | Brasil | BA | Salvador | Alugada |
| Rua João Lisboa nº 1288 - Entroncamento | Brasil | MA | Imperatriz | Alugada |
| Rua Auxiliar II nº 33 - Sala 206 - 2º Andar - Cohajap | Brasil | MA | São Luís | Alugada |
| Plataforma Tecnológica | Brasil | MG | Belo Horizonte | Própria |
| Avenida Do Contorno nº 5351 - 11º Andar - Sala 1.106 - Funcionários | Brasil | MG | Belo Horizonte | Alugada |
| Avenida. Do Contorno nº 5351 - 11º Andar - Sala 1.107 - Funcionários | Brasil | MG | Belo Horizonte | Alugada |
| Avenida Do Contorno nº 5351 - 11º Andar - Sala 1.108 - Funcionários | Brasil | MG | Belo Horizonte | Alugada |
| Avenida Do Contorno nº 5351 - 11º Andar - Sala 1.109 - Funcionários | Brasil | MG | Belo Horizonte | Alugada |
| Alameda Oscar Niemeyer nº 132 - Subsala 01 – Sala Squad 8 - Vale do Sereno | Brasil | MG | Nova Lima | Alugada |
| Rua Quinze de Novembro nº 260 – 2º Andar - Belém | Brasil | PA | Belém | Alugada |
| Avenida Rui Barbosa nº 956, Sala 211 - Centro | Brasil | PA | Santarém | Alugada |
| Avenida Júlia Freire nº 1.200, Sala 19 - Expedicionários | Brasil | PB | João Pessoa | Alugada |
| Avenida Getúlio Vargas nº 467, Sala 06 - Centro | Brasil | PI | Picos | Alugada |
| Rua Doutor Julio César Ribeiro de Souza, nº 866 - Hauer | Brasil | PR | Curitiba | Alugada |
| Rua Minas Gerais nº 297 Sala 191-A - Centro | Brasil | PR | Londrina | Alugada |
| Rua Da Assembleia nº 100 - Sala 2901 Parte – Centro | Brasil | RJ | Rio de Janeiro | Alugada |
| Avenida Carlos Gomes nº 777 - Auxiliadora | Brasil | RS | Porto Alegre | Alugada |
| Rua Julio Conceição, nº 199 – 1º Andar - Sala 01 - Conj. 11 Parte - Vila Mathias | Brasil | SP | Santos | Alugada |
| Rua Julio Conceição nº 199 - 1º Andar - Sala 03 - Vila Matias | Brasil | SP | Santos | Alugada |
| Rua Antonio Carlos nº 582 - Consolação | Brasil | SP | São Paulo | Alugada |
| Avenida Antonio Carlos Comitre nº 510 - 5º Andar - Sala 55 - Parque Campolim | Brasil | SP | Sorocaba | Alugada |
| POS – Point Of Sale | Brasil | MG | Belo Horizonte | Própria |

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---------------|---|---------|--|---|
| Marcas | Registro nº 826270115, Até 03/02/2025 para a marca "RV TECNOLOGIA E SISTEMAS", mista, na classe NCL (8) 35. | | <p>No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p> | <p>A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia. O que poderá acarretar perda substancial do ativo da Companhia. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.</p> |
| Marcas | Registro nº 901683574, Até 29/01/2023 para a marca "APLIC", mista, na classe NCL (9) 35. | | <p>No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p> | <p>A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia. O que poderá acarretar perda substancial do ativo da Companhia. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.</p> |
| Marcas | Registro nº 827383452, Até 30/10/2027 para a marca "AZPAG", mista, na classe NCL (8) 36. | | <p>No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p> | <p>A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia. O que poderá acarretar perda substancial do ativo da Companhia. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.</p> |

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---------------|--|---------|---|--|
| Marcas | Registro nº 827383460, Até 30/10/2027 para a marca “ZAZCRED”, mista, na classe NCL (8) 36. | | No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. | A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia. O que poderá acarretar perda substancial do ativo da Companhia. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros. |
| Marcas | Registro nº 914587374, Até 16/04/2029 para a marca “RV GO”, mista, na classe NCL (11) 35. | | No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. | A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia. O que poderá acarretar perda substancial do ativo da Companhia. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros. |
| Marcas | Pedido de registro nº 920669840, para a marca “RV DIGITAL”, mista, na classe NCL (11) 09. | N/A | Não aplicável, trata-se de pedido de registro com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LP, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zejar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI. | Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito. |
| Marcas | | 485 | | |

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---------------|--|---------|--|---|
| Marcas | Pedido de registro nº 921317530, para a marca "RV MÍDIA", mista, na classe NCL (11)35. | N/A | Não aplicável, trata-se de pedido de registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LP, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI. | Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito. |
| Marcas | Pedido de registro nº 921317727, para a marca "RV HUB", mista, na classe NCL (11)42. | N/A | Não aplicável, trata-se de pedido de registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LP, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI. | Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito. |
| 486 | Pedido de registro nº 921317905, para a marca "RV HUB", mista, na classe NCL (11)35. | N/A | Não aplicável, trata-se de pedido de registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LP, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI. | Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito. |
| Marcas | Pedido de registro nº 921317425, para a marca "RV LAB", mista, na classe NCL (11)42. | N/A | Não aplicável, trata-se de pedido de registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LP, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI. | Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito. |

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|-----------------------------|--|----------------|--|---|
| Marcas | Pedido de registro nº 921317344, para a marca "RV POINT", mista, na classe NCL (11)35. | N/A | Não aplicável, trata-se de pedido de registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LP, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI. | Não aplicável, trata-se de pedido de registro. A Companhia tem mera expectativa de direito. |
| Nome de domínio na internet | <aplic.com.br> | Até 01/03/2022 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio. | Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio. |
| Nome de domínio na internet | <rvidigitalbrasil.com.br> | Até 14/09/2021 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio. | Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio. |

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|-----------------------------|--------------------|----------------|--|---|
| Nome de domínio na internet | <rvgo.com.br> | Até 27/11/2021 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio. | Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio. |
| Nome de domínio na internet | <rvhub.com.br> | Até 14/04/2022 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio. | Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio. |
| Nome de domínio na internet | <rvlab.com.br> | Até 27/07/2023 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio. | Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio. |

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|-----------------------------|------------------------|----------------|--|---|
| Nome de domínio na internet | <rvmidia.com.br> | Até 27/07/2023 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: | (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio. |
| Nome de domínio na internet | <rvtpoint.com.br> | Até 14/04/2022 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: | (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio. |
| Nome de domínio na internet | <rvttecnologia.com.br> | Até 04/10/2021 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: | (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio. |

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|-----------------------------|----------------------|----------------|--|---|
| Nome de domínio na internet | <bmlogistica.com.br> | Até 28/04/2022 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: | (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio. |
| Nome de domínio na internet | <bmrv.com.br> | Até 01/11/2021 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: | (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio. |
| Nome de domínio na internet | <cellcard.com.br> | Até 18/09/2021 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: | (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio. |

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|-----------------------------|----------------------|----------------|---|---|
| Nome de domínio na internet | <integracell.com.br> | Até 27/11/2021 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio. | Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio. |
| Nome de domínio na internet | <portalgente.com.br> | Até 08/11/2021 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio. | Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio. |

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

| Denominação Social | CNPJ | Código CVM | Tipo sociedade | País sede | UF sede | Município sede | Descrição das atividades desenvolvidas | Participação do emissor (%) |
|---|-----------------------------|----------------------------|--|-----------|----------------|----------------|---|-----------------------------|
| Exercício social | Valor contábil - variação % | Valor mercado - variação % | Montante de dividendos recebidos (Reais) | | Data | Valor (Reais) | | |
| APLIC TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A. | 27.022.347/0001-91 | - | Controlada | Brasil | MG | Nova Lima | Outras atividades de serviços prestados à empresas do grupo | 100,000000 |
| 30/06/2021 | 112.046142 | 0,000000 | | 0,00 | Valor mercado | | | |
| 31/12/2020 | 28.195939 | 0,000000 | | 0,00 | Valor contábil | 30/06/2021 | 11.213.000,00 | |
| 31/12/2019 | -1.442679 | 0,000000 | | 0,00 | | | | |
| 31/12/2018 | 4558.000000 | 0,000000 | | 0,00 | | | | |
| Razões para aquisição e manutenção de tal participação | | | | | | | | |
| Os investimentos foram efetuados visando complementar as operações próprias da Companhia, com o objetivo estratégico central de fortalecer as bases de sustentação de seus negócios e o crescimento de suas atividades. | | | | | | | | |
| BM LOGÍSTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS S.A. | 00.1173.342/0001-03 | - | Controlada | Brasil | BA | Salvador | Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico | 100,000000 |
| 30/06/2021 | 28.524946 | 0,000000 | | 0,00 | Valor mercado | | | |
| 31/12/2020 | 0.000000 | 0,000000 | | 0,00 | Valor contábil | 30/06/2021 | 7.110.000,00 | |
| 31/12/2019 | -100.000000 | 0,000000 | | 0,00 | | | | |
| 31/12/2018 | -88.554611 | 0,000000 | | 0,00 | | | | |
| Razões para aquisição e manutenção de tal participação | | | | | | | | |
| Os investimentos foram efetuados visando complementar as operações próprias da Companhia, com o objetivo estratégico central de fortalecer as bases de sustentação de seus negócios e o crescimento de suas atividades. | | | | | | | | |
| RV TECNOLOGIA E SISTEMAS S.A. | 05.022.353/0001-06 | - | Controlada | Brasil | MG | Belo Horizonte | Outras atividades de serviços prestados à empresas do grupo | 100,000000 |
| 30/06/2021 | -7.328633 | 0,000000 | | 0,00 | Valor mercado | | | |
| 31/12/2020 | 165.449438 | 0,000000 | | 0,00 | Valor contábil | 30/06/2021 | 21.019.000,00 | |
| 31/12/2019 | 21.536273 | 0,000000 | | 0,00 | | | | |
| 31/12/2018 | -56.607617 | 0,000000 | | 0,00 | | | | |
| Razões para aquisição e manutenção de tal participação | | | | | | | | |
| Os investimentos foram efetuados visando complementar as operações próprias da Companhia, com o objetivo estratégico central de fortalecer as bases de sustentação de seus negócios e o crescimento de suas atividades. | | | | | | | | |

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 9.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9, devem ser lidas em conjunto com nossas informações financeiras trimestrais referentes aos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e em 30 de junho de 2020, as quais foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “*Interim Financial Reporting*”, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), bem como com nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* ou “**IFRS**”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“**CPC**”) e aprovados pela CVM.

Neste item são apresentadas, pelos Diretores da Companhia, informações que se destinam à auxiliar investidores e partes interessadas no entendimento e análise das condições financeiras e patrimoniais da Companhia.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens das demonstrações financeiras entre um exercício e outro. A Análise Vertical representa o percentual ou item em relação às receitas líquidas para os exercícios aplicáveis aos resultados das operações, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas de encerramento dos exercícios aplicáveis para informações de balanço patrimonial.

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia entende que possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para (i) implementar o seu plano de negócios e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo. Ademais, a Diretoria acredita que a geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

| (em R\$ mil, exceto %) | Em 30 de junho de | | Em 31 de dezembro de | |
|---|-------------------|----------------|----------------------|----------------|
| | 2021 | 2020 | 2019 | 2018 |
| Empréstimos e financiamentos (circulante) | 58.187 | 61.434 | 51.784 | 34.850 |
| Empréstimos e financiamentos (não circulante) | 91.972 | 61.857 | 66.988 | 73.959 |
| Dívida bruta | 150.159 | 123.291 | 118.772 | 108.809 |
| Composição da dívida bruta | | | | |
| Circulante | 38,8% | 49,8% | 43,6% | 32,0% |
| Não circulante | 61,2% | 50,2% | 56,4% | 68,0% |
| (-) Caixa e equivalentes de caixa | (27.529) | (17.814) | (30.816) | (16.111) |
| (-) Títulos e valores mobiliários | (44.714) | (44.316) | (34.622) | (46.338) |
| Dívida líquida | 77.916 | 61.161 | 53.334 | 46.360 |

Em 30 de junho de 2021, a Companhia possuía uma dívida bruta (empréstimos e financiamentos do circulante e não circulante) de R\$150.159 mil, sendo 38,8% dessa dívida de curto prazo (circulante), e 61,2% de longo prazo (não circulante). A dívida líquida (empréstimos e

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

financiamentos do circulante e não circulante, descontado do caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários) da Companhia é de R\$77.916 mil.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía uma dívida bruta (empréstimos e financiamentos do circulante e não circulante) de R\$123.291 mil, sendo 49,8% dessa dívida de curto prazo, e 50,2% de longo prazo. A dívida líquida (empréstimos e financiamentos do circulante e não circulante, descontado do caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários) da Companhia é de R\$61.161 mil.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía uma dívida bruta (empréstimos e financiamentos do circulante e não circulante) de R\$118.772 mil, sendo 43,6% dessa dívida de curto prazo, e 56,4% de longo prazo. A dívida líquida (empréstimos e financiamentos do circulante e não circulante, descontado do caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários) da Companhia é de R\$53.334 mil.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía uma dívida bruta (empréstimos e financiamentos do circulante e não circulante) de R\$108.809 mil, sendo 32,0% dessa dívida de curto prazo, e 68,0% de longo prazo. A dívida líquida (empréstimos e financiamentos do circulante e não circulante, descontado do caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários) da Companhia é de R\$46.360 mil.

| (em R\$ mil, exceto índices) | Em 30 de junho de | | Em 31 de dezembro de | |
|---|-------------------|----------------|----------------------|----------------|
| | 2021 | 2020 | 2019 | 2018 |
| Passivo circulante | 303.309 | 320.719 | 311.850 | 254.280 |
| Passivo não circulante | 178.208 | 134.088 | 122.016 | 126.003 |
| Passivo total | 481.517 | 454.807 | 433.866 | 380.283 |
| Patrimônio líquido | 19.474 | 82.461 | 61.136 | 57.220 |
| Índice de endividamento ⁽¹⁾ | 24,7 | 5,5 | 7,1 | 6,6 |

⁽¹⁾Corresponde à divisão entre o total passivo e o patrimônio líquido.

Em 30 de junho de 2021, o índice de endividamento da Companhia era de 24,7. O aumento do índice de endividamento entre 31 de dezembro de 2020 e 30 de junho de 2021 é devido, principalmente, à destituição das reservas de lucros para distribuição de dividendos adicionais, que passou de R\$ 78.389 mil para R\$ 389 mil, uma variação de R\$ 78.000 mil, ou 99,5%, bem como o aumento dos saldos de empréstimos e financiamentos que passou de R\$ 123.291 mil para R\$ 150.159 mil, resultando em variação de R\$ 26.868 mil, ou 21,8%, e aumento no saldo de provisões para contingências, que passou de R\$ 28.555 mil para R\$ 39.052 mil, uma variação de R\$ 10.497 mil, ou 36,8%.

Em 31 de dezembro de 2020, o índice de endividamento da Companhia era de 5,5. A redução do índice de endividamento entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020 é devida, principalmente, ao aumento no saldo de reserva de lucros, que passou de R\$ 56.621 mil para R\$ 78.389 mil, resultando em variação no montante de R\$ 21.768 mil, ou 38,4%.

Em 31 de dezembro de 2019, o índice de endividamento da Companhia era de 7,1, o qual apresentou um aumento quando comparado ao índice de endividamento em 31 de dezembro de 2018 que era 6,6. O aumento do índice de endividamento entre 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019 é decorrente, principalmente, da aquisição de empréstimos e financiamentos, que passou de R\$ 108.809 mil para R\$ 118.772 mil, um acréscimo no valor de R\$ 9.963 mil, ou 9,2%, bem como incremento no saldo de fornecedores a pagar, que passou de R\$ 188.955 mil para R\$ 213.546 mil, resultando em variação no valor de R\$ 24.591 mil, ou 13,0%, e aumento no saldo

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

de partes relacionadas, que passou de R\$ 75 mil para R\$ 10.124 mil, um aumento de R\$ 10.049 mil.

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

A Diretoria acredita que a estrutura de capital da Companhia é adequada para atender às demandas e necessidades das operações e continuar executando seu plano de crescimento.

Na tabela abaixo, consta a estrutura de capital da Companhia em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

| (em R\$ mil, exceto %) | Em 30 de junho de | Em 31 de dezembro de | | | |
|--|-------------------|----------------------|----------------|----------------|------|
| | | 2021 | 2020 | 2019 | 2018 |
| Capital de terceiros (passivo circulante e não circulante) | 481.517 | 454.807 | 433.866 | 380.283 | |
| Capital próprio (patrimônio líquido) | 19.474 | 82.461 | 61.136 | 57.220 | |
| Capitalização total (terceiros + próprio) | 500.991 | 537.268 | 495.002 | 437.503 | |
| Percentual de capital de terceiros | 96,1% | 84,7% | 87,6% | 86,9% | |
| Percentual de capital próprio | 3,9% | 15,3% | 12,4% | 13,1% | |

Capital Próprio

Em 30 de junho de 2021, o patrimônio líquido da Companhia totalizava um saldo de R\$ 19.474 mil, enquanto em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$ 82.461 mil, esta variação é decorrente, principalmente, da destituição de reserva de lucros para dividendos adicionais a pagar, que passou de R\$ 78.389 mil para R\$ 389 mil, um decréscimo no valor de R\$ 78.000 mil, ou 99,5%.

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$ 82.461 mil, enquanto em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$ 61.136 mil, esta variação é decorrente, principalmente, do aumento da reserva de lucros, que passou de R\$ 56.621 mil para R\$ 78.389 mil, um aumento de R\$ 21.768 mil, ou 38,4%.

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$ 61.136 mil, enquanto em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$ 57.220 mil, esta variação é decorrente, principalmente, do aumento da reserva de lucros, que passou de R\$ 52.055 mil para R\$ 56.621 mil, um aumento de R\$ 4.566 mil, ou 8,8%.

Capital de Terceiros

Em 30 de junho de 2021, o total de passivo da Companhia somava R\$ 481.517 mil, enquanto em 31 de dezembro de 2020, o total de passivo da Companhia era de R\$ 454.807 mil. Essa variação decorre, principalmente, do aumento de dividendos a pagar, que possuía o saldo de R\$ 4.313 mil, e o saldo passou a ser de R\$ 73.159 mil, um aumento de R\$ 68.846 mil, bem como o aumento do saldo de empréstimos e financiamentos, que passou de R\$ 123.291 mil para R\$ 150.129 mil, um acréscimo de R\$ 26.868 mil, ou 21,8%, e a diminuição do saldo de fornecedores, que passou de R\$ 180.337 mil para R\$ 110.319 mil, um decréscimo de R\$ 70.018 mil, ou 38,8%.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 31 de dezembro de 2020, o total de passivo da Companhia somava R\$ 454.807 mil, enquanto em 31 de dezembro de 2019, o total de passivo da Companhia era de R\$ 433.866 mil. Essa variação decorre, principalmente, do aumento de adiantamentos de clientes, que possuía o saldo de R\$ 12.041 mil, e o saldo passou a ser de R\$ 39.342 mil, um aumento de R\$ 27.301 mil, ou 226,7%, bem como o aumento do saldo de provisões para contingências, que passou de R\$ 9.771 mil para R\$ 28.555 mil, um acréscimo de R\$ 18.784 mil, ou 192,2%, e a diminuição do saldo de fornecedores, que passou de R\$ 213.546 mil para R\$ 180.337 mil, um decréscimo de R\$ 33.209 mil, ou 15,6%.

Em 31 de dezembro de 2019, o total de passivo da Companhia somava R\$ 433.866 mil, enquanto em 31 de dezembro de 2018, o total de passivo da Companhia era de R\$ 380.283 mil. O aumento do passivo da Companhia se deve, principalmente, à aquisição de empréstimos e financiamentos, que passou de R\$ 108.809 mil para R\$ 118.772 mil, um acréscimo de R\$ 9.963 mil, ou 9,2%, bem como incremento no saldo de fornecedores a pagar, que passou de R\$ 188.955 mil para R\$ 213.546 mil, resultando em variação de R\$ 24.591 mil, ou 13,0%, e aumento no saldo de partes relacionadas, que passou de R\$ 75 mil para R\$ 10.124 mil, um aumento de R\$ 10.049 mil ou 9,2%.

(c) comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos.

| (em R\$ mil, exceto Índices) | Em 30 de junho de | | Em 31 de dezembro de | |
|---|-------------------|-------------|----------------------|-------------|
| | 2021 | 2020 | 2019 | 2018 |
| Ativo circulante | 286.883 | 334.047 | 282.981 | 232.469 |
| Passivo circulante | 303.309 | 320.719 | 311.850 | 254.280 |
| Índice de liquidez corrente ⁽¹⁾ | 0,95 | 1,04 | 0,91 | 0,91 |
| Ativo total | 500.991 | 537.268 | 495.002 | 437.503 |
| (-) Propriedades para investimento | (161.720) | (151.039) | (141.840) | (136.091) |
| (-) Investimentos | (217) | (182) | (109) | (38) |
| (-) Imobilizado | (20.733) | (18.922) | (25.363) | (22.538) |
| (-) Intangível | (20.620) | (24.234) | (32.159) | (34.656) |
| Ativo circulante + realizável a longo prazo | 297.701 | 342.891 | 295.531 | 244.180 |
| Passivo total | 481.517 | 454.807 | 433.866 | 380.283 |
| Índice de liquidez geral ⁽²⁾ | 0,62 | 0,75 | 0,68 | 0,64 |

⁽¹⁾Corresponde a razão entre ativo circulante e passivo circulante.

⁽²⁾Corresponde a razão entre ativo total menos o ativo realizável a longo prazo e o passivo total.

Liquidez corrente

Em 30 de junho de 2021, o ativo circulante da Companhia era de R\$ 286.883 mil, enquanto o passivo circulante era de R\$ 303.309 mil, representando um índice de liquidez corrente de 0,95. A diminuição do índice de liquidez corrente entre 31 de dezembro de 2020 e 30 de junho de 2021 é decorrente da diminuição do saldo de contas a receber, que passou de R\$ 105.445 mil para R\$ 85.577 mil, um decréscimo de R\$ 19.868 mil, ou 18,8%, diminuição do saldo de estoques, que passou de R\$ 89.331 mil para R\$ 76.114 mil, um decréscimo de R\$ 13.217 mil, ou 14,8%, e diminuição do saldo de outros ativos circulantes, que passou de R\$ 20.250 mil para R\$ 6.678 mil, um decréscimo de R\$ 13.572 mil, ou 67,0%.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante da Companhia era de R\$ 334.047 mil enquanto o passivo circulante era de R\$ 320.719 mil, representando um índice de liquidez corrente de 1,04. O crescimento do índice de liquidez corrente entre 31 de dezembro de 2019 para 31 de dezembro de 2020 é resultado do aumento do saldo de estoques, que passou de R\$ 47.297 mil para R\$ 89.331 mil, um acréscimo de R\$ 42.034 mil, ou 88,9%, aumento do saldo de adiantamentos, que passou de R\$ 19.363 mil para R\$ 28.889 mil, um acréscimo de R\$ 9.526 mil, ou 49,2%, e diminuição do saldo de fornecedores, que passou de R\$ 213.546 mil para R\$ 180.337 mil, um decréscimo de R\$ 33.209 mil, ou 15,6%.

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante da Companhia era de R\$ 282.981 mil, enquanto o passivo circulante era de R\$ 311.850 mil, representando um índice de liquidez corrente de 0,91. Nota-se que houve uma estabilidade do índice de liquidez corrente entre os 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro 2018 quando o índice de liquidez corrente também foi de 0,91.

Em 31 de dezembro de 2018, o ativo circulante da Companhia era de R\$ 232.469 mil, enquanto o passivo circulante era de R\$ 254.280 mil, representando um índice de liquidez corrente de 0,91.

Liquidez geral

Em 30 de junho de 2021, o ativo circulante e realizável a longo prazo da Companhia era de R\$ 297.701 mil, enquanto o passivo total era de R\$ 481.517 mil, representando um índice de liquidez geral de 0,62. A diminuição do índice de liquidez geral entre 31 de dezembro de 2020 e 30 de junho de 2021 é decorrente da diminuição do saldo de contas a receber, que passou de R\$ 105.445 mil para R\$ 85.577 mil, um decréscimo de R\$ 19.868 mil, ou 18,8%, diminuição do saldo de estoques, que passou de R\$ 89.331 mil para R\$ 76.114 mil, um decréscimo de R\$ 13.217 mil, ou 14,8%, diminuição do saldo de outros ativos circulantes, que passou de R\$ 20.250 mil para R\$ 6.678 mil, um decréscimo de R\$ 13.572 mil, ou 67,0%, e aumento do saldo de empréstimos e financiamentos de longo prazo, que possuía um saldo de R\$ 61.857 mil, e passou a ter um saldo de R\$ 91.972 mil, um acréscimo de R\$ 30.115 mil, ou 48,7%.

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante e realizável a longo prazo da Companhia era de R\$ 342.891 mil enquanto o passivo total era de R\$ 454.807 mil, representando um índice de liquidez geral de 0,75. O crescimento do índice de liquidez geral entre 31 de dezembro de 2019 para 31 de dezembro de 2020 é resultado do aumento do saldo de estoques, que passou de R\$ 47.297 mil para R\$ 89.331 mil, um acréscimo de R\$ 42.034 mil, ou 88,9%, aumento do saldo de adiantamentos, que passou de R\$ 19.363 mil para R\$ 28.889 mil, um acréscimo de R\$ 9.526 mil, ou 49,2%, e diminuição do saldo de fornecedores, que passou de R\$ 213.546 mil para R\$ 180.337 mil, um acréscimo de R\$ 33.209 mil, ou 15,6%.

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante e realizável a longo prazo da Companhia era de R\$ 295.531 mil, enquanto o passivo total era de R\$ 433.866 mil, representando um índice de liquidez geral de 0,68. O aumento do índice de liquidez geral entre 31 de dezembro de 2019 e 2018 decorrem do aumento do saldo de adiantamentos, que passou de R\$ 2.086 mil para R\$ 19.363 mil, um acréscimo de R\$ 17.277 mil, ou 828,2%, do aumento do saldo de estoques, que passou de R\$ 40.976 mil para R\$ 47.297 mil, um acréscimo de R\$ 6.321 mil, ou 15,4%, e aumento do saldo de caixa e equivalentes, que passou de R\$ 16.111 mil para R\$ 30.816 mil, um acréscimo de R\$ 14.705 mil, ou 91,3%.

Em 31 de dezembro de 2018, o ativo circulante e realizável a longo prazo da Companhia era de R\$ 244.180 mil, enquanto o passivo total era de R\$ 380.283 mil, representando um índice de liquidez geral de 0,64.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, as principais fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia foram o caixa gerado por meio de suas atividades operacionais e os empréstimos e financiamentos captados com instituições financeiras, demonstrados no item 10.1(f) abaixo.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia pretende continuar utilizando o caixa gerado por meio de suas atividades operacionais e, caso necessário, empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo com instituições financeiras como fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes para cobrir eventuais deficiências de liquidez.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

| Linha de Crédito | Instituição Financeira | Indexador | Garantia | Amortização | Vencimento | Empréstimos e Financiamentos | | | |
|------------------|-------------------------|-------------------|---|-------------|------------|------------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| | | | | | | 30 de junho de 2021 | 31 de dezembro de 2020 | 31 de dezembro de 2019 | 31 de dezembro de 2018 |
| CCB | Caixa Econômica Federal | 1,76 a.m. | Aval | mensal | 15/12/2023 | - | 6 | 347 | 735 |
| CCB | Banco BBM | CDI + 6% a.a. | Aval, Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios | mensal | 14/12/2020 | - | - | 8 | 45 |
| CCB | Banco do Brasil | CDI + 3,9 % a.a. | Aval, Garantia Fiduciária | mensal | 11/06/2020 | - | - | 5.055 | 14.813 |
| CCB | Banco Sicredi | CDI + 4,90 % a.a. | Aval, Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios | mensal | 15/05/2022 | 2.474 | 3.831 | 5.451 | 8.042 |
| CCB | Banco do Brasil | CDI + 3,6% a.a. | Aval | mensal | 12/05/2021 | - | 2.546 | 5.216 | 9.795 |
| CCB (a) | Caixa Econômica Federal | CDI + 3,54 % a.a. | Ava, Alienação Fiduciária, Hipoteca | mensal | 05/09/2021 | - | - | - | 12.813 |
| CCB | Banco do Brasil | CDI + 3,5% a.a. | Aval | mensal | 21/04/2019 | - | - | - | 3.816 |
| CCB | Banco do Brasil | CDI + 2,5% a.a. | Aval, Hipoteca, Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios | mensal | 16/05/2020 | - | - | 5.344 | - |
| CCB | Caixa Econômica Federal | CDI + 3,6% a.a. | Aval, Cessão Fiduciária de Duplicata Mercantil | mensal | 21/10/2022 | - | 109 | 10.734 | - |
| CCB | Banco do Brasil | 10,78% a.a. | Aval | mensal | 28/06/2023 | 2.755 | 3.169 | - | - |
| CCB | Banco do Brasil | CDI + 5,00% a.a. | Aval | mensal | 15/05/2022 | 4.036 | 6.150 | - | - |
| CCB | Caixa Econômica Federal | CDI + 0,63% a.m. | Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios | mensal | 01/09/2023 | 74 | 14.764 | - | - |
| CCB | Banco Safra | CDI + 0,60% a.m. | Aval, Cessão Fiduciária de Duplicata Mercantil | mensal | 23/10/2024 | 4.293 | 4.730 | - | - |

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

| | | | | | | | | | |
|-------------------------------------|-------------------------|------------------|--|--------|------------|--------|--------|--------|--------|
| CCB | Banco ABC Brasil | CDI + 0,58% a.m. | Aval, Cessão Fiduciária de Duplicatas e Direitos | mensal | 30/04/2025 | 5.000 | 5.003 | - | - |
| CCB | Banco Sicredi | CDI + 6,80% a.a. | Aval | mensal | 29/10/2025 | 2.670 | 2.537 | - | - |
| CCB | Banco do Brasil | 195,5% CDI | Aval, Duplicatas | mensal | 09/11/2024 | 2.300 | 2.300 | - | - |
| CCB | Banco do Brasil | 185% CDI | Aval, Duplicatas | mensal | 15/03/2024 | 9.761 | - | - | - |
| CCB | Caixa Econômica Federal | CDI + 0,24% a.m. | Aval, Cessão Fiduciária de Duplicatas Mercantis | mensal | 27/05/2025 | 29.868 | - | - | - |
| CCB | Banco do Brasil | 185% CDI | Aval, Duplicatas | mensal | 10/05/2024 | 9.718 | - | - | - |
| Empréstimo | BNDES | 4,87% a.a | Aval | mensal | 15/07/2021 | 406 | 1.630 | 2.686 | 4.077 |
| Empréstimo | BNDES | CDI + 6% a.a. | Aval, Duplicatas e Aval | mensal | 15/06/2023 | 11.287 | 13.982 | 14.090 | 13.185 |
| FIDC (b) | Empírica Investimentos | CDI + 4% | Aval, Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito | mensal | 26/02/2024 | 62.532 | 59.702 | 66.027 | 41.164 |
| Leasing | Banco do Brasil | 187% CDI | Aval | mensal | 21/06/2024 | 1.434 | - | - | - |
| Leasing | Banco do Brasil | 2,25% a.a | Aval | mensal | 15/12/2023 | 178 | 243 | 341 | 39 |
| Leasing (a) | Bradesco | 0,6% a.m | - | mensal | 26/01/2021 | - | - | 200 | 429 |
| Leasing (a) | Bradesco | 0,6% a.m | - | mensal | 26/01/2021 | - | - | 144 | 278 |
| Leasing | Banco do Brasil | 0,97% a.m | Aval | mensal | 28/05/2022 | 329 | 510 | 870 | - |
| Leasing | Banco do Brasil | 0,97% a.m | Aval | mensal | 28/05/2022 | 276 | 413 | 689 | - |
| Leasing | Banco do Brasil | 0,93% a.m | Aval | mensal | 10/11/2022 | 404 | 543 | 644 | - |
| Leasing | Banco do Brasil | 0,93% a.m | Aval | mensal | 10/11/2022 | 512 | 663 | 706 | - |
| Risco sacado | Itaú | CDI + 1,7% a.a | Aval | mensal | 21/06/2021 | - | 801 | 803 | - |
| CCB | Caixa Econômica Federal | 1,76 a.m. | Aval | mensal | 15/12/2023 | - | 6 | 347 | 735 |
| Outros empréstimos e financiamentos | | | | | | | | | |
| Circulante | | | | | | | | | |
| Não circulante | | | | | | | | | |
| Total | | | | | | | | | |
| 150.159 | | | | | | | | | |
| 123.291 | | | | | | | | | |
| 118.772 | | | | | | | | | |
| 108.809 | | | | | | | | | |

(a) A Companhia renegociou alguns dos seus contratos de empréstimos e realizou o pagamento antecipado dos mesmos.

(b) Refere ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Empírica Recarga Virtual registrado para funcionamento em 27 de abril de 2017. Este FIDC foi constituído sob a forma de condomínio fechado e exclusivo, sem prazo de duração determinado e tem por objeto a captação de recursos para aplicação em direitos creditórios da controlada RV.

O endividamento da Companhia é composto por contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras, tomados com a principal finalidade de suprir as necessidades de capital de giro e fortalecer o caixa da Companhia.

A seguir, a Companhia apresenta uma breve descrição dos principais contratos de empréstimo e financiamento em aberto em 30 de junho de 2021:

Empréstimos e Financiamentos

Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 18.2.0163.1

Em 06 de agosto de 2018 a RV Tecnologia e Sistemas S.A., por meio do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 18.2.0163.1 contratou com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, financiamento no montante de R\$13.253.000,00, disponibilizado em parcelas e remunerados por taxa de juros de longo prazo acrescidas de 5,29% a.a. A dívida deverá ser paga em 36 parcelas mensais e sucessivas, sendo que o vencimento da

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

primeira parcela se deu em 15 julho de 2020 e o vencimento da última se dará em 15 de junho de 2023.

Cédula de Crédito Bancário nº 7725120

Em 30 de outubro de 2020 a RV Tecnologia e Sistemas S.A. emitiu, em favor do Banco ABC Brasil S.A., a Cédula de Crédito Bancário nº 7725120, com vencimento em 30 de abril de 2025, no valor total de R\$5.000.000,00, recursos esses disponibilizados em uma única parcela. O pagamento do principal dar-se-á em 48 parcelas mensais, sendo que o vencimento da primeira parcela será em 30 de novembro de 2021 e o vencimento da última parcela se dará em 30 de abril de 2025.

Sobre o valor desta cédula incidem juros de 100% do CDI composto com a taxa fixa de 7,1864% a.a., que deverão ser pagos mensalmente a contar de 30 de abril de 2025.

Cédula de Crédito Bancário nº 176.902.078

Em 05 de dezembro de 2018 a RV Tecnologia e Sistemas S.A. emitiu, em favor do Banco do Brasil S.A., a Cédula de Crédito Bancário nº 176.902.078, com vencimento em 15 de dezembro de 2023, no valor total de R\$408.240,00, recursos esses disponibilizados em uma única parcela. O pagamento do principal dar-se-á em 57 parcelas mensais, sendo que o vencimento da primeira parcela se deu em 15 de abril de 2019 e o vencimento da última parcela se dará em 15 de dezembro de 2023.

Sobre o valor desta cédula incidem juros de TJLP + 2,25% a.a., que deverão ser pagos trimestralmente a contar de 15 de dezembro de 2018.

Cédula de Crédito Bancário nº 176.902.134

Em 10 de julho de 2019 a RV Tecnologia e Sistemas S.A. emitiu, em favor do Banco do Brasil S.A., a Cédula de Crédito Bancário nº 176.902.134, com vencimento em 10 de junho de 2022, no valor total de R\$754.077,60, recursos esses disponibilizados em uma única parcela. O pagamento do principal dar-se-á em 32 parcelas mensais, sendo que o vencimento da primeira parcela se deu em 10 de novembro de 2019 e o vencimento da última parcela se dará em 10 de junho de 2022.

Sobre o valor desta cédula incidem juros de 11,749% a.a., que deverão ser pagos mensalmente a contar de 10 de agosto de 2019.

Cédula de Crédito Bancário nº 176.902.166

Em 17 de outubro de 2019 a RV Tecnologia e Sistemas S.A. emitiu, em favor do Banco do Brasil S.A., a Cédula de Crédito Bancário nº 176.902.134, com vencimento em 23 de setembro de 2022, no valor total de R\$823.929,00, recursos esses disponibilizados em uma única parcela. O pagamento do principal dar-se-á em 32 parcelas mensais, sendo que o vencimento da primeira parcela se deu em 23 de fevereiro de 2020 e o vencimento da última parcela se dará em 23 de setembro de 2022.

Sobre o valor desta cédula incidem juros de 11,749% a.a., que deverão ser pagos mensalmente a contar de 23 de outubro de 2019.

Cédula de Crédito Bancário nº 176.902.179

Em 04 de março de 2020 a RV Tecnologia e Sistemas S.A. emitiu, em favor do Banco do Brasil S.A., a Cédula de Crédito Bancário nº 176.902.179, com vencimento em 28 de março de 2023, no valor total de R\$3.346.5600,00, recursos esses disponibilizados em uma única parcela. O pagamento do principal dar-se-á em 33 parcelas mensais, sendo que o vencimento da primeira

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

parcela se deu em 28 de julho de 2020 e o vencimento da última parcela se dará em 28 de março de 2023.

Sobre o valor desta cédula incidem juros de 10,78% a.a., que deverão ser pagos mensalmente a contar de 28 de março de 2020.

Cédula de Crédito Bancário nº 176.902.193

Em 29 de abril de 2020 a RV Tecnologia e Sistemas S.A. emitiu, em favor do Banco do Brasil S.A., a Cédula de Crédito Bancário nº 176.902.193, com vencimento em 15 de maio de 2022, no valor total de R\$6.500.000,00, recursos esses disponibilizados em uma única parcela. O pagamento do principal dar-se-á em 18 parcelas mensais, sendo que o vencimento da primeira parcela se deu em 15 de dezembro de 2020 e o vencimento da última parcela se dará em 15 de maio de 2022.

Sobre o valor desta cédula incidem juros de 100% do CDI composto com a taxa fixa de 5,0% a.a., que deverão ser pagos mensalmente a contar de 15 maio de 2020.

Cédula de Crédito Bancário nº 176.902.267

Em 16 de março de 2021 a RV Tecnologia e Sistemas S.A. emitiu, em favor do Banco do Brasil S.A., a Cédula de Crédito Bancário nº 176.902.267, com vencimento em 15 de março de 2024, no valor total de R\$10.000.000,00, recursos esses disponibilizados em uma única parcela. O pagamento do principal dar-se-á em 30 parcelas mensais, sendo que o vencimento da primeira parcela será em 15 de outubro de 2021 e o vencimento da última parcela se dará em 15 de março de 2024.

Sobre o valor desta cédula incidem juros de 100% do CDI, que deverão ser pagos mensalmente a contar de 15 abril de 2021.

Cédula de Crédito Bancário nº 176.902.280

Em 11 de maio de 2021 a RV Tecnologia e Sistemas S.A. emitiu, em favor do Banco do Brasil S.A., a Cédula de Crédito Bancário nº 176.902.280, com vencimento em 10 de maio de 2024, no valor total de R\$10.000.000,00, recursos esses disponibilizados em uma única parcela. O pagamento do principal dar-se-á em 30 parcelas mensais, sendo que o vencimento da primeira parcela será em 10 de dezembro de 2022 e o vencimento da última parcela se dará em 15 de março de 2024.

Sobre o valor desta cédula incidem juros de 100% do CDI, que deverão ser pagos mensalmente a contar de 15 abril de 2021.

Cédula de Crédito Bancário nº 176.902.286

Em 25 de maio de 2021 a RV Tecnologia e Sistemas S.A. emitiu, em favor do Banco do Brasil S.A., a Cédula de Crédito Bancário nº 176.902.286, com vencimento em 21 de junho de 2024, no valor total de R\$1.503.360,00, recursos esses disponibilizados em uma única parcela. O pagamento do principal dar-se-á em 30 parcelas mensais, sendo que o vencimento da primeira parcela será em 21 de janeiro de 2022 e o vencimento da última parcela se dará em 21 de junho de 2024.

Sobre o valor desta cédula incidem juros de 187% do CDI, que deverão ser pagos mensalmente a contar de 21 de junho de 2021.

Cédula de Crédito Bancário nº 19.4263.737.0000052-31

Em 31 de agosto de 2020 a RV Tecnologia e Sistemas S.A. emitiu, em favor da Caixa Econômica Federal, a Cédula de Crédito Bancário nº 19.4263.737.0000052-31, com vencimento em 09 de setembro de 2023, no valor total de R\$9.700.000,00, recursos esses disponibilizados em uma única parcela. O pagamento do principal dar-se-á em 30 parcelas mensais, sendo que o vencimento da

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

primeira parcela se deu em 31 de março de 2021 e o vencimento da última parcela se dará em 09 de setembro de 2023.

Sobre o valor desta cédula incidem juros de 100% do CDI composto com a taxa fixa de 0,30% a.a., que deverão ser pagos mensalmente a contar de 31 de março de 2021.

Cédula de Crédito Bancário nº 144263

Em 31 de agosto de 2020 a RV Tecnologia e Sistemas S.A. emitiu, em favor da Caixa Econômica Federal, a Cédula de Crédito Bancário nº 144263, com vencimento em 28 de maio de 2024, no valor total de R\$5.000.000,00, recursos esses disponibilizados em uma única parcela. O pagamento do principal dar-se-á em 30 parcelas mensais, sendo que o vencimento da primeira parcela se deu em 31 de março de 2021 e o vencimento da última parcela se dará em 09 de setembro de 2023.

Sobre o valor desta cédula incidem juros de 100% do CDI composto com a taxa fixa de 1,14% a.a., que deverão ser pagos mensalmente a contar de 31 de março de 2021.

Cédula de Crédito Bancário nº 078100215736

Em 18 de setembro de 2017 a RV Tecnologia e Sistemas S.A. emitiu, em favor do Banco Itaú Unibanco S.A., a Cédula de Crédito Bancário nº 078100215736, com limite no valor total de R\$800.000,00. Trata-se de concessão de crédito rotativo, de forma que sobre os valores desembolsados incidem juros de 100% do CDI composto com a taxa fixa de 2,26% a.a. até a data do efetivo pagamento.

Cédula de Crédito Bancário nº 005410079

Em 23 de outubro de 2020 a RV Tecnologia e Sistemas S.A. emitiu, em favor do Banco Safra S.A., a Cédula de Crédito Bancário nº 005410079, com vencimento em 23 de outubro de 2024, no valor total de R\$5.000.000,00, recursos esses disponibilizados em uma única parcela. O pagamento do principal dar-se-á em 40 parcelas mensais, sendo que o vencimento da primeira parcela se deu em 23 de novembro de 2020 e o vencimento da última parcela se dará em 23 de outubro de 2024.

Sobre o valor desta cédula incidem juros de 7,44% a.a., que deverão ser pagos mensalmente a contar de 23 de março de 2020.

Cédula de Crédito Bancário nº 004018132

Em 07 de janeiro de 2020 a RV Tecnologia e Sistemas S.A. emitiu, em favor do Banco Safra S.A., a Cédula de Crédito Bancário nº 004018132, com vencimento em 27 de dezembro de 2021, no valor total de R\$1.500.000,00, recursos esses disponibilizados em uma única parcela. O pagamento do principal dar-se-á em parcela única em 27 de dezembro de 2021.

Sobre o valor desta cédula incidem juros de 4,40% a.a., que deverão ser pagos em 27 de dezembro de 2021.

Cédula de Crédito Bancário nº B80430429-5

Em 14 de junho de 2018 a RV Tecnologia e Sistemas S.A. emitiu, em favor da SICRED RIO, a Cédula de Crédito Bancário nº B80430429-5, com vencimento em 14 de dezembro de 2021, no valor total de R\$8.000.000,00, recursos esses disponibilizados em uma única parcela. O pagamento do principal dar-se-á em 36 parcelas mensais, sendo que o vencimento da primeira parcela se deu em 14 de janeiro de 2019 e o vencimento da última parcela se dará em 14 de dezembro de 2021.

Sobre o valor desta cédula incidem juros de 100% do CDI composto com a taxa fixa de 6,39% a.a., que deverão ser pagos mensalmente a contar de 14 de julho de 2018.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Cédula de Crédito Bancário nº C0043064-8

Em 30 de outubro de 2020 a RV Tecnologia e Sistemas S.A. emitiu, em favor da SICRED RIO, a Cédula de Crédito Bancário nº C0043064-8, com vencimento em 28 de outubro de 2025, no valor total de R\$2.500.000,00, recursos esses disponibilizados em uma única parcela. O pagamento do principal dar-se-á em 52 parcelas mensais, sendo que o vencimento da primeira parcela será em 28 de julho de 2021 e o vencimento da última parcela se dará em 28 de outubro de 2025.

Sobre o valor desta cédula incidem juros de 100% do CDI composto com a taxa fixa de 6,39% a.a., que deverão ser pagos mensalmente a contar de 28 de julho de 2021.

Contrato de Arrendamento Mercantil nº 000237880

Em 04 de abril de 2019 a RV Tecnologia e Sistemas S.A. celebrou com o BB Leasing S/A Arrendamento Mercantil o Contrato de Arrendamento Mercantil nº 000237880, cujo custo total dos bens objetos do financiamento é de R\$900.445,40. O pagamento do principal foi instituído em 90 parcelas, a serem pagas mensalmente, sendo o vencimento da última parcela programado para 28 de junho de 2022. Sobre o principal incidem encargos à taxa de 12,282% a.a. Como garantia, foi emitida fiança por Lorenzo Federico Zanotti Linder no valor integral do bem.

O arrendamento mercantil foi destinado a máquinas leitoras de cartões Verifone, modelo C680/GPRS/3G/WIFI/BT.

Contrato de Arrendamento Mercantil nº 000237979

Em 24 de maio de 2019 a RV Tecnologia e Sistemas S.A. celebrou com o BB Leasing S/A Arrendamento Mercantil o Contrato de Arrendamento Mercantil nº 000237979, cujo custo total dos bens objetos do financiamento é de R\$688.770,00. O pagamento do principal foi instituído em 30 parcelas, a serem pagas mensalmente, sendo o vencimento da última parcela programado para 22 de julho de 2023. Sobre o principal incidem encargos à taxa de 12,282% a.a. Como garantia, foi emitida fiança pela Companhia no valor integral do bem.

O arrendamento mercantil foi destinado a compra de máquinas leitoras de cartões Verifone.

(ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Em 30 de junho de 2021, a Companhia não possui outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras, além daquelas já descritas no item 10.1(f)(i) deste Formulário de Referência.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Não há grau de subordinação entre os contratos de empréstimo e financiamento da Companhia. Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com o disposto na Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme em vigor: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) créditos com garantia real; (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

(iv) restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Alguns empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia ou suas controladas possuem cláusulas restritivas relacionadas à mudança do controle societário consideradas usuais para este tipo de operação, conforme abaixo:

| Contratos de Financiamento | |
|---|---|
| <i>Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 18.2.0163.1</i> | O BNDES poderá declarar vencido antecipadamente o referido contrato, com exigibilidade da dívida e imediata sustação de qualquer desembolso, dentre outras hipóteses, em caso de: <ul style="list-style-type: none"> • a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da RV Tecnologia e Sistemas S.A., ou das empresas que a controlam, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo a capacidade de pagamento das obrigações financeiras assumidas no contrato; • transferência, cessão, oneração ou alienação, em nenhuma hipótese ou sob qualquer modalidade, do direito de propriedade sobre a tecnologia ou os produtos desenvolvidos pela RV Tecnologia e Sistemas S.A. com recursos do contrato; • distribuição de pagamentos aos sócios da Companhia maiores do que 30% do lucro apurado e/ou a realização de pagamentos de lucros acumulados; e • a não contrair empréstimos de forma direta ou indireta, incluindo a emissão de debêntures, junto a pessoas físicas ou jurídicas integrantes do mesmo grupo econômico ou não, ressalvados os empréstimos destinados aos negócios de gestão ordinária da Companhia. |
| Contratos de Empréstimo | |
| Cédula de Crédito Bancário nº 7725120. | O Banco ABC poderá considerar vencida a operação de crédito e exigir sua imediata liquidação se, na sua vigência e sem expressa concordância: <ul style="list-style-type: none"> • houver alteração do estado econômico-financeiro que reduza, de acordo com a análise de crédito do Banco ABC, sua capacidade para cumprir quaisquer das obrigações de pagamento assumidas perante o Banco ABC ou perante terceiros; • houver alteração do objeto social da RV Tecnologia e Sistemas S.A.; • houver alteração ou transferência do controle acionário direto ou indireto da sociedade; • ocorrência de cisão, fusão, incorporação ou qualquer operação de reestruturação societárias envolvendo a RV Tecnologia e Sistemas S.A. e/ou seus avalistas. |
| <i>Cédula de Crédito Bancário nº 176.902.078, 176.902.134, 176.902.166, 176.902.179, 176.902.193, 176.902.267, 176.902.280 e 176.902.286.</i> | O Banco do Brasil poderá considerar vencida a operação de crédito e exigir sua imediata liquidação se, na sua vigência e sem expressa concordância: <ul style="list-style-type: none"> • for transferido o controle direto ou indireto do capital social da RV Tecnologia e Sistemas S.A. ou de suas controladas; • houver alteração do capital social da RV Tecnologia e Sistemas S.A.; |

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

| | |
|---|---|
| <p><i>Cédula de Crédito Bancário nº 19.4263.737 e nº 0000052-31</i></p> | <p>A Caixa Econômica Federal poderá considerar vencida a operação de crédito e exigir sua imediata liquidação se, na sua vigência e sem expressa concordância:</p> <ul style="list-style-type: none"> • for transferido o controle direto ou indireto do capital social da RV Tecnologia e Sistemas S.A.; • ocorrer a verificação de inadimplência ou decretação de vencimento antecipado de qualquer outro contrato que a RV Tecnologia e Sistemas S.A. ou qualquer terceiro garantidor tenha celebrado com quaisquer terceiros, com a Caixa Econômica Federal e/ou com qualquer outra empresa coligada, controlada e/ou controladora, de forma direta ou indireta do Caixa Econômica Federal; • se ocorrer cessão ou transferência a terceiros, a qualquer título, no todo ou em parte, dos direitos e obrigações decorrentes desta Cédula de Crédito sem a prévia expressa autorização da Caixa Econômica Federal |
| <p><i>Cédula de Crédito Bancário nº 005410079; nº 004018132.</i></p> | <p>O Banco Safra poderá considerar vencida a operação de crédito e exigir sua imediata liquidação se, na sua vigência e sem expressa concordância:</p> <ul style="list-style-type: none"> • e houver alteração ou modificação da composição do capital social da RV Tecnologia e Sistemas S.A. e/ou do(s) Avalistas Coobrigados • ocorrer a modificação na composição do capital social da RV Tecnologia e Sistemas S.A. ou de qualquer dos terceiros garantidores, bem como qualquer alteração, transferência ou cessão de seu controle societário, direto ou indireto, ou ainda, a ocorrência de incorporação, fusão ou cisão da RV Tecnologia e Sistemas S.A. ou de qualquer dos terceiros garantidores; |
| <p><i>Contrato de Arrendamento Mercantil Financeiro nº 000237880 e nº 000237979</i></p> | <p>O BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil poderá considerar vencida a operação de crédito e exigir sua imediata liquidação se, na sua vigência e sem expressa concordância:</p> <ul style="list-style-type: none"> • transferir o controle do seu capital e/ou substituir qualquer um de seus atuais dirigentes ou modificar o seu estatuto sem a expressa concordância da BB Leasing; • houver alteração do capital social de qualquer das controladas da RV Tecnologia e Sistemas S.A. e que resulte e perda do controle societário, direto ou indireto dessas empresas; • houver alteração de titularidade de capital social da RV Tecnologia e Sistemas S.A., envolvendo qualquer acionista, direto ou indireto, inclusive transferências entre si, com variação superior a 10% (dez por cento) do total do capital social. |

Em 30 de junho de 2021, a Companhia estava em conformidade com todas as restrições e índices financeiros estabelecidos nos contratos financeiros, conforme acima descrito.

Em 30 de junho de 2021, os empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia ou suas controladas não possuíam cláusulas restritivas, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 30 de junho de 2021, a Companhia possuía um saldo de R\$ 150.159 mil em empréstimos e financiamentos tomados, como mencionado no item 10.1 (f). Na data deste Formulário de

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Referência, a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras individuais consolidadas auditadas da Companhia relativa aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019, 2018 e para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020. As quais foram elaboradas de acordo com o IFRS, e com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas em geral significam “análise horizontal” e “análise vertical”, respectivamente.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Análise comparativa das demonstrações de resultado consolidadas para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2020

| (em R\$ mil, exceto %) | No período de seis meses findo em 30/06/2021 | AV (%) | No período de seis meses findo em 30/06/2020 | AV (%) | AH (%) |
|--|--|---------------|--|---------------|---------------|
| Receita operacional líquida | 193.878 | 100,0% | 159.036 | 100,0% | 21,9% |
| Custos dos produtos prestados e serviços prestados | (81.780) | -42,2% | (49.409) | -31,1% | 65,5% |
| Lucro bruto | 112.098 | 57,8% | 109.627 | 68,9% | 2,3% |
| Despesas operacionais | (80.963) | -41,8% | (94.769) | -59,6% | -14,6% |
| Comerciais | (60.671) | -31,3% | (56.997) | -35,8% | 6,4% |
| Gerais e administrativas | (33.902) | -17,5% | (36.850) | -23,2% | -8,0% |
| Ajuste a Valor Justo | 10.681 | 5,5% | - | - | - |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas | 2.929 | 1,5% | (922) | -0,6% | -417,7% |
| Lucro antes das receitas e despesas financeiras | 31.135 | 16,1% | 14.858 | 9,3% | 109,6% |
| Receitas financeiras | 1.838 | 0,9% | 2.500 | 1,6% | -26,5% |
| Despesas financeiras | (10.186) | -5,3% | (9.059) | -5,7% | 12,4% |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | 22.787 | 11,8% | 8.299 | 5,2% | 174,6% |
| Imposto de renda e contribuição social | (7.774) | -4,0% | (3.573) | -1,8% | 117,6% |
| Corrente | (5.910) | -3,0% | (2.883) | -0,4% | 105,0% |
| Diferido | (1.864) | -1,0% | (690) | -2,3% | 170,1% |
| Lucro líquido do período | 15.013 | 7,7% | 4.726 | 3,0% | 217,7% |

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foi de R\$193.878 mil, o que representou um aumento de R\$34.842 mil ou 21,9% em relação à receita líquida de R\$159.036 mil no mesmo período de seis meses findo em 30 de junho de 2020. Este aumento é atribuído substancialmente aos seguintes fatores:

- i. aumento de R\$3.829 mil ou 36,5% da receita operacional líquida de prestação de serviços, que passou de R\$10.490 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 para R\$14.319 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.
- ii. aumento de R\$31.013 mil ou 20,9% da receita operacional líquida de venda de recarga e chip, que passou de R\$148.546 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 para R\$179.559 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

Custo dos produtos vendidos e serviços prestados

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados da Companhia no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foi de R\$81.780 mil, o que representou um aumento de R\$32.371 mil ou 65,5% em relação ao custo dos produtos vendidos e serviços prestados de R\$49.409 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020. Este aumento é atribuído substancialmente aos seguintes fatores:

- i. aumento de R\$29.769 mil ou 63,1% no custo recarga e chip que passou de R\$47.214 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, para R\$76.983 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.
- ii. aumento de R\$2.602 mil ou 118,5% no custo com serviços de transação eletrônica que passou de R\$2.195 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, para R\$4.797 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

Lucro bruto

Em decorrência das variações acima, a Companhia teve um lucro bruto de R\$112.098 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, o que representou um aumento de R\$2.471 mil ou 2,3% em relação ao lucro bruto de R\$109.627 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020. O aumento do lucro bruto está associado principalmente ao aumento na receita operacional líquida.

Despesas operacionais

As despesas operacionais da Companhia no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foi de R\$80.963 mil, o que representou uma redução de R\$13.806 mil ou 14,6% em relação às despesas operacionais que foi R\$94.769 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, em razão do ganho do ajuste ao valor justo das propriedades mantidas para investimentos no valor de R\$10.681 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

Lucro antes das receitas e despesas financeiras

Em decorrência das variações acima, a Companhia teve um lucro antes das receitas e despesas financeiras de R\$31.135 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, um aumento de R\$16.277 mil ou 109,6% em relação ao lucro antes das receitas e despesas financeiras que foi R\$14.858 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido da Companhia no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foi de uma despesa de R\$8.348 mil, um aumento de R\$1.789 mil ou 27,3% comparado com o resultado financeiro líquido no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, que foi uma despesa de R\$6.559 mil. Este aumento ocorreu, principalmente, em razão dos fatores abaixo:

- Despesas financeiras: um aumento de R\$1.127 mil ou 12,4% das despesas financeiras da Companhia que passaram de R\$9.059 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 para R\$10.186 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021. Este aumento ocorreu, principalmente, devido ao aumento de R\$1.462 mil na comissão cartas de fianças;
- Receitas financeiras: uma redução de R\$662 mil ou 26,5% nas receitas financeiras da Companhia, que passaram de R\$2.500 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 para R\$1.838 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021. Esta redução ocorreu, devido à redução absoluta de juros ativos, juros com partes relacionadas e outras receitas financeiras, representando uma redução de R\$815 mil, sendo compensado parcialmente pelo aumento dos rendimentos de aplicações financeiras, que representou um aumento de R\$962 mil entre os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Em decorrência das variações acima, a Companhia teve um lucro antes do imposto de renda e contribuição social de R\$22.787 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, um aumento de R\$14.488 mil ou 174,6% em relação ao lucro antes do imposto de renda e contribuição social de R\$8.299 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 que foi de R\$7.774 mil, um aumento de R\$4.201 mil ou 117,6% comparado com o imposto de renda e contribuição social que foi de R\$3.573 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020. O imposto de renda e a contribuição social representaram, respectivamente, 4,0% e 2,2% da receita operacional líquida nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020.

Lucro líquido do período

Em decorrência das variações acima, a Companhia teve um lucro líquido do período de R\$15.013 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, um aumento de R\$10.287 mil ou 217,7% em relação ao lucro líquido do período de R\$4.726 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020. O lucro líquido do período representou, respectivamente, 7,7% e 3,0% da receita operacional líquida nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Análise comparativa das demonstrações de resultado consolidadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

| (em R\$ mil, exceto %) | No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 | AV (%) | No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 | AV (%) | AH (%) |
|---|---|---------------|---|---------------|---------------|
| Receita operacional líquida | 444.096 | 100,0% | 302.467 | 100,0% | 46,8% |
| Custos dos produtos vendidos e serviços prestados | (172.067) | -38,7% | (119.628) | -39,6% | 43,8% |
| Lucro bruto | 272.029 | 61,3% | 182.839 | 60,4% | 48,8% |
| Despesas operacionais | (212.944) | -47,9% | (160.689) | -53,1% | 32,5% |
| Comerciais | (125.766) | -28,3% | (111.302) | -36,8% | 13,0% |
| Gerais e administrativas | (85.692) | -20,0% | (57.742) | -19,8% | 48,5% |
| Ajuste a valor justo | 1.020 | 0,2% | 5.749 | 1,9% | -82,3% |
| Outras receitas operacionais, líquidas | 494 | 0,1% | 4.606 | 1,5% | -89,3% |
| Lucro antes das receitas e despesas financeiras | 59.085 | 13,3% | 22.150 | 7,3% | 166,7% |
| Resultado financeiro líquido | (12.919) | -2,9% | (13.501) | -4,5% | -4,3% |
| Receitas financeiras | 4.393 | 1,0% | 6.986 | 2,3% | -37,1% |
| Despesa Financeiras | (17.312) | -3,9% | (20.487) | -6,8% | -15,5% |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 46.166 | 10,4% | 8.649 | 2,9% | 433,8% |
| Imposto de renda e contribuição social | (18.450) | -4,2% | (3.583) | -1,2% | 414,9% |
| Corrente | (14.947) | -3,4% | (2.460) | -0,8% | 507,6% |
| Diferido | (3.503) | -0,8% | (1.123) | -0,4% | 211,9% |
| Lucro líquido do exercício | 27.716 | 6,2% | 5.066 | 1,7% | 447,1% |

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$444.096 mil, o que representou um aumento de R\$141.629 mil ou 46,8% em relação à receita líquida de R\$302.467 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Este aumento é atribuído substancialmente aos seguintes fatores:

- i. Aumento de R\$129.748 mil ou 44,9% da receita operacional líquida de vendas, que passou de R\$288.839 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R\$418.587 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020;
- ii. Aumento de R\$11.881 mil ou 87,2% da receita operacional líquida de prestação de serviços, que passou de R\$13.628 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R\$25.509 mil no exercício social encerrado em 31 de

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

dezembro de 2020 devido, principalmente à ativação de chips e serviços de integração dos pontos de vendas.

Custo dos produtos vendidos e serviços prestados

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$172.067 mil, o que representou um aumento de 43,8% ou R\$52.439 mil em relação ao custo dos produtos vendidos e serviços prestados de R\$119.628 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Este aumento é atribuído substancialmente, ao aumento de R\$48.943 mil ou 43,4% do custo com recarga e chip, que passou de R\$112.678 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$161.621 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 impactado pelo aumento das operações da companhia.

Lucro bruto

Em decorrência das variações acima, a Companhia teve um lucro bruto de R\$272.029 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representou um aumento de R\$89.190 mil ou 48,8% em relação ao lucro bruto de R\$182.839 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Despesas operacionais

As despesas operacionais da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$212.944 mil, o que representou um aumento de R\$52.255 mil ou 32,5% em relação às despesas operacionais de R\$160.689 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, em razão das seguintes variações:

- i. Um aumento de R\$28.950 mil ou 48,5% nas despesas gerais e administrativas, que passaram de R\$59.742 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$88.692 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, devido, principalmente a aumento de R\$20.761 mil ou 68,7% com despesas com pessoal no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e o aumento de R\$5.142 mil ou 170,9% das despesas com serviços de terceiros no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.
- ii. Um aumento de R\$14.464 mil ou 13,0% nas despesas comerciais, que passaram de R\$111.302 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$125.766 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, devido, principalmente, ao aumento de R\$7.318 mil ou 9,9% das despesas com pessoal, ao aumento de R\$3.554 mil ou 72,4% das despesas com propaganda e promoções de chip, e ao aumento de R\$1.860 mil ou 25,7% das despesas com serviços de terceiros.

Lucro antes das receitas e despesas financeiras

Em decorrência das variações acima, a Companhia teve um lucro antes das receitas e despesas financeiras de R\$59.085 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, um aumento de R\$36.935 mil ou 166,7% em relação ao lucro antes das receitas e despesas financeiras de R\$22.150 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi uma despesa de R\$12.919 mil, uma redução de R\$582 mil ou 4,3% comparado com o

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

resultado financeiro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, que foi uma despesa de R\$13.501 mil. Esta redução ocorreu, principalmente, em razão dos fatores abaixo:

- i. Despesas financeiras: uma redução de R\$3.175 mil ou 15,5% das despesas financeiras da Companhia que passaram de R\$20.487 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$17.312 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esta redução ocorreu, principalmente, devido a uma redução nos juros sobre empréstimos e financiamentos, que reduziu R\$2.755 mil ou 20,5% entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019;
- ii. Receitas financeiras: uma redução de R\$2.593 mil ou 37,1% das receitas financeiras da Companhia que passaram de R\$6.986 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$4.393 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, principalmente, devido a uma redução dos rendimentos de aplicações financeiras, que reduziu R\$1.895 mil ou 54,5% entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

Em decorrência das variações acima, a Companhia teve um lucro antes do imposto de renda e da contribuição social de R\$46.166 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, um aumento de R\$37.517 mil ou 433,8% em relação ao lucro antes do imposto de renda e da contribuição social de R\$8.649 mil no exercício de 2019.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi uma despesa de R\$18.450 mil, o que representou um aumento de 414,9% ou R\$14.867 mil comparado com o imposto de renda e contribuição social com uma despesa de R\$3.583 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Lucro líquido do exercício

Em decorrência das variações acima, a Companhia teve um lucro líquido do exercício de R\$27.716 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, um aumento de R\$22.650 mil ou 447,1% em relação ao lucro líquido do exercício de R\$5.066 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. O lucro líquido do exercício representou, respectivamente, 6,2% e 1,7% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Análise comparativa das demonstrações de resultado consolidadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro 2018

| (em R\$ mil, exceto %) | No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 | AV (%) | No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 | AV (%) | AH (%) |
|---|---|---------------|---|---------------|---------------|
| Receita operacional líquida | 302.467 | 100,0% | 260.927 | 100,0% | 15,9% |
| Custos dos produtos vendidos e serviços prestados | 119.628 | -39,6% | (115.818) | -44,4% | 3,3% |
| Lucro bruto | 182.839 | 60,4% | 145.109 | 55,6% | 26,0% |
| Despesas operacionais | (160.689) | -53,1% | (124.005) | -47,5% | 29,6% |
| Comerciais | (111.302) | -36,8% | (97.580) | -37,5% | 13,7% |
| Gerais e administrativas | (59.742) | -19,8% | (53.278) | -20,4% | 12,1% |
| Ajuste a valor justo | 5.749 | 1,9% | 18.040 | 6,9% | -68,1% |
| Outras receitas operacionais, líquidas | 4.606 | 1,5% | 9.137 | 3,5% | -49,6% |
| Lucro antes das receitas e despesas financeiras | 22.150 | 7,3% | 21.104 | 8,1% | 5,0% |
| Resultado financeiro líquido | (13.501) | -4,5% | (16.113) | -6,2% | -16,2% |
| Receita Financeira | 6.986 | 2,3% | 6.576 | 2,5% | 6,2% |
| Despesa Financeira | (20.487) | 6,8% | (22.689) | -8,7% | -9,7% |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 8.649 | 2,9% | 4.991 | 1,9% | 73,3% |
| Imposto de renda e contribuição social | (3.583) | -1,2% | (2.273) | -0,9% | 57,6% |
| Corrente | (2.460) | -0,8% | (1.409) | -0,5% | 74,6% |
| Diferido | (1.123) | -0,4% | (864) | -0,3% | 30,0% |
| Lucro líquido do exercício | 5.066 | 1,7% | 2.718 | 1,0% | 86,4% |

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$302.467 mil, o que representou um aumento de R\$41.540 mil ou 15,9% em relação à receita líquida de R\$260.927 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Este aumento é atribuído substancialmente aos seguintes fatores:

- i. Aumento de R\$30.766 mil ou 11,9% da receita operacional líquida de venda de recarga e chip, que passaram de R\$258.073 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R\$288.839 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 devido principalmente à, ao aumento da operação comercial da companhia

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

- ii. Aumento de R\$10.774 mil ou 377,5% da receita operacional líquida de prestação de serviços, que passaram de R\$2.854 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R\$13.628 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 devido, principalmente à ativação de chips e serviços de integração dos pontos de vendas.

Custo dos produtos vendidos e serviços prestados

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$119.628 mil, o que representou um aumento de R\$3.810 mil ou 3,3% em relação ao custo dos produtos vendidos e serviços prestados de R\$115.818 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Este aumento é atribuído substancialmente, ao aumento de R\$2.418 mil ou 2,2% do custo com recarga e chip, que passou de R\$110.260 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$112.678 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 impactado pelo aumento das operações da companhia.

Lucro bruto

Em decorrência das variações acima, a Companhia teve um lucro bruto de R\$182.839 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, um aumento de R\$37.730 mil ou 26,0% em relação ao lucro bruto de R\$145.109 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Despesas operacionais

As despesas operacionais da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$160.689 mil, o que representou um aumento de R\$36.684 mil ou 29,6% em relação às despesas operacionais de R\$124.005 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, em razão das seguintes variações:

- i. Um aumento de R\$13.398 mil ou 13,7% nas despesas comerciais, que passaram de R\$97.904 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$111.302 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, devido, principalmente ao aumento de R\$13.283 mil ou 21,8% nas despesas com pessoal.
- ii. Um aumento de R\$6.464 mil ou 12,1% nas despesas gerais e administrativas, que passaram de R\$53.278 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$59.742 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, devido, principalmente, o aumento de R\$6.438 mil ou 27,1% das despesas com pessoal.

Lucro antes das receitas e despesas financeiras

Em decorrência das variações acima, a Companhia teve um lucro antes das receitas e despesas financeiras de R\$22.150 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou um aumento de R\$1.046 mil ou 5,0% em relação ao lucro antes das receitas e despesas financeiras de R\$21.104 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi negativo em R\$13.501 mil, uma redução de R\$2.612 mil ou 16,2% comparado com o resultado financeiro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$16.113 mil. Esta redução ocorreu, principalmente, em razão dos fatores abaixo:

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

- i. Despesas financeiras: uma redução de R\$2.202 mil ou 9,7% das despesas financeiras da Companhia que passaram de R\$22.689 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$20.487 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esta redução ocorreu, principalmente, devido à redução de juros passivo, que reduziu 87,6% ou R\$1.025 mil entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019.
- ii. Receitas financeiras: um aumento de R\$410 mil ou 6,2% das receitas financeiras da Companhia que passaram de R\$6.576 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$6.986 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Este aumento ocorreu, principalmente, devido ao aumento de descontos obtidos no valor de R\$169 mil e de juros ativos no valor de R\$238 mil, respectivamente, entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

Em decorrência das variações acima, a Companhia teve um lucro antes do imposto de renda e contribuição social de R\$8.649 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, um aumento de R\$3.658 mil ou 73,3% em relação ao lucro antes do imposto de renda e da contribuição social de R\$4.991 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018..

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 representou uma despesa de \$3.583 mil, o que representou um aumento de R\$1.310 mil ou 57,6% comparado com o imposto de renda e contribuição social com uma despesa de R\$2.273 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Lucro do exercício

Em decorrência das variações acima, a Companhia teve um lucro líquido do exercício de R\$5.066 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, um aumento de R\$2.348 mil ou 86,4% em relação ao lucro líquido do exercício de R\$2.718 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. O lucro líquido do exercício representou, respectivamente, 1,7% e 1,0% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

BALANÇO PATRIMONIAL

Análise comparativa dos balanços patrimoniais consolidados em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

| (em R\$ mil, exceto %) | Em 30/06/2021 | AV (%) | Em 31/12/2020 | AV (%) | AH (%) |
|-------------------------------|---------------|--------|---------------|--------|--------|
| Ativo | | | | | |
| Ativo circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 27.529 | 5,5% | 17.814 | 3,3% | 54,5% |
| Títulos e valores mobiliários | 44.714 | 8,9% | 44.316 | 8,2% | 0,9% |
| Conta caução | 15.932 | 3,2% | 15.670 | 2,9% | 1,7% |

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

| (em R\$ mil, exceto %) | Em 30/06/2021 | AV (%) | Em 31/12/2020 | AV (%) | AH (%) |
|--|----------------|---------------|----------------|---------------|---------------|
| Contas a receber | 85.577 | 17,1% | 105.445 | 19,6% | -18,8% |
| Tributos a recuperar | 8.611 | 1,7% | 11.419 | 2,1% | -24,6% |
| Estoques | 76.114 | 15,2% | 89.331 | 16,6% | -14,8% |
| Valores a receber de partes relacionadas | 5.261 | 1,1% | 913 | 0,2% | 476,2% |
| Adiantamentos diversos | 16.467 | 3,3% | 28.889 | 5,4% | -43,0% |
| Outros ativos circulantes | 6.678 | 1,3% | 20.250 | 3,8% | -67,0% |
| Total do ativo circulante | 284.883 | 57,3% | 334.047 | 62,2% | -14,1% |
| Ativo não circulante | | | | | |
| Realizável a longo prazo | | | | | |
| Depósitos judiciais | 3.354 | 0,7% | 3.148 | 0,6% | 6,5% |
| Tributos a recuperar | 355 | 0,1% | 355 | 0,1% | 0,0% |
| Tributos diferidos | 7.109 | 1,4% | 5.341 | 1,0% | 33,1% |
| Propriedades para investimento | 161.720 | 32,3% | 151.039 | 28,1% | 7,1% |
| Investimentos | 217 | 0,0% | 182 | 0,0% | 19,2% |
| Imobilizado | 20.733 | 4,1% | 18.922 | 3,5% | 9,6% |
| Intangível | 20.620 | 4,1% | 24.234 | 4,5% | -14,9% |
| Total do ativo não circulante | 214.108 | 42,7% | 203.221 | 37,8% | 5,4% |
| Total do ativo | 500.991 | 100,0% | 537.268 | 100,0% | -6,8% |
| Passivo | | | | | |
| Passivo circulante | | | | | |
| Fornecedores | 110.319 | 22,0% | 180.337 | 33,6% | -38,8% |
| Empréstimos e financiamentos | 58.187 | 11,6% | 61.434 | 11,4% | -5,3% |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 15.315 | 3,1% | 21.040 | 3,9% | -27,2% |
| Obrigações tributárias | 5.059 | 1,0% | 7.676 | 1,4% | -34,1% |
| Parcelamento de débitos tributários | 58 | 0,0% | 58 | 0,0% | - |
| Valores a pagar a partes relacionadas | 5.166 | 1,0% | 3.884 | 0,7% | 33,0% |
| Adiantamento de Clientes | 32.500 | 6,5% | 39.342 | 7,3% | -17,4% |
| Dividendos a pagar | 73.159 | 14,6% | 4.313 | 0,8% | n.m. |
| Outras contas a pagar | 3.546 | 0,7% | 2.635 | 0,5% | 34,6% |
| Total do passivo circulante | 303.309 | 60,5% | 320.719 | 59,7% | -5,4% |

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

| (em R\$ mil, exceto %) | Em 30/06/2021 | AV (%) | Em 31/12/2020 | AV (%) | AH (%) |
|---|----------------|---------------|----------------|---------------|---------------|
| Passivo não circulante | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 91.972 | 18,4% | 61.857 | 11,5% | 48,7% |
| Parcelamento de débitos tributários | 79 | 0,0% | 108 | 0,0% | -26,9% |
| Tributos diferidos | 47.008 | 9,4% | 43.376 | 8,1% | 8,4% |
| Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhista | 39.052 | 7,8% | 28.555 | 5,3% | 36,8% |
| Outras contas a pagar | 97 | 0,0% | 192 | 0,0% | -49,5% |
| Total do passivo não circulante | 178.208 | 35,6% | 134.088 | 25,0% | 32,9% |
| Patrimônio líquido | | | | | |
| Capital social | 1.886 | 0,4% | 1.886 | 0,4% | - |
| Ações em tesouraria | (1.283) | -0,3% | (1.283) | -0,2% | - |
| Reserva de capital | 3.467 | 0,7% | 3.467 | 0,6% | - |
| Reservas de lucros | 389 | 0,1% | 78.389 | 14,6% | -99,5% |
| Lucros Acumulados | 11.809 | 2,4% | - | - | - |
| Patrimônio líquido atribuível aos controladores | 16.268 | 3,2% | 82.459 | 15,3% | -80,3% |
| Participação de não controladores | 3.206 | 0,6% | 2 | 0,00% | n.m.* |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | 500.991 | 100,0% | 537.268 | 100,0% | -6,8% |

n.m. – não mensurável

Caixa e equivalente de caixa

O caixa e equivalente de caixa da Companhia em 30 de junho de 2021 era de R\$27.529 mil, um aumento de 54,5% em relação ao caixa e equivalente de caixa em 31 de dezembro de 2020, que era de R\$17.814 mil. Este aumento ocorreu, principalmente, devido ao fluxo de entrada e saída de caixa, com recebimento de contas a receber e venda de estoques.

Contas a receber

O contas a receber da Companhia em 30 de junho de 2021 era de R\$85.577 mil, uma redução de 18,8% ou R\$19.868 mil em relação ao contas a receber em 31 de dezembro de 2020, que era de R\$105.445 mil. Esta redução ocorreu, principalmente, devido ao recebimento de contas a receber de cliente que estavam a vencer em 31 de dezembro de 2020 e foram pagos durante o primeiro semestre de 2021.

Estoque

O estoque da Companhia em 30 de junho de 2021 era de R\$76.114 mil, uma redução de 14,8% ou R\$13.217 mil em relação ao estoque em 31 de dezembro de 2020, que era de R\$89.331 mil. Esta redução ocorreu, principalmente, devido à venda e não reposição de chips e cartões pré pago de uma das operadoras parceiras, que possui maior representatividade dentro do estoque.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Valores a receber de partes relacionadas

Os valores a receber de partes relacionadas da Companhia em 30 de junho de 2021 eram de R\$5.261 mil, um aumento de 476,2% ou R\$4.348 mil em relação aos valores a receber de partes relacionadas em 31 de dezembro de 2020, que eram de R\$913 mil. Este aumento ocorreu, principalmente, devido ao aumento de R\$3.848 mil no saldo a receber da Sírius Investimentos e Participações S.A.

Propriedades para investimentos

As propriedades para investimentos da Companhia em 30 de junho de 2021 eram de R\$161.720 mil, um aumento de 7,1% ou R\$10.681 mil em relação as propriedades para investimentos em 31 de dezembro de 2020, que eram de R\$151.039 mil. Este aumento ocorreu, principalmente, devido ao ajuste a valor justo no valor de R\$10.681 mil do Sítio Ecológico Jardim do Espelho que passou a ser realizado pela Companhia e suas controladas após análise de especialistas.

Imobilizado

O imobilizado da Companhia em 30 de junho de 2021 era de R\$20.733 mil, um aumento de 9,6% ou R\$1.811 mil em relação ao imobilizado em 31 de dezembro de 2020, que era de R\$18.922 mil. Este aumento ocorreu, principalmente, devido a aquisições de máquinas e equipamentos no valor de R\$3.570 mil.

Intangível

O intangível da Companhia em 30 de junho de 2021 era de R\$20.620 mil, uma redução de 14,9% ou R\$3.614 mil em relação ao intangível em 31 de dezembro de 2020, que era de R\$24.234 mil. Esta redução é decorrente principalmente da despesa de amortização do período de seis meses no valor de R\$4.374 mil.

Fornecedores

A conta de fornecedores da Companhia em 30 de junho de 2021 era de R\$110.319 mil, uma redução de 38,8% ou R\$70.018 mil em relação a conta de fornecedores em 31 de dezembro de 2020, que era de R\$180.337 mil. Esta redução ocorreu, principalmente, devido a Companhia ter liquidado a maior parte do saldo em aberto com seus três principais fornecedores.

Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo

A conta de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Companhia em 30 de junho de 2021 era de R\$150.159 mil, um aumento de 21,8% ou R\$26.868 mil em relação a conta de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo em 31 de dezembro de 2020, que era de R\$123.291 mil. Este aumento ocorreu, principalmente, devido a Companhia ter captado novos empréstimos no montante total de R\$67.680 mil para sanar a necessidade de capital de giro da Companhia e suas controladas e ter pago parcelas de empréstimos no valor de R\$40.082 mil.

Adiantamento de clientes

O adiantamento de clientes da Companhia em 30 de junho de 2021 era de R\$32.500 mil, uma redução de 17,4% ou R\$6.842 mil em relação ao adiantamento de clientes em 31 de dezembro de 2020, que era de R\$39.342 mil. Esta redução ocorreu, principalmente, devido a Companhia ter prestado o serviço e consequentemente reconhecido a receita referente a adiantamentos realizados anteriormente.

Dividendos a pagar

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Os dividendos a pagar da Companhia em 30 de junho de 2021 eram de R\$73.159 mil, um aumento de R\$68.846 mil em relação aos dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2020, que eram de R\$4.313 mil. Este aumento ocorreu, principalmente, devido a aprovação da distribuição de dividendos adicionais, no montante de R\$78.000 mil em 29 de junho de 2021.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas da Companhia em 30 de junho de 2021 eram de R\$39.052 mil, um aumento de 36,8% ou R\$10.497 mil em relação as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas em 31 de dezembro de 2020, que eram de R\$28.555 mil. Este aumento ocorreu, principalmente, devido a um complemento de provisão no valor R\$10.362 mil do processo relacionado a PIS e COFINS das controladas RV e BM.

Reservas de lucros

As reservas de lucros da Companhia em 30 de junho de 2021 eram de R\$389 mil, uma redução de 99,5% ou R\$78.000 mil em relação as reservas de lucros em 31 de dezembro de 2020, que era de R\$78.389 mil. Esta redução ocorreu, principalmente, devido a distribuição de dividendos no valor de R\$78.000 mil.

Análise comparativa dos balanços patrimoniais consolidados em 31 de dezembro de 2020 e 2019

| (em R\$ mil, exceto %) | Em 31/12/2020 | AV (%) | Em 31/12/2019 | AV (%) | AH (%) |
|--|------------------|--------------|------------------|--------------|--------------|
| Ativo | | | | | |
| Ativo circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 17.814 | 3,3% | 30.816 | 6,2% | -42,2% |
| Títulos e valores mobiliários | 44.316 | 8,2% | 34.622 | 7,0% | 28,0% |
| Conta caução | 15.670 | 2,9% | 20.036 | 4,0% | -21,8% |
| Contas a receber | 105.445 | 19,6% | 95.322 | 19,3% | 10,6% |
| Tributos a recuperar | 11.419 | 2,1% | 9.328 | 1,9% | 22,4% |
| Estoques | 89.331 | 16,6% | 47.297 | 9,6% | 88,9% |
| Valores a receber de partes relacionadas | 913 | 0,2% | 7.946 | 1,6% | -88,5% |
| Adiantamentos diversos | 28.889 | 5,4% | 19.363 | 3,9% | 49,2% |
| Outros ativos circulantes | 20.250 | 3,8% | 18.251 | 3,7% | 11,0% |
| Total do ativo circulante | 334.047 | 62,2% | 282.981 | 57,2% | 18,0% |
| Ativo não circulante | | | | | |
| Realizável a longo prazo | | | | | |
| Depósitos judiciais | 3.148 | 0,7% | 2.804 | 0,6% | 12,3% |
| Tributos a recuperar | 355 | 0,1% | 953 | 0,2% | -62,7% |
| Tributos diferidos | 5.341 | 1,4% | 8.793 | 1,8% | -39,3% |

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

| (em R\$ mil, exceto %) | Em 31/12/2020 | AV (%) | Em 31/12/2019 | AV (%) | AH (%) |
|--|------------------|--------------|------------------|--------------|--------------|
| Propriedades para investimento | 151.039 | 32,4% | 141.840 | 28,7% | 6,5% |
| Investimentos | 182 | 0,0% | 109 | 0,0% | 67,0% |
| Imobilizado | 18.922 | 4,2% | 25.363 | 5,1% | -25,4% |
| Intangível | 24.234 | 4,1% | 32.159 | 6,5% | -24,6% |
| Total do ativo não circulante | 203.221 | 37,8% | 212.021 | 42,8% | -4,2% |
| | | | | | |
| Total do ativo | 537.268 | 100% | 495.002 | 100% | 8,5% |
| | | | | | |
| Passivo | | | | | |
| Passivo circulante | | | | | |
| Fornecedores | 180.337 | 33,6% | 213.546 | 43,1% | -15,6% |
| Empréstimos e financiamentos | 61.434 | 11,4% | 51.784 | 10,5% | 18,6% |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 21.040 | 3,9% | 11.347 | 2,3% | 85,4% |
| Obrigações tributárias | 7.676 | 1,4% | 5.139 | 1,0% | 49,4% |
| Parcelamento de débitos tributários | 58 | 0,0% | 57 | 0,0% | 1,8% |
| Valores a pagar a partes relacionadas | 3.884 | 0,7% | 10.124 | 2,0% | -61,6% |
| Adiantamento de Clientes | 39.342 | 7,3% | 12.041 | 2,4% | 226,7% |
| Dividendos a pagar | 4.313 | 0,8% | 1.149 | 0,2% | 275,4% |
| Outras contas a pagar | 2.635 | 0,5% | 6.663 | 1,3% | -60,5% |
| Total do passivo circulante | 320.719 | 59,7% | 311.850 | 63,0% | 2,8% |
| Passivo não circulante | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 61.857 | 11,5% | 66.988 | 13,5% | -7,7% |
| Parcelamento de débitos tributários | 108 | 0,0% | 163 | 0,0% | -33,7% |
| Tributos diferidos | 43.376 | 8,1% | 43.325 | 8,8% | 0,1% |
| Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | 28.555 | 5,3% | 9.771 | 2,0% | 192,2% |
| Outras contas a pagar | 192 | 0,0% | 1.769 | 0,4% | -89,1% |
| Total do passivo não circulante | 134.088 | 25,0% | 122.016 | 24,6% | 9,9% |
| | | | | | |
| Patrimônio líquido | | | | | |
| Capital social | 1.886 | 0,4% | 1.886 | 0,4% | - |
| Ações em tesouraria | (1.283) | -0,2% | (1.283) | -0,3% | - |
| Reserva de capital | 3.467 | 0,6% | 3.467 | 0,7% | - |
| Reservas de lucros | 78.389 | 14,6% | 56.621 | 11,4% | 38,4% |

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

| (em R\$ mil, exceto %) | Em 31/12/2020 | AV (%) | Em 31/12/2019 | AV (%) | AH (%) |
|--|------------------|---------------|------------------|---------------|--------------|
| Ajuste de avaliação patrimonial | - | - | 583 | 0,1% | -100,0% |
| Patrimônio líquido atribuível aos controladores | 82.459 | 15,3% | 61.274 | 12,4% | 34,6% |
| Participação de não controladores | 2 | 0,0% | (138) | 0,0% | -101,4% |
| Total do patrimônio líquido | 82.461 | 15,3% | 61.136 | 12,4% | 34,9% |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | 537.268 | 100,0% | 495.002 | 100,0% | 8,5% |

Caixa e equivalente de caixa

O caixa e equivalente de caixa da Companhia em 31 de dezembro de 2020 era de R\$17.814 mil, uma redução de 42,2% ou R\$13.002 mil em relação ao caixa e equivalente de caixa em 31 de dezembro de 2019, que era de R\$30.816 mil. Esta redução ocorreu, principalmente, devido a aquisição de imobilizado no período e redução do saldo de fornecedores.

Contas a receber

O contas a receber da Companhia em 31 de dezembro de 2020 era de R\$105.445 mil, um aumento de 10,6% ou R\$10.123 mil em relação ao contas a receber em 31 de dezembro de 2019, que era de R\$95.322 mil. Este aumento ocorreu, principalmente, devido ao aumento de títulos a vencer no valor R\$6.116 mil decorrente do aumento da operação da companhia.

Estoque

O estoque da Companhia em 31 de dezembro de 2020 era de R\$89.331 mil, um aumento de 88,9% ou R\$42.034 mil em relação ao estoque em 31 de dezembro de 2019, que era de R\$47.297 mil. Este aumento ocorreu, principalmente, devido à alta de chips e cartões pré-pagos de principal operadora parceira que possui maior representatividade dentro do estoque.

Valores a receber de partes relacionadas

Os valores a receber de partes relacionadas da Companhia em 31 de dezembro de 2020 era de R\$913 mil, uma redução de 88,5% ou R\$7.033 mil em relação aos valores a receber de partes relacionadas em 31 de dezembro de 2019, que era de R\$7.946 mil. Esta redução ocorreu, principalmente, devido à redução de R\$7.283 mil no saldo a receber da Sírius Investimentos e Participações S.A.

Propriedades para investimentos

As propriedades para investimentos da Companhia em 31 de dezembro de 2020 eram de R\$151.039 mil, um aumento de 6,5% ou R\$9.199 mil em relação as propriedades para investimentos em 31 de dezembro de 2019, que eram de R\$141.840 mil. Este aumento ocorreu, principalmente, devido à adição de R\$8.179 mil do Sítio Ecológico Jardim do Espelho.

Imobilizado

O imobilizado da Companhia em 31 de dezembro de 2020 era de R\$18.922 mil, uma redução de 25,4% ou R\$6.441 mil em relação ao imobilizado em 31 de dezembro de 2019, que era de R\$25.363 mil. Esta redução ocorreu, principalmente, devido as baixas líquidas (descontando a baixa de depreciação) das máquinas e equipamentos no valor de R\$3.666 mil.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Intangível

O intangível da Companhia em 31 de dezembro de 2020 era de R\$24.234 mil, uma redução de 24,6% ou R\$7.925 mil em relação ao intangível em 31 de dezembro de 2019, que era de R\$32.159 mil. Esta redução ocorreu, principalmente, devido a amortização do exercício no valor de R\$8.785 mil.

Fornecedores

A conta de fornecedores da Companhia em 31 de dezembro de 2020 era de R\$180.337 mil, uma redução de 15,6% ou R\$33.209 mil em relação a conta de fornecedores em 31 de dezembro de 2019, que era de R\$213.546 mil. Esta redução ocorreu, principalmente, devido a Companhia ter liquidado contas a pagar com duas de suas principais operadoras parceiras.

Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo

A conta de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Companhia em 31 de dezembro de 2020 era de R\$123.291 mil, um aumento de 3,8% ou R\$4.519 mil em relação a conta de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo em 31 de dezembro de 2019, que era de R\$118.772 mil. Este aumento ocorreu, principalmente, devido aos encargos financeiros incorridos durante o exercício social de 2020 no valor de R\$10.695 mil.

Adiantamento de clientes

O adiantamento de clientes da Companhia em 31 de dezembro de 2020 era de R\$39.342 mil, um aumento de 226,7% ou R\$27.301 mil em relação ao adiantamento de clientes em 31 de dezembro de 2019, que era de R\$12.041 mil. Este aumento ocorreu, principalmente, recebimento antecipados de clientes por serviços ainda não realizados.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas da Companhia em 31 de dezembro de 2020 eram de R\$28.555 mil, um aumento de 192,2% ou R\$18.784 mil em relação as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas em 31 de dezembro de 2019, que eram de R\$9.771 mil. Este aumento ocorreu, principalmente, devido a complemento de provisão do processo relacionado a PIS e COFINS montante de R\$18.828 mil das controladas.

Reservas de lucros

As reservas de lucros da Companhia em 31 de dezembro de 2020 eram de R\$78.389 mil, um aumento de 38,4% ou R\$21.768 mil em relação as reservas de lucros em 31 de dezembro de 2019, que eram de R\$56.621 mil. Este aumento ocorreu, principalmente, devido a retenção do lucro do exercício atribuído aos acionistas controladores no valor de R\$21.185 mil.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Análise comparativa dos balanços patrimoniais consolidados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

| (em R\$ mil, exceto %) | Em 31/12/2019 | AV (%) | Em 31/12/2018 | AV (%) | AH (%) |
|--|------------------|---------------|------------------|---------------|--------------|
| Ativo | | | | | |
| Ativo circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 30.816 | 6,2% | 16.111 | 3,7% | 91,3% |
| Títulos e valores mobiliários | 34.622 | 7,0% | 46.338 | 10,6% | -25,3% |
| Conta caução | 20.036 | 4,0% | 23.551 | 5,4% | -14,9% |
| Contas a receber | 95.322 | 19,3% | 78.286 | 17,9% | 21,8% |
| Tributos a recuperar | 9.328 | 1,9% | 7.314 | 1,7% | 27,5% |
| Estoques | 47.297 | 9,6% | 40.976 | 9,4% | 15,4% |
| Valores a receber de partes relacionadas | 7.946 | 1,6% | 4.323 | 1,0% | 83,8% |
| Adiantamentos diversos | 19.363 | 3,9% | 2.086 | 0,5% | 828,2% |
| Outros ativos circulantes | 18.251 | 3,7% | 13.484 | 3,1% | 35,4% |
| Total do ativo circulante | 282.981 | 57,2% | 232.469 | 53,1% | 21,7% |
| | | | | | |
| Não circulante | | | | | |
| Realizável a longo prazo | | | | | |
| Depósitos judiciais | 2.804 | 0,6% | 1.801 | 0,4% | 55,7% |
| Tributos a recuperar | 953 | 0,2% | 951 | 0,2% | 0,2% |
| Tributos diferidos | 8.793 | 1,8% | 8.959 | 2,0% | -1,9% |
| Propriedades para investimento | 141.840 | 28,7% | 136.091 | 31,1% | 4,2% |
| Investimentos | 109 | 0,0% | 38 | 0,0% | 186,8% |
| Imobilizado | 25.363 | 5,1% | 22.538 | 5,2% | 12,5% |
| Intangível | 32.159 | 6,5% | 34.656 | 7,9% | -7,2% |
| Total do ativo não circulante | 212.021 | 42,8% | 205.034 | 46,9% | 3,4% |
| Total do ativo | 495.002 | 100,0% | 437.503 | 100,0% | 13,1% |
| | | | | | |
| Passivo | | | | | |
| Circulante | | | | | |
| Fornecedores | 213.546 | 43,1% | 188.955 | 43,2% | 13,0% |
| Empréstimos e financiamentos | 51.784 | 10,5% | 34.850 | 8,0% | 48,6% |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 11.347 | 2,3% | 7.398 | 1,7% | 53,4% |
| Obrigações tributárias | 5.139 | 1,0% | 1.757 | 0,4% | 192,5% |
| Parcelamento de débitos tributários | 57 | 0,0% | 103 | 0,0% | -44,7% |

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

| (em R\$ mil, exceto %) | Em 31/12/2019 | AV (%) | Em 31/12/2018 | AV (%) | AH (%) |
|---|------------------|---------------|------------------|---------------|--------------|
| Valores a pagar a partes relacionadas | 10.124 | 2,0% | 75 | 0,0% | n.m. |
| Adiantamento de clientes | 12.041 | 2,4% | 14.253 | 3,3% | -15,5% |
| Dividendos a pagar | 1.149 | 0,2% | - | - | - |
| Outras contas a pagar | 6.663 | 1,3% | 6.889 | 1,6% | -3,3% |
| Total do passivo circulante | 311.850 | 63,0% | 254.280 | 58,1% | 22,6% |
| Não circulante | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 66.988 | 13,5% | 73.959 | 16,9% | -9,4% |
| Parcelamento de débitos tributários | 163 | 0,0% | 213 | 0,0% | -23,5% |
| Tributos diferidos | 43.325 | 8,8% | 42.298 | 9,7% | 2,4% |
| Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhista | 9.771 | 2,0% | 5.477 | 1,3% | 78,4% |
| Outras contas a pagar | 1.769 | 0,4% | 4.056 | 0,9% | -56,4% |
| Total do passivo não circulante | 122.016 | 24,6% | 126.003 | 28,8% | -3,2% |
| Patrimônio líquido | | | | | |
| Capital social | 1.886 | 0,4% | 1.886 | 0,4% | - |
| Ações em tesouraria | (1.283) | -0,3% | (1.283) | -0,3% | - |
| Reserva de capital | 3.467 | 0,7% | 3.467 | 0,8% | - |
| Reservas de lucros | 56.621 | 11,4% | 52.055 | 11,9% | 8,8% |
| Ajuste de avaliação patrimonial reflexa | 583 | 0,1% | 1.255 | 0,3% | -53,5% |
| Patrimônio líquido atribuível aos controladores | 61.274 | 12,4% | 57.380 | 13,1% | 6,8% |
| Participação de não controladores | (138) | 0,0% | (160) | 0,0% | -13,8% |
| Total do patrimônio líquido | 61.136 | 12,4% | 57.220 | 13,1% | 6,8% |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | 495.002 | 100,0% | 437.503 | 100,0% | 13,1% |

n.m. – não mensurável

Caixa e equivalente de caixa

O caixa e equivalente de caixa da Companhia em 31 de dezembro de 2019 era de R\$30.816 mil, um aumento de 91,3% ou R\$14.705 mil em relação ao caixa e equivalente de caixa em 31 de dezembro de 2018, que era de R\$16.111 mil. Este aumento ocorreu, principalmente, devido ao recebimento de clientes identificado no fim do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, mas que só estava disponível para a companhia em 1º de janeiro de 2019 no valor de R\$20.859 mil.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Contas a receber

O contas a receber da Companhia em 31 de dezembro de 2019 era de R\$95.322 mil, um aumento de 21,8% ou R\$17.036 mil em relação ao contas a receber em 31 de dezembro de 2018, que era de R\$78.286 mil. Este aumento ocorreu, principalmente, devido ao aumento de R\$12.712 mil do contas a receber a vencer ocasionado pelo aumento das operações da companhia.

Estoque

O estoque da Companhia em 31 de dezembro de 2019 era de R\$47.297 mil, um aumento de 15,4% ou R\$6.321 mil em relação ao estoque em 31 de dezembro de 2018, que era de R\$40.976 mil. Este aumento ocorreu principalmente pelo aumento das operações com uma das principais operadoras parceiras, ocasionando um aumento de R\$4.523 mil no estoque de chips e recargas.

Valores a receber de partes relacionadas

Os valores a receber de partes relacionadas da Companhia em 31 de dezembro de 2019 era de R\$7.946 mil, um aumento de 83,8% ou R\$3.623 mil em relação aos valores a receber de partes relacionadas em 31 de dezembro de 2018, que era de R\$4.323 mil. Este aumento ocorreu, principalmente, devido ao aumento de R\$7.757 mil a receber de partes relacionadas.

Imobilizado

O imobilizado da Companhia em 31 de dezembro de 2019 era de R\$25.363 mil, um aumento de 12,5% ou R\$2.825 mil em relação ao imobilizado em 31 de dezembro de 2018, que era de R\$22.538 mil. Este aumento ocorreu, principalmente, devido às adições do imobilizado no valor de R\$16.500 mil e a depreciação do exercício no valor de R\$11.851 mil.

Fornecedores

A conta de fornecedores da Companhia em 31 de dezembro de 2019 era de R\$213.546 mil, um aumento de 13,0% ou R\$24.591 mil em relação a conta de fornecedores em 31 de dezembro de 2018, que era de R\$188.955 mil. Este aumento ocorreu, principalmente, devido ao aumento das operações com umas das principais operadoras parceiras, esse aumento das operações pode ser corroborado com o aumento dos estoques de chips e recargas.

Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo

A conta de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Companhia em 31 de dezembro de 2019 era de R\$118.772 mil, um aumento de 9,2% ou R\$9.963 mil em relação a conta de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo em 31 de dezembro de 2018, que era de R\$108.809 mil. Este aumento ocorreu, principalmente, devido às captações terem sido superiores às amortizações de principal em R\$10.833 mil.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas da Companhia em 31 de dezembro de 2019 eram de R\$9.771 mil, um aumento de 78,4% ou R\$4.294 mil em relação as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas em 31 de dezembro de 2018, que eram de R\$5.477 mil. Este aumento ocorreu, principalmente, devido ao complemento de provisão no valor de R\$4.025 mil no processo relacionado ao PIS e COFINS das controladoras.

Reservas de lucros

As reservas de lucros da Companhia em 31 de dezembro de 2019 eram de R\$56.621 mil, um aumento de 8,8% ou R\$4.566 mil em relação as reservas de lucros em 31 de dezembro de 2018,

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

que eram de R\$52.055 mil. Este aumento ocorreu, principalmente, devido ao lucro líquido atribuído aos acionistas controladores no valor de R\$3.894 mil.

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA

Análise comparativa das demonstrações de fluxo de caixa consolidadas para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020

| (em R\$ mil, exceto %) | Período de seis meses findo em 30 de junho de | | |
|--|---|-----------------|---------------|
| | 2021 | 2020 | AH (%) |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais | (4.893) | 11.887 | -141,2% |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento | (7.218) | (19.652) | -63,3% |
| Caixa líquido gerado pelas (utilizados nas) atividades de financiamentos | 21.826 | (6.100) | 457,8% |
| Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa | 9.715 | (13.865) | 170,1% |
| Caixa e equivalentes de caixa: | | | |
| No início do exercício | 17.814 | 30.816 | -42,2% |
| No final do exercício | 27.529 | 16.951 | 62,4% |

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, a Companhia aplicou um caixa líquido nas atividades operacionais de R\$4.893 mil, uma redução de 141,2% ou R\$16.780 mil em relação ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, em que o caixa gerado pelas atividades operacionais foi de R\$11.887 mil. Esta redução ocorreu, principalmente, devido redução da variação dos fornecedores em R\$45.431 mil, parcialmente compensada pelo aumento da variação dos estoques em R\$23.992 mil.

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, a Companhia aplicou um caixa líquido nas atividades de investimento de R\$7.218 mil, uma redução de 63,3% ou R\$12.434 mil em relação ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, em que o caixa aplicado nas atividades de investimento foi de R\$19.652 mil. Esta redução ocorreu, principalmente, devido ao aumento dos resgates líquidos (descontando aplicações) de títulos e valores mobiliários em R\$9.084 mil, somados a redução das aquisições de imobilizado em R\$6.275 mil.

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, a Companhia gerou um caixa líquido pelas atividades de financiamentos de R\$21.826 mil, um aumento de 457,8% ou R\$27.926 mil em relação período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, em que o caixa aplicado nas atividades de financiamento foi de R\$6.100 mil. Este aumento ocorreu, principalmente, devido ao aumento das captações de empréstimos e financiamentos em R\$44.787 mil e ao aumento do pagamento de principal de empréstimos e financiamentos no valor de R\$17.481 mil.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Análise comparativa das demonstrações de fluxo de caixa consolidadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019

| (em R\$ mil, exceto %) | Exercício social encerrado em 31 de dezembro de | | |
|---|---|---------------|----------------|
| | 2020 | 2019 | AH (%) |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais | 24.567 | 24.617 | -0,2% |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento | (31.645) | (7.756) | 308,0% |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de financiamentos | (5.924) | (2.156) | 174,8% |
| Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa | (13.002) | 14.705 | -188,4% |
| Caixa e equivalentes de caixa: | | | |
| No início do exercício | 30.816 | 16.111 | 91,3% |
| No final do exercício | 17.814 | 30.816 | -42,2% |

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia gerou um caixa líquido pelas atividades operacionais de R\$24.567 mil, uma redução de 0,2% ou R\$50 mil em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, em que o caixa gerado pelas atividades operacionais foi de R\$24.617 mil. Esta redução do caixa líquido gerado pelas atividades operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 ocorreu, principalmente, pelo aumento da aplicação de caixa nos estoques e nos fornecedores de R\$35.713 mil e R\$57.800 mil respectivamente o qual foi parcialmente compensado pelo aumento do caixa gerado pelos lucros antes dos impostos de R\$37.517 mil.

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia aplicou um caixa líquido nas atividades de investimento de R\$31.645 mil, um aumento de 308,0% ou R\$23.889 mil em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, em que o caixa aplicado nas atividades de investimento foi de R\$7.756 mil. Este aumento ocorreu, principalmente, devido ao aumento das aplicações líquidas (descontando resgates) em títulos de valores imobiliários de R\$21.673 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia aplicou um caixa líquido nas atividades de financiamentos de R\$5.924 mil, um aumento de 174,8% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, em que o caixa aplicado nas atividades de financiamento foi de R\$2.156 mil. Essa variação ocorreu, principalmente, devido ao aumento de pagamento de principal de empréstimos e financiamentos no valor de R\$17.055 mil, parcialmente compensados pelo aumento de captação de empréstimos e financiamentos em R\$ 15.006 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Análise comparativa das demonstrações de fluxo de caixa consolidadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

| (em R\$ mil, exceto %) | Exercício social encerrado em 31 de dezembro de | | |
|--|---|--------------|---------------|
| | 2019 | 2018 | AH (%) |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais | 24.617 | (9.199) | -367,6% |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento | (7.756) | (24.052) | -67,8% |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos | (2.156) | 38.927 | -105,5% |
| Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa | 14.705 | 5.676 | 159,1% |
| Caixa e equivalentes de caixa: | | | |
| No início do exercício | 16.111 | 10.435 | 54,4% |
| No final do exercício | 30.816 | 16.111 | 91,3% |

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia gerou caixa líquido pelas atividades operacionais de R\$24.617 mil, uma redução de 367,6% ou R\$33.816 mil em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, em que o caixa aplicado nas atividades operacionais foi de R\$9.199 mil. Esta redução ocorreu, principalmente, devido ao aumento de R\$50.179 do saldo de fornecedores no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia aplicou um caixa líquido nas atividades de investimento de R\$7.756 mil, uma redução de 67,8% ou R\$16.296 mil em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, em que o caixa aplicado nas atividades de investimento foi de R\$24.052 mil. Esta redução ocorreu, principalmente, devido ao aumento dos resgates líquidos (descontando aplicações) em títulos e valores imobiliários de R\$27.016 mil, parcialmente compensados pelo aumento de aquisições de intangíveis de R\$9.947 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia aplicou um caixa líquido nas atividades de financiamentos de R\$2.156 mil, uma redução de 105,5% ou R\$41.083 mil em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, em que o caixa gerado pelas atividades de financiamento foi de R\$38.927 mil. Esta redução ocorreu, principalmente, devido à redução de captações de empréstimos e financiamentos no valor de R\$46.773 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

| (em R\$ mil) | No período de 6 meses findo em 30 de junho de | | No exercício social encerrado em 31 de dezembro de | | |
|-----------------------------|--|------------------|--|------------------|------------------|
| | 2021 | 2020 | 2020 | 2019 | 2018 |
| Receita de vendas | 393.963 | 397.856 | 929.810 | 685.014 | 544.797 |
| Receita de serviços | 54.529 | 37.921 | 102.141 | 59.289 | 43.410 |
| | 448.492 | 435.777 | 1.031.951 | 744.303 | 588.207 |
| Deduções da receita | | | | | |
| PIS | (43.738) | (47.965) | (101.245) | (74.403) | (57.546) |
| COFINS | (201.471) | (220.929) | (466.357) | (346.565) | (265.048) |
| ISS | (1.905) | (1.189) | (3.394) | (1.875) | (1.443) |
| ICMS | (1.878) | (3.527) | (9.732) | (4.605) | (1.029) |
| Devoluçãoes de vendas | (5.622) | (3.131) | (7.127) | (14.388) | (2.214) |
| | (254.614) | (276.741) | (587.855) | (441.836) | (327.280) |
| Receita operacional líquida | 193.878 | 159.036 | 444.096 | 302.467 | 260.927 |

A receita de vendas advém principalmente da venda de recargas *telecom*. Não obstante, a receita de vendas também advém da venda de produtos pré-pagos não-*telecom*, de cartões de transporte, entre outros.

A receita de serviços é decorrente dos serviços financeiros (pagamento de contas, maquininhas de débito/crédito e correspondente bancário) e das soluções de mídia digital (*Media Out of Home*) prestados pela Companhia. Em 30 de junho de 2021, o segmento de prestação de serviços representou 7,4% das receitas da Companhia.

No exercício social corrente e nos últimos três exercícios sociais, as receitas têm variado principalmente em função do crescimento orgânico, que ocorre no curso normal dos negócios da Companhia, como desenvolvimento de novas ofertas, maior taxa de conversão do time de vendas e resultados derivados de campanhas de marketing.

Não há variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio e inflação.

Mudanças em tendências de consumo, inovações tecnológicas e a satisfação de nossos clientes podem afetar nossa oferta de produtos e serviços, bem como nossa geração de receitas.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os Diretores da Companhia entendem os resultados operacionais, fluxo de caixa operacional, fluxo de caixa de investimentos e fluxo de caixa de financiamentos e condição financeira, assim como os resultados e fluxos de caixa e condição financeira de seus clientes podem ser afetados por condições econômicas gerais que ocorrem no Brasil.

O quadro abaixo apresenta determinados indicadores econômicos para os períodos indicados:

| | Período de seis meses findo em | Exercício social encerrado em 31 de dezembro de | | |
|---|--------------------------------|---|-------|-------|
| | | 2020 | 2019 | 2018 |
| | 30/06/2021 | | | |
| Produto Interno Bruto ⁽¹⁾ | 1,0% | -1,1% | 1,1% | 1,3% |
| Inflação (IGP-M) | 15,1% | 23,1% | 7,3% | 7,6% |
| Inflação (IPCA) ⁽²⁾ | 0,5% | 4,5% | 4,3% | 3,8% |
| Taxa interbancária – CDI ⁽³⁾ | 2,3% | 2,8% | 6,0% | 6,4% |
| Selic ⁽⁴⁾ | 3,4% | 1,9% | 4,4% | 6,4% |
| TJLP | 4,6% | 4,6% | 5,6% | 7,0% |
| Desemprego | 14,7% | 13,9% | 11,9% | 12,3% |

Fontes: IBGE, Banco Central, B3 e FGV

⁽¹⁾ O PIB informado é referente ao primeiro trimestre de 2021, conforme última atualização no site do IBGE (pesquisado no dia 27 de agosto de 2021).

⁽²⁾ O IPCA é o índice nacional de preços ao consumidor calculado pelo IBGE (acumulado durante cada período).

⁽³⁾ A taxa de CDI refere-se à taxa média de empréstimos interbancários *overnight* no Brasil, anualizada no último dia do período correspondente (utilizando a taxa acumulada).

⁽⁴⁾ Considera projeção do Banco Central do Brasil (média).

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita da Companhia não é diretamente impactada por variações nos preços, taxas de câmbio e inflação, bem como não foram afetadas nos três últimos exercícios sociais por alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

O resultado operacional da Companhia pode ser afetado pelas mudanças econômicas, principalmente no que tange à taxa de juros de curto, médio e longo prazo, índice de inflação, CDI e política cambial brasileira. Porém, historicamente, essas mudanças têm seu efeito atenuado para Companhia devido à pulverização de sua base instalada de clientes.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, tampouco no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve aquisição ou alienação de qualquer participação societária nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, tampouco no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

(c) eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações contábeis da Companhia.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações contábeis não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas, exceto pela apresentação separada de redução ao valor recuperável de contas a receber e ativos contratuais.

CPC 47 Receita de contrato com cliente

O CPC 47 estabeleceu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 – Receitas, o CPC 17 – Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle (em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo) requer julgamento.

A Companhia adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018. Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada – isto é, está apresentada, conforme reportado anteriormente, sob o CPC 30, o CPC 17 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação do CPC 47, em geral, não foram aplicados à informação comparativa.

O CPC 47 não teve um impacto significativo nas políticas contábeis da Companhia.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros

As principais mudanças foram: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento do CPC 38 foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos do CPC 38 foi extinto pelos conceitos desta nova norma. A norma entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018.

A Companhia e suas controladas não identificaram na aplicação dos requisitos de classificação e mensuração do CPC 48 impacto significativo nas suas demonstrações contábeis. As aplicações financeiras e as contas a receber de clientes são mantidas para captar fluxos de caixa contratuais e deverão gerar fluxos de caixa representando apenas pagamentos de principal e juros. A Companhia e suas controladas analisaram as características contratuais de fluxo de caixa desses instrumentos e concluíram que elas atendem aos critérios de mensuração de custo amortizado de acordo com o CPC 48.

Redução ao valor recuperável

O CPC 48 exige que a Companhia e suas controladas registrem as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros, com base em 12 meses ou por toda a vida dos instrumentos contratuais. A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia e suas controladas passaram a registrar provisão para perdas esperadas durante toda a vida das contas a receber de clientes.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

O impacto da adoção inicial sobre as demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 516.

CPC 06 (R2) – Arrendamentos

A Companhia aplicou pela primeira vez em 2019 o CPC 06 (R2) – Arrendamentos, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data. A natureza e o impacto das mudanças resultantes da adoção desta nova norma estão descritos a seguir.

Outras normas e interpretações se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações contábeis da Companhia. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes.

O CPC 06 (R2) se sobrepõe à versão anterior (R1) da norma de arrendamentos, além do ICPC 03 – Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial.

A contabilização do arrendador de acordo com o CPC 06 (R2) está substancialmente inalterada em relação à versão anterior da norma. Os arrendadores continuarão classificando arrendamentos como arrendamentos operacionais ou financeiros, utilizando princípios similares aos da versão anterior da norma e, portanto, o CPC 06 (R2) não apresenta impacto em arrendamentos nos quais o Grupo é arrendador.

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) usando o método retrospectivo completo de adoção, com a data de aplicação inicial de 1º de janeiro de 2019. A Companhia optou por utilizar o expediente prático abordagem retrospectiva modificada e o expediente prático com relação à definição de contratos de arrendamento na data de transição. Portanto, o passivo de arrendamento foi mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado pela taxa incremental sobre empréstimos do arrendatário, na data de aplicação inicial. O ativo de direito de uso na data da adoção inicial, para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional foi, por sua vez, reconhecido com valor equivalente ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da adoção inicial. A Companhia também optou por utilizar as isenções de reconhecimento para contratos de arrendamento que, na data de início, têm o prazo igual ou inferior a 12 meses e não contém opção de compra (arrendamento de curto prazo) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor (ativos de baixo valor).

ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

A interpretação ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A administração da Companhia deve reconhecer e mensurar seus tributos corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável, bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação. A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e entrou em vigência a partir de 1º de janeiro de 2019.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

Na avaliação da administração da Companhia, não existiram impactos significativos em decorrência da aplicação dos requisitos dessa interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

Adicionalmente, após suas análises, a administração não espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os efeitos significativos como resultado das alterações em práticas contábeis no período corrente e nos últimos três exercícios sociais estão descritos no item (a) acima.

(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não aplicável, tendo em vista que não houve ressalvas ou ênfases nos pareceres de auditoria do auditor independente da Companhia constantes das informações trimestrais individuais e consolidadas relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e às demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas, a administração fez os julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir:

- Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extração.

- Vida útil dos ativos intangíveis e imobilizados

A depreciação ou amortização dos ativos intangíveis e imobilizados considera a melhor estimativa da administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

- Mensuração a valor justo de propriedades para investimento

A Companhia e suas controladas apresentam suas propriedades para investimento a valor justo, sendo as mudanças no valor justo na data de aquisição. O valor justo dos imóveis foi determinado pelos métodos Comparativo Direto de Dados de Mercado (CDDM) com tratamento por fatores (“Fatores”) e tratamento científico (“Inferência”) e o Involutivo em que o valor do terreno alicerçado no seu aproveitamento eficiente, baseado em modelo de estudo de viabilidade técnico-econômica, mediante hipotético empreendimento compatível com as características do bem e com as condições do mercado no qual está inserido, considerando-se cenários viáveis para a execução e comercialização do produto. Essa metodologia é utilizada quando apesar da existência de um mercado ativo de terrenos na região do imóvel em questão, o mesmo não apresenta comparativos

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

com características semelhantes a este, devendo ainda, para utilização desta metodologia, haver condições de mercado que possibilitem e viabilizem sua aplicação.

- Provisão para perda de crédito esperado

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para contas a receber de clientes, a Companhia e suas controladas aplicam uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia e suas controladas não acompanham as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

- Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam suas premissas e estimativas pelo menos anualmente.

- Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no período corrente e no último exercício social.

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no período corrente e no último exercício social.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no período corrente e no último exercício social.

(iv) contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia no período corrente e no último exercício social.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no período corrente e no último exercício social.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período corrente e ao último exercício social.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.7 - Itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

- (a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

- (b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

- (c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos em andamento têm por objetivo assegurar o crescimento sustentável da Companhia em todas as verticais já existentes em seu negócio e na ampliação do portfólio de soluções oferecidas pela RV Tecnologia. Os investimentos vem sendo alocados em (i) expansão orgânica, nossa principal avenida de crescimento até o momento feita de forma seletiva e com criteriosa análise do nosso mercado, levando em consideração potenciais sinergias com nossa base de cliente e parceiros atuais; e (ii) expansão complementar via crescimento inorgânico, através de aquisições de plataformas que (a) estejam posicionadas dentro do escopo do crescimento orgânico da companhia e plataformas que nos permitam oferecer um novo produto ou serviço, (b) que tenham comprovada capacidade de gerar crescimentos orgânicos futuros à RV Tecnologia.

Em 2019, por exemplo, a Companhia fez um dos investimentos no montante de aproximadamente R\$ 4,6 milhões de reais na aquisição de quatro plataformas localizadas na região sul do Brasil, conforme indica o fluxo de caixa da Companhia.

Entre 2022 e 2025, a Companhia contempla investimentos em expansão orgânica da ordem de R\$180 milhões, os quais serão direcionados para melhoria da produtividade onde já estamos presentes: (i) expansão do projeto RV point, (ii) crescimento orgânico da operação de sub-adquirência, (iii) intensificação do crescimento em mídia *out-of-home*, (iv) ampliação dos produtos financeiros oferecidos em nossa plataforma como empréstimos, seguros e micro seguros.

Adicionalmente, entre 2022 e 2025, o orçamento da Companhia para aquisições de outras sociedades é da ordem de R\$ 1,0 bilhão, tais M&As ocorrerão em regiões promissoras, e nosso pipeline já mapeou pelo menos trinta players passíveis de serem abordados, mas após a captação de recursos a ser realizada por meio da oferta pública inicial de ações da Companhia (“IPO”), de modo a acelerar o crescimento sustentável da RV Tecnologia.

Em 6 de agosto de 2021, a Assembleia Geral da Companhia autorizou o pedido de registro do IPO junto à CVM. O IPO pretendido contará com uma parcela primária pela Companhia para captação de recursos por meio de aumento de capital. Do total de recursos captados, estima-se que 20% serão utilizados para complementar os investimentos em expansão orgânica da Companhia, 80% será utilizado em nossa estratégia de crescimento via aquisições.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos da Companhia são suportados principalmente pela geração de caixa e, sempre que necessário, por meio de empréstimos e financiamentos junto à terceiros.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui, em seu plano de negócios, desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

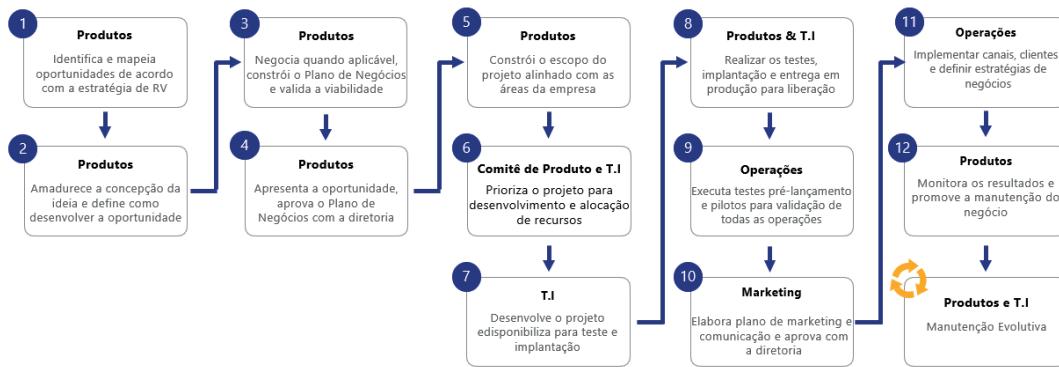
10.8 - Plano de Negócios

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não houve a aquisição de quaisquer plantas, equipamentos ou outros ativos que possam influenciar de maneira significativa a capacidade produtiva da Companhia.

(c) novos produtos e serviços

A RV Tecnologia trabalha continuamente no desenvolvimento de novos produtos e serviços que possam agregar ao seu robusto ecossistema. Utilizamos uma metodologia ágil, baseada em *design thinking* e temos uma esteira de produtos eficiente, que funciona conforme imagem abaixo:



Para mais informações sobre produtos e serviços, favor olhar a seção 7.3 (Sumário da Companhia).

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 30 de junho de 2021, o montante total gasto com relação ao desenvolvimento de novos produtos ou serviços é de R\$ 6.746 milhões.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Despesas com publicidade, patrocínios, parcerias e convênios

A Companhia não conta com patrocínios, parcerias e convênios. Além disso, as despesas de publicidade da Companhia encontram-se descritas no item 10.1 (h) deste Formulário de Referência.

Análise dos impactos do COVID-19 nas atividades da Companhia

Desde o início da pandemia, os gestores da Companhia vêm acompanhando os impactos da COVID-19 e possíveis incertezas relevantes relacionadas a eventos ou condições que possam lançar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia continuar operando.

Os impactos da pandemia ocasionada pela COVID-19 não afetaram o fluxo de caixa e o reconhecimento de receitas da Companhia, pois houve aumento significativo de clientes com a maior demanda de acessos à internet, o que levou ao crescimento da geração de caixa e seus equivalentes.

Em função do lockdown iniciado no mês de março de 2020, a Companhia negocou os contratos de locação de imóveis para que tivesse uma redução das prestações entre os meses de março a junho. A decisão tomada pela administração foi gerada pelas incertezas que a pandemia traria à continuidade dos negócios da Companhia.

Em consonância com os decretos e orientações das autoridades sanitárias, a Companhia adotou, ainda, todas as medidas para garantia dos protocolos de saúde e viabilização integral da rotina das atividades para os funcionários, fornecedores e clientes, entre elas, adoção de videoconferências para reuniões e treinamentos, trabalho home office e atendimento remoto personalizado ao cliente, além de outras medidas de segurança.

Exceto pela alta do dólar, que saiu de R\$4,0307 em 31 de dezembro de 2019 para R\$4,9764 em 30 de junho de 2021, como um reflexo da recessão do cenário brasileiro, a Companhia não identificou até o momento, com relação às suas operações, impactos materiais significativos relacionados à COVID-19.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

(a) objeto da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(b) período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(d) valores dos indicadores que são objeto da previsão

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

(a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas neste Formulário de Referência

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que a ele se reportam

Conselho de Administração

De acordo com o estatuto social da Companhia, o Conselho de Administração será composto por no mínimo 5 membros e no máximo 7 membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, para um mandato unificado de 2 anos, sendo permitida a reeleição. Nos termos do Regulamento do Novo Mercado, no mínimo 20% dos membros do Conselho de Administração deverão ser conselheiros independentes.

Além de outras matérias previstas em lei e no estatuto social da Companhia, compete ao Conselho de Administração:

- fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, aprovando as diretrizes, as políticas e objetivos básicos;
- eleger e destituir os membros da Diretoria e fixar-lhes as atribuições;
- fiscalizar a gestão dos diretores e examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e sobre quaisquer outros atos;
- convocar a Assembleia Geral, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social;
- escolher e destituir auditores independentes;
- autorizar a alienação e oneração de bens do ativo permanente de valor individual superior a R\$ 50.000,00;
- autorizar a prática de atos que envolvam valor, individual ou conjunto, superior a R\$ 10.000.000,00, desde que não previstos em orçamento já aprovado pelo Conselho de Administração, não se aplicando este limite ou necessidade de prévia autorização do Conselho de Administração aos contratos essenciais à manutenção da atividade da Companhia, tais como os de aquisição de insumos a serem empregados em contratos de fornecimento a clientes, bem como a contratos, ou aditamentos, para fornecimento de bens ou serviços a clientes, obtidos em concorrência pública ou privada, inclusive garantias e financiamentos a eles vinculados, e empréstimo financiamento ou carta de fiança;
- manifestar-se sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras periódicas da Companhia, bem como submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação ao lucro líquido da Companhia de cada exercício social;
- aprovar o plano de negócios e o orçamento anual da Companhia, se aplicável;
- a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no artigo 6º deste Estatuto Social, fixando as condições de emissão, incluindo o preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir (ou reduzir o prazo para) o direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da legislação vigente;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- a emissão pública ou privada de debêntures não conversíveis, notas promissórias e outros títulos e valores mobiliários não conversíveis em ações;
- administrar os planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações ou quaisquer planos de remuneração baseado em ações outorgados aos administradores e empregados da Companhia e/ou suas subsidiárias, dirimir questões a eles relacionadas, bem como promover o seu cumprimento, em conformidade com os termos condições e cláusulas do respectivo plano;
- deliberar sobre a constituição de ônus reais ou a prestação de garantias pela Companhia, inclusive garantias reais e fidejussórias, em favor de terceiros, com relação a obrigações próprias e/ou de terceiros, desde que não vinculados a contratos de fornecimento de bens ou serviços;
- autorizar a aquisição de ações de emissão da Companhia para permanência em tesouraria ou cancelamento, ou posterior alienação, exceto nos casos expressamente previstos na regulamentação vigente;
- manifestar-se previamente sobre o voto a ser proferido no âmbito das sociedades controladas e coligadas, relativamente às operações de (a) incorporação, cisão, fusão e transformação; (b) aquisição, alienação e oneração de bens imóveis; (c) a indicação dos administradores; e (d) alteração de seus estatutos/contratos sociais;
- deliberar sobre a participação da Companhia em outras sociedades, como sócia ou acionista, incluindo a aquisição de participação, constituição de sociedades e a sua participação em acordos de associação ou acordos de acionistas;
- deliberar sobre a celebração, modificação ou término de qualquer operação, transação, contrato ou acordo entre, de um lado, a Companhia ou qualquer de suas controladas e, de outro lado, qualquer acionista, sociedade coligada ou administrador da Companhia, incluindo cônjuges, parentes até segundo grau e empresas controladas ou coligadas dos mesmos;
- manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações (“OPA”) que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 dias da publicação do edital da OPA, e que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iii) as alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado;
- decidir sobre casos omissos do Estatuto Social; e
- criar comitês executivos ou consultivos, permanentes ou não, para assessorá-lo, bem como eleger e destituir seus respectivos membros e fixar-lhes as atribuições.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal possui caráter não permanente e, quando instalado, será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes com as atribuições e competências previstas em lei, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após sua eleição, sendo permitida a reeleição.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Até a data deste Formulário de Referência, o Conselho Fiscal da Companhia não havia sido instalado.

Comitê Financeiro e de Auditoria

O Comitê Financeiro e de Auditoria é órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, com autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração.

O Comitê Financeiro e de Auditoria será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração para um mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, sendo que: (i) ao menos 1 (um) deles deverá ser conselheiro independente da Companhia; (ii) ao menos 1 (um) deles deverá ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária; e (iii) o mesmo membro poderá acumular as duas características previstas nos incisos (i) e (ii) acima.

O Comitê Financeiro e de Auditoria terá as seguintes atribuições e responsabilidades:

- opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas, bem como possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis;
- acompanhar a evolução e atualização do mapeamento de riscos;
- acompanhar todas as etapas do processo de gerenciamento de riscos;
- acompanhar e assegurar a aplicação e confiabilidade da auditoria interna e dos controles internos;
- preparar, apresentar à administração da Companhia e divulgar, anualmente, relatório resumido das atividades desenvolvidas pelo Comitê Financeiro e de Auditoria, contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, destacando as recomendações feitas pelo Comitê Financeiro e de Auditoria ao Conselho de Administração da Companhia, nos termos do artigo 22, parágrafo primeiro, do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão;
- avaliar, monitorar e recomendar a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de Transações com Partes Relacionadas;
- possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamento e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;
- garantir a clareza e a aderência da Companhia à sua missão, visão, valores, diretrizes estratégicas, Código de Conduta, políticas internas, procedimentos e processos;
- checar e acompanhar operações com partes relacionadas nos termos da Política de Transação com Partes Relacionadas;
- identificar conflitos de interesses;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- identificar oportunidades e a melhoria contínua;
- coordenar e monitorar o canal de denúncias e ouvidorias da Companhia, garantindo o bom funcionamento com independência, sigilo, confidencialidade e livre de retaliações;
- investigar e monitorar eventos que coloquem em risco os controles internos ou o *compliance* da companhia;
- garantir a grade de treinamento e capacitação de pessoal habilitando-os na capacidade de identificar, antecipar, mensurar, monitorar e, se for o caso, mitigar riscos; e
- garantir que a estrutura esteja dimensionada para cumprir o papel de uma boa governança corporativa.

O Comitê Financeiro e de Auditoria agirá no mapeamento de riscos, estabelecendo a possibilidade de prevenção, mitigação, mediação de conflitos e a proposição do aperfeiçoamento da governança corporativa, com ênfase na boa-fé e melhoria contínua no sentido de buscar um ambiente livre de assédio de todo o tipo, fraudes, corrupção, ilícitudes e comportamentos inadequados.

Caberá ao Comitê Financeiro e de Auditoria toda a coordenação e interação com os canais de denúncias e ouvidoria, inclusive sigilosas, internas e externas à Companhia, em quaisquer matérias relacionadas às atividades da Companhia, bem como a comunicação dos eventos ao Conselho de Administração da Companhia, de acordo com os assuntos e alçadas determinadas.

Além dos deveres listados acima, o Comitê Financeiro e de Auditoria deve: (i) zelar pelos interesses da Companhia no âmbito de suas atribuições; (ii) apreciar os relatórios emitidos por órgãos reguladores sobre a Companhia, naquilo que possam impactar a percepção sobre as matérias de sua competência, conforme disposto naquele Regimento e na regulamentação aplicável; e (iii) proceder, anualmente, à auto avaliação de suas atividades e identificar possibilidades de melhorias na forma de sua atuação.

Diretoria

A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 2 e, no máximo, 5 membros, acionistas ou não, residentes no País, todos eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, sendo 1 (um) deles Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Financeiro, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores e os demais apenas Diretores sem designação específica, todos residentes no país e com mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. A Diretoria da Companhia não possui regimento interno próprio.

Como regra geral e ressalvadas determinadas exceções descritas em seu estatuto social, a Companhia se obriga validamente sempre que representada por: (i) 2 (dois) Diretores agindo em conjunto, ou (ii) por 1 (um) Diretor agindo em conjunto com 1 (um) procurador com poderes específicos ou, ainda, (iii) por 2 (dois) procuradores com poderes específicos agindo em conjunto, dentro dos limites expressos nos respectivos mandatos.

Compete à Diretoria, em geral, observadas as disposições deste Estatuto Social:

- cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social, as deliberações do Conselho de Administração e a legislação em vigor;
- praticar todos os atos necessários à consecução do objeto social e para assegurar o pleno e regular funcionamento da Companhia e das suas controladas, coligadas e divisões de negócios;
- representar a Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante quaisquer

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- terceiros, incluindo repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, nos termos do Estatuto Social;
- apresentar, anualmente, nos 3 (três) meses seguintes ao encerramento do exercício social, à apreciação do Conselho de Administração e dos acionistas, o seu relatório e demais documentos pertinentes às contas do exercício social, bem como proposta para destinação do lucro líquido, observadas as imposições legais e o disposto no Estatuto Social;
 - abrir e encerrar filiais, depósitos, escritórios ou representações em qualquer localidade do país e do exterior, conforme evolução do plano de negócios e metas atingidas indicarem ser necessário;
 - a eleição e destituição dos administradores das sociedades controladas e coligadas de acordo com as indicações feitas pelo Conselho de Administração, quando aplicável;
 - abrir, movimentar e encerrar contas bancárias e de investimento;
 - transigir, renunciar, desistir, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, fazer aplicações de recursos, adquirir, onerar e alienar ativos e conceder garantias, assinando os respectivos termos e contratos;
 - elaborar e propor ao Conselho de Administração o Plano Anual de Negócios, que deverá contemplar, dentre outros, projetos de receitas, lucratividade, custos e margens por linha de produto, gastos financeiros, despesas operacionais e não operacionais, níveis de endividamento, investimento, capital de giro, capitalização da Companhia, reserva para despesas com auditorias anuais e trimestrais e soluções para as contingências relativas a fornecedores; e
 - cumprir as demais atribuições que lhe sejam estabelecidas pela lei, pelo Estatuto Social e pelo Conselho de Administração da Companhia.

(i) regimento interno próprio

O Conselho de Administração é regido por regimento interno próprio, o qual foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de agosto de 2021, e estabelece as regras gerais relativas ao seu funcionamento, estrutura, organização, atribuições e responsabilidades.

O Comitê Financeiro e de Auditoria é regido por regimento interno próprio, o qual foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de agosto de 2021.

A Diretoria e o Conselho Fiscal (não instalado) não possuem regimentos internos.

Os regimentos internos do Conselho de Administração e do Comitê Financeiro e de Auditoria podem ser acessados nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: Avenida do Contorno, nº 5.351, 11º andar, conjunto 1106, Bairro Cruzeiro, CEP 30.110-923, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais; e (ii) internet: site da Companhia (rvdigitalbrasil.com.br/ri).

(ii) comitê de auditoria estatutário

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui comitê de auditoria estatutário. Para informações sobre o Comitê Financeiro e de Auditoria não estatutário, veja o item (a) acima.

(iii) avaliação do trabalho da auditoria independente pelo conselho de administração

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não avalia o trabalho da auditoria independente e não possui política de contratação de serviços de extra-auditoria.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(b) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Compete ao Diretor Presidente: ((i) a direção geral dos negócios da Companhia, a convocação e presidência das reuniões da Diretoria e a coordenação dos trabalhos dos demais diretores e do processo de tomada de decisão; (ii) a representação ativa e passiva da Companhia em todas as suas relações com terceiros, em juízo ou fora dele, podendo nomear procuradores e prepostos para que prestem depoimentos em nome da Companhia perante as autoridades requisitantes, responsabilizando-se pelos resultados econômico-financeiros da Companhia e pela proteção de seu nome; (iii) a organização e supervisão das políticas e diretrizes de recursos humanos; (iv) a supervisão do cumprimento das políticas e normas estabelecidas pelo Conselho de Administração e das deliberações tomadas em Assembleia Geral; e (v) zelar pela observância da lei e do Estatuto Social.

Compete ao Diretor de Relações com Investidores, dentre outras funções estabelecidas em lei e na regulamentação vigente: (i) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, mantendo atualizados os registros da Companhia nessas instituições; (ii) representar a Companhia perante a CVM, as Bolsas de Valores e demais entidades do mercado de capitais, bem como prestar informações relevantes aos investidores, ao mercado em geral, à CVM e à B3; e (iii) outras funções estabelecidas em lei e na regulamentação vigente.

O cargo de Diretor de Relações com Investidores pode ser acumulado por outro Diretor da Companhia.

Compete aos Diretores sem designação específica os demais atos de gestão da Companhia cuja competência não se atribua aos demais Diretores Executivos.

(c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente

Não aplicável, tendo em vista que até a data deste Formulário de Referência, o Conselho Fiscal da Companhia não havia sido instalado.

(d) mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que a ele se reporta

A Companhia utiliza mecanismos de avaliação de desempenho do Conselho de Administração, da Diretoria e do(s) comitê(s) que a ele se reporta(m) conforme políticas e práticas adotadas internamente.

(i) periodicidade da avaliação e sua abrangência

Nos termos do Regulamento do Novo Mercado, as avaliações do Conselho de Administração, da Diretoria e dos órgãos que a ele se reportam devem ser realizadas ao menos uma vez durante a vigência do mandato dos seus membros, ocorrendo costumeiramente com periodicidade anual. As avaliações abrangem tanto avaliação por órgão quanto individual.

Com o objetivo de aprimorar continuamente a sua efetividade, auxiliando os próprios Conselheiros a analisarem suas contribuições bem como estabelecer planos de ação para o constante aperfeiçoamento do órgão, o Conselho de Administração realizará, no mínimo, uma vez a cada mandato, a avaliação formal do desempenho do próprio conselho, como órgão colegiado e de cada um de seus membros, individualmente. Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, os membros do Conselho de Administração que estiverem na função por, pelo menos, 2 (duas) reuniões ordinárias desde a última avaliação.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

A condução do processo de avaliação é de responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração, sendo facultativa a utilização de assessoria externa especializada. Os resultados consolidados das avaliações serão divulgados a todos os membros do Conselho de Administração. Os resultados individuais serão disponibilizados ao membro do Conselho de Administração em questão e ao Presidente do Conselho de Administração, por meio de *feedback* individuais.

Os Comitês da Companhia realizam avaliações, pelo menos uma vez durante a vigência do mandato dos seus membros, do órgão colegiado e de cada um de seus membros. A condução do processo de avaliação é responsabilidade do presidente do respectivo comitê. Os resultados das avaliações individuais serão disponibilizados ao respectivo membro objeto da avaliação e ao Conselho de Administração. Os resultados consolidados serão divulgados a todos os membros do respectivo comitê e ao Conselho de Administração.

(ii) metodologia adotada e principais critérios utilizados na avaliação

A Companhia utiliza avaliações objetivas e subjetivas como metodologia para avaliação de desempenho do Conselho de Administração, da Diretoria e dos comitês que a ele se reportam, sendo que a avaliação objetiva pode resultar do cumprimento de metas anuais enquanto a avaliação subjetiva é realizada por superiores, pares e/ou subordinados, conforme determinado pelo Conselho de Administração.

O processo de avaliação do Conselho de Administração, do Comitê Financeiro e de Auditoria e da Diretoria leva em consideração as principais responsabilidades específicas de cada órgão e os temas normalmente tratados, como o monitoramento do desempenho da Companhia, a qualidade das decisões sobre a operação da Companhia e eventuais alocações de recursos, o desenvolvimento do capital humano, o monitoramento dos riscos, o direcionamento estratégico, o desenvolvimento de inovação e visão de futuro.

Não houve, nos últimos 3 exercícios sociais, quaisquer alterações na metodologia e critérios utilizados na avaliação dos administradores da Companhia.

(iii) como os resultados da avaliação são utilizados para aprimorar o funcionamento do órgão

Os resultados das avaliações do Conselho de Administração, comitês de assessoramento e da Diretoria são utilizados para identificar os pontos fortes e fracos da administração, possibilitando um mapeamento e definição de estratégias para aprimorar a dinâmica e efetividade da administração da Companhia.

A partir dos resultados das avaliações, o Conselho de Administração implementa planos de ações como, por exemplo, reuniões e treinamentos, para aprimorar o funcionamento dos órgãos.

Adicionalmente, os resultados individuais são discutidos com cada avaliado, de modo a incentivar o aprendizado e melhoria de cada membro da administração.

(iv) contratação de serviços de consultoria ou assessoria externos

A Companhia pode vir a contratar serviços de consultoria ou assessoria externos para realizar as avaliações de desempenho do Conselho de Administração, da Diretoria e dos comitês que a ele se reportam, no entanto, nos últimos 3 exercícios sociais a Companhia não contratou tais serviços.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

(a) prazos de convocação

A Companhia não adota práticas diferenciadas para convocação de Assembleias Gerais em relação ao previsto na legislação vigente. A Assembleia Geral será realizada (i) ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, para deliberação das matérias previstas em lei; e (b) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem ou quando as disposições do estatuto social da Companhia ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos acionistas.

Ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações, as Assembleias Gerais de acionistas são convocadas pelo Conselho de Administração, por meio do seu presidente ou por 2 dos seus membros, com pelo menos 21 dias de antecedência em primeira convocação, e, pelo menos, com 8 dias de antecedência em segunda convocação. Independentemente de qualquer formalidade prevista no estatuto social da Companhia e na Lei das Sociedades por Ações, é considerada regularmente instalada qualquer Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas.

(b) competências

Como consta da Lei das Sociedades por Ações, a assembleia geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras, (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (iii) eleger os administradores e os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso; e (iv) aprovar a correção da expressão monetária do capital social.

Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, compete privativamente à assembleia geral, deliberar sobre as matérias indicadas nos artigos 122, 132 e 136 da Lei das Sociedades por Ações e ainda:

- eleger e destituir os membros do Conselho de Administração;
- fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;
- alterar o estatuto social da Companhia;
- deliberar sobre operações de fusão, incorporação, cisão ou transformação em que a Companhia seja parte, bem como sobre sua dissolução ou liquidação;
- aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;
- deliberar sobre falência ou requerer recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 122 da Lei das Sociedades por Ações;
- eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

- aprovar investimento fora do objeto social da Companhia; e
- deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

(c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Todos os documentos pertinentes a Assembleias Gerais, tanto os relacionados à participação dos acionistas, quanto os de suporte para as deliberações, ficam disponíveis nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: Avenida do Contorno, nº 5.351, 11º andar, conjunto 1106, Bairro Cruzeiro, CEP 30.110-923, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais; e (ii) internet: site da Companhia (rvdigitalbrasil.com.br/ri); site da CVM (www.gov.br/cvm) e site da B3 (www.b3.com.br).

(d) identificação e administração de conflito de interesses

A Companhia não adota qualquer política diferenciada de administração de conflitos de interesses em relação ao previsto na legislação societária.

(e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia não adota regras, políticas ou práticas para solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto em Assembleias Gerais.

(f) formalidades necessárias para a aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Os acionistas poderão ser representados em Assembleias Gerais por procurador constituído na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

Quando os acionistas forem representados por procurador, este deverá ser constituído há menos de 1 (um) ano e, cumulativamente, ser acionista, administrador da Companhia, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos. Juntamente com o instrumento de procuração deverão ser apresentados os atos constitutivos dos acionistas pessoas jurídicas e os documentos comprobatórios da regularidade da representação destes pelos signatários das procurações.

Não há disposição estatutária acerca de prazo mínimo de antecedência para a recepção dos instrumentos de procuração. No entanto, a Companhia orienta seus acionistas a depositar os instrumentos de procuração com uma antecedência de 24 horas da realização da Assembleia Geral.

Nos termos da legislação vigente, os documentos devem ser apresentados com firma reconhecida e, quando provenientes do exterior, devem ser notarizados em seu país de origem, consularizados ou legalizados por meio de apostilamento, traduzidos por tradutor público juramentado e registrados em cartório de registro de títulos e documentos no Brasil.

A Companhia não adota procedimento de outorga de procurações por meio eletrônico.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

(g) formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à Companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância, por meio do envio do boletim de voto a distância diretamente à Companhia, deverá encaminhar os seguintes documentos à sede da Companhia, localizada na Avenida do Contorno, nº 5.351, 11º andar, conjunto 1106, Bairro Cruzeiro, CEP 30.110-923, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais , aos cuidados do Departamento de Relação com Investidores:

Para pessoas físicas: (i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado pelo acionista; e (ii) cópia autenticada do documento de identidade do acionista.

Para pessoas jurídicas: (i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado pelos representantes do acionista pessoa jurídica; (ii) cópia autenticada do último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (iii) cópia autenticada do documento de identidade do representante legal do acionista.

Para fundos de investimento: (i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado pelo representante do fundo de investimento; (ii) cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo de investimento; (iii) cópia autenticada do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iv) cópia autenticada do documento de identidade do representante legal do fundo de investimento.

Nos termos da Instrução CVM nº 481, datada de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“**Instrução CVM 481**”), o boletim de voto a distância deverá ser recebido até 7 dias antes da data da respectiva Assembleia.

A Companhia exigirá o reconhecimento de firma dos boletins de voto à distância assinados no território brasileiro e a notarização e apostilação daqueles assinados fora do país, conforme aplicável.

Observamos que, antes de seu encaminhamento à Companhia, os documentos societários e de representação das pessoas jurídicas e fundos de investimentos lavrados em língua estrangeira deverão ser traduzidos por tradutor juramentado para a língua portuguesa. As respectivas traduções juramentadas deverão ser registradas no Registro de Títulos e Documentos.

Serão aceitos os seguintes documentos de identidade: RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

(h) sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não dispõe de sistema eletrônico de recebimento de boletim de voto a distância ou de participação a distância.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

- (i) instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberações, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

O acionista ou o grupo de acionistas que desejar incluir proposta de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância deverá observar o procedimento e as formalidades previstas na Seção IV do Capítulo III-A da Instrução CVM 481, e enviar por correspondência para a Avenida do Contorno, nº 5.351, 11º andar, conjunto 1106, Bairro Cruzeiro, CEP 30.110-923, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais o “Departamento de Relações com Investidores”, aos cuidados do Departamento de Relação com Investidores, juntamente com os documentos pertinentes à proposta, ou por meio do endereço eletrônico: juridico@rvdigitalbrasil.com.br.

Nos termos da Instrução CVM 481, a solicitação de inclusão de proposta de deliberação no boletim de voto a distância deve ser recebida pelo Departamento de Relação com Investidores no período entre o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral ordinária e até 45 dias antes da data de sua realização. Enquanto a solicitação de inclusão de proposta de chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância deve ser recebida pelo Departamento de Relação com Investidores no período entre (i) o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral e até 25 dias antes da data de sua realização, na hipótese de assembleia geral ordinária; ou (ii) o primeiro dia útil após a ocorrência de evento que justifique a convocação de assembleia geral para eleição de membros do conselho de administração e do conselho fiscal e até 25 dias antes da data de realização da assembleia, na hipótese de assembleia geral extraordinária convocada para esse fim.

- (j) manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários de acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

- (k) outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Os acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositária central poderão transmitir as instruções de voto para preenchimento do boletim de voto a distância por meio dos seus respectivos agentes de custódia, caso esses prestem esse tipo de serviço.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

(a) número de reuniões realizadas no último exercício social

O estatuto social da Companhia prevê que o Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos 4 vezes ao ano, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais da Companhia assim o exigirem.

As reuniões são convocadas mediante notificação enviada por correio, fax ou e-mail, contendo informações sobre o local, data, horário e ordem do dia da reunião, e enviada com todos os documentos objeto de deliberação. A primeira notificação de convocação é enviada com, pelo menos, 5 dias úteis de antecedência da data da reunião, e, caso a reunião não seja realizada, nova notificação de segunda convocação é enviada com, pelo menos, 2 dias úteis de antecedência da nova data da reunião.

No último exercício social, o Conselho de Administração realizou uma reunião ordinária.

(b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía acordo de acionistas que estabeleça restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho de administração.

(c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia adota os mecanismos de identificação de conflito de interesse previstos na Política de Transações com Partes Relacionadas e demais Situações envolvendo Conflitos de Interesses, aprovada pelo Conselho de Administração em 26 de agosto de 2021, determinando que quando identificado potencial conflito de interesse, a pessoa envolvida no processo decisório deverá alegar-se impedida e abster-se de participar de uma determinada deliberação, de forma a garantir o exclusivo interesse da Companhia.

(d) política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração

Companhia adota uma Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, seus Comitês e Diretoria Estatutária (“**Política de Indicação**”) a qual institui os critérios e procedimentos a serem observados para a composição do Conselho de Administração, seus Comitês e da Diretoria.

(i) órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e local na rede mundial de computadores para consulta

A Política de Indicação da Companhia foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de agosto de 2021, e pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: Avenida do Contorno, nº 5.351, 11º andar, conjunto 1106, Bairro Cruzeiro, CEP 30.110-923, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais; e (ii) internet: site da Companhia (rvdigitalbrasil.com.br/ri).

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

(ii) principais características

A indicação dos membros do Conselho de Administração, seus Comitês e Diretoria deverá observar o disposto na Política de Indicação, no Estatuto Social da Companhia, nos regimentos internos do Conselho de Administração e de seus Comitês, no Regulamento do Novo Mercado, na Lei das Sociedades por Ações e nas demais legislações e regulamentações aplicáveis.

A Política de Indicação traz regras específicas para a composição e para a indicação de membros do Conselho de Administração, seus Comitês e da Diretoria, sendo que, de uma maneira geral, deverão ser indicados profissionais altamente qualificados, com comprovada experiência técnica, profissional ou acadêmica, e alinhados aos valores e à cultura da Companhia.

Cumpre ressaltar, ainda, que devem ser considerados critérios como complementaridade de experiências, formação acadêmica e disponibilidade de tempo para o desempenho da função e diversidade quando da indicação dos membros para comporem os órgãos da administração da Companhia.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Nos termos do estatuto social, a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, nos termos do Regulamento de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, e em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação do Novo Mercado.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

| Nome | Data de nascimento | Orgão administração | Data da eleição | Prazo do mandato | Número de Mandatos Consecutivos |
|---|---|---|--------------------------|-----------------------------|---|
| CPF | Profissão | Cargo efetivo ocupado | Data de posse | Foi eleito pelo controlador | Percentual de participação nas reuniões |
| Outros cargos e funções exercidas no emissor | | | | | |
| Valmor Pedro Bosi 213.309.729-53 | 10/04/1956 Administrador de Empresas | Pertence apenas à Diretoria 10 - Diretor Presidente / Superintendente | 26/08/2021 26/08/2021 | Até a AGO de 2023 Sim | 5 0,00% |
| O Sr. Valmor não exerce outras funções na Companhia. | | | | | |
| Cássio Doval Ferreira 972.155.976-87 | 30/05/1972 Administrador de Empresas | Pertence apenas à Diretoria 12 - Diretor de Relações com Investidores | 26/08/2021 26/08/2021 | Até a AGO de 2023 Sim | 2 0,00% |
| O Sr. Cássio também acumula a função de Diretor Financeiro da Companhia. | | | | | |
| Luis Fernando Ferreira de Carvalho 505.524.225-68 | 22/03/1971 Administrador de Empresas | Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores | 26/08/2021 26/08/2021 | Até a AGO de 2023 Sim | 1 0,00% |
| O Sr. Luis não exerce outras funções na Companhia. | | | | | |
| Fábio Marques de Azevedo 128.534.616-53 | 31/12/1947 Engenheiro | Pertence apenas ao Conselho de Administração 24 - Presidente do Conselho de Administração Independente | 26/08/2021 26/08/2021 | Até a AGO de 2023 Sim | 5 100,00% |
| O Sr. Fábio não exerce outras funções na Companhia. | | | | | |
| José Santo Bastião 298.380.297-34 | 31/12/1952 Economista | Pertence apenas ao Conselho de Administração 21 - Vice Presidente Cons. de Administração | 26/08/2021 26/08/2021 | Até a AGO de 2023 Sim | 5 100,00% |
| O Sr. José é coordenador do Comitê Financeiro e de Auditoria a Companhia. | | | | | |
| José Paulo de Freitas Guimaraes 004.598.445-04 | 15/02/1951 Empresário | Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo) | 26/08/2021 26/08/2021 | Até a AGO de 2023 Sim | 5 100,00% |
| O Sr. José é membro do Comitê Financeiro e de Auditoria a Companhia. | | | | | |

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

| Nome | Data de nascimento | Orgão administração | Data da eleição | Prazo do mandato | Número de Mandatos Consecutivos |
|---|---------------------------|--|-----------------|-----------------------------|---|
| CPF | Profissão | Cargo eletivo ocupado | Data de posse | Foi eleito pelo controlador | Percentual de participação nas reuniões |
| Outros cargos e funções exercidas no emissor | | | | | |
| Fabiano Jardim Buffe Chamone | 17/08/1979 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | 26/08/2021 | Até a AGO de 2023 | 2 |
| 042.526.146-86 | Administrador de empresas | 22 - Conselho de Administração (Efetivo) | 26/08/2021 | Sim | 100.00% |
| O Sr. Fabiano não exerce outras funções na Companhia. | | | | | |
| Márcio Leal da Costa Lobo | 24/07/1970 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | 26/08/2021 | Até a AGO de 2023 | 2 |
| 016.783.167-41 | Engenheiro Mecânico | 27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo) | 26/08/2021 | Sim | 100.00% |
| O Sr. Márcio é membro do Comitê Financeiro e de Auditoria a Companhia. | | | | | |
| Experiência profissional / Critérios de Independência | | | | | |
| Valmor Pedro Bosi | - 213.309.729-53 | O Sr. Valmor Pedro Bosi é administrador de empresas, graduado pela Universidade Católica de Salvador em 1988. Pós-graduado em Finanças e Mercados Derivativos, pelo IBMEC em 1993. Iniciou sua carreira como distribuidor da AMBEV, em 1983 e manteve-se na mesma até 2007. Em 2008 tornou-se Diretor Presidente da RV Tecnologia e Sistemas S.A., cargo que ocupa até hoje. Em 2010 participou do Programa de Gestão Avançada, promovido pela Fundação D. Cabral e pela INSEAD France Business School. | | | |
| O Sr. Valmor Pedro Bosi não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. | | O Sr. Valmor Pedro Bosi não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada. | | | |
| Cássio Doval Ferreira | - 972.155.976-87 | O Sr. Cássio Doval Ferreira é graduado em ciências econômicas pelo Centro Universitário Newton Paiva. Iniciou sua carreira no Grupo Sada S.A., em 1986, passando, em 1991, a trabalhar na Technowatt Iluminação S.A. Em 2005 juntou-se ao grupo BMRV, como Diretor Financeiro da RV Tecnologia e Sistemas S.A., posição que ocupa até hoje. Em 2020 o Sr. Cássio Doval Ferreira cursou uma pós-graduação em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e também participou do programa avançado CFO Academy, elaborado pela Deloitte. Participou também do programa de formação Executiva em Finanças e Controles Internos da FGV e do Curso de Mercado Financeiro e IPO, executado pela LAFIN/PROVAR na Faculdade FIA de Administração e Negócios. | | | |
| Luis Fernando Ferreira de Carvalho | - 505.524.225-68 | O Sr. Cássio Doval Ferreira não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. | | | |
| O Sr. Cássio Doval Ferreira não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada. | | | | | |

O Sr. Luis Fernando Ferreira de Carvalho é administrador de empresas, graduado pela Universidade Salvador. Possui pós-graduação em Marketing pela Universidade Salvador (1996); em Gestão de Negócios pela FGV (2001) e em Business Management pelo IBMEC (2003). Participou do Programa de Gestão Avançada pela Fundação Dom Cabral e pela Kellogg School of Management II, em 2007. Ao longo de sua carreira profissional, trabalhou como auditor na Deloitte Touche Tohmatsu, de 1991 a 1993; na Pirelli S.A. como gerente de vendas, de 1993 a 1995; foi distribuidor da AMBEV entre 1995 e 2010; foi Chief Marketing Officer (CMO) na Laureate International Universities, entre 2010 e 2014 e ingressou no Grupo BMRV em 2014, como Diretor Comercial da RV Tecnologia e Sistemas S.A. Atualmente o Sr. Luis Fernando Ferreira de Carvalho é Diretor de Marketing da RV digital.

O Sr. Luis Fernando Ferreira de Carvalho não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

O Sr. Luis Fernando Ferreira de Carvalho não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declarar que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Fábio Marques de Azevedo - 128.534.616-53

O Sr. Fabio Marque de Azevedo é Graduado em Engenharia na PUC Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais em 1970. Pós graduado em Engenharia Civil na Escola de Engenharia Kennedy em 1973. Iniciou sua carreira como Engenheiro de manutenção nas empresas Cimento Cauê, Lafarge, MBR, foi Gerente de Transportes da Cia Aços Especiais Itabira-Acésita e Superintendente da Serviços Portuários e Marítimos Ltda. Em 2002 iniciou sua trajetória na RV Tecnologia como sócio fundador, em 2008 passou a ser Conselheiro até 2011. Em agosto de 2011 assumiu a Presidência do Conselho de Administração da RV Tecnologia S.A., em agosto de 2013 BMRV S.A. e em junho 2019 Aplic S.A., onde permanece até a presente data como Presidente do Conselho de Administração.

O Sr. Fábio Marques de Azevedo não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

O Sr. Fábio Marques de Azevedo não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declarar que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

José Santo Bastião - 298.380.297-34

 Sr. José Santo Bastião é Graduado em Ciências Políticas e Econômicas pela Universidade Cândido Mendes do Rio de Janeiro em 1976. Pós graduado em Administração Financeira pela Faculdade de Ciências Administrativas e Contábeis da Bahia em 1980; na Frontiers in Finance - NYU Stern em 2000; no Programa de Gestão Avanç - Amaná-Key; Participou do Programa de Desenvolvimento de Conselheiros na Fundação Dom Cabral em 2018. Iniciou sua carreira profissional na Companhia Celulose da Bahia – atual Braseil onde chegou ao cargo de Diretor Administrativo e Financeiro de 1977 a 1987. Na CPC Companhia Petroquímica Camaçari de 1987 a 1992. Ingressou como Diretor Financeiro no ramo de Distribuição AMBEV de 1992 até 2008. Iniciou sua trajetória no grupo BMRV como Diretor Financeiro das Companhias - RV Tecnologia de 2008 até 2018; BMRV de 2008 até 2019; Ingressou no Conselho de Administração das Companhias de 2008 a 2018 como Conselheiro, em 2018 passou a ser Vice Presidente do Conselho onde permanece até a presente data; Coordenador do Comitê de Finanças do Conselho da BMRV desde 2018. Ocupa o cargo de Diretor Presidente na Canopus S.A. controladora das empresas Nutricash Ltda e Maxifrota Ltda desde 2016.

O Sr. José Santo Bastião não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declarar que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

José Paulo de Freitas Guimarães - 004.598.445-04

O Sr. José Paulo de Freitas Guimarães, nível superior incompleto em Administração de Empresas na Faculdade de Administração do Ceará. Iniciou sua vida empresarial em 1974 com a implantação de uma Empresa de transporte de cargas, JP Transportes Ltda. Liderou operações de M&A consolidando o setor de Distribuição de Bebidas e posteriormente venda de três distribuidoras para AMBEV 2003, 2006 e 2015. Fundador da Nutricash Serviços de Alimentação ao Trabalhador em 1992 e a Maxifrota Serviços Ltda em 2017. Empreendedor serial tendo empreendido e operado empresas nos ramos de transportes de carga, agropecuária, distribuição de bebidas e alimentos, serviços financeiros e meios de pagamento. Ingressou no grupo BMRV em 2008 como Presidente do Conselho de Administração da RV Tecnologia até 2011 quando passou a ser Conselheiro até a presente data. Conselheiro na BM Logística S.A. desde 2012; na Aplic S.A. desde 2013. Participou do Programa de Desenvolvimento de Conselheiros na Fundação Dom Cabral em 2015; e, Executive Program SingularityU Brazil 2020.

O Sr. José Paulo de Freitas Guimarães não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declarar que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Fabiano Jardim Buffe Chamone - 042.526.146-86

O Sr. Fabiano Jardim Buffe Chamone é Graduado em Administração de Empresas pelo Centro Universitário UNA BH em 2002. Iniciou a carreira profissional em 2002 na RV Tecnologia como sócio fundador; Diretor de Tecnologia da informação da companhia entre 2002 e 2018; Passou a ser Conselheiro nas companhias RV Tecnologia S.A., BM Logística S.A., BMRV S.A. desde 2018 e na Aplic S.A. desde 2019; É Coordenador do Comitê de TI nomeado pelo Conselho de Administração desde 2019.

O Sr. Fabiano Jardim Buffe Chamone não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

O Sr. Fabiano Jardim Buffe Chamone não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Márcio Leal da Costa Lobo - 016.783.167-41

O Sr. Márcio Leal da Costa é Graduado em Engenharia Mecânica pela PUC – RJ em 1992. Pós- Graduação em Finanças pelo Departamento Engenharia Industrial da PUC – RJ em 1995. Iniciou a carreira profissional como Corporate & Investment Banker no Banco Bozano, Simonsen em 1995. Superintendente executivo do Banco Santander de 2000 a 2003. Socio Diretor da LatinFinance Advisory & Research S/A de abril de 2003 a 2014. Superintendente Executivo do Banco Original de 2014 a 2015. Sócio Diretor da Hunter Capital Assessoria Empresarial Ltda desde maio de 2015. Membro do Conselho de Administração da Multilog SA desde julho de 2018. Membro do Conselho de Administração da Cidade Pedra Branca desde julho de 2018. Passou a ser Conselheiro nas companhias RV Tecnologia S.A., BMRV S.A. desde 2018 e na Aplic S.A. desde 2019; Membro do Comitê Financeiro da BMRV desde 2018.

O Sr. Márcio Leal da Costa não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Tipo de Condenação

| Tipo de Condenação | Descrição da Condenação |
|---|--------------------------------|
| Valmor Pedro Bosi - 213.309.729-53 | N/A |
| Sebastião Doval Ferreira - 972.155.976-87 | N/A |
| Luis Fernando Ferreira de Carvalho - 505.524.225-68 | N/A |
| Fábio Marques de Azevedo - 128.534.616-53 | N/A |
| José Santo Bastião - 298.380.297-34 | N/A |
| José Paulo de Freitas Guimarães - 004.598.445-04 | N/A |
| Fabiano Jardim Buffe Chamone - 042.526.146-86 | N/A |
| Márcio Leal da Costa Lobo - 016.783.167-41 | N/A |

12.7.8 - Composição Dos Comitês

| Nome | Tipo comitê | Tipo de Auditoria | Cargo ocupado | Data de nascimento | Data posse | Prazo mandato |
|--|---|---------------------|--|--------------------------|---------------------------------|---|
| CPF | Descrição outros comitês | Profissão | Descrição outros cargos ocupados | Data eleição | Número de Mandatos Consecutivos | Percentual de participação nas reuniões |
| Outros cargos/funções exercidas no emissor | | | | | | |
| José Santo Bastião 298.380.297-34 | Outros Comitês Comitê Financeiro e de Auditoria (Não Estatutário) | Economista | Outros Vice-presidente do Conselho de Administração | 31/12/1952 28/06/2021 | 28/06/2021 0 | Até a AGO de 2023 0,00% |
| Márcio Leal da Costa Lobo 016.783.167-41 | Outros Comitês Comitê Financeiro e de Auditoria (Não Estatutário) | Engenheiro Mecânico | Outros Membro independente do Conselho de Administração | 24/07/1970 28/06/2021 | 28/06/2021 0 | Até a AGO de 2023 0,00% |
| Membro independente do Conselho de Administração da Companhia. | | | | | | |
| José Paulo de Freitas Guimarães 004.598.445-04 | Outros Comitês Comitê Financeiro e de Auditoria (Não Estatutário) | Empresário | Outros Membro do Comitê Financeiro e de Auditoria | 15/02/1951 28/06/2021 | 28/06/2021 0 | Até a AGO de 2023 0,00% |
| 56 Membro do Conselho de Administração. | | | | | | |
| Experiência profissional / Critérios de Independência | | | | | | |
| José Santo Bastião - 298.380.297-34 | | | | | | |
| O Sr. José Santo Bastião é Graduado em Ciências Políticas e Econômicas pela Universidade Cândido Mendes do Rio de Janeiro em 1976. Pós graduado em Administração Financeira pela Faculdade de Ciências Administrativas e Contábeis da Bahia em 1980; na Frontiers in Finance - NYU Stern em 2000; no Programa de Gestão Avançada - Amaná-Key. Participou do Programa de Desenvolvimento de Conselheiros na Fundação Dom Cabral em 2018. Iniciou sua carreira profissional na Companhia Celulose da Bahia – atual Brasell onde chegou ao cargo de Diretor Administrativo e Financeiro de 1977 a 1987. Na CPC Companhia Petroquímica Camaçari de 1987 a 1992. Ingressou como Diretor Financeiro no ramo de Distribuição AMBEV de 1992 até 2008. Iniciou sua trajetória no grupo BMRV como Diretor Financeiro das Companhias: RV Tecnologia de 2008 até 2018; BM Logística S.A. de 2012 até 2018; Aplic S.A. de 2016 até 2018; BMRV de 2008 até 2019; Ingressou no Conselho de Administração das Companhias de 2008 a 2018 como Conselheiro, em 2018 passou a ser Vice Presidente do Conselho onde permanece até a presente data; Coordenador do Comitê de Finanças do Conselho da BMRV desde 2018. Ocupa o cargo de Diretor Presidente na Canopus S.A, controladora das empresas Nutriash Ltda e Maxifota Ltda desde 2016. | | | | | | |

O Sr. José Santo Bastião não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Márcio Leal da Costa Lobo - 016.783.167-41

O Sr. Márcio Leal da Costa é Graduado em Engenharia Mecânica pela PUC – RJ em 1992. Pos- Graduação em Finanças pelo Departamento Engenharia Industrial da PUC – RJ em 1995. Iniciou a carreira profissional como Corporate & Investment Banker no Banco Bozano, Simonsen em 1995. Superintendente executivo do Banco Santander de 2000 a 2003. Sócio Diretor da LatinFinance Advisory & Research S/A de abril de 2003 a 2014. Superintendente Executivo do Banco Original de abril de 2014 a 2015. Sócio Diretor da Hunter Capital Assessoria Empresarial Ltda desde maio de 2015. Membro do Conselho de Administração da Multilog S/A desde julho de 2018. Membro do Conselho de Administração da Cidade Pedra Branca desde julho de 2018. Passou a ser Conselheiro nas companhias RV Tecnologia S.A., BM Logística S.A., BMRV S.A. desde 2018 e na Aplic S.A. desde 2019; Membro do Comitê Financeiro da BMRV desde 2018.

O Sr. Márcio Leal da Costa não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

José Paulo de Freitas Guimarães - 004.598.445-04

O Sr. José Paulo de Freitas Guimarães, nível superior incompleto em Administração de Empresas na Faculdade de Administração do Ceará. Iniciou sua vida empresarial em 1974 com a implantação de uma Empresa de transporte de cargas, JP Transportes Ltda. Liderou operações de M&A consolidando o setor de Distribuição de Bebidas e posteriormente venda de três distribuidoras para AMBEV 2003, 2006 e 2015. Fundador da Nutricash Serviços de Alimentação ao Trabalhador em 1992 e a Maxifrota Serviços Ltda em 2017. Empreendedor serial tendo empreendido e operado empresas nos ramos de transportes de carga, agropecuária, distribuição de bebidas e alimentos, serviços financeiros e meios de pagamento. Ingressou no grupo BMRV em 2008 como Presidente do Conselho de Administração da RV Tecnologia até 2011 quando passou a ser Conselheiro até a presente data. Conselheiro na BM Logística S.A. desde 2012; na Aplic S.A. desde 2019; na BMRV desde 2013. Participou do Programa de Desenvolvimento de Conselheiros na Fundação Dom Cabral em 2015; e, Executive Program SingularityU Brazil 2020.

O Sr. José Paulo de Freitas Guimarães não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

| Tipo de Condenação | Descrição da Condenação |
|--------------------|--|
| N/A | |
| 24 | José Paulo de Freitas Guimarães - 004.598.445-04 |
| N/A | |

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

| Nome | CPF | Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador | CNPJ | Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada |
|---|----------------|--|--------------------|---|
| Cargo | | | | |
| <i>Administrador do emissor ou controlada</i> | | | | |
| José Paulo de Freitas Guimarães | 004.598.445-04 | BMRV Participações S.A. | 07.063.714/0001-98 | Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade) |
| Membro do Conselho de Administração | | | | |
| Pessoa relacionada | | | | |
| José Paulo de Freitas Guimarães Júnior | 875.053.045-34 | BMRV Participações S.A. | 07.063.714/0001-98 | |
| Acionista controlador | | | | |
| Observação | | | | |
| O Sr. José Paulo de Freitas Guimarães possui usufruto das ações detidas pelo Sr. José Paulo de Freitas Guimarães Júnior na Companhia. | | | | |
| Administrador do emissor ou controlada | | | | |
| José Paulo de Freitas Guimarães | 004.598.445-04 | BMRV Participações S.A. | 07.063.714/0001-98 | Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade) |
| Membro do Conselho de Administração | | | | |
| Pessoa relacionada | | | | |
| Raquel Macedo de Freitas Guimarães | 496.883.165-04 | BMRV Participações S.A. | 07.063.714/0001-98 | |
| Acionista controlador | | | | |
| Observação | | | | |
| O Sr. José Paulo de Freitas Guimarães possui usufruto das ações detidas pela Sra. Raquel Macedo de Freitas Guimarães na Companhia. | | | | |
| Administrador do emissor ou controlada | | | | |
| José Paulo de Freitas Guimarães | 004.598.445-04 | BMRV Participações S.A. | 07.063.714/0001-98 | Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade) |
| Membro do Conselho de Administração | | | | |
| Pessoa relacionada | | | | |
| Renata Macedo de Freitas Guimarães | 777.993.565-53 | BMRV Participações S.A. | 07.063.714/0001-98 | |
| Acionista controlador | | | | |
| Observação | | | | |
| O Sr. José Paulo de Freitas Guimarães possui usufruto das ações detidas pela Sra. Renata Macedo de Freitas Guimarães na Companhia. | | | | |

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

| Cargo/Função | Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada |
|---|--------------------|--------------|---|
| Exercício Social 31/12/2020 | | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | | |
| Valmor Pedro Bosi | 213.309.729-53 | Subordinação | Controlada Direta |
| Diretor Presidente | | | |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | | |
| APLIC TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A. | 27.022.347/0001-91 | | |
| Diretor Geral | | | |
| <u>Observação</u> | N/A | | |
| | | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | | |
| Glássio Doval Ferreira | 972.155.976-87 | Subordinação | Controlada Direta |
| Diretor Financeiro e de Relações com Investidores | | | |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | | |
| APLIC TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A. | 27.022.347/0001-91 | | |
| Diretor sem designação específica | | | |
| <u>Observação</u> | N/A | | |
| | | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | | |
| Fábio Marques de Azevedo | 128.534.616-53 | Subordinação | Controlada Direta |
| Presidente do Conselho de Administração / Membro do Conselho de Administração | | | |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | | |
| APLIC TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A. | 27.022.347/0001-91 | | |
| Presidente do Conselho de Administração / Membro do Conselho de Administração | | | |
| <u>Observação</u> | N/A | | |

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada |
|--|--------------------|---|
| Cargo/Função | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | |
| José Santo Bastião Vice Presidente do Conselho de Administração | 298.380.297-34 | Subordinação |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | |
| APLIC TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A. Vice Presidente do Conselho de Administração | 27.022.347/0001-91 | |
| <u>Observação</u> | | |
| N/A | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | |
| José Paulo de Freitas Guimarães Membro do Conselho de Administração | 004.598.445-04 | Subordinação |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | |
| APLIC TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A. Membro do Conselho de Administração | 27.022.347/0001-91 | |
| <u>Observação</u> | | |
| N/A | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | |
| Márcio Leal da Costa Lobo Membro do Conselho de Administração | 016.783.167-41 | Subordinação |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | |
| APLIC TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A. Membro do Conselho de Administração | 27.022.347/0001-91 | |
| <u>Observação</u> | | |
| N/A | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | |
| Cássio Doval Ferreira | 972.155.976-87 | Subordinação |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | |
| | | Controlada Direta |

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada |
|---|--------------------|---|
| <u>Cargo/Função</u> | | |
| Diretor Financeiro e de Relações com Investidores | | |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | |
| BM LOGÍSTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS S.A. | 00.173.342/0001-03 | |
| Diretor sem designação específica | | |
| <u>Observação</u> | | |
| N/A | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | |
| Valmor Pedro Bosi | 213.309.729-53 | Subordinação |
| Diretor Presidente | | |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | |
| BM LOGÍSTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS S.A. | 00.173.342/0001-03 | |
| Dir. Geral | | |
| <u>Observação</u> | | |
| N/A | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | |
| Luis Fernando Ferreira de Carvalho | 505.524.225-68 | Subordinação |
| Diretor | | |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | |
| BM LOGÍSTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS S.A. | 00.173.342/0001-03 | |
| Diretor | | |
| <u>Observação</u> | | |
| N/A | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | |
| Fábio Marques de Azevedo | 128.534.616-53 | Subordinação |
| Presidente do Conselho de Administração | | |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | |

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada |
|--|--------------------|---|
| Cargo/Função | | |
| BM LOGÍSTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS S.A. Presidente do Conselho de Administração | 00.173.342/0001-03 | Controlada Direta |
| <u>Observação</u> | | |
| N/A | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> José Santo Bastião Vice Presidente do Conselho de Administração | 298.380.297-34 | Subordinação |
| <u>Pessoa Relacionada</u> BM LOGÍSTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS S.A. Vice Presidente do Conselho de Administração | 00.173.342/0001-03 | Controlada Direta |
| <u>Observação</u> | | |
| N/A | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> José Paulo de Freitas Guimarães Membro do Conselho de Administração | 004.598.445-04 | Subordinação |
| <u>Pessoa Relacionada</u> BM LOGÍSTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS S.A. Membro do Conselho de Administração | 00.173.342/0001-03 | Controlada Direta |
| <u>Observação</u> | | |
| N/A | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> Márcio Leal da Costa Lobo Membro do Conselho de Administração | 016.783.167-41 | Subordinação |
| <u>Pessoa Relacionada</u> BM LOGÍSTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS S.A. Membro do Conselho de Administração | 00.173.342/0001-03 | Controlada Direta |
| <u>Observação</u> | | |
| N/A | | |

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada |
|--|--------------------|---|
| Cargo/Função | | |
| <u>Observação</u> | | |
| N/A | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | |
| Fabiano Jardim Buffe Chamone | 042.526.146-86 | Subordinação |
| Membro do Conselho de Administração | | |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | |
| BM LOGÍSTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS S.A. | 00.173.342/0001-03 | |
| Membro do Conselho de Administração | | |
| <u>Observação</u> | | |
| N/A | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | |
| Fábio Marques de Azevedo | 128.534.616-53 | Subordinação |
| Presidente do Conselho de Administração | | |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | |
| RV TECNOLOGIA E SISTEMAS S.A. | 05.022.353/0001-06 | |
| Presidente do Conselho de Administração | | |
| <u>Observação</u> | | |
| N/A | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | |
| José Santo Bastião | 298.380.297-34 | Subordinação |
| Vice-Presidente do Conselho de Administração | | |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | |
| RV TECNOLOGIA E SISTEMAS S.A. | 05.022.353/0001-06 | |
| Vice-Presidente do Conselho de Administração | | |
| <u>Observação</u> | | |
| N/A | | |

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada |
|--|----------------|---|
| Cargo/Função | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> José Paulo de Freitas Guimarães Membro do Conselho de Administração <u>Pessoa Relacionada</u> RV TECNOLOGIA E SISTEMAS S.A. Membro do Conselho de Administração <u>Observação</u> N/A | 004.598.445-04 | Subordinação |
| <u>Administrador do Emissor</u> Márcio Leal da Costa Lobo Membro do Conselho de Administração <u>Pessoa Relacionada</u> RV TECNOLOGIA E SISTEMAS S.A. Membro do Conselho de Administração <u>Observação</u> N/A | 016.783.167-41 | Subordinação |
| <u>Administrador do Emissor</u> Fabiano Jardim Buffe Chamone Membro do Conselho de Administração <u>Pessoa Relacionada</u> RV TECNOLOGIA E SISTEMAS S.A. Membro do Conselho de Administração <u>Observação</u> N/A | 042.526.146-86 | Subordinação |
| <u>Administrador do Emissor</u> Cássio Doval Ferreira | 972.155.976-87 | Subordinação |

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradoras E Controladores E Outros

| Identificação | Cargo/Função | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada |
|------------------------------------|---|--------------------|---|
| Pessoa Relacionada | Diretor Financeiro e de Relações com Investidores | 05.022.353/0001-06 | Controlada Indireta |
| Administrador do Emissor | Fábio Marques de Azevedo Membro do Conselho de Administração | 128.534.616-53 | Subordinação |
| Pessoa Relacionada | APLIC TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A. Membro do Conselho de Administração | 27.022.347/0001-91 | Subordinação |
| Observação | N/A | | |
| Exercício Social 31/12/2019 | | | |
| Administrador do Emissor | Cássio Doval Ferreira | 972.155.976-87 | Subordinação |
| Pessoa Relacionada | Diretor Financeiro e de Relações com Investidores | 27.022.347/0001-91 | Subordinação |
| Observação | N/A | | |
| Administrador do Emissor | Fábio Marques de Azevedo | 128.534.616-53 | Subordinação |

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladores E Outros

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada |
|--|--------------------|---|
| Cargo/Função | | |
| Presidente do Conselho de Administração / Membro do Conselho de Administração <u>Pessoa Relacionada</u> | 27.022.347/0001-91 | |
| APLIC TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A. Presidente do Conselho de Administração / Membro do Conselho de Administração <u>Observação</u> | | |
| N/A | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | |
| José Santo Bastião Vice Presidente do Conselho de Administração <u>Pessoa Relacionada</u> | 298.380.297-34 | Subordinação |
| APLIC TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A. Vice Presidente do Conselho de Administração <u>Observação</u> | 27.022.347/0001-91 | |
| N/A | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | |
| José Paulo de Freitas Guimarães Membro do Conselho de Administração <u>Pessoa Relacionada</u> | 004.598.445-04 | Subordinação |
| APLIC TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A. Membro do Conselho de Administração <u>Observação</u> | 27.022.347/0001-91 | |
| N/A | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | |
| Márcio Leal da Costa Lobo Membro do Conselho de Administração <u>Pessoa Relacionada</u> | 016.783.167-41 | Subordinação |
| | | Controlada Direta |

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada |
|--|--------------------|---|
| Cargo/Função | | |
| APLIC TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A. Membro do Conselho de Administração <u>Observação</u> N/A | 27.022.347/0001-91 | Controlada Direta |
| <u>Administrador do Emissor</u> Cássio Doval Ferreira Diretor Financeiro e de Relações com Investidores <u>Pessoa Relacionada</u> BM LOGÍSTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS S.A. Diretor sem designação específica <u>Observação</u> N/A | 972.155.976-87 | Subordinação |
| <u>Administrador do Emissor</u> Valmor Pedro Bosi Diretor Presidente <u>Pessoa Relacionada</u> BM LOGÍSTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS S.A. Diretor Geral <u>Observação</u> N/A | 213.309.729-53 | Subordinação |
| <u>Administrador do Emissor</u> Fábio Marques de Azevedo Presidente do Conselho de Administração <u>Pessoa Relacionada</u> BM LOGÍSTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS S.A. Presidente do Conselho de Administração | 128.534.616-53 | Subordinação |

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada |
|--|--------------------|---|
| Cargo/Função | | |
| <u>Observação</u> | | |
| N/A | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | |
| José Santo Bastião | 298.380.297-34 | Subordinação |
| Vice Presidente do Conselho de Administração | | |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | |
| BM LOGÍSTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS S.A. | 00.173.342/0001-03 | |
| Vice Presidente do Conselho de Administração | | |
| <u>Observação</u> | | |
| N/A | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | |
| José Paulo de Freitas Guimarães | 004.598.445-04 | Subordinação |
| Membro do Conselho de Administração | | |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | |
| BM LOGÍSTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS S.A. | 00.173.342/0001-03 | |
| Membro do Conselho de Administração | | |
| <u>Observação</u> | | |
| N/A | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | |
| Márcio Leal da Costa Lobo | 016.783.167-41 | Subordinação |
| Membro do Conselho de Administração | | |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | |
| BM LOGÍSTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS S.A. | 00.173.342/0001-03 | |
| Membro do Conselho de Administração | | |
| <u>Observação</u> | | |
| N/A | | |

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada |
|--|--------------------|---|
| Cargo/Função | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | |
| Fábio Marques de Azevedo | 042.526.146-86 | Subordinação |
| Membro do Conselho de Administração | | |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | |
| BM LOGÍSTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS S.A. | 00.173.342/0001-03 | |
| Membro do Conselho de Administração | | |
| <u>Observação</u> | | |
| N/A | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | |
| José Paulo de Freitas Guimarães | 004.598.445-04 | Subordinação |
| Membro do Conselho de Administração | | |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | |
| RV TECNOLOGIA E SISTEMAS S.A. | 05.022.353/0001-06 | |
| Presidente do Conselho de Administração | | |
| <u>Observação</u> | | |
| N/A | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | |
| José Santo Bastião | 298.380.297-34 | Subordinação |
| Vice-Presidente do Conselho de Administração | | |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | |
| RV TECNOLOGIA E SISTEMAS S.A. | 05.022.353/0001-06 | |
| Vice-Presidente do Conselho de Administração | | |
| <u>Observação</u> | | |
| N/A | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | |
| José Paulo de Freitas Guimarães | 004.598.445-04 | Subordinação |
| Membro do Conselho de Administração | | |

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada |
|---|--------------------|---|
| Cargo/Função | | |
| Membro do Conselho de Administração <u>Pessoa Relacionada</u> | 05.022.353/0001-06 | Controlada Direta |
| RV TECNOLOGIA E SISTEMAS S.A. Membro do Conselho de Administração <u>Observação</u> | 016.783.167-41 | Subordinação |
| N/A | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | |
| Márcio Leal da Costa Lobo Membro do Conselho de Administração <u>Pessoa Relacionada</u> | 042.526.146-86 | Subordinação |
| RV TECNOLOGIA E SISTEMAS S.A. Membro do Conselho de Administração <u>Observação</u> | 05.022.353/0001-06 | Controlada Direta |
| N/A | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | |
| Fabiano Jardim Buffe Chamone Membro do Conselho de Administração <u>Pessoa Relacionada</u> | 972.155.976-87 | Subordinação |
| RV TECNOLOGIA E SISTEMAS S.A. Membro do Conselho de Administração <u>Observação</u> | 972.155.976-87 | Controlada Direta |
| N/A | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | |
| Cássio Doval Ferreira Diretor Financeiro e de Relações com Investidores <u>Pessoa Relacionada</u> | | |

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada |
|--|--------------------|---|
| Cargo/Função | | |
| RV TECNOLOGIA E SISTEMAS S.A. Diretor sem designação específica <u>Observação</u> N/A | 05.022.353/0001-06 | Subordinação |
| <u>Administrador do Emissor</u> Valmor Pedro Bosi Diretor Presidente <u>Pessoa Relacionada</u> RV TECNOLOGIA E SISTEMAS S.A. Diretor Geral <u>Observação</u> N/A | 213.309.729-53 | Controlada Direta |
| <u>Administrador do Emissor</u> Fábio Marques de Azevedo Membro do Conselho de Administração <u>Pessoa Relacionada</u> APLIC TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A. Membro do Conselho de Administração <u>Observação</u> N/A | 128.534.616-53 | Cliente |
| Exercício Social 31/12/2018 <u>Administrador do Emissor</u> Valmor Pedro Bosi Diretor Presidente <u>Pessoa Relacionada</u> | 213.309.729-53 | Subordinação |
| | | Controlada Direta |

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada |
|---|--------------------|---|
| Cargo/Função | | |
| APLIC TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A. | 27.022.347/0001-91 | |
| Administrador | 972.155.976-87 | Subordinação |
| Observação | | Controlada Direta |
| N/A | | |
| Administrador do Emissor | | |
| Cássio Doval Ferreira | | |
| Diretor Financeiro e de Relações com Investidores | | |
| Pessoa Relacionada | | |
| BM LOGÍSTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS S.A. | 00.173.342/0001-03 | |
| Diretor sem designação específica | | |
| Observação | | |
| N/A | | |
| Administrador do Emissor | | |
| Valmor Pedro Bosi | | |
| Diretor Presidente | | |
| Pessoa Relacionada | | |
| BM LOGÍSTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS S.A. | 00.173.342/0001-03 | |
| Diretor Geral | | |
| Observação | | |
| N/A | | |
| Administrador do Emissor | | |
| Fábio Marques de Azevedo | | |
| Presidente do Conselho de Administração | | |
| Pessoa Relacionada | | |
| BM LOGÍSTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS S.A. | 00.173.342/0001-03 | |
| Presidente do Conselho de Administração | | |

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada |
|--|--------------------|---|
| Cargo/Função | | |
| <u>Observação</u> | | |
| N/A | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | |
| José Santo Bastião | 298.380.297-34 | Subordinação |
| Vice Presidente do Conselho de Administração | | |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | |
| BM LOGÍSTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS S.A. | 00.173.342/0001-03 | |
| Vice Presidente do Conselho de Administração | | |
| <u>Observação</u> | | |
| N/A | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | |
| José Paulo de Freitas Guimarães | 004.598.445-04 | Subordinação |
| Membro do Conselho de Administração | | |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | |
| BM LOGÍSTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS S.A. | 00.173.342/0001-03 | |
| Membro do Conselho de Administração | | |
| <u>Observação</u> | | |
| N/A | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | |
| Márcio Leal da Costa Lobo | 016.783.167-41 | Subordinação |
| Membro do Conselho de Administração | | |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | |
| BM LOGÍSTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS S.A. | 00.173.342/0001-03 | |
| Membro do Conselho de Administração | | |
| <u>Observação</u> | | |
| N/A | | |

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada |
|--|--------------------|---|
| Cargo/Função | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> Fabiano Jardim Buffe Chamone Membro do Conselho de Administração | 042.526.146-86 | Subordinação |
| <u>Pessoa Relacionada</u> BM LOGÍSTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS S.A. Membro do Conselho de Administração | 00.173.342/0001-03 | Controlada Direta |
| <u>Observação</u> N/A | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> Fábio Marques de Azevedo Presidente do Conselho de Administração | 128.534.616-53 | Subordinação |
| <u>Pessoa Relacionada</u> RV TECNOLOGIA E SISTEMAS S.A. Presidente do Conselho de Administração | 05.022.353/0001-06 | Controlada Direta |
| <u>Observação</u> N/A | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> José Santo Bastião Vice-Presidente do Conselho de Administração | 298.380.297-34 | Subordinação |
| <u>Pessoa Relacionada</u> RV TECNOLOGIA E SISTEMAS S.A. Vice-Presidente do Conselho de Administração | 05.022.353/0001-06 | Controlada Direta |
| <u>Observação</u> N/A | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> José Paulo de Freitas Guimarães | 004.598.445-04 | Subordinação |

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada |
|---|--------------------|---|
| Cargo/Função | | |
| Membro do Conselho de Administração <u>Pessoa Relacionada</u> | 05.022.353/0001-06 | Controlada Direta |
| RV TECNOLOGIA E SISTEMAS S.A. Membro do Conselho de Administração <u>Observação</u> | 016.783.167-41 | Subordinação |
| N/A | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | |
| Márcio Leal da Costa Lobo Membro do Conselho de Administração <u>Pessoa Relacionada</u> | 042.526.146-86 | Subordinação |
| RV TECNOLOGIA E SISTEMAS S.A. Membro do Conselho de Administração <u>Observação</u> | 05.022.353/0001-06 | Controlada Direta |
| N/A | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | |
| Fabiano Jardim Buffe Chamone Membro do Conselho de Administração <u>Pessoa Relacionada</u> | 972.155.976-87 | Subordinação |
| RV TECNOLOGIA E SISTEMAS S.A. Membro do Conselho de Administração <u>Observação</u> | 972.155.976-87 | Controlada Direta |
| N/A | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | |
| Cássio Doval Ferreira Diretor Financeiro e de Relações com Investidores <u>Pessoa Relacionada</u> | | |

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

| Identificação | Cargo/Função | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada |
|---------------------------------|-----------------------------------|--------------------|---|
| RV TECNOLOGIA E SISTEMAS S.A. | Diretor sem designação específica | 05.022.353/0001-06 | Controlada Direta |
| N/A | | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | | |
| Valmor Pedro Bosi | | 213.309.729-53 | Subordinação |
| Diretor Presidente | | | |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | | |
| RV TECNOLOGIA E SISTEMAS S.A. | Diretor Geral | 05.022.353/0001-06 | |
| <u>Observação</u> | | | |
| N/A | | | |

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Companhia contrata apólice de seguro de Responsabilidade Civil para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores (“**D&O**”), visando garantir aos administradores, diretores e conselheiros da Companhia o reembolso de valores pagos a título de indenização, decorrentes da reparação de eventuais danos causados pelo segurado a terceiros ou à própria Companhia, bem como o pagamento parcial de multas e penalidades cíveis e administrativas impostas aos administradores da Companhia enquanto no exercício de suas funções profissionais.

A Companhia contratou seguro D&O com a seguradora FairFax Brasil Seguros Corporativos S.A. (“**Fairfax**”), com limite máximo de garantia de R\$ 10.000.000,00, prêmio pago no valor de R\$ 19.443,89 e, com vigência até 21.01.2022.

A Companhia não presta compromisso de indenidade com seus administradores que preveja o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia ou do pagamento de multas e acordos administrativos que não estejam cobertos pelo D&O.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12 - Outras informações relevantes

Assembleias Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos últimos três exercícios sociais, (i) resumo das principais matérias aprovadas, (ii) data de sua realização, e (iii) quórum de instalação:

| Evento | Principais Matérias | Data | Convocação | Quórum |
|--|---|------------|------------|--------|
| Assembleia Geral Extraordinária | Deliberação acerca da autorização para que a Companhia preste fiança em operação bancária perante o Banco do Brasil S.A. | 20/03/2018 | Dispensada | 100% |
| Assembleia Geral Extraordinária | Deliberação acerca da autorização para que a Companhia prestar fiança em operação bancária perante o Banco do Brasil S.A. | 11/04/2018 | Dispensada | 100% |
| Assembleia Geral Extraordinária | Deliberação acerca da autorização de operação junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social | 15/04/2018 | Dispensada | 100% |
| Assembleia Geral Ordinária | Tomada de contas dos administradores; exame, discussão e aprovação das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; e aprovar a destinação dos resultados da Companhia. | 27/04/2018 | Dispensada | 100% |
| Assembleia Geral Extraordinária | Deliberação acerca da autorização para que a Companhia prestar fiança em operação bancária perante o Banco do Brasil S.A. | 14/06/2018 | Dispensada | 100% |
| Assembleia Geral Extraordinária | Autorização para a Companhia prestar aval e garantia em operação bancária | 31/08/2018 | Dispensada | 100% |
| Assembleia Geral Extraordinária | Deliberação acerca da autorização para que a Companhia prestar fiança em operação bancária perante o Banco do Brasil S.A. | 18/09/2018 | Dispensada | 100% |
| Assembleia Geral Extraordinária | Deliberação acerca da saída de membros do Conselho de Administração e eleição de novos membros. | 03/10/2018 | Dispensada | 100% |
| Assembleia Geral Extraordinária | Deliberação acerca da autorização para a outorga de garantia pela Companhia em operação de fiança bancária da RV Tecnologia e Sistemas S.A. | 27/11/2018 | Dispensada | 100% |

12.12 - Outras informações relevantes

| | | | | |
|--|--|------------|------------|------|
| Assembleia Geral Ordinária | Deliberação acerca da autorização dos acionistas para a outorga de aval pela Companhia em operação de crédito rotativo em benefício da subsidiária RV Tecnologia e Sistemas S.A. | 04/12/2018 | Dispensada | 100% |
| Assembleia Geral Extraordinária | Deliberação acerca de autorização para que a Companhia deixe de distribuir o mínimo legal, referente ao exercício social de 31 de dezembro de 2018. | 28/12/2018 | Dispensada | 100% |
| Assembleia Geral Ordinária | Deliberação acerca da autorização dos acionistas para a outorga de aval pela Companhia em operação de crédito rotativo em benefício da subsidiária RV Tecnologia e Sistemas S.A. | 16/04/2019 | Dispensada | 100% |
| Assembleia Geral Ordinária | Tomada de contas dos administradores; exame, discussão e aprovação das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; e aprovar a destinação dos resultados da Companhia. | 29/04/2019 | Dispensada | 100% |
| Assembleia Geral Extraordinária | Deliberação acerca da autorização dos acionistas para a outorga de aval pela Companhia em operação de crédito rotativo em benefício da subsidiária RV Tecnologia e Sistemas S.A. | 22/05/2019 | Dispensada | 100% |
| Assembleia Geral Extraordinária | Deliberação acerca da autorização dos acionistas para a outorga de aval pela Companhia em operação de crédito rotativo em benefício da subsidiária RV Tecnologia e Sistemas S.A. | 19/06/2019 | Dispensada | 100% |
| Assembleia Geral Extraordinária | Deliberação acerca da autorização dos acionistas para a outorga de aval pela Companhia em operação de crédito rotativo em benefício da subsidiária RV Tecnologia e Sistemas S.A. | 08/07/2019 | Dispensada | 100% |
| Assembleia Geral Extraordinária | Deliberação acerca da autorização para que a Companhia preste fiança em operação bancária perante o Banco do Brasil S.A. | 11/07/2019 | Dispensada | 100% |
| Assembleia Geral Extraordinária | Deliberação acerca da autorização dos acionistas para a outorga de aval pela Companhia em operação de crédito rotativo em benefício da subsidiária RV Tecnologia e Sistemas S.A. em operação com o Banco ABC Brasil S.A. | 16/10/2019 | Dispensada | 100% |

12.12 - Outras informações relevantes

| | | | | |
|--|---|------------|------------|------|
| Assembleia Geral Extraordinária | Deliberação acerca da autorização para que a Companhia prestar fiança em operação bancária perante o Banco do Brasil S.A. | 31/10/2019 | Dispensada | 100% |
| Assembleia Geral Extraordinária | Deliberação acerca da autorização para que a Companhia preste fiança em operação bancária perante o Banco do Brasil S.A. | 20/12/2019 | Dispensada | 100% |
| Assembleia Geral Extraordinária | Deliberação acerca da autorização dos acionistas para outorga de aval pela Companhia em operação de crédito de capital de giro em benefício da RV Tecnologia e Sistemas S.A. | 27/04/2020 | Dispensada | 100% |
| Assembleia Geral Extraordinária | Deliberação acerca da autorização para que a Companhia prestar fiança em operação bancária perante o Banco do Brasil S.A. | 16/06/2020 | Dispensada | 100% |
| Assembleia Geral Ordinária | Aprovar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; aprovar a destinação do lucro líquido; e as contas dos administradores relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. | 29/06/2020 | Dispensada | 100% |
| Assembleia Geral Extraordinária | Deliberação acerca da autorização dos acionistas para a outorga de aval pela Companhia em operação de crédito rotativo em benefício da subsidiária RV Tecnologia e Sistemas S.A. em operação com o Banco ABC Brasil S.A. | 29/06/2020 | Dispensada | 100% |
| Assembleia Geral Extraordinária | Deliberação acerca da suspensão de pagamentos de contratos do BNDES - Standstill | 15/07/2020 | Dispensada | 100% |
| Assembleia Geral Extraordinária | Deliberação acerca da eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia. | 17/08/2020 | Dispensada | 100% |
| Assembleia Geral Extraordinária | Deliberação acerca da autorização para que a Companhia prestar fiança em operação bancária perante o Banco do Brasil S.A. | 31/08/2020 | Dispensada | 100% |
| Assembleia Geral Extraordinária | Deliberação acerca da autorização para que a Companhia preste fiança em operação bancária perante o Banco do Brasil S.A. | 16/10/2020 | Dispensada | 100% |
| Assembleia Geral Extraordinária | Deliberação acerca da autorização para que a Companhia preste fiança em operação bancária perante o Banco Safra S.A. | 22/10/2020 | Dispensada | 100% |

12.12 - Outras informações relevantes

| | | | | |
|--|---|------------|------------|------|
| Assembleia Geral Extraordinária | Deliberação acerca da autorização para que a Companhia prestar aval em operação bancária perante o Banco ABC Brasil S.A. | 27/10/2020 | Dispensada | 100% |
| Assembleia Geral Extraordinária | Deliberação acerca da autorização para que a Companhia prestar aval em operação bancária perante o Banco do Brasil S.A. | 09/11/2020 | Dispensada | 100% |
| Assembleia Geral Extraordinária | Deliberação acerca da alteração do objeto social da Companhia e consolidação do Estatuto Social | 18/12/2020 | Dispensada | 100% |
| Assembleia Geral Ordinária | Tomada de contas dos administradores; exame, discussão e aprovação das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; e aprovar a destinação dos resultados da Companhia. | 15/04/2021 | Dispensada | 100% |
| Assembleia Geral Extraordinária | Deliberação acerca da autorização para que a Companhia preste garantia em operação bancária de sua subsidiária RV Tecnologia e Sistemas S.A. junto ao Banco ABC S.A. | 23/04/2021 | Dispensada | 100% |
| Assembleia Geral Extraordinária | Deliberação acerca da autorização para que a Companhia preste fiança em operação bancária perante o Banco do Brasil S.A. | 28/04/2021 | Dispensada | 100% |
| Assembleia Geral Extraordinária | Deliberação acerca da autorização para que a Companhia preste fiança em operação bancária perante o Banco do Brasil S.A. | 10/05/2021 | Dispensada | 100% |
| Assembleia Geral Extraordinária | Deliberação acerca da contratação de operações de crédito junto à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) | 11/05/2021 | Dispensada | 100% |
| Assembleia Geral Extraordinária | Deliberação acerca da autorização para que a Companhia preste fiança em operação bancária perante a Caixa Econômica Federal | 26/05/2021 | Dispensada | 100% |
| Assembleia Geral Extraordinária | Deliberação acerca da autorização para que a Companhia preste fiança em operação bancária perante o Banco do Brasil S.A. | 23/06/2021 | Dispensada | 100% |
| Assembleia Geral Ordinária | Deliberação sobre distribuição de dividendos mediante abatimento do saldo de reservas de lucros constituídos em exercícios anteriores. | 30/06/2021 | Dispensada | 100% |

12.12 - Outras informações relevantes

| | | | | |
|--|---|------------|------------|------|
| Assembleia Geral Extraordinária | Aprovação do protocolo do pedido de registro da Oferta perante a CVM e a realização da Oferta pela Companhia, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado, e a submissão do pedido de adesão da Companhia ao Novo Mercado, segmento especial de negociação de valores mobiliários da B3. | 06/08/2021 | Dispensada | 100% |
| Assembleia Geral Extraordinária | Reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia para adaptá-lo às regras do Novo Mercado; autorização para a abertura do capital da Companhia e listagem no Novo Mercado; e eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia. | 26/08/2021 | Dispensada | 100% |
| Assembleia Geral Extraordinária | Autorizar o Conselho de Administração a realizar a venda das 48.032 ações ordinárias, representativas de 2,53% de seu capital social, mantidas em tesouraria pela Companhia, nos termos do artigo 30, parágrafo 1º, alínea “c”, da Lei das Sociedades por Ações. | 31/07/2021 | Dispensada | 100% |

Governança Corporativa

Código Brasileiro de Governança Corporativa coordenado pelo IBGC

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (“IBGC”), governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (*accountability*); e (iv) responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por equidade entende-se o tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. O *accountability*, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeu, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em seu Código Brasileiro de Governanças Corporativa, a Companhia adota as seguintes:

- capital social composto somente por ações ordinárias, proporcionando direito de voto a todos os acionistas;

12.12 - Outras informações relevantes

- obrigatoriedade de realização de oferta pública de aquisição de ações quando da ocorrência de transações em que se configure a alienação do controle acionário a todos os sócios e não apenas aos detentores do bloco de controle. Todos os acionistas devem ter a opção de vender suas ações pelo mesmo preço e nas mesmas condições. A transferência do controle deve ser feita a preço transparente;
- contratação de empresa de auditoria independente que tenha prestado serviços de auditoria interna para a companhia há mais de três anos;
- conselho de administração composto por, no mínimo, um terço de membros independentes;
- não acumulação do cargo de diretor-presidente e presidente do conselho de administração;
- adoção de política de gerenciamento de riscos, código de ética e conduta e política de negociação de valores mobiliários;
- definição de calendário anual com previsão de agenda anual temática com assuntos relevantes e datas de discussão, incluindo as datas das reuniões ordinárias;
- atas de reunião do conselho de administração redigidas com clareza e que registrem as decisões tomadas, as pessoas presentes, os votos divergentes e as abstenções de voto; e
- utilização da assembleia geral de acionistas para comunicar a condução dos negócios da companhia, sendo que as atas permitem o pleno entendimento das discussões havidas na assembleia e trazem a identificação dos votos proferidos pelos acionistas.

Novo Mercado

Em 2000, a B3 introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível I, Nível II e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos.

As regras impostas pelo Novo Mercado visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A Política de Remuneração da Companhia (“**Política de Remuneração**”) estabelece diretrizes que deverão ser observadas quanto à remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração (em conjunto os “**Executivos**”), bem como dos membros do Conselho Fiscal (quando instalado).

A Política de Remuneração é norteada pela aplicação de critérios e princípios éticos e técnicos de valorização e administração das diferentes estruturas funcionais da Companhia e visa assegurar a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia.

Em linhas gerais, a Política de Remuneração estabelece componentes de remunerações, condições e benefícios (que podem variar a depender do cargo ocupado, de acordo com especificidades relacionadas ao tempo dedicado, conhecimento técnico, experiência, participação em comitês de assessoramento, dentre outras características), conforme detalhado no item 13.1(b) abaixo.

A Política de Remuneração foi devidamente aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia realizada em 26 de agosto de 2021 e está disponível para consulta nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia - Avenida do Contorno, nº 5.351, 11º andar, conjunto 1106, Bairro Cruzeiro, CEP 30.110-923, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais (ii) no website da Companhia (rvdigitalbrasil.com.br/ri); e (iii) no website da CVM (www.gov.br/cvm).

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração global dos Executivos envolve remuneração fixa e remuneração variável. Abaixo, descreveremos as remunerações aplicáveis por órgão da administração da Companhia.

Conselho de Administração

As atividades do Conselho de Administração estão descritas no item 12.1 deste Formulário de Referência. O conselho está dividido em membros remunerados e não remunerados, sendo assim, os membros remunerados fazem jus a uma remuneração estipulada anualmente pela Conselho de Administração, em Assembleia Geral.

Remuneração fixa:

Pró - labore. A remuneração dos membros independentes e externos do Conselho de Administração é composta por uma remuneração mensal fixa, baseada na dedicação de tempo, responsabilidade das suas atribuições, conhecimento técnico, experiência e com a prática de mercado.

Contudo, os membros interno do Conselho de Administração da Companhia não recebem qualquer remuneração adicional em função do cargo de conselheiro, sendo certo que poderão ser remunerados por outras funções e cargos que exercem na Companhia.

Ademais, a Companhia poderá reembolsar despesas gastos pelos Conselheiros de Administração, com locomoção, acomodação, alimentação e/ou outras relacionadas apenas relacionadas ao desempenho de suas funções na Companhia.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Remuneração Variável

Atualmente, os membros do Conselheiro de Administração não recebem remuneração variável pelo exercício de suas funções como Conselheiros.

Diretoria Estatutária e Diretoria não Estatutária

Remuneração fixa

Salário. A remuneração fixa é paga em parcelas mensais, a título salário e tem o objetivo de remunerar os serviços dos Diretores dentro do escopo de responsabilidade atribuído a cada um na gestão da Companhia. A estrutura de cargos e salários reflete o posicionamento da Companhia frente à remuneração praticada pelo mercado, de forma a manter a sua competitividade.

Remuneração variável

A Companhia possui programa de participações nos lucros (PLR) na forma da Lei nº 10.101/00, o qual tem por objetivo reconhecer a contribuição do Diretor Estatutário celetista na obtenção dos resultados da Companhia em cada exercício. O montante anual a ser pago é definido através da combinação dos resultados e indicadores de desempenho da Companhia, além do desempenho individual de cada colaborador, medido principalmente a partir de indicadores e metas objetivas e mensuráveis pré-estabelecidas anualmente e alinhadas ao planejamento estratégico, assim como o orçamento aprovado pelo Conselho de Administração. As metas são atribuídas a todos os diretores, e se dividem em: (i) metas corporativas, medidas pelo EBITDA e LAIR e (ii) metas individuais, medidas por inadimplência máxima, índice de liquidez corrente, turnover e planejamento fiscal.

Benefícios

O pacote de benefícios inclui plano de saúde e odontológico, auxílio refeição ou auxílio alimentação e seguro de vida.

Conselho Fiscal

A remuneração global do Conselho Fiscal será fixada na Assembleia Geral que os eleger e instalar, respeitando os valores mínimos estabelecidos por lei.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada elemento na composição da remuneração total nos três últimos exercícios sociais:

| Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 | | | | |
|---|---------------------|-----------------------------|-------------------------------------|--------------|
| % em relação à remuneração total | | | | |
| | Salário Base | Remuneração Variável | Remuneração baseada em ações | Total |
| Conselho de Administração | 100% | 0% | 0% | 100% |
| Diretoria | 62,80% | 37,20% | 0% | 100% |
| Conselho Fiscal | 0% | 0% | 0% | 0% |

| Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 | | | | |
|---|---------------------|-----------------------------|-------------------------------------|--------------|
| % em relação à remuneração total | | | | |
| | Salário Base | Remuneração Variável | Remuneração baseada em ações | Total |
| Conselho de Administração | 100% | 0% | 0% | 100% |
| Diretoria | 79,33% | 20,67% | 0% | 100% |
| Conselho Fiscal | 0% | 0% | 0% | 0% |

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

| Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 | | | | |
|---|---------------------|-----------------------------|-------------------------------------|--------------|
| % em relação à remuneração total | | | | |
| | Salário Base | Remuneração Variável | Remuneração baseada em ações | Total |
| Conselho de Administração | 100% | 0% | 0% | 100% |
| Diretoria | 100,00% | 0,00% | 0% | 100% |
| Conselho Fiscal | 0% | 0% | 0% | 0% |

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Com objetivo de avaliar a consistência do valor da remuneração global dos Administradores com o mercado, a Companhia avalia anualmente a remuneração executiva e do conselho. A competência de aprovação cabe à Assembleia Geral conforme o estatuto. Ex.: RV TECNOLOGIA e BML – art. 10 c/c art. 17 §5º; BMRV e APLIC – art. 10 c/c art. 18, §5º. O valor global da remuneração dos administradores da Companhia é calculado e atualizado anualmente pelo Conselho de Administração dependendo da responsabilidade atribuída a cada cargo. Além disso, a remuneração pode ser periodicamente ajustada pelo Conselho de Administração visando a correção monetária e eventuais reajustes pertinentes. A remuneração variável, por sua vez, é calculada com base na avaliação objetiva e subjetiva de desempenho de cada membro.

A metodologia de cálculo e reajuste levará em consideração as práticas comumente adotadas pelo mercado, e se baseia nos índices oficiais de inflação divulgados pelo governo, a localização geográfica em que reside o colaborador, bem como o custo de vida do local de residência do Executivo, de forma que a remuneração dos administradores seja periodicamente reajustada garantindo a compatibilidade dos valores com as metas e com as diretrizes da Companhia, conforme a evolução dos indicadores de desempenho descritos no item “c” abaixo.

Caso no decorrer das atividades da Companhia, o Conselho de Administração considere que a um cargo específico foi atribuída maior ou menor responsabilidade, poderá em reunião do Conselho de Administração reavaliar e reajustar a remuneração fixa.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração está alinhada à estratégia da Companhia de geração de valor no longo prazo e remunera seus executivos de acordo com as responsabilidades do seu cargo, conforme as práticas de mercado verificadas pela empresa, assegurando a retenção e alinhamento de interesses dos Stakeholders.

(v) membros não remunerados

Os membros do Conselho de Administração Marcio Leal da Costa Lobo e José Paulo de Freitas Guimarães não são remunerados pela Companhia para exercer suas respectivas funções.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os Executivos e membros do Conselho Fiscal poderão ter, na remuneração, componentes de remunerações, condições e benefícios diferentes.

Os indicadores de desempenho individuais considerados para determinação da remuneração dos Executivos são: (i) responsabilidades de cada cargo; (ii) desempenho individual, estabelecidos conforme as métricas e os resultados esperados de cada área; e (iii) aderência as competências organizacionais da Companhia.

Os indicadores corporativos utilizados para o aferimento da remuneração variável está atrelado ao atingimento do gatilho de 80% do EBITDA e LAIR positivo, sendo este resultado, o consolidado das empresas do Grupo Econômico da Companhia.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Nas reuniões de planejamento estratégico da Companhia são definidos indicadores de desempenho, que visam ao estabelecimento de metas de crescimento da Companhia. Nesse sentido, a busca de melhores resultados operacionais e financeiros se reflete na remuneração variável, mantendo as equipes motivadas.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração tem como objetivo incentivar os diretores a buscar a melhor rentabilidade dos projetos desenvolvidos pela Companhia, de maneira a alinhar os interesses dos administradores e acionistas. Na perspectiva de curto prazo, busca alinhar salários e benefícios compatíveis com o mercado. Em médio prazo, objetiva alinhar a remuneração com a participação de resultados e no longo prazo, visa reter profissionais de qualificação, estando de acordo com o desempenho da Companhia, onde o profissional compartilha o risco e o resultado com a Companhia.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A totalidade da remuneração da administração da Companhia, nos últimos três exercícios sociais, foi suportada pelas Controladas da Companhia.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

A Assembleia Geral é o órgão de decisão na definição da remuneração individual do Conselho de Administração, conforme o Estatuto Social.

(i) órgãos e comitês que participam do processo decisório e de que forma participam

A Assembleia Geral é o órgão de decisão na definição da remuneração individual do Conselho de Administração, conforme o Estatuto Social. **(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual**

Companhia avalia anualmente a remuneração executiva e do conselho. A competência de aprovação cabe à Assembleia Geral conforme o estatuto. Ex.: RV TECNOLOGIA e BML – art. 10 c/c art. 17 §5º; BMRV e APLIC – art. 10 c/c art. 18, §5º

(iii) frequência e forma de avaliação do conselho de administração para adequação da política de remuneração

O Conselho de Administração avaliará anualmente a adequação da prática utilizada para definição da remuneração dos membros da Administração, no tocante à sua metodologia, práticas e procedimentos adotados para tanto.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2021 - Valores Anuais**

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|--|--|---|-----------------|--------------|
| Nº total de membros | 5,00 | 3,00 | 0,00 | 8,00 |
| Nº de membros remunerados | 3,00 | 3,00 | 0,00 | 6,00 |
| Remuneração fixa anual | | | | |
| Salário ou pró-labore | 1.115.799,89 | 2.123.714,60 | 0,00 | 3.239.514,49 |
| Benefícios direto e indireto | 9.967,00 | 31.348,49 | 0,00 | 41.315,49 |
| Participações em comitês | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações fixas | | | | |
| Remuneração variável | | | | |
| Bônus | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participação de resultados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participação em reuniões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comissões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações variáveis | | | | |
| Pós-emprego | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Cessação do cargo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Baseada em ações (incluindo opções) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Observação | Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº01/2021 o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. | Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021 o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. | N/A | |
| Total da remuneração | 1.125.766,89 | 2.155.063,09 | 0,00 | 3.280.829,98 |

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|-------------------------------|---------------------------|-----------------------|-----------------|--------------|
| Nº total de membros | 5,00 | 3,00 | 0,00 | 8,00 |
| Nº de membros remunerados | 3,00 | 3,00 | 0,00 | 6,00 |
| Remuneração fixa anual | | | | |
| Salário ou pró-labore | 1.008.592,20 | 1.919.673,28 | 0,00 | 2.928.265,48 |
| Benefícios direto e indireto | 16.261,63 | 59.345,39 | 0,00 | 75.607,02 |
| Participações em comitês | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| | | | | |
|--|--|---|------|--------------|
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações fixas | | | | |
| Remuneração variável | | | | |
| Bônus | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participação de resultados | 0,00 | 1.137.218,24 | 0,00 | 1.137.218,24 |
| Participação em reuniões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comissões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações variáveis | | | | |
| Pós-emprego | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Cessação do cargo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Baseada em ações (incluindo opções) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Observação | Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº01/2021 o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. | Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021 o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. | N/A | |
| Total da remuneração | 1.024.853,83 | 3.116.236,91 | 0,00 | 4.141.090,74 |

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|--|---------------------------|-----------------------|-----------------|--------------|
| Nº total de membros | 5,00 | 3,00 | 0,00 | 8,00 |
| Nº de membros remunerados | 2,00 | 3,00 | 0,00 | 5,00 |
| Remuneração fixa anual | | | | |
| Salário ou pró-labore | 671.370,48 | 1.792.137,84 | 0,00 | 2.463.508,32 |
| Benefícios direto e indireto | 3.341,00 | 46.759,44 | 0,00 | 50.100,44 |
| Participações em comitês | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações fixas | | | | |
| Remuneração variável | | | | |
| Bônus | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participação de resultados | 0,00 | 466.979,00 | 0,00 | 466.979,00 |
| Participação em reuniões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comissões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| | | | | |
|--|--|---|------|--------------|
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações variáveis | | | | |
| Pós-emprego | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Cessação do cargo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Baseada em ações (incluindo opções) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Observação | Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº01/2021 o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. | Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021 o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. | N/A | |
| Total da remuneração | 674.711,48 | 2.305.876,28 | 0,00 | 2.980.587,76 |

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|--|---------------------------|-----------------------|-----------------|--------------|
| Nº total de membros | 4,30 | 3,70 | 0,00 | 8,00 |
| Nº de membros remunerados | 3,00 | 3,00 | 0,00 | 6,00 |
| Remuneração fixa anual | | | | |
| Salário ou pró-labore | 405.511,44 | 2.453.844,10 | 0,00 | 2.859.355,54 |
| Benefícios direto e indireto | 2.016,12 | 43.906,13 | 0,00 | 45.922,25 |
| Participações em comitês | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações fixas | | | | |
| Remuneração variável | | | | |
| Bônus | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participação de resultados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participação em reuniões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comissões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações variáveis | | | | |
| Pós-emprego | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Cessação do cargo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Baseada em ações (incluindo opções) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| | | | | |
|----------------------|--|---|------|--------------|
| Observação | Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº01/2021 o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. | Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021 o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. | N/A | |
| Total da remuneração | 407.527,56 | 2.497.750,23 | 0,00 | 2.905.277,79 |

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

| Prevista para 31/12/2021 | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|---|------------------------------|-----------------------|-----------------|-----------|
| Nº total de membros | 5 | 3 | 0 | 8 |
| Nº de membros remunerados | 3 | 3 | 0 | 6 |
| Bônus | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Participação nos resultados | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | - | 1.205.236 | - | 1.205.236 |
| Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas | - | 1.205.236 | - | 1.205.236 |

| 31/12/2020 | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|--|------------------------------|-----------------------|-----------------|-----------|
| Nº total de membros | 5 | 3 | 0 | 8 |
| Nº de membros remunerados | 3 | 3 | 0 | 6 |
| Bônus | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Participação nos resultados | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | - | 1.124.567 | - | 1.124.567 |
| Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas | - | 1.124.567 | - | 1.124.567 |

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

| | | | | |
|---|---|-----------|---|-----------|
| Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social | - | 1.137.218 | - | 1.137.218 |
|---|---|-----------|---|-----------|

| 31/12/2019 | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|---|---------------------------|-----------------------|-----------------|-----------|
| Nº total de membros | 5 | 3 | 0 | 8 |
| Nº de membros remunerados | 2 | 3 | 0 | 5 |
| Bônus | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Participação nos resultados | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | - | 1.194.759 | - | 1.194.759 |
| Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas | - | 1.194.759 | - | 1.194.759 |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social | - | 466.979 | - | 466.979 |

| 31/12/2018 | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|---|---------------------------|-----------------------|-----------------|-------|
| Nº total de membros | 4,3 | 3,7 | 0 | 8 |
| Nº de membros remunerados | 4,3 | 3,7 | 0 | 6 |
| Bônus | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social | 0 | 0 | 0 | 0 |

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

| Participação nos resultados | | | | |
|---|---|-----------|---|-----------|
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | - | 1.659.268 | - | 1.659.268 |
| Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas | - | 1.659.268 | - | 1.659.268 |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social | - | - | - | - |

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

(a) termos e condições gerais

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações para o conselho de administração e diretoria estatutária.

(b) principais objetivos do plano

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações para o conselho de administração e diretoria estatutária.

(c) forma como o plano contribui para esses objetivos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações para o conselho de administração e diretoria estatutária.

(d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações para o conselho de administração e diretoria estatutária.

(e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações para o conselho de administração e diretoria estatutária.

(f) número máximo de ações abrangidas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações para o conselho de administração e diretoria estatutária.

(g) número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações para o conselho de administração e diretoria estatutária.

(h) condições de aquisição de ações

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações para o conselho de administração e diretoria estatutária.

(i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações para o conselho de administração e diretoria estatutária.

(j) critérios para fixação do prazo de exercício

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações para o conselho de administração e diretoria estatutária.

(k) forma de liquidação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações para o conselho de administração e diretoria estatutária.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

(I) restrições à transferência das ações

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações para o conselho de administração e diretoria estatutária.

(m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações para o conselho de administração e diretoria estatutária.

(n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações para o conselho de administração e diretoria estatutária.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia no período corrente e nos últimos três exercícios sociais.

13.6 - Opções em Aberto

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia no final do último exercício social.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

(a) modelo de precificação

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

(d) forma de determinação da volatilidade esperada

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis detidas por administradores e conselheiros fiscais – por órgão

A tabela abaixo contém a participação consolidada em ações de emissão da Companhia, por membros do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária na data deste Formulário de Referência:

| Órgão | Ações da Companhia | |
|--|---------------------------|----------|
| | Quantidade | % |
| Conselho de Administração⁽¹⁾ | 217.782 | 11,55 |
| Diretoria | 0 | 0 |

⁽¹⁾ Considera a participação indireta detida pelo Sr. Fabiano Jardim Buffe Chamone por meio da ABC Consultoria e Serviços Ltda.

Adicionalmente, o Sr. José Paulo de Freitas Guimarães possui usufruto dos direitos decorrentes de 971.672 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de 51,51% do capital social.

Com exceção das ações acima, os membros do conselho de administração e da diretoria estatutária da Companhia não possuíam quaisquer outras ações ou cotas outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas emitidas pela Companhia, por sociedades controladas ou sob controle comum da Companhia na data deste Formulário de Referência.

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, visto que a Companhia não oferece plano de previdência aos membros do Conselho de Administração e aos diretores estatutários.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

| | Diretoria Estatutária | | | Conselho de Administração | | | Conselho Fiscal | | |
|-----------------------------------|-----------------------|------------|------------|---------------------------|------------|------------|-----------------|------------|------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Nº de membros | 3,00 | 3,00 | 3,70 | | 5,00 | 5,00 | 4,30 | 0,00 | 0,00 |
| Nº de membros remunerados | 3,00 | 3,00 | 3,00 | | 3,00 | 2,00 | 3,00 | 0,00 | 0,00 |
| Valor da maior remuneração(Reais) | 788.049,84 | 788.049,84 | 735.414,00 | | 336.197,40 | 349.650,48 | 405.511,44 | 0,00 | 0,00 |
| Valor da menor remuneração(Reais) | 557.940,80 | 449.400,00 | 554.688,00 | | 336.197,40 | 321.720,00 | 405.511,44 | 0,00 | 0,00 |
| Valor médio da remuneração(Reais) | 672.995,32 | 597.379,28 | 645.051,00 | | 336.197,40 | 335.685,24 | 405.511,44 | 0,00 | 0,00 |

Observação

| | Diretoria Estatutária | Conselho de Administração | Conselho Fiscal |
|------------|---|---------------------------|-----------------|
| 31/12/2020 | Dois diretores foram excluídos do cálculo, pois houve uma saída por falecimento e uma entrada durante o ano. | | |
| 31/12/2018 | Foram excluídos do cálculo um diretor que ingressou no grupo durante o ano e dois que saíram para se tornarem conselheiros. | | |

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não conta com mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Não aplicável, visto que nenhum administrador ou membro do Conselho Fiscal da Companhia é parte relacionada aos controladores.

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não foram reconhecidos valores no resultado da Companhia como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam nos três últimos exercícios sociais.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

A tabela abaixo apresenta a remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia nos três últimos exercícios sociais:

| Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 (em R\$ mil) | | | | |
|--|----------------------------------|------------------|------------------------|--------------|
| | Conselho de Administração | Diretoria | Conselho Fiscal | Total |
| Controladores diretos e indiretos | 0 | 0 | 0 | - |
| Controladas | 1.008.592,20 | 2.831.112,54 | 0 | 3.839.704,74 |
| Sociedades sob controle comum | - | 225.778,98 | 0 | 225.778,98 |

| Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 (em R\$ mil) | | | | |
|--|----------------------------------|------------------|------------------------|--------------|
| | Conselho de Administração | Diretoria | Conselho Fiscal | Total |
| Controladores diretos e indiretos | 0 | 0 | 0 | - |
| Controladas | 671.370,48 | 2.259.116,84 | 0 | 2.930.487,32 |
| Sociedades sob controle comum | - | - | 0 | - |

| Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 (em R\$ mil) | | | | |
|--|----------------------------------|------------------|------------------------|--------------|
| | Conselho de Administração | Diretoria | Conselho Fiscal | Total |
| Controladores diretos e indiretos | 0 | 0 | 0 | - |
| Controladas | 1.456.903,54 | 1.402.452,00 | 0 | 2.859.355,54 |
| Sociedades sob controle comum | - | - | 0 | - |

13.16 - Outras Informações Relevantes

13.16 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 13.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos

(a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A Companhia apresenta abaixo o número consolidado de empregados:

| (Por cargo) | Número de empregados | | | |
|-----------------------------|----------------------|------------|------------|------------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Alagoas | | | | |
| Analista de Vendas | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Gerente Territorial | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Vendedor | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Total | 0 | 3 | 0 | 0 |
| Belém | | | | |
| Executivo de Mídia | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Analista Regional | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Analista Administrativo | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Analista de Vendas | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Consultor de Vendas | 3 | 1 | 0 | 2 |
| Aprendiz Administrativo | 0 | 4 | 2 | 0 |
| Auxiliar Serviços Gerais | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Auxiliar Administrativo | 1 | 1 | 1 | 0 |
| Coordenador de Trade | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Gerente de Vendas | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Gerente Territorial | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Promotor de Vendas | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Promotor de Trade | 3 | 3 | 47 | 28 |
| Supervisor de Trade | 0 | 0 | 4 | 3 |
| Supervisor de Vendas | 4 | 3 | 3 | 4 |
| Supporte a Vendas | 2 | 2 | 1 | 1 |
| Tesoureiro | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Vendedor | 22 | 22 | 23 | 18 |
| Total | 43 | 42 | 88 | 64 |
| Belo Horizonte | | | | |
| Administrador de Sistemas | 1 | 2 | 2 | 2 |
| Analista Adm. Financeiro | 1 | 1 | 1 | 0 |
| Analista Administrativo | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Analista de Dados | 3 | 0 | 0 | 0 |
| Analista de Marketing | 1 | 1 | 1 | 0 |
| Analista de Negócios | 3 | 0 | 0 | 0 |
| Analista de Planejamento | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Analista de Qualidade | 2 | 2 | 0 | 0 |
| Analista de Testes | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Analista de Trade Marketing | 1 | 0 | 0 | 0 |

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

| (Por cargo) | Número de empregados | | | |
|--------------------------------------|----------------------|------------|------------|------------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Analista de Vendas | 1 | 2 | 1 | 0 |
| Analista Regional | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Analista TI Jr. | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Aprendiz Administrativo | 1 | 1 | 1 | 0 |
| Arquiteto de Soluções | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Assistente de Marketing | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Assistente Regional | 3 | 3 | 3 | 3 |
| Aux. Serviços Gerais | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Consultor de Vendas | 7 | 9 | 9 | 8 |
| Coord. de Suporte Tecnológico | 0 | 1 | 1 | 0 |
| Coord. de Tecnológico e Inform. | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Coordenador de Desenvolvimento | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Coordenador de Marketing | 0 | 1 | 1 | 0 |
| Desenvolvedor Mobile | 2 | 2 | 0 | 0 |
| Diretor (a) | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Diretor de Tecnologia | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Engenheiro de Software Master | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Especialista Compras e Contrato | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Especialista de Produtos | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Especialista de Qualidade | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Ger. de Suporte Tecnológico | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Gerente Adm. de Sistemas | 0 | 1 | 2 | 2 |
| Gerente de Adm. Financeiro | 0 | 1 | 1 | 1 |
| Gerente de Aquirencia | 1 | 1 | 1 | 0 |
| Gerente de Desenvolvimento | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Gerente de Infraestrutura | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Gerente de Integração | 0 | 0 | 0 | 2 |
| Gerente de Marketing | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Gerente de Produtos Sênior | 1 | 1 | 1 | 0 |
| Gerente de Projetos PMO | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Gerente de Vendas | 0 | 2 | 2 | 0 |
| Gerente Regional | 0 | 1 | 1 | 1 |
| Gerente Sup Planejamento Tecnologico | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Gerente Territorial | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Líder Técnico de infraestrutura | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Product Owner | 0 | 2 | 0 | 0 |
| Programador | 18 | 15 | 16 | 10 |
| Programador Mast. | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Superintendente Comercial | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Supervisor de Compras e Contratos | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Supervisor Planej. Tecnológico | 0 | 1 | 1 | 1 |

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

| (Por cargo) | Número de empregados | | | |
|--------------------------------|----------------------|------------|------------|------------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Supervisor de Aquirencia | 0 | 1 | 1 | 0 |
| Supervisor de Operacoes | 0 | 1 | 1 | 0 |
| Supervisor de Projetos | 4 | 0 | 0 | 0 |
| Supervisor de Vendas | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Suporte Tecnológico | 5 | 5 | 5 | 4 |
| Vendedor | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Total | 77 | 69 | 62 | 46 |
| Criciúma | | | | |
| Analista Administrativo | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Gerente de Vendas | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Supervisor de Vendas | 2 | 2 | 2 | 0 |
| Tesoureiro | 1 | 1 | 1 | 0 |
| Vendedor | 13 | 13 | 8 | 0 |
| Total | 18 | 18 | 11 | 0 |
| Curitiba | | | | |
| Anal. de Compras e Contratos | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Anal.de Informações Gerenciais | 1 | 1 | 1 | 0 |
| Analista Administrativo | 2 | 1 | 2 | 0 |
| Analista de Vendas | 1 | 1 | 1 | 0 |
| Analista Regional | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Aprendiz Administrativo | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Assistente de Expedição | 1 | 1 | 1 | 0 |
| Assistente de Vendas | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Aux. Serviços Gerais | 1 | 1 | 1 | 0 |
| Consultor Gente Gestão | 1 | 0 | 1 | 0 |
| Consultor Líder de Vendas | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Executivo de Mídia | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Gerente de Trade | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Gerente de Vendas | 1 | 1 | 1 | 0 |
| Gerente Territorial | 2 | 1 | 1 | 0 |
| Promotor de Trade | 0 | 1 | 25 | 0 |
| Supervisor de Trade | 0 | 0 | 5 | 0 |
| Supervisor de Vendas | 5 | 5 | 5 | 0 |
| Suporte a Vendas | 2 | 2 | 2 | 0 |
| Tesoureiro | 1 | 1 | 1 | 0 |
| Vendedor | 34 | 39 | 36 | 0 |
| Vendedor Interno | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Total | 59 | 58 | 84 | 0 |
| Divinópolis | | | | |

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

| (Por cargo) | Número de empregados | | | |
|------------------------------------|----------------------|------------|------------|------------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Gerente de Negócios | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Analista Administrativo | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Analista de Vendas | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Aprendiz Administrativo | 0 | 0 | 0 | 3 |
| Aprendiz Assistente Administrativo | 0 | 0 | 3 | 0 |
| Assistente de Vendas | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Aux. Serviços Gerais | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Consultor Líder de Vendas | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Gerente de Vendas | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Gerente Territorial | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Promotor de Trade | 1 | 1 | 16 | 16 |
| Superintendente Comercial | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Supervisor de Trade | 0 | 0 | 1 | 2 |
| Supervisor de Vendas | 2 | 2 | 2 | 2 |
| Tesoureiro | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Vendedor | 15 | 15 | 17 | 17 |
| Total | 27 | 26 | 46 | 47 |
| Fortaleza | | | | |
| Executivo de Mídia | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Analista Regional | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Aprendiz Administrativo | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Consultor de Vendas | 2 | 0 | 0 | 3 |
| Analista Administrativo | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Analista de Planejamento | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Analista de Vendas | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Consultor Líder de Vendas | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Gerente de Vendas | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Gerente Territorial | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Superintendente Comercial | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Supervisor de Vendas | 4 | 4 | 0 | 0 |
| Tesoureiro | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Vendedor | 37 | 36 | 0 | 0 |
| Total | 54 | 48 | 0 | 6 |
| Foz do Iguaçu | | | | |
| Analista Administrativo | 1 | 1 | 1 | 0 |
| Analista de Vendas | 1 | 1 | 1 | 0 |
| Assistente de Expedição | 1 | 1 | 1 | 0 |
| Assistente de Vendas | 1 | 1 | 1 | 0 |
| Aux. Serviços Gerais | 1 | 1 | 1 | 0 |

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

| (Por cargo) | Número de empregados | | | |
|---------------------------|----------------------|------------|------------|------------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Consultor Líder de Vendas | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Gerente de Trade | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Gerente de Vendas | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Gerente Territorial | 1 | 1 | 1 | 0 |
| Promotor de Trade | 0 | 4 | 19 | 0 |
| Supervisor de Trade | 0 | 0 | 2 | 0 |
| Supervisor de Vendas | 2 | 2 | 2 | 0 |
| Tesoureiro | 1 | 1 | 1 | 0 |
| Vendedor | 13 | 14 | 16 | 0 |
| Total | 24 | 29 | 47 | 0 |
| Imperatriz | | | | |
| Analista Administrativo | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Analista de Vendas | 2 | 2 | 1 | 1 |
| Aprendiz Administrativo | 0 | 1 | 2 | 2 |
| Aux. Serviços Gerais | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Auxiliar de Vendas | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Auxiliar Regional | 2 | 1 | 1 | 0 |
| Consultor de Vendas | 1 | 1 | 1 | 0 |
| Consultor Líder de Vendas | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Gerente de Trade | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Gerente de Vendas | 2 | 2 | 2 | 2 |
| Gerente Territorial | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Promotor de Trade | 1 | 1 | 34 | 38 |
| Supervisor de Trade | 1 | 1 | 5 | 5 |
| Supervisor de Vendas | 4 | 4 | 4 | 4 |
| Supporte a Vendas | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Supporte Móvel | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Tesoureiro | 1 | 1 | 2 | 1 |
| Vendedor | 21 | 23 | 27 | 29 |
| Superintendente Comercial | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Total | 41 | 43 | 84 | 87 |
| Itabuna | | | | |
| Analista Administrativo | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Analista de Vendas | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Aprendiz Administrativo | 2 | 2 | 2 | 2 |
| Assistente Administrativo | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Assistente de Expedição | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Auxiliar Administrativo | 2 | 2 | 2 | 2 |
| Consultor Líder de Vendas | 1 | 2 | 0 | 0 |

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

| (Por cargo) | Número de empregados | | | |
|---------------------------|----------------------|------------|------------|------------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Estagiário | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Gerente de Trade | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Gerente de Vendas | 1 | 1 | 1 | 2 |
| Gerente Territorial | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Promotor de Trade | 0 | 0 | 10 | 3 |
| Supervisor de Trade | 0 | 0 | 2 | 3 |
| Supervisor de Vendas | 3 | 3 | 3 | 3 |
| Supporte a Vendas | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Supporte Móvel | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Tesoureiro | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Vendedor | 19 | 19 | 21 | 23 |
| Total | 36 | 37 | 50 | 48 |
| João Pessoa | | | | |
| Analista Administrativo | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Analista de Vendas | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Consultor Líder de Vendas | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Gerente de Vendas | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Gerente Territorial | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Supervisor de Vendas | 4 | 4 | 0 | 0 |
| Supporte a Vendas | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Tesoureiro | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Vendedor | 29 | 28 | 0 | 0 |
| Total | 40 | 38 | 0 | 0 |
| Juazeiro | | | | |
| Analista Administrativo | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Analista de Vendas | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Consultor Líder de Vendas | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Gerente de Vendas | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Gerente Territorial | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Supervisor de Vendas | 4 | 4 | 0 | 0 |
| Tesoureiro | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Vendedor | 32 | 30 | 0 | 0 |
| Total | 42 | 40 | 0 | 0 |
| Londrina | | | | |
| Analista Administrativo | 0 | 1 | 1 | 0 |
| Analista de Vendas | 1 | 1 | 1 | 0 |
| Assistente Administrativo | 2 | 2 | 2 | 0 |
| Aux. Serviços Gerais | 1 | 2 | 2 | 0 |
| Consultor Líder de Vendas | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Coordenador de Trade | 0 | 0 | 1 | 0 |

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

| (Por cargo) | Número de empregados | | | |
|---------------------------|----------------------|------------|------------|------------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Gerente de Vendas | 1 | 2 | 2 | 0 |
| Gerente Territorial | 1 | 2 | 1 | 0 |
| Promotor de Trade | 0 | 2 | 29 | 0 |
| Superintendente Comercial | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Supervisor de Trade | 0 | 0 | 3 | 0 |
| Supervisor de Vendas | 3 | 6 | 6 | 0 |
| Supporte a Vendas | 1 | 4 | 4 | 0 |
| Tesoureiro | 1 | 2 | 2 | 0 |
| Vendedor | 23 | 22 | 45 | 0 |
| Total | 36 | 65 | 100 | 1 |
| Manaus | | | | |
| Analista Regional | 2 | 1 | 0 | 0 |
| Auxiliar Regional | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Aprendiz Administrativo | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Assistente Regional | 0 | 2 | 0 | 0 |
| Consultor de Vendas | 2 | 3 | 0 | 2 |
| Promotor de Vendas | 2 | 3 | 0 | 2 |
| Analista Administrativo | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Analista de Vendas | 1 | 1 | 1 | 0 |
| Aux. Serviços Gerais | 1 | 1 | 1 | 0 |
| Auxiliar Administrativo | 0 | 0 | 2 | 3 |
| Auxiliar de Vendas | 1 | 1 | 1 | 0 |
| Consultor Líder de Vendas | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Gerente de Trade | 0 | 1 | 1 | 0 |
| Gerente de Vendas | 0 | 2 | 1 | 0 |
| Gerente Territorial | 1 | 1 | 1 | 0 |
| Promotor de Vendas | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Supervisor de Trade | 0 | 0 | 3 | 0 |
| Supervisor de Vendas | 4 | 4 | 4 | 4 |
| Supporte a Vendas | 2 | 3 | 2 | 2 |
| Tesoureiro | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Vendedor | 18 | 19 | 20 | 22 |
| Total | 36 | 51 | 38 | 35 |
| Maringá | | | | |
| Analista Administrativo | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Analista de Vendas | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Auxiliar Serviços Gerais | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Consultor Líder de Vendas | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Gerente de Vendas | 1 | 0 | 1 | 0 |
| Gerente Territorial | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Supervisor de Vendas | 3 | 0 | 0 | 0 |

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

| (Por cargo) | Número de empregados | | | |
|---------------------------------|----------------------|------------|------------|------------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Suporte a Vendas | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Tesoureiro | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Vendedor | 18 | 0 | 0 | 0 |
| Total | 30 | 0 | 1 | 0 |
| Natal | | | | |
| Analista Administrativo | 1 | 1 | | |
| Analista de Vendas | 1 | 1 | | |
| Aprendiz Administrativo | 2 | 0 | 0 | |
| Consultor Líder de Vendas | 1 | 1 | | |
| Gerente de Vendas | 1 | 0 | 0 | |
| Gerente Territorial | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Supervisor de Vendas | 3 | 3 | 0 | 0 |
| Supporte a Vendas | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Tesoureiro | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Vendedor | 23 | 21 | 0 | 0 |
| Total | 35 | 30 | 0 | 0 |
| Picos | | | | |
| Analista Administrativos | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Gerente de Vendas | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Gerente Territorial | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Supervisor de Vendas | 2 | 2 | 0 | 0 |
| Tesoureiro | 1 | 2 | 0 | 0 |
| Vendedor | 15 | 13 | 0 | 0 |
| Total | 20 | 19 | 0 | 0 |
| Porto Alegre | | | | |
| Superintendente Comercial | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Gerente Territorial | 0 | 1 | 1 | 1 |
| Analista Administrativo | 0 | 0 | 0 | 2 |
| Analista Regional | 1 | 2 | 2 | 2 |
| Aprendiz Administrativo | 1 | 0 | 1 | 1 |
| Auxiliar de Vendas | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Auxiliar Regional | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Gerente Regional | 0 | 1 | 1 | 1 |
| Supervisor de Vendas | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Vendedor | 3 | 6 | 8 | 12 |
| Vendedor Interno | 1 | 3 | 1 | 0 |
| Total | 7 | 13 | 15 | 21 |
| Recife | | | | |
| Analista de Compras e Contratos | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Gerente de Adm. Financeiro | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Executivo de Mídia | 1 | 0 | 0 | 0 |

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

| (Por cargo) | Número de empregados | | | |
|--------------------------------|----------------------|------------|------------|------------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Gerente Territorial | 0 | 1 | 1 | 1 |
| Superintendente Comercial | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Analista de Vendas | 1 | 1 | 2 | 1 |
| Analista Regional | 1 | 5 | 2 | 1 |
| Aprendiz Administrativo | 0 | 1 | 1 | 0 |
| Auxiliar Regional | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Consultor de Vendas | 4 | 10 | 11 | 4 |
| Gerente de Vendas | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Gerente Regional | 0 | 1 | 1 | 0 |
| Supervisor de Vendas | 0 | 2 | 1 | 0 |
| Supporte a Vendas | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Total | 10 | 22 | 22 | 10 |
| Ribeirão Preto | | | | |
| Analista Regional | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Assistente Administrativo | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Consultor de Vendas | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Gerente de Vendas | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Total | 5 | 0 | 0 | 0 |
| Rio de Janeiro | | | | |
| Advogado | 2 | 2 | 2 | 2 |
| Anal. de Compras e Contratos | 3 | 3 | 3 | 5 |
| Anal. Processos Comerciais | 0 | 1 | 1 | 1 |
| Anal.de Informações Gerenciais | 1 | 1 | 1 | 0 |
| Analista Adm. Financeiro | 3 | 3 | 3 | 2 |
| Analista Administrativo | 2 | 2 | 0 | 0 |
| Analista Contábil | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Analista Contas a Pagar | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Analista de Crédito e Cobrança | 6 | 6 | 6 | 4 |
| Analista de Integração | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Analista de Logística | 3 | 2 | 3 | 3 |
| Analista de Marketing | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Analista de Negócios | 0 | 1 | 1 | 1 |
| Analista de Operações Comercia | 2 | 1 | 0 | 0 |
| Analista de Planejamento | 8 | 7 | 4 | 2 |
| Analista de Processo de Vendas | 1 | 1 | 1 | 0 |
| Analista de Vendas | 2 | 2 | 1 | 0 |
| Analista Dept Pessoal | 3 | 3 | 3 | 3 |
| Analista Fiscal | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Analista Gente e Gestão | 2 | 2 | 1 | 2 |
| Analista Regional | 1 | 0 | 1 | 1 |
| Analista TI Jr. | 0 | 2 | 2 | 2 |

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

| (Por cargo) | Número de empregados | | | |
|---------------------------------|----------------------|------------|------------|------------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Aprendiz Administrativo | 1 | 0 | 4 | 5 |
| Assist. Crédito e Cobrança | 1 | 1 | 1 | 2 |
| Assistente Administrativo | 1 | 1 | 1 | 0 |
| Assistente Administrativo | 1 | 1 | 2 | 1 |
| Assistente Contas a Pagar | 1 | 1 | 1 | 4 |
| Assistente de Logística | 3 | 3 | 1 | 0 |
| Assistente de Treinamento | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Assistente Dept Pessoal | 3 | 3 | 3 | 2 |
| Assistente Fiscal | 1 | 1 | 1 | 0 |
| Assistente Planejamento | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Assistente Regional | 1 | 0 | 2 | 3 |
| Atend. de Telemarketing Ativo | 0 | 0 | 2 | 4 |
| Atendente de Help Desk | 2 | 1 | 2 | 2 |
| Atendente de Telemarketing | 29 | 31 | 21 | 19 |
| Aux. Serviços Gerais | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Auxiliar Contas a Pagar | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Auxiliar de Contabilidade | 2 | 2 | 2 | 3 |
| Auxiliar de Gente e Gestão | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Auxiliar de Logística | 1 | 1 | 2 | 2 |
| Auxiliar Dept Pessoal | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Auxiliar Jurídico | 0 | 1 | 1 | 0 |
| Consultor de Vendas | 3 | 0 | 2 | 2 |
| Consultor Gente Gestão | 1 | 2 | 1 | 0 |
| Coord. de Tecnologia. e Inform. | 0 | 1 | 1 | 1 |
| Coord. Processos de Vendas | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Coord.de Planej. Comercial | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Coordenador Crédito e Cobrança | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Coordenador de Atendimento | 0 | 1 | 1 | 1 |
| Coordenador de Contabilidade | 2 | 2 | 2 | 2 |
| Coordenador de Logística | 1 | 1 | 1 | 0 |
| Coordenador de Planejamento | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Diretor (a) | 3 | 2 | 2 | 2 |
| Diretor de Marketing | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Estagiário | 2 | 1 | 0 | 2 |
| Gerente de Adm. de Pessoal | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Gerente de Adm. Financeiro | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Gerente de Apoio a Vendas | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Gerente de Atendimento | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Gerente de Compras e Contrato | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Gerente de Contabilidade | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Gerente de Integração | 0 | 0 | 0 | 1 |

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

| (Por cargo) | Número de empregados | | | |
|--------------------------------|----------------------|------------|------------|------------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Gerente de Marketing | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Gerente de Planejamento | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Gerente de Vendas | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Gerente Gente e Gestão | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Gerente Jurídico | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Gerente Planej. Estratégico | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Gerente Processos Comerciais | 0 | | | 1 |
| Gerente Regional | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Gerente Territorial | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Monitor Call Center | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Promotor de Trade | 0 | 0 | 1 | 5 |
| Promotor de Vendas | 7 | 0 | 7 | 7 |
| Secretaria Executiva | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Socio - Diretor (a) | 2 | 1 | 2 | 2 |
| Superintendente Comercial | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Superintendente Financeiro | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Superv. de Compras e Contratos | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Supervisor de Atendimento | 2 | 2 | 2 | 2 |
| Supervisor de Qualidade | 0 | 1 | 1 | 0 |
| Supervisor de Vendas | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Supporte a Vendas | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Técnico de TI | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Vendedor | 1 | | 1 | 0 |
| Total | 133 | 121 | 126 | 132 |
| Salvador | | | | |
| Analista Administrativo | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Analista de Aquisição | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Analista de Vendas | 4 | 2 | 3 | 3 |
| Analista Gente e Gestão | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Analista Regional | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Aprendiz Administrativo | 4 | 5 | 5 | 3 |
| Assistente Administrativo | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Assistente de Vendas | 3 | 2 | 2 | 4 |
| Aux. Serviços Gerais | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Auxiliar Administrativo | 2 | 2 | 1 | 1 |
| Auxiliar Regional | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Consultor de Vendas | 6 | 6 | 5 | 5 |
| Consultor Gente Gestão | 1 | 1 | 1 | 0 |
| Consultor Líder de Vendas | 1 | 1 | 2 | 2 |
| Diretor (a) | 0 | 1 | 1 | 1 |
| Diretor de Operações | 1 | 0 | 0 | 0 |

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

| (Por cargo) | Número de empregados | | | |
|-------------------------------|----------------------|------------|------------|------------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Executivo de Mídia | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Gerente Comercial Aquirencia | 0 | 1 | 1 | 1 |
| Gerente Comercial | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Gerente de Corban | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Gerente de Negócios | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Gerente de Trade | 0 | 1 | 1 | 1 |
| Gerente de Vendas | 0 | 1 | 2 | 1 |
| Gerente Regional | 0 | 1 | 1 | 1 |
| Gerente Territorial | 2 | 1 | 1 | 1 |
| Promotor de Trade | 2 | 3 | 33 | 36 |
| Promotor de Vendas | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Promotor Vendas Especializado | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Socio - Diretor (a) | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Superintendente | 1 | 1 | 1 | 0 |
| Superintendente Comercial | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Supervisor de Trade | 2 | 0 | 9 | 5 |
| Supervisor de Vendas | 5 | 5 | 5 | 6 |
| Supoorte a Vendas | 2 | 2 | 2 | 2 |
| Supoorte Móvel | 1 | 1 | 1 | 3 |
| Tesoureiro | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Vendedor | 22 | 23 | 24 | 25 |
| Total | 73 | 72 | 109 | 110 |
| Santarém | | | | |
| Analista Administrativo | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Analista de Vendas | 1 | 1 | 1 | 0 |
| Aprendiz Administrativo | 0 | 2 | 2 | 0 |
| Aux. Serviços Gerais | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Consultor Líder de Vendas | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Gerente Territorial | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Promotor de Trade | 0 | 1 | 13 | 8 |
| Promotor de Vendas | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Supervisor de Trade | 0 | 0 | 2 | 1 |
| Supervisor de Vendas | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Tesoureiro | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Vendedor | 10 | 10 | 9 | 0 |
| Total | 17 | 20 | 33 | 24 |
| Santos | | | | |
| Analista de Gente e Gestão | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Analista Administrativo | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Analista de Vendas | 2 | 1 | 1 | 1 |
| Assistente Administrativo | 1 | 1 | 1 | 1 |

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

| (Por cargo) | Número de empregados | | | |
|---------------------------|----------------------|------------|------------|------------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Consultor Líder de Vendas | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Gerente de Trade | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Gerente Territorial | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Supervisor de Trade | 1 | 1 | 3 | 3 |
| Supervisor de Vendas | 2 | 2 | 2 | 1 |
| Supporte a Vendas | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Tesoureiro | 1 | 1 | 1 | 0 |
| Vendedor | 22 | 22 | 22 | 19 |
| Total | 33 | 32 | 34 | 30 |
| São Caetano do Sul | | | | |
| Promotor de Trade | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Vendedor | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Total | 1 | 2 | 1 | 1 |
| São José | | | | |
| Consultor de Vendas | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Aprendiz Administrativo | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Auxiliar Administrativo | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Analista Administrativo | 1 | 1 | 2 | 1 |
| Analista de Vendas | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Consultor Líder de Vendas | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Coordenador de Trade | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Gerente de Vendas | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Gerente Territorial | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Promotor de Trade | 0 | 0 | 15 | 3 |
| Supervisor de Trade | 0 | 0 | 2 | 0 |
| Supervisor de Vendas | 1 | 2 | 2 | 2 |
| Supporte a Vendas | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Supporte Móvel | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Tesoureiro | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Vendedor | 10 | 12 | 20 | 15 |
| Total | 18 | 21 | 51 | 28 |
| São Luis | | | | |
| Consultor Gente Gestão | 1 | 1 | 1 | 0 |
| Analista Administrativo | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Analista de Vendas | 2 | 2 | 2 | 2 |
| Aprendiz Administrativo | 2 | 1 | 2 | 2 |
| Auxiliar Serviços Gerais | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Auxiliar Administrativo | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Auxiliar de Tesouraria | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Auxiliar Regional | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Consultor Líder de Vendas | 1 | 1 | 0 | 0 |

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

| (Por cargo) | Número de empregados | | | |
|----------------------------------|----------------------|------------|------------|------------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Coordenador de Trade | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Gerente de Trade | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Gerente de Vendas | | 1 | 2 | 2 |
| Gerente Territorial | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Promotor de Trade | 3 | 5 | 54 | 63 |
| Promotor de Vendas | 0 | 0 | 2 | 4 |
| Superintendente Comercial | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Supervisor de Trade | 0 | 0 | 7 | 7 |
| Supervisor de Vendas | 5 | 6 | 6 | 6 |
| Supporte a Vendas | 4 | 4 | 4 | 4 |
| Tesoureiro | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Vendedor | 45 | 44 | 47 | 43 |
| Total | 72 | 74 | 47 | 43 |
| São Paulo | | | | |
| Analista Contas a Pagar | 1 | 1 | 1 | 0 |
| Especialista Compras e Contratos | 1 | 1 | 1 | 0 |
| Coordenador de Aquirencia | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Executivo de Mídia | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Gerente Comercial | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Analista de Vendas | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Analista Regional | 0 | 1 | 1 | 1 |
| Aprendiz Administrativo | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Assistente Administrativo | 1 | 2 | 3 | 2 |
| Consultor de Vendas | 9 | 11 | 12 | 16 |
| Gerente de Vendas | 0 | 1 | 1 | 2 |
| Gerente Regional | 0 | 1 | 1 | 0 |
| Gerente Territorial | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Superintendente Comercial | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Supporte a Vendas | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Supervisor de Vendas | 1 | 1 | 1 | 2 |
| Tesoureiro | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Vendedor | 2 | 2 | 1 | 2 |
| Total | 21 | 24 | 24 | 29 |
| Sergipe | | | | |
| Analista Adm. Financeiro | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Analista Administrativo | 2 | 2 | 2 | 2 |
| Analista de Vendas | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Aprendiz Administrativo | 2 | 4 | 4 | 1 |
| Aux. Serviços Gerais | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Consultor Líder de Vendas | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Coordenador de Trade | 1 | 1 | 1 | 0 |

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

| (Por cargo) | Número de empregados | | | |
|----------------------------------|----------------------|--------------|--------------|------------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Gerente de Vendas | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Gerente Territorial | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Promotor de Trade | 1 | 1 | 10 | 8 |
| Supervisor de Trade | 0 | 0 | 3 | 4 |
| Supervisor de Vendas | 3 | 3 | 3 | 4 |
| Supporte a Vendas | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Supporte Móvel | 1 | 1 | 1 | 0 |
| Tesoureiro | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Vendedor | 24 | 23 | 25 | 26 |
| Total | 40 | 42 | 54 | 51 |
| Sorocaba | | | | |
| Especialista Compras e Contratos | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Analista Administrativo | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Analista de Vendas | 1 | 1 | 2 | 1 |
| Auxiliar Administrativo | 2 | 2 | 3 | 2 |
| Consultor Líder de Vendas | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Gerente de Trade | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Gerente de Vendas | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Gerente Territorial | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Supervisor de Trade | 0 | 0 | 3 | 3 |
| Supervisor de Vendas | 2 | 2 | 2 | 2 |
| Supporte a Vendas | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Tesoureiros | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Vendedor | 18 | 19 | 19 | 19 |
| Total | 27 | 29 | 35 | 33 |
| Teresina | | | | |
| Analista Administrativo | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Analista Administrativo | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Gerente de Vendas | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Gerente Territorial | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Supervisor de Vendas | 3 | 2 | 0 | 0 |
| Tesoureiro | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Vendedor | 16 | 16 | 0 | 0 |
| Total | 24 | 21 | 0 | 0 |
| Vitória | | | | |
| Assistente Regional | 1 | 0 | 1 | 1 |
| Consultor de Vendas | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Total | 1 | 1 | 2 | 2 |
| TOTAL | 1.100 | 1.110 | 1.164 | 848 |

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A Companhia apresenta abaixo o número consolidado de terceirizados:

| Número de terceirizados | | | | |
|---|------------|------------|------------|------------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Aracaju/SE | | | | |
| Serviços de Promotoria | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Total | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Belém/PA | | | | |
| Serviços de Promotoria | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Consultoria e Assessoria Fiscal | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Total | 1 | 1 | 2 | 2 |
| Belo Horizonte/MG | | | | |
| Manutenção de Máquinas e Equipamentos (POS) | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Consultoria e Assessoria Fiscal | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Total | 2 | 2 | 2 | 2 |
| Cuiabá/MT | | | | |
| Consultoria e Assessoria Fiscal | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Total | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Curitiba/PR | | | | |
| Serviços de Promotoria | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Consultoria e Assessoria Fiscal | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Total | 1 | 1 | 2 | 1 |
| Florianópolis/SC | | | | |
| Serviços de Promotoria | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Total | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Foz do Iguaçu/PR | | | | |
| Serviços de Promotoria | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Total | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Londrina/PR | | | | |
| Serviços de Promotoria | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Total | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Manaus/AM | | | | |
| Serviços de Promotoria | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Consultoria e Assessoria Fiscal | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Total | 1 | 1 | 2 | 1 |
| Maringá/PR | | | | |
| Serviços de Promotoria | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Total | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Nova Lima/MG | | | | |
| Consultoria e Assessoria Jurídica | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Total | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Rio de Janeiro/RJ | | | | |
| Consultoria e Assessoria Fiscal | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Total | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Salvador/BA | | | | |
| Serviços de Promotoria | 2 | 2 | 3 | 3 |

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

| Número de terceirizados | | | | |
|--|------------|------------|------------|------------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Consultoria e Assessoria Fiscal | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Total | 3 | 3 | 4 | 4 |
| Santarém/PA | | | | |
| Serviços de Promotoria | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Total | 0 | 0 | 1 | 0 |
| São Luis/MA | | | | |
| Serviços de Promotoria | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Consultoria e Assessoria Fiscal | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Total | 1 | 1 | 2 | 2 |
| São Paulo/SP | | | | |
| Manutenção de Máquina e Equipamentos (POS) | 2 | 2 | 2 | 2 |
| Consultoria e Assessoria Jurídica | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Consultoria e Assessoria Fiscal | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Serviços de Promotoria | 0 | 0 | 2 | 2 |
| Total | 4 | 4 | 6 | 6 |
| Vitória/ES | | | | |
| Consultoria e Assessoria Fiscal | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Total | 1 | 1 | 1 | 1 |
| TOTAL | 17 | 17 | 30 | 23 |

(c) Índice de rotatividade

A Companhia apresenta abaixo o índice de rotatividade:

| 30/06/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|------------|------------|------------|------------|
| 12,38% | 16,64% | 25,8% | 25,5% |

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

14.2 - Alterações relevantes – Recursos humanos

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 deste Formulário de Referência.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

(a) política de salários e remuneração variável

Práticas de remuneração

Toda admissão, movimentação, transferência, mérito e promoção devem estar planejadas no orçamento do pacote de gente da área correspondente. A área de gente e gestão é a responsável por analisar e validar toda admissão, movimentação, transferência, mérito e promoção, de acordo com o estipulado no orçamento do pacote de gente. Em caso de não conformidade de aderência ao orçamento, deverá ser solicitada exceção e aprovação ao presidente.

A faixa salarial pode ser definida pelo piso da categoria do sindicato, pesquisa pontual no mercado de cargos semelhantes ou pela equidade interna.

A empresa segue todas as cláusulas dos acordos ou convenções coletivas que está inserida. Por liberalidade da empresa em caso de atraso no fechamento de acordo coletivo ou convenção coletiva, pode-se antecipar o reajuste de acordo ou convenção coletiva. Em caso de não assinatura do acordo ou convenção coletiva na data-base a empresa provisiona os reajustes contabilmente.

A empresa realiza o pagamento do adiantamento salarial quinzenalmente, no valor de 40% do salário sem descontos. O pagamento da diferença de 60% do salário é realizado no fim do período mensal, com os devidos descontos. Os funcionários que recebem comissão, recebem no dia 15, a comissão sem DSR e não 40% do salário. Só recebe 40% se o valor da comissão for inferior aos 40%.

Tipos de Movimentação de pessoal:

Promoção é quando ocorre alteração no perfil funcional, com alteração salarial;

A promoção é realizada mediante participação em processo seletivo interno ou indicação do gestor imediato da área.

Transferência quando ocorre a mudança de área, implica a alteração de subordinação hierárquica e/ou no perfil funcional podendo haver ou não alteração salarial; O colaborador poderá fazer jus ao recebimento do adicional de transferência de 25% do salário base, quando houver transferência de estado. O colaborador poderá fazer jus ao recebimento de ajuda de custo de 30% do valor salário base, quando houver transferência de estado.

A meritocracia é um princípio adotado pela Companhia para reconhecer e recompensar a contribuição diferenciada dos colaboradores, bem como do seu alinhamento com os valores da Companhia.

O percentual que será usado para aplicação de Mérito é sugerido pelo gestor imediato, analisado pela Gerência de Gente e Gestão e validado pelo CEO da RV Digital.

A empresa possui Programa de Participação nos Lucros (PLR), em acordo com o sindicato da categoria.

Os cargos Vendedor, Supervisor de Vendas, Consultor Líder de Vendas, Promotor de Vendas e Vendedor Interno são elegíveis ao recebimento de comissão sobre vendas. As regras de comissionamento são informadas aos envolvidos através dos seus gestores imediatos. A apuração das comissões de vendas é realizada pelo planejamento comercial e o pagamento ocorre via folha de pagamento.

(b) política de benefícios

O plano de saúde é contributivo com coparticipação, extensivo a dependentes. São considerados dependentes: filhos, conjugues ou companheiros com escritura pública de união estável. O colaborador poderá escolher entre a operadora Amil ou CNU. Existem 3 tipos de classificação dos planos, para diretores, para gestores e não gestores. A participação da empresa em todos os tipos de plano é de 65% do valor do plano e o colaborador contribui com 35% do valor do plano do titular.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

No caso dos dependentes, a empresa participa com 40% do valor do plano e o colaborador participa com 60% do valor do plano.

A empresa oferece o auxílio alimentação na forma de vale alimentação ou vale refeição com desconto de 6% do valor indicado na convenção coletiva.

O seguro de vida é 100% custeado pela empresa e extensível aos filhos maiores de 14 anos, conjugues ou companheiros com escritura pública de união estável. Para filhos menores de 14 anos, existe um reembolso de despesas decorrentes de funeral mediante comprovação feita por nota fiscal.

O valor da assistência odontológica é 100% custeado pelo colaborador.

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores

(i) grupos de beneficiários

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração atualmente em vigor.

(ii) condições para o exercício

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração atualmente em vigor.

(iii) preços de exercício

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração atualmente em vigor.

(iv) prazos de exercício

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração atualmente em vigor.

(v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração atualmente em vigor.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Aderente ao nosso valor de ética e integridade que norteiam todas as nossas ações e atividades, nas relações com todos os nossos stakeholders, mantemos uma relação cordial e transparente com todos os sindicatos, os quais temos contato, e entendemos o valor da sua contribuição na representação das relações entre empregadores e empregados. Esta representação se faz presente, não somente na livre associação, como também, nas negociações coletivas, e na busca das melhores condições para a perenidade do nosso negócio.

Em nossas negociações buscamos encontrar soluções que tenham como objetivo, uma relação ganha-ganha para todos os envolvidos, seguindo a legislação trabalhista e os demais princípios previstos pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, onde garantimos a liberdade sindical, a proteção do direito de sindicalização e de negociação coletiva. Como um efeito da nossa forma de atuação com as entidades sindicais, não tivemos nenhum evento de greve ou paralisação em nossas operações.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

14.5 - Outras informações relevantes

Iniciamos um projeto de revisão e redesenho da arquitetura organizacional e desenvolvimento de uma plataforma de cargos e remuneração.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| Acionista | CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração |
|---|---|--------------------------------------|-----------------------------------|---------------------------------|------------------|
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo pessoa | CPF/CNPJ | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % |
| Detalhamento por classes de ações (Unidades) | | | | | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| ABC CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA. | | | | | |
| - 02.909.060/0001-57 | Brasileiro | Sim | Não | 01/12/2017 | |
| - Não | | | | | |
| | | 259.461 | 0 | 259.461 | 13,750% |
| Fábio Marques de Azevedo | | | | | |
| - 128.534.616-53 | Brasileiro | Sim | Não | 18/03/2021 | |
| - Não | | | | | |
| | | 106.164 | 0 | 106.164 | 5,630% |
| Olivio Henrique Álvares Rosa | | | | | |
| - 533.857.566-34 | Brasileiro | Sim | Não | 01/12/2017 | |
| - Não | | | | | |
| | | 95.548 | 0 | 95.548 | 5,070% |
| José Paulo de Freitas Guimarães Júnior | | | | | |
| - 875.053.045-34 | Brasileiro | Sim | Sim | 29/12/2020 | |
| - Não | | | | | |
| | | 323.956 | 0 | 323.956 | 17,170% |
| Raquel Macedo de Freitas Guimarães | | | | | |
| - 496.883.165-04 | Brasileiro | Sim | Sim | 29/12/2020 | |
| - Não | | | | | |
| | | 323.858 | 0 | 323.858 | 17,170% |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
|------------------------------------|--------------------|---|-----------------------------------|----------------------------------|------------------|---------------------------|
| ACIONISTA | CPF/CNPJ | Nacionalidade-JF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | |
| Acionista Residente no Exterior | | Nome do Representante Legal ou Mandatório | | | | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | | |
| Qtdde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtdde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtdde. total de ações (Unidades) | Total ações % | |
| CONTROLOADORA / INVESTIDORA | | | | | | Composição capital social |
| ABC CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA. | | | | | | 02.909.060/0001-57 |
| OUTROS | | | | | | |
| | 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 | 0,00 |
| TOTAL | 3.890 | 100.000 | 0 | 0,000 | 3.890 | 100,000 |
| 641 | | | | | | |

15.3 - Distribuição de Capital

| | |
|--|------------|
| Data da última assembleia / Data da última alteração | 26/08/2021 |
| Quantidade acionistas pessoa física (Unidades) | 17 |
| Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades) | 1 |
| Quantidade investidores institucionais (Unidades) | 0 |

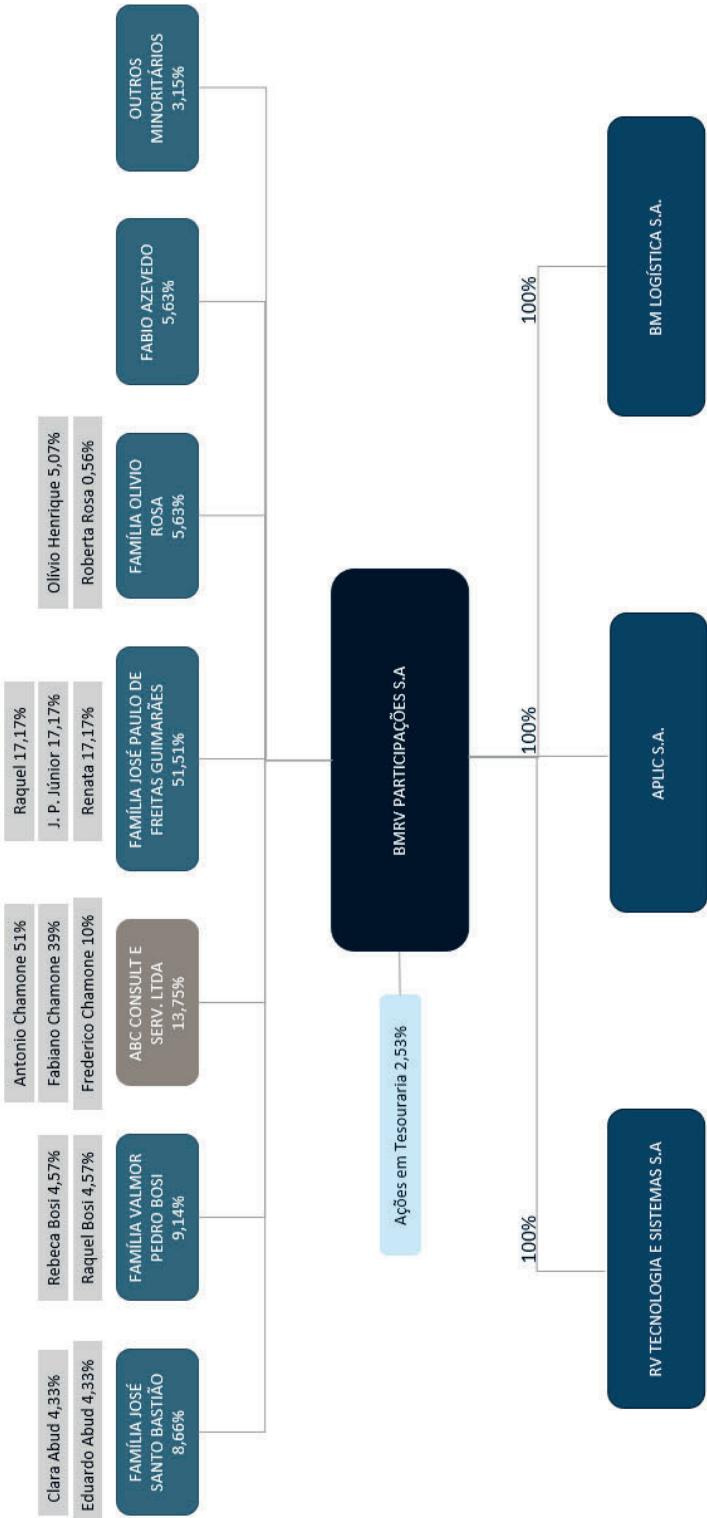
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

| | | |
|-------------------------------------|---|--------|
| Quantidade ordinárias (Unidades) | 0 | 0,000% |
| Quantidade preferenciais (Unidades) | 0 | 0,000% |
| Total | 0 | 0,000% |

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico



15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

| Acordo de Acionistas da Companhia | |
|---|---|
| Partes | Clara Abud Bastião; Eduardo Abud Bastião; Rebeca da Motta Bosi; Raquel da Motta Bosi; Antonio Buffe Chamone; Raquel Macedo de Freitas Guimarães; José Paulo de Freitas Guimarães Júnior; Renata Macedo de Freitas Guimarães; Olívio Henrique Álvares Rosa; Roberta Rocha Rosa; Fábio Marques Azevedo; Márcio Leal da Costa Lobo; Robert Antonio Alexandre Chalita; Aleardo Veschi; Adriano de Marchi Fernandes; Tiago Inácio Peixoto; Luciano Pereira Daltro e Marcelo Augusto Britto Oliveira |
| Data de celebração | 14 de junho de 2013, conforme aditado em 31 de julho de 2021. |
| Prazo de vigência | O Acordo de Acionistas será extinto mediante a conclusão da oferta pública inicial de ações da Companhia. |
| Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle | <p>Os Acionistas reunir-se-ão em Assembleia Geral sempre que os interesses sociais o exigirem, na forma estabelecida no Estatuto Social e observados os quóruns especiais e matérias nele estabelecidos.</p> <p>Dependerão da aprovação de 75% (setenta e cinco por cento) das ações com direito a voto as seguintes matérias:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) alteração do estatuto social da Companhia e das Sociedades Investidas que implique em (a) mudança do objeto social, (b) modificação do capital social, ou (c) outras que modifiquem direitos ou obrigações dos acionistas; (ii) criação de ações preferenciais, alteração de suas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes, criação de <i>nova classe</i> mais favorecida ou aumento de classe existente sem guardar proporção com as demais, relativamente a Companhia e as Sociedades Investidas; (iii) a participação societária, a qualquer título, em outras empresas, seja pela Companhia, seja pelas Sociedades Investidas; (iv) a fusão, incorporação e cisão da Companhia e das Sociedades Investidas; (v) a dissolução e liquidação da Companhia e das Sociedades Investidas, elegendo e destituindo o(s) liquidante(s); (vi) requerer recuperação judicial ou falência da Companhia e das Sociedades Investidas; (vii) outorga de fiança, aval, garantia em negócios próprios da Companhia e de suas sociedades Investidas ou operações de terceiros; (viii) concessão ou tomada de empréstimos em dinheiro com valor total igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) e contratação de fianças bancárias em nome da Companhia ou das Sociedades Investidas nesse mesmo valor; (ix) aquisição, alienação ou oneração de qualquer participação societária detida pela Companhia e pelas Sociedades Investidas; |

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

| | |
|--|--|
| | <p>(x) deliberação sobre avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social; e</p> <p>(xi) aprovação da venda de ativos da Companhia e das Sociedades Investidas, tangíveis ou intangíveis, incluindo patentes tecnológicas, quer seja diretamente ou através de venda da participação em sociedades eventualmente constituídas a partir da cisão da Companhia e das Sociedades Investidas, com versão de ativos para outra sociedade.</p> <p>Em não havendo possibilidade de endividamento, será efetuada uma chamada obtenção de capital, que em casos de comprovada urgência e desde que a obtenção dos recursos perante terceiros não tenha sido possível em virtude da falta de avais, seja por qual motivo for, de acionistas representando 25% (vinte e cinco par cento) ou mais do capital social da Companhia, poderá ser aprovado o aumento de capital par acionistas representando 51% (cinquenta e um por cento) das ações com direito a voto, caso em que não se aplica o quórum de 75% (setenta e cinco por cento) para alteração do Estatuto Social.</p> <p>As demais matérias cuja competência para deliberação, nos termos da lei e do Estatuto Social da Companhia, seja exclusiva da Assembleia Geral, serão aprovadas por maioria simples de votos, dentre elas valendo ressaltar a competência para: (a) aprovar o relatório anual da diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia e das Sociedades Investidas; e (b) eleger e destituir Conselheiros, fixar suas atribuições e limites de autoridade, inclusive para indicar representantes e obrigar a Companhia e as Sociedades Investidas perante terceiros.</p> <p>A cada ação ordinária corresponde 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia. Será considerado nulo o voto proferido pelo Acionista em situação conflitante com os interesses da Companhia e das sociedades investidas, independentemente da intenção de obter, para si ou para outrem, qualquer vantagem. Desta forma, os Acionistas devem se abster de votar sobre matérias em que tiverem interesse conflitante com o da Companhia e com o das Sociedades Investidas.</p> |
| Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais | <p>O Conselho de Administração da Companhia será composto por 5 (cinco) Conselheiros, residentes no país, com mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição.</p> <p>Caberá aos acionistas indicação para o preenchimento de 3 (três) cargos do Conselho de Administração. Os outros 2 (dois) cargos serão preenchidos conforme indicação do acionista ABC.</p> |

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

| | |
|---|--|
| <p>Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las</p> | <p><i>Direito de Preferência:</i> havendo interesse de qualquer dos Acionistas em alienar, no todo ou em parte, Ações de emissão da Companhia de que seja titular ("Ações Ofertadas"), o Acionista interessado ("Acionista Ofertante") deverá, em primeiro lugar, oferecer as Ações Ofertadas aos demais Acionistas ("Acionistas Ofertados"), por escrito e com cópia para a Companhia ("Notificação da Oferta"), informando o preço, o prazo de pagamento e a quantidade das Ações Ofertadas, a identificação completa do adquirente e de seus controladores (se houver) e demais detalhes do negócio ("Oferta"), inclusive sobre o eventual interesse da operação envolver a totalidade do capital social da Companhia. Os Acionistas Ofertados poderão exercer seu direito de preferência na aquisição das Ações Ofertadas, fazendo-o na proporção da respectiva participação no Capital Social da Companhia, não computada a participação do Acionista Ofertante.</p> <p>O direito de preferência somente poderá ser exercido, individualmente, por cada um dos Acionistas Ofertados, em relação ao total das Ações Ofertadas, observada a proporção com que participa do Capital Social. O mesmo procedimento também se aplica e deverá ser observado pelas Partes nos casos de alienação de direitos de preferência para a subscrição de ações de emissão da Companhia e/ou de qualquer outro valor mobiliário por ela emitido.</p> <p>Os Acionistas Ofertados terão 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da notificação da oferta, para formalmente declarar o exercício do direito de preferência na aquisição das Ações Ofertadas, prazo em que poderão indicar quaisquer terceiros para realizar esta aquisição nas mesmas condições da Oferta ("Prazo de Referência").</p> <p>Não exercido o direito de preferência no prazo e modo acima convencionados, o Acionista Ofertante poderá alienar as Ações Ofertadas ao terceiro interessado, desde que o faça nas condições da Oferta e no prazo máxima de 60 (sessenta) dias contados do término do prazo para o exercício do direito de preferência. Concluída a alienação, o Acionista Ofertante deverá formalmente comunicar o negócio a todos os Acionistas Ofertados. Decorridos os 60 (sessenta) dias sem que tenha sido concluída a alienação, o Acionista Ofertante deverá voltar a conceder nova oportunidade para que os demais Acionistas exerçam o direito de preferência.</p> <p>Os Acionistas não terão direito de preferência no caso de alienação de Ações a pessoas relacionadas ao Acionista ("Pessoas Relacionadas"), assim consideradas as pessoas físicas ou jurídicas que, direta ou indiretamente, controlem qualquer Acionista, ou sejam controladas por algum Acionista, ou que estejam sujeitas ao mesmo controle de algum Acionista.</p> <p>É fator de eficácia da aquisição de Ações Ofertadas por terceiro ou Pessoa Relacionada a formalização expressa de sua incondicional adesão ao Acordo de Acionistas, na mesma data em que forem feitas as devidas anotações no Livro de Registro de Ações Nominativas e no Livro de Registro de Transferência de Ações Nominativas.</p> |
|---|--|

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

| | |
|--|---|
| | <p>Caso um Acionista pessoa jurídica deixe de estar sob o controle, conforme definido pela Lei das S.A, de forma direta e/ou indireta, pelas pessoas físicas ou jurídicas que nesta data detém o controle do capital social dos acionistas ("Transferência Indireta"), entende-se tal operação como uma alienação e/ou transferência de ações sujeita às restrições e procedimentos estabelecidos neste Acordo, sob pena de nulidade, com exceção da Transferência Indireta realizada entre empresas do mesmo grupo econômico e/ou para sucessores de socio quotistas e/ou acionista pessoa física, a qual será realizada livremente, sem necessidade de cumprimento de tais restrições e procedimentos e desde que haja previa e expressa adesão integral ao Acordo.</p> <p>Ainda que respeitadas todas as condições acima mencionadas, os acionistas titulares de ações que representam 51% (cinquenta e um por cento) do capital social da Companhia poderão eventualmente recusar o ingresso de novo investidor na Companhia, sob um dos seguintes aspectos, sob pena da recusa ser considerada inválida e sem efeitos:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) comprovada e/ou notória não preservação ou comprometimento da imagem da Companhia com o ingresso de terceiro;(ii) comprovada e/ou notória falta de ilibada reputação do terceiro adquirente;(iii) comprovada situação de irregularidade e incapacidade para o exercício de atos e atividades empresariais; ou(iv) não comprovação de capacidade financeira para o cumprimento dos compromissos assumidos neste Acordo. <p><i>Direito de Venda Conjunta</i>: qualquer Acionista poderá, dentro do Prazo de Preferência, optar por participar da alienação das ações ofertadas conjuntamente com o Acionista Ofertante, sob as mesmas condições de venda a terceiro ("Acionista Aderente"), dispondo-se a alienar a totalidade das ações por ele detidas ("Direito de Tag Along"). O Acionista Aderente deverá enviar comunicação ao Acionista Ofertante ("Notificação de Adesão"), informando-o de sua adesão à alienação.</p> <p>A Alienação das ações de titularidade do Acionista Ofertante a terceiros deve incluir as ações de titularidade dos demais Acionistas, nos casos em que houve manifestação de interesse em exercer o Direito de <i>Tag Along</i>, sendo que as condições negociais da aquisição serão necessariamente estendidas para a aquisição das ações do Acionista Aderente que exercer o Direito de <i>Tag Along</i>.</p> <p><i>Direito de Venda em Bloco</i>: na hipótese de acionistas representantes de 60% (sessenta por cento) do capital social da Companhia ("Controladores") alienarem, a um terceiro interessado, a totalidade das Ações direta e indiretamente por eles detidas, os Controladores terão o direito de obrigar os demais acionistas a também alienarem a totalidade das Ações da Companhia direta e indiretamente detidas, em termos e condições consistentes com aquelas aplicáveis aos Controladores ("Direito de Venda em Bloco").</p> |
|--|---|

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

| | |
|---|---|
| Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto dos membros de conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle | Não há cláusula restringindo ou vinculando o direito de voto dos membros de Conselho de Administração, somente em relação ao direito de voto dos acionistas, conforme descrito acima. |
|---|---|

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

As alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores nos últimos três exercícios sociais foram descritas no item 15.7 deste Formulário de Referência.

15.7 - Principais Operações Societárias

15.7 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

2020

| | |
|--|---|
| a. evento | Em 29 de dezembro de 2020, foi realizada a transferência das ações de alguns de seus acionistas: (i) 3P Investimentos e Participações S.A. (" 3P Investimentos ") para Motu (abaixo definido), para Ilha do Sol (abaixo definido) e Sapiranga (abaixo definido); (ii) M3SI Investimentos e Participações S.A. (" M3SI ") para Motu (abaixo definido), para Ilha do Sol (abaixo definido) e Sapiranga (abaixo definido); (iii) Motu Empreendimentos e Participações S.A. (" Motu ") para José Paulo de Freitas Guimarães Júnior, Raquel Macedo de Freitas Guimarães e Renata Macedo de Freitas Guimarães; (iv) Zeus Participações Ltda. (" Zeus ") para Fábio Marques Azevedo; (v) Ilha do Sol Empreendimentos e Participações S.A. (" Ilha do Sol ") para Rebeca da Motta Bosi e Raquel da Motta Bosi; (vi) Sapiranga Empreendimentos e Participações S.A. (" Sapiranga ") para Eduardo Abud Bastião e Clara Abud Bastião. Os demais acionistas da Companhia mantiveram-se os mesmos. |
| b. principais condições do negócio | Transferência de ações de acionistas da Companhia. |
| c. sociedades envolvidas | BMRV Participações S.A.; 3P Investimentos e Participações S.A.; M3SI Investimentos e Participações S.A.; Motu Empreendimentos e Participações S.A.; Zeus Participações Ltda.; Ilha do Sol empreendimentos e Participações S.A. e Sapiranga Empreendimentos e Participações S.A. |
| d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia | Houve alteração do quadro acionário da Companhia, conforme organograma abaixo. |
| e. quadro societário antes e depois da operação | <p>Antes da Operação:</p> <p>Márcio Leal da C. Lobo Aleardo Veschi 3P Investimentos Olívio Henrique A. Rosa Roberta Rocha Rosa. Luciano Pereira Daltro Marcelo A. B. Oliveira Tiago Inácio Peixoto M3SI Motu Zeus Ilha do Sol Sapiranga Robert A. A. Chalita ABC Consultoria e Serv. Ltda. Adriano de M. Fernandes</p> <p>BMRV Participações S.A.</p> |

15.7 - Principais Operações Societárias

| | |
|---|--|
| | <p>Após a Operação:</p> <div style="display: flex; align-items: center;"> <div style="flex-grow: 1;"> <p>Márcio Leal da C. Lobo</p> <p>Aleardo Veschi</p> <p>Eduardo Abud Bastião</p> <p>Olívio Henrique A. Rosa</p> <p>Roberta Rocha Rosa.</p> <p>Luciano Pereira Daltro</p> <p>Marcelo A. B. Oliveira</p> <p>Tiago Inácio Peixoto</p> <p>José Paulo de F. Guimarães</p> <p>Raquel M. de F. Guimarães</p> <p>Renata G. M. de Freitas</p> <p>Fábio Marques Azevedo</p> <p>Rebeca da Motta Bosi</p> <p>Robert A. A. Chalita</p> <p>ABC Consultoria e Serv. Ltda.</p> <p>Adriano de M. Fernandes</p> <p>Raquel da Motta Bosi</p> <p>Clara Abud Bastião</p> </div> <div style="margin-left: 20px;"> <p>BMRV Participações S.A.</p> </div> </div> |
| f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas | N.A. |

2019

| | |
|--|--|
| a. evento | Em 12 de agosto de 2019, a Aplic Tecnologia e Serviços Ltda., subsidiária da Companhia, transformou o seu tipo societário. |
| b. principais condições do negócio | Transformação do tipo societário da Companhia em Sociedade Anônima (S.A.). Alteração da denominação social de Aplic Tecnologia e Serviços Ltda para Aplic Tecnologia e Serviços S.A. |
| c. sociedades envolvidas | Somente a Aplic Tecnologia e Serviços Ltda |
| d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia | Não houve alteração do quadro acionário da Companhia em razão da operação. |

15.7 - Principais Operações Societárias

| | |
|---|--|
| e. quadro societário antes e depois da operação | Não houve alteração do quadro acionário da Companhia em razão da operação. |
| f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas | A transformação ocorreu por meio de uma Reunião de sócios realizada em 12 de agosto de 2019. |

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

15.8 - Outras informações relevantes

Usufruto dos Direitos decorrentes das Ações de Emissão da Companhia

O Sr. José Paulo de Freitas Guimarães, atual membro do Conselho de Administração da Companhia, possui usufruto dos direitos decorrentes das ações ordinárias de emissão da Companhia detidas pelo Sr. José Paulo de Freitas Guimarães Júnior, pela Sra. Raquel Macedo de Freitas Guimarães e pela Sra. Renata Macedo de Freitas Guimarães, totalizando 971.672 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de 51,51% do capital social.

Em razão da realização da oferta pública inicial de distribuição de ações ordinárias de emissão da Companhia, tais acionistas deixarão de deter, em conjunto, mais do que 50% do capital votante da Companhia.

Extinção do Acordo de Acionistas

O Acordo de Acionistas da Companhia descrito no item 15.5 deste Formulário de Referência será extinto na data de divulgação do “Anúncio de Início” da oferta pública inicial de distribuição de ações ordinárias de emissão da Companhia.

Ações em Tesouraria

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2021, os acionistas da Companhia autorizaram o Conselho de Administração a realizar a venda das 48.032 ações ordinárias, representativas de 2,53% de seu capital social, mantidas em tesouraria pela Companhia, nos termos do artigo 30, parágrafo 1º, alínea “c”, da Lei das Sociedades por Ações. Para mais informações sobre as ações mantidas em tesouraria, veja os itens 19.2 e 19.3 deste Formulário de Referência.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A Companhia adota uma Política de Transações com Partes Relacionadas, a qual foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de agosto de 2021, e define de forma objetiva conceitos sobre partes relacionadas, transações com partes relacionadas e situações envolvendo conflitos de interesses, além de estabelecer exigências mínimas de divulgação de informações sobre essas transações. A Política de Transações com Partes Relacionadas tem como objetivo dar transparência aos acionistas da Companhia, investidores e ao mercado em geral.

A Companhia, quando da celebração de operações com partes relacionadas, adota práticas que têm por objetivo não gerar qualquer benefício ou prejuízo injustificável para a Companhia ou para quaisquer outras partes, com base em termos e condições que seriam aplicáveis a operações semelhantes com terceiros, utilizando-se de cotações e pesquisas de mercado na implementação de seus negócios e contratação de serviços, tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços, cabendo a decisão da realização das transações, independentemente desta ser realizada entre partes relacionadas ou não, ao responsável da área que motivou a contratação do produto ou serviço.

Além disso, a Lei das Sociedades por Ações proíbe conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento da Companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida por meio de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

Por fim, a Companhia adota um Código de Ética, aplicável a todas as sociedades de seu grupo econômico, que tem como objetivo orientar as ações e a tomada de decisões de todos os colaboradores das empresas do grupo, nos diversos níveis de relacionamento empresarial e operacional.

A prática recomendada pela Companhia para possíveis conflitos de interesse é baseada no princípio de que o colaborador deverá tomar decisões e agir sempre de maneira idônea, sem se deixar influenciar por questões particulares, de familiares ou de amigos que possam afetar seu julgamento em relação à atividade na qual ele esteja envolvido, ou seja, deve-se recusar a promover qualquer forma de favorecimento ou a agir contra os interesses da Companhia.

A Companhia dispõe de Canais de Denúncia controlado por empresa especializada independente, com hotline, hotsite e endereço eletrônico disponível 24 horas/dia, 365 dias por ano, com opção de manifestação/denúncia anônima.

A Política de Transações com Partes Relacionadas pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: Avenida do Contorno, nº 5.351, 11º andar, conjunto 1106, Bairro Cruzeiro, CEP 30.110-923, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais ; e (ii) internet: site da Companhia (rvdigitalbrasil.com.br/ri), site da CVM (www.gov.br/cvm) e site da B3 (www.b3.com.br).

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo juros de divida | Taxa de juros cobrados |
|---|--|-----------------------------------|------------------------|-------------------------|----------------|---|-------------------------------|
| Sírius Investimentos e Participações S.A. | 31/12/2014 | 4.511.000,00 | 4.511.000,00 | | Indeterminado | SIM | 0,000000 |
| Relação com o emissor | Mutuante e Mutuária. | | | | | | |
| Objeto contrato | Contrato de conta corrente entre as controladas BM e RV junto à Sírius Investimentos e Participações S.A. ("Sírius"), sem prazo determinado de liquidação e com incidência de juros a 1% a.a. | | | | | | |
| Garantia e seguros | N/A | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | N/A | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Atender respectivas conveniências ou necessidades financeiras. | | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Devedor | | | | | | |
| Especificar | | | | | 27/05/2025 | SIM | 1,000000 |
| Pessoa física | 30/10/2020 | 750.000,00 | 750.000,00 | | | | |
| Relação com o emissor | Diretores da Companhia. | | | | | | |
| Objeto contrato | Empréstimo com a finalidade exclusiva de uso para Contratação de Previdência Privada. | | | | | | |
| Garantia e seguros | N/A | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Rescisão | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Montante a ser recebido de Diretores, os quais foram disponibilizados para depósito em previdência privada do Banco do Brasil, devido a necessidade de garantia para empréstimos e financiamentos da controlada RV. | | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Credor | | | | | | |
| Especificar | | | | | | | |
| Sírius Investimentos e Participações S.A. | 31/08/2015 | 166.000,00 | 166.000,00 | | Indeterminado | SIM | 1,000000 |
| Relação com o emissor | Controladas. | | | | | | |
| Objeto contrato | Contrato de comissão por assunção de risco entre a 3P Investimentos S.A. e a controlada RV Tecnologia e Sistemas S.A., firmado em 2015. O valor da comissão pago pela controlada consiste na compensação financeira pela prestação de garantia fidejussória prestada à RV pela Sírius, em decorrência de contratos de captação de recursos firmados com as instituições financeiras desde 2009. A comissão paga equivale a 1% do valor da operação financeira garantida. | | | | | | |

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo juros de dívida cobrados |
|---|-----------------------|-----------------------------------|------------------------|---|----------------|--|
| Garantia e seguros | N/A | | | | | |
| Rescisão ou extinção | N/A | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | Remuneração de Aval sobre operações de Empréstimos, Financiamentos e Fianças bancárias. | | |
| Posição contratual do emissor | | | | Credor | | |
| Especificar | | | | | | |
| Gonet Telecomunicações S.A. | 27/05/2021 | 5.000.000,00 | 5.000.000,00 | | Indeterminado | SIM 0,000000 |
| Relação com o emissor | | | | Controlada. | | |
| Objeto contrato | | | | Contrato de gestão de recursos ("conta corrente") entre as partes, sem prazo determinado de liquidação e sem incidência de juros. | | |
| Garantia e seguros | N/A | | | | | |
| Rescisão ou extinção | | | | Rescisão | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | Finalidade exclusiva de adquirir créditos/recargas junto à empresa CLARO S/A e para operacionalização da SCP. | | |
| Posição contratual do emissor | | | | Credor | | |
| Especificar | | | | | | |
| 3P Investimentos S.A. | 31/12/2014 | 3.782.000,00 | 3.782.000,00 | | Indeterminado | SIM 0,000000 |
| Relação com o emissor | | | | Controladora. | | |
| Objeto contrato | | | | Contrato de gestão de recursos ("conta corrente") entre as partes, sem prazo determinado de liquidação e sem incidência de juros. | | |
| Garantia e seguros | N/A | | | | | |
| Rescisão ou extinção | | | | Rescisão | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | Atender respectivas conveniências ou necessidades financeiras. | | |
| Posição contratual do emissor | | | | Credor | | |
| Especificar | | | | | | |
| BM Logística Comércio e Serviços S.A. | 31/12/2014 | 3.752.000,00 | 3.752.000,00 | | Indeterminado | SIM 0,000000 |

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo juros de dívida cobrados |
|----------------------------------|----------------|----------------------------|-----------------|------------------|---------------|---|
| Relação com o emissor | | | | | | |
| Controladora. | | | | | | |
| Objeto contrato | | | | | | Contrato de gestão de recursos ("conta corrente") entre as partes, sem prazo determinado de liquidação e sem incidência de juros. |
| Garantia e seguros | | | | | | N/A |
| Rescisão ou extinção | | | | | | Rescisão |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | Atender respectivas conveniências ou necessidades financeiras. |
| Posição contratual do emissor | | | | | | Credor |
| Especificar | | | | | | |
| RV Tecnologia e Sistemas S.A. | 28/12/2016 | 6.528.000,00 | 6.528.000,00 | | Indeterminado | SIM |
| Relação com o emissor | | | | | | |
| Controladora. | | | | | | |
| Objeto contrato | | | | | | Contrato de gestão de recursos ("conta corrente") entre as partes, sem prazo determinado de liquidação e sem incidência de juros. |
| Garantia e seguros | | | | | | N/A |
| Rescisão ou extinção | | | | | | Rescisão |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | Atender respectivas conveniências ou necessidades financeiras. |
| Posição contratual do emissor | | | | | | Credor |
| Especificar | | | | | | |

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado**16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado****(a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses**

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, nas aprovações envolvendo transações com partes relacionadas, a pessoa que tenha um conflito de interesses com a recomendação ou decisão a ser tomada, deve manifestar imediatamente seu conflito de interesse ou interesse particular, declarando-se impedida de participar das discussões e deliberações sobre o assunto.

Caso solicitado, a pessoa em situação de conflito de interesses poderá participar parcialmente da discussão, visando proporcionar maiores informações sobre a operação e as partes envolvidas. Neste caso, deverá se ausentar da parte final da discussão, incluindo o processo de votação da matéria.

Caso alguma pessoa em situação de conflito de interesses não manifeste seu Conflito de Interesses, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence que tenha conhecimento da situação poderá manifestar o conflito existente.

A manifestação da situação de conflito de interesses e a retirada do conflitado da reunião deverá constar na ata da reunião do órgão social que deliberar sobre a transação.

(b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Todas as operações realizadas são efetuadas de acordo com as condições específicas pactuadas entre as partes. As principais transações mantidas entre a Companhia, empresas ligadas e seus acionistas referem-se à compra e venda de recarga de telefonia.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

16.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 16.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

| Data da autorização ou aprovação | Valor do capital (Reais) | Prazo de integralização | Quantidade de ações ordinárias (Unidades) | Quantidade de ações preferenciais (Unidades) | Quantidade total de ações (Unidades) |
|----------------------------------|------------------------------|-------------------------|---|--|--------------------------------------|
| Tipo de capital | Capital Autorizado | | | | |
| 26/08/2021 | 0,00 | | 2.829.600 | 0 | 2.829.600 |
| Tipo de capital | Capital Emitido | | | | |
| 30/05/2016 | 1.886.400,00 | | 1.886.400 | 0 | 1.886.400 |
| Tipo de capital | Capital Subscrito | | | | |
| 30/05/2016 | 1.886.400,00 | | 1.886.400 | 0 | 1.886.400 |
| Tipo de capital | Capital Integralizado | | | | |
| 30/05/2016 | 1.886.400,00 | | 1.886.400 | 0 | 1.886.400 |

17.2 - Aumentos do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou aumentos do capital social no período corrente e nos últimos três exercícios sociais.

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações no período corrente e nos últimos três exercícios sociais.

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não sofreu reduções do capital social desde no período corrente e nos últimos três exercícios sociais.

17.5 - Outras Informações Relevantes

17.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 17.

18.1 - Direitos Das Ações

| Espécie de ações ou CDA | Ordinária |
|---|--|
| Tag along | 100,000000 |
| Direito a dividendos | Direito ao dividendo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25,0% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. |
| Direito a voto | Pleno |
| Conversibilidade | Não |
| Direito a reembolso de capital | Sim |
| Descrição das características do reembolso de capital | No caso de liquidação da Companhia, após pagar todas as suas obrigações, os acionistas receberão os pagamentos relativos ao reembolso do capital investido na proporção de suas respectivas participações no capital social. Qualquer acionista dissidente de certas deliberações tomadas em assembleia geral poderá retirar-se do quadro acionário, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no valor patrimonial, nos termos do artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, desde que ocorra qualquer uma das hipóteses expressamente previstas nos incisos I a VI e IX do artigo 136 na Lei das Sociedades por Ações. O direito de retirada deverá ser exercido no prazo de 30 dias, contados da publicação da ata da assembleia geral que tiver aprovado o ato que deu origem ao recesso, nos termos do artigo 137, IV da Lei das Sociedades por Ações. |
| Restrição a circulação | Não |
| Resgatável | Não |
| Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate | |
| Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários | Pela Lei das Sociedades por Ações, nem o estatuto social da Companhia, nem as deliberações adotadas pelos acionistas em Assembleia Geral da Companhia podem privar seus acionistas dos seguintes direitos: (i) direito a participar da distribuição dos lucros; (ii) direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia; (iii) direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; (iv) direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; (v) o direito de votar nas assembleias gerais e (vi) direito a retirar-se da Companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações. |
| Outras características relevantes | Não aplicável |

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

O Estatuto Social da Companhia não estabelece hipóteses que limitem o direito de voto de acionistas. Não obstante, há previsão de hipóteses em que há obrigatoriedade de realização de oferta pública, conforme listadas abaixo:

- aquisição direta ou indireta do controle da Companhia (inclusive por meio de cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações), nos termos e condições previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado. Adicionalmente, o adquirente do controle da Companhia deverá ressarcir os acionistas dos quais tenha comprado ações em bolsa de valores nos seis meses anteriores à data da alienação de controle da Companhia, devendo pagar a estes a eventual diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos seis meses anteriores à data de aquisição do controle da Companhia, devidamente atualizado até o momento do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações de emissão da Companhia nos pregões em que o adquirente do controle realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à B3 operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos;
- caso os acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária deliberem a saída da Companhia do Novo Mercado, o acionista controlador da Companhia deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações, se a saída ocorrer (i) para negociação de seus valores mobiliários fora do Novo Mercado, ou (ii) por reorganização societária na qual os valores mobiliários da Companhia resultantes de tal reorganização não sejam admitidos para negociação no Novo Mercado no prazo de 120 dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a operação. O preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação nos termos do Estatuto Social da Companhia, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis;
- na hipótese de não haver acionista controlador, caso a Assembleia Geral delibere (i) pela saída da Companhia do Novo Mercado, em razão de registro para negociação de seus valores mobiliários fora do referido segmento de listagem, ou (ii) pela reorganização societária da Companhia, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, no prazo de 120 dias contados da realização da Assembleia Geral que aprovou a referida operação; a saída do Novo Mercado estará condicionada à realização de oferta pública nas mesmas condições previstas acima. Nesse caso, competirá à mesma Assembleia Geral definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública prevista neste item, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia Geral, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta. Em relação à Assembleia Geral que deliberar pela reorganização societária, na ausência de definição do(s) responsável(is) pela realização da oferta pública, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta pública;

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

- na hipótese de a saída da Companhia do Novo Mercado ocorrer em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, o acionista controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, caso o descumprimento decorra (i) de deliberação em Assembleia Geral, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implique o descumprimento; e (ii) de ato ou fato da administração, os administradores deverão convocar Assembleia Geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado. Na hipótese (ii) acima, competirá à mesma Assembleia Geral definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública ali indicada, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia Geral, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta; (v) na hipótese de cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia, haverá obrigatoriedade de oferta pública, a ser lançada pelo acionista controlador ou pela Companhia, nos termos da legislação vigente e do estatuto social da Companhia; e
- é facultada a formulação de uma única oferta pública, visando a mais de uma das finalidades previstas nesta seção, no Regulamento de Listagem no Novo Mercado na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável. Após uma operação de alienação de controle da Companhia e da subsequente realização de oferta pública, o adquirente do controle, quando necessário, deverá tomar as medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% do total das ações de emissão da Companhia em circulação, dentro dos seis meses subsequentes à aquisição do poder de controle. Nos casos de oferta pública de saída do Novo Mercado e cancelamento de registro de companhia aberta, o preço da oferta pública deverá ser estabelecido em laudo, que deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independente do poder de decisão da Companhia, seus administradores e controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do Parágrafo 1º do Artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações e conter a responsabilidade prevista no Parágrafo 6º do mesmo Artigo 8º. Nesses casos, a escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia é de competência da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada por maioria absoluta dos votos das Ações em Circulação manifestados na Assembleia Geral que (i) se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% do total de ações em circulação; ou (ii) se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes de ações em circulação.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

O Estatuto Social da Companhia prevê que pode ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo de 30 dias para seu exercício de que trata o parágrafo 4º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações nas emissões de ações e debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

A Lei das Sociedades por Ações outorga à Assembleia Geral o direito de suspender o exercício de direitos pelo acionista que deixar de cumprir obrigação imposta por lei ou pelo estatuto social da Companhia, cessando tal suspensão imediatamente após o cumprimento de tal obrigação. O estatuto social da Companhia não prevê qualquer hipótese de restrição de exercício de direitos pelos acionistas.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação. A oferta pública inicial de ações da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não tem valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

A oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3.

Uma vez concedido o registro, as ações ordinárias de emissão da Companhia serão admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da B3.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não tem valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários emitidos no exterior.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Até a data deste Formulário de Referência, nenhuma oferta pública de distribuição de ações de emissão da Companhia havia sido realizada.

A oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

(a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável, tendo em vista que, até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, tendo em vista que, até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

(c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, tendo em vista que, até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Até a data deste Formulário de Referência, não foram realizadas quaisquer ofertas públicas de aquisição pela Companhia relativas às ações de emissão de terceiros.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 18.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não aprovou planos de recompra de ações de emissão própria no período corrente e nos últimos três exercícios sociais.

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Exercício social 30/06/2021

Ações

| Espécie de ação | Classe ação preferencial | Descrição dos valores mobiliários | Fator cotação |
|--|------------------------------|---|---------------|
| Ordinária | | | |
| Movimentação | Quantidade (Unidades) | Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais) | |
| Quantidade Inicial | 48.032 | | |
| Quantidade adquirida | 0 | 0,00 | |
| Quantidade alienada | 0 | 0,00 | |
| Quantidade cancelada | 0 | | |
| Quantidade final | 48.032 | | |
| Relação valores mobiliários em circulação | 0,000000% | | |

Exercício social 31/12/2020

Ações

| Espécie de ação | Classe ação preferencial | Descrição dos valores mobiliários | Fator cotação |
|--|------------------------------|---|---------------|
| Ordinária | | | |
| Movimentação | Quantidade (Unidades) | Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais) | |
| Quantidade Inicial | 48.032 | | |
| Quantidade adquirida | 0 | 0,00 | |
| Quantidade alienada | 0 | 0,00 | |
| Quantidade cancelada | 0 | | |
| Quantidade final | 48.032 | | |
| Relação valores mobiliários em circulação | 0,000000% | | |

Exercício social 31/12/2019

Ações

| Espécie de ação | Classe ação preferencial | Descrição dos valores mobiliários | Fator cotação |
|---------------------------|------------------------------|---|---------------|
| Ordinária | | | |
| Movimentação | Quantidade (Unidades) | Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais) | |
| Quantidade Inicial | 48.032 | | |
| Quantidade adquirida | 0 | 0,00 | |
| Quantidade alienada | 0 | 0,00 | |

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

| | |
|--|-----------|
| Quantidade cancelada | 0 |
| Quantidade final | 48.032 |
| Relação valores mobiliários em circulação | 0,000000% |

Exercício social 31/12/2018

Ações

| Espécie de ação | Classe ação preferencial | Descrição dos valores mobiliários | Fator cotação |
|--|------------------------------|---|---------------|
| Ordinária | | | |
| <hr/> | | | |
| Movimentação | Quantidade (Unidades) | Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais) | |
| Quantidade Inicial | 48.032 | | |
| Quantidade adquirida | 0 | 0,00 | |
| Quantidade alienada | 0 | 0,00 | |
| Quantidade cancelada | 0 | | |
| Quantidade final | 48.032 | | |
| Relação valores mobiliários em circulação | 0,000000% | | |

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

19.3 - Outras inf. Relev. – recompra / tesouraria

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2021, os acionistas da Companhia autorizaram o Conselho de Administração a realizar a venda das 48.032 ações ordinárias, representativas de 2,53% de seu capital social, mantidas em tesouraria pela Companhia, nos termos do artigo 30, parágrafo 1º, alínea “c”, da Lei das Sociedades por Ações. Tais ações poderão ser alienadas com base no valor de patrimônio líquido contábil da Companhia de acordo com o balanço patrimonial especialmente levantado em 30 de junho de 2021.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

| | |
|--|--|
| Data aprovação | 26/08/2021 |
| Órgão responsável pela aprovação | Conselho de Administração |
| Cargo e/ou função | A Companhia, os administradores, os conselheiros fiscais, os funcionários com acesso à informação privilegiada, os membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, assim como os acionistas controladores, diretos e indiretos, sociedades controladas e as pessoas que, em virtude de seu cargo, função ou posição no acionista controlador, direto ou indireto, ou em sociedades controladas, possam ter conhecimento de informação privilegiada sobre a Companhia, e que tenham aderido à Política de Negociação de Valores Mobiliários ("Pessoas Vinculadas"). |
| Principais características e locais de consulta | |
| <p>Estabelecer as regras que deverão ser observadas visando a coibir e punir a utilização de informações privilegiadas sobre ato ou fato relevante relativo à Companhia, ou informações privilegiadas, em benefício próprio das Pessoas Vinculadas em negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia, e enunciar as diretrizes que regerão, de modo ordenado e dentro dos limites estabelecidos por lei, a negociação de tais valores mobiliários, nos termos da Instrução CVM 358 e das suas políticas internas. Tais regras também procuram coibir a prática de insider trading (uso indevido em benefício próprio ou de terceiros de informações privilegiadas) e tipping (dicas de informações privilegiadas para que terceiros delas se beneficiem), preservando a transparência nas negociações de valores mobiliários de emissão da Companhia. A adesão à Política de Negociação é obrigatória por todas as Pessoas Vinculadas, mediante assinatura de Termo de Adesão.</p> | |
| <p>A Política de Negociação de Valores Mobiliários pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: Avenida do Contorno, nº 5.351, 11º andar, conjunto 1106, Bairro Cruzeiro, CEP 30.110-923, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais ; e (ii) internet: site da Companhia (rvdigitalbrasil.com.br/ri), site da CVM (www.gov.br/cvm) e site da B3 (www.b3.com.br).</p> | |
| Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização | Nenhuma Pessoa Vinculada com acesso à informação privilegiada poderá negociar a qualquer tempo valores mobiliários de emissão da Companhia, independente de determinação do Diretor de Relações com Investidores, antes que tal informação seja divulgada ao mercado. As Pessoas Vinculadas não poderão negociar valores mobiliários de emissão da Companhia nos "Períodos de Impedimento à Negociação", que são definidos na regulamentação aplicável e pelo Diretor de Relações com Investidores. Os Períodos de Impedimento à Negociação incluem os seguintes prazos: (i) os 15 dias que antecedem a divulgação de informações periódicas pela Companhia, como ITR e DFP; e (ii) o período entre a data de deliberação do órgão competente de aumentar o capital social, distribuir dividendos e pagar juros sobre capital próprio e a publicação de seus respectivos editais e anúncios. |

20.2 - Outras Informações Relevantes

20.2 - Outras informações relevantes

A Companhia esclarece que não possui plano de investimento nos termos do artigo 15-A da Instrução CVM nº 358/2002.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

As normas, regimentos e procedimentos internos relativos à divulgação de informações que a Companhia adota estão descritos na sua Política de Divulgação, conforme disposta no item 21.2 deste Formulário de Referência.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“**Instrução CVM 358**”) disciplina as regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os atos ou fatos relevantes, inclusive, mas não se limitando, ao que se refere à divulgação de informações relativas à negociação e à aquisição de títulos emitidos pelas companhias de capital aberto.

Tais regras:

- estabelecem o conceito de ato ou fato relevante que origina a obrigatoriedade de divulgação ao mercado. Enquadram-se no conceito de ato ou fato relevante as decisões tomadas pelos acionistas controladores, deliberações de assembleia geral de acionistas ou dos órgãos de administração da companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, negociais, financeiros ou econômicos relacionados aos negócios da companhia que possam influenciar de modo ponderável (i) na cotação de suas ações ou quaisquer valores mobiliários de sua emissão ou a eles referenciados; (ii) na decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais valores mobiliários; (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes aos valores mobiliários;
- especificam atos ou fatos que são considerados relevantes, tais como a celebração de contratos prevendo a transferência de controle da companhia, a entrada ou retirada de acionistas que mantenham com a companhia qualquer contrato ou colaboração operacional, administrativa, financeira ou tecnológica, a alteração de qualquer acordo de acionistas em que a Companhia seja parte, bem como a ocorrência de qualquer reestruturação societária realizada entre as sociedades relacionadas à companhia em questão;
- obrigam a companhia aberta e seu Diretor de Relações com Investidores a enviar atos ou fatos relevantes à CVM, por meio de sistema eletrônico disponível na página da CVM na rede mundial de computadores e à B3 (Sistema IPE), bem como divulgar ao mercado em geral, por meio de, no mínimo, um dos seguintes canais de comunicação (i) jornais de grande circulação geralmente utilizados pela referida companhia; ou (ii) de pelo menos 1 (um) portal de notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade;
- exigem que o adquirente do controle de uma companhia de capital aberto divulgue um fato relevante, inclusive sua intenção, ou não, de promover o cancelamento do registro da companhia como companhia aberta, no prazo de um ano;
- exigem que os administradores e os membros do conselho fiscal (ou de qualquer órgão técnico ou consultivo) de uma companhia de capital aberto informem a tal companhia o número, tipo e forma de negociação das ações emitidas pela referida companhia, suas controladas e suas sociedades controladoras, detidas por referidas pessoas, bem como detidas por seus cônjuges, companheiros e dependentes, informando ainda quaisquer mudanças em referidas posições acionárias, informação esta que será transmitida à CVM e à B3 pelo Diretor de Relação com Investidores da companhia aberta;
- estabelecem que, se qualquer acionista controlador, direto ou indireto, ou qualquer acionista elegendo membros do conselho de administração ou do conselho fiscal de uma companhia de capital aberto, bem como qualquer outra pessoa natural ou jurídica, ou grupo de pessoas naturais ou jurídicas, agindo em conjunto ou representando o mesmo interesse, realize negócio ou conjunto de negócios por consequência do qual sua participação direta ou indireta

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

ultrapasse, para cima ou para baixo, os patamares de 5%, 10%, 15%, e assim sucessivamente, de espécie ou classe de ações representativas do capital social da Companhia, referida pessoa deverá divulgar as informações relacionadas com a referida aquisição ou alienação; e

- proíbem a negociação de valores mobiliários com base em informações privilegiadas.

Em observância às normas da CVM e da B3, em 26 de agosto de 2021, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia, a “Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante” (“**Política de Divulgação**”), cujas regras devem ser observadas por todas aquelas pessoas relacionadas no artigo 13 da Instrução CVM 358 (“**Destinatários**”). Os Destinatários deverão assinar o Termo de Adesão à Política de Divulgação.

A Política de Divulgação visa (i) prestar informação completa aos acionistas da Companhia e aos investidores em geral; (ii) garantir ampla e imediata divulgação de Ato ou Fato Relevante; (iii) possibilitar acesso equânime às informações públicas sobre a Companhia aos acionistas da Companhia e aos investidores em geral; (iv) zelar pelo sigilo de Ato ou Fato Relevante não divulgado; (v) colaborar para a estabilidade e o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro; e (vi) consolidar práticas de boa governança corporativa na Companhia.

Para alcançar tais objetivos, a Política de Divulgação estabelece que cumpre ao Diretor de Relação com Investidores da Companhia a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de ato ou fato relevante, cabendo a ele (i) comunicar e divulgar o ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia imediatamente após a sua ocorrência; (ii) realizar a divulgação de ato ou fato relevante de forma a preceder ou ser realizado simultaneamente à veiculação por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior; e (iii) avaliar a necessidade de solicitar, sempre simultaneamente, à B3 e, se for o caso, às outras bolsas de valores e entidades do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam ou venham a ser admitidos à negociação, no País ou no exterior, pelo tempo necessário à adequada disseminação da informação relevante, caso seja imperativo que a divulgação de ato ou fato relevante ocorra durante o horário de negociação.

O ato ou fato relevante deverá ser divulgado por meio (i) de portal de notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade; (ii) da página na rede mundial de computadores da Companhia (rvdigitalbrasil.com.br/ri), em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM e à bolsa de valores ou mercados de balcão organizado nas quais os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam admitidos à negociação; e (iii) do sistema de envio de informações periódicas e eventuais da CVM (Sistema Empresas.Net). Não obstante a divulgação de ato ou fato relevante pelos canais de comunicação supramencionados, qualquer ato ou fato relevante poderá ser também publicado em jornais de grande circulação habitualmente utilizados pela Companhia.

Consta da Política de Divulgação da Companhia lista exemplificativa de modalidades de ato ou fato relevante, conforme Instrução CVM 358, sendo que os Destinatários devem observar que (i) a ocorrência de qualquer dessas modalidades não se constitui necessariamente em um ato ou fato relevante, uma vez que essa ocorrência deve ter a capacidade de influenciar de modo ponderável a decisão de negociação dos investidores em valores mobiliários; e (ii) a lista é meramente exemplificativa, não esgotando ou limitando as possibilidades de ocorrência e caracterização do ato ou fato relevante.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

De acordo com a regulamentação da CVM aplicável e a Política de Divulgação da Companhia, é considerada uma “Informação Relevante” qualquer decisão de eventual acionista controlador, deliberações de assembleia geral de acionistas ou de órgão da administração da Companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, negociais, financeiros ou econômicos relacionados aos negócios da Companhia que possam influenciar de modo ponderável (i) na cotação dos valores mobiliários de sua emissão ou a eles referenciados; (ii) na decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais ações ou quaisquer valores mobiliários; (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes aos valores mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados.

Os Destinatários devem, ainda, guardar completo sigilo acerca de ato ou fato relevante sobre os negócios da Companhia ainda não divulgados ao mercado, devendo dar a este difusão restrita, somente quando necessária para o desenvolvimento desses negócios, sempre em caráter confidencial e de forma limitada de divulgação, nos termos da Política de Divulgação da Companhia.

Quando se tratar de informação sigilosa ou potencialmente relevante, ainda não divulgada ao mercado, os Destinatários devem obrigatoriamente, nos termos da Política de Divulgação:

- reportá-las imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores;
- não discutir a informação confidencial na presença de terceiros que dela não tenham conhecimento, ainda que se possa esperar que referido terceiro não possa intuir o significado da conversa;
- não discutir a informação confidencial em conferências telefônicas nas quais não se possa ter certeza de quem efetivamente esteja participando;
- manter documentos de qualquer espécie referentes à informação confidencial, inclusive anotações pessoais manuscritas, em cofre, armário ou arquivo fechado, ao qual tenha acesso apenas pessoas autorizadas a conhecer a informação;
- gerar documentos e arquivos eletrônicos referentes à informação confidencial sempre com proteção de sistemas de senha;
- circular internamente os documentos que contenham informação confidencial em envelopes lacrados, os quais deverão ser sempre entregues diretamente ao respectivo destinatário;
- não enviar documentos com informação confidencial por fac-símile, a não ser quando haja certeza de que apenas pessoa autorizada a tomar conhecimento da informação terá acesso ao aparelho receptor;
- exigir de terceiro externo à Companhia que precise ter acesso à informação confidencial a assinatura de um termo de confidencialidade, no qual deve ser especificada a natureza da informação e constar a declaração de que o terceiro reconhece o seu caráter confidencial, comprometendo-se a não divulgar-la a qualquer outra pessoa e a não negociar com valores mobiliários antes da divulgação da informação ao mercado; e
- comunicar imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores sobre suspeita ou ocorrência de vazamento dessas informações do seu círculo restrito e determinável.

De acordo com a Política de Divulgação, um ato ou fato relevante deve ser imediatamente divulgado, salvo quando sua manutenção sob sigilo for indispensável para preservar os legítimos interesses da Companhia.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

O ato ou fato relevante poderá, em caráter excepcional, não ser divulgado quando os acionistas controladores e/ou os administradores da Companhia entenderem que sua divulgação colocará em risco seu interesse legítimo, observando-se, adicionalmente, o que segue:

- os acionistas controladores ou administradores que decidirem pela manutenção do sigilo em seu benefício deverão cientificar imediatamente e formalmente o Diretor de Relações com Investidores da Companhia do ato ou fato tido como relevante em estado sigiloso, dando conhecimento das informações necessárias ao seu correto entendimento para que, por si só, sejam capazes de subsidiar eventual divulgação nos termos da Instrução CVM 358;
- o Diretor de Relações com Investidores da Companhia, ou ainda, os demais administradores ou acionistas controladores da Companhia – estes dois últimos grupos, mediante comunicação simultânea ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia – poderão solicitar a apreciação da manutenção de sigilo à CVM, desde que em envelope registrado, lacrado e com advertência de confidencialidade, tendo como destinatário o Presidente da CVM; e
- em qualquer hipótese de manutenção do sigilo de ato ou fato relevante, ou quando a situação escapar ao controle dos Destinatários, o Diretor de Relações com Investidores da Companhia deve ser informado imediatamente e este deverá adotar os procedimentos previstos no item acima ou divulgar imediatamente o respectivo ato ou fato relevante, caso que não eximirá os acionistas controladores e os administradores da Companhia de sua responsabilidade pela divulgação.

Os administradores da Companhia são obrigados a comunicar à Companhia, à CVM e à entidade de mercado nos quais os valores mobiliários emitidos pela Companhia sejam admitidos à negociação, a quantidade, as características e a forma de aquisição dos valores mobiliários de emissão da Companhia e de sociedades controladas ou controladoras, desde que companhias abertas, de que sejam titulares. Devem, ainda, comunicar os valores mobiliários emitidos por essas companhias que pertençam (i) ao cônjuge do qual não estejam separados judicialmente; (ii) ao companheiro; (iii) a qualquer dependente incluído na declaração anual de imposto sobre a renda; e (iv) a sociedades controladas direta ou indiretamente.

Todos os Destinatários da Política de Divulgação da Companhia são responsáveis por não divulgar ato ou fato relevante de forma privilegiada, ainda que em reuniões, públicas ou restritas, devendo previamente à veiculação de ato ou fato relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no país ou no exterior, os Destinatários deverão contatar e submeter o material objeto de exposição ou divulgação ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia, em caráter confidencial, o qual tomará as providências necessárias à divulgação simultânea de informações, se for o caso.

Exceto pelo descrito acima, não há outras normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pela Companhia para assegurar que tais informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva.

A Política de Divulgação da Companhia pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: Avenida do Contorno, nº 5.351, 11º andar, conjunto 1106, Bairro Cruzeiro, CEP 30.110-923, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais ; e (ii) internet: site da Companhia (rvdigitalbrasil.com.br/ri); site da CVM (www.gov.br/cvm) e site da B3 (www.b3.com.br).

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações da Companhia é o Diretor de Relações com Investidores.

21.4 - Outras Informações Relevantes

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 21.